

ANAIS ELETRÔNICOS DA



XIII SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA

**OS SERTÕES EM QUESTÃO:
MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES**

02 a 06 DE OUTUBRO DE 2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CAMPUS CAJAZEIRAS - PARAÍBA**



CADERNO DE TEXTOS COMPLETOS

ANAIS ELETRÔNICOS DA XIII SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA DO
CFP/UFCG

OS SERTÕES EM QUESTÃO: MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E
IDENTIDADES

TEXTOS COMPLETOS

CAJAZEIRAS – PB
Abril de 2024



2024 © Copyright Mundial
UACS – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Formatação e organização: Comissão organizadora do evento

Observação: a adequação técnico-linguística dos textos, assim como seus conteúdos, são de responsabilidade dos autores.

ISSN 2525-2836

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no Artigo 184 do Código Penal.



COMISSÃO ORGANIZADORA

Comissão de organização

Comissão Docente de Apoio

Ana Lunara da Silva Moraes (UFCG)
Camila Corrêa e Silva de Freitas (UPE)
Rosilene Alves de Melo (UFCG)

Comissão de Secretaria

Daniel Felix de Sousa
Kaliene Batista Ferreira
Lenita Maria Modesto Pereira
Luis Henrique Ferreira do Nascimento
Raurislandia dos Santos Pereira

Comissão de Infraestrutura

Cícero Leandro da Silva Batista
Joelma Gomes Dantas
José Hewerton dos Santos Oliveira
Vitória Maria Pereira Silva
Vitória Duarte Bezerra
Maria Clara Alencar Bernardo
Wanildo Pinheiro Leite Ferreira

Comissão de Atividades Culturais

Davi França Lucena
Thainara Maria Gonçalves Farias

Comissão de Comunicação

Talita Felix Lacerda
Taywany Gomes Alves

Comissão científica

Prof. Dra. Kássia Mota de Sousa (UFCG)
Prof. Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo (UFCG)
Prof. Dr. Matheus Maria Beltrame (UFCG)
Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa (UFCG)

Monitores – discentes

Alice Lopes da Silva
Bruno Fernandes de Sousa
Chayanne Dreyse de Souza



Darlene Nunes Ferreira
Elizabeth de Abreu Lira
Emanoel Lucas dos Santos
Emily Rawana dos Santos
Érica de Souza Teles
Fernanda Beatriz Nogueira
Filipe Soares Simões
Francisco de Assis Santos
Gabriel Andrade de Freitas
Gabriel Kauan Nogueira
Gabriela da Silva Santos
Gustavo Moraes Pereira
Izabel Carolina da Silva
José Bruno Pereira Vieira
José Emanuel Ferreira Leite
Karina Késsia de Lima
Karine Nogueira dos Santos
Kauan Andrick Barros
Lucas de Lima Cesar
Maiane Henrique Mendes
Marcos Vinicius Firmino
Maria Aparecida Moreira
Maria da Conceição Rodrigues
Natália Bezerra Rodrigues
Natália Cavalcante da Silva
Pedro de Paiva Chaves
Pedro Henrique Leite Coelho
Pedro Oliveira de Andrade
Raissa Lucena Lopes
Silas Cardoso de Oliveira
Thiale Habimail de Lima
Vitor Daniel Cartaxo Gomes
Wallisson Lopes Cardozo
Yslan Wesllen Pereira



SUMÁRIO

ST: HISTÓRIA, CULTURA E SENSIBILIDADES NO SERTÃO	9
ST: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIAS DOS SERTÕES	48
ST: OS PROCESSOS DE CONQUISTA DOS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA: CONFLITOS, RESISTÊNCIAS E TERRITORIALIZAÇÃO (SÉCULOS XVI-XIX).....	102
ST: SUJEITO E ESPAÇO: O SERTÃO SOB A PERSPECTIVA DA MOBILIDADE ESPACIAL	164
ST: O SERTÃO IMAGINADO E REPRESENTADO: PRÁTICAS, COSTUMES E TRADIÇÕES DO ESPAÇO MAIOR DO NORDESTE BRASILEIRO	216
ST: A FLUIDEZ DOS SERTÕES: PRÁTICAS, INSTITUIÇÕES E AGENTES NO BRASIL DOS SÉCULOS XVI A XIX	255
ST: GÊNERO, INTERSECCIONALIDADES E FEMINISMOS NOS SERTÕES	316
ST: COTIDIANO, NARRATIVAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE OS SERTÕES	372
ST: SERTÕES CONTEMPORÂNEOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO SÉCULO XXI	436
ST: TRADIÇÕES ORAIS (POPULARES) E MEMÓRIA COMO EXPRESSÕES DO SERTÃO NORDESTINO	468
ST: O SERTÃO NÃO FICAVA À MARGEM DA “HISTÓRIA”: ASPECTOS DE CULTURA, SOCIABILIDADE E POLÍTICA (SÉC. XIX - XX)	506
SC - SESSÃO COORDENADA DE ENSINO	534
SC - SESSÃO COORDENADA DE TEMÁTICA LIVRE	610



APRESENTAÇÃO GERAL

Organizada por discentes do Curso de Graduação em História, a **XIII Semana Nacional de História** do CFP/UFCG deu continuidade a um evento científico que, desde 2009, constitui-se tanto como espaço de trocas de experiências e de diálogos entre estudantes, professores e pesquisadores desta universidade e de outras instituições quanto como de produção do conhecimento histórico e de áreas afins. Na edição de 2023, o evento abordou a temática “**Os sertões em questão: memórias, representações e identidades**”.

Para refletir sobre os vários aspectos que carregam implicados em uma análise histórica e cultural do sertão, nasceu a ideia para a **XIII Semana Nacional de História**. A pauta central foi de entender o sertão como lugar e forma de existência, o qual, em sua diversidade, carrega identidades e memórias, que por tantas vezes foram, e ainda são, associadas a termos pejorativos.

Desde os tempos coloniais, o conceito de “sertão” era usado para classificar as regiões não-litorâneas, referindo-se a áreas escassamente povoadas e que exerciam atividades econômicas da agropecuária. Em parte da produção historiográfica, esse termo aparece para informar uma realidade oposta àquela vivida nas regiões litorâneas do Brasil, visto que, nota-se um discurso que apresenta um modo de vida diferente daquele construído em regiões centrais do Brasil. Nesse sentido, percebe-se uma oposição em que muitas vezes é reforçado pela historiografia, entre “litoral civilizado” e “sertão bárbaro”, culminando no isolamento e decadência das regiões afastadas dos grandes centros do Brasil (JESUS, 2004).

Dessa forma, a categoria de “sertão” está presente desde o século XVI, com os relatos dos cronistas e viajantes que visitavam o país e o descreveram. Conforme destaca Almeida (2019), o naturalista Auguste de Saint-Hilaire apresenta o sertão como uma característica próxima àquela predominante na Europa civilizada, permitindo ao europeu imaginar o sertão apoiando-se em uma imagem conhecida. Assim, no sertão o ritmo de vida seria mais lento, todavia, a cultura também absorveu essa categoria de vida própria do sertanejo, criando uma ideia de dias iguais a todos os dias, de solidão que tinha no sertão o cenário ideal.

Nesse sentido, o resultado foi a construção e permanência de uma imagem negativa dos sertões, dos costumes, tradições e culturas das suas populações. Porém, em resposta, “ocorreu também a construção de representações locais, que buscaram se contrapor às primeiras e negá-las, originando, assim, uma verdadeira luta de representações.” (ALMEIDA, 2019, p. 36).

Le Goff (1996) compreende a memória como a capacidade de conservar certas informações, que fazem parte de um conjunto de funções psíquicas. Logo, os homens atualizam, através das memórias compartilhadas, determinadas visões e conhecimentos sobre o passado ou algo que é entendido como o passado. Assim, o autor compreende a memória coletiva como um objeto instrumento de poder, em que determinadas sociedades utilizam-se da memória social oral ou a memória coletiva escrita para compreender e legitimar determinadas



manifestações da memória, como as recordações e tradições. Por conseguinte, o trabalho com a memória teria a função de atuar na construção das identidades dos sujeitos, na medida em que as “negociações e apropriações resultantes destes processos estabeleceram as relações que se colocariam entre passado e presente, implicando em permanências e rupturas que enraizariam as identidades e a consciência que se possui destes” (SILVA, COLVERO, 2020, p. 51).

Nessa perspectiva, para Almeida (2019) a identidade é uma construção social, por meio dos conhecimentos formados pelas instituições, pela memória coletiva, fantasias pessoais, pelos fatores de poder e religião, porém os grupos sociais organizam seu significado de acordo com os projetos culturais enraizados e sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. Dessa forma, esses argumentos reforçam a ideia de ser o sertão - e os sertões - um espaço vivo, dinâmico, múltiplo e diversificado, que comunica e traz consigo uma forte carga simbólica transmitida por valores e práticas por todos que partilham o espaço. Não importa qual signo identitário ele comunga dessa natureza sertaneja.

Portanto, ao refletir sobre os vários aspectos que carregam implicados em uma análise histórica e cultural do sertão, nasceu a ideia para a **XIII Semana Nacional de História**. A pauta central foi entender o sertão como lugar e forma de existência, o qual, em sua diversidade, carrega identidades e memórias, que por tantas vezes foi, e ainda é, associado a termos pejorativos.

Ao analisar a temática em questão, mais uma vez, o evento conseguiu atingir seus objetivos e ofereceu uma extensa programação de atividades a(o)s inscrito(a)s, bem como, a toda a comunidade acadêmica do CFP.



PROGRAMAÇÃO GERAL

SEGUNDA-FEIRA: 02/10/2023

09h00 - 12h00: Credenciamento e inscrições presenciais.

14h30 - 17h30: Credenciamento e inscrições presenciais.

18h00 - 18h30: Apresentação cultural.

19h00 - 19:30h: Solenidade de abertura.

19:30 - 22:00h: Conferência de abertura "Sertão: ser tão transfigurado". Profa. Dra. Dora Shellard Corrêa (UEL). Mediadora: Profa. Dra. Camila Corrêa da Silva e Freitas (UPE).

TERÇA-FEIRA: 03/10/2023

08h00 - 12h00: Simpósios Temáticos e Sessões Coordenadas.

14h00 - 17h00: Minicursos e Oficinas.

14h00 - 17h00: Cinema - exibição de curta-metragens.

18h00 - 18h30: Apresentação cultural.

19h15 - 22h00: Mesa redonda 01 "Mulheres, gênero e sertões". Composição: Profa. Dra. Ana Maria Veiga (UFPB); Profa. Dra. Fabíola Judurian Bolonha (UFCG). Mediadora: Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana (UFCG).

QUARTA-FEIRA: 04/10/2023

08h00 - 12h00: Simpósios Temáticos e Sessões Coordenadas.

14h00 - 17h00: Minicursos e Oficinas.

18h00 - 19h00: lançamento de livros.

19h00 - 22h00: Mesa redonda 02 "As feridas da natureza: corpo e natureza na construção das identidades espaciais sertanejas". Composição: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UEPB); Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade (UFRN); Profa. Ma. Maria Joedna Rodrigues Marques (Doutoranda UFRN). Mediador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG).

QUINTA-FEIRA: 05/10/2023

18h00 - 18:30h: Apresentação cultural.

19h00- 22h00: Mesa redonda 03 "Cultura e meio ambiente nos sertões". Composição: Profa. Dra. Maria de Lourdes Dionizio Santos (UAL-CFP/UFCG); Profa. Dra. Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa (UNAGEO-CFP/UFCG). Mediador: Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa (UAL-CFP/UFCG).

SEXTA-FEIRA: 06/10/2023

08h30 - 09h00: Apresentação cultural.

09h00 - 12h00: Mesa redonda 04 "Da Amazônia ao semiárido: questões sociais e culturais sobre os sertões". Composição: Profa. Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo (UFCG); Profa. Dra. Mariana Moreira Neto (UFCG). Mediador: Prof. Jefferson Fernandes de Aquino (SEE-PB).

08h00 - 12h00: Feira cultural.

14h00 - 17h00: Assembleia geral.

19h00 - 21h00: Conferência de encerramento "O roteiro ilustrado de terras minerais do Brasil: metamorfoses cartográficas da colonização". Conferencista convidado: Prof. Dr. Nuno Camarinhas (UFRN). Mediadora: Profa. Dra. Ana Lunara da Silva Moraes (UFCG).

22h00: Confraternização no Núcleo de Extensão Cultural do CFP (NEC).



ST: HISTÓRIA, CULTURA E SENSIBILIDADES NO SERTÃO

Coordenador:

Me. Roberto Ramon Queiroz de Assis
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Desde as últimas duas décadas do século XX, é crescente o número de pesquisas no campo da História Cultural. As mudanças epistemológicas vem reorientando o olhar do historiador para o campo das sensibilidades, das maneiras de sentir, de ver e ler a experiência humana no tempo. Portanto, este simpósio temático reivindica o imperativo de que a história se faz com sensibilidades! Buscamos reunir pesquisas em andamento ou concluídas que estejam comprometidas com a perspectiva da História Cultural e das novas sensibilidades socioculturais, bem como as formas de representar-se e dar sentido a si, ao outro e ao mundo. São bem-vindos trabalhos que versem sobre as diversas práticas socioculturais no sertão; história das emoções e das sensibilidades; memória e história oral; estudos sobre os corpos, a doença, a saúde, as práticas populares de cura; pesquisas que tratam das experiências humanas no sertão em sua dimensão sociocultural.

CHAPÉU DE COURO E GIBÃO: LUIZ GONZAGA E A SENSIBILIDADE DA CRIAÇÃO DE UM SÍMBOLO REGIONAL

José Cunha Lima

Professor efetivo do município de Araruna – PB
jscunhalima@hotmail.com.

RESUMO: Partindo do princípio que o conceito de ‘civilização do couro’, difundido em 1907, pelo historiador Capistrano de Abreu, e que foi aprofundado por outros teóricos. E assim, analisaram a construção e divulgação de trabalhos manufaturados com o couro, e que a partir deste couro emergiu um elemento cultural, que deu subsídios, para que se transformasse em um símbolo nordestino. Refiro-me, principalmente, ao chapéu dos cangaceiros e ao gibão dos vaqueiros, feitos com este subproduto da criação do gabo nos sertões. E foi se apropriando destas insígnias, que o “Rei do Baião”, Luiz Gonzaga, desenvolveu a indumentária típica de nossa região, presente em qualquer mercado de artesanato atualmente. Assim, emerge a curiosidade em saber, qual foi à sensibilidade do sanfoneiro de Exu para criar símbolo regional.

Palavras-Chave: Luiz Gonzaga; Chapéu de Couro; Sensibilidade; Nordeste; Gibão.

1. Introdução

Cabe, neste primeiro momento, fazer uma breve biografia dos monarcas representantes da chamada ‘civilização do couro’, a fim de apresentar ao leitor deste trabalho as figuras pernambucanas e nordestinas em comento que deram origem a este símbolo regional, que é o chapéu de couro e gibão. Essa estética presente no vaqueiro, e aprofundada pelos cangaceiros



influenciou a carreira artística e pessoal do sanfoneiro de Exu, Luiz Gonzaga, meu objeto de pesquisa desde as primeiras pesquisas historiográficas.

Entretanto, preciso delimitar um pouco de onde vem esse termo ‘civilização do couro’: no início da colonização a faixa litorânea em sua maioria era dedicada à monocultura da cana-de-açúcar, que precisava de uma quantidade considerável de terras e mão-de-obra, e que também necessitavam de produtos agrícolas para o alimento dos habitantes. Como o gado frequentemente destruía plantações, os rebanhos começaram a penetrar sertão adentro devido às inúmeras reclamações dos plantadores e determinações das autoridades.

Isso teve seu preâmbulo a partir da Bahia, principalmente com a família Garcia d’Ávila, que foi objeto de análise primordialmente pelo historiador Pedro Calmon, em seu estudo ‘História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros’. Esse clã pioneiro na implantação do gado no interior colonial utilizava o Rio São Francisco como via de introdução para o gado vacum. Como ratifica Manuel Correia de Andrade:

O gado foi sempre um servo da cana; ocupava áreas pioneiras à sua espera e cada vez se distanciava mais do litoral, tendo, conseqüentemente, que ir alongando cada vez mais suas caminhadas para chegar aos centros de consumo. Foi ele que desbravou e ocupou os vales fluviais distantes de Olinda, fixando-se, ao Sul, no Vale do São Francisco e nos campos de Sergipe e, ao norte, nos tabuleiros da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Não fosse a pecuária e os tabuleiros se teriam tornado verdadeiros vazios demográficos e econômicos entre áreas úmidas e férteis das várzeas (ANDRADE, 1980, p. 101).

Os rios adjacentes ao ‘velho chico’ aos poucos foram sendo desbravados e ficou como o meio de locomoção das tropas que eram usadas para a expulsão dos nativos (não havia esse vazio populacional descrito por Andrade e por boa parte da produção intelectual que pouca atenção deu à ocupação indígena pretérita) e a consolidação dos currais, das fazendas de criação dos bovinos e das chamadas ‘miunças’, que são os animais domésticos de pequeno porte (bode, cabras, ovelhas, porcos e entre outros). Para isso não precisavam da mesma quantidade de pessoal que era utilizado no litoral. Com isso, surgiu o elemento fundamental para a eclosão dessa cultura de produção dos elementos diversos a partir do couro, esse personagem é o vaqueiro.

Segundo Abreu: “adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao



vaqueiro”. E este ficava responsável por toda a sorte de trabalho ligado aos animais. “A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros” (ABREU, 1998, p. 135).

Além desses ofícios, foram os vaqueiros que começaram a desenvolver o artesanato ligado ao couro, primordialmente dos bovinos e posteriormente das ‘miunças’, dando início ao que se convencionou a chamar de ‘cultura do couro’ ou ‘civilização do couro’ (numa terminologia consagrada por Capistrano e adotada por muitos estudiosos posteriores). Eclodia, com isso, um símbolo cultural ligado ao mundo do trabalho manufaturado que iria identificar todo um significado regional ligado a um patrimônio material.

Assim, fico me perguntando como esse patrimônio material nordestino desenvolvido por vaqueiros, circula como um elemento característico que está presente entre o estético, o imaginativo, o econômico, o político, o social; e tornou-se tão representativo quanto o que o couro exerceu desde o Brasil colonial nesse espaço agropastoril, vindo a ganhar mesmo as características de um patrimônio imaterial, uma vez que transitou de objetos de utilidade ligados ao mundo da pecuária a uma dimensão simbólica de representante de uma certa cultura.

Mais especificamente quero discutir como os produtos realizados tendo como matéria-prima, o couro, influenciaram a história de duas pessoas que se transformaram no decorrer do século XX, em personagens simbólicos nordestinos, esses “dois monarcas pernambucanos”, em torno deles foram criadas representações regionais que tem como plano de fundo a civilização do couro. Estou falando do ‘Rei do Cangaço’ (Virgulino Ferreira, - 1898 - 1938) e do ‘Rei do Baião’ (Luiz Gonzaga – 1912 - 1989).

1.1. “Aquele Chapéu de Couro”

O primeiro monarca em destaque a usar o ‘chapéu de couro’ como símbolo de status, foi Virgulino Ferreira da Silva, nasceu no município de Serra Talhada no final do século XIX, em Pernambuco. Quando o menino Virgulino cresceu, o cangaço estava presente na região nordeste, e se destaca como esse fenômeno misto de banditismo com resistência às elites rurais, ao direito ao acesso à terra, a luta contra as dificuldades climáticas, entre outros motivos, a exemplo de rivalidades entre famílias. Entre os estereótipos de bandidos sanguinários e heróis



populares, caminha a imagem dos cangaceiros, que tanto mobiliza as discussões de historiadores, sociólogos, jornalistas, criminalistas e outros intelectuais, bem como a cultura popular em geral.

Com o passar do tempo já no século XX, as imagens dos cangaceiros, principalmente de Lampião, começaram a circular no interior do nordeste brasileiro por intermédio dos jornais e revistas, sendo utilizadas de variados modos, como meio de divulgar as atrocidades provocadas, de divulgar a perseguição aos bandos ou até para ser usadas como propaganda de determinados produtos. A admiração de parte dos sertanejos vinha também da vida aventureira e da luta imaginada, em busca de justiça social que era negada pelos meios legais, eclodindo esses símbolos de valentia (masculinidade e honra) tão valorizados por uns e discriminados por outros.

Assim, Lampião, segundo seus admiradores, era um dos únicos personagens que se impunha ao sistema oligárquico, mesmo que de modo parcial, pois se o coronel fosse seu aliado não sofria nenhuma importunação dos cangaceiros. Desse modo, o ‘Rei do Cangaço’ e seu bando eram os únicos desobedientes ao sistema vigente.

Lampião representa explosão violenta da revolta surda do pobre sertanejo nordestino contra as injustiças do latifúndio, da politicagem e do poder que exploram e desprezam como agora, na seca atual, passando fome, sem a menor assistência do governo todo poderoso (OLIVEIRA, 1991, p. 110).

Com isso, podemos observar que Virgulino Lampião era um desobediente social, bandoleiro vingativo. Não sabemos quantas batalhas, tiroteios, armadilhas e emboscadas o ‘Rei do Cangaço’ enfrentou. E essas histórias verídicas ou não ganharam múltiplas dimensões de bravura, valentia e resistência contadas em prosa e versos nos cordéis, nas vozes dos repentistas e nas películas nos cinemas. Mas também, Lampião foi um produto da ‘civilização do couro’ que expulsava os que não queriam e/ou podiam fazer parte daquele ciclo.

A bravura dos cangaceiros não estava somente em combater à força policial, conhecida como ‘volante’. Estava também em viver e conviver no ermo sertão. E como enfrentar às agruras da vegetação cheia de espinhos? Utilizando e adaptando, para isso, a vestimenta (armadura) do vaqueiro ou boiadeiro que se embrenhava pelo sertão na busca pelas reses que se desgarravam do rebanho.



O escritor Frederico Pernambucano de Mello (2012) coloca que a tradição de violência do cangaceiro, boa parte foi herdada do vaqueiro, de um cenário de aventura, de um meio físico e geográfico de relevos aquedados à ocultação dos animais e do ser humano, de uma vegetação impenetrável, onde só os fortes sobrevivem.

O homem violento, afeito ao sangue pelo traquejo das tarefas pecuárias e adestrado no uso das armas brancas e de fogo, mostrava-se vital num meio em que se impunha dobrar as resistências do índio e do animal bravio como condição para o assentamento das fazendas de criar. Naquele mundo primitivo, o heroísmo social forjava-se pela valentia revelada no trato com o semelhante e pelo talento na condução cotidiana do empreendimento pecuário. Nas festas de apartação, em que se engalanavam as fazendas no meado do ano, um e outro de tais valores – é dizer, valentia e talento – precisavam somar-se para a produção ou confirmação de heróis pelas vias da vaquejada bruta, corrida com o homem nos couros e por dentro dos paus da caatinga mais cerrada, ou da corrida de mourão (MELLO, 2012, p. 45).

Sendo assim, podemos dizer que não foi só a bravura que os cangaceiros herdaram dos vaqueiros, mas sim seus ornamentos de couro, como o chapéu e seus adereços, as alpercatas, perneiras, cintos, guaiacas, cartucheiras, borracha d'água (um protótipo parecido com o saco de couro costurado e impermeável), a bainha da faca e do revólver, a carteira para carregar o dinheiro adquirido na vida bandoleira. De couro, também, eram as luvas que protegiam as mãos quando estavam atirando, além do guarda-pulso, que era usado pelos boiadeiros nas marchas com os cavalos.

Criando assim, uma representação simbólica regional a partir da manufatura do couro. Pelos vaqueiros eram utilizados, preferencialmente, o couro do gado vacuum, com o qual trabalhavam diariamente e tinham que desenvolver sua criatividade no trato com o produto (um verdadeiro ciclo, a partir da retirada, secagem e beneficiamento).

Entre os cangaceiros os utensílios eram “feitos de couro de cabra, carneiro ou veado; os últimos são os melhores, mas qualquer um serve” (MELLO, 2012, p. 68). Para isso, eram usadas peças de couro de animais domésticos e silvestres de médio porte. Os primeiros, as miunças, eram adquiridas nas propriedades invadidas ou adquiridas nas feiras das cidades “visitadas” pelos bandoleiros. As demais peças de couro eram caçadas na vegetação, carneados e beneficiados pelos próprios cangaceiros. Deixando claro que os discípulos de Lampião não precisavam de grandes pedaços de couro (de uma res, por exemplo), seu trabalho não era



voltado para a economia do couro, e sim para a produção de pequenas peças. A partir daí, a armadura do vaqueiro passou a fazer parte da indumentária do cangaceiro.

O cangaço influenciou na vida, obra musical e estética do cantor e compositor Luiz Gonzaga, a admiração pelo ‘Rei do Cangaço’, a adoção da vestimenta de cangaceiro na carreira artística, e também o lançamento do ‘Xaxado’, como ritmo desenvolvido pelos bandoleiros, em nível nacional.

Incide salientar que o futuro ‘Rei do Baião’, nasceu na cidade de Exu, alto sertão pernambucano, no comecinho da segunda década do século XX. Esse município também teve início após a expulsão dos indígenas ‘Ançus’, em meados do século XVIII, com a chegada do português Leonel de Alencar Rego e família, e que se diziam ser descendentes da ‘Casa da Torre’. Fundando a Fazenda Várzea Grande, essa nomenclatura tem o significado de “terreno localizado na margem de rios”.

Essa povoação surgiu às margens do Rio Brígida, com o desenvolvimento de uma fazenda de criação de gado. Esse rio também é afluente do ‘velho chico’, e foi usado como rota de escoamento dos produtos agrícolas e pecuários (carne, leite e couro). Esse córrego foi homenageado pelo sanfoneiro de Exu e seu filho, Gonzaguinha (1945 - 1991), na música ‘Rio Brígida’, em 1979.

A canção tinha uma letra de protesto contra os conflitos políticos que então aconteciam em Exu e que opunham as oligarquias locais dos Alencar e dos Sampaio, que se arrastou por décadas no século XX, com crimes de lado a lado, apenas pacificada na década de 1980. Esse rio era o principal meio de locomoção entre a capital pernambucana e baiana no período colonial, e por via terrestre para o interior do Ceará e do Piauí, pois Exu ficava no sopé da serra do Araripe.

O jovem Luiz Gonzaga conhecia essa geografia de perto. Primeiro porque seus pais Januário José dos Santos (1888 - 1978) e Ana Batista de Jesus (1894 - 1960) eram moradores nas terras do clã Alencar, e o pequeno sanfoneiro utilizava o rio para banhar-se e pegar água para uso da família. O primeiro contato que Gonzaga teve com a ‘civilização do couro’ foi na feira da localidade. Isso aconteceu porque sua mãe dona Santana (como era mais conhecida), era feirante, trabalhava produzindo e vendendo cordas, justamente ao lado do espaço reservado aos comerciantes de couro. Assim, ele teve contato com os mais variados produtos de couro. O



que me faz lembrar a citação que fez surgir o conceito clássico de cultura econômica voltada para o couro, a saber:

Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, 1998, p. 135).

Assim, Gonzaga teve contato com todos ou quase todos desses materiais realizados artesanalmente a partir do couro produzido com peles da região. Principalmente com as borrachas para carregar água, o alforje, a mochila para alimentação dos animais, a peia para dificultar a movimentação dos animais quando não estão trabalhando, as bainhas, mas o que mais marcou, com certeza, foi ‘a roupa de entrar no mato’, que era o gibão, a armadura dos vaqueiros.

Esse elemento regional veio a fazer parte de sua indumentária durante sua carreira artística. Outro influenciador na composição estética e cultural da vestimenta do ‘Rei do Baião’ foi Lampião e o seu chapéu de couro. Por fim, emerge discutir em sua conclusão a relação entre uma cultura material que acaba sendo também englobada no âmbito de uma cultura imaterial, a saber, os instrumentos de trabalho e a indumentária acabam por ser apropriados como símbolos de uma certa população.

1.2. A Coroa de Couro do Rei do Baião

Um dos locais que encontramos, ainda, os resquícios da ‘Civilização do Couro’ eram nas feiras do interior do nordeste. Além dos utensílios produzidos e vendidos para os agricultores, vaqueiros e trabalhadores em geral. É na feira que nos deparamos com artesanatos que tendo como representante símbolo de uma região, o cangaceiro, mais precisamente a imagem de Lampião, como peça decorativa, nesse espaço também podemos ver objetos de barro ou cerâmica à moda de Metre Vitalino, e ainda a presente iconografia do ‘Rei do Baião’, nos cantadores que se apresentam nos espaços que chamam a atenção do público.



Esses três personagens são lembrados e declamados pelos cantadores de viola e/ou nos folhetos (cordéis) expostos para a venda. Tais cantadores e/ou cordelistas, tradicionalmente, se constituíram numa das expressivas atrações nordestinas. “Estas, como se sabe, juntamente com suas funções econômicas, revestem-se de grande significado social para as populações sertanejas, em termos de comunicação, socialização, enfim, ações interativas as mais diversas” (VIEIRA, 2000, p. 41).

Sendo assim, no tempo dos personagens em destaque, no sertão do início e ao longo de boa parte do século XX, o espaço da feira era sinônimo de uma festa, cheia de influências culturais. E foram esses cantadores e/ou cordelistas os responsáveis por glosar a vida e a valentia de Lampião, os sucessos do “Rei do Baião”. Em torno desses cantadores, ou arautos nordestinos; os feirantes e consumidores se reuniam para ouvir os versos das cantorias, seus repentistas, pelejas e improvisos, e a partir daí, desse espaço de comunicação e divulgação cultural circulam as histórias de bravuras, valentias, crimes e castigos do cangaço.

Desde menino, Luiz Gonzaga, ajudava o pai na oficina de sanfonas, em contrapartida seu Januário, ia ensinando o ofício de sanfoneiro que era prestigiado no local onde moravam. O pequeno também trabalhava na agricultura e ajudava a mãe a vender os utensílios produzidos por Dona Santana na feira da cidade. E foi na feira da cidade que o pequeno Luiz, teve contato com as primeiras imagens do ‘Rei do Cangaço’ a partir dos impressos, quais sejam: jornais, revistas e cordéis. E paulatinamente se aproximou das representações da ‘Civilização do Couro’.

E foi na feira que Luiz Gonzaga teve acesso a outros ritmos e acordes diferentes dos que eram ensinados pelo pai. Lá ele viu e ouviu bandas de pífanos, os cegos cantores, e os “repentistas improvisando seus desafios e dedilhando na viola, entre duas estrofes, os rojões que influenciariam mais tarde o ritmo do baião” (DREYFUS, 2012, p. 38).

Posso dizer que Gonzaga era uma criança de vida pacífica, – diferente do ‘Rei do Cangaço’ –, mas admirava os cangaceiros e suas histórias de valentia, como era comum entre crianças sertanejas de sua geração. Para corroborar com essa assertiva ora formulada, certa feita, ele teceu as seguintes considerações a respeito da figura do lendário cangaceiro: “Lampião, nem se fala. Era meu ídolo. Quando pegava um pedaço de jornal ou revista com a cara de Lampião,



eu ficava abestado e pensava: ‘vejam que homem bonito’. Pensava em mais coisas. Pensava um dia criar coragem, ganhar o mato com meu fole, incorporar-me ao bando” (SÁ, 1999, p. 25-26).

Luiz Gonzaga, como muitos meninos sertanejos de sua geração, sonhava em entrar no bando para, primeiramente, ter o respeito dos meninos, segundo para receber uma sanfona nova da marca veado, modelo mais difundido no sertão nesse período, com oito baixos. E terceiro, para poder tocar para o ‘Rei do Cangaço’ e seu bando em suas festas pelo interior do nordeste.

Eu sabia que eles gostavam de dançar. À falta de mulher, faziam com os fuzis um arranjo, punham-nos a jeito de dama. Ou então, numa alegria louca, talvez de serem tão libertos, dançavam uns com os outros. O ritmo de xaxado era marcado no chão, com as alpercatas levantando poeira. Era um ritmo agitado, difícil. E eu havia de torná-lo mais característico, dar-lhe consistência, divulgá-lo. Seria apontado: - Talí o tocador de xaxado... Aprendeu com os cabras de Lampião (SÁ, 1999, p. 26).

O jovem Luiz Gonzaga, não cansava de ouvir as histórias fantásticas que contavam sobre o ‘Rei do Cangaço’ e suas façanhas. O tempo passou e a chance de conhecer Lampião então chegou, pois o bando de cangaceiros tinha que cruzar por Exu em direção a Juazeiro do Norte - CE, a chamado do Padre Cícero e do Deputado Floro Bartolomeu.

O que estava acontecendo? A Coluna Prestes estava próxima da cidade de Juazeiro, reduto do ‘poderoso’ Padre Cícero, e supostamente para fazer combate à coluna, o Deputado Federal Floro Bartolomeu, aliado do líder religioso, havia sugerido convidar o bando de Lampião para ajudar na resistência à Coluna Prestes. O deputado sabia da admiração do cangaceiro pelo padre Cícero. Sendo assim, Lampião recebeu a convocação no sertão da Bahia, e trajeto até Juazeiro incluía passar pela terra natal de Luiz Gonzaga.

Quando Lampião e seu bando estavam indo para Juazeiro, correu o boato que eles iam passar pelo Araripe. As famílias daqui, então foram se esconder nos matos. Nós fomos também, lá pra beira do rio Brígida. Chegamos lá, minha mãe escolheu uma quixabeira grande que havia para a gente dormir debaixo. E eu bufando, reclamando que estava perdendo a oportunidade de ver Lampião. Quando foi no dia seguinte, minha mãe acordou, mal dormida, olhou pro céu, bocejou... e eu de olho nela. Daqui a pouco ela falou: - Será que o povo já voltou pro Araripe? Eu aí perguntei: - A senhora quer que eu vá ver? – tu tem coragem? – Nesse instante! Eu já tava de pé na estrada. Cheguei no Araripe, todo mundo lá, ninguém mais estava nos matos, só nós. Aí eu voltei pra a visar minha mãe. Atravessei o rio, quando avistei a quixabeira, aí tive uma ideia: “Agora vou me vingar, vou pegar um susto neles”. Dei um pique, cheguei gritando: “Corre gente que Lampião vem aí”. Quando olhei debaixo da quixabeira, meu pai já tinha jogado terra no fogo, estava todo mundo em pé, com a mochila no ombro, prontinho pra disparar, e eu aí caí na risada. [...]. Minha mãe viu que era

brincadeira minha, foi chegando perto de mim, me agarrou e aí [...], todo mundo me dando cascudo na cabeça! (DREYFUS, 2012, p. 46).

Esse acontecimento ocorreu em 1926, e o pequeno Luiz Gonzaga, acabou não conhecendo Lampião, mas conseguiu levar uns cascudos por causa do cangaceiro. Frustração à parte, mesmo assim, o ‘Rei do Cangaço’ vai influenciar muito o futuro ‘Rei do Baião’, havendo uma apropriação simbólica tendo por plano de fundo, o chapéu de couro, ou seja, a coroa de rei.

Os dois são produtos dessa terra. O monopólio da propriedade privada são raízes do universo de ambos. Lampião foi expulso das terras da família, ou seja, o latifúndio atirou-o para a vida bandoleira; Gonzaga, como um trabalhador rural, canta que a terra é boa. Muito semelhante aos nativos que viviam nessa terra, pois os indígenas foram expulsos de suas terras, trabalhavam e louvavam à terra. As diferenças e semelhanças entre si são marcantes.

Figura 01 - Lampião com a estética do chapéu anterior à década de 1930. Ao lado Luiz Gonzaga na década de 1950, com o primeiro modelo inspirado no ‘Rei do Cangaço’.



Fonte: <http://www.forrodaminhaterra.blogspot.com/2011/11/museu-gonzagao-serrinha-bahia.html>. Acesso em: 20/10/2023.

Analisando parte da produção historiográfica de alguns estudiosos da cultura do Nordeste, vejo uma ligação entre os personagens, Virgulino Ferreira, o Lampião e Luiz Gonzaga, compondo um panteão dos ídolos regionais frutos da ‘civilização do couro’. São atores do mesmo palco, no mesmo chão, mas intrinsecamente desiguais. O cangaceiro é a imagem do ser humano revoltado, testemunha ocular do sofrimento dos injustiçados do sertão.



Luiz Gonzaga era um produtor cultural para as massas nordestinas, era o incentivador dos músicos.

Sendo assim, Lampião e Luiz Gonzaga são como espécies de arquétipos de natureza daqueles que não se rendem fácil, se adaptam às necessidades, como símbolos de resistência regional cada um a sua forma, resultado intrínseco do solo nordestino, cultuados até hoje no sertão. A partir daí, Gonzaga em sua construção simbólica tentou redimir em certa medida a imagem dos cangaceiros, mas não foi fácil. A representação dos cangaceiros era uma constante nas músicas e nas vestimentas dos cangaceiros fizeram parte de toda a carreira do sanfoneiro de Exu.

Por exemplo, na década de 1950, na chamada era de ‘Ouro do Rádio’, período onde só se podia apresentar nas casas de shows e estúdios de rádios se usasse terno, gravata e chapéu estilo Panamá, conhecido como estilo ‘summer’ (verão). Entretanto tudo mudou quando Gonzaga conheceu um acordeonista que se vestia à moda dos pampas.

O nome desse artista que influenciou a vestimenta do “Rei do Baião” era Pedro Raimundo, trazido para a Rádio Nacional pelas mãos do radialista Almirante. O sanfoneiro e cantor catarinense inovou utilizando roupa de gaúcho. Inspirado por ele, Gonzaga passa a pensar com qual roupa ele representaria a cultura nordestina. Sobre o assunto Gonzaga falou:

Quando ouvi aquela gaita (sanfona), aquele homem fazer aquilo no que era mestre, cantar, tocar, declamar, me deu uma loucura. O único espectador no estúdio (da rádio Mayrink Veiga) era eu e ele me reconheceu e até mexeu comigo, improvisando trovas sobre a minha presença. Senti que ele era uma fera e fiquei apaixonado. Encontrei o meu caminho ali (‘O Estado de São Paulo’, 9/06/1985, in CHAGAS, 1990).

Cabe salientar que nesse período havia um investimento na criação da cultura nacional e regional do país. Assim, o cantor dos pampas foi uma espécie de modelo estético para Gonzaga, “eu achei que Pedro Raimundo era minha base, comecei a pensar que tipo eu podia fazer, porque o carioca tinha sua camisa listada, o baiano tinha o chapéu de palha, o sulista era aquela roupa do Pedro” (DREYFUS, 2012, p. 134).



Figura 02 - Pedro Raimundo vestido de gaúcho e Luiz Gonzaga de chapéu de cangaceiro.



Fonte: <http://www.forrodaminhaterra.blogspot.com/2011/11/museu-gonzagao-serrinha-bahia.html>. Acesso em: 20/10/2023.

A partir daí ele tinha que se colocar o desafio de criar uma estética nordestina e o que vinha a cabeça de início era a figura lendária de Lampião. Com isso, ele telegrafou para sua mãe, Dona Santana, pedindo que enviasse um chapéu de couro semelhante ao do ‘Rei do Cangaço’. De início dona Santana de Luiz Gonzaga relutou em enviar o adereço, pois ela não gostava de cangaceiro.

Desde o começo da carreira, Gonzaga tentava se apresentar em público com um visual que lembrasse a sua terra, o Nordeste, como a rigor fazia Pedro Raimundo. Mas não lhe permitiam. Discriminação. Insistiu e resolveu o problema quando foi contratado pela Rádio Nacional. Suas primeiras apresentações foram com uma roupa que mais lembrava a de um caubói, aos moldes de Bob Néelson; com cartucheira e revólver de brinquedo à mostra, que trocou por chapéu de cangaceiro (e de vaqueiro) com gibão de couro e alpercatas de rabicho nos pés (ÂNGELO, 2006, p. 61-62).

Mas a sensível admiração por Lampião, o ‘Rei do Cangaço’ e ‘herói’ do sertão, fazia parte da memória de Luiz Gonzaga de longa data. Essa iconografia representativa muda no decorrer do tempo, pois em algumas oportunidades seu Luiz declarou que gostava mesmo era do cangaceiro Antônio Silvino, que não tinha, junto com seu bando, uma história tão violenta, e que também não davam o mesmo cuidado de Lampião e seu grupo na questão estética e ornamental. Uma dessas declarações de admiração a Antônio Silvino foi feita a imprensa paraibana em uma entrevista concedida em 1979.



Luiz Gonzaga disse que ‘é um adversário combativo dos admiradores de Lampião, porque o bicho só queria matar e roubar. Depois de tudo o que fez, o povo ainda queria transformá-lo num herói. Herói mesmo para mim é Antônio Silvino, o cabra que deu alguns exemplos de bravura para nós, e não Lampião, que jogava as criancinhas pra cima para aparar na ponta do facão Este era danado’ (*‘O Norte’*, 27/06/1979).

Assim, o famoso sanfoneiro teve a sensibilidade de buscar as representações dos cangaceiros que variavam entre Lampião e Antônio Silvino – e as eventuais conveniências políticas de lidar com essas imagens controversas – e isso influenciou sua estética, que variava um pouco no decorrer do tempo e/ou espaço em que Gonzaga estava. Por exemplo, se estivesse na ‘Missa do Vaqueiro’, seu Luiz elogiava Silvino e se estivesse dando entrevista na região sudeste fazia referência ao ‘Rei do Cangaço’.

Após ter a ideia de se caracterizar de cangaceiro, o dilema era onde e quando lançar essa estética. Luiz Gonzaga usou o chapéu de cangaceiro a primeira vez no ano de 1947, em plena Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

Quando eu lancei o chapéu no auditório da Rádio Nacional, fui proibido de cantar com ele. O diretor artístico era Floriano Faissal. Ali ‘não era casa de cangaceiro, não’: eu tinha mesmo de trabalhar era de Summer” (*‘Jornal do Brasil’*, 30/07/83 in CHAGAS, 1990).

Luiz Gonzaga se vestiu de cangaceiro numa rádio que pertencia ao governo federal que foi o perseguidor dos cangaceiros durante décadas, e as ondas curtas PRE 8 (prefixo da Nacional), eram usadas para propagar as atrocidades dos bandoleiros no sertão nordestino. Certamente não era um desafio de pouca monta. Entretanto, Gonzaga persistiu até que os diretores permitissem a utilização da indumentária. Segundo Santos:

Essa atitude simbólica de Luiz Gonzaga e o fato de associar sua figura artística aos valores do cangaço – bravura, justiça, destemor, dignidade e coragem – contribuiu para uma outra perspectiva da visualização do movimento do cangaço nordestino, até então, constantemente entendido como sinônimo de banditismo e desagregador da suposta ordem estabelecida (VIEIRA Apud SANTOS, 2004, p. 101-102).

Assim, quando Luiz Gonzaga identificou esses aspectos sensíveis e simbólicos imaginados da cultura nordestina, a partir de uma ótica vinda da estética popular, o compositor



percebeu a força comunicativa desses elementos no sentido de levar a sua mensagem regional de resistência, com eficácia, ao público que consumia sua produção musical. Dessa forma:

Gonzaga, mídia humana, como sanfoneiro. Visual, misto de vaqueiro e cangaceiro, símbolo de resistência, reclame testemunhal das características típicas do homem e os traços de sua terra. Todo esse discurso oral e imagético nos deixou um complexo de narrativas condutoras da inserção da tradição nordestina na modernidade brasileira, suportada, principalmente, pela sua oralidade (AUSTREGÉSILO, 2012, p. 24).

A aceitação definitiva da estética de cangaceiro só ocorreu em 1949, onze anos depois da morte do 'Rei do Cangaço'. Quando o chapéu chegou às mãos de Luiz Gonzaga, ele foi logo colando uma coroa no lugar das insígnias místicas utilizadas pelos cangaceiros. Após a utilização da indumentária dos bandoleiros de modo oficial, Gonzaga, começou a pensar em lançar o ritmo dançado pelos cangaceiros como ritmo regional, daí eclode o Xaxado.

Segundo Câmara Cascudo (1974), o xaxado é uma dança exclusivamente masculina, originária do alto sertão de Pernambuco, divulgada até o interior da Bahia pelo cangaceiro Lampião e os cabras do seu grupo. Dançam-na em círculo, fila indiana, um atrás do outro, sem volteio, avançando o pé direito em três e quatro movimentos laterais e puxando o esquerdo, num rápido e deslizado sapateado. Os cangaceiros executavam o xaxado marcando a queda da dominante com uma pancada no coice do fuzil.

Xaxado é onomatopeia do rumor 'xa-xa-xa' das alpercatas, arrastadas no solo. De início falhou como dança-de-salão porque não é possível atuação feminina. Entretanto com o passar das décadas foi incorporada a participação das mulheres. "É preciso não esquecer, por fim, que a alpercata comparecia com o básico da sonoridade do xaxado, marcando o compasso resfolegante ao som do qual tinha lugar a dança da pisada" (MELLO, 2012, p. 99).

Gonzaga tinha a percepção que sua música deveria ser vestida com um discurso imagético capaz de servir de suporte ao seu enunciado, complementando a sua oralidade. Tratava-se, portanto, de uma música para se ver e ouvir, vendo a imagem do som, reforçado, isto é, suportado pelos elementos simbólicos que caracterizavam as temáticas das canções voltadas para os valores, usos e costumes representativos da região nordestina.

2. Considerações Finais



Além de ouvir os aboios dos vaqueiros que tanto lhe inspiraram desde vestimenta até o jeito de cantar. O xaxado pode não ter sido o ritmo de maior sucesso de Luiz Gonzaga, entretanto foi o que mais influenciou o cantor na formulação de sua indumentária e da criação da representação iconográfica da região nordeste. Em partes redimindo a imagem do cangaceiro somente como um bandoleiro sanguinário, e o transformando num elemento produtor de cultural estética e musical.

Com isso, observa-se, que a estética do cangaço, fruto da civilização do couro, estava ligada ao sentimento de honradez pessoal e valentia. Símbolo de resistência, o sertão era o espaço, portanto, com características predominantemente agropastoris, e fomentava em sua composição um componente identitário, tendo como elemento formador, o vaqueiro e o cangaceiro, mas também, toda uma amálgama de atores sociais presentes no processo de produção cultural da região tendo por base a força de trabalho.

Gonzaga em seus trabalhos conseguiram adaptar essas figuras típicas, e reapropriá-las como símbolo fundamental de uma região, e de passagem aprofundaram a representação da civilização do couro na cultura. A partir de sua sanfona o instrumentista criou o ‘Trio de Forrozeiro’ ou ‘trio pé-de-serra’. E sua estética aglutinou além da sonoridade elementos como chapéu de couro e gibão, ressaltando as estrelas, – e no caso de Gonzaga uma coroa no alto do chapéu –, e outros adereços que simbolizavam o misticismo e o imaginário popular do nordestino.

Sobre a estética do cangaço que tanto influenciou a vestimenta do ‘Rei do Baião’, o escritor Federico Pernambucano de Mello (2012), nos alerta que, mesmo os cangaceiros habitando num meio natural cinzento e pobre, os bandoleiros vestiam-se de cor e muita riqueza. Satisfazendo seu anseio de arte voltado para o místico e de estilo baseado no arcaico brasileiro.

E foram esses personagens, o vaqueiro e o cangaceiro, frutos da ‘civilização do couro’ e da revolta social que Luiz Gonzaga lembrou-se como representante cultural quando estava compondo sua imagem artística. Ao se vestir ao padrão estético de Lampião, seu ‘herói’ de infância em seu chapéu e cartucheira, e homenageando os vaqueiros em seu gibão e nas sandálias de couro. Adquirindo, assim, os arquétipos que acompanham a iconografia do artista pela vida toda, como foi o caso de Luiz Gonzaga.



3. Referências

3.1. Periódicos:

‘Jornal do Brasil’, 30/07/1983.

Jornal ‘O Norte’, 27/06/1979.

3.2. Bibliográficas:

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 4a ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

ÂNGELO, Assis. Dicionário Gonzagueano, de A a Z. São Paulo: Trends, 2006.

AUSTREGÉSILO, José Mário. Luiz Gonzaga: o homem, sua terra e sua luta. Recife: Fase Faculdade, 2012,

CALMON, Pedro. História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros. Rio de Janeiro: Jose Olympio: 1939.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1974.

CHAGAS, Luiz. Luiz Gonzaga. São Paulo: Martin Claret, 1990. (coleção Vozes do Brasil).

DREYFUS, Dominique. Vida do Viajante a Saga de Luiz Gonzaga. São Paulo: Editora 34, 2012.

MELLO, Frederico Pernambucano de. Estrelas de Couro: A Estética do Cangaco. 2ª Ed. São Paulo: Escrituras, 2012.

OLIVEIRA, Gildson. Luiz Gonzaga o Matuto que Conquistou o Mundo. 3a ed. Recife: Editora Comunicarte, 1991.

SÁ, Sinval. Luiz Gonzaga o sanfoneiro do Riacho da Brígida: Vida e andanças do Rei do Baião. 7ª edição, Brasília: Thesaurus, 1999.

ENTRE A TRADIÇÃO E A RUPTURA: O SERTÃO DOS INHAMUNS POR RONALDO CORREIA DE BRITO EM *GALILÉIA*

Emanuele de Freitas Freire
Graduada em História (UFCEG)
emanueleffreire@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho se propõe a discutir, sob a perspectiva da História, o sertão apresentado pelo autor contemporâneo cearense Ronaldo Correia de Brito em seu romance intitulado *Galileia*, no qual o leitor é convidado a adentrar numa viagem pelo sertão dos Inhamuns, localizado no estado do Ceará, e conhecer parte da trajetória de uma família cujo



patriarca se encontra em seus últimos dias de vida. A trama desenvolvida por Brito percorre um sertão de múltiplas personagens e paisagens que transitam entre o imaginário tradicionalmente associado aos sertões nordestinos, ao passo que também evidencia outras perspectivas que buscam romper com essas visões. Nesse sentido, a discussão que aqui se propõe objetiva-se a refletir sobre as imagens dos sertões construídas na literatura contemporânea de Brito e em que medida elas reforçam ou rompem com ideários consolidados sobre esses espaços.

Palavras-chave: Literatura; Sertões; Tradição; Inhamuns.

1. INTRODUÇÃO

A arte literária, enquanto fonte histórica, compreende um rico elemento capaz de evidenciar aspectos diversos de uma determinada sociedade ou grupo, ainda que por meio da ficção. Nesse sentido, a História e a literatura apresentam uma relação de proximidade em múltiplos sentidos que podem ser explorados por estudiosos de diversas áreas.

Assim, a historiadora Sandra Pesavento (2006) pontua que o diálogo entre a história e a literatura deve ser compreendido não somente como a apreensão de um simples aspecto cultural capaz de refletir a realidade da sociedade que o produz. Para além disso, Pesavento toma como base o conceito de imaginário para discutir a proximidade que se estabelece entre a história e a literatura.

Neste viés, segundo a autora, para compreender a relação entre esses dois campos, é preciso trilhar pelos caminhos do imaginário, realizando um trabalho epistemológico capaz de romper, em parte, com as supostas barreiras que separam a ficção e realidade, ou mesmo o real e o imaginário. Todavia, é importante frisar que, compreender a realidade por meio do imaginário, não significa negar ou fantasiar o “real”, mas sim, evidenciar de que modo esses elementos, supostamente antagônicos, podem ser associados.

Para o crítico literário Antonio Candido (2012), a literatura se configura como parte essencial da experiência humana, e especialmente, como elemento humanizador. Nessa perspectiva, a literatura é apresentada enquanto algo que edifica e confirma a própria humanidade do ser. Portanto, entendendo-a como aspecto formador do homem, ao se debruçar sobre ela, é possível ter acesso às mais diversas nuances que caracterizam a vivência humana em sua profundidade.

Assim sendo, o presente trabalho parte da análise de uma obra literária, o romance *Galiléia* (2009), para construção de uma discussão acerca das representações a respeito do



chamado Sertão dos Inhamuns, sob o olhar do autor cearense Ronaldo Correia de Brito. Portanto, faz-se imperioso apresentar, em linhas gerais, a narrativa em questão, o espaço em que está situada a obra, como também o próprio autor.

O escritor e dramaturgo Ronaldo Correia de Brito nasceu na década de 1950, no município de Saboeiro-CE, o qual está situado na microrregião do Sertão dos Inhamuns, espaço que serve de inspiração para várias narrativas criadas por Brito. A obra do cearense percorre os mais diversos gêneros literários, tais como romances, contos e peças teatrais.

Localizada em um Nordeste que combina aspectos de um mundo contemporâneo e globalizado com o tradicional e o arcaico, a literatura de Brito chega a ser questionada quanto ao seu pertencimento, ou não à uma literatura regionalista. No entanto, o debate pretendido pelo presente artigo não se propõe a discutir tais questões.

A análise de *Galileia* (2009) proposta por este trabalho se detém a discutir como se constitui o imaginário a respeito do Sertão dos Inhamuns, apresentado na obra de Brito. Pontuando suas rupturas e continuidades no tocante às visões que comumente se associam à região Nordeste, que costumam caracterizar esta região como um espaço marcado pela condição climática da seca, como também pelo atraso intelectual de seus moradores.

O Sertão dos Inhamuns, microrregião socioeconômica situada no Estado do Ceará, o espaço em que se passa a trama ficcional de *Galileia*, se caracteriza como uma região que historicamente teve como principal núcleo socioeconômico as fazendas, elemento primordial no contexto da obra em questão.

Portanto, em suma, este artigo tem como objetivo geral apresentar a perspectiva de sertão de Ronaldo Correia de Brito, no contexto do romance *Galileia*. Para isso, realizou-se uma pesquisa de caráter bibliográfico, por meio da qual foi possível compreender as principais características que marcam a obra de Brito, como também o próprio espaço da trama.

2. O SERTÃO É O BRASIL PROFUNDO: CHEGANDO NA GALILÉIA

A Fazenda Galileia não é só o ambiente principal da trama do romance em questão, ela é caracterizada pelos personagens da narrativa de uma maneira que a coloca como uma espécie de entidade, sendo praticamente uma personagem juntamente com os demais. É neste espaço que os três protagonistas da história são confrontados por suas memórias de um passado



que supostamente fora deixado para trás, como também por pessoas que, até então, estavam tão esquecidas quanto o próprio ambiente da fazenda.

Os primos Adonias, Davi e Ismael protagonizam a obra de Ronaldo Correia de Brito, e embora tenham como ponto de origem em comum a própria Fazenda Galiléia, cada um seguiu um rumo próprio e constituíram suas vidas em lugares diferentes, um deles parte para a Noruega, enquanto os demais permanecem no Brasil, nas cidades de São Paulo e Recife. O motivo que leva ao retorno dos primos à Galileia configura um elemento significativo no contexto da narrativa, uma vez que estes vão em busca do avô Raimundo Caetano, patriarca da família que se encontra na reta final de sua vida.

Assim, todo o percurso que envolve a volta dos primos à fazenda remete a um ambiente marcado pelo abandono e pela escassez, desde a viagem que antecede a chegada dos personagens ao destino final.

Uma velha caminha com uma lata d'água na cabeça. Até aquele momento, nunca soube de sua existência, e ela igualmente nunca soube de mim. O que pensa? Quantas vezes ela encheu as jarras de casa, desde menina, quando só podia com um balde ou um potezinho? (BRITO, 2009, p 84)

A chegada na Galiléia introduz uma série de personagens complexos que ajudam na construção de uma narrativa que apresenta os conflitos, segredos e contradições que marcam a existência da família de Raimundo Caetano. As personagens femininas da trama são particularmente interessantes e transitam entre uma certa submissão e as dificuldades de se impor em meio a um ambiente marcado pelo machismo.

Assim, uma das principais marcas da narrativa de *Galileia* são os conflitos, não somente os conflitos familiares propriamente ditos, mas também a própria relação conflituosa que os personagens principais possuem com esse local, algo que mescla um certo vínculo com uma relação de estranhamento profundo.

À medida que me afasto desse sertão dos Inhamuns, sem nunca virar-me, igualzinho fez Ló quando fugia de Sodoma, ele me transmite um apelo. Tapo os ouvidos com cera de carnaúba e fico surdo aos chamados. Se ouvires as vozes sertanejas, já não escutarás outras vozes. Melhor esquecer, seguir em frente. (BRITO, 2009, p 225)

3. PERCORRENDO OS INHAMUNS



A região do chamado Sertão dos Inhamuns, localizada no Estado do Ceará, abrange atualmente um total de cinco municípios, sendo eles: Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá. Entretanto, essa delimitação está determinada, mais precisamente, na Lei Complementar Estadual nº 154, de 20 de outubro de 2015 que define as regiões do Estado do Ceará para fins de planejamento. Assim, alguns municípios que constam em algumas referências como pertencentes à região dos Inhamuns já não fazem parte de sua composição mais recente.

Caracterizando-se por ser uma região de baixa densidade populacional, o município de Tauá se destaca por ser o mais populoso, contando com um total de aproximadamente 61.223 habitantes (IBGE, 2022). As características climáticas dos Inhamuns são predominantemente semiáridas, e portanto, marcadas pela baixa pluviosidade, o que faz com que essa região seja uma das mais afetadas pelas estiagens.

No tocante às origens do povoamento da região, os Inhamuns pertenciam originalmente ao povo Jucá, conforme destaca o próprio Ronaldo Correia de Brito em *Galileia* (2009).

Transponho de volta a fronteira dos Inhamuns, as terras secas que há muitos anos se cobriam de pastos, nação dos Jucás. O sertão dos bandeirantes paulistas situava-se nas serras ou além delas, em florestas atlânticas onde eles grilavam índios, procuravam ouro, pedras preciosas, e caçavam animais de pele rara. (BRITO, 2009, p 225)

Assim, a ocupação desse território pelo branco se deu em grande parte por meio do desenvolvimento da atividade criatória, conforme apresenta Bezerra (2012), “a criação de gado visando o mercado do litoral açucareiro, e a agricultura de subsistência foram, desde o início da colonização dos Inhamuns, as duas atividades econômicas desenvolvidas (Bezerra, 2012, p 46).

Nesse sentido, a fazenda de gado se consolida como a principal instituição da organização socioeconômica dos Inhamuns, possuindo um papel que não se restringia à produção, desempenhando também uma função de organização social. Portanto, o lugar de destaque que essa instituição recebe na trama de Ronaldo Correia de Brito reflete a trajetória da formação socioeconômica dos Inhamuns em torno das fazendas.



3.1. O protagonismo da fazenda

Em seu trabalho intitulado *Notas sobre as Casas de Fazenda dos Inhamuns*, Maria do Carmo de Lima Bezerra (2012) aborda a importância da instituição da fazenda na região dos Inhamuns, desde os primórdios de sua colonização. Segundo a autora, a fazenda se constituía pelas terras de título legal, e sua demarcação quase sempre era imprecisa. (Bezerra, 2012)

A fazenda era a instituição mais importante para a reprodução das relações sociais, seja por meio de repressivos e despóticos, representados pela ação patronal, seja por meio de persuasivos com a educação. A grande maioria dos jovens dos Inhamuns recebiam sua única instrução educacional na fazenda, que era orientada conforme a posição que desempenharia na sociedade: fosse a de fazendeiro, vaqueiro ou morador. (BEZERRA, 2012, p 55)

Assim sendo, a casa do fazendeiro representava a verdadeira sede do poder daquele contexto. Sua localização geralmente se dava em local estratégico, em um ponto mais elevado, nas proximidades de um rio ou riacho, tendo em vista a necessidade de fontes de água para o desenvolvimento das atividades produtivas.

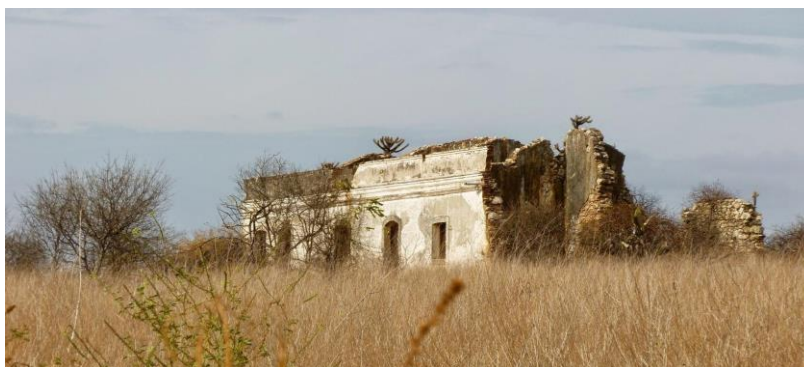
Este programa geralmente gravitava em torno da casa-grande, com destaque para o curral, localizado às vistas do patrão. As senzalas, quando existiam, ficavam próximas ao curral. Assim, se procurava garantir a posse dos bens de maior valia da unidade produtiva. (BEZERRA, 2012, p 53)

As casas dos moradores das fazendas, de modo geral, possuíam uma estrutura precária, com paredes feitas de taipa e materiais mais frágeis. Assim, a casa-grande se impõe diante das demais por sua estrutura diferenciada, com paredes de alvenaria e estética imponente. Portanto, a dimensão da casa do fazendeiro, enquanto núcleo de poder da fazenda se afirma, inclusive, por sua estrutura física.

Neste viés, ao afirmar que a própria instituição da Fazenda Galiléia assume um lugar de protagonismo na trama do romance de Brito, busca-se justamente enfatizar a importância que essa estrutura social possuía no contexto do Sertão dos Inhamuns, moldando de diversas formas as relações humanas que se constituíam ao seu redor. Nesse sentido, o romance *Galileia* aborda com muita proximidade o papel desempenhado pela fazenda na dinâmica da vida cotidiana dos Inhamuns.

Assim, a casa de fazenda pode ser entendida como elemento auxiliar para compreensão da formação social do criatório nos sertões dos Inhamuns. A repetição do modelo é fruto de sua adequação ao meio. Enquanto a sociedade, em constante evolução, não altera substancialmente os seus recursos materiais e intelectuais, ela guarda a mesma tipologia. (BEZERRA, 2012, p 58)

Imagem 1: Exemplo de casa de fazenda dos Inhamuns



Fonte: Disponível em: <https://estoriasehistoria-heitor.blogspot.com/2014/05/antigas-fazendas-sertao-dos-inhamuns.html>

4. GALILÉIA: O SERTÃO DE RONALDO CORREIA DE BRITO

4.1. A decadência do patriarca

A Fazenda Galiléia representa na narrativa de Ronaldo Correia de Brito não só uma instituição familiar, mas sim, uma espécie de microcosmo que reúne toda uma comunidade em seu entorno. A principal figura de autoridade desse espaço é o patriarca Raimundo Caetano, avô dos protagonistas Adonias, Davi e Ismael, que se encontra na reta final de sua vida. A escolha do autor por retratar a grande figura masculina da família em seu leito de morte não deve ser interpretada como uma escolha casual. Haja vista que, a própria decadência de Raimundo Caetano pode ser lida por meio de uma associação entre o declínio da vida do patriarca com o da própria Fazenda Galiléia.

Nesse sentido, Raimundo Caetano, para além de um personagem, torna-se uma figura simbólica da própria imagem do fazendeiro e patriarca sertanejo. Um homem autoritário, machista e capaz de ditar, segundo suas próprias convicções, o caminhar da vida cotidiana dos indivíduos que o cercam.

Essa figura do grande proprietário de terras se faz presente em diversas obras da literatura nacional, dentre as quais é possível citar, a nível de exemplo, alguns personagens de



escritores como José Lins do Rêgo e Graciliano Ramos. Esses autores que servem de referência para o chamado “romance de trinta”¹, trazem em narrativas como *São Bernardo* e *Menino de Engenho*, personagens como Paulo Honório e o senhor de engenho José Paulino. Esses personagens, embora possuam aspectos distintos, representam, cada qual ao seu modo, as principais características do grande proprietário de terras, autoritário e influente.

Em *São Bernardo*, Graciliano Ramos desenvolve em Paulo Honório a imagem de um homem autoritário e violento, que se impõe sobre os demais por seu poder fundiário e financeiro. Já em *Menino de Engenho*, o paraibano José Lins do Rêgo traz no senhor de engenho José Paulino a figura do patriarca de uma família tradicional, influente, e por vezes, também autoritário. Cada um desses homens carrega de modo particular as características desse personagem típico da vivência sertaneja.

Em *Galiléia*, Raimundo Caetano é o grande chefe da família, entretanto, sua imagem retratada na obra de Brito não coincide com a de um proprietário influente, mas sim, com a de um senhor em decadência, que não só espera pela morte, como a anseia. Em determinado momento da trama, Raimundo Caetano suplica para o seu neto Adonias que o deixe morrer, e que não permita que os demais membros da família o internem em uma Unidade de Tratamento Intensivo.

Adonias, eu quero morrer. [...] Não deixe que Natane e Elias me levem para um hospital. Eles mandam me trancar numa UTI, pra não me verem morrer. [...]. Agora que vou morrer tudo é mais fácil. Enquanto é possível lutar, lutamos. Quando não é mais possível, entregamos os pontos. (BRITO, 2009, p 220)

O trecho em destaque é bastante significativo por apresentar o estado em que se encontra o patriarca da família. Raimundo Caetano reconhece sua própria derrota, fragilidade e incapacidade de lutar pela própria vida. Ele já não é mais o grande senhor que determina o caminhar da vida em suas terras, ou até mesmo em sua própria casa. Ao contrário dos personagens de *São Bernardo* e *Menino de Engenho*, ele não é representado nos seus dias de glória, mas sim na sua reta final.

¹ O “romance de trinta” pode ser compreendido como uma tendência literária que tinha como características uma literatura voltada para o regionalismo, como também para a denúncia social. (MARQUES e BUENO, 2015)



A escolha do autor em abordar a figura de Raimundo Caetano dessa maneira chama atenção, e permite interpretação de que Brito apresenta ao leitor a ideia de que esse patriarca autoritário e poderoso se encontra em processo de decadência, e, portanto, já não cabe mais na realidade atual.

Sempre rezei e temi a Deus. Memorizei as páginas desse Livro Sagrado, e castiguei meus filhos e netos com suas leis. Três anos numa cadeira de rodas me ensinaram a pensar diferente. Três anos apodrecendo abalaram minha fé. Não sou a fortaleza que pensam. Nunca fui. (BRITO, 2009, p 221)

4.2. As mulheres da Galiléia

Outro aspecto que merece destaque na narrativa são as personagens femininas. Considerando a importância que a figura masculina assume no contexto sertanejo, é comum atribuir a ideia de submissão à mulher. Entretanto, é essencial ressaltar que, mesmo em um cenário, aparentemente dominado pela presença do “cabra-macho”, as mulheres também conseguem subverter tais relações de gênero, e se impor diante de algumas situações.

Na trama de *Galiléia*, é possível perceber esse tipo de inversão por meio de algumas personagens, dentre as quais cabe mencionar a matriarca Maria Raquel, esposa de Raimundo Caetano. Apesar do casamento, a história deixa bastante claro que Maria Raquel e Raimundo Caetano não viviam, de fato, uma relação conjugal, ao contrário disso, ambos sequer conseguiam suportar a presença do outro. De modo que, a obra apresenta a visão completamente desromantizada da instituição do casamento, uma vez que o casamento dos avós sempre foi uma grande farsa.

Raimundo Caetano do Rego Castro e Maria Raquel Fonseca do Rego Castro, ao contrário do que se imaginaria, não eram sócios no próspero comércio de redes, competindo como dois inimigos na distribuição das manufaturas e nos lucros. Não emprestavam um novelo de linha um ao outro, nem sequer uma agulha de máquina. No começo, ninguém sabia a causa da disputa. Notaram quando Raquel passou a dormir longe de Raimundo, almoçar e jantar em mesa separada, apesar do convívio obrigatório debaixo do mesmo teto. Os dois trocavam palavras ocasionais, e na maior parte das vezes em que precisavam tratar de assuntos inadiáveis, faziam-no por intermédio de Tereza Araújo. (BRITO, 2009, p 61)

Portanto, Maria Raquel, embora cumpra o papel esperado de “esposa”, ao casar-se com Raimundo Caetano, ela não assume uma postura de submissão em relação ao seu marido, mas sim, de rivalidade e competitividade. Ademais, outra personagem que também vale a menção é



Tereza Araújo, com quem Raimundo Caetano manteve uma relação extraconjugal, chegando, inclusive, a ter filhos.

Embora Tereza estivesse em um lugar de poder completamente distinto do de Maria Raquel, a trama evidencia uma relação de respeito e associação estabelecida entre ambas. Considerando que Raimundo Caetano é apresentado no estágio final de sua vida, percebe-se que a gerência da Fazenda Galiléia, também decadente, fica nas mãos dessas duas mulheres.

Quando restaram na casa apenas Raimundo Caetano, a avó Raquel, Tereza Araújo e os dois rapazes Esaú e Jacó, ela entrou em decadência, ameaçando ruir sobre os donos. [...] Os quartos de dormir, as salas de estar e os terraços da casa foram ocupados por máquinas de costura e fiação. As mulheres romperam as prisões simbólicas, saíram para o mundo, quebraram as paredes do gineceu e as portas que as isolavam no claustro sombrio. Os tempos eram outros, homens e mulheres se ocupavam dos mesmos afazeres, invertia-se a antiga ordem patriarcal. (BRITO, 2009, p 60)

Portanto, mais uma vez cabe ressaltar a escolha do autor em retratar o patriarca tão decadente quanto a própria Fazenda Galiléia. Ao passo que, as figuras femininas acabam por tomar a frente dos negócios da família. Nesse sentido, essa inversão de papéis sugere uma ruptura com a ideia da mulher frágil e que permanece sempre em segundo plano, à sombra do marido autoritário, e cuja única função seria a criação dos filhos e os afazeres domésticos.

Todavia, é importante destacar que, embora Brito construa personagens femininas que, de certa forma, subvertem algumas dinâmicas de gênero tradicionais, elas ainda assim sofrem com as limitações do contexto opressor em que se encontram. Assim, Ronaldo Correia de Brito apresenta a complexidade dessas relações, demonstrando os mecanismos que, por diversas vezes, essas mulheres, supostamente submissas, utilizavam para se impor.

As casas e seus objetos provocam aspereza e tensão. O poder masculino dita as normas do desconforto, ninguém relaxa nem se entrega à preguiça. Sentamos empalados em cadeiras eretas. Por que as mulheres permitiram essa tirania? [...] Nossas mães e avós sujeitaram-se aos caprichos desses monges, que transformaram os aposentos em claustros, os quartos em celas, as casas em mosteiros. Investigo pistas do feminino camufladas em jarros de flores, louças de barro pintadas à mão, caramanchões de buganvília. Pequenos sinais de mulheres, aparentemente submissas, explodindo aqui e acolá. (BRITO, 2008, p 211)

4.3. “Melhor esquecer, seguir em frente”: A despedida da Galiléia



Desde a chegada na Fazenda Galiléia, até a despedida final do lugar, os protagonistas não escondem a aspereza transmitida pelo lugar, e o seu desejo de sair dali o mais breve possível. É perceptível que, embora Davi, Ismael e Adonias tenham se originado na Galiléia, aquele espaço não lhes desperta qualquer sentimento de nostalgia ou saudosismo.

Entretanto, fica aparente também a relação conflitante que esses personagens possuem com esse espaço. De modo que, ao mesmo tempo que os três buscam se desvincular da Galiléia a todo custo, também persiste um certo pertencimento com o lugar. Esse conflito interno que existe nos protagonistas sugere a dificuldade de se desvincular das raízes sertanejas, e da importância que a própria Galiléia teve para a construção das identidades de cada um. Portanto, mesmo decadente, a Fazenda Galiléia ainda resiste dentro daqueles que dela partiram.

A Galiléia e os restos da família ficam pra trás, às minhas costas. Quando vim, atravessei pelo meio da noite. Engolia um tranquilizante a cada quilômetro. Faço o caminho inverso, numa manhã de sol. O mundo reluz após vinte e um dias de chuva, tempo em que me encolhi indeciso, esperando que o avô morresse, mas ele não quis morrer. Preferiu continuar vivo, empestando o mundo com seu cheiro podre. (BRITO, 2009, p 225)

Portanto, a Galiléia representa essa imagem da decadência da fazenda de gado enquanto instituição central dos Inhamuns, como também, do declínio de toda uma organização social que se estruturava em torno dela. O patriarca doente, a família dispersa e desunida, e por fim, o empobrecimento da própria fazenda, são elementos que indicam a intenção do autor em retratar uma ruptura com um determinado modelo de sociedade típico dos Inhamuns.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é possível concluir que, considerando a importância que a instituição da fazenda de gado possuía no contexto social dos Inhamuns, Ronaldo Correia de Brito constrói na narrativa de *Galileia* (2009) uma ideia de ruptura com essa organização. Isso se apresenta de diversas maneiras no desenrolar da trama, a começar pela própria estranheza que os protagonistas sentem em relação ao lugar, como também pela decadência do dono da fazenda. Assim, é possível dizer que a perspectiva apresentada por Brito, é a de um sertão que ainda resiste, mas que já se desprende de diversos aspectos tradicionais que durante muito tempo marcaram sua sociedade.



REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. **Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamuns**. Brasília: Senado Federal, 2012.
- BRITO, Ronaldo Correia de. **Galileia**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2008.
- CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. Remate de males, 1999.
- IBGE. **Cidades e Estados- Tauá**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/taua.html>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- MACÊDO, Heitor Feitosa. **ANTIGAS FAZENDAS - SERTÃO DOS INHAMUNS: A CASA DO ESTREITO**. 2014. Disponível em: <https://estoriasehistoria-heitor.blogspot.com/2014/05/antigas-fazendas-sertao-dos-inhamuns.html>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- MARQUES, Ivan; BUENO, Luís. **Em torno do romance de 30**. Teresa, n. 16, p. 6-9, 2015.

FEITICEIRAS DO SERTÃO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS PRÁTICAS E ESTEREÓTIPOS DAS REZADEIRAS NO NORDESTE

Thalyta de Paula Pereira Lima

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, professora da Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras/ ETSC/CFP/UFCG

thalyta.paula@professor.ufcg.edu.br

Mariana Palácio de Melo

Graduanda do Curso de Licenciatura em História (UACS-UFCG)

mariana.palacio@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: As rezadeiras são descritas como pessoas idosas que possuem dons curativos e são conhecedoras de plantas e orações. Elas combinam conhecimentos de origens indígenas, africanas e europeias, dispondo de um aparato religioso baseado no catolicismo popular. Seu ofício tem como objetivo extinguir determinadas mazelas espirituais e físicas por meio das chamadas benzeduras. Foram durante certo tempo procuradas pela parcela menos abastada da sociedade, pois representavam um dos poucos recursos de tratamento. Compreendendo a importância dessas figuras no cotidiano nordestino, objetiva-se discutir suas práticas, rituais e origens por meio de uma revisão bibliográfica. Interessa-nos ainda compreender os aspectos presentes na construção de seus estereótipos muitas vezes entrelaçados à bruxaria no Brasil.



Palavras-chave: Rezadeiras; Gênero; Sincretismo religioso.

INTRODUÇÃO

“Menina com quebranto?- Reza de acalanto! Ramo de arruda na mão. E lá vinha a vó benzedeira: feitiçeira do sertão. Curar as dores do corpo, as mágoas do coração. A mão empunhava as folhas e a coreografia de cruz, tinha início de repente (de certo invocando Jesus). Que será que a vó dizia em ritmo meio atonal? A face cheia de vincos – como um trajeto ancestral... Guardiã de mil segredos, rugas de tempo e de sol. Olhava pro firmamento e entoava um só refrão. Em línguas desconhecidas chamava espíritos bons. Morgana da terra seca. Deusa grega disfarçada, princesa de Bagdá! Senhora de cantorias com influências de além-mar. Fada, bruxa, rezadeira, índia, africana, mãe-terra. Gaia de todas as eras... Alquimia feminina... Herança que me mantém. Maria, cheia de graça! Sertão ecoando: amém!”

(Goimar Dantas, 2006)

As rezadeiras no imaginário popular são geralmente identificadas como pessoas idosas, conhecedoras de múltiplas ervas e orações, além de possuidoras de determinados dons curativos. Essas mulheres evidenciam a multiculturalidade do país fundindo conhecimentos de matrizes indígenas e africanas, além de um aparato religioso baseado no catolicismo. Suas ações consistem em executar benzeduras para extinguir determinados males, como: "mau-olhado", "ventre-virado", "espinhela caída", "carne triada", "quebranto", dentre outros.

A origem dessas práticas remete ao período colonial em que predominava a dominação sexual, racial e cultural imposta pelos europeus. Os males que afligiam o gênero feminino eram influenciados pela ótica do cristianismo que os interpretavam como uma punição pelo pecado original de Eva, ou como problemas que estavam ligados ao útero, além de relacioná-los ao demônio. O conhecimento voltado ao corpo feminino, nesse contexto, destinava-se a preocupações basicamente relacionadas à concepção.

Nessa sociedade existiam muitos tabus envolvendo a saúde do sexo feminino que, conseqüentemente, recorria aos dons das mulheres sábias chamadas, entre outros nomes, de rezadeiras. “Conjurando os espíritos, curandeiras e benzedadeiras, com suas palavras e ervas mágicas, suas orações e adivinhações para afastar entidades malévolas, substituíram a falta de médicos e cirurgiões” (DEL PRIORE, 2011, p. 81).



A benzedeira foi vista com desconfiança pelas autoridades religiosas e seus rituais considerados como manifestações satânicas, embora as mesmas utilizassem preces “(...) que curavam com ‘orações, benzimentos, rezas e palavras santas’, pertencentes ao monopólio eclesiástico, passaram a ser sistematicamente perseguidas (...) sobretudo pelos inquisidores do Santo Ofício (...)” (DEL PRIORE, 2011, p. 92).

Estigmatizadas de diferentes maneiras ao longo da história, esses grupos de mulheres foram rotulados pejorativamente por seus saberes e práticas. Apesar disso, as rezadeiras e curandeiras continuaram por gerações a realizar seus ofícios junto à população mais pobre, unindo seus conhecimentos empíricos e vivências com elementos de ritos católicos. Considerando tal problemática, entendemos a figura da benzedeira enquanto forma de resistência feminina, que sobrevive e se ressignifica ao longo do tempo mediante os diferentes processos de exclusão e preconceito, seja pelas autoridades clericais, seja pelo processo de dominação masculina colonizadora capitalista.

Assim, este trabalho tem por objetivo compreender e analisar a construção do papel social e místico da rezadeira, bem como sua perpetuação no tempo, desde as suas primeiras atuações registradas na literatura sobre o assunto até a atualidade. Interessa-nos historicizar seus rituais e descrever os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos presentes na construção de seus estereótipos muitas vezes entrelaçados à bruxaria no Brasil. Compreendendo estas particularidades, nos debruçamos a seguir em uma análise bibliográfica a partir de Del Priore (2011), Federici (2017) e Câmara (2016, 2020, 2021) para discutir as origens da figura e do papel das rezadeiras no Brasil Colonial e abarcar os entrelaçamentos históricos dessas mulheres com as bruxas medievais, enquanto formas de resistência feminina. Ademais, também é de nosso interesse articular a relação deste ofício com o sincretismo religioso e o chamado catolicismo popular, usando as visões de Lemos Filho (1996) e Souza (2008, 2013).

Cabe ressaltar que esta discussão é parte de uma Iniciação Científica realizada entre os anos de 2022 e 2023 com o apoio financeiro da UFCG - Universidade Federal de Campina Grande e fez parte do programa PIBIC/CNPq-UFCG.

DAS PRIMEIRAS MULHERES NA COLÔNIA E SUAS MAGIAS



Compreender as rezadeiras no sertão paraibano nos direciona ao estudo das origens de suas práticas, que podem ser mapeadas desde o Brasil Colonial. A maneira como essas mulheres, permeadas pela multiculturalidade, surgem na gênese da sociedade brasileira pode nos proporcionar um vislumbre sobre o contexto em que seu ofício ganha prestígio e notoriedade. Ademais, as benzedadeiras surgem especificamente no séc. XVI segundo Câmara (2020) e são uma resposta à necessidade de uma sociedade ainda em construção, com pouca assistência médica e dificilmente qualificada, onde principalmente as mulheres careciam do auxílio em relação às suas mazelas, como afirma Del Priore (2011).

Condicionadas pelo contexto em que viviam, as mulheres do Brasil Colonial estavam sujeitas ao poder masculino, branco, europeu e católico. É interessante citar que os primeiros portugueses vieram ao Brasil sozinhos, sem trazer suas mulheres, como ressalta Ribeiro: “O colono português imigrou sozinho. Não trouxe com ele sua mulher, os filhos, a mãe, a sogra.” (2006, p.3). Tal fato culminou na relação com as mulheres nativas, produzindo mão de obra mestiça que agora poderia contribuir economicamente com a colônia. Posteriormente, com a chegada de mulheres portuguesas e negras criou-se a imagem do feminino no país. “Dessa tríade cultural feminina surgiria o molde genético da mulher brasileira, que perduraria por mais de trezentos anos.” (RIBEIRO, 2006, p. 2).

Estas variadas etnias que formaram o feminino colonial estavam todas relegadas à subserviência do homem europeu. As mulheres brancas deveriam ser utilizadas para o casamento e para a procriação, sua vida e seu cotidiano tinham como objetivo estes dois fatores. Já as mulheres indígenas e africanas eram abusadas e escravizadas, sofrendo das mais diversas violências. “Ao homem português era dado o direito de usufruir da vida de todos os habitantes da colônia” (RIBEIRO, 2006, p. 2). Em todos os casos, o corpo feminino não era de quem o possuía, mas deveria servir para satisfazer o português em suas mais diversas necessidades.

A pouca educação que as mulheres de elevada condição recebiam era para que fossem boas esposas e mães, as escravizadas sofriam com as penas da privação de liberdade, além dos severos abusos por parte dos senhores de engenho. Calejadas pelo poder opressor do patriarcado, estas mulheres muitas vezes apenas tinham umas às outras para tratar de seus males. Apesar das dificuldades na vida feminina, é perceptível que elas tiveram participação na sociedade da época e atuavam de forma ativa, como nos traz os relatos de Portela (2014):



Há casos na documentação judicial aqui mencionada em que senhoras figuram como proprietárias e administradoras de grandes fortunas, fazendas de gado e de escravos, por exemplo. Por outro lado, também é possível encontrar na documentação judicial a atuação de mulheres das camadas mais pobres, que fizeram uso da justiça para garantirem seus interesses.

Como quase todos os aspectos da vida colonial, a saúde estava intimamente interligada com a religião. Assim, a doença era vista como um castigo divino; “Reiteramos que, naquele momento, medicina, religião e magia pertenciam à mesma egrégora curativa no imaginário popular e não se diferenciavam claramente uma das outras.” (CÂMARA; FIALHO, 2021, p. 4-5). Quando adentramos na questão saúde feminina, as posturas se tornavam mais radicais, permeadas pela misoginia, como afirma Del Priore: “Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício da ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico.” (2011, p. 78).

Tal postura influenciou diretamente na medicina da época, a qual via qualquer enfermidade que afligisse mulheres como castigo ao pecado original de Eva. Dessa forma, “Para essa Medicina, que ainda vivia a atmosfera reinante na Idade Média, o corpo da mulher, coberto de pudores, era um mistério.” (NASCIMENTO, *et al*, 1998, p. 15). O pensamento dominante da época era presente até no nome dos órgãos sexuais femininos, que eram vistos como antagônicos ao do homem; posteriormente, o útero foi chamado de *madre*. A este órgão em específico, era atribuída quase toda a culpa das doenças femininas, assim como também o humor dócil, sensível e frágil das mulheres.

Devido a essas características, no caso de ser acometida por alguma moléstia, a mulher não era tratada com o mesmo remédio dado ao homem, ainda que a moléstia parecesse idêntica em ambos. Assim, além de padecer de todas as enfermidades a que estava sujeito o masculino, o elemento feminino tinha as que lhe eram próprias. (NASCIMENTO, *et al*, 1998, p. 16)

Assim, a ‘madre’ era o órgão dominante no corpo das mulheres da Colônia, sendo o responsável pela organização mental e física destas, ainda, era ele o causador da histeria feminina. Por estas razões, a menstruação regulada era sinônimo de boa saúde e havia os mais variados conselhos para que isto ocorresse. Dessa maneira, uma mulher com boa saúde e uma *madre* “disciplinada” podia cumprir seu objetivo, que era procriar.



Ao levar em consideração a literatura a respeito do tema em questão, é perceptível que o controle feminino era exercido por duas principais esferas, a da medicina formal masculina e a da Igreja Católica. Estas duas aliadas se propunham a desvendar os mistérios dos corpos das mulheres ao mesmo tempo que faziam a tentativa de dominá-lo aos seus propósitos. “Ambas buscavam ter acesso à intimidade da população feminina; a primeira, cuidando do corpo, e a segunda, da alma. De certo modo, a Igreja exercia a Medicina: não com drogas, mas com ‘remédios espirituais” ’ (NASCIMENTO, *et al*, 1998, p. 15). E ainda sobre a questão da dominação corporal exercida por estas duas instituições, Silva e Castilho (2014, p. 258) reitera: “O controle social feminino dava-se de duas formas, o discurso ideológico da Igreja Católica e o atestado da medicina.”

Neste cenário ainda colonial, em que a saúde feminina era um mistério e a medicina - regulamentada no Brasil em 1808, com a chegada da família portuguesa - era incipiente, cheia de métodos falhos e suportada pela religião e misoginia, as mulheres recorriam umas às outras para a cura de suas mazelas. Como nos afirma Del Priore:

Desprovidas dos recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais, perpetrando assim uma subversão: em vez dos médicos, eram elas que, por meio de fórmulas gestuais e orais ancestrais, resgataram a saúde. (2011, p. 89)

Dessa maneira, curandeiras, rezadeiras, benzedeiras, parteiras iriam ao socorro das mulheres das mais diversas classes sociais. Mapeia-se a origem de parte dessas práticas femininas na península ibérica, principalmente em Portugal, onde as rezadeiras eram reconhecidas como cuspideiras, chamadas assim pois “se utilizavam de sua saliva nos rituais de cura – mais precisamente a primeira do dia, estando a rezadeira ainda em jejum desde a noite anterior – o que garantia a pureza do material.” (CÂMARA; FIALHO, 2021, p. 3) Também na Galiza, cita-se as ‘meigas’, mulheres que faziam da cura o seu ofício.

Na época da colonização, junto com os médicos e curandeiros, estas mulheres migram para a América do Sul, em especial ao Brasil, elas vinham, normalmente expatriadas “por haverem cometido crimes em solo português ou por haverem sido condenadas como bruxas pela Inquisição tardia que ocorrera em Portugal e que durou de 1536 a 1821 (...)” (CÂMARA; FIALHO, 2021, p. 5)



Já em solo brasileiro, esses conhecimentos de cura e ervas foram fundindo-se aos conhecimentos indígenas e africanos, demonstrando a multiculturalidade dessas práticas. “Além desses conhecimentos, havia os saberes vindo da África, baseados no emprego de talismãs, amuletos e fetiches, e as cerimônias de cura indígenas, apoiadas na intimidade com a flora medicinal brasileira.” (DEL PRIORE, 2011, p. 89). A partir de Federici (2017), explicita-se a posição da Igreja Católica em relação aos conhecimentos produzidos e compartilhados pelas mulheres na América colonizada. “Entendidas, pela visão da Inquisição, como gente ‘carente de razão’, este universo feminino multicolorido (...) é um exemplo contundente das alianças que (...) as mulheres podiam construir (...)” (FEDERICI, 2017, p. 219). Assim, para a autora estas mulheres uniam forças num ambiente patriarcal e caracterizado pela discriminação sexual para controlar sua reprodução e cuidar das demais enfermidades que as atingiam.

As rezadeiras eram, na colônia, prestigiadas e temidas por prestarem um serviço gratuito e especialmente feminino, com suas orações e práticas passadas de mãe para filha e suas ervas cultivadas no próprio quintal. Esta posição social não agradou a Igreja, que rapidamente atribuiu o ofício ao diabólico.

ENTRE BRUXAS E REZADEIRAS: RESISTÊNCIA FEMININA

Em sociedades pré-capitalistas, mesmo nas mais antigas, as mulheres tinham um papel relevante frente à população, eram elas que cuidavam dos males físicos, mentais e espirituais que afligiam os demais. “Considerava-se natural o fato de se recorrer às conhecedoras dos mistérios fitoterápicos para livrar-se de problemas físicos, emocionais, mentais e espirituais (...)” (CÂMARA *et al*, 2016, p. 223)

Contudo, na modernidade, Federici (2017) levanta questões sobre como as relações femininas e o corpo passaram por um processo de “acumulação primitiva”² fomentado pelo Estado e pela Igreja Católica que construíram o sistema econômico atual. Apesar de prestarem

² Karl Marx entende acumulação primitiva como um processo que sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas, ele é fundacional, já que revela as condições estruturais que permitiram o desenvolvimento do capitalismo. Contudo, o termo é utilizado nesta pesquisa a partir da visão de Federici (2017), que o examina para além da ótica masculina, partindo das mudanças causadas na posição social das mulheres e na produção de força de trabalho, considerando ainda fenômenos como: uma nova divisão sexual do trabalho, uma nova ordem patriarcal que exclui mulheres do trabalho assalariado e a mecanização do corpo feminino, que vira uma máquina de produção de novos trabalhadores.



um serviço frente a suas comunidades, as curandeiras foram, pejorativamente, chamadas de bruxas e acusadas de envolvimento com o demônio, passando pela violenta caça às bruxas e pela Inquisição. No imaginário popular, determinado pela literatura, pelo cinema e demais artes, uma bruxa é uma

mulher velha, feia e pobre; enrugada e com uma grande verruga pendendo da ponta do nariz aquilino; o cabelo maltratado, longo e grisalho; a voz rouca; totalmente vestida de negro e curvada sobre seu imenso caldeiro, onde um menino cristão está sendo cozido, a fogo lento, para servir de base para o preparo de poções mágicas. Ao seu redor, além do caldeiro, símbolo ancestral que representa o grande útero da Deusa Mãe, onde vida e morte estão conectadas pela reencarnação, repousam também outros objetos igualmente mágicos como a varinha e a vassoura, além da companhia inevitável de corvos e gatos pretos. (CÂMARA *et al*, 2016, p. 223)

Este tipo de produção reforça uma ideia deturpada sobre as mulheres que tinham conhecimentos empíricos e ofereciam auxílio para quem necessitava. Descaracterizam um saber ancestral feminino, extremamente ligado à Natureza, ignorando o empoderamento, uma rede de práticas autossuficientes e a oposição contra um sistema patriarcal. As bruxas medievais representavam uma forma de resistência frente a uma ordem em ascensão que tentava expropriá-las de seus saberes.

A luz de Federici (2019), a caça às bruxas foi ainda mais impulsionada pelo fato das mulheres constituírem as principais forças opositoras aos cercamentos³, ou seja, a privatização da terra. Foram elas, que com mais afinco, defendiam o antigo estilo de vida medieval, que era baseado no coletivo e nas terras comunais, além de ser caracterizada por uma determinada liberdade feminina e que valorizava esta força de trabalho, concedendo poder social: “(...) as mulheres foram acusadas de bruxaria porque a reestruturação da Europa rural no início do capitalismo destruiu seus meios de sobrevivência e a base de seu poder social (...)” (p. 62).

Em um processo de privatização de terras e corpos, na demonização da magia e de saberes que não estavam no arcabouço católico, as mulheres foram as principais atingidas, queimadas em fogueiras, assassinadas, sofrendo das mais violentas ações. “(...) a caça às bruxas destruiu todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista (...)”

³ Os cercamentos, principalmente no séc. XVI na Inglaterra, foram um projeto de privatização de terras, articulado entre a monarquia e a aristocracia para eliminar o uso comum da terra e aumentar suas propriedades. Neste processo, destruiu-se campos abertos, fechou-se terras comunais e demoliu-se construções camponesas.



(FEDERICI, 2017, p. 205). Interessante citar que, dentre os conhecimentos dessas curandeiras, estavam os contraceptivos; com o capitalismo, úteros se tornaram produtos de força de trabalho, à mercê de homens e do Estado.

Com a colonização europeia, o ideal de bruxa foi trazido e estabelecido na América, especialmente no Brasil, porém permeados por questões raciais, agora, as mulheres perseguidas eram mulheres negras e indígenas. “A violência presente na caça às bruxas, atravessou civilizações e acompanhou o processo de colonização das Américas.” (MARTINS *et al*, 2023, p. 205)

Os saberes trazidos pelas curandeiras portuguesas foram permeados e entrelaçados com o conhecimento da fauna e flora indígena, além das magias das mulheres negras. Tal fato nos traz a tese de Federici (2017), de que a caça as bruxas se transpõe para o Novo Mundo, não apenas sobre o corpo feminino, mas sobre corpos negros e indígenas para que o acúmulo de capital se legitime a fim de consolidar o capitalismo.

Para a autora supracitada, a medicina profissional, patriarcal e financiada pelo sistema capitalista que privatizou os corpos femininos, além de expropriar e condenar o curandeirismo:

Com a perseguição à curandeira popular, as mulheres foram expropriadas de um patrimônio de saber empírico, relativo a ervas e remédios curativos, que haviam acumulado e transmitido de geração a geração - uma perda que abriu o caminho para uma nova forma de cercamento: o surgimento da medicina profissional, que, apesar de suas pretensões curativas, erigiu uma muralha de conhecimento científico inimitável, inacessível e estranho para as “classes baixas” (2017, p. 364)

Apesar destes esforços religiosos e estatais, as práticas femininas conhecidas como bruxaria resistiram no Brasil Colonial, como já foi explicado anteriormente. Os saberes foram passados de geração em geração, não sendo erradicados. Como nos traz Câmara (2016), as bruxas foram repaginadas, camufladas nos aparatos católicos para sobreviverem e na contemporaneidade, são as curandeiras, parteiras, benzedeiras e rezadeiras. “Apesar da perseguição empedernida que sofreram, as bruxas, reduzidas em número, resistiram, resignificaram sua missão, redimensionaram sua atuação e seguem entre nós sob a configuração das benzedeiras. A bruxa não morreu. E por que deveria?” (p. 225)

Nesse sentido, as rezadeiras podem ser compreendidas como forma de resistência feminina, remanescentes da bruxa medieval perseguida, herdeiras de um saber ancestral que tem suas características próprias no Brasil. Perpassadas pela raça e pelo catolicismo popular,



essas mulheres, conscientemente ou não, compõem uma frente contra a opressão patriarcal e capitalista.

O SINCRETISMO RELIGIOSO E O CATOLICISMO POPULAR

As práticas das rezadeiras estão marcadas por questões interculturais, relacionando conhecimentos africanos e indígenas com um aparato religioso católico, dessa maneira, compreendemos como um ofício sincretico. Assim, o sincretismo religioso diz respeito à fusão de diferentes crenças e manifestações de fé em apenas uma e pode ser um dos únicos conceitos que abarca a religião no Brasil, enquanto país diverso e miscigenado, segundo Menezes (2016). Dessa maneira, como os principais meios de cura das benzedeiras são rezas católicas, interessamos a conceituação e análise do que se chama catolicismo popular.

Com a dominação portuguesa, a religião católica começa a ser imposta diante de outras formas de fé, como as crenças indígenas e africanas. “O português quinhentista foi base e cúpula dos fundamentos religiosos no Brasil.” (CASCUDO, 2011, p. 18) Como forma de resistência e sobrevivência, alguns elementos do catolicismo foram incorporados e fundidos em religiões de matrizes afro, por outro viés, o catolicismo português também sofre mudanças e no Brasil, não é mais o europeu. “O catolicismo aqui praticado podia ser considerada uma continuidade do catolicismo europeu, mas que ao juntar-se com as mais variadas práticas religiosas das diversas etnias acabou formando um sincretismo religioso.” (SANTOS, 2019, p. 20-21)

Assim, para Lemos Filho (1996) existem vários tipos de catolicismos brasileiros decorrentes da absorção de elementos cotidianos e influenciados por fatores regionais, sociais, étnico-raciais e de gênero. Ainda segundo o autor, existe um abismo entre o catolicismo tradicional ou oficial e o catolicismo do povo, o popular, sendo o segundo visto com preconceito pelo primeiro: “Por estar aliado às classes dominantes, o catolicismo oficial interpretava o catolicismo do povo como superstição, fanatismo e ignorância.” (LEMOS FILHO, 1996, p. 18)

Considerando isto, “O catolicismo popular é uma expressão cultural, além de religiosa, e muda de forma e de posição a partir das transformações ocorridas no contexto cultural mais amplo do qual faz parte.” (SOUZA, 2013, p. 6). É mais expressivo dentre a população menos abastada, que se sente distante dos rituais tradicionais da Igreja e necessita de intermediários, como é o caso do objeto de estudo desta pesquisa. “O catolicismo popular é produzido, portanto,



a partir de camadas sociais que se situam de forma subalterna em relação às estruturas de poder das quais a Igreja, enquanto espaço institucional, faz parte.” (SOUZA, 2008, p. 127)

Apesar de constituir um laço entre camadas mais populares, a Instituição vê com desconfiança e descrédito as práticas e rituais do catolicismo popular, que se manifestam muitas vezes por meio das benzedadeiras, procissões, romarias, ou até mesmo das festas. Sobre a visão da Igreja acerca desses costumes, Souza nos traz que:

Seus costumes e práticas são de caráter tradicional, sendo transmitidos de uma geração para outra e com eventuais alterações sendo vistas como sacrílegas ou como uma perda de respeito, e seus praticantes se situam, majoritariamente, entre os setores mais pobres e menos escolarizados da população, possuindo, ainda, profunda ressonância no meio rural. Contrastam, assim, com os setores intelectuais da Igreja, que tenderam, historicamente, a ver suas manifestações com um misto de desprezo e desconfiança, reconhecendo-as, contudo, como estratégias válidas e eficazes para a manutenção da fé católica no seio da população (2013, p. 5).

As rezadeiras estão situadas neste catolicismo popular, utilizando das orações advindas da fé católica, sempre referendando Deus e os santos em seus rituais. Elas difundem a religião para quem as procura e contribuem para a perpetuação do poder da Igreja, mesmo após todo o histórico de perseguições sofridas desde a Colônia até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feiticeiras sertanejas, as rezadeiras foram figuras extremamente presentes no cotidiano nordestino. Em um ambiente que, por muito tempo, foi percebido com descaso e desprezo por outras regiões e pelo poder público, essas mulheres conseguiram trazer alento espiritual e físico em momentos de dificuldade. Dessa forma, esta breve discussão preocupou-se em trazer luz ao caráter sincrético, plural e de resistência deste ofício marginalizado, que é um forte símbolo da cultural imaterial brasileira. Assim, nos debruçamos sobre os papéis sociais e de gênero das rezadeiras para que a historiografia possa, finalmente, compreender a importância do debate e da visibilidade em torno destes agentes sociais.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Yls Rabelo. Das Bruxas, Saladoras, Santeiras, Cuspideiras e Meigas Europeias às Atuais Rezadeiras Tradicionais Brasileiras. **Caminhos**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 502-514, 2020.



CÂMARA, Yls Rabelo; FIALHO, Lia Machado Fiuza. O papel sanitário das rezadeiras brasileiras outrora e agora: ressignificações e continuidades. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 59, p. 1-19, out./dez. 2021.

CÂMARA, Yls Rabelo; MINGO, Carlos Sanz; CÂMARA, Yzy Maria Rabelo. Das bruxas medievais às benzedeiras atuais: a oralidade como manutenção da memória na arte de curar-uma pesquisa exploratória. **Boitatá**, v. 11, n. 22, p. 231-236, 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Religião no povo**. 2º ed. São Paulo: Global, 2011.

DEL PRIORE, M. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, M. (Org). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

LEMON FILHO, Arnaldo. **Os catolicismos brasileiros**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 1996.

MARTINS, Rafaela Werneck Arenari; DE OLIVEIRA CLARINDO, Adriely; CAMPOS, Mauro Macedo. Bruxas, curandeiras e benzedeiras: existências e resistências. **Mosaico**, v. 15, n. 23, p. 201-225, 2023.

MENEZES, Yslany Moreira de. **Rezadores de Umari -CE: Entre a tradição e a fé (1970 - 2015)**. TCC (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras - PB, p. 111. 2016.

NASCIMENTO, Estelina Souto do. *et al.* O corpo da mulher no período colonial: algumas reflexões. **REME - Eev. Min. Enferm**, p. 14-21, 1998.

PORTELA, Bruna Marina. Carambolas ou artes diabólicas? As mulheres e a feitiçaria na sociedade colonial do século XVIII. In: HILTON, Costa. *et al.* **Tecendo as suas vidas: As mulheres na América Portuguesa**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017, p. 207-227.

SANTOS, Lucas Roza dos. **“Em meio a tantos agravos rezava-se, e muito”: As rezadeiras e suas práticas de reza e curas na comunidade rural de Caldeirão, São José De Piranhas – PB de 1984 a 2018**. TCC (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras - PB, p. 95. 2019.

SILVA, Letícia Ferreira da. CASTILHO, Maria Augusta de. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 12, 2014.

SOUZA, Ricardo Luiz de. O catolicismo popular e a Igreja: conflitos e interações. **História Unisinos**, vol. 12, n. 2, maio-agosto, 2008, p. 127-139, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866836005>.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular**. Natal, IFRN, 2013.



RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas. **HISTEDBR**, Navegando na história da educação brasileira, 2006.



ST: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIAS DOS SERTÕES

Coordenadores:

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG)
Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade (UFRN)
Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UEPB)
Prof. Dr. Ewerton Wirley Silva Barros

Este simpósio temático pretende congrega trabalhos que busquem discutir os sertões como um espaço construtor de identidades e suas múltiplas composições historiográficas e histórico-culturais. É com esta preocupação que aceitaremos trabalhos que tratem de questões relacionadas aos seguintes temas: conceitos, historiografias, memórias e biografias, tradição e folclore, cancionário, poesia e literatura de cordel, literatura regionalista e outras que fogem a este rótulo, seca e água, mitologias e crenças, amores, espertezas, bandidos, heróis e anti-heróis na tessitura poética (no sentido de gerar, criar, produzir) do espaço-sertão. Estas artes de nomear, pensar, visualizar, enredar, crer e compor tornam os sertões um espaço privilegiado para gerar outras sensibilidades e relações perante o outro.

“A FILHA DO SEU FILHO”: HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DA PROFESSORA CRISANTINA MONTEIRO DIAS (BARRO/CEARÁ, 1945-1990)

Raurislandia dos Santos Pereira
Graduanda em História – UFCG/CFP
raurislandia.santos@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: A presente pesquisa tem como propósito analisar a escrita de si presente nos livros autobiográficos escritos pela professora Crisantina Monteiro Dias para compreender as memórias e os esquecimentos de sua atuação docente e política. A partir de sua formação no curso Normal, a professora contribuiu para o desenvolvimento da educação no município do Barro, no sul do Ceará, chegando a ocupar o cargo de vereadora do município. Dessa forma, nosso objetivo é problematizar as obras autobiográficas *Memórias de uma Professora* (2010), *Fragmentos de uma História* (2013) e o Livro de Atas (1966 a 1973) da Câmara Municipal de Barro para compreendermos como a professora elaborou a construção da sua memória como docente e, ao mesmo tempo, produziu o esquecimento de sua memória política como vereadora da cidade. Ademais, a metodologia consiste em uma pesquisa a partir do gênero autobiográfico, pautada no aporte teórico de Lejeune (2008); Scott (1995); Louro (2020); Borges (2008); e Ricoeur (2007).

Palavras-chave: Crisantina Monteiro Dias; Memórias de Professores; Barro-Ceará.

INTRODUÇÃO

*Não é fácil buscar inspiração
pra dizer sobre um gênio da cultura,*



*que no ânimo do verbo e da leitura
foi o marco da nossa educação,
uma mestra fiel por vocação
que não conta os volumes que já leu,
quantos cargos letivos exerceu
para ver o descaso ir embora,
uma Estrela nascida na Aurora
que nas nuvens do Barro apareceu.
(DIAS, 2010, p. 09).*

O presente poema, escrito por Pedro Ernesto Filho expressa os sentimentos de um ex-aluno diante da trajetória, e o legado percursor da sua educadora no município. Diante disso, a presente pesquisa em andamento busca estudar a biografia da professora Crisantina Monteiro Dias, por meio da sua atuação na educação da cidade de Barro-CE, portanto, parte da análise dos seus livros *Memórias de uma Professora* (2010), *Fragmentos de uma História* (2013) e o Livro de Atas (1966 a 1973) da Câmara Municipal de Vereadores, com o objetivo de problematizar a sua memória enquanto uma professora que contribuiu para a educação barrense e as memórias em que a mesma busca esquecer no momento em que descreve as suas experiências e vivências, ou seja, buscar compreender em que medida a mesma produziu o esquecimento de sua memória política como vereadora da cidade. Ademais, a metodologia consiste em uma pesquisa a partir do gênero autobiográfico, pautada no aporte teórico de Lejeune (2008); Scott (1995); Louro (2020); Borges (2008); e Ricoeur (2007).

No campo da biografia de professoras, são fundamentais as contribuições do trabalho de Maria Aline Souza Guedes intitulado *Se eu nascesse mil vezes, mil vezes casaria com Elenita: história de vida da professora Maria Elenita de Vasconcelos* (Pedra Lavrada-PB, 1944-1984). Visto que, propõe o debate sobre a figura da professora Maria Elenita, as suas vivências no ensino, além de problematizar as suas memórias enquanto mãe e esposa, bem como discutir os seus desejos pós-morte e o poder simbólico de maneira consciente ou não para que os seus desejos fossem de fato cumpridos.

Além disso, no que se refere aos estudos da memória de professoras o trabalho *Jovem Maria do Disterro: memórias da docência em uma atuação profissional socialmente constituída* (2018) de Pedro Felipe Ribeiro Silva, destaca as experiências vivenciadas pela



professora, as relações sociais durante o processo de formação e a construção da identidade docente.

Dessa forma, ao longo da disciplina Projeto de Pesquisa I, com as discussões e debates sobre a importância de conhecer a história da nossa cidade e a historiografia produzida sobre cada região, assim o presente trabalho justifica-se pelo objetivo de contribuir para a História local da cidade, além de reconhecer a origem dos primeiros passos da educação do município para o seu desenvolvimento, contribuindo assim, para o fortalecimento da identidade e pertencimento da sociedade.

Além disso, a presente pesquisa se justifica pela ausência de pesquisas na historiografia da cidade de Barro, principalmente sobre a atuação da professora e sua história, embora seja reconhecida por toda a população como a pioneira na educação, recebendo homenagens e exposições da sua trajetória. Dessa forma, a professora Crisantina Monteiro Dias, detém grande importância para a cidade e principalmente está marcada na lembrança e memória da população. É conhecida por sua trajetória de destaque em eventos realizados, em que recebeu troféus e homenagens.

Portanto, buscando preencher lacunas no conhecimento histórico da cidade de Barro, a pesquisa realiza conexões com abordagens da historiografia do presente. Assim, o texto apresenta inicialmente os estudos sobre o retorno da biografia na pesquisa história, bem como a relação com os estudos de gênero, ademais é discutida a atuação e a trajetória da professora no campo da educação, a partir do seu entendimento sobre o ensino e a sua importância na vida dos estudantes, por fim analisamos o esquecimento da vida política de Crisantina Dias a partir da ausência das suas vivências como vereadora nos livros autobiográficos.

A ESCRITA BIOGRÁFICA E OS ESTUDOS DE GÊNERO

A pesquisa busca-se utilizar as contribuições teóricas de Vavy Pacheco Borges (2008), Benito Bisso Schmitd (1997), (2014) e François Dosse (2020) para discutir questões relacionadas entre o biografado e o biógrafo, além dos desafios da escrita biográfica na historiografia contemporânea.

A missão do biógrafo seduziu minha imaginação: a ideia de compreender um ser humano tão completamente como uma pessoa poderia compreender outra,



de afundar-me numa vida que não a minha, de ver o mundo por meio de olhos novos, de seguir alguém pela infância e por seus sonhos, trilhando a variedade de seus gostos. (Borges, 2008, p. 203)

A autora trabalha com o tipo de biografia que aborda as “grandezas e misérias” de acordo com a fecundidade e os limites da descrita. Dessa forma, pode-se encontrar biografias em verbetes de dicionários de políticos, filmes, documentários, programas de televisão e etc.

Ademais, de acordo com as contribuições de Borges (2008) e Dosse (2020) sobre os cuidados ao escrever uma biografia, o historiador precisa ter uma maior objetividade possível, não buscar a “verdade” mas, o verossímil, o que seria possível ou provável, além disso levar em conta a subjetividade do biografado, não construir uma narrativa de destino ou identidade fixa, ter consciência de que é quase impossível esgotar a discussão sobre o biografado, atentar-se para os condicionamentos sociais do biografado, os grupos pertencentes, as relações pessoais que constituíam seu dia-a-dia.

Para Schmidt (1997), atualmente os historiadores procuram articular as trajetórias de vida examinando o contexto, sem cair no individualismo ou nas análises realizadas pelo marxismo ortodoxo. Dessa forma, a biografia apresenta-se como uma narrativa relacionada nas questões éticas, ligadas nas reflexões sobre as normas, valores e responsabilidades. Ao “grafar” uma vida, é um ato moralmente carregado pelo historiador, que deixa marcas no biógrafo, o biografado e nos seus leitores. Exigindo respeito com o biografado.

Segundo Vieira (2018), a subjetividade faz parte do trabalho realizado pelo historiador, nas escolhas, seleção do objeto, construção de problemas e nas análises, de acordo com o seu posicionamento cultural, político e lugar social. Dessa forma, para problematizar a biografia de Crisantina Monteiro Dias, propõe-se utilizar as contribuições de autores e obras que realizam debates no campo da narrativa biográfica. Bem como, os preceitos de Vavy Pacheco Borges sobre uma biografia “[...] dita “científica” ou dita “literária”: obras mais importantes, com preferência narrativa e finalidade histórica, que trabalham com documentação numerosa e variada.” (p.213) e a “[...]”biografia pura”: aquela na qual o narrador não conheceu seu objeto de estudo e visa a dar uma imagem completa de sua existência a partir de documentos e testemunhos.” (p. 213).



Dessa maneira, pretende-se utilizar os conceitos de gênero e biografia, visto que, a profissão docente entendida principalmente como a função da mulher, sendo exercida majoritariamente por mulheres, devido ser a única oportunidade de trabalho e uma forma de conseguir a independência financeira, social e emocional, e até nos dias atuais, a profissão do magistério está associada ao papel da mulher e ao cuidado maternal. Ademais, o retorno da biografia na historiografia, diferentemente da abordagem do século XIX na perspectiva do positivismo que estudava a vida de grandes homens, hoje, pelo contrário, os historiadores realizam a articulação dos personagens biografados e os contextos sociais vivenciados, com a finalidade de revelar as proporções de certos problemas de pesquisa (Schmidt, 1997, p.15).

Entre as décadas de 1980 e 1990 emerge novas discussões, sobretudo com o conceito de gênero, Joan Scott então propõe um entendimento do conceito a partir da saída da dominação do sexo feminino pelo masculino. Assim, o termo “gênero” se aplica tanto a mulher como ao homem, além do entendimento de que não há a história apenas das mulheres, pois o mundo das mulheres também faz parte do mundo dos homens, bem como recusa os estereótipos causados pelos aspectos biológicos como a capacidade da mulher de dar à luz e a superioridade da força do homem. Assim, a autora entende que

O termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres (Scott, 1995, p. 75).

Ademais, segundo a autora, as abordagens descritivas não questionavam os conceitos dominantes, somente os historiadores das mulheres não seriam suficientes para provar que as mulheres tiveram uma história e que fazem parte. Com as análises de gênero e os novos objetos de estudo sobre mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero, o termo referia-se apenas ao campo das relações entre os sexos. Dessa forma, temas como a guerra e política “[...]o gênero parece não se aplicar a estes objetos, continuando, assim, a ser irrelevante para o pensamento dos/as historiadores/as preocupados/as com questões de política e poder.” (Scott, 1995, p.76).

Nessa perspectiva, gênero torna-se um novo domínio das pesquisas com o objetivo de questionar os paradigmas históricos existentes, sendo assim seria preciso reconciliar a teoria que estava sendo empregada de forma universal e geral. Dessa forma, requer novos métodos no



campo da história e um diálogo preciso com as áreas das ciências humanas, para estudar o gênero também com as relações de articulação do poder. O gênero torna-se valioso para analisar aspectos da vida humana, além de ampliar as multiplicidades das dimensões sociais e individuais (Rago, 1998). Dessa maneira, Joan Scott recomenda o método da desconstrução que possibilita ao historiador verificar as diferenças sexuais construídas hierarquicamente e são vistas como "estando na natureza das coisas" (Cunha, 2000).

Segundo Rago (1995), com o desenvolvimento dos movimentos feministas nos anos 70, o aumento no número de mulheres que entraram no mercado de trabalho e no contexto acadêmico forçou o fim do silêncio entre os historiadores. A concepção da história social das mulheres, utiliza-se do termo “mulher” como entidade social empírica fixa, retirando as multiplicidade, destacava as mulheres em um passado glorioso na experiência pessoal e coletiva. Nessa perspectiva, a partir dos estudos sobre a categoria de gênero, ampliou a compreensão da história e a forma de questionar os paradigmas historiográficos existentes.

Os estudos de gênero só têm real valor à medida que, desnaturalizando as desigualdades, contribuam para uma efetiva transformação nas relações entre homens e mulheres, equalizando as relações. Neste caso, não se trata apenas de estudos que possibilitem a emergência de uma nova mulher, mas, de maneira simultânea, é preciso que os homens aceitem participar da construção de uma nova masculinidade. (Silva, 2010, p. 229)

MEMÓRIAS DA DOCÊNCIA: A ATUAÇÃO DE CRISANTINA DIAS NA EDUCAÇÃO BARRENSE

Filha primogênita de pais agricultores, João Monteiro Filho e Honorata Monteiro de Jesus, Crisantina Monteiro Dias nasceu na cidade de Aurora- CE e com cinco anos, mudou-se para o município de Barro-CE. Em 1929, retornou para a sua cidade natal e concluiu a primeira e segunda séries primárias, no ano de 1942 finalizou o curso de Ginásio e o Magistério no Colégio Teresa de Jesus em Crato, escolhida oradora na sua turma de normalistas.

Entre 1945 até 1990, Crisantina Monteiro Dias trabalhou na profissão docente na cidade de Barro, tornando-se a primeira Secretária da Educação, além disso exerceu funções de diretora e vice-diretora, permaneceu no magistério ao longo de 45 anos, até a aposentadoria compulsória em 1990. Ademais, a professora no ano de 1967, é eleita vereadora pelo voto



popular, a primeira mulher do município que consegue a posse, no mesmo ano é o seu casamento com José Dias Cabral (Ademir). A sua descendência consta de uma filha, Liane Monteiro Teles, os netos Davi e Levi e o genro Roberto. Destarte, 2019 ocorreu o seu falecimento e em 2020, o seu centenário denominado de: “A filha do seu filho”.

A professora Crisantina Monteiro Dias escreveu em 2010, com 90 anos, o livro *Memórias de uma Professora*, reunindo as suas memórias e experiências ao longo da profissão docente, além da relação com a família e amigos. Escrito no formato de cordel, ela conta que sempre manteve admiração pelo gênero e após a leitura de um artigo no jornal, decidiu reunir os seus escritos e lançar o livro.

Assim, ao longo da obra estão presentes as suas vivências e experiências no cargo de professora das primeiras escolas, relata ainda como ocorreu a construção do primeiro grupo escolar, além das dificuldades da comunidade em ter acesso ao ensino pela falta de recursos e oportunidades. Desse modo, Crisantina Dias conta a história de alguns dos seus alunos por meio de alguns poemas como “*Meu Aluno Professor*”, “*Meu Aluno Heróico*”, “*Meu Aluno Superdotado*”, “*Meu Aluno Triunfante*” e “*Meu Aluno Trabalhoso*”, além de descrever as suas concepções de ensino e a vocação para o ensinar, conforme as seguintes citações:

Sempre me senti vocacionada a profissão de professora, por isso procurei exercê-la com muito devotamento, tanto como professora, como quanto diretora e vice-diretora. [...] Jamais esqueço que ao chegar na sala de aula encontrava os alunos com os olhinhos brilhando, muito ansiosos por aprendizagem, logo o meu papel era, além de lecionar, incentivá-los a prosseguir e perseverar até realizar seu sonho, fosse alcançando uma formatura ou outra possível carreira a que se sentisse inclinado, e que viesse suprir suas necessidades vitais o que advém sempre dos conhecimentos básicos adquiridos nos bancos escolares. (DIAS, 2010, p. 18)

Sabemos que a criança tem espírito plástico e é capaz de incentivar-se por qualquer gesto do professor, assim sendo, o mestre bom e carinhoso ganhará muito cedo grande parte do coração infantil. Antes de tudo, a criança precisa ser compreendida pelo mestre. [...] Portanto, ser mestre é ter nos lábios a prece que dignifica, no pensamento a ideia que fecunda, produzindo frutos de valor e bondade. Ser mestre é possuir a abnegação dos fortes e num esquecimento de si mesmo, mergulhar-se em gestos de generosidade em favor do educando. (DIAS, 2010, p. 27)

Colegas

Sabemos que a nossa classe não é vista com o valor que lhe é devido, contudo façamos valer o nosso entusiasmo na construção do futuro, de forma a ser



mantido o respeito que com o nosso trabalho, impomos ao mundo o preceito de reconhecer a valiosa missão de mestres, mostrando que por trás de toda ascensão humana está a indispensável ação do professor.

Só nós podemos ser chamados de Mestres, espelhados que somos na vida do Divino Mestre com o apanágio de sermos os seus sucessores, fazendo do nosso desempenho mais do que uma profissão, um verdadeiro apostolado. (DIAS, 2010, p.27).

Dessa maneira, o entendimento da professora sobre o magistério e o papel importante do mestre durante o ensino dialoga com as concepções de Guacira Lopes Louro (2020), para a autora é fundamental pensarmos o momento em que emerge a figura da mulher na sala de aula, momento alvo de várias discussões, para alguns seria errado transmitir essa responsabilidade para as mãos de mulheres que eram consideradas despreparas pelo cérebro com “pouco desenvolvimento”. Assim, o magistério seria a “extensão da maternidade” uma atividade realizada pela “vocação”, amor e carinho maternal.

Desde o processo de formação nas escolas, as futuras professoras vivenciavam as experiências ligadas ao lar, ao afeto e o exercício da maternidade, todavia assuntos ligados aos setores da política e da religião não eram estudados, pois eram “contra a natureza feminina”. Tal processo é decorrente na atualmente, em que no cotidiano escolar as profissionais da educa  o ainda são representadas pela figura da “tia”, uma forma de manter relação com a maternidade e vocação no ambiente de trabalho.

Destarte, o segundo livro lançado em 2013, a professora escreveu com 93 anos, intitulado de *Fragmentos de uma História*, em que aborda acontecimentos marcantes na história do município, desde o surgimento das primeiras escolas, crescimento econômico, saúde, religião e em outros setores da sociedade barrense. A história da cidade narrada ao longo do livro    construída de acordo com a visão da professora, visto que, a mesma vivenciou e construiu memórias em relação a sua vida e a forma  o da história do município. Assim, por meio dos livros e das mensagens de amigos, parentes, colegas de trabalho e ex-alunos, Crisantina Dias    descrita uma professora humilde, corajosa e que lutou contra as dificuldades do período para promover o avanço da educa  o e da sociedade.

Portanto, ao longo dos seus livros, a professora narra alguns acontecimentos marcantes para a sociedade barrense, como a visita dos Rondonistas em 1977 e 1978 presente no livro *Fragmentos de uma História* (2013), eram universitários de Brasília que através do Governo



Federal realizavam palestras sobre educação, saúde, higiene, culinárias e outros temas, em algumas cidades do interior. Foram recebidos com entusiasmo e amizade, como forma de homenagem Crisantina Dias escreveu o *“Cântico em seresta de despedida aos Rondonistas”*.

Ademais, a professora também descreve os desfiles cívicos em alusão ao dia 7 de setembro, inicia contando um resumo sobre a História do Brasil, do “descobrimento” até a independência relatando os principais acontecimentos, assim Crisantina Dias relata com detalhes a forma como esses desfiles eram preparados pelas escolas, sobretudo o papel das professoras em organizar todas as estruturas e o próprio enredo. Assim, o desfile na cidade chamava a atenção de toda a comunidade, além das pessoas de outras regiões que também participavam do momento. Logo, o desfile contava com carros alegóricos, e os personagens principais como os abolicionistas, princesa Isabel e a figura de D. Pedro para pronunciar independência ou morte, além da participação também dos estudantes, conformes as seguintes imagens:

Figura 1- Desfile Cívico 7 de setembro em Barro-Ceará



Fonte: Arquivo pessoal de Crisantina Monteiro Dias

Figura 2- Participação de Crisantina Dias



Fonte: Arquivo pessoal de Crisantina Monteiro Dias.

Nesse sentido, para a professora o desfile do dia 7 de setembro é uma festa patriótica, em virtude da sua importância para a comunidade, na valorização do sentimento de pertencimento e de amor para com o passado histórico do país, sobretudo dos “heróis” que foram os protagonistas dessa história. Assim, a professora destaca a sua visão sobre o papel do patriotismo na sociedade.

Sei que não podemos mudar as ações do tempo, nem estabilizar a ordem dos costumes, mas há sentimentos que não se pode deixar de preservar. Cultivar as raízes nacionais, a memória dos nossos antepassados heróis, é a maneira digna de exercitar o patriotismo. Exaltar, defender e amar a Pátria é dever de todas as gerações passadas e presentes como referência ao futuro. (Dias, 2013, p.45-46).

Além disso, a professora destaca que na atualidade a sociedade trata o 7 de setembro apenas como um feriado comum, um momento de lazer. Segundo Crisantina Dias é dever sobretudo da escola zelar pelo sentimento de patriotismo em que a data representa, ao estudar o passado histórico da país. Portanto, pode-se compreender que a professora valorizava um ensino que tivesse a pretensão de exercer o nacionalismo, desde a realização dos desfiles cívicos que contavam com a participação dos estudantes, até mesmo no início das aulas quando os



discentes cantavam o hino nacional, hino do estudante, o hino da independência e entre outros, por meio do incentivo da professora.

A AUTOBIOGRAFIA E O ESQUECIMENTO: A AUSÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE CRISANTINA DIAS NOS LIVROS DE MEMÓRIAS

Os livros escritos pela professora Crisantina Dias são textos autobiográficos, pois são narradas as suas memórias construídas ao longo da vida, sobretudo no campo da educação e na própria história do município. Logo, de acordo com Philippe Lejeune (2008) a autobiografia é uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história.” (p.14). Nesse sentido, ao longo dos seus dois livros Crisantina Dias realiza a escrita de si, destacando principalmente o seu percurso na profissão docente como as memórias em sala de aula, a história de vida dos estudantes e como aconteceu o progresso na educação barrense.

No contexto da educação, Crisantina Dias conta como ocorreu a sua participação na educação no município. Começou em 1942, quando finalizou o curso normal no Colégio Santa Teresa em Crato-CE. Em seguida, trabalhou em escolas auxiliares do Estado, entretanto, somente em 1945 é nomeada em cadeira destinada a diplomadas, iniciando a tarefa árdua do ensino em um contexto precário. Em 1957 é construído o primeiro Grupo Escolar nomeado de Valter Sá Cavalcante, com o aumento de professoras diplomadas, Crisantina Dias torna-se diretora da referida escola e a segunda Justino Alves Feitosa, a sua primeira aposentadoria ocorreu em 1975, entretanto, é novamente nomeada pelo Estado, exercendo o magistério por mais de 40 anos, até a aposentadoria compulsória em 1990.

Nessa perspectiva, a professora vivenciou o desenvolvimento da educação no município e contribuiu de forma significativa para o avanço das escolas, estava a cargo de professora do primeiro Ginásio Santo Antônio, criado pelo Padre Frei Hermano Stúdart, instalado em uma residência da família Feitosa, com o crescimento no número de alunos surgiu a necessidade da nomeação de novos professores. Mesmo com as dificuldades o Ginásio contribuiu para a formação de muitos barrenses, todavia houve a criação de novas escolas, em 1975 foi instalada a Escola César Cals, com a mudança no currículo do Ginásio os professores precisaram adquirir novos conhecimentos, com o uso do livro didático.



Dessa forma, no livro *Fragmentos de uma História* (2013), a professora descreve que desde a sua infância sempre gostou de história, a disciplina favorita enquanto estudante e também para lecionar, a história conforme afirma a professora “nos leva a viver épocas diferentes, constituindo-se uma grande fonte de informações e conhecimento” (Dias, 2013, p.123)

Além de atuar na educação, Crisantina Dias também trabalhou na política, quando tomou posse em 1967, sendo a primeira mulher eleita vereadora na cidade. Porém, as suas memórias durante esse percurso não estão presentes em seus livros autobiográficos, assim para compreender a sua atuação enquanto vereadora iremos utilizar o livro de Atas (1966 a 1973) da Câmara Municipal de Vereadores do município.

De acordo com o livro de Atas, na sessão do dia 24 de março de 1967 no salão da prefeitura, destinado as reuniões da câmara, ocorreu a posse dos novos eleitos no pleito de 15 de novembro de 1966. Crisantina Monteiro Albuquerque é eleita pela Arena (Aliança Renovadora Nacional), ocupando o cargo de primeira secretária da câmara, portanto, a mesma registrava as sessões no livro de atas. Durante esse período, Firmino Tavares Martins ocupava o cargo de prefeito e Moacir Luiz Gonzaga vice-prefeito.

No dia 08 do mês de março de 1967, Crisantina Monteiro Albuquerque, apresentou o projeto de lei nº 1/67, referente ao crédito de cem cruzeiros novos que tinha o intuito de construir um sanitário no açougue do município, bem como pedir a contratação de um zelador para o grupo escolar da cidade, e o pagamento mensal deveria ser feito pelo prefeito do município. Em 12 de setembro de 1967, a vereadora propôs um novo projeto de lei que seria destinada para a construção do clube União Barrense, no valor de mil cruzeiros novos, sendo aprovada por todos os vereadores.

Na sessão do dia 26 de setembro do mesmo ano, a vereadora solicitou novamente uma verba para a construção do clube União Barrense no valor de um milhão de cruzeiros velhos, o projeto foi negado pelo prefeito Firmino Tavares Martins, pois a prefeitura não teria orçamento suficiente, assim prometeu que a verba seria liberada no próximo ano. Ademais, o projeto de nº 6, referente a aprovação ao título de cidadania para o Dr. Francisco de Assis Cavalcante Matos, engenheiro chefe da obra BR 116, por se tratar de um cidadão de honra para a cidade, o projeto foi aprovado pela câmara.



Ademais, no dia 03 de setembro de 1968, segundo o livro de Atas o vereador Pedro Tavares colocou em discussão um projeto de lei para a mudança no nome de algumas ruas da cidade, para Crisantina Albuquerque não havia a necessidade para tal mudança, pois seria deslegante com as próprias famílias, porém afirmou que aceitaria o projeto. Assim, de acordo com o vereador Vagner Andrade a rua intitulada de José Dias Cabral deveria ser trocada pelo nome de Joaquim Alves de Oliveira, visto a sua atuação na cidade, a vereadora Crisantina Albuquerque relatou que o projeto inicial já estava no conhecimento da família de José Dias, assim, seria importante que a sua permanência para evitar qualquer tipo de desentendimento. Logo, no dia 20 de setembro de 1968, novamente com a discussão sobre o projeto, o vereador Horácio Bandeira também discordou do projeto, visto que eram duas pessoas conhecidas como rivais na cidade, porém os demais vereadores concordaram com o projeto que em seguida foi aprovado.

Nos seus livros de memórias, pode-se notar a ausência da participação política, sobretudo as suas vivências e a própria experiência enquanto a primeira mulher vereadora da cidade, durante o contexto da ditadura militar. Dessa maneira, no livro *Fragmentos de uma História* (2013) Crisantina Dias narra os principais acontecimentos da política barrense, principalmente os avanços que aconteceram nas décadas de 60, 70 e 80, porém permaneceu silenciada a sua própria participação, pois a vereadora não menciona os projetos que foram de sua autoria. Por exemplo, quando solicitou na câmara verbas para a construção do clube União Barrense, o qual foi aprovado, destaca-se que esse fato não está presente nos livros, o que é possível encontrar, são os relatos feitos pela vereadora sobre as dificuldades em que a população enfrentava para a manutenção do clube, como a falta de recursos, a importância das reuniões dos sócios para a realização de eventos, com o intuito de arrecadar dinheiro e assim concluir a construção.

Vale ressaltar que, o único momento encontrado sobre a sua participação política está presente no livro *Memórias de uma Professora* (2010), no discurso de posse Crisantina Dias destaca os seus sentimentos no momento, a esperança com os novos tempos e o desejo de progresso, para um governo que tenha relação direta com o povo e assim os governantes busquem o bem da cidade.



Nesse sentido, segundo Paul Ricoeur (2007) a memória é a própria luta pelo esquecimento, logo o esquecimento também está relacionado com a memória, não permite que o esquecimento seja entendido apenas como “por apagamento de rastros entre as disfunções ao lado da amnésia, nem entre as distorções da memória que afeta sua confiabilidade.” (p. 435). Destarte, no ato de lembrar ocorrem escolhas e seleções, pois do mesmo modo que é impossível lembrar de tudo, não é possível escrever ou narrar tudo, assim é necessário realizar seleções, e durante esse processo quando se escolhe narrar um acontecimento de uma forma, necessariamente outras maneiras não serão narradas.

Mediante os estudos de Ricoeur (2007), podemos compreender que o esquecimento realizado por Crisantina Dias ocorreu por meio das suas escolhas e recortes, visto que, a professora selecionou as memórias que em seu contexto de escrita eram determinantes, sobretudo para escrita de si como docente, além de sua participação e vivência desde o início da cidade, o que fez a comunidade pedir que relatasse as suas memórias, desde as histórias aprendidas na infância até os momentos de desenvolvimento econômico da cidade. O que está relacionado com o que o historiador Pierre Nora (1993) entende como os lugares de memória, sendo os materiais, espirituais e funcionais, bem como discute que não existe uma memória espontânea, por isso a necessidade da criação de arquivos, organização de celebrações, elogios fúnebres, anotações em atas, pelo motivo de que essas ações não são naturais.

Além disso, o autor destaca que a memória e a história não são sinônimos, a história é a reconstrução incompleta do passado, do que não existe mais, e a memória é sempre atual no eterno presente. Assim, "a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo."(p.17). Portanto, os lugares de memória desaparecem, por isso a necessidade da História. Todavia, ao escrever os livros autobiográficos além de construir a escrita de si, Crisantina Dias registrou as suas memórias que se tornaram fundamentais para a população local compreender a história da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, buscou-se estudar a biografia da professora Crisantina Monteiro Dias, com o objetivo de compreender a sua atuação no campo da educação e na própria cidade



de Barro, Ceará. Nessa perspectiva, utilizou-se como fontes os livros autobiográficos *Memórias de uma Professora* (2010), *Fragmentos de uma História* (2013) e o Livro de Atas (1966 a 1973) da Câmara Municipal de Vereadores, com o intuito de problematizar a escrita de si construída como docente e as memórias que foram silenciadas, sobretudo em relação a sua participação política em 1967, durante a ditadura militar. Assim, a metodologia consistiu em uma pesquisa a partir do gênero autobiográfico, utilizando-se das contribuições de Lejeune (2008); Scott (1995); Louro (2020); Borges (2008); e Ricoeur (2007).

Ademais, durante o artigo foi visto o papel da biografia e os estudos de gênero na historiografia, sobretudo o retorno da biografia para a pesquisa histórica, em que se apresenta como uma narrativa que está ligada com as questões éticas, normas e valores, pois ao “grafar” uma vida, permanece as marcas no biógrafo, o biografado e os leitores. Bem como, foi discutido a importância que o conceito de gênero apresenta, no sentido de questionar os paradigmas históricos existentes e ampliar as multiplicidades das dimensões sociais e individuais.

Crisantina Monteiro Dias nasceu em 1920, na cidade de Aurora-CE. Filha de João Monteiro Filho e Honorata Monteiro de Jesus, com cinco anos, mudou-se para o município de Barro-CE e em 1929, retornou para a sua cidade natal onde concluiu a primeira e segunda séries primárias. Já em 1942 finalizou o curso de Ginásio e o Magistério no Colégio Teresa de Jesus em Crato, sendo assim iniciou a sua jornada na educação do município, lecionando nas primeiras escolas da cidade, bem como ocupou o cargo de primeira Secretária da Educação, além de tornar-se diretora e vice-diretora, permaneceu no magistério ao longo de 45 anos, até a aposentadoria compulsória em 1990.

Além disso, a professora foi eleita vereadora pelo voto popular em 1967 durante a ditadura militar, sendo a primeira mulher do município que conseguiu o cargo, no mesmo ano casou-se com José Dias Cabral (Ademir). Outrossim, Crisantina Dias escreveu dois livros de memórias *Memórias de uma Professora* (2010) e *Fragmentos de uma História* (2013) em que destaca sobretudo, as suas vivências em sala de aula, o seu entendimento sobre o valor da educação e a história da cidade, como ocorreu o desenvolvimento na política, educação e saúde.

Como resultado da pesquisa, destaca-se a formação docente de Crisantina Dias e o seu entendimento sobre educação, em que a docência seria uma missão do professor, e justifica a sua escolha pela profissão mediante a sua vocação pelo ensino. Nesse sentido, para a professora



o bom mestre deveria esquecer-se de si mesmo e focar no estudante e em seu futuro, sendo papel dos professores incentivar a população sobre a importância do ensino e dos estudos. O entendimento da professora está relacionada com as concepções de Louro (2020) sobre o momento em que a figura da mulher inicia-se a sua carreira na sala de aula e a visão do magistério como a “extensão da maternidade”, pois seria uma atividade exercida pela “vocação”, amor e carinho maternal.

Sendo assim, a professora destacou em seus livros os desfiles cívicos realizados no dia 7 de setembro, logo    possível compreender a sua formação e atuação docente que valorizava, principalmente os valores patrióticos e a importância de semear o sentimento de nacionalismo com os jovens estudantes, a partir dos hinos e a própria realização dos desfiles, atribuindo destaques aos personagens “heróis” do passado histórico.

Portanto, ao longo dos seus dois livros de memórias,    possível compreender a ausência da participação política, ou seja, ocorre um silenciamento e esquecimento das suas vivências e a própria experiência enquanto a primeira mulher vereadora da cidade, eleita durante o contexto da ditadura militar. Assim, como resultado da pesquisa pode-se destacar as intenções da professora Crisantina Dias ao publicar as obras, sendo influenciada pela população após solicitarem que a docente registrasse as suas memórias sobre a história da cidade e o seu desenvolvimento, assim a professora realizou seleções e escolhas, conseqüentemente contribuíram para efetivar a escrita de si como docente e gerando o esquecimento das suas memórias durante a participação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 203-233.

CUNHA, Maria de Fátima de. Mulher e historiografia: da visibilidade    diferença. **História & Ensino**, v. 6, p. 141-161, 2000.

DIAS, Crisantina Monteiro. **Fragments de uma História**. Barro: HB gráfica e editora, 2013.

DIAS, Crisantina Monteiro. **Memórias de uma Professora**. Barro: HB gráfica e editora, 2010.



DOSSE, François. A biografia à prova da identidade narrativa. **Escritas do Tempo**, v. 2, n. 4, p. 7-36, 2020.

GUEDES, M. A. S. “**Se eu nascesse mil vezes, mil vezes casaria com Elenita**”: história de vida da professora Maria Elenita de Vasconcelos (Pedra Lavrada-PB, 1944-1984). 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, CARLA B. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.p. 443-48.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, p. 81-91, 1995.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos pagu**, n. 11, p. 89-98,1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Revista Estudos Históricos**, v. 10, n. 19, p. 3-22, 1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História (São Paulo)**, v. 33, p. 124-144, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20,n. 2, 1995.

SILVA, Pedro Felipe Ribeiro. **A jovem Maria do Disterro**: memórias da docência em uma atuação profissional socialmente constituída. 2018. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, 2018.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia: história e sociedade**, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2010.

VIEIRA, Adriana Fraga. Escafandristas do “eu”: perspectivas teóricas sobre os usos da biografia como fonte. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 12, n. 23, p. 297-312, 2018.



“O ÚLTIMO ATO DE UMA HISTÓRIA?”: UMA ANÁLISE HISTÓRICA ENTRE O CANGAÇO E O SINDICATO DA MORTE POR MEIO DAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS

Alan Abel Cavalcante Paiva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
contato.alanabel@gmail.com

RESUMO: No século XX, o sertão foi incorporado à ontologia da região Nordeste, associado a elementos como a seca, a fome, o messianismo e o cangaceirismo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Esse último ganhou destaque nos periódicos, até que na década de 1940 esse fenômeno definhou. Em busca de sucessores do Cangaço, a imprensa escrita identificou uma suposta organização responsável por disseminar o medo por todo o Nordeste. Essa organização recebeu o nome de "Sindicato da Morte". A imprensa dedicou-se a explorar as semelhanças existentes entre o Cangaço e o Sindicato da Morte. O objetivo deste estudo é examinar criticamente as associações estabelecidas pela imprensa escrita entre esses dois fenômenos e compreender como elas contribuíram para a consolidação da narrativa do Nordeste como um espaço marcado pela violência.

Palavras-chave: Cangaço; Sindicato da Morte; Imprensa.

INTRODUÇÃO

A categoria sertão, como todo conceito, é dotada de uma historicidade. A historiadora Janaína Amado em seu artigo *Região, sertão, nação* (1995) aponta que essa categoria espacial está presente no vocabulário do Brasil desde o período colonial. Evidentemente, esse conceito passou por diferentes transformações ao longo do tempo. Todavia, a partir do final do século XIX, como demonstrado por Durval Muniz (2019), este conceito polissêmico foi raptado pelo discurso regionalista nordestino e passou a designar uma sub-região presente no interior do Nordeste. Para além de sua incorporação o sertão passou a ser associado a outras categorias, tais como: o coronelismo, o messianismo, a seca e o banditismo.

No que diz respeito ao banditismo, mesmo que a historiografia aponte que ele foi comum a outras regiões do país (Fonteles Neto, 2019), é possível ressaltar que o seu mais ilustre representante foi incontestavelmente o cangaço na região Nordeste. Apesar de marcado temporalmente, tendo emergido no século XIX e declinado na década de 1940, esse fenômeno continuou e ainda continua a subsistir no imaginário coletivo. Para ilustrar o quanto esse fenômeno permanece vivo dentro desse campo é possível destacar que, por exemplo, nos últimos anos a cobertura midiática apropriou-se do conceito de “Novo Cangaço” para



categorizar as ações de assaltantes de banco fortemente armados que invadem e sitiavam cidades. Inclusive, a premissa da série “Cangaço Novo”, lançamento recente da plataforma de *streaming* *Amazon Prime Video*, segue justamente essa perspectiva, o que demonstra a permanência do uso desse termo para definir práticas relativas à criminalidade.

O sociólogo Nabupolasar Alves Feitosa publicou um artigo intitulado *Não existe “Novo Cangaço”* (2023) no qual busca evidenciar o que aproxima e o que distancia o cangaço clássico e esse “novo cangaço”, além de problematizar a própria terminologia utilizada para descrever esse último. Embora esteja em evidência atualmente, outros fenômenos mais antigos também já foram alçados à categoria de “novo cangaço”, ainda que implicitamente. É o caso, por exemplo, do Sindicato da Morte, uma suposta organização que reunia em seu interior uma rede de pistoleiros de aluguel. A partir da década de 1950 essa organização é apresentada nas páginas dos periódicos brasileiros como uma possível sucessora espiritual do cangaço.

Tendo como base essas reportagens, este artigo busca identificar as semelhanças e as particularidades entre os dois fenômenos supracitados e levantar hipóteses sobre quais eram as prováveis intenções dos periódicos ao propor tal associação. Na tentativa de responder a essas questões serão consultadas as obras *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil* (2011) do historiador Frederico Pernambucano de Mello, especialista na história do cangaceirismo, e o artigo *Matadores de aluguel: Códigos e mediações. Na rota de uma pesquisa* (2006) do sociólogo César Barreira, referência para os estudos acerca da pistolagem.

Para a realização deste trabalho serão utilizadas como fontes reportagens de periódicos brasileiros que, por sua vez, encontram-se disponíveis virtualmente na Coleção de Jornais e Revistas presente no repositório da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A pesquisa nesse repositório foi realizada graças ao uso da tecnologia *DocPro*, que permite a realização de buscas de caracteres contidos na imagem digitalizada do documento por meio do recurso OCR (Optical Character Recognition).

SINDICATO DA MORTE: DA EMERGÊNCIA DO TERMO A SUA CONSOLIDAÇÃO

Inicialmente, é fundamental encontrar definições para o significado do termo “Sindicato da Morte”. De maneira geral, o termo foi empregado pela imprensa escrita brasileira para designar uma suposta organização de pistoleiros de aluguel que compunham uma rede de



crimes de mando. Com relação ao pistoleiro, esse indivíduo “seria qualquer ‘bandido’ ou um homicida que praticou um assassinato, tendo como arma uma ‘pistola’”. Neste sentido, a pistolagem seria o coletivo de bandidos que cometem assassinatos usando ‘pistola’ (Barreira, 2006, p. 46).

Se por um lado há uma grande quantidade de pesquisas que se dedicam ao estudo desse fenômeno e das trajetórias de indivíduos que enveredaram por esse caminho, por outro não existem muitos a respeito do Sindicato da Morte. Apesar de recorrerem a fontes orais e escritas, esses trabalhos abordam esse fenômeno dentro de uma perspectiva ficcionalizada. Entretanto, mesmo adotando essa abordagem, é inquestionável que esses trabalhos possuem o seu valor enquanto estudos de memória e, eventualmente, serão referenciados ao longo do presente artigo. Tendo em vista essa deficiência de estudos, a perspectiva adotada por este artigo opta por dar preferência às definições presentes nos periódicos, obviamente, sempre de maneira crítica.

Entre meados da década de 1930 até o final da década de 1980, as nomenclaturas “Sindicato da Morte” e, em menor grau, “Sindicato do Crime” permearam as páginas de periódicos do país inteiro. Algo que chama a atenção é a utilização do termo “sindicato” para designar esses grupos de pistoleiros de aluguel. De modo geral, a palavra sindicato é normalmente utilizada para referir-se a uma organização coletiva de trabalhadores que lutam por uma causa comum. Não seria nenhum absurdo supor que a utilização do conceito de “sindicato” para referir-se a grupos de pistolagem estivesse imbuída de preconceitos com relação às manifestações populares desses coletivos, seja no campo ou na cidade. Contudo, outra hipótese provável que pode ser considerada para explicar essa utilização é oriunda do trabalho de César Barreira.

Embora o autor não se dedique aos estudos a respeito do Sindicato da Morte, ele levanta uma hipótese acerca de como era a estrutura da pistolagem. Segundo Barreira (2006) os crimes de execução, tradicionalmente, eram representados por três figuras: o pistoleiro, responsável por executar o crime; o “corretor da morte”, que atua como intermediário buscando os serviços do pistoleiro; e, por fim, o mandante, que é o autor intelectual do crime. Para o autor, “a presença desse intermediário representa a institucionalização de um *sindicato do crime*, com hierarquia e diferenciação de papéis” (Barreira, 2006, p. 46, *italico meu*). O historiador e



jornalista Décio Freitas compreende a utilização do termo sindicato de outra forma. Inicialmente, vale destacar que esse autor atribui a esse fenômeno um caráter de diversidade ao referir-se a ele no plural. De acordo com Freitas, os sindicatos da morte “não são [...] organizações centralizadas e hierarquizadas, tipo Máfia; o termo ‘sindicato’ é metafórico” (Freitas, 1986, p. 39). As duas interpretações serão levadas em consideração no desenvolvimento deste trabalho.

Como apontado anteriormente, as primeiras menções a respeito do termo “Sindicato da Morte” datam da segunda metade da década de 1930. Curiosamente, elas não correspondem à realidade brasileira. Inicialmente, o termo foi utilizado pela imprensa da época para designar uma organização denominada “Murder Incorporated” que prestava serviços de execução para a máfia, no contexto da Lei Seca nos Estados Unidos (Tassell, 2020). É somente a partir de meados da década de 1940 que o termo passa a ser empregado também para a realidade brasileira.

Apesar da nomenclatura “Sindicato da Morte” ter sido empregada de maneira generalizada pela imprensa do país inteiro para categorizar grupos responsáveis por crimes de execução, foi na cobertura de crimes da mesma natureza, ocorridos na região Nordeste, que o termo ganhou maior repercussão. Dentro dessa perspectiva, assim como a categoria espacial sertão foi monopolizada pelo Nordeste, o mesmo ocorreu com o Sindicato da Morte. Ainda que a cobertura fosse variada, não foi incomum identificar reportagens que seguissem um determinado padrão em sua produção. Esse padrão recorria a um arquivo de enunciados e imagens no que diz respeito ao Nordeste. É o que aponta, por exemplo, as reportagens selecionadas para análise neste artigo.

SINDICATO DA MORTE: UM HERDEIRO ESPIRITUAL DO CANGAÇO?

A primeira reportagem escolhida para ser analisada foi publicada pela revista ilustrada *O Cruzeiro*, pertencente ao conglomerado *Diários Associados*, cujo proprietário era Assis Chateaubriand. Mesmo que na época não vivesse o seu auge, a revista ainda possuía um grande volume de tiragens e prestígio considerável, além disso ela tinha “uma distribuição privilegiada por usar o mesmo sistema de bancas de jornal que vendiam as dezenas de jornais que o grupo Associados publicava diariamente” (Corrêa, 2021, p. 207). Embora a reportagem escolhida não

tenha sido a primeira e nem a última a estabelecer uma relação umbilical entre Cangaço e Sindicato da Morte ela pode ser utilizada como ponto de partida para ilustrar como era feita a cobertura da imprensa escrita.

O título da reportagem, de onde, inclusive, foi extraído o título deste artigo, é “Uma organização criada pelo Nordeste”. A organização a qual a reportagem se refere é o cangaço, mas também poderia ser o próprio Sindicato da Morte, visto que, posteriormente ambos os fenômenos são descritos como análogos.

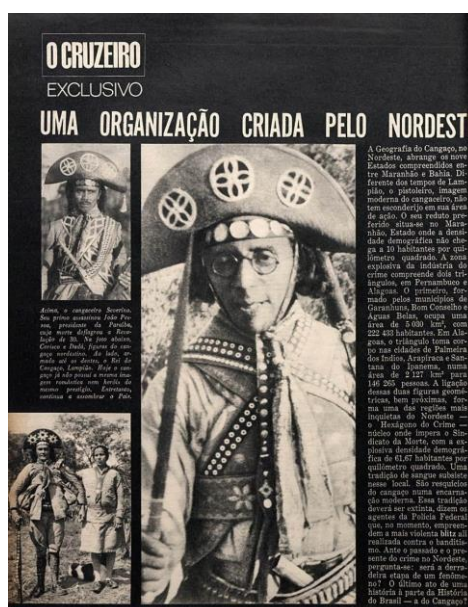


Figura 1 - Uma organização criada pelo Nordeste. O Cruzeiro, 21 de agosto de 1965, p. 18. Fonte: Biblioteca Nacional Digital - Brasil.

Na introdução pode-se identificar a seguinte afirmação “uma tradição de sangue subsiste nesse local”. Mesmo que ao longo do texto seja especificado espacialmente que este local situa-se na divisa dos estados de Pernambuco e Alagoas, pode-se interpretar que também esteja referindo-se ao Nordeste como um todo, tendo em vista que o título da reportagem faz referência explícita a região e a própria introdução do texto menciona os estados que a compõem, ainda que não elenque todos nominalmente.

De acordo com Durval Muniz (2011), o cangaço é constantemente utilizado como uma referência para representar a índole das populações residentes no Nordeste, enquanto sujeitos



essencialmente violentos, e como se a referida região fosse uma terra sem lei ou, segundo a perspectiva fenomenológica de Yi Fu Tuan (2005), uma paisagem de medo. Embora Tuan tenha desenvolvido esse conceito para se referir às manifestações de topofobia com relação a determinados espaços dos grandes centros urbanos, é possível adaptá-lo a outras realidades, como é o caso, por exemplo, da região Nordeste, visto que, por meio de discursos como o supracitado, são instituídos no imaginário coletivo a perspectiva de que esse espaço deve ser temido e/ou evitado.

Na mesma reportagem, o pistoleiro e o Sindicato da Morte são categorizados, respectivamente, como sendo uma encarnação moderna do cangaceiro e do cangaço. No próximo tópico serão abordadas detalhadamente algumas diferenças e similaridades entre os dois fenômenos. No momento o enfoque será em expor os discursos veiculados por esses periódicos e contextualizá-los. A respeito disso Durval Muniz afirma que

As narrativas sobre o cangaço são um dos raros momentos em que o Norte tem espaço na imprensa do Sul, assim como quando ocorria repressão a movimentos messiânicos, secas ou lutas fratricidas entre parentelas. Estas narrativas servem para marcar a própria diferença em relação ao “Sul” e veicular um discurso “civilizatório”, “moralizante”, racionalista, em que se remetem as questões do social para o reino da natureza ou da moral (2011, p. 75).

Ainda com relação à reportagem acima é notória a presença de registros iconográficos que ocupam mais da metade da página e são praticamente o elemento dominante, responsáveis por conquistar a atenção do leitor. Os personagens que estampam a página são cangaceiros. Na fotografia superior, encontra-se o cangaceiro Severino, que segundo a legenda presente na reportagem teria sido primo do assassino de João Pessoa, ex-presidente da Paraíba. A fotografia inferior retrata o cangaceiro Corisco e Dadá, sua companheira. A terceira e última fotografia apresenta a figura de Lampião, cuja legenda denomina de “Rei do Cangaço”. Apesar de não ser creditado na reportagem, as duas últimas fotografias mencionadas foram registradas pelo fotógrafo libanês-brasileiro Benjamin Abrahão Botto.

Tendo como base essas fotografias, assim como as suas dimensões e disposições no interior da página é possível levantar algumas hipóteses que podem justificar essas escolhas. A primeira delas diz respeito à hierarquização desses personagens. Lampião, por exemplo, não é descrito pela legenda como “Rei do Cangaço” por acaso, uma vez que, a sua figura encontra-se



centralizada em grande escala, reforçando o seu caráter de protagonista desse fenômeno. A segunda hipótese, corresponde a uma provável intenção da revista em atrair o leitor para a referida reportagem. Vale ressaltar, que na época, havia um grande contingente de analfabetos no país. Nesse sentido, pode ser atribuído às iconografias um caráter quase pedagógico. Outro ponto que deve ser considerado é que muitas pessoas que testemunharam, mesmo que indiretamente, os episódios envolvendo Lampião e seu bando ainda encontravam-se vivas. Nesse sentido, a memória em torno desses personagens e episódios mesclava elementos tanto daquilo que era dito e visto, quanto daquilo que foi vivenciado, contribuindo para o temor de alguns e para a admiração de outros.

Por fim, um outro aspecto que merece ser discutido refere-se ao último trecho da legenda presente na descrição das fotografias. O trecho em questão afirma que "hoje o cangaço já não possui a mesma imagem romântica nem heróis do mesmo prestígio." A afirmação, que beira ao saudosismo, revela uma visão nostálgica do Cangaço, como se, ainda que tivessem praticado crimes brutais, os cangaceiros do passado tinham princípios éticos, algo que não podia mais ser identificado em sua encarnação moderna, o Sindicato da Morte.

Esses discursos homogeneizadores, estereotipados e cristalizados não partem apenas de fora do Nordeste. Como apontado por Durval Muniz (2011), eles também são respaldados e incrementados dentro da própria região. É o que demonstra, por exemplo, uma série de reportagens publicadas entre o final de 1966 e início de 1967 pelo jornal *Diário de Pernambuco*, veículo de comunicação que também integrava os *Diários Associados*. Assinadas pelo jornalista Severino Barbosa as referidas reportagens apresentam um panorama histórico acerca do fenômeno do banditismo nordestino e quais seriam as explicações para a sua incidência. Por se tratarem de reportagens extensas e levando em consideração que o presente artigo deve respeitar um limite máximo de páginas, optou-se por escolher apenas uma para ser abordada.



Figura 2 - Pistoleiros completam ciclo de banditismo no Nordeste. Diário de Pernambuco, 25 de dezembro de 1966, 3º Caderno, p. 3. Fonte: Biblioteca Nacional Digital - Brasil.

A princípio, é importante problematizar a escolha do título e quais as implicações dela. Ao fazer uso da palavra “ciclo”, o autor estabelece uma cronologia de eventos para a história do banditismo no Nordeste, com o cangaçoeirismo representando o início, as ações dos jagunços, o meio, e a pistolagem o fim. É curioso como não há uma tentativa de interpretar a pistolagem e o Sindicato da Morte enquanto fenômenos singulares, com uma história particular. Ao contrário, recorre-se a uma interpretação da história do banditismo aproximando fenômenos diversos, desconsiderando suas especificidades. É o que demonstra a seguinte passagem: “seria o pistoleiro um remanescente do cangaço? antropologistas brasileiros, há dezenas de anos preocupados com o gravíssimo problema do banditismo no Nordeste, dizem que sim.”

Essa não é única vez em que Severino Barbosa recorre a argumentos de especialistas para legitimar suas explicações acerca do Sindicato da Morte e, por sua vez, da pistolagem, e sobre a sua relação com outros fenômenos. Dentre os intelectuais citados nominalmente por Barbosa estão os médicos Arthur Ramos e Estácio de Lima, o jornalista Euclides da Cunha, os sociólogos Djacir Menezes e Gilberto Freyre e o antropólogo Cesare Lombroso. Apesar das divergências existentes entre esses intelectuais, Barbosa referencia-os indiscriminadamente.



Essa miscelânea é utilizada por Barbosa para reforçar explicações geodeterministas e biodeterministas sobre o fenômeno do banditismo no Nordeste, cuja região o jornalista categoriza com a alcunha de “*societas sceleris*” ou, em português, sociedade do crime.

É interessante perceber que semelhantes explicações para o banditismo existente na região Nordeste encontram-se presentes desde o século XIX na literatura naturalista brasileira (Fonteneles Neto, 2019). Dentro dessa perspectiva é possível entender o banditismo nordestino enquanto um arquivo (Foucault, 2008) que atualiza-se com os enunciados e imagens sobre o Sindicato da Morte. Em um determinado trecho da reportagem também é possível notar um caráter saudosista, ainda que implícito, com relação a outros fenômenos do banditismo, em especial o cangaceirismo. De acordo com Barbosa

Manifestando-se mais claramente, após o ocaso do cangaceirismo e o final da epopéia sangrenta do jagunço, o ciclo do pistoleiro não é menos ameaçador e sinistro. *Torna-se até mais terrível, mas (sic) temido, mais apavorante, porque age traiçoeiramente, nas caladas da noite* (Diário de Pernambuco, 25 de dezembro de 1966, 3º Caderno, p. 3., *itálico meu*).

É interessante perceber a forma como a expressão “ocaso do cangaceirismo” é empregada, uma vez que ela entra em contradição com parte do conteúdo que é apresentado ao longo da reportagem. Se o cangaço definhou, por que, então os pistoleiros são rotulados como cangaceiros, e o Sindicato da Morte é associado ao cangaço? Aparentemente essa associação acontece apenas quando convém. Outro elemento que merece ser comentado diz respeito ao *modus operandi* do pistoleiro. Segundo Barbosa, esse caráter discreto e noturno das ações do pistoleiro tornava-o imprevisível e incontrolável.

Assim como a primeira reportagem, esta também é composta por elementos iconográficos, cuja autoria não é referenciada. Na fotografia superior consta a seguinte legenda: “sepultamento de Tininho, vítima do Sindicato da Morte”. “Tininho”, era o apelido de Luiz Augusto de Castro e Silva, ex-Secretário de Segurança Pública de Alagoas, morto no mês de abril do ano anterior. É possível supor que ao inserir uma fotografia como essa na reportagem, o jornalista e o próprio jornal, tivessem como objetivo demonstrar que todos encontravam-se à mercê das ações do Sindicato da Morte, inclusive, aqueles responsáveis por combatê-lo.



A fotografia inferior apresenta o busto de Luís Cacheado. Apesar da reportagem não apresentar a autoria da fotografia, foi possível identificar a sua suposta primeira aparição. Presente em uma reportagem do mesmo jornal, publicada em 14 de maio de 1965, intitulada “Luiz Cacheado começou a confessar, em Maceió, seu rosário de crimes”, a fotografia apresenta um tamanho um pouco maior em comparação ao da reportagem aqui analisada. Na primeira publicação o enquadramento é feito da cintura para cima, enquanto que na segunda publicação o enquadramento restringe-se muito mais ao rosto de Luís Cacheado. A escolha desse recorte, provavelmente, tinha como intuito concentrar a atenção do leitor na expressão esboçada pelo suposto pistoleiro.

Logo abaixo desta fotografia de Luiz Cacheado consta na legenda a seguinte descrição: “é o pistoleiro famoso, assassino profissional, preso pela polícia pernambucana, sob acusação de vários crimes de morte. Luís Cacheado nega. Por trás dele está o Sindicato da Morte, pronto para liquidá-lo. Basta que ele fale”. A respeito desse código de conduta presente na legenda, Barreira destaca que

Em nome da segurança da rede de pistolagem, o meio mais frequente de manter a integridade da organização é a eliminação física, evitando qualquer suspeição. O pistoleiro preso é sempre um potencial delator, como também o que não realizou seu ‘trabalho’ conforme o previsto. O pistoleiro dessa rede é, comumente, alvo de ‘queima de arquivo’, caso cometa algum ‘deslize’. A rede de pistolagem caracteriza-se, fundamentalmente, pelo anonimato dos diferentes personagens envolvidos no sistema (Barreira, 2006, p. 48).

O caráter anônimo do pistoleiro será debatido mais aprofundadamente no próximo tópico. Mesmo que sejam reduzidas numericamente, as reportagens apresentadas acima tiveram como objetivo introduzir os leitores acerca de uma das linhas de argumentação adotadas pela imprensa escrita para explicar o que era o Sindicato da Morte. Reitera-se que, por se tratar de um artigo, foi necessário fazer escolhas. Contudo, mesmo diante desta limitação, é possível afirmar que elas foram satisfatórias, tendo em vista que apresentam um panorama geral a respeito dessa cobertura das associações feitas entre o Sindicato e cangaço, algo que será problematizado a seguir.



SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O SINDICATO DA MORTE E O CANGAÇO

Após a apresentação de dois exemplos que ilustram um pouco de como era feita a cobertura da imprensa escrita a respeito do Sindicato da Morte, chegou o momento de examinar o que aproxima e o que distancia o fenômeno citado acima e o cangaço. De acordo com Frederico Pernambucano de Mello

As forças que deram vida ao cangaço são as mesmas que inflaram estes outros tipos de criminalidade regional, conferindo-lhes existências irmãs e, sob tantos aspectos, complementares e interdependentes, ao abrigo de uma mesma moldura de tempo e de espaço (2011, p. 70).

Em suma, a emergência da pistolagem, do cangaceirismo e de outros fenômenos no Nordeste está associada, em grande medida, aos conflitos agrários existentes na região. Conforme aponta Barreira (2006), a pistolagem tradicional envolvia a relação entre grandes proprietários rurais e pistoleiros, na qual os primeiros eram responsáveis por garantir a subsistência dos segundos no interior de sua propriedade, enquanto que os segundos, por sua vez encarregavam-se de prestar serviços de intimidação e execução a pedido dos primeiros.

Mesmo diante dessa proximidade, Barreira (2006) enfatiza que os pistoleiros não se limitavam única e exclusivamente a uma propriedade ou a um único empregador, uma vez que poderiam também estar inseridos em uma rede mais ampla e difusa, prestando serviços para outros proprietários rurais. De acordo com Mello (2011) os indivíduos envolvidos nesse contexto da pistolagem tradicional eram os jagunços, cabras e capangas. Embora não fossem subordinados a nenhum patrão, os cangaceiros também compartilharam uma relação de proximidade com os grandes proprietários rurais. “A convivência entre eles fazia-se de igual para igual, agindo o cangaceiro como um fazendeiro sem terras” (Mello, 2011, p. 88). É provável que as semelhanças mencionadas que conectam a pistolagem e o cangaceirismo estejam restritas apenas a isso.

A partir desse momento, serão apresentadas algumas características que diferenciam ambos os fenômenos. Primeiramente, o cangaço foi um fenômeno restrito temporalmente e espacialmente. É amplamente aceito entre os historiadores que o cangaço deixou de existir enquanto fenômeno a partir da década de 1940, quando Corisco, um dos últimos remanescentes



do bando de Lampião, foi morto (Albuquerque Júnior, 2011). Além disso, é consensual afirmar que, com a exceção dos estados do Piauí e Maranhão, esse fenômeno ocorreu especificamente apenas na região Nordeste.

No que diz respeito a pistolagem as mesmas delimitações não podem ser aplicadas. Episódios da mesma natureza, embora possam ser designados com outras nomenclaturas, podem ser identificados em diferentes partes do mundo, não se restringindo exclusivamente à realidade brasileira. Ainda que este trabalho dedique-se a abordar um fenômeno particular e delimitado temporalmente dentro da pistolagem, nesse caso o Sindicato da Morte, é possível afirmar que os crimes de execução envolvendo pistoleiros de aluguel existem no Brasil desde o agravamento dos conflitos agrários no século XIX e perduram até os dias atuais. Além disso, o próprio Sindicato da Morte é referenciado nas páginas policiais da imprensa escrita atuando em estados fora da região Nordeste, algo que não ocorreu para o caso do cangaço.

Outro elemento digno de nota é que o cangaço apresenta um caráter mais ostensivo e extravagante (Mello, 2013). Para ilustrar esse tipo de postura, Nabupolasar (2023) evoca um episódio marcante envolvendo a invasão de Mossoró por Lampião, no qual o bando comandado pelo cangaceiro enviou uma carta para as autoridades da cidade, apresentando uma série de demandas sob a ameaça de que, caso não fossem atendidas, as consequências para cidade seriam catastróficas. Em contrapartida, essa conduta não é comum nas ações dos pistoleiros. Sua atuação requer dos envolvidos sutileza, pois o intuito é não chamar a atenção.

Essa forma de atuação é referenciada pelo jornalista Severino Barbosa na segunda reportagem analisada no tópico anterior. Retomando o que foi apontado nela, segundo Barbosa, o pistoleiro, enquanto representante do Sindicato da Morte e em comparação ao cangaceiro, é “mais terrível, mas (sic) temido, mais apavorante, porque *age traiçoeiramente, nas caladas da noite*” (Diário de Pernambuco, 25 de dezembro de 1966, 3º Caderno, p. 3, *itálico meu*). “O segredo e a não-publicidade do seu funcionamento seriam o sustentáculo e a salvaguarda do sistema” (Barreira, 2006, p. 51). Em resumo, o anonimato é um elemento indispensável para o funcionamento da pistolagem e, conseqüentemente, do Sindicato da Morte.

Outro aspecto que merece ser destacado é o caráter grupal do cangaceirismo em contraste com a pistolagem. Segundo Mello o pistoleiro



Difere do cabra e do capanga não apenas por agir normalmente sozinho, mas pela circunstância de não se relacionar diretamente com o mandante do crime, recebendo instruções e prestando contas a um intermediário (2011, p. 77).

Além disso, Barreira (2006) destaca que as ações do pistoleiro moderno são mais imprevisíveis, principalmente porque este não encontra-se mais fixo espacialmente como ocorria, por exemplo, com o cabra ou o capanga, citados anteriormente. O nomadismo seria a sua proteção (Barreira, 2006). Embora os periódicos possam descrever o Sindicato da Morte enquanto uma rede de pistolagem, não foi possível identificar menções, em reportagens acerca dessa organização, desses indivíduos atuando coletivamente na execução de um crime, algo que ocorre para o caso do cangaço. Em outras palavras, esses pistoleiros poderiam até contar com um apoio nos bastidores, porém, quando entravam em cena, tradicionalmente, atuavam sozinhos. Essa postura se justifica pela valorização da discrição, tão importante para que o serviço ocorresse perfeitamente. Nesse sentido, não era interessante reunir um grupo numeroso para executar esses serviços, pois, essa vantagem numérica poderia se tornar uma desvantagem, visto que, poderia, por exemplo, atrair atenção das autoridades de segurança.

Finalmente, ao cangaceirismo são atribuídos uma série de crimes. Os indivíduos que o integraram eram responsabilizados por cometer latrocínios, homicídios, furtos, roubos, estupros e outros delitos (Nabupolasar, 2023). Em contrapartida, no que se refere à pistolagem e, mais especificamente, ao Sindicato da Morte, a situação é diferente. Embora possam estar ligados a outros crimes, a imprensa escrita menciona exclusivamente homicídios como sendo de responsabilidade dessa alegada organização, algo que não surpreende, uma vez que os homicídios eram a sua razão de ser.

CONCLUSÃO

Tendo como base o que foi apresentado ao longo deste artigo, torna evidente que o Sindicato da Morte e o cangaço, embora compartilhem algumas semelhanças, são, de fato, fenômenos distintos. Levando em consideração que se tratam de fenômenos diferentes, surge a seguinte pergunta: por que então a imprensa escrita estabeleceu uma relação de analogia entre eles? A respeito disso, algumas hipóteses podem ser levantadas. Para a primeira hipótese a análise do linguista francês Patrick Charaudeau será fundamental. Segundo esse autor ao se



analisar o discurso das mídias é importante destacar que para além de relatarem uma informação factual elas também buscam apresentar explicações e atribuir significados para esse acontecimento. Nesse sentido, algumas vezes, em meio ao processo de explicação do mundo as mídias podem apelar para um raciocínio por analogia (Charaudeau, 2013). Nas palavras do autor esse raciocínio por analogia caracteriza-se por

apresentar explicações comparando o fato com outros similares que se produziram em outras ocasiões, ou então com outros diferentes que, no entanto, parecem depender do mesmo encadeamento causal. No primeiro caso, coloca-se em perspectiva um encadeamento de fatos aparentemente idênticos: como o acontecimento 1 é igual ao acontecimento 2, as causas e consequências deste último são as mesmas que as do primeiro. No segundo caso, apresenta-se uma espécie de revelação, na medida em que fatos aparentemente diferentes são tratados num mesmo encadeamento causal: o acontecimento 1 é diferente do acontecimento 2, mas as causas (ou as consequências) são as mesmas, logo os dois acontecimentos pertencem à mesma ordem (Charaudeau, 2013, p. 179).

Acredita-se que o primeiro caso referenciado pelo autor possa ser enquadrado para a análise da abordagem adotada pela imprensa escrita acerca do “sucessor” do cangaço, o Sindicato da Morte. Ainda de acordo com Charaudeau, embora essa postura possa ser positiva em alguns casos, “esse raciocínio também produz amálgamas que, numa perspectiva de informação cidadã, podem ter efeitos perversos” (Charaudeau, 2013, p. 180). Nesse sentido, ao invés de informar adequadamente, essa abordagem proporciona o oposto.

A segunda hipótese é de natureza econômica. No início deste artigo, a série “Cangaço Novo” foi mencionada como uma forma de exemplificar o apelo que o cangaço exerce sobre a sociedade. Como tudo no capitalismo, esse fenômeno social do passado se transformou em uma mercadoria altamente comercializável. Não é por acaso que, além das produções audiovisuais, ele também inspire peças teatrais, livros, esculturas, pinturas, e outras manifestações culturais. Apesar de o apreço pelo cangaço, ser comum nos dias atuais, ele existe desde o momento em que esse fenômeno entrou em declínio, basta lembrar por exemplo de obras como *Bandoleiro das caatingas* (1949), livro escrito por Melchiades da Rocha, *Cangaceiros* (1953), escrito por José Lins do Rego, filmes como *O Cangaceiro* (1953), dirigido por Lima Barreto, *Lampião, o cangaceiro* (1959), dirigido por Adriano Stuart, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), dirigido por Glauber Rocha, a lista é extensa. Dessa forma, torna-se compreensível a abordagem adotada pelos periódicos.



A terceira hipótese é de natureza política. Ao estabelecer uma simetria entre esses dois fenômenos, os periódicos desempenharam um importante papel na campanha de mobilização da opinião pública contra o banditismo, personificado no Sindicato da Morte. Em 1965, por exemplo, o *Diário de Pernambuco* publicou uma reportagem a respeito de uma proposta de ação coordenada envolvendo os nove estados da região Nordeste e com o apoio da Polícia Federal, no combate ao Sindicato da Morte. Essa iniciativa foi batizada pelas autoridades de segurança de “Operação Limpeza” (*Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 1965, 1º Caderno, p. 7).

Dois anos depois, representantes das federações daquela região ensaiaram uma nova ação dessa mesma natureza. Durante o Congresso de Secretário de Segurança do Nordeste, realizado em Maceió, os titulares de cada estado, juntamente com o Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, buscaram promover uma ação conjunta para enfrentar o banditismo, que continuava a assolar a região (*Diário de Pernambuco*, 01 de agosto de 1967, 1º Caderno, p. 3). Outras hipóteses podem ser levantadas para se debater os usos do cangaço pelos periódicos. A análise de fontes documentais dessa natureza oferece uma amplitude de possibilidades de investigação. Neste trabalho, foram delineadas apenas algumas delas. Espera-se que este estudo, de alguma maneira, tenha contribuído para enriquecer um debate de proporções mais abrangentes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do nordeste e outras artes**. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2011. 376 p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **REVISTA OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL**, v. 25, p. 21-35, 2019.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145-51.

BARREIRA, César. Matadores de Aluguel: códigos e mediações. Na Rota de uma Pesquisa. **Revista de Ciências Sociais Fortaleza**, UFC. v. 37, p. 41-52, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/553>>. Acesso em: 20 set. 2023.



CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 285 p. Tradução de Angela M. S. Corrêa.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021. Cap. 8. p. 207-232.

FREITAS, Décio. Os Sindicatos da Morte. In: **Brasil Inconcluso**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1986.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011. 517 p.

TASSELL, Nige. **Murder Inc, a gangue de matadores a serviço das máfias de Nova York nos anos 1930**. BBC News Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53926805>. Acesso em: 03 set. 2023.

FEITOSA, Nabupolasar Alves. NÃO EXISTE “NOVO CANGAÇO”. **Revista Brasileira de Inteligência**, [S.L.], n. 17, p. 143, 23 mar. 2023. Agência Brasileira de Inteligência. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.58960/rbi.2022.17.218>>. Acesso em: 01 set. 2023.

FONTENELES NETO, Francisco Linhares. O folclore e o banditismo no Nordeste brasileiro. In: FONTENELES NETO, Francisco Linhares; BRETAS, Marcos Luiz; FLORES, Mariana F. de C. Thompson (org.). **História do banditismo no Brasil: novos espaços, novas abordagens**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019. Cap. 11. p. 287-310.

FOUCAULT, Michel. O enunciado e o arquivo. In: _____. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008. p. 87-150.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

A FIGURA DE DEUSEDIT LEITÃO E SUA INFLUÊNCIA PARA A HISTORIOGRAFIA E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DOS SERTÕES PARAIBANOS

Ana Claudia Ferreira Pereira
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP
claudiaana.ferreirap@gmail.com
Orientadora: Janaína Valéria Pinto Camilo
janaina.valeria@professor.ufcg.edu.br



RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados parciais do projeto de extensão “Preservando a memória: salvaguarda dos documentos sobre a história de Deusdedit Leitão arquivados no IHGP”, objetivando a higienização e a digitalização de documentos presentes nos acervos de Deusdedit Leitão encontrados no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) na Fundação Casa José Américo (FCJA). Tendo atuado na historiografia paraibana do século XX, o pesquisador é autor de trabalhos que abordam cidades sertanejas paraibanas, com assuntos relativos principalmente a suas formações e genealogia familiares, contribuindo assim para a construção da memória destes espaços. Nesse sentido, a disseminação dos acervos a respeito de Deusdedit Leitão, presentes nestas instituições, favorece a realização de futuras pesquisas que abordem temáticas inseridas no contexto dos sertões paraibanos.

Palavras-Chave: Memória; Sertão; Deusdedit Leitão; Historiografia; Paraíba.

Deusdedit Leitão e os Sertões Paraibanos

Deusdedit de Vasconcelos Leitão foi escritor e pesquisador paraibano, tendo se dedicado ao estudo da história, da cultura e da genealogia da Paraíba. Ele iniciou sua formação intelectual em escolas do sertão nordestino, estudando, por exemplo, no Colégio Padre Rolim e no Instituto São Luiz, na cidade de Cajazeiras, onde desenvolveu o gosto pela leitura e pela escrita. Tendo ajudado seu pai no cartório no qual ele trabalhava, Deusdedit aprendeu sobre documentos e registros históricos. Apesar de não ter concluído o ensino superior, ele se tornou um autodidata em diversas áreas do conhecimento, especialmente em educação e história.

Desse modo, ele foi professor de História Geral, História do Brasil, História Econômica e Administrativa do Brasil na Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira, em Cajazeiras, sua cidade natal e também, trabalhou lecionando no Seminário Nossa Senhora da Assunção. Além de ensinar, ele fundou e participou de várias instituições culturais, como o **Centro de Estudos e Pesquisas Históricas de Patos** em 1949, a revista **Letras do Sertão**, o **Centro de Artes e Letras de Cajazeiras** e o jornal **O Lábaro**. Ele também colaborou com diversos jornais e revistas da Paraíba e de outros estados, como o **Correio do Sertão**, o **Observador**, o **Correio da Paraíba**, o **Diário da Borborema** e o **Diário de Pernambuco**. Realizou também passagem em diversos cargos dentro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, tendo ocupado o cargo de presidente entre os anos de 1974 a 1977. Ele foi eleito membro da Academia Paraibana de Letras em 1978, reconhecendo sua contribuição para a



literatura e a história do seu estado, além de iniciar seus primeiros trabalhos sobre a História de Cajazeiras como redator. Também exerceu função militar entre os anos de 1942 a 1944.⁴

Realizou a publicação de vários trabalhos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, tais quais como o texto “As Andanças de Brunet” encontrado na Revista nº 14, em 1961; também tem trabalho divulgado na Revista nº 15 de 1964 intitulado “Pombal” onde se está o discurso do ano de 1862 que eleva a cidade de Pombal a cidade; no ano de 1970, na Revista nº 17 está incluído seu discurso realizado em homenagem a Sebastião Sinval Fernandes, no dia do seu ingresso no IHGP; também possui publicação na Revista nº 19 de 1971, com o texto Topônimos Nordestinos de Inspiração Lusitana e na edição seguinte, nº 20, de 1971 encontra-se o discurso “Cajazeiras – Um Pouco de Sua História” realizado por Deusdedit na abertura da IX Semana Universitária de Cajazeiras; na Revista nº 21 está presente seu discurso em homenagem ao centenário da paróquia da cidade de Brejo da Cruz; em 1979 na Revista nº 22 dois textos seus podem ser localizados, sendo um o texto intitulado “Visão de Coriolano Medeiros” e outro texto sobre a cidade de Santa Luzia; em 1984 na Revista nº 23 acha-se o trabalho “Prefeitos Municipais de João Pessoa; na Revista nº 28, de 1995, tem seu trabalho “Organização Municipal de João Pessoa” e em 1996, na Revista nº 29 pode-se encontrar seu trabalho último trabalhado vinculado a revista do Instituto, intitulado a “Representação Paraibana no Senado do Império”. No entanto, seus trabalhos não se restringiram apenas a revista do IHGP, também realizou a publicação de variados livros que abordam diversas cidades do sertão paraibano, além de órgãos e instituições presentes no estado da Paraíba, como suas obras **Ministério Público Paraibano: notas para a sua história**, **O ensino público na Paraíba: síntese histórica da secretaria da educação e a História do Tribunal de Justiça da Paraíba** tendo sido as três obras publicadas pela editora A União em 1985, 1987 e 2000, respectivamente; o **Inventário do Tempo: Memórias** também do ano 2000 e publicado pelo Empório dos Livros, entre outros.

O pesquisador veio a falecer no ano de 2010 todavia no ano anterior e o Centro de Formação de Professores recebeu a responsabilidade concedida pela família Vasconcelos

⁴ As informações apresentadas são encontradas em vídeo produzido pela discente do curso de história do CFP, Maria Tereza Ferreira de Oliveira Filho, com texto da Sra. Elsa Helena Leitão Regis, apresentado em evento de abertura oficial do projeto Preservando a Memória, no CFP, em 18 de setembro de 2023, disponível em: https://drive.google.com/file/d/1wcOwyssUwncOEY0U_mKFZU7GqJa6MUin/view?usp=sharing



Leitão a incumbência de resguardar parte do acervo da biblioteca do escritor paraibano, dessa maneira formou-se no Centro de Formação de Professores (CFP-UFCG) o Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão (NDHDL).

Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão

O Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão (NHDL) está localizado na Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras, no Centro de Formação de Professores (CFP) e desempenha um papel fundamental na salvaguarda e disseminação da rica documentação histórica produzida por instituições públicas e privadas no sertão paraibano, concentrando-se especificamente na região do Alto Sertão do Piranhas. Este acervo não só está acessível aos estudantes do CFP, mas também a todas as instituições educacionais circunvizinhas e à sociedade sertaneja em geral. Como citado anteriormente, a sua criação ocorreu por meio da doação da família do pesquisador Deusdedit de Vasconcelos Leitão, com o desafio duplo de preservar e divulgar a documentação histórica do escritor a respeito dos sertões paraibanos aos pesquisadores. Com uma conexão intrínseca ao Curso de História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do CFP, o Núcleo não apenas oferece um espaço para pesquisa histórica, mas também estimula a formação de uma nova geração de estudantes, que serão os futuros produtores de conhecimento histórico.

O núcleo de documentação foi inaugurado no ano de 2010 pelo seu fundador, o professor mestre Isamar Gonçalves Lobo, o qual o presidiu do ano de 2010 a 2014 contando com o professor Rodrigo Ceballos como vice. No ano anterior, 2009, por intermédio do então vereador cajazeirense e professor aposentado do curso de História, Francisco das Chagas Amaro, o Centro de Formação de Professores recebeu a responsabilidade concedida pela família Vasconcelos Leitão de resguardar parte do acervo componente da biblioteca do pesquisador paraibano recém falecido. Deste modo, o então presidente do CFP, o professor Dr. Cesário e seu vice, o professor Dr. Osmar, asseguram a sala que era o ambiente dos professores do curso História para se tornar o espaço físico do núcleo e demais necessidades do ambiente. Valendo ressaltar que o NDHDL foi o primeiro núcleo reconhecido do centro como UFCG,



também conta com o primeiro livro digital publicado pela editora da UFCG, que era o catálogo do acervo, juntamente a sua inauguração se deu também a publicação do seu site⁵.

Apesar de o fundo documental Deusdedit de Vasconcelos Leitão ser a parte que resultou na fundação do NHDL, o seu acervo também conta com os Fundos de documentação Francisco Eugênio Paccelli Gurgel da Rocha, Juan Carlos Ceballos, Francisco das Chagas Amaro e Mariana Moreira Neto, os quais estão agregadas diferentes perspectivas históricas que enriquecem nossa compreensão da região. Atualmente o núcleo está sob a coordenação da Profa. Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo, contando com o trabalho na secretaria e recepção de Francisca da Silva Soares.⁶

Dessa maneira, a composição de uma variedade de títulos, documentos e jornais, a sensível doações realizadas ao espaço demonstra sua importância para os pesquisadores que abordam o sertão paraibano e representa o desafio duplo de preservar e divulgar a documentação histórica do sertão paraibano que o ambiente carrega, facilitando o acesso de produções sobre os sertões, principalmente aos alunos do centro, favorecendo as pesquisas que se encaixem na temática.

Preservando a Memória: a importância da preservação do patrimônio histórico para a pesquisa científica

O Projeto de extensão “Preservando a Memória: salvaguarda dos documentos sobre a história de Deusdedit Leitão arquivados no IHGP” foi aprovado em edital da PROBEX-UFCG no ano de 2023 com vigência entre o período de junho a novembro do ano, sendo realizado em convênio com o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e conta com parceria com a Fundação Casa de José Américo, visando a higienização e digitalização de documentos sobre a vida e a obra de Deusdedit Leitão, guardados em ambas instituições, os quais a partir deste convênio serão disponibilizados, também, no Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão (NDHDL/CFP/UFCG).

Deste modo, o projeto foi desenvolvido no intuito de ampliar e difundir à comunidade em geral e, principalmente, aos professores e professoras da Rede Básica e pesquisadores (as)

⁵ Estas informações foram repassadas pelo fundador do Núcleo, o Prof. Me. Isamar Gonçalves Lobo.

⁶ Para mais informações sobre o NDHDL, ver o site: <http://cfp.ufcg.edu.br/portal/index.php/unidadesacademicas/uacs/ndhdl>



da área das Ciências Humanas, os acervos do NDHDL/CFP/UFPA, IHGP e FCJA que são referências sobre a História da Paraíba, principalmente, sobre a história e cultura do sertão paraibano, e que por serem lugares de memória, estas instituições possuem como missão promover ações de preservação, preservação patrimonial e difusão da história local. Sendo assim, primordialmente o projeto objetiva ações de preservação de patrimônio documental relativos à história local paraibana, especificamente dos sertões paraibanos, sendo assim uma ferramenta para a preservação da memória, interpretada, aqui, conforme Michael Pollak (1989), como a força que os diferentes pontos de referência, como exemplo, os registros documentais que nos acompanham ao longo da vida, possuem na estruturação da nossa memória, inserindo-a na coletividade à qual pertencemos. Porém, destaca-se a força que os patrimônios – sendo aqui referida à categoria tangível - possuem em oposição a uma memória oficial sobre o que somos obrigados a lembrar e a esquecer, trazendo da obscuridade aspectos pouco conhecidos da história dos lugares e das personagens, conforme nos diz Pollak, e reabilitando da periferia e da clandestinidade memórias proibidas e marginalizadas pelo discurso hegemônico. Esse movimento “consiste [...] muito mais na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente” (Pollak, 1989, p. 5). Desta maneira, ao tornar as publicações de Deusdedit Leitão mais acessíveis aos pesquisadores, possibilita-se a discussão a respeito de suas produções e de qual tipo de memória estava sendo construída em suas obras.

A temática do Patrimônio Cultural e a relação com a Memória e a Educação Patrimonial tornou-se espaço de discussões dos técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que desde 2014 iniciaram círculos de debates em torno das questões teóricas e práticas que sustentam a Educação Patrimonial e, em 2015, por exemplo, o IPHAN publicou o volume 1 dos “Cadernos do Patrimônio Cultural”, cuja temática central é a fruição e a preservação dos patrimônios materiais e imateriais, móveis e imóveis, públicos e privados brasileiros. E, portanto, a educação, formal e informal, desenvolvida por meio das interpretações dos objetos, documentos impressos e manuscritos, obras de arte e objetos de cultura material podem revelar a importância da salvaguarda desses acervos, garantindo às gerações futuras o sentimento de pertencimento a uma dada sociedade ou grupo social e, também, o conhecimento das identidades múltiplas, podendo ser nesse aspecto um suporte para



o exercício da cidadania. Sobre os conceitos da memória e do patrimônio, discutidos pelos profissionais do IPHAN, fazem parte questionamentos que norteiam problemáticas de projetos e ações de políticas públicas de preservação dos patrimônios, e que são assim registrados:

Como decifrar as memórias em torno de suportes, de objetos, de signos, de palavras, de expressões, de vestígios da presença do ser humano? Como colocá-las como protagonistas na missão de entender quem sou e onde estou na cidade? (...) O desenvolvimento de estratégias e de dinâmicas de ensino-aprendizagem em torno do Patrimônio Cultural e os valores que são inerentes a essa relação podem ser, na contemporaneidade, um dos pontos mais significativos, eficazes e rentáveis para garantir a valorização, preservação e difusão dos bens culturais e das memórias interligadas a eles.” (PINHEIRO, 2015, p. 13)

Diante das prerrogativas acima expostas, e relacionando a educação patrimonial à preservação de documentos históricos – estudados como patrimônios materiais móveis - e considerando o que escreveram, também, as autoras Franciele Merlo e Glaucia Vieira Ramos Konrad, no artigo “Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação” (2015), às ações desenvolvidas durante o projeto assumiram a responsabilidade de oferecer à comunidade o trabalho de higienização e digitalização de documentos que futuramente serão meios de pesquisa acadêmica. Visto que, conforme orientam as autoras, um arquivo é categorizado como “conjunto documental gerido por uma instituição pública ou privada no decorrer de suas funções” (Merlo; Konard, 2015, p. 29). O que torna os documentos de arquivo um patrimônio histórico é que estes sejam algo “que fora produzido como resultado de certa atividade dentro de seu organismo produtor e faz parte de um conjunto de mesma providência” (Merlo; Konard, 2015, p. 29). Destacando que a preservação e a salvaguarda de patrimônios documentais retiram do esquecimento pessoas e fatos históricos importantes para compreender-se as diferentes narrativas históricas.

Portanto, norteando as ações do projeto principalmente pelo conceito de memória, de Jacques Le Goff (2003), entende-se a memória como fruto da organização social, resultado dos sistemas dinâmicos, na medida em que essa organização é mantida ou construída, tendo como base a memória, seja ela individual ou coletiva. Ou seja, para Le Goff, as sociedades são resultados destas transformações sociais que se reconhecem no passado e projetam ou se entendem em decorrência da memória.



Neste sentido, ainda, a autora Bruna da Silva Garcia (2015) esclarece que a memória pode ser entendida como o ato de lembrar, abrigar o passado; serve de abrigo para o presente, sendo um arcabouço de possibilidades e significâncias. Percebe-se que a memória é a mantenedora do presente, personificada na ressignificação das vivências. A partir destas ponderações, outros pesquisadores também passaram a buscar a similaridade entre a memória e os diversos campos disciplinares. José Honório Rodrigues, em seu livro *Filosofia e História*, republicado em 1981, aponta que a memória pode ser entendida como um depósito de dados, que se configura por um princípio de conservação e reprodução dos sucessos anteriores existentes na vida humana, tradição, respeito, continuidade dos hábitos, costumes e ideias. Percebe-se com Honório (1981) e com os demais autores citados aqui, que a memória assume uma importância fundamental para as sociedades humanas, pois adquire o caráter de identidade dos distintos povos e sociedades. Consequentemente, o conceito de História Local foi duplamente importante para as ações do projeto, visto que é notória a importância de informações contidas nos acervos históricos para estabelecer debates sobre memória e identidade cultural das personagens que viveram e escreveram sobre Cajazeiras e outras cidades do sertão paraibano. Uma vez se aborda aqui a história “que trata de assuntos referentes a uma determinada região, município, cidade, distrito” (Barros, 2013, s.p.); no entanto, tal delimitação espacial nunca está deslocada de suas modulações regionais, nacionais e até globais, como aponta Melo (2015). Busca-se, então, valorizar os “particulares, das diversidades” (BARROS, 2013, s.p), sendo a pesquisa, um produto que pode ser aplicado ao ensino “um ponto de partida para a formação de uma identidade regional” (Barros, 2013, s.p).

A História Local é, portanto, um “campo de produção de uma consciência histórica” (Monteiro; Gasparello; Magalhães, 2007, p. 176) por excelência, pois articula experiências e conhecimentos sobre um espaço em que a individualidade e a coletividade estão em jogo. Quando aplicada ao ensino, a História Local demonstra aos alunos e alunas que eles também são agentes históricos e, portanto, eles e elas são iniciados na operação historiográfica, porque são instigados a conhecerem a comunidade em que vivem, por meio do trato das fontes e no despertar da consciência histórica, podendo implicar em nova forma de observar a experiência humana ao longo do tempo num determinado espaço. É bom salientar que a História Local é composta de dinâmicas históricas no espaço e através do espaço (Martins, 2010). Não basta



traçar limites geográficos, mas estudar as redes de relações sociais e culturais ali presentes. É por isso que, apesar da história local já estar, de algum modo, “contada” no âmbito nacional e regional, é sempre possível – e necessário – reescrevê-la sob novos prismas e perspectivas. É preciso, contudo, estar atento às modulações das esferas espaciais, para não se erigir um constructo histórico reducionista, que privilegie os “grandes feitos e grandes homens”. Na mesma esteira, ir além da História Política é impreterível, atentando-se para a Cultura, a Arte e para as dinâmicas sociais, igualmente pertinentes para compreender a História de uma sociedade local. Por fim, citando novamente Jacques Le Goff, historiador francês da História Cultural, e mais uma vez observando a importância das instituições guardiãs da memória, é importante registrar que já no século XVIII grandes arquivos documentais foram formados na Europa e no decorrer das experiências históricas, tornou-se nítida a necessidade da intervenção Estatal no armazenamento, catalogação e acesso à informação dos documentos públicos (Le Goff *apud* Merlo; Konard, 2015, p. 31). No Brasil, a noção de patrimônio cultural e histórico surge atrelado justamente à ideia de proteção. No caso dos documentos, após reflexões posteriores, nota-se que “a ligação que a sociedade possui com as formas de registro de seu passado gera uma identidade” (Merlo; Konard, 2015, p. 30) e, por isso, podemos considerá-los como um patrimônio. Após a década de 1960, além de proteger, surge a preocupação de preservar este bem patrimonial. E, por esse viés, torna-se importante, também, observamos o Decreto-Lei nº 25/37 que, no seu artigo 1º, desde aquele ano da homologação, assim definia patrimônio histórico:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

Portanto, as atividades realizadas pela equipe do projeto tratam-se de ações de política pública voltada às ações de preservação do patrimônio documental envolvendo temas sobre a memória, patrimônio material do IHGP e do NDHDL/CFP/UFCG, a história e a cultura do sertão da Paraíba e fomentando articulações entre pesquisa, ensino e extensão por meio de encontros teóricos abertos à comunidade e divulgação científica sobre o acervo documental das referidas instituições e os serviços que as mesmas devem oferecer à comunidade em geral. Além



disso, vale ressaltar que esta proposta justifica-se pelo cumprimento da Constituição do Brasil, quando a Carta Magna determina no artigo 216 que: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
 - II - os modos de criar, fazer e viver;
 - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988).

Diante da responsabilidade cultural que a legislação orienta, observamos, ainda, que este projeto vai ao encontro das ações de preservação do patrimônio histórico, viabilizadas por meio digitalização e difusão do acervo das instituições centrais (NDHDL e IHGP), promovendo ao mesmo tempo ações de educação patrimonial, tendo como foco, a formação de profissionais que serão preparados para o exercício da preservação documental e da compreensão da importância da manutenção das identidades culturais por meio da salvaguarda dos patrimônios históricos e culturais, sendo, portanto, uma obrigação de toda a sociedade civil.

Considerações Finais

De maneira geral, a partir da realização do projeto, com as de higienização e digitalização, os alunos que o integraram tiveram acesso a uma experiência importante para suas formações e futuras carreiras como historiadores. Uma vez que tiveram oficinas com profissionais a respeito de higienização, neste caso especificamente de documentos em papel, sobre os passos e processos necessários no trato dessas documentações.

Além disso, como mencionado anteriormente, Deusdedit Leitão foi um pesquisador advindo do sertão, deste modo suas produções partem de um olhar local e por ser ele um memorialista pode-se observar em suas obras como as suas memórias influenciaram na visão inclusa nestes trabalhos. Sendo assim, a disseminação das suas produções é importante para



trabalhos que busquem compreender a sua visão de sertão, bem como a influência de sua perspectiva afetou o entendimento destas localidades.

Ademais, o trabalho de preservação patrimonial é de suma importância para a pesquisa no país, especialmente para pesquisa historiográfica e o trabalho de higienização e digitalização destas obras se trata da salvaguarda de um pedaço de história destas localidades.

Referências

ABUD, Katia Maria. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: desafios, incertezas e possibilidades. In Halfred Carlos Ribeiro Junior e Mairon Escorsi Valério. **Ensino de História e Currículo**. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2017.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, Memória e História Local. **Criar Educação**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/1247>. Acesso em: 27 jun. 2021.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigues S. (org.) **Cadernos do Patrimônio Cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: SECULTFOR/IPHAN, 2015, vol.1.

GARCIA, Bruna da Silva. memória e história: uma discussão teórica. **Anais do VII Congresso Internacional de História**, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1508.pdf>.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. Deusdedit Leitão. **Site IHGP**. [s.d.]. [s.l.]. Disponível em: <https://www.ihgp.net/luizhugo/deusdedit.php>. Acesso em: 12 nov 2023.

IDIS – Desenvolvendo o investimento social. O que são ODS e o que eles têm a ver com impacto social, 28 de julho de 2022. Disponível em O que são ODS e o que eles têm a ver com impacto social | IDISIDIS, acesso em 22 abril 2023.

LEITÃO, Deusdedit. **Inventário do Tempo – Memórias**. João Pessoa, EMPÓRIO DOS LIVROS, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local**: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**; v. 20, n. 1 (2015); 26-42, v. 24, n. 2, p. 42- 26, 2015.



PINHEIRO, Adson Rodrigues S. (org.) **Cadernos do Patrimônio Cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: SECULTFOR/IPHAN, 2015, vol.1. RODRIGUES, José Honório. Filosofia e história. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro). V. 2, n. 3, 1989, p 3-15, 1989

ENTRE MELODIAS E ACORDES NO SERTÃO: A FILARMÔNICA JOAQUIM MOREIRA E SILVA E A IMPORTÂNCIA SOCIOCULTURAL NA CIDADE DE TRIUNFO – PB

Manoel Alves Neto

Especializando em Ensino de História: Teorias e Metodologias (UFCG/CFP)
manoel.neto@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: Este trabalho propõe discutir o papel das bandas filarmônicas no sertão, em específico na cidade de Triunfo, enfocando sua importância na expressão cultural, identidade e desenvolvimento social. Baseado na pesquisa de Susana Bilou Russo, destaca-se que as bandas de música civil surgiram e se mantiveram em contextos de transição e reafirmação das cidades provinciais, refletindo as mudanças sociais e urbanísticas. A Banda Filarmônica Joaquim Moreira e Silva, criada em 2006, desempenha um papel fundamental na difusão da música instrumental, fomento da cultura local e promoção de eventos públicos. No entanto, o trabalho ressalta a necessidade de reformulação da banda, buscando uma comunicação mais ampla e efetiva com a sociedade, permitindo a troca de saberes e o envolvimento de todos os membros da comunidade, buscando apoio e envolvimento da comunidade jovem, mostrando o potencial para a perpetuação dos saberes musicais existentes.

Palavras-chave: Bandas filarmônicas; Sertão; Cultura; Saberes musicais.

INTRODUÇÃO

As bandas filarmônicas adquirem, assumem e transmitem um determinado patrimônio sociocultural. Elas acabam por se transformar em espaços de sociabilidade e troca de conhecimentos entre membro e não membros, visto que as trocas de saberes transpassam os entendimentos teóricos da mesma.

A cidade de Triunfo desde o início de sua formação enquanto município, sempre foi regado por influências culturais principalmente ligadas a dança, movimentos culturais e a religiosidade. No entanto, a questão musical sempre mostrou-se importante porem pouco



explorada, passando décadas de sua formação até a construção do primeiro grupo da então filarmônica.

Acerca da propagação das bandas, Susana Bilou Russo, 2007, p. 65 aponta que:

O surgimento e manutenção das bandas de música civis está muito associado a contextos de transição e de reafirmação de algumas cidades de província que, num determinado período da história, procuraram acompanhar as correntes liberais e as novas tendências do urbanismo.

Dessa forma, Russo (2007) sugere que as bandas de música civis desempenharam um papel importante na expressão cultural e na identidade das cidades provinciais durante esses momentos de mudança. As bandas podem ter servido como um símbolo de modernidade e progresso, refletindo a vontade das cidades de se adaptarem às transformações sociais, políticas e urbanísticas.

A presença e a continuidade das bandas de música civis nessas cidades podem ser interpretadas como um indicador do desejo de manter tradições musicais locais e, ao mesmo tempo, de se inserir no contexto mais amplo das influências culturais e urbanas em evolução. Essa interação entre tradição e inovação é uma dinâmica interessante para entender o papel das bandas de música civis no desenvolvimento cultural e social das cidades provinciais.

Sendo assim, esse artigo busca compreender a força musical na cidade de Triunfo – PB, compreendendo sua importância como atuante na formação sociocultural no sertão paraibano, entendendo seus contextos e definições para debater contextos contemporâneos, não deixando que a mesma caía em esquecimento.

DÓ-RÉ-MI-FÁ-SOL: AS PRIMEIRAS TRILHAS DA MÚSICA NO SERTÃO DE TRIUNFO – PB

A cidade de Triunfo, localizada no sertão paraibano desde sua formação bebeu de diversos fatores ligado a cultura da dança e do canto, tendo seu povoamento intrinsicamente ligados. Quando paramos para analisar essa formação, nos deparamos com o grupo mais tradicional no município, o grupo “Banda Cabaçal”. O historiador Darlysson Bezerra de Sousa (2023, p. 56) apresenta que:



A criação desse conjunto musical e a instalação da musicalidade cabaçal na localidade que hoje se entende pelo município de Triunfo, na Paraíba, está ligada à migração de um povo, a um processo de dispersão, de ruptura de parte de uma comunidade quilombola localizada originalmente em Pombal, também na Paraíba. Esse grupo, por motivos de conflitos internos, se viu obrigado a buscar por um novo lugar de morada, por um novo lar, por novas oportunidades de vida, por um recomeço de sua própria história.

O debate apresentado por Sousa (2023) vincula-se a formação sócia da cidade, outrora, ao município chegou um grupo de migrantes da cidade de Pombal, que, por intermédio de um famoso curandeiro local, José de Moura, dirigiu-se até a pequena cidade de Triunfo, onde por meio de muitos esforços se alocou e fez morada.

Porém com essa chegada, seus traços culturais foram ademais apresentados ao seu novo lar, Sousa (2023, p. 86) aponta que:

Com a chegada em Triunfo o grupo agora denominado pela comunidade local de “Negros dos Quarenta” iria buscar novamente na religiosidade uma forma de dar sentido às suas representações de vida e de mundo [...] Visto isso, os membros dos Quarenta iriam adentrar esse espaço religioso, iriam buscar nas crenças locais uma forma de se inserirem nas relações com a sociedade, a religiosidade seria então essencial para esse processo.

A religiosidade se tornou um elemento central em suas vidas, permitindo-lhes buscar conexões significativas com a sociedade local e se inserirem nas relações sociais. Nesse contexto, a prática religiosa tornou-se essencial para o processo de integração e identificação desses indivíduos com a comunidade em que estavam vivendo, se debruçando de vez nos aspectos culturais outrora propagados por ele enquanto moradores de Pombal – PB.

Pesquisadores e a comunidade local, evidencia-se que a origem do grupo teve início ao deparar-se com instrumentos obsoletos na igreja local, o que os motivou a formar um conjunto musical, composto por instrumentos rústicos de percussão (caixa e bumbo) e melodia (o pife ou pífano). Esses elementos constituem a essência da musicalidade das tradicionais bandas cabaçais na cidade, fomentando ainda mais a cultura local e adentrando de forma perpetuante a musicalização.

Ao longo de sua formação a Banda teve duas grandes mudanças em sua estruturação, em explicações mais diretas, tendo duas formações, a primeira, compostas pelos membros originais, vindos de Pombal – PB e uma segunda composta pelos netos e bisnetos desses membros, compostos por crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos.

Foto 01: Formação da Banda Cabaçal.



Fonte: Darlysson de Sousa (2023).

Na imagem em questão temos a foto do que seria a primeira formação, data da década de 1980. Os aspectos culturais estão atrelados não somente a banda, mas em todo o entorno que cerca a banda, podendo ser vista por meio das vestimentas e adornos que exalam festividade e crenças. Já no ano de 2014:

Foto 02: Formação mirim da banda Cabaçal (2014)



Fonte: Marluce Lopes, 2014.



Aqui vemos que houve uma reformulação mais expressiva no que correspondem os integrantes da banda, passado a ser uma banda mirim, como outrora foi explicado. As vestimentas características de cetim foram substituídas por fardamentos de algodão com artes ligadas a cordéis, porém a festividade e alegria do grupo permaneceram a mesma de outrora.

AO SOAR DA BANDA: O SURGIMENTO DE UMA FILARMÔNICA

A influência em relação à música e musicalização em Portugal se fez presente, na corte portuguesa na Europa, o estilo de música erudita abrilhantavam os salões, proporcionando uma sonoridade de conforto e refinado *status* para os membros de alto escalão da corte. Não obstante disso, com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, essa relevância musical foi trazida e colocada para apreciação. Michell Platiny Anacleto (2018, p. 10) reafirma que:

Com a chegada da corte portuguesa, em 1808, uma ampla modificação no panorama social e econômico ocorreu no Brasil. Consequentemente, houve reflexos na música, como por exemplo, a música secular ganhou mais espaço na sociedade com a ópera e a profissão do músico passou a se consolidar, inclusive pelas atividades na Capela Real e nos quartéis.

Assim, podemos compreender que a influência portuguesa trouxe, de certa forma, ao Brasil um novo olhar para a construção musical, proporcionando um reformulado panorama de apreciação da música enquanto arte, entretanto com o passar dos anos, essas bandas foram se dispersando e construindo. Anacleto (2018) destaca que existiu um papel significativo das bandas de música na cultura e no lazer das sociedades. Ao poder proporcionar apresentações em festas e eventos nas praças públicas, essas bandas criavam oportunidades para que as pessoas pudessem sair à noite e desfrutar de uma variedade de estilos musicais.

A presença de bandas de música em eventos sociais pode criar um senso de comunidade e conexão entre as pessoas, oferecendo uma experiência compartilhada que pode ser apreciada por todos. Dessa forma podemos reconhecer a importância das bandas de música como agentes culturais e sociais que contribuem para a diversidade musical e o entretenimento acessível a diferentes camadas da população.



Ao que tange essa pesquisa, a Banda Filarmônica Joaquim Moreira e Silva, hoje vinculada à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Triunfo – PB foi oficialmente criada em 10 de novembro de 2006 por meio da aprovação da lei municipal nº 445/2006 tendo como competência dada à banda:

- I – Difundir, preservar e ensinar a música instrumental;
- II – Fomentar a cultura local;
- III – Executar retretas e concertos públicos;
- IV – Participar de desfiles, solenidades, datas cívicas e comemorativas, assim como festividades;
- V – Promover cursos de formação musical; e
- VI – Outros objetivos, inclusive cujo horizonte seja o fomento e difusão da arte musical. (TRIUNFO, 2006)

As articulações primárias em volta da criação da banda fez promover a propagação e fomentação de uma educação musical que outrora estava adormecida, no entanto, se faz necessário compreender quem foi a pessoa homenageada pelo decreto. A pessoa então agraciada estava distante de sua influência musical, no entanto, o seu poder de articulação política se fez compreender a necessidade de ser celebrada.

Joaquim Moreira e Silva, natural da comunidade, ainda Sitio Picada, foi um grande articulador político no processo de formação e emancipação política da cidade de Triunfo. Segundo o historiador José Ribamar (2023) o papel que tornaria a comunidade em cidade foi assinado na casa do referido homenageado, tendo assim grande importância social no município.

No que corresponde essa problemática, a Filarmônica Joaquim Moreira e Silva com o passar dos anos, mostrou-se forte no que tange a sua permanência no mercado sonoro. A filarmônica, hoje com seus 17 anos de fundada, passou por inúmeros baixos, visto a, principalmente, um baixo investimento financeiro para a sua preservação. Para ter-se um parâmetro regional, a filarmônica da cidade de Triunfo é a única em vigência, sem pausas e hiatos, no que corresponde a Região Metropolitana de Cajazeiras⁷. Com altos e baixos, a banda musical, se mostrou presente e influenciando os moradores a sempre renová-la.

⁷ A região metropolitana de Cajazeiras corresponde a 15 municípios do sertão paraibano, definida pela lei nº 107 de 8 de junho de 2012. As cidades da região são: Bernardino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira



A imagem apresentada a seguir corresponde os integrantes da primeira formação, sendo eles os primeiros habitantes a ter contatos com instrumentos de palhetas, e pisto fora dos já clássicos apresentados pela Banda Cabaçal.

Foto 04: Primeira formação da filarmônica.



Fonte: Arquivo de Antônio Aurélio, 2007.

No processo de sua formação, José Renato da Nóbrega, atuou como importante formador de conhecimento, segundo Anacleto (2018) o processo de construção dos primeiros musicistas da filarmônica da cidade, deu-se através de uma apostila elaborada por Natinho, como era popularmente conhecido pela região. Nela, o então maestro promovia o conhecimento musical por meio da teoria da música, dividida em diversas etapas de leitura e interpretações das lições musicais.

Depois do encerramento das atividades teóricas ouve a seleção para o remanejamento onde os alunos receberiam seus instrumentos de forma definitiva, aprimorando a prática e fomentando as coordenações motoras em relação aos seus respectivos aparatos musicais. Além de praticar regularmente, permite aprimorar técnicas e explorar novas melodias. Torna-se uma fonte de inspiração contínua, enriquecendo a vivência musical e elevando o desempenho na orquestra.

dos Índios, Cajazeiras, Carrapateiro, Joca Claudino, Monte Horebe, Poço Dantas, Poço de José de Moura, Santa Helena, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Triunfo e Uiraúna.



Ao longo de sua história a banda passou pela liderança de inúmeros maestros de diversas localidades da região, sendo eles José Renato da Nóbrega tendo como sub regente Erlom Dantas da Nobrega, ambos moradores da cidade de São João do Rio do Peixe – PB, seguido de Ewerton Luiz Lopes, morador da cidade de Uiraúna – PB, Rômulo Glauber Fonseca Alves, este morador da cidade de Triunfo e por fim o atual maestro Michell Platiny Anacleto Claudino.

DEEM A MÚSICA, MAS ENTREGUEM POSSIBILIDADES

A construção de um debate entre sociedade e cultura no contexto das bandas filarmônicas é de extrema importância para valorizar e preservar essa forma única de expressão musical. As bandas filarmônicas têm uma longa história de contribuição cultural em diversas comunidades, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Elas têm sido fundamentais para a formação de identidade local, transmitindo tradições e valores por meio da música. Entretanto, em muitos casos, essas bandas enfrentam desafios que ameaçam sua sobrevivência, tornando o debate uma ferramenta vital para enfrentar essas questões.

O debate proporciona uma oportunidade para abordar questões financeiras e de sustentabilidade. As bandas filarmônicas muitas vezes enfrentam dificuldades em obter recursos financeiros adequados para manter suas atividades e investir em instrumentos e infraestrutura. Ao discutir a importância dessas instituições para a comunidade, é possível envolver diferentes atores, como governos locais, empresas e organizações culturais, na busca de soluções para apoiar financeiramente essas iniciativas.

Outro aspecto relevante do debate é a reflexão sobre como a comunidade pode desempenhar um papel ativo na produção e manutenção das bandas filarmônicas. As bandas muitas vezes são formadas por músicos amadores e voluntários da própria comunidade, que dedicam seu tempo e esforço para participar dessas atividades culturais. Portanto, é essencial envolver a comunidade no debate para discutir maneiras de incentivar o engajamento e a participação, promovendo um senso de responsabilidade compartilhada pela preservação dessa tradição.

A possibilidade de instaurar uma comunicação social entre os habitantes da cidade de Triunfo PB e a música é algo que requer um projeto de reformulação da banda, no sentido em que mecanismo não só financeiro, mas de possibilidades de discurso entre todas as partes. A



banda hoje não promove ações entre sociedade e membros, deixando quem não participa do meio, leigo ao assunto. Ação de conjunto acorda entre cidadãos e membros da banda são de extrema importância para idealização de uma comunicação entre as partes, produzindo e reformulando os saberes teóricos e autodidatas entre a sociedade. Ao debater o papel da cultura e da sociedade no apoio a essas instituições, é possível enfatizar a importância de programas educacionais que valorizem a música e o aprendizado coletivo, garantindo a continuidade dessas práticas artísticas e culturais.

Foto 05: Formação atual da filarmônica



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A foto apresentada acima, podemos analisar que a comunidade jovem abraça de forma mais expressiva o campo da música, tornando de fato eficiente e pertinente uma conversação entre as gerações de músicos do município, fomentando não só a lei apresentada na criação da banda, mas promovendo uma perpetuação de saberes musicais existentes.

A construção de um diálogo sociocultural também pode desafiar estereótipos e preconceitos associados às bandas filarmônicas. Muitas vezes, essas instituições são vistas como tradicionais ou ultrapassadas, o que pode levar à desvalorização de suas contribuições culturais. Ao promover o debate, é possível sensibilizar as pessoas para a riqueza e diversidade das expressões culturais, rompendo com visões simplistas e promovendo uma apreciação mais profunda do patrimônio musical e artístico da comunidade.

Taiane Fernandes (2021 p.124) aborda que:



As deficiências das sociedades filarmônicas são muitas, mas os valores e potencialidades acumulados também. A necessidade de mudança e adaptação dessas entidades são prementes e estão postas em seus próprios horizontes

Com isso podemos tirar que uma filarmônica de magnitude e extensão formativa como a Filarmônica Joaquim Moreira e Silva pode não só abarcar a já cotidiana formação musical, mas também propor contribuir para a sociedade sertaneja de Triunfo, aprimoramentos sociais e de vivência, visto que em sua lei de formação, como anteriormente apresentado, a banda tinha a finalidade de: I – Difundir, preservar e ensinar a música instrumental e V – Promover cursos de formação musical (TRIUNFO, 2006). Dessa forma, os termos I e V da lei não estão sendo fomentada com caráter efetivo, promovendo um enorme distanciamento entre os habitantes e a comunidade musical.

Dessa forma, para promover a aproximação entre a sociedade e as filarmônicas requer uma abordagem inclusiva e participativa, com ações que envolvam toda a comunidade. Ao criar eventos culturais acessíveis, implementar programas educacionais e estabelecer parcerias colaborativas, é possível estabelecer uma relação mais estreita entre os músicos e a sociedade em geral, fortalecendo a cultura local e enriquecendo o tecido social da cidade. A valorização e o apoio às filarmônicas e à música como patrimônio cultural podem, assim, se tornar uma preocupação compartilhada pela comunidade, garantindo a continuidade dessa expressão artística significativa para as gerações futuras, fazendo valer o que foi promulgado outrora na lei, promovendo esse rompimento e abraçando toda a comunidade sertaneja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, podemos compreender que reque uma determinada atenção para construir uma comunicação sociocultural efetiva entre a sociedade de Triunfo, Paraíba, e a banda filarmônica presente no município. As bandas filarmônicas desempenham um papel fundamental na preservação e difusão da cultura local, transmitindo tradições e valores por meio da música. No entanto, elas enfrentam desafios financeiros e de sustentabilidade, o que torna essencial o envolvimento da comunidade na valorização e apoio a essas instituições.

É necessário estabelecer um diálogo entre a sociedade e as bandas filarmônicas, promovendo a participação e a inclusão da comunidade, propondo a realização de eventos



culturais abertos ao público, a implementação de programas educacionais e parcerias com instituições locais como forma de aproximar músicos e não músicos, valorizar a música e sua importância cultural, e garantir a continuidade dessas práticas artísticas e culturais para as gerações futuras.

Por fim, destaca-se que a Filarmônica Joaquim Moreira e Silva pode ser um agente de transformação social, não apenas difundindo a música instrumental, mas também promovendo a inclusão e a participação ativa da comunidade sertaneja. Através do envolvimento de todos os segmentos da sociedade, é possível revitalizar e fortalecer o papel das bandas filarmônicas como parte essencial do patrimônio cultural da cidade de Triunfo e do sertão paraibano como um todo. Nesse sentido, a participação ativa da sociedade pode ser vista não apenas como uma forma de preservar o patrimônio cultural, mas também como uma ferramenta para fomentar a criatividade e a diversidade no cenário musical do sertão paraibano.

REFERÊNCIAS

PINTO, D.; FIGUEIRAS, C. (2018). **O contributo das bandas filarmônicas para a construção / preservação da identidade local: o caso de Baião.** overarching issues of the european space-preparing the new decade for key ..., Porto, Fac. Letras Univ. Porto. pp. 119 - 138

CLAUDINO, Michell Platiny Anacleto. **Um estudo sobre as estratégias de ensino-aprendizagem musical no cotidiano da Banda Filarmônica Joaquim Moreira e Silva.** UFCA. Juazeiro do Norte - CE. 2018.

FERNANDES, Taiane. Políticas culturais e sociedades filarmônicas da Bahia: reflexões a partir das políticas para as sociedades musicais valencianas (Espanha). In : **Refletir as sociedades flarmônicas da Bahia: Desafios e novos caminhos.** (Org.) FERNANDES, Taiane; OLIVEIRA, Gleise. Ed. EDUFBA. 2021.

RUSSO, Susana Bilou. **As bandas filarmônicas enquanto patrimônio: Um estudo de caso no concelho de Évora.** ISCTE. 2007.

SOUSA, Darlysson Bezerra de. **O som que ecoa na tradição de um povo: história e musicalidade da Banda Cabaçal da Comunidade Quilombola “Os Quarenta” da cidade de Triunfo – PB.** 127f. UFCG. Cajazeiras – PB, 2023.

TRIUNFO. Lei nº 445, de 11 de dezembro de 2006. **Lei de criação da Banda Filarmônica Joaquim Moreira e Silva.** Formato físico disponível na Prefeitura de Triunfo. Averiguada em 27 de julho de 2023.



ST: OS PROCESSOS DE CONQUISTA DOS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA: CONFLITOS, RESISTÊNCIAS E TERRITORIALIZAÇÃO (SÉCULOS XVI-XIX)

Coordenadoras:

Prof.a Dra. Ana Lunara da Silva Morais (UFCEG)

Prof.a Dra. Patrícia de Oliveira Dias

Entre os séculos XVI e XIX, a América Portuguesa passou por grandes mudanças estruturais. A Coroa Portuguesa, para consolidar seu controle nos diversos sertões, transplantou uma série de instituições políticas, econômicas, sociais, religiosas e de rituais administrativos que buscaram conferir um sentido de unidade ao seu Império. Dito isso, convidamos pesquisadores e pesquisadoras para este Simpósio Temático com o intuito de discutir sobre os processos de conquista e ocupação dos sertões na América Portuguesa, bem como os diversos conflitos que promoveram ou foram consequência do avanço da colonização sobre os sertões. Assim, serão acolhidas pesquisas que discutam as seguintes temáticas: a) a ação de indivíduos, famílias, instituições e suas redes de poder no processo de conquista e ocupação dos sertões; b) as guerras de resistência indígena nos sertões, como a chamada “Guerra dos Bárbaros”, travada pelos grupos indígenas que habitavam os sertões contra as forças luso-brasileiras; c) territorialidades e protagonismos; d) conflitos entre sujeitos, famílias, grupos e instituições nos sertões; e) atividades econômicas desenvolvidas ou relacionadas ao processo de ocupação dos sertões; f) fontes, arquivos e historiografia que promovam estudos sobre as temáticas propostas acima. O Simpósio Temático, portanto, busca discutir temáticas relevantes para o estudo da conquista e ocupação dos sertões, abrangendo diferentes aspectos da sociedade, da cultura, da política e da economia coloniais e a variedade de agentes sociais envolvidos (como indígenas, religiosos, pessoas escravizadas, conquistadores, entre tantos outros).

A ATUAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NO PROCESSO DE CONCESSÃO DE TERRAS NO BRASIL DURANTE O PERÍODO COLONIAL

Mirela Albuquerque de Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

mirela.albuquerque.704@ufrn.edu.br

RESUMO: Esta pesquisa surgiu a partir da experiência com o trabalho de transcrição e catalogação das cartas de sesmarias concedidas no Brasil durante o período colonial, realizado por meio do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS), vinculado ao Departamento de História da UFRN. A questão do conflito de terras, cada dia mais crescente no Brasil, torna necessário compreender os desdobramentos que envolvem a temática desde o período colonial, assim como a relação das Câmaras com a concessão de terras doadas. E este



trabalho possui a finalidade de observar como decorreu o processo de concessão de sesmarias na capitania do Mato Grosso, por meio da análise de um processo envolvendo uma sesmaria no Julgado de São Pedro d'El Rei. A Câmara representou um papel fundamental nesse litígio e, portanto, pretende-se aprofundar como esta participou da concessão de sesmarias.

Palavras-chave: Concessão de terras; Sesmarias; Câmaras; Suplicantes.

INTRODUÇÃO

O interesse na presente temática ocorreu a partir da experiência nas atividades desenvolvidas no Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS), vinculado ao Departamento de História da UFRN, que trabalha com a catalogação e tabulação das cartas de sesmarias do período colonial, a fim de inseri-las na plataforma SILB – Sesmarias do Império Luso-Brasileiro, e também com o contato com os adjuntos documentos associados às sesmarias. Diante da questão fundiária, que na atualidade ainda se faz presente devido aos conflitos que perpassam o tempo e são acrescidos de novas discussões, a questão agrária torna-se ainda relevante para a compreensão dos processos de distribuição de terras no Brasil.

Desta forma, os objetivos para a presente pesquisa, que ainda se encontra em sua fase inicial de construção, tem seguido os seguintes passos: analisar a documentação acerca da concessão de sesmarias no período colonial, realizada a partir da perspectiva de um único documento, um processo de disputa de sesmaria que envolveu vários indivíduos na capitania do Mato Grosso; ainda, compreender a relação da Câmara em sua atuação no processo de concessão de sesmarias no Brasil, o papel que era desenvolvido por esta e atribuído em sua funcionalidade em vista de conceder o parecer para a concessão das terras; assim, analisar a formação das disputas pelo acesso à terra no Brasil durante o período colonial, as exigências que eram realizadas pela Coroa e suas implicações; por fim, contribuir para uma melhor compreensão do acesso à terra no Brasil diante da atuação camarária e dos problemas agrários atuais.

Para o cumprimento destes objetivos, as principais fontes a serem trabalhadas serão as cartas de sesmarias, que, a partir do trabalho desenvolvido no LEHS, algumas capitanias encontram-se inseridas na Plataforma SILB para a pesquisa. Assim, a metodologia adotada será a de catalogação das sesmarias, onde tem sido analisada a partir da bibliografia levantada que trabalha a questão da concessão de terras no Brasil durante o período colonial, como tratam os autores principais como Carmen Alveal, Marcia Motta, Nelson Nozoe e demais a serem



trabalhados nesta pesquisa, sendo estes os principais até então, assim como autores que tratam diretamente da concessão de terras na capitania do Mato Grosso, como Nauk Maria de Jesus e Vanda Silva.

Em suma, o processo de concessão de terras difundiu-se como uma forma de implementação do processo de colonização durante o período colonial no Brasil, assim, aqueles que recebiam a concessão para a posse das terras deveriam cumprir requisitos para mantê-la, como o cultivo de sua produção. Ademais, as sesmarias no Brasil funcionavam também como um sistema de mercês, o qual poderia ser realizado em sua concessão como uma forma de benefício concedido pelo rei, em virtude de algum feito realizado pelo suplicante, sesmeiro, que a partir da concessão passava a povoar e cultivar a terra fortalecendo o processo de colonização no Brasil.

Neste processo, muitas disputas ocorriam por uma mesma concessão de terra, gerando um emaranhado conflito de interesses, envolvendo, por vezes, mais de um indivíduo em vista de uma mesma sesmaria, assim como várias vias de proveito entre os sujeitos envolvidos, visto que este processo de petição necessitava passar por diferentes instâncias e ser conduzido por autoridades que possuíam inteira influência no parecer final, sendo este favorável ou não, como será analisado adiante.

A CONCESSÃO DE TERRAS

Apesar de suas constantes alterações no decorrer do tempo, as sesmarias corresponderam ao regime jurídico básico da concessão de terras no Brasil durante o período colonial, conforme Nelson Nozoe (2006, p. 2). Ademais, para Márcia Motta (2004, p. 5), a aplicabilidade do sistema sesmarial no Brasil houve como sua justificativa primordial a regularização da colonização, e não a regularização do acesso a terra e sua produção. Passando por seus próprios processos internos, havia o encadeamento de ações que a petição para a posse de uma sesmaria transcorria, pelas diversas autoridades vigentes, com a finalidade de atender ou não a súplica apresentada:

O pedido recebia as informações do provedor da Fazenda Real no município de situação das terras, e do procurador da coroa, subindo assim instruído a despacho final. Deferido, lavrava-se na Secretaria de Estado a carta de sesmaria, como um título provisório, cabendo ao interessado suplicar ao rei,



dentro em três anos, a carta de confirmação, que era o título definitivo (...) A concessão da carta da sesmária, se fazia para que o concessionário usufruísse as terras como suas próprias, para ele e para todos os seus herdeiros, ascendentes e descendentes (...)” (Junqueira, 1976, p. 69).

Ao que tange a capitania do Mato Grosso, de acordo com Vanda da Silva (2015, p. 20), posterior a todos os procedimentos que compunham a concessão de sesmarias, havia o encaminhamento da petição à Câmara por parte do governador, portanto, estas petições eram submetidas para a da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e para a câmara de Vila Bela, ainda:

No momento em que a petição chegava às câmaras, estas passavam a tomar as medidas cabíveis para assegurar as informações necessárias pedidas pelo governador para proceder à concessão da sesmária. As câmaras deveriam levantar as informações sobre o requerente e averiguar o local das terras solicitadas, bem como seus confinantes, tarefa essa realizada pelo procurador da câmara. (...) Caso houvesse alguém que se sentisse prejudicado, poderia levar a sua reclamação até os oficiais da Câmara, que deveriam tomar as medidas cabíveis. Como, por exemplo, intimar o requerente a dar explicações sobre seu pedido. Eram muitas as reclamações recebidas, que iam desde a invasão de limites a pedidos de terras já ocupadas. (Silva, 2015, p. 20)

Todas as averiguações que ficavam por responsabilidade da Câmara tornavam-se pertinentes, visto que a existência de mecanismos de defraudação era recorrente, como para o caso da falta dos procedimentos obrigatórios para a regularização da terra que os sesmeiros precisavam cumprir diante da Coroa, o que os colocava na situação de comisso de sua terra na falta do cumprimento que determinava, por exemplo, a medição e demarcação da sua posse de terra (Motta, 2004, p. 2). Ainda, de acordo com Carmen Alveal (2015, p. 250), a partir da última década do século XVII, durante o reinado de D. Pedro II, passou a ser exigido o aumento da regulação das sesmarias por meio da definição de seus limites máximos, bem como as necessidades de checar sua extensão e de confirmar a demarcação e o usufruto da terra para o cultivo.

No sentido da concessão de terras, as disputas entre os sesmeiros era uma prática recorrente, como é o caso apresentado neste trabalho. Estes utilizavam os recursos que eram empreendidos no próprio processo de concessão, como a demarcação da terra, para comprovar a veracidade da sua posse. Assim, estes recorriam muitas vezes a formas de comprovar as



condições necessárias para ocupá-la e povoá-la, com base na sucessão hereditária de seus sesmeiros anteriores. Essas disputas, que podem tomar diferentes formas, e que nesse trabalho trata-se de um processo judicial de primeira instância, marcam uma particularidade do processo de concessão de terras, que se baseia na comprovação documental das partes que se envolvem no processo de disputa:

(...) quando ambos os litigantes constroem o marco zero de sua cadeia sucessória tendo como base cartas de sesmarias, o jogo de poder entre ambos é também o embate entre interpretações diversas sobre a ocupação originária de seus ascendentes. Nos dois lados dos conflitos, é necessária a reconstrução (no tempo) da ocupação territorial empreendida por aqueles identificados como os primeiros ocupantes, sesmeiros originais da terra em litígio. Nestes casos, é possível identificar a maneira pela qual são produzidas “verdades” para fundamentar histórias de ocupação de um lugar, palco territorial de atores sociais diversos. O jogo se instaura pela presença de não apenas uma carta, mas sim pelo emprego de duas cartas, expressando “verdades” opostas e revelando disputas para além dos limites territoriais dos litigantes. (Motta, 2004, p. 3)

Para Vanda da Silva (2015), a necessidade da análise de casos individuais pode conduzir a diferentes razões de justificativas, sendo estas baseadas em disputas ou contendas pessoais e familiares, prejuízo de um indivíduo por benefício de outros terceiros, o que não estava isento de ocorrer mesmo diante de todas as instâncias administrativas por quais as petições eram submetidas, resultando na discordância entre as diferentes autoridades na concessão da sesmaria suplicada. Ainda, reitera Vanda da Silva que, ordinariamente, a relação de interesses entre os indivíduos suplicantes e as autoridades responsáveis por seus pareceres era uma prática usual no processo prescrito, podendo ocorrer a busca por proveitos pessoais, como forma de pagamento de dívidas, como o presente caso. Contudo, os documentos sesmariais apresentam uma comprovação do direito à posse de um indivíduo, de acordo com Motta (2004, p. 2). Isto ocorria devido ao processo de concessão exigir que houvesse a comprovação do direito e condições necessárias de possuir a terra, ou seja, era necessário que este tivesse possibilidade para fazer o cultivo da terra, assim como a comprovação da descendência do suplicante para este poder continuar a sua posse.

A CAPITANIA DO MATO GROSSO



O processo de concessão de terras em sesmarias difundiu-se como uma forma de implementação do processo de colonização no período do Brasil colonial. Assim, na formação da capitania do Mato Grosso, ocorreu da mesma forma. Colonizado na primeira metade do século XVIII, na transição de arraial para a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), estas pertencentes ao distrito do Cuiabá e do Mato Grosso, e ainda, posteriormente, com a fundação da Vila de Diamantino em 1820 (Jesus, 2012, p. 94). Ainda, o julgado de São Pedro del Rei, onde se localizava a sesmaria que envolve a presente disputa, também foi uma vila da capitania do Mato Grosso, instituída pelo governador e capitão geral Luís de Albuquerque de Melo Pereira Caceres em 1781 (Mendonça, 2023 apud Carbonesi, 2023).

Na perspectiva de Canavarros, a concessão das sesmarias transcorreu como uma importante ferramenta para a política colonizadora da América portuguesa e “a distribuição de sesmarias foi um elemento importante da política colonizadora empreendida na América portuguesa”, pois esta assegurou o controle português vista as terras ocupadas em vista da Coroa (Canavarros, 2004 apud Silva, 2015, p. 13).

ANÁLISE DO DOCUMENTO DO PROCESSO

O documento a ser trabalhado na presente pesquisa corresponde a um processo que contém a disputa de posse por uma sesmaria, esta referente à capitania do Mato Grosso e publicada pelo Arquivo Público do Mato Grosso (BR.MT.APMT.SES-RQ-0374). Desta forma, o presente processo é de ordem judicial, e possui em suma 36 páginas e é dividido em várias partes, das quais constam em anexo 1 atestado, 3 certidões, 6 requerimentos, 9 cartas, 1 justificativa, 1 réplica e 1 inquirição de testemunha.

A carta de sesmaria encontra-se em um processo identificado como um documento de primeira instância, o qual decorre a súplica do capitão Luiz José Pinto de Figueiredo, por uma sesmaria no Julgado de São Pedro d’ElRei, pertencente à Vila do Cuiabá, em 1794. Assim, o suplicante manifesta seu interesse pela sesmaria referida por alegar que o seu pai, o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo, havia estabelecido-se e povoado a dita paragem há 16 anos. Para além da simples petição por uma determinada sesmaria, o suplicante entra com o presente processo com o objetivo de ser revista a concessão anterior da terra, visto que a



sesmaria a qual havia requerido primeiramente, teria sido passada a outros indivíduos posteriormente, estes sendo o tenente Salvador Rodrigues de Siqueira e João da Costa de Oliveira.

Diz o capitão Luiz José Pinto de Figueiredo, filho do mestre de campo, Antônio José Pinto de Figueiredo, da Vila do Cuiabá, que pedindo a Vossa Excelência no ano de 92 a graça de lhe conceder uma sesmaria no julgado de São Pedro d'ElRei, na paragem onde seu pai a mais de 16 anos se achava estabelecido com casas de adubos, curral de gado e cavalos, e ainda, bastantes cabeças de gado vacum; Vossa Excelência foi servido mandar informar a Câmara daquela Vila, sobre o mesma requerimento, a qual ou por omissão ou de propósito, demorou a sua informação mais de um ano, e sendo passado este, lho entregou o escrivão dizendo-lhe pertencia aos juizes de São Pedro d'ElRei, a quem Vossa Excelência foi servido mandar informar presentemente, porém, neste intervalo de tempo, muito depois do suplicante ter pedido aqueles pastos, foram estes pedidos pelo tenente Salvador Rodrigues de Siqueira, obreptícia e subrepticiamente, em nome do seu feitor, João da Costa de Oliveira, e se presume terem-lhe posto diferentes confrontações, e sendo o dita requerimento informado contra a verdade, pelos juizes do mesmo julgado que então serviam, lhe foi conferida a graça dos referidos pastos, passando-se-lhe sesmaria que o dito tenente fez medir e demarcar, e dela se acham de posse (...)

Assim, o suplicante alegava que a sua petição passou por omissão, quando não obteve resposta da Câmara por cerca de um ano, recebendo posteriormente a alegação de que esta pertencia aos juizes do Julgado de São Pedro, mas que foi descoberta e que, posteriormente, foi novamente pedida por outros suplicantes e assim concedida, chegando estes últimos a medir e demarcar a sesmaria, para estabelecer sua posse. Visto o seu prejuízo, o suplicante Luiz José Pinto de Figueiredo elaborou o ofício a fim de requerer as devidas respostas da Câmara.

Ainda no decorrer do processo, encontra-se uma constante disputa, por meio de outros documentos secundários com o objetivo de provar e verificar quem estaria com a razão diante das acusações apontadas por cada lado de interesse na respectiva terra. Assim, é possível identificar a presença das seguintes autoridades como: o escrivão de órfãos, Francisco da Costa e Souza; cinco testemunhas; o escrivão, Francisco Xavier Ferraz; e o procurador do Conselho, Gaspar Vaz da Cunha.

Certifico que havendo o livro atual das vereanças, nele achei a folha 228 verso, registrada em livro de vereança de 5 de janeiro do ano pretérito de 1793, uma carta de ofício do ilustríssimo e excelentíssimo senhor general, em que



mandava informar um requerimento do capitão Luiz José Pinto de Figueiredo, no qual pedia por sesmaria três léguas de terra na paragem de São Pedro d'ElRei. Também atesto de [?] ao juramento que o escrivão pretérito Francisco da Costa e Souza, me fez entrega de todas as dependências da Câmara desta vila, juntamente do referido requerimento do capitão Luiz José Pinto de Figueiredo. E da mesma forma atesto e juro em como o dito escrivão pretérito Francisco da Costa e Souza, em um dia do mês de janeiro deste presente ano, por um bilhete cujo portador foi o carcereiro da cadeia desta Vila, Joaquim de Souza Brandão, me pede debaixo da fidelidade lhe mandasse os requerimentos todos que ele me tinha entregado, e somente para decidir uma dívida e que no mesmo momento [nos cometia] (como [nos cometeu]) e mandando-lhes eu, assim [cessar] que ele seria capaz de [obrar] o que [obra], nesta ocasião, houve assim o dito requerimento tirando-o dentre os outros.

A partir da análise realizada até o presente momento para este trabalho, é possível perceber que houve uma omissão direta por parte do escrivão responsável, acerca da petição feita pelo suplicante Luiz José Pinto de Figueiredo. Conforme exposto no processo, o escrivão teria realizado a omissão do documento como forma de pagar uma suposta dívida com um indivíduo que ainda não houve sua identificação na transcrição deste documento. Portanto, ainda não foi possível a averiguação por completo desta informação em outras fontes, mas esta consta nos testemunhos expostos em partes deste processo original, como um importante fator a influenciar na concessão, que permite perceber a possibilidade da relação de interesses que decorrem em um processo de sesmarias.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa ainda se encontra em fase de desenvolvimento, isto posto, os objetivos elencados para a mesma ainda não foram alcançados plenamente. Logo, o ensejo de aprofundar na participação estabelecida pelas Câmaras na concessão de sesmarias, será melhor encaminhado. Assim, em vista de estudar como as Câmaras desempenhavam um papel fundamental nesse processo de ocupação territorial, resultado da distribuição das sesmarias por parte da Coroa Portuguesa, como órgão que concedia o parecer fundamental de sua concessão.

Outros caminhos possíveis, para um outro momento, seria realizar a análise prosopográfica de todos os indivíduos envolvidos no processo, suas relações entre si, os interesses em beneficiar um sujeito em específico e em consequência prejudicar outro. Ademais, visto que este trabalho está delineando-se em seus passos iniciais, há a necessidade



de levantamento de algumas informações acerca desta concessão, como o auto de demarcação da terra e a escritura de compra e venda, que afirma o suplicante haver, os quais tornam possível compreender mais especificidades do processo de pedido da sesmaria, assim como das denúncias envolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. (2015). Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil. *Estudos Históricos* (Rio De Janeiro), 28(56), 247–263.

CANAVARROS, Otávio. O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752). Cuiabá: EDUFMT, 2004.

CARBONESI, Joana. "São Pedro del Rei". In: *BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa*. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/S%C3%A3o_Pedro_del_Rei>. Data de acesso: 28 de setembro de 2023.

JUNQUEIRA, Messias. O Instituto Brasileiro das Terras Devolutas. São Paulo, Lael, 1976.

JESUS, Nauk Maria de. (2012). A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. *Revista Territórios e Fronteiras*, 5(2), 93–113.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Sesmarias e o mito da primeira ocupação. *Justiça & história / Centro de Memória do Judiciário*. Imprensa: Porto Alegre, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2001. 18 v. v. 4, n. 7, p. 61–83, 2004.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. *Economia*, v. 7, n. 3, set/out 2006, pp. 587-605.

REQUERIMENTO do Capitão Luís José Pinto de Figueiredo ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

SILVA, Vanda da. A concessão de sesmaria na capitania de Mato Grosso. *Fronteiras: Revista de História*, vol. 17, n. 29, 2015. p. 11-33. Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588265556002>>.



AS EPIDEMIAS DE BEXIGAS NOS SERTÕES DE FORA DO ESTADO DO BRASIL

Paula Vanessa Soares dos Santos
Graduanda - UFRN
paula.v.soaressantos@gmail.com

RESUMO: Pensar a dinâmica dos sertões por meio de um viés de história da saúde, com o estudo das epidemias, é uma oportunidade de imprimir uma nova visão à dimensão histórico-social de como esses espaços foram conquistados pelos europeus. Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar um breve panorama a respeito do avanço e impactos das epidemias de bexigas nos sertões de fora das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Para tanto, aplicou-se uma metodologia exploratória por meio da análise de fontes disponibilizadas no Arquivo Histórico Ultramarino e dos relatos de viajantes para identificar os períodos epidêmicos. Ao final da pesquisa, espera-se que as análises realizadas possam apontar alguns impactos sociais e/ou econômicos nos sertões dessas capitanias que afetaram as populações locais e conquistadores.

Palavras-chaves: sertão; epidemias; bexigas.

Introdução

As doenças não dizem respeito apenas à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos, elas também se relacionam com a história dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades, assim como defendia o historiador Jacques Le Goff (1985, p.8), em sua obra *As doenças têm História*.

Reforçando a defesa de Le Goff sobre esse tema, Leonardo Carvalho e Wesley Salles também afirmam que as doenças “podem ser catalizadores para repensar contextos e resoluções de determinadas conjunturas” (2016, p.252). Nesse sentido, a incorporação da História da Saúde e História das Doenças aos debates de temáticas da História Colonial pode ser uma oportunidade de atribuir nossas visões acerca do funcionamento da economia da sociedade colonial.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar um breve panorama das incidências e avanço das epidemias de bexiga nos Sertões de Fora das Capitanias do Norte do Estado do Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII. Ainda em fase inicial, a pesquisa faz uso de uma metodologia exploratória com o intuito de, por meio da investigação e análises de fontes, buscar delimitar as ocorrências das epidemias no espaço e tempo. É esperado que esse levantamento dessas ocorrências por meio das fontes, juntamente com a leitura da bibliografia do tema,



permita compreender os impactos dos surtos de bexigas nas práticas sociais e econômicas na sociedade colonial daquele período.

Guerra biológica e as epidemias como agente exterminador

O processo de colonização da América portuguesa, assim como da América espanhola, além de ser marcado pela violência física nas guerras de conquistas, também foi pelo impacto epidemiológico do contato entre esses dois mundos, até então desconhecidos um para o outro. Segundo Luís Felipe de Alencastro (2000, p.127), análises dos tipos sanguíneos dos indígenas da América do Sul revelaram que estes não possuíam o tipo sanguíneo A, tampouco o B, somente o tipo O. Este fator seria, portanto, uma prova do longo isolamento dessas populações com outras comunidades humanas, já que essas teriam pouca diversidade genética.

Ademais, essa condição poderia explicar também a menor resistência desses povos às doenças introduzidas pelos europeus. Conforme ainda é apontado por Alencastro (2000, p.128), bócio, desintéria e tipos brandos de malária eram algumas doenças comuns entre os indígenas antes da “descoberta”. Porém, o contato com os portugueses introduziu um novo grupo de enfermidades contagiantes e mortais, a exemplo da varíola e tuberculose. O início do comércio de escravizados, por meio da introdução da população africana, também foi responsável por trazer outras doenças às quais a população indígena não era imune.

Dentre essas novas patologias trazidas pela colonização, a varíola foi de longe a mais devastadora, não apenas no Brasil, como em todo o continente americano. Segundo dados apresentados pelo autor Ronaldo Vainfas (2020), no México asteca⁸, a população passou de, aproximadamente, 25 milhões de pessoas, em 1519, para 1 milhão em 1605. No caso das Antilhas, houve regiões que perderam toda a sua população indígena entre o final do século XV e início do XVI (VAINFAS, 2020, p.112).

E mesmo que haja controvérsias sobre os primeiros culpados pela introdução do vírus no território que originaria o Brasil, é fato que os portugueses aproveitaram-se disso ao mesmo tempo em que sofriam as consequências, sejam elas econômicas, com as altas dos preços dos produtos, ou sociais, com as baixas populacionais. Para além de um mero contágio ocasional,

⁸ Embora o autor Vainfas (2020) utilize o termo “México asteca”, a historiografia mais recente sobre o tema tende a se referir a essa população como *mexica*.



as doenças e epidemias exerceram um importante agente do genocídio indígena, tendo seu uso premeditado como uma arma biológica no processo de conquista dos sertões:

“Vendo que somente o uso de armas tradicionais não era suficiente para quebrar a resistência da tribo potiguar, em 1597, Feliciano Coelho de Carvalho e a sua tropa deixaram os corpos insepultos de vários mamelucos que os acompanhavam na expedição, os quais haviam sido mortos pela bexiga com o propósito de contaminarem os potiguares com a doença” (MIRANDA, 2004, p.157).

Essa estratégia era adotada na expectativa de que os Potiguara fossem quebrar os crânios de seus inimigos depois da batalha, como era tradição, a partir daí, seriam infectados por meio do contato direto com os mortos contaminados. O relato apresentado pelo historiador pernambucano, Carlos Alberto Cunha Miranda (2004), exemplifica uma das estratégias de uso da varíola como arma biológica e os efeitos disso sobre as populações indígenas foram enormes. De acordo com o historiador, dos 20 mil Potiguara que habitavam a região, cerca de 500 sobreviveram. Outra prática comum era deixar roupas contaminadas próximas às aldeias cuja população os conquistadores queriam destruir, dando origem, assim, à primeira arma biológica na história das Américas e essas práticas nefastas perpetuaram-se por séculos afins (GURGEL, 2011, p.129).

Como aponta Carlos Miranda (2004), nas lutas pelas conquistas dos territórios das regiões que hoje conhecemos por Norte e Nordeste, a guerra e as epidemias coincidiram diversas vezes, sendo este um aspecto que contribuiu para acelerar esse processo de conquista.

Desse modo, compreende-se que as epidemias de bexiga, mais tarde conhecida como varíola, foram elementos importantes de garantia do avanço da colonização sobre os territórios indígenas dos Sertões de Fora, como também no processo de conquista encabeçado pelos sertanistas. Mas que sertões são esses?

O conceito de Sertão

O sertão é uma categoria espacial, social e cultural que, segundo Janaína Amado (1995), evoca diferentes compreensões e ideias por meio do senso comum. Nesse sentido, a literatura teria contribuído fortemente para a criação de um imaginário acerca do sertão marcado por



personagens fortes, simbólicas e narrativas místicas (AMADO, 1995, p.146). Além dessas, há também as associações à seca e à pobreza. Contudo, conforme aponta Vainfas (2019, p.229):

Este modelo de sertão construído a partir de fins do século XIX nada tem a ver com os ‘sertões’ do período colonial, sob nenhum ponto de vista. Nem na geografia, nem na etnografia, nem na documentação. Nas fontes do período, seculares, eclesiásticas ou inquisitoriais de todo tipo, jamais encontrei uma referência a este “sertão imaginário”, seco e infértil, construído a partir do final do Oitocentos.

Para se pensar no sertão durante o período colonial é preciso recorrer à obra do historiador cearense Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*, publicado em 1907. Essa publicação ganhou destaque no seu contexto de lançamento por propor uma visão diferente da história da colonização portuguesa feita até aquele momento, com foco na formação histórica do Brasil a partir do interior, da ocupação dos sertões (VAINFAS, 2019). Para Capistrano de Abreu (1998, p.107), “a invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa”, sendo a conquista dos sertões o grande feito da colonização portuguesa. Nessa perspectiva, o autor acabou por valorizar a ação dos sertanistas durante esse processo de interiorização.

Longe de se restringir apenas ao espaço apenas das Capitanias do Norte, o Sertão de Capistrano de Abreu abrangeria não apenas o que atualmente conhecemos como Nordeste, assim como áreas desbravadas de São Paulo rumo à região do Mato Grosso, da mesma forma que a região Platina e dos Campos Gerais, atual estado do Paraná (ABREU, 1998; VAINFAS, 2019) e que está expresso no mapa 1 nas setas azuis. Concebeu, dessa forma, uma ideia plural de Sertão que incorporou diferentes elementos geográficos.

Partindo dessa perspectiva do sertão plural, o historiador cearense elaborou a distinção entre os Sertões de Dentro e os Sertões de Fora (ABREU, 1998). Segundo o autor, os Sertões de Dentro compreenderiam os sertões da Bahia, compreendendo desde o Rio São Francisco até o Sudoeste do Maranhão; enquanto que os Sertões de Fora foi definido como o território compreendido entre a chapada da Borborema até o Ceará (ABREU, 1998, p.137). O alto do Rio Piranhas seria o ponto de encontro desses dois movimentos. E nas margens do Rio São Francisco ocorreria o encontro entre os baianos e pernambucanos e paulistas. O sentido de expansão de cada um dos sertões encontra-se representado no mapa 1 adiante.

De modo geral, a compreensão de Sertão de Capistrano de Abreu resume-se a áreas ainda a serem desbravadas. Semelhante a isso, Amado (1995) afirma que o sertão, como uma categoria, é construído durante o processo de colonização do Brasil. O termo “sertão”, ou “certão”, era utilizado pelos portugueses, já no século XIII para designar as áreas distantes de Lisboa, e, posteriormente, também os espaços vastos desconhecidos nas novas possessões (AMADO, 1995, p.146). Já no Brasil, o termo passou a ser empregado para nomear as terras sem “fé, lei ou rei”, ou seja, áreas sem/ou pouca presença do elemento colonizador (AMADO, 1995, p.148). Em síntese, espaços longínquos, povoados por indígenas, sobre os quais os portugueses detinham pouca informação e controle insuficiente.

Mapa 1: movimento dos sertões de Capistrano de Abreu



Fonte: Mapa editado pela autora tendo como referência as figuras apresentadas por Vainfas (2019, p. 232), bem como as descrições realizadas em Abreu (1998, p. 107; 138-137; 205).

Por fim, como demonstra Abreu (1998), e também Miranda (2004), a campanha expansionista sobre os territórios indígenas nestes sertões atendia aos interesses de avanço da pecuária, utilizando essas áreas para o estabelecimento de novos engenhos e fazendas de gado, e, ao longo desse processo, houve também a disseminação de epidemias e doenças, tais como a



varíola, que direta e indiretamente contribuíram para o extermínio daquelas populações dessas áreas e facilitaram o processo de conquista.

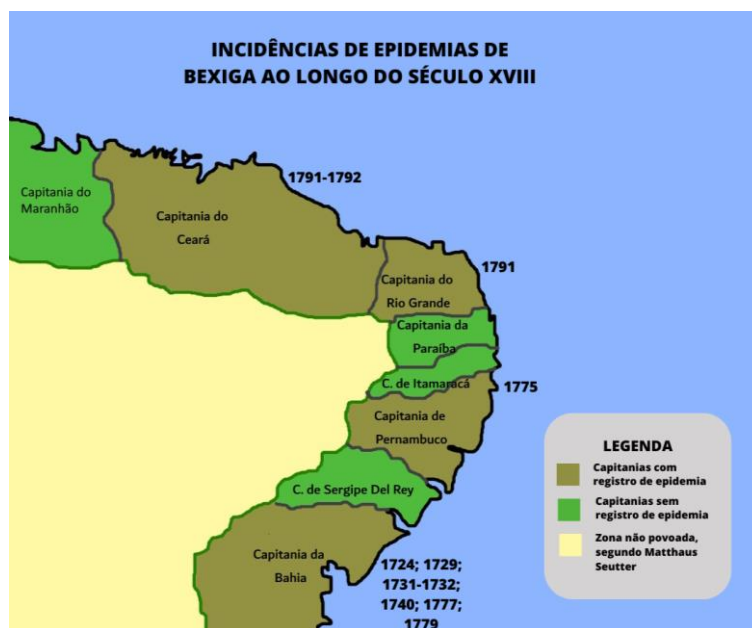
Panorama das fontes encontradas

A fim de identificar os surtos e epidemias de varíola ao longo dos séculos XVII e XVIII, realizou-se uma busca exploratória no acervo do Arquivo Nacional Ultramarino (AHU) sob os comandos de “varíola” e “bexiga”, termo utilizado para se referir à varíola. Os primeiros surtos de bexiga que se tem registro foram na Bahia, em 1562 e 1563. De acordo com Vainfas (2020, p.114), estes surtos ficaram conhecidos como peste das bexigas, pela fetidez das feridas exaladas em doentes terminais. Ainda conforme o autor, a varíola ter-se-ia espalhado no território, partindo da Bahia e de Ilhéus para as capitanias do Norte e para as capitanias do Sul, rumo ao Rio de Janeiro, ao Espírito Santo e ao planalto de Piratininga (2020, p.117).

Mas o que seria esta doença? A varíola é uma doença infectocontagiosa, causada por vírus. Os sintomas costumam surgir entre 7 e 17 dias de infecção, e entres eles estão febre, dor de cabeça, dor nas costas (TESINI, 2023), além das características erupções de pústulas (bolhas de pus) na pele, também chamadas de bexigas. Em casos mais severos, os pulmões, cérebro e ossos podem ser infectados.

Por meio dos comandos de buscas citados acima, foram encontrados 22 documentos de correspondências oficiais, com ocorrências de “bexiga” e “varíola”, entre o período de 1681-1804. Para o século XVIII, há três ocorrências de epidemias de bexigas nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil: Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco; as quais foram identificadas no mapa abaixo.

Mapa 2: Incidência de epidemias no século XVII



Fonte: mapa desenvolvido pela autora⁹

Contrastando com os números das demais capitânicas da região, temos a Capitania da Bahia, com seis ocorrências de epidemias. Embora não integre o espaço das Capitânicas do Norte (ALVEAL; DIAS, 2020), era a sede do Governo Geral até 1763, e, mesmo com a transferência da sede, continuou sendo um polo economicamente importante.

A denominação dessas ocorrências como uma epidemia é algo presente na própria documentação. E, a partir do mapeamento desses casos, observa-se que as ocorrências tendem a seguir um avanço temporal e espacial a partir da Capitania da Bahia, atingindo sequencialmente a Capitania de Pernambuco, Rio Grande e Ceará. Isto é, seguem um determinado padrão o qual pode ser resultado da proximidade entre os territórios e também das relações comerciais entre essas capitânicas.

⁹ Este mapa foi construído tendo como referência as fronteiras delimitadas pelo cartógrafo alemão, Matthäus Seutter, no mapa *Regni Brasiliae*, produzido em 1740, disponível no David Rumsey Historical Map Collection. Ainda que as fronteiras apresentadas neste mapa não representem fielmente a conjuntura do período, mas elas contribuem para perceber o processo de formação desses territórios. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~283024~90055438:51--Regni-Brasiliae-?sort=pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no&qvq=q:Regni%20Brasiliae;sort:pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=2.



Já para o século anterior, Cristina Gurgel (2011, p. 126) aponta que houve surtos de varíola em 1616, 1621, 1631, 1642, 1662-1663, 1665-1666 e também em 1680-1684. Por intermédio da correspondência encontrada no AHU, pode-se levantar a hipótese de que esta epidemia, que durou de 1680 até 1684, pode ter ocorrido na Capitania da Bahia, já que há carta dos oficiais da Câmara da Bahia, em 1681, pedindo provisões ao Rei e se queixando de uma epidemia de bexigas na capitania¹⁰.

Além disso, entre a documentação analisada também há outra carta do governador da capitania de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, para o rei Pedro II, que nos apresenta o início de um surto de bexiga ocasionado pela chegada de um navio vindo de Angola contaminado com o vírus¹¹. De acordo com Wesley Sales e Leonardo Carvalho (2016), o porto de Luanda, até 1680, era o principal exportador de escravizados para Pernambuco e Bahia. Contudo, uma grande epidemia de varíola, somada a desastres naturais, teriam causado redução populacional em Angola, aumentando, conseqüentemente, o preço dos cativos. Por consequência, estas circunstâncias levaram os traficantes baianos e pernambucanos a comercializar com a Costa da Mina.

De acordo com dados apresentados por Florentino, Ribeiro, Silva (2004, p.86-87), a Costa da Mina se configurou como principal exportadora de cativos para o Brasil entre o período de 1700 até 1730, momento em que a região passou a enfrentar alguns conflitos internos, como a conquista do porto de Ajudá por Agaja, rei do Daomé. Não coincidentemente é durante esse período que a estimativa de importação de escravizados pela região começou consideravelmente (FLORENTINO, RIBEIRO, SILVA, 2004, p.89).

Paralelo a isso, houve a intensificação das importações no Rio de Janeiro, para atender as demandas da exploração aurífera, promovendo o retorno de Angola ao topo da rota de comercialização de cativos. Nesse sentido, embora uma região tenha suplantado outra em termos absolutos, isso não significa o fim da sua relevância para o comércio, tendo em vista a exportação na região suplantada que continuava.

¹⁰ AHU-BA, Papéis Avulsos, Cx. 25, Doc. 3006. CARTA DOS OFICIAIS da Câmara da Bahia para S.A, sobre se não arrematarem os frutos da terra antes do tempo, e pedindo que se lhes conceda a provisão que se passou em 1665; queixam-se da epidemia das bexigas. Bahia, 1681.

¹¹ AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 13, Doc.1336. CARTA DO [governador da capitania de Pernambuco], João da Cunha Souto Maior, ao Rei sobre a epidemia de bexiga no Reino de Angola e a necessidade de levantar gente para socorrer Luís Lobo da Silva.



Ademais, retomando à ideia do tráfico negreiro como disseminador de doenças, percebe-se que à medida que essas trocas comerciais geravam lucro, estas também possibilitam a disseminação de enfermidades que as prejudicavam de alguma maneira. O cultivo da cana de açúcar, do tráfico de escravizados e a catequese jesuítica foram fatores econômicos e sociais que, segundo Vainfas (2020, p.116) proporcionaram a inoculação da varíola “no corpo do Brasil”. E a partir daí, podemos compreender o impacto e a influência das doenças, mais especificamente da varíola, nas relações econômicas do período.

Diante da incidência desses casos, posteriormente foram adotadas medidas de controle e prevenção de contágio de varíola. Em um ofício da Junta Governativa da Capitania de Pernambuco, sobre a praga de escorbuto e bexiga, no início do século XIX, observa-se a adoção de práticas médicas de rotina aplicada aos navios negreiros recém chegados. Entre elas destacam-se: quarentena; banhos e o oferecimento de cuidados médicos aos enfermos. Contudo, nem sempre esses cuidados eram mantidos:

As chamadas visitas de saúde com que eles enganam a quem não sabe das suas manobras são atos de mera formalidade. Os espectadores, ou porque se lhes ocultam os doentes, ou porque temem o mal, ou porque são concedentes, olham para tudo de longe, não devem ao interior dos navios, não esquadrinham, e nada buscam. Os escravos passam por sãos, se vão logo por em venda pública pelo meio desta vila, espalhando o mal por toda a parte.¹²

Nesse trecho documental, o bispo de Recife apontava como a razão do novo surto da doença na cidade o fato de os comerciantes de escravos ignorarem as medidas de prevenção de contágios adotadas na época. A partir da maneira com que o religioso relatava a situação, pode-se deduzir que isto era uma atitude constante no mercado escravista.

E, de fato, a negligência sobre esses cuidados era algo frequente. Era quase consensual entre a comunidade médica¹³ da época “que o exame prévio dos cativos antes do desembarque, e uma quarentena eficiente, poderiam prevenir muitos desses males” (CARVALHO;

¹² AHU-PE, Papéis avulsos, Cx. 22, Doc.15004. OFÍCIO DA JUNTA GOVERNATIVA da Capitania de Pernambuco sobre a praga de escorbuto e bexiga que causou o aumento do preço da farinha.

¹³ Carvalho e Albuquerque (2016, p.46) não deixam muito claro entre quem havia esse consenso, mas entende-se que seria entre a comunidade médica da época. E por comunidade médica aqui refere-se aos profissionais que trabalhavam com a saúde. Os autores também falam que haviam agentes de saúde, os quais eram responsáveis por fazer essas vistorias nos navios.



ALBUQUERQUE, 2016, p. 46). Contudo, a quarentena não vingou, nem mesmo diante das queixas. Ainda, de acordo com esses autores:

Na virada do século XVIII para o XIX, os higienistas recomendavam que os africanos recém desembarcados fossem conduzidos para um local de quarentena. [...] Apesar do Recife receber navios negreiros desde o século XVI, só no final do XVIII foi estabelecido que os “negros-novos” deveriam ser encaminhados ao Lazareto de Santo Amaro (CARVALHO; ALBUQUERQUE, 2016, p.45).

Mesmo com a criação da Provedoria-Mor da Saúde, em 1810, essas medidas continuaram sendo ignoradas, permitindo a venda de escravizados adoecidos, que costumavam morrer logo após chegarem a seus novos proprietários. A pressa para a venda justifica-se por evitar prejuízos para os traficantes.

Por fim, em concordância com que foi apresentado por Marcus Carvalho e Aline Albuquerque (2016), havia uma crença generalizada de que a África, e, portanto, suas diversas populações seriam os responsáveis pelas doenças transmitidas no território português na América. Por essa razão, apenas os navios negreiros deveriam ser submetidos às práticas médicas de contenção do contágio. Com o avanço do conhecimento médico, essa ideia passou, aos poucos, a ser desconstruída e tentava-se aplicar o sistema de quarentena a navios vindos da Europa.

Considerações finais

O que se observou-se até esse momento é que a história das doenças, mais especificamente da varíola, relaciona-se de diferentes formas com a história colonial do Brasil, permitindo enxergarmos o processo de conquista dos sertões de outra forma e sendo ela, a varíola, um agente transformador do ambiente e das práticas sociais.

Em síntese, a pesquisa ainda segue em andamento, buscando mais referências teóricas que possam ampliar as discussões iniciadas aqui, como o caso da contribuição das epidemias no processo de conquista dos Sertões de Fora; assim como segue procurando outras fontes, como relatos de viajantes, que possam oferecer outras perspectivas a este panorama.

REFERÊNCIAS



ABREU, J. Capistrano de. O Sertão: in: ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal. 1998, p.107-18.

ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago Alves. Por uma história das Capitânias do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. [S.L]: **História Unicap**, v. 7, n. 13, jan./jun. de 2020.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 127-137.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; SALLES, Wesley Dartagnan. Varíola, tabaco e sistemas atlânticos: as causas da ascensão da Costa da Mina e queda de Angola no comércio negreiro na segunda metade do século XVII. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, v. 17, n. 32, jan./jun. 2016, p. 249-280.

CARVALHO, Marcus J. M. de; ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle de Biase. Os desembarques de cativos africanos e as rotinas médicas no Porto do Recife antes de 1831. **Almanack**, [S.L.], n. 12, p. 44-64, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320161204>.

FLORENTINO, M.; RIBEIRO, A. V.; SILVA, D. D. da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 31, 2004. DOI: 10.9771/aa.v0i31.21072. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21072>. Acesso em: 17 jan. 2024.

GURGEL, Cristina. **Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos**. São Paulo: Contexto, 2011.

LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985, p.8-9.

MIRANDA, Carlos. **A arte de curar nos tempos da Colônia**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. 2004, p.131-164.

VAINFAS, Ronaldo. O sertão e os sertões na história luso-brasileira. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, [S.L.], v. 19, p. 225-245, 5 dez. 2019. Coimbra University Press. http://dx.doi.org/10.14195/1645-2259_19_9.

———. A peste das bexigas no Brasil Colonial: tragédia histórica ou genocídio?. [S.L]: **Brathair**, v. 20, n. 2, 2020, p.107-127.



TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia. **Confins**, [S.L.], n. 32, 8 set. 2017. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.12355>.

TESINI, Brenda L. **Variola**. 2023. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/infec%C3%A7%C3%B5es/poxv%C3%ADrus/var%C3%ADola#:~:text=A%20var%C3%ADola%20%C3%A9%20uma%20doen%C3%A7a,tossidas%20por%20uma%20pessoa%20infectada>. Acesso em: 14 nov. 2023.

FONTES:

AHU-BA, Papéis Avulsos, Cx. 25, Doc. 3006. CARTA DOS OFICIAIS da Câmara da Bahia para S.A, sobre se não arrematarem os frutos da terra antes do tempo, e pedindo que se lhes conceda a provisão que se passou em 1665; queixam-se da epidemia das bexigas. Bahia, 1681.

AHU-BA, Papéis Avulsos, Cx. 68, Doc. 5776. REQUERIMENTO DO SENHOR da Casa da Torre de Garcia de Ávila, coronel Francisco Dias de Ávila, pedindo para ficar em casa devido a epidemia de bexiga. Bahia, 1770.

AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 22, Doc.15004. OFÍCIO DA JUNTA GOVERNATIVA da Capitania de Pernambuco sobre a praga de escorbuto e bexiga que causou o aumento do preço da farinha. Pernambuco, 1800.

AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx.120, Doc.9203. OFÍCIO DO GOVERNADOR DE PERNAMBUCO sobre a relação do número de mortos e batizados no Recife e Olinda. Pernambuco, 1775.

AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 13, Doc.1336. CARTA DO [governador da capitania de Pernambuco], João da Cunha Souto Maior, ao Rei sobre a epidemia de bexiga no Reino de Angola e a necessidade de levantar gente para socorrer Luís Lobo da Silva. Pernambuco, 1685.

AS ENTRADAS DA ORDEM DO CARMO NOS SERTÕES DE FORA DAS CAPITANIAS DO NORTE: OCUPAÇÃO TERRITORIAL, SESMARIAS E DISPUTAS DE TERRA (1580-1750)

Gilson Mateus Pinto Júnior

Bolsista de Iniciação Científica (IC) / LEHS-UFRN
g.mateus2018@gmail.com

Orientadora: Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal (UFRN)



RESUMO: Este trabalho tem por objetivo realizar o estudo e análise da atuação e da ocupação territorial da Ordem do Carmo na região dos sertões de fora das Capitanias do Norte, que, na visão de Capistrano de Abreu, iniciou-se com a expansão de Pernambuco, sendo considerada geograficamente o litoral da Paraíba e do Rio Grande do Norte, chegando posteriormente à região do Ceará. Do ponto de vista metodológico, foram analisadas 22 petições cujo teor tratava de solicitação para medição, demarcação e tombamento de terras dos Carmelitas, além de 4 cartas dos oficiais da câmara de Olinda, cujo teor relata, além das questões propriamente demarcatórias, conflitos existentes nestes espaços. Realizar-se-á ainda um mapeamento dos principais pontos de ocupação, bem como uma tabulação dos principais argumentos jurídicos usados por esta Ordem para aquisição e manutenção das terras.

Palavras-chave: Ordem do Carmo; Ocupação territorial; Sertão de fora.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo realizar o estudo da ocupação territorial por parte da ordem do Carmo na região dos sertões de fora das Capitanias do Norte que, na visão de Capistrano de Abreu, iniciou-se com a expansão a partir de Pernambuco, sendo considerada geograficamente o litoral da Paraíba e do Rio Grande do Norte, chegando posteriormente à região do Ceará (ABREU, 1976). Além disso, busca-se também compreender as múltiplas formas de relação estabelecidas entre a ordem religiosa e os demais integrantes que compunham a região colonial aqui em análise, buscando mapear possíveis conflitos pela posse da terra e como estas aquisições foram elementares para o enriquecimento e obtenção do cabedal por parte desses religiosos.

Do ponto de vista da ocupação propriamente dita, Roberto Zahluth de Carvalho Júnior (2015) aponta, em sua tese intitulada "Dominar homens ferozes: missionários carmelitas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757)", que a Ordem do Carmo de Portugal enviou seus primeiros missionários para o Brasil em 1580, liderados pelo capitão Frutuoso Barbosa e pelo Frei João Caiado, acompanhados de outros quatro padres carmelitas escolhidos por ele. Embora uma forte tempestade tenha impedido que as embarcações chegassem ao local desejado para povoar e ocupar a capitania da Paraíba, o navio que transportava aqueles padres aportou em Recife, onde os religiosos foram agraciados com a doação de uma pequena terra em Olinda pelo governador local, Jerônimo de Albuquerque Coelho (CARVALHO JUNIOR, 2015). Em 1583, foi autorizada a criação do primeiro convento em Olinda, e, em 1596, os Carmelitas já estavam instalados na colônia, atuando expressivamente na catequese de indígenas e colonos.



Com a instalação do convento, começaram a surgir as primeiras missões carmelitas ao longo das Capitanias do Norte, de modo que efetivasse o processo catequizador dos nativos. Acerca disso, é importante destacar ainda que, o estabelecimento destes assentamentos missionários não estavam apenas relacionados a catequização dos indígenas, mas também era uma forma eficiente de amplificar o processo de demarcação territorial a custos menores, como aponta o historiador Charles Boxer, em sua obra “A igreja militante e a expansão ibérica”, onde ele coloca que, por meio do estabelecimento das missões, as Ordens religiosas “mantiveram a lealdade às Coroas de Portugal e Castela das populações peninsulares, criolas, mestiças e indígenas, permitindo, assim, um maior controle sobre os territórios coloniais (BOXER, 2007, p. 97).

A conquista e expansão territorialista por parte da ordem do Carmo tinha como mecanismo jurídico principal a Lei das Sesmarias, cuja regulação estava contida nas Ordenações Filipinas promulgadas em 1603, onde a concessão de terras pela coroa, estava condicionada ao comprometimento do(s) proprietário(s) com o cultivo agrícola nas terras, não ultrapassando o período de máximo de cinco anos. Este sistema de distribuição de terras estava intrinsecamente ligado aos interesses da Coroa, especialmente no que diz respeito ao controle social sobre a posse da terra e também de seus respectivos ganhos econômicos, ao forçar a produtividade em benefício da Fazenda Real.

Em relação aos sesmeiros, estes deveriam seguir às regras do sistema semestral na tentativa de garantir seus direitos, benefícios e sobrevivência. Conforme Carmen Alveal afirma em seu livro, intitulado “Senhorios coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa.”, havia tolerância na fixação do tempo para o cultivo, e, caso não fosse lavrada, a terra seria dada a outro com prazo definido pela ordenação (ALVEAL, 2022).

Entretanto, apesar de toda regulamentação no âmbito jurídico da posse da terra, ainda há uma recorrência de conflitos por estes territórios. Estes conflitos tinham como protagonistas, em sua maioria, padres, sertanistas e proprietários de fazendas, pela disputa da terra e de suas benesses econômicas e sociais. Os padres que entravam em ordens religiosas tinham que doar todos os seus bens, mas ainda assim, essas ordens adquiriram grandes quantidades de riqueza, mesmo quando eram obrigadas, devido à sua doutrina, a aceitar apenas “esmolas” dos fiéis para



sobreviver. Durante as investigações no acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, foram descobertos registros que indicam disputas territoriais entre os integrantes da destacada família Albuquerque Maranhão e os religiosos pertencentes à Ordem do Carmo na fronteira das Capitanias da Paraíba e do Rio Grande. Além disso, também foi possível mapear uma disputa entre o convento da Reforma de Nossa Senhora do Carmo da Paraíba e de Pernambuco com os indígenas oriundos das aldeias de São João Batista das Groáras, Mipibu, da baía da Traição, e de Guajaris do Siará Grande.

Neste ponto, a partir da documentação, é importante destacar que os indígenas não eram agentes passivos do processo de conquista, fosse no plano da tomada da terra ou ainda em relação ao processo de conquista simbólica, promovido pela catequização, uma vez que estes sujeitos resistiam às múltiplas formas de violência pesada sob eles. Neste sentido, é elementar compreender e analisar a atuação dos carmelitas na região das Capitanias do Norte durante o período de 1580-1750, identificando seu patrimônio, as concessões de sesmarias realizadas e as querelas nesse contexto histórico.

A partir destas perspectivas, delineam-se outros objetivos, tais como compreender a obtenção de cabedal por parte da ordem religiosa, seus processos de delimitação e demarcação jurídicas das missões e como estes espaços coloniais tornavam-se espaços para difusão destes processos de aquisição de terras aliados à investigação das querelas na região, observando os conflitos envolvendo a ordem do Carmo, e outras ordens religiosas, bem como a forma como esses conflitos eram resolvidos judicialmente e como esses processos de concessão de sesmarias auferiram a esta ordem religiosa uma grande obtenção do cabedal.

DISCUTINDO O ESPAÇO: OS SERTÕES DE FORA DAS CAPITANIAS DO NORTE E AS ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO

As discussões que envolvem a espacialidade dos sertões foi discutida por uma vasta gama de historiadores, entretanto, cabe dar notoriedade aos estudos do Capistrano de Abreu que apontou o processo de conquista desta região em duas rotas de ocupação denominados como sertões de fora e sertões de dentro. Segundo o autor, “se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando de Borborema e

alcançando o Ceará, onde confluem a corrente baiana e pernambucana” (ABREU, 1998, 135).



Mapa 1 - Representação dos sertões das Capitanias do Norte. Portal Multirio, 2016. Acesso em:
<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/america-portuguesa/8752-os-sert%C3%B5es-de-fora-e-os-sert%C3%B5es-de-dentro-feiras-de-gado>

A expansão na Bahia abrangeu os territórios internos do Estado do Brasil. Ao atravessar o rio São Francisco, a colonização estendeu-se para a margem esquerda, que, na época, pertencia à capitania de Pernambuco. Além disso, chegou à bacia do Parnaíba, explorou o sul dos atuais estados do Piauí e do Maranhão e alcançou também o do Ceará. Enquanto isso, a expansão realizada pelos conquistadores pela Capitania de Pernambuco conquistou as regiões costeiras da Paraíba e do Rio Grande do Norte, seguida pelo interior, chegando até o Ceará. No Ceará, as duas correntes de povoamento uniram-se.

No final do século XVII, o sertão do Nordeste, já havia sido explorado e ocupado por fazendas de gado. Embora a população fosse pequena, estava distribuída de forma mais ou menos contínua, concentrando-se ao longo dos rios. A região do vale do rio São Francisco oferecia as melhores condições naturais para a criação de gado. A presença de depósitos de sal



foi um fator determinante para a fixação do gado na região. A criação de gado estabeleceu-se de tal maneira que o rio São Francisco passou a ser conhecido como o "rio dos currais".

A introdução do gado nos sertões nem sempre ocorreu pacificamente. Na Bahia, uma grande rebelião indígena obrigou o Governo Geral a pedir ajuda aos sertanistas paulistas. Alguns desses sertanistas, que estavam acostumados a capturar indígenas, acabaram tornando-se fazendeiros de gado, como foi o caso de Domingos Jorge Velho. De acordo com o historiador Capistrano de Abreu, em seu livro "Capítulos de História Colonial", muitos dos paulistas decidiram não retornar a São Paulo e optaram por se tornar grandes proprietários de terras adquiridas por suas armas. Já antes da descoberta das minas, sabemos que nas margens dos rios das Velhas e São Francisco havia mais de cem famílias paulistanas dedicadas à criação de gado.

Os contatos entre o interior e o litoral eram esporádicos, ocorrendo apenas em certas épocas do ano, durante as feiras de gado. Essas feiras reuniram criadores e comerciantes e deram origem a núcleos de povoamento, como Feira de Santana, na Bahia, Pastos Bons, no Maranhão, e Vila da Mocha, atual Oeiras, no Piauí.

OBTENDO TERRAS E ACUMULANDO PATRIMÔNIO: A OBTENÇÃO DE CABEDAL NOS CONVENTOS DE NOSSA SENHORA DO CARMO

No período colonial, a ocupação e exploração das terras eram questões essenciais para o desenvolvimento do território da América portuguesa. Nesse contexto, a concessão das sesmarias, grandes extensões de terra doadas pelo rei de Portugal a um particular, foram elementares neste processo de territorialização. No entanto, essas concessões nem sempre estavam isentas de conflitos. Ao longo do século XVII, sobretudo nas Capitanias do Norte do Brasil, o processo de demarcação e de tombamento das terras era alvo de disputas e conflitos das mais variadas esferas entre as autoridades locais. Nesse contexto, a ordem do Carmo, na aquisição de suas propriedades, não esteve isenta destas disputas por terra com o objetivo, sobretudo, de amplificar as missões e expandir seu projeto catequético. No entanto, essas concessões foram questionadas por outras autoridades, como os donatários das capitanias e até mesmo as câmaras municipais, que alegavam que as terras pertenciam a estas instituições por direito.

Com o contato com a documentação, foi possível estabelecer um levantamento dos grupos envolvidos nestes conflitos nas Capitanias do Norte, conforme é possível constatar no mapa abaixo, onde retrata as disputas territoriais enfrentadas pelas ordens carmelitas na aquisição de suas propriedades.

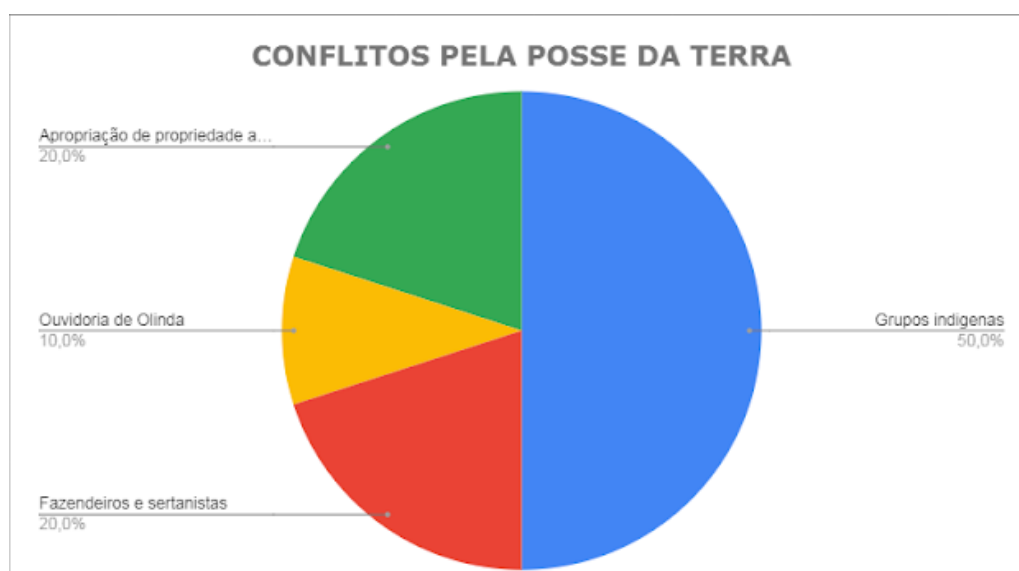


Gráfico 1 - Conflitos envolvendo a Ordem do Carmo na disputa por terra. Elaborado pelo autor em 2023.

A partir das análises das petições de demarcação de terras e da correspondência emitida para a Coroa pelos oficiais da câmara de Olinda, é possível inferir que, para além das disputas fundiárias entre sertanistas e membros do Carmo, foi possível ainda identificar conflitos entre estes últimos e os indígenas, por ocuparem, segundo os religiosos, suas terras de maneira indevida. Nas 22 petições analisadas, percebeu-se, como argumento elementar para a posse das terras, a construção de conventos para fins de evangelização, bem como da composição das justificativas de solicitação de esmolas, ampliando cada vez mais o patrimônio da Ordem. Sobre este aspecto, Maria das Graças Aires de Araújo (2007) definiu que os bens patrimoniais da ordem, para além da terra, estavam voltados para

...todos os bens, cobres, e aprestos necessários, fábricas, escravos, bois e bestas, pastos, logradouros, e mais pertences na forma em que o possuir por sua morte, para cujo tempo reserva a presente doação e demite de si todo o



domínio, posse e exercício que ao presente tem, e tiver no dito engenho e seus pertences para paramento e ornato da Capela do Santíssimo Sacramento que se acha no dito Convento (ARAÚJO, 2007, p. 58).

Estes elementos de acúmulo patrimonial apontavam para um sistema de corrupção dentro da Ordem religiosa aproximando-se dos resultados apontados por Robert Zahluth (2015) e pela própria Araújo (2007). Com a documentação foi possível ainda georreferenciar tanto as principais terras obtidas nas Capitanias do Norte por estes religiosos, bem como os respectivos conflitos envolvendo os sertanistas e grupos indígenas.

No que diz respeito a essa série de disputas envolvendo indígenas, o estudo permitiu a formulação de uma hipótese principal para este ocorrido. A partir do Alvará de 1700, que foi reforçado pela Lei de 4/7/1703, ficou estabelecido que cada missão receberia uma légua de terra em formato quadrado para a sustentação dos índios e missionários. Cada aldeia deveria ter no mínimo cem casais. Com essa medida, o rei buscava garantir os recursos necessários para a sobrevivência das aldeias e impor limites à ganância dos senhores. No entanto, essa legislação, ao delimitar as terras indígenas, também permitiu uma expansão ilimitada das fazendas em toda a extensão do território restante.

Nesse contexto, os "direitos" garantidos pelos indígenas por meio do Alvará podem ser considerados um elemento fundamental para os conflitos gerados a partir dessa promulgação, inclusive levando em consideração o recorte temporal no qual esses conflitos ocorrem. Além disso, foi possível categorizar as menções aos conflitos identificados entre os carmelitas e outros membros da sociedade, como já mencionados, os sertanistas/fazendeiros e os grupos indígenas, nos quais se pode constatar um número maior de conflitos entre os nativos do que com os fazendeiros.

A partir dos cruzamentos das fontes primárias e da bibliografia levantada é possível o estabelecimento de hipóteses em relação aos aspectos de disputas de terras e de demarcações que estes religiosos solicitaram à Coroa portuguesa. Primeiramente, a documentação identificada aponta para além de conflitos entre sertanistas e a Ordem ou entre estes últimos e os indígenas, por ocuparem suas terras de maneira indevida, acabam por usarem como argumento elementar a construção de conventos para fins de conversão religiosa. A partir do



relatório de 1746 foi possível a construção de uma tabela com a listagem dos aldeamentos carmelitas em 1749 e seus respectivos conventos, conforme abaixo:

LISTAGEM DOS ALDEAMENTOS CARMELITAS 1749				
LOCALIDADE	INVOCÇÃO	ALDEAMENTO	ÍNDIOS	CARMELITAS
Vila de Goiana	São Miguel	Aldeia do Cyri	Índios Caboucollos de língua geral	Observantes
Capitania da Paraíba - Mamanguape	São Miguel	Bahia da Traição	Índios Caboucollos de língua geral	Reformados
Capitania da Paraíba - Mamanguape	Nossa Senhora dos Prazeres	Aldeia da Preguiça	Índios Caboucollos de língua geral.	Reformados
Capitania da Paraíba - Mamanguape	Santa Teresa e Santo Antônio	Boa Vista	Tapuios Canandez e Sucurus	Descalços
Capitania da Paraíba – Piancó	São José	Aldeia do Panety	Tapuios	Descalços
Capitania do Rio Grande	São João Batista	Aldeia do a Pody	Tapuyos de Nação Payacus	Descalços
Capitania do Rio Grande	Nossa Senhora do Carmo	Gramació	Índios Caboucollos de língua geral	Reformados
Vila de Serinhaém – Capitania do Ceará	São Miguel	Aldeia Unne	Índios Caboucollos de língua geral	Observantes

Tabela 1 - Listagem dos Aldeamentos Carmelitas, 1749. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, Recife, 1904.

A partir da tabela, pode-se perceber como o papel missionário ainda possuía destaque na sociedade colonial, embora a presença indígena estivesse cada vez menor neste contexto, fosse pela mortalidade da população nativa ou pela miscigenação. Cabe destacar que os aldeamentos sob liderança dos reformados foram categorizados como “índios caboclos de língua geral”, denotando uma possível estratégia de integração dos povos indígenas à sociedade lusa por meio da mestiçagem, promovendo o branqueamento da população.

Tratando-se dos conflitos, a partir das ferramentas de georreferenciamento, foi possível mapear as principais localidades de disputa com os grupos indígenas, conforme ilustrado no mapa 2 a seguir. No mapa, as referências onde não constam os sujeitos envolvidos no conflito, relatando apenas a sesmaria, trata-se dos pontos cuja documentação relata tensionamentos entre os religiosos e outros sujeitos locais, não relatando quem são estes últimos, por isso a menção apenas da sesmaria em disputa. Além disso, foi possível a tabulação das menções referente aos conflitos, identificadas entre os carmelitas e outros membros da sociedade, como já mencionados os sertanistas/fazendeiros e os grupos indígenas.



Mapa 2 - Principais pontos de conflito entre os carmelitas e indígenas. Elaborado pelo autor em 2023.

É importante salientar ainda que, a principal justificativa usada na obtenção da terra estava atrelada à construção de conventos, com fins de evangelizar os povos nativos. Além disso, há também a presença de justificativas que versavam sobre a terra já pertencente à ordem anteriormente, ou ainda estão relacionadas à doação testamentária. A distribuição dos argumentos catalogados nos documentos pode ser observada no gráfico abaixo:

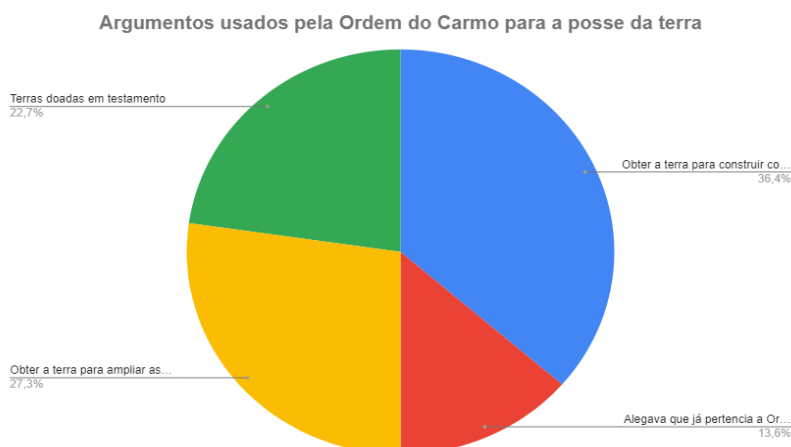


Gráfico 2 - Argumentos da Ordem do Carmo para obtenção de terras. Elaborado pelo autor em 2023.

Além disso, cabe destacar que as doações testamentárias estavam sujeitas a questionamento de sua validade em face de os religiosos carmelitas não legalizarem suas posses obtidas por meio de doação no momento em que as recebiam. Fato este, além do de Gregório Pinheiro apontado no gráfico, têm-se as propriedades adquiridas por D. Margarida de Almeida, que também não foram legalizadas de imediato, tal como aponta Maria das Graças Aires de Araújo (2007).

Ao longo do século XVIII, os carmelitas também procuraram legalizar os seus documentos, pois, geralmente, recebiam doações através dos testamentos e, apenas a posteriori, era organizada a certidão de propriedade. Com esse intuito, o Pe. Prior da Reforma Turonense do Carmo da vila do Recife, Fr. José da Madre de Deus, solicitou a Manoel de Lemos Ribeiro, escrivão proprietário das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos desta Capitania de Pernambuco, que este despachasse a petição elaborada pelos religiosos procurando formalizar a doação feita por D. Margarida de Almeida (ARAÚJO, 2007, p. 60)

Neste sentido, ficou evidente como a ocupação territorial dos religiosos Carmelitas estava associada às questões relativas não somente ao acesso à terra em si, bem como o respaldo na ocupação da terra com vistas ao fortalecimento dos processos de evangelização dos indígenas, ampliando, assim, o controle sobre a propriedade e os respectivos locais que habitavam originalmente estes espaços.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim da pesquisa, foi possível a identificação de como a lógica de ocupação das terras pelos religiosos tinham um objetivo para além da catequese dos indígenas, tendo como aspecto também uma melhor consolidação da Ordem no espaço, a obtenção de um controle mais efetivo sobre estes territórios. Além disso, é possível inferir que, ao pedirem os direitos sobre o uso da terra na construção de conventos ou ainda na alegação de pertencerem a doação testamentárias, esses religiosos visavam obter uma amplitude dos seus respectivos patrimônios (obtenção do cabedal), gerando, conseqüentemente, uma maior amplificação da riqueza dos carmelitas na região das Capitanias do Norte.

A partir deste estudo, é possível trabalhar outras temáticas, como o aprofundamento da natureza dos conflitos com os indígenas, dando notoriedade à participação desses e suas múltiplas formas de resistência aos processos de conquista dessas terras, bem como das possíveis estratégias jurídicas usadas pelos indígenas. Por fim, espera-se que com esta pesquisa se possa compreender de forma mais efetiva a natureza da ocupação territorial do espaço colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano. **O descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 2ª ed. Brasília: Edunb, 1998.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century**. 2007. fls 387. Tese (Doutorado em História) – Johns Hopkins University, 2007.

ARAÚJO, Maria das Graças Souza Aires. **Decadência e restauração da Ordem Carmelita em Pernambuco (1759-1923)**. fls 199. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

BOXER, Charles. **A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.



CARVALHO JÚNIOR, Roberto Zahluth de. **“Dominar homens ferozes”: missionários carmelitas no estado do Maranhão e Grão Pará (1686-1757)**. Tese (Doutorado em História) – , Salvador, 2015.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí/PPHIST.-UFPA/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CIFUENTES, Rafael Llano. **Relações entre a Igreja e o Estado: a Igreja e o Estado à luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e da Constituição Brasileira de 1988**. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

CONGOST, Rosa. *Tierras, leis, história: estudos sobre “La gran obra de la propiedad”*. Barcelona: Crítica, 2007. 347 p.

GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

HORNAERT, Eduardo. et al. (Orgs.) **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, período colonial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2004.

LINHARES, Maria Yedda. História agrária. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-Um Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

ORAZEM, Roberta Bacellar. **Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580-1800)**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – UFRN, Natal, 2015.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.



SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro: uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, c. 1580 / c. 1690**. Niterói: Editora da UFF, 2014. 16.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo da história do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

Zeron, Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron. **A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, Séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: EDUSP, 2011.

A FAMÍLIA ALBUQUERQUE MARANHÃO NAS CAPITANIAS DO RIO GRANDE E DA PARAÍBA: ACUMULAÇÃO E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL (SÉCULOS XVII- XVIII)

Ana Lunara da Silva Morais

Professora do departamento de História do CFP-UFCG

analunara@gmail.com

RESUMO: Essa pesquisa busca evidenciar que além das atuações na produção de açúcar, a família Albuquerque Maranhão – cuja ascendência remonta ao icônico Jerônimo de Albuquerque, o “Adão pernambucano” –, por meio de sesmarias no Seridó, nas imediações das capitanias do Rio Grande e da Paraíba, foi atuante na pecuária. A pesquisa evidencia que a perpetuação social e econômica de antigas estirpes, ao longo do período colonial, ocorreu de modo complexo e multifacetado, sendo a dinamização das atividades econômicas uma questão fulcral para tal perpetuação. Este trabalho é fruto de uma pesquisa na qual se realizou o cruzamento de diversas fontes de variados fundos, como as existentes no ANTT, AHU) e no IHGRN.

Palavras-chave: Família Albuquerque Maranhão; engenho Cunhaú; sesmarias; Seridó.

A família Albuquerque Maranhão, cuja ascendência remonta ao icônico Jerônimo de Albuquerque, o “Adão pernambucano” quinhentista, e ao seu filho homônimo, o “conquistador



do Maranhão”, fruto da união com a indígena Tabajara Maria do Espírito Santo Arcoverde, assentou-se na capitania do Rio Grande no início do século XVII. Nessa capitania, onde a família se perpetuou com alto *status* social e acumulação patrimonial até o século XX, atuou ativamente na economia açucareira, principal atividade econômica desenvolvida no Estado do Brasil, especialmente por meio do engenho Cunhaú, fundado no início do século XVII. Essa família mestiça, originária da nobreza reinol, angariou alto *status* social por meio da contínua associação entre diferentes mercês régias, como o foro de fidalgos cavaleiros, hábito em ordens religiosas, pelo exercício de postos militares e ofícios administrativos e ainda pelo acúmulo de extenso patrimônio, como pessoas escravizadas, engenhos, terras e sesmarias – títulos de terras.

Essa pesquisa, ao buscar compreender as atuações econômicas e sociais dos membros da família Albuquerque Maranhão na capitania do Rio Grande e na Paraíba, evidenciou que atuaram para além da atividade açucareira, destacando-se a posse de sesmarias. Compreende-se que a perpetuação social e econômica da antiga estirpe quinhentista e mestiça, ao longo do período colonial, ocorreu de modo complexo e multifacetado, sendo a dinamização das suas atividades econômicas uma questão fulcral para sua perpetuação. Dessa maneira, o caso bem-sucedido da perpetuação da família Albuquerque Maranhão ao longo do período colonial pode ajudar a compreender a relevância da posse de terra para a sobrevivência de algumas estirpes na América portuguesa na longa duração.

A elaboração desta pesquisa, instigada pelo fato de a família Albuquerque Maranhão ter se destacado por sua longa e profícua duração, também visou suprir uma lacuna historiográfica. Isto pelo fato de a família não ter sido objeto principal de análise para o período colonial, em detrimento da fama da família no atual Estado do Rio Grande do Norte (CASCUDO, 1935 [2008]; MARANHÃO, 1965; LOPES, 2005; MEDEIROS FILHO 1993; PEREIRA, 2014).

Terras, engenhos e sesmarias: a acumulação e manutenção patrimonial da família

Compreende-se o conceito de propriedade como uma construção fruto do seu tempo. Compartilhando das concepções de Paolo Grossi (2006), entende-se que a propriedade é, antes de tudo, mentalidade, uma resposta ao problema da relação entre homens e coisas, não podendo ser interpretada apenas como uma mera regra técnica. Dessa forma, concebe-se que não existe



um único modelo proprietário, não sendo possível considerar o direito pleno de propriedade – abstrata, unitária, pertencente apenas a um indivíduo –, solução histórica dominante, como modelo único.

Na sociedade em análise, profundamente influenciada pelo Antigo Regime, a detenção de direitos de propriedade constituía um parâmetro fundamental para indicar a posição cimeira de um grupo ou de uma família na complexa estratificação social. É nessa perspectiva, da posse de bens como distinção social e econômica em uma sociedade, que se analisará como os membros da família Albuquerque Maranhão, ao longo dos séculos XVII e XVIII angariaram seus bens, sobretudo, terras.

Antes de mais, cabe explicar que o sistema sesmarial, aplicado na América portuguesa desde o reinado de D. João III, tem origem na Lei das Sesmarias de 1375, instaurada devido uma crise agrícola em Portugal. No reino, para superar a crise, essa lei loteou as terras para o seu melhor aproveitamento e impôs a obrigatoriedade do cultivo para que a mão-de-obra do campo não se dispersasse e passasse a produzir mais mantimentos (RAU, 1982). Por sua vez, na América portuguesa, a concessão de sesmarias visava incentivar a conquista e o povoamento da colônia, sendo doadas largas concessões de terras, cujo limite máximo somente foi imposto pela lei de 27 de dezembro de 1697: três léguas de comprimento por uma légua de largura. Assim, o sistema de sesmarias foi sendo adaptado, especialmente a partir do final do século XVII. A partir de 1698, passou a ser obrigatório a demarcação e a confirmação das sesmarias – obrigação que na maioria das vezes não era cumprida (ALVEAL, 2022). Dessa forma, deve-se ter em consideração que a mercê de uma sesmaria não significava, necessariamente, a posse, domínio ou uso da terra, como se verá adiante.

Os registros das primeiras sesmarias concedidas na capitania do Rio Grande se perderam, possivelmente com os conflitos decorrentes da invasão dos neerlandeses. Entretanto, as informações sobre estas concessões, bem como o que os sesmeiros fizeram com tais terras, encontram-se em um “Auto de repartição de terras da capitania do Rio Grande” (TRASLADO, 1909, p. 5-131). Esse documento, no qual constam 186 sesmarias doadas entre 1600 e 1614 na capitania, é resultado de uma denúncia que se fez ao rei, possivelmente por parte dos moradores e/ou de inimigos do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque – fundador da família em análise –



sobre muitas sesmarias desaproveitadas. Acusava-se, sobretudo, as várias sesmarias que Jerônimo concedeu aos seus filhos e parentes, além das largas concessões aos jesuítas.

Segundo Elenize Pereira (2014, p. 177), das 186 sesmarias concedidas na capitania entre 1600 e 1614, Jerônimo de Albuquerque foi o maior doador, tendo concedido 108, o que representa 58% de todas as sesmarias avaliadas no período. Verificou-se que Jerônimo de Albuquerque, enquanto capitão-mor do Rio Grande, concedeu duas sesmeiras para seus filhos e oito para outros parentes próximos. Ademais, o próprio Jerônimo recebeu uma sesmaria em 1612, quando já não exercia o ofício de capitão-mor (TRASLADO, 1909. p. 5-131; IHGRN, Fundo Sesmarias, Livro 1, nº 26, fls. 129- 130v.)

A primeira sesmaria, datada de 1604, foi concedida aos irmãos Antônio e Matias de Albuquerque, filhos de Jerônimo, então capitão-mor do Rio Grande. A sesmaria foi concedida na várzea do rio Cunhaú e possuía 5.000 braças em quadra, isto é, 5 mil braças de comprimento por 5 mil braças de largura. Os sesmeiros não cuidaram da terra no princípio, por conta da grande extensão da várzea. Consta que inicialmente as terras foram consideradas propícias para o cultivo, com muita água e com capacidade para fazer cinco ou seis engenhos de açúcar. No entanto, com o tempo, os sesmeiros constataram que nem toda a terra era útil para o cultivo da cana-de-açúcar, pois algumas paragens eram secas e outras alagadas. Na avaliação desta terra, realizada em 1614, consta que o pai dos sesmeiros, Jerônimo de Albuquerque, tinha estabelecido na sesmaria um engenho movido a água – o engenho Cunhaú. Compreende-se pelas informações do registro que Jerônimo de Albuquerque precisou nivelar o solo para poder plantar cana-de-açúcar.

O engenho Cunhaú e suas terras, possivelmente, foi o patrimônio de maior relevância, dos Albuquerque Maranhão, ao menos no que diz respeito a duração de sua posse, razão pela qual se tornou o símbolo de perpetuação da família, perpassando todo o período colonial e imperial nas posses da família. Fato notório, tendo em vista que o engenho, por quase um século e meio foi a única unidade açucareira produtiva na capitania do Rio Grande, e pelo fato de a rotatividade da posse de engenhos nas Capitânicas do Norte ter sido algo frequente, salvo algumas importantes exceções (MORAIS, 2021).

Nas primeiras décadas do século XVII, havia na capitania apenas dois engenhos: o Cunhaú e o Potengi, também chamado de Utinga, fundado na ribeira do Potengi. Todavia, este



último, já no período da invasão holandesa, constava como arruinado há muitos anos, sobretudo, por não ter terras suficientes para o cultivo de cana-de-açúcar (MELLO, 2012, p. 169). Outros engenhos foram fundados na capitania do Rio Grande apenas na década de 1760, no contexto do estabelecimento da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (AHU, Cód. 1821, doc. 10 e 11). Assim, por quase uma centúria e meia, o engenho dos Albuquerque Maranhão foi o único engenho da capitania.

No momento da invasão dos neerlandeses na capitania, em 1633, o engenho Cunhaú pertencia aos filhos de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, Antônio e Matias de Albuquerque Maranhão, os quais, com a derrota da resistência a invasão, partiram respectivamente para Lisboa e Rio de Janeiro. Entre 1636 e 1654, o engenho passou pela mão de diferentes proprietários neerlandeses e luso-brasileiros, período no qual o engenho foi palco de uma série de conflitos na capitania. Nesse contexto, os relatos apontam que o Cunhaú possuía casas, edificações, pastos, terras, plantações de cana, vinte juntas de bois e trinta pessoas escravizadas. Somente após a Restauração (1654), Matias de Albuquerque Maranhão, o qual viria a ser capitão-mor da capitania da Paraíba entre 1657 e 1663, reintegrou-se da posse do engenho (MELLO, 2012, p. 169-171; FONSECA, 1935, p. 11).

Voltemos à análise das primeiras sesmarias da família. A segunda sesmaria concedida aos irmãos Antônio e Matias de Albuquerque, datada de 1605, foi concedida no lugar chamado Salinas, distante cerca de 40 léguas da cidade do Natal – correspondente a região de salinas dos atuais municípios de Macau e Guamaré. Consta na avaliação das terras que os sesmeiros não se utilizaram destas terras. A terceira sesmaria, cuja dimensão não foi mencionada, foi concedida em 1610 a Maria Albuquerque, que pelo sobrenome, acredita-se se tratar de uma parente direta do então capitão-mor do Rio Grande. A terra localiza-se na ribeira no Curimataú, vizinha às terras dos irmãos Antônio e Matias de Albuquerque, o que corrobora nossa hipótese de parentesco. Segundo a avaliação sobre a terra, até o momento não se havia usufruído dela, embora fosse boa para a criação de gados, mas que.

Verificou-se que Jerônimo de Albuquerque, enquanto capitão-mor do Rio Grande, concedeu, entre 1605 e 1610, várias sesmarias a três sobrinhos de outros dois ramos dos Albuquerque mestiços, fruto da união de Jerônimo de Albuquerque com Maria do Espírito Santo Arcoverde, oriundos de Pernambuco. Concedeu seis sesmarias aos irmãos Jerônimo de



Ataíde e Gaspar de Albuquerque, filhos de dona Brites de Albuquerque – casada com Gaspar Dias de Albuquerque – portanto, irmã do capitão-mor, pois também era filha de Jerônimo Albuquerque com Maria do Espírito Santo Arcoverde (FONSECA, 1935, p. 421). A primeira sesmaria, datada de 1606, foi concedida aos dois irmãos na ribeira do Trairi, portanto, próximas ao engenho Cunhaú, e possuía 1 légua de terra em quadra. Mais duas sesmarias foram concedidas a Gaspar em 1608, uma novamente no Trairi e outra em localidade não mencionada. Ao sobrinho Jerônimo de Ataíde, Jerônimo de Albuquerque fez mais três concessões: uma no Ceará-Mirim, em 1607, para a plantação de cana-de-açúcar – possivelmente para serem moídas em seu engenho Cunhaú; uma no Trairi, em 1608; e uma sem menção da localidade, da dimensão e do ano de concessão.

O terceiro sobrinho verificado diz respeito a Jerônimo Fragoso, filho de Joana (irmã germana do capitão-mor), casada com Álvaro Fragoso (FONSECA, 1935, p. 424). Jerônimo Fragoso recebeu apenas uma concessão, cuja dimensão não se tem conhecimento, em 1610, na ribeira do Curimataú, nas confrontações das terras de Maria Albuquerque, e dos seus primos, os irmãos Matias e Antônio de Albuquerque, filhos de Jerônimo de Albuquerque. No Auto de Repartição consta que a maioria dessas terras se destinava a criação de gado e ao plantio de mantimentos, embora algumas dessas se encontrassem “devolutas”, isto é, desocupadas.

Por fim, o próprio Jerônimo de Albuquerque, em 1612, recebeu uma concessão, de uma légua de terra em quadra, na ribeira Hiriuna, atual rio Guaju, que divide os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba a partir do litoral (PEREIRA, 2022). Destarte, observa-se que de um total de dez sesmarias concedidas aos membros da família Albuquerque Maranhão, das que se identificou a localização, ao menos seis localizavam-se em áreas próximas ao engenho de produção de açúcar Cunhaú, fundado na primeira sesmaria concedida à família em 1604.

A família, por meio das concessões de Jerônimo de Albuquerque aos filhos e sobrinhos, constituiu, desde os primórdios do processo de colonização da capitania do Rio Grande, um sólido patrimônio. Das dez sesmarias analisadas, apenas foi possível verificar a dimensão de quatro concessões, as quais totalizavam uma área superior a mil quilômetros. A aglutinação das terras, poderia ter ainda o objetivo de criar uma rede colaborativa para viabilizar as demandas necessárias para a atividade açucareira, como: produção de mantimentos para a subsistência; criação de gado para o transporte; e ainda o cultivo de cana-de-açúcar.



Sobre isso, chama-se atenção para uma das terras concedida ao sobrinho do capitão-mor, Jerônimo de Ataíde, no Ceará-Mirim, em 1607. A ribeira do Ceará-Mim, embora mencionada como propícia para a atividade açucareira desde o início do povoamento, como demonstra essa concessão, não assistiu a fundação de engenhos até o século XIX (BERTRAND, 2010). Inclusive, a família voltará a angariar terras nessa ribeira apenas nesse contexto, como se verá adiante, o que demonstra a adaptação da família em face das mudanças conjunturais. O conhecimento do capitão-mor sobre o território e seu potencial parece ter sido utilizado com a finalidade de garantir a manutenção do engenho Cunhaú, como sugere a concessão que fez ao seu sobrinho, destinada ao plantio de cana, uma vez que poderia ser destinada ao seu engenho.

Atenta-se para o fato de que a concessão de uma sesmária, não necessariamente, implicava em sua ocupação e posse, como se demonstrou por meio de algumas das informações do Auto de Repartição de Terras. Entretanto, é sabido que a família garantiu a continuidade da posse de largas extensões territoriais em torno do Cunhaú até as primeiras décadas do século XIX. Corroborar essa informação o relato do cronista inglês Henry Koster (2002, p. 151-152), que ao visitar o Cunhaú, em 1816, alegou que as terras do engenho, que naquela época também se destinava ao cultivo do algodão, possuíam a enorme extensão de mais de 14 léguas, ou seja, teriam mais de noventa quilômetros.

O impacto da doação de extensas sesmarias a famílias de elite no processo de territorialização do Brasil foi algo apontado pela historiografia clássica brasileira que se debruçou sobre as questões agrárias entre as décadas de 1930 e 1960, especialmente, sobre a formação de latifúndios. Entretanto, tais obras não realizaram uma análise pormenorizada do processo de acumulação dos bens das famílias, sobretudo, por não disporem das fontes que hoje se tem acesso, a exemplo da Coleção Resgate do AHU.

Uma historiografia mais recente buscou evidenciar as famílias (ou grupos sociais proeminentes) mais beneficiadas nesse processo em diferentes partes da América portuguesa, evidenciando o número de sesmarias angariadas, sua extensão, atividades desenvolvidas e as relações sociais nelas estabelecidas. Não se tem por objetivo aqui realizar uma revisão historiográfica extensa, tendo em consideração o grande volume de trabalhos referentes ao tema. Destacam-se pesquisas que se debruçaram sobre a acumulação de bens de senhores de terra e de engenhos, associando o patrimônio às ações políticas (FRAGOSO, 2001), e



investigações sobre a trajetória de icônicas famílias de colonizadores, como os Garcia d'Ávila (BANDEIRA, 2007; PESSOA, 2017), e os Pires de Carvalho (BORGES, 2017) para o caso da Bahia; os Vieira de Melo (ALVEAL, 2015), Cavalcanti, Carneiro da Cunha, Camelo Pessoa, Pais Barreto e Rego Barros (MORAIS, 2021) para o caso das Capitanias do Norte.

Destarte, esta análise se debruça sobre as diferentes estratégias de acumulação e de manutenção patrimonial da família Albuquerque Maranhão ao longo dos séculos XVII, XVIII e início do XIX, especialmente, sua dinamização econômica, pois se acredita que foram os principais elementos para sua perpetuação e longevidade. As ações da família nesse processo influenciaram o próprio processo de territorialização da capitania do Rio Grande, bem como as mudanças conjunturais implicaram em adaptações por parte da família ao longo dos três séculos em análise. Para compreender como ocorreu esse processo de contínua acumulação e manutenção de bens por parte da família, faz-se necessário analisar os demais bens angariados e as estratégias utilizadas por ela no restante do período colonial.

Nesse sentido, cabe apontar que o processo de territorialização empreendido pela Coroa portuguesa e seus súditos na capitania do Rio Grande foi interrompido com a chegada dos neerlandeses em 1633. No entanto, a partir de uma iniciativa dos moradores das Capitanias do Norte dominadas e que depois teve o apoio da Coroa portuguesa, uma luta pela retomada desse espaço foi empreendida, obtendo sucesso com a expulsão dos neerlandeses em 1654. A partir desse ano houve uma retomada gradual do espaço pelos luso-brasileiros, tendo como principal objetivo conquistar e povoar o território. Nesse contexto, o Senado da Câmara de Natal foi restabelecido e as sesmarias passaram a ser doadas novamente (LIRA, 1982). Devido aos conflitos entre neerlandeses e portugueses, perdeu-se muita documentação desse período, bem como do período anterior.

Sobre as sesmarias angariadas pela família Albuquerque Maranhão posteriormente aos conflitos, verificou-se a mercê de mais 14 sesmarias, concedidas a nove membros da família, na capitania do Rio Grande e na Paraíba, entre a segunda metade do século XVII e início do XIX. De modo geral, essas concessões estão distribuídas de forma desigual ao longo do período em análise, entre 1679 e 1810. A saber: duas sesmarias na segunda metade do século XVII;



apenas uma na primeira metade do século XVIII; sete foram na segunda metade do século XVIII; e quatro no início do século XIX.¹⁴

A primeira sesmária da família concedida após a expulsão dos holandeses data de 1679. Os três irmãos Antônio, Lopo e Pedro de Albuquerque da Câmara receberam, juntando as partes de cada um, a enorme área de mais de 7 mil quilômetros (15 léguas de comprimento por 12 léguas de largura). Solicitou juntamente com os irmãos um cunhado, Luís de Sousa Furna, “pessoa de grande autoridade e grossos cabedais na capitania da Paraíba” (FONSECA, 1935, p. 13) – casado com Catarina Simão de Albuquerque – pelo que angariou para si uma área de mais de 870 quilômetros (5 léguas de comprimento por 4 léguas de largura). A terra localizava-se na ribeira do Acauã, na serra do Trapiá. Tal serra, segundo Helder Macedo (2010), é a atual serra do Chapéu, próxima ao município de Currais Novos, Rio Grande do Norte. Os irmãos e o cunhado alegaram que as terras eram devolutas e que queriam povoar com o gado que possuíam. Ademais, afirmaram que eram os primeiros povoadores da terra, pois a mesma era distante e perigosa, tendo em vista a presença de indígenas (IHGRN, Fundo Sesmarias, Livro 1, nº 39, fls. 165 - 167).

Nesse contexto, a retomada da colonização, impulsionada em grande parte pela concessão de sesmarias, expandiu-se do litoral para o interior, formando frentes de penetração pecuarista. Os colonos, geralmente sesmeiros, ao se direcionarem para o sertão depararam-se com vários grupos indígenas resistentes à colonização, gerando intensos conflitos, denominados pela Coroa de “Guerra dos Bárbaros” (PUNTONI, 2002). Contudo, tratava-se de dois grandes conflitos: a Guerra do Recôncavo, na Bahia, entre 1651 e 1679; e a Guerra do Assú, na capitania do Rio Grande, entre os anos de 1687 e 1720 (DIAS, 2021). Nessas duas capitanias ocorreram os maiores conflitos. Assim, observa-se que os Albuquerque Maranhão buscaram acompanhar as mudanças ocorridas na capitania, notadamente como a interiorização no território e ainda no desenvolvimento da pecuária.

É interessante perceber que essa sesmária solicitada pelos três irmãos e um cunhado no Seridó, em 1679, de fato foi aproveitada por seus descendentes. Em 1733, consta que

¹⁴ Fonte: Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-brasileiro). Códigos SILB: PB 0786; PB 0779; PB 1168; RN 0037; RN 0058; RN 0886; RN 0888; RN 0636; RN 0854; RN 0859; RN 0692; RN 0689; RN 0310; AHU-RN, Cx. 7, D. 453.



Afonso, Gaspar, André e Matias de Albuquerque Maranhão, todos irmãos de Luís de Albuquerque Maranhão, solicitaram que o patrimônio do irmão falecido, por este não possuir herdeiros e não ter testamento, fosse dividido entre eles. Também reivindicou parte dos bens uma sobrinha, Ana Luíza Maria Albuquerque – filha de Isabel de Albuquerque Câmara –, representada por seu marido, Antônio Pereira Rego. Os irmãos e a sobrinha, explicaram que Luís de Albuquerque Maranhão foi herdeiro universal de um tio e padrinho, Antônio de Albuquerque Câmara, o qual possuía vários sítios no Seridó, em uma sesmaria recebida juntamente com seus irmãos, Pedro e Lopo de Albuquerque Câmara, em 1679. Os sítios nomeados foram os seguintes: Trapuá, Acauã, Acari, Caicó, Pé da Serra, Juazeiro, Mulungu, Pirasinunga, Sobradinho e Sabugi (AHU-Pernambuco, Cx. 45, doc. 4100. 11 de dezembro de 1733). Dessa forma, observa-se que os bens instituídos nesta sesmaria continuaram sendo geridos e ampliados pela família após mais de 60 anos da concessão, perpassando três gerações.

Todavia, a família simultaneamente continuava a gerir a manutenção de seus interesses na atividade açucareira, em regiões próximas ao engenho Cunhaú. A segunda sesmaria da família da segunda metade do século XVII, concedida a Matias de Albuquerque Maranhão em 1689, estava localizada na ribeira do Curimataú, ou seja, próxima ao engenho Cunhaú (PLATAFORMA, cód. PB 1168). Essa sesmaria foi solicitada conjuntamente com outros cinco sesmeiros, dentre ele, o já mencionado cunhado, Luís de Sousa Furna. A solicitação conjunta com indivíduos com quem Matias de Albuquerque Maranhão possuía algum vínculo, demonstrava ainda o interesse de ter boas relações com seus potenciais vizinhos, possivelmente pela possibilidade de se tornarem lavradores de cana-de-açúcar, logo, parceiros do negócio do açúcar.

Na primeira metade do século XVIII, verificou-se apenas uma sesmaria concedida a família. Trata-se de uma carta de Afonso de Albuquerque Maranhão, datada de 1706 e localizada entre os rios Acauã e Curimataú. A família já possuía terras em ambas as ribeiras, assim, compreende-se que essa sesmaria tivesse por objetivo fazer um elo entre as posses da família, possivelmente para facilitar a sua circulação. Segundo Afonso, a terra era um esconderijo dos “tapuias Canindé da nação Janduí”, ou seja, a solicitação desta terra ainda foi concedida no contexto da Guerra do Assú.



Um número mais relevante de terras aparece apenas na segunda metade do século XVIII, mais precisamente entre 1772 e 1785, quando três membros da família receberam um total de sete sesmarias. O interesse no Seridó estava relacionado às atividades pecuárias e ao cultivo do algodão. Em função da demanda crescente das indústrias de tecido da Europa devido à Revolução Industrial, o algodão foi bastante cultivado nas capitanias da porção norte do Estado do Brasil a partir da segunda metade do século XVIII, tendo, no terceiro quartel do dito século, passado a rivalizar com o principal produto até então produzido nesse espaço, o açúcar (DIAS, 2017, p. 127-128). A cultura algodoeira se expandiu do litoral para o sertão, repellido pela cana-de-açúcar. Nesse contexto, em épocas de baixa do preço do algodão, este recuava para o sertão, deixando as terras úmidas e férteis do litoral para a cana, e em períodos de alta do preço do algodão, ou de crise do açúcar, o algodão voltava a avançar em direção às terras litorâneas, onde senhores de engenho se dedicavam a uma e a outra cultura dependendo das oscilações do mercado internacional.

O processo de cultivo e de colheita do algodão era relativamente simples, exigindo pouco investimento e poucos braços para o trabalho se comparado com a cana-de-açúcar, apresentando assim uma série de vantagens em relação a esta última, principalmente em épocas de demanda de mercados consumidores estrangeiros e de alta dos preços do algodão. Assim, no início do século XIX, senhores de engenho, como André de Albuquerque Maranhão, proprietário do icônico engenho Cunhaú, chegaram a cultivar algodão em suas terras, juntamente com os canaviais e os currais de gado (CRUZ, 2015).

Nesse período de doze anos (1772-1785) a família buscou angariar o título de terras que possuíam no Seridó, bem como alargar suas posses nessa região, sem deixar de lado a manutenção das terras do litoral. O tenente coronel Afonso José de Albuquerque Maranhão, inaugurou esse movimento por parte da família em 1772 ao solicitar uma sesmaria na ribeira do Acauã, em local onde já possuía um sítio chamado Acauã, cuja carta solicitou confirmação em 1772 (AHU-Rio Grande do Norte, Cx. 7, D. 453. 14 de novembro de 1772, Natal). Em 1787, tenente coronel Afonso José de Albuquerque Maranhão, solicitou outra sesmaria, na ribeira do Seridó, em local onde já possuía um sítio chamado Cunhaú, ao sul das fazendas Acari, Belém, Passagem e Picos. O nome da fazenda, idêntico ao famigerado engenho Cunhaú,



demonstra sua intenção de expandir as antigas posses estabelecidas pela família no litoral desde início do povoamento (IHGRN, Fundo Sesmarias, Livro 6, nº 554, fls. 172-173v).

No mesmo ano, Afonso José de Albuquerque Maranhão solicitou outra sesmaria, também no Seridó, na fazenda Juazeiro, no riacho das Malhadas. Ele alegou ter comprado a terra do capitão Antônio de Holanda Cavalcante de Albuquerque e sua mulher, herdeiros do capitão Cristóvão de Holanda Cavalcante de Albuquerque, o qual, por sua vez, herdou a terra do primeiro sesmeiro daquela terra, o mestre-de-campo Antônio de Albuquerque Maranhão. Esse último sesmeiro trata-se de um dos três irmãos que solicitou a primeira sesmaria da família no Seridó, em 1679, ou seja, quase uma centúria antes. Afonso José de Albuquerque Maranhão, afirmou requerer o título da terra “antiquíssima” que a família possuía. Destacou ainda que Antônio de Albuquerque Maranhão foi seu “descobridor nas guerras em que domou o gentio bruto Janduí e Canindé”, enaltecendo a participação de seu ancestral nas guerras de conquista contra os indígenas e no povoamento da terra (IHGRN, Fundo Sesmarias, Livro 6, nº 556, fls. 176-177).

Atenta-se ainda para o fato de Afonso José de Albuquerque Maranhão ter solicitado outra terra no Seridó, no riacho Mulungu, em 1801, onde alegou possuir duas fazendas de criação de gado, adquiridas por meio de compra, a saber: a já mencionada fazenda Juazeiro, e Santa Ana. Outros membros da família também despertaram o interesse por terras no Seridó. Em 1780, André de Albuquerque Maranhão solicitou uma sesmaria na ribeira do Piranhas, que embora estivesse na jurisdição da Paraíba, era muito próxima às terras de seu irmão Afonso (PLATAFORMA, Cód. PB0779). No mesmo ano, um filho homônimo de André de Albuquerque Maranhão solicitou terras vizinhas às concedidas ao seu pai (PLATAFORMA, Cód. PB0786), aumentando o território da família no Piranhas. Essas seis sesmarias da família no Seridó totalizavam, quando foi possível verificar a dimensão, uma área superior a três mil quilômetros, o que possibilitou aos membros da família o exercício de outras atividades econômicas para além da açucareira.

Contudo, como se disse, a família continuou atuando na atividade açucareira por meio do engenho Cunhaú, entre outras atividades no litoral, sendo necessária sua ampliação e manutenção. Observa-se de André Albuquerque Maranhão solicitou uma sesmaria na ribeira do Trairi, em um riacho que deságua no rio Jacu, entestando com a fazenda Lagoa Salgada,



pertencente a jurisdição da Paraíba (IHGRN, Fundo de Sesmarias, Livro 6, nº 521, fls. 105-106). Em 1785, André solicitou outra sesmaria na ribeira do rio Jacu (IHGRN, Fundo de Sesmarias, Livro 6, nº 526, fls. 115-116). Assim, das sete sesmarias angariadas pela família entre 1772 e 1785, duas localizavam-se mais próximas ao litoral, entre a capitania do Rio Grande e da Paraíba, logo, nas confrontações do Cunhaú.

As sesmarias da família no início do século XIX, entre 1808 e 1810, parecem ter como foco a manutenção da atividade açucareira. Verificou-se que em 1808, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão solicitou uma sesmaria na ribeira do Ceará-Mirim, nas proximidades da vila de Estremoz, antigo aldeamento jesuítico de São Miguel de Guajiru (IHGRN, Fundo de Sesmaria, Livro 7, nº 644, fl. 173). Embora Inácio apenas tenha mencionado que pretendia estabelecer lavouras na terra solicitada, acredita-se tratar do cultivo de cana-de-açúcar. A ribeira do Ceará-Mirim, a partir desse período assistiu a fundação de vários engenhos, tornando-se uma importante área produtora ao longo do século XIX (BERTRAND, 2010).

Além desta sesmaria, o alferes Luís Manuel de Albuquerque Maranhão solicitou, em 1808, terra nas terras na vila de São José de Mipibu, próximas ao engenho Cunhaú da família (IHGRN - Fundo Sesmarias - Livro 7, nº 632, fls. 143-144). Ademais, Luís de Albuquerque Maranhão solicitou, em 1810, outra terra na vila de São José de Mipibu, onde estava o engenho Belém (IHGRN, Fundo Sesmarias, Livro 7, nº 637, fls. 161-162). Segundo ele, o engenho havia sido edificado pelo capitão-mor Alexandre Rodrigues Machado, mas depois passou por diferentes proprietários, até que ele comprou do seu irmão, o coronel André de Albuquerque Maranhão. Mas, lhe cabia, pelos compromissos que assinou com a vila, solicitar um novo título da terra.

Assim, observa-se que desde finais do século XVIII a família parece ter buscado expandir os negócios açucareiros, angariando por diferentes meios novos engenhos ou terras próximas das propriedades que já possuíam. Além do engenho Cunhaú e Belém, e de terras no Ceará-Mirim e Mipibu, consta que a família, ainda no início do século XIX, estabeleceu outro engenho nas terras do Cunhaú, o Tamatanduba, como aponta o inventário de Josefa do Espírito Santo Ribeiro, mãe de André de Albuquerque Maranhão, datado de 1817. O engenho possuía no dito ano “casa de vivenda, casa de moenda, casa de caldeira e de purgar, uma capela de pedra-e-cal” (MEDEIROS FILHO, 1993, p. 52).



Atenta-se ainda para o fato de os membros desta família terem mais terras do que as aqui foram analisadas. Cabe lembrar que duas das sesmarias solicitadas pela família foram terras compradas anteriormente, logo, a família poderia ter comprado outras terras, cujos registros de compra e venda são inexistentes. Afonso de Albuquerque Maranhão, por exemplo, antes do ano de 1706, vendeu ao padre Manuel de Jesus Borges terras na ribeira do Curimataú, no sítio Cabocla, informação preservada apenas pelo fato de o padre ter mencionado a origem da terra que solicitou por sesmaria (IHGRN, Fundo Sesmarias, Livro 1, nº 60, fls. 236-238v). Afonso havia solicitado uma sesmaria juntamente com o padre entre o rio Acauã e o Curimataú no mesmo período, o que sugere que a solicitação conjunta de sesmarias, bem como a compra e venda de terras corroborava alianças e clientelas.

Outro elemento de extrema relevância que parece ter colaborado para a manutenção do domínio de tais terras o uso da violência para a resolução de diferentes contendas, algo bastante comum em uma sociedade rural escravista. Segundo o relato do neerlandês Adriano Verdonck, que esteve no Cunhaú nos primeiros anos da década de 1630, afirmou que no engenho Cunhaú, antes da sua posse pelos neerlandeses, moravam 60 a 70 homens com suas famílias (MEDEIROS FILHO, 1997). Para Fátima Martins Lopes (2005, p. 20), muitas dessas pessoas eram indígenas das redondezas, as quais seriam posteriormente abrigadas nos aldeamentos de Guaraíras e Igramació. Pelo relato, observa-se que nas terras do Cunhaú a família Albuquerque Maranhão congregava vários indivíduos para a prestação de diferentes serviços.

Tal prática parece ter sido comum em outros momentos, e exemplo de um conflito entre a família e os padres do Carmo da Paraíba pela demarcação de uma terra chamada Salinas, entre o litoral e o engenho Cunhaú. Segundo o prior do convento de Nossa Senhora do Carmo da Reforma, padre Estevão da Conceição, os religiosos receberam meia légua de terra no dito lugar de Matias de Albuquerque Maranhão, para que se rezasse uma missa cantada por semana em sua memória. A demarcação deveria ter sido realizada pelo juiz Cristóvão Reimão. Todavia, em 1725, Afonso de Albuquerque Maranhão, filho do doador da terra, teria intimidado o juiz de fazer a demarcação. Segundo o padre, Afonso passou a fazer ameaças aos padres, e que um dia armou uma cilada para um aliado do padre, o coronel Simão Nunes, que estava indo para casa à noite com uma pessoa escravizada sua, quando atiraram e mataram o escravizado, cujo



nome não foi mencionado. O padre explicou que para esse tipo de cilada, tinha Afonso “agregados se acolhido na sua fazenda e ainda nas próprias terras dos suplicantes muitos mulatos, e homens foros, vadios e criminosos, que obrigados a sua proteção se facilitam a cometer estes e outros feitos” (AHU-Paraíba, Cx. 6, D. 508. ant. de 5 de abril de 1726).

Ainda nesse sentido, consta em 1731 uma denúncia do capitão Manoel de Barros Pinto de que o capitão-mor Luís de Albuquerque Maranhão, senhor do engenho Cunhaú, dava proteção aos indivíduos acusados de lhes roubar pessoas escravizadas, fazendo uso destes – a saber: Joaquim, João, Isabel e Maria. A denúncia afirmou ainda que Luís de Albuquerque Maranhão era “homem poderoso, e de muito grande respeito, o qual se faz respeitar por acolher em sua casa e distrito as pessoas mais facinorosas do que é estado” (AHU-Pernambuco, Cx. 41, D. 3733. ant. de 32 de agosto de 1731, Goiana).

A dominação de grandes extensões de terras e das pessoas que nela habitavam ou trabalhavam – parentela, agregados, jagunços, arrendatários, vizinhos, pessoas escravizadas, entre outras –, possibilitava o estabelecimento de um *território de mando* (SILVA, 2007, p. 152-153). Tratava-se do domínio privado de um território, sobretudo no sertão, distante dos aparelhos jurídicos e administrativos da Coroa, onde a troca de favores, clientelismo e proteção entre um indivíduo ou grupo com sua parentela possibilitava a imposição de uma estrutura de poder, de um mandonismo rural, a qual, por vezes, se utilizava de violência para a sua manutenção. Possivelmente, foi por essa razão que os postos militares angariados por membros da nobreza da terra por vezes coincidiram com as freguesias nas quais suas famílias possuíam bens (MORAIS, 2021, p. 375). Ter disponível uma força armada, somada ao maior número de agregados, para impor sua própria ordem significava resguardar interesses.

Considerações finais

A trajetória da família Albuquerque Maranhão, cuja história se cofunde com o próprio processo de colonização da capitania do Rio Grande, foi marcada pela posse de engenhos e pela ampla concessão de sesmarias. Essa pesquisa, que buscou analisar a importância das diferentes estratégias de acumulação e de manutenção patrimonial da família para sua perpetuação social e econômica ao longo do período colonial, evidenciou que atuaram para além da atividade açucareira, destacando-se a posse de sesmarias, sobretudo no Seridó, e para além da capitania,



pois também foram atuantes na Paraíba. A pesquisa também conseguiu evidenciar que os membros da família não apenas receberam tais concessões, mas conseguiram ocupar tais terras por meio de atividades diversificadas, como produção de açúcar, mantimentos, pecuária e algodão.

Fontes publicadas:

KOSTER, Henry. *Viagem ao nordeste do Brasil*. 11 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2002.

TRASLADO do Auto de Repartição de Terras do Rio Grande. *Revista do IHGRN*, v.7, n. 1 e 2, 1909. pp. 5-131.

Referências bibliográficas:

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII). *Revista Brasileira de História*, v. 35, nº 70, pp. 41-64, 2015.

_____. *Senhorios Coloniais: direitos e chicana forenses na formação da propriedade na América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Proprietas, 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo*. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: Da conquista dos sertões à independência do Brasil. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BORGES, Eduardo José Santos. *O Antigo Regime no Brasil colonial*. Elites e poder na Bahia do século XVIII. São Paulo: Alameda, 2017.

BERTRAND, Daniel. *Patrimônio, Memória e Espaço: a construção da paisagem açucareira do Vale do Ceará-Mirim*. Dissertação (Mestrado em História e Espaços). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. *A Casa de Cunhaú: história e genealogia*. Brasília: Senado Federal, 2008 (Edições do Senado. Vol. 45).

CRUZ, Luana Honório. *Os caminhos do açúcar no Rio Grande do Norte: o papel dos engenhos na formação território potiguar*. 2015. 312f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Natal: Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

DIAS, Patrícia de Oliveira. *Entre os rios dos sertões: guerra e territorialização nos sertões dos rios Piranhas-Açu e Jaguaribe (1654-1722)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROSSI, Paolo. *História da propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. 2005. Tese (Doutorado). Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Plantas do sertão: uma viagem pela geografia botânica e pela história do Seridó, Rio Grande do Norte. *Mneme - Revista de Humanidades*, [S. l.], v. 5, n. 09, 2010.



MARANHÃO, Mário Severo de Albuquerque. Os Albuquerque Maranhão. *Revista de História*, [S. l.], v. 39, n. 79, p. 203-207, 1969.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal: IHGRN, 1997.

_____. *Engenho Cunhaú à luz de um inventário*. Natal: FJA, 1993.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandeses*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. *Em busca da perpetuação*. Reprodução social e poder econômico da nobreza da terra nas Capitânicas do Norte, séculos XVI-XVIII. Tese (Doutorado em História). Évora-Portugal: Universidade de Évora, 2021.

PEREIRA, Levy. "Íriuna". In: *BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa*. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/%C4%A8iriuna>. Acessado em 14 de junho de 2022.

PLATAFORMA SILB (Sesmarias do Império Luso-brasileiro). Encontra-se disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>. Atualmente o banco está em processo de migração dos dados para uma nova plataforma, disponível em: <http://plataformasilb.cchla.ufrn.br/>.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As ruínas da Tradição*. A casa da Torre Garcia d'Ávila. Família e propriedade no nordeste colonial. 2º ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. São Paulo: Editora Huicitec, 2002.

RAU, Virgínia. *Sesmarias Medievais Portuguesas*. 2ª ed. Lisboa: Ed. Presença, 1982 [1946].

SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de mando*. Banditismo em Minas Gerais, século XVIII. Belo Horizonte: Crisálida, 2007

LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília, Natal: Fundação José Augusto, 1982.

VISÕES SOBRE O “GENTIO” E SUAS PROBLEMÁTICAS: AS FORMAS DE RETRATAR INDÍGENAS NAS CARTAS DE SESMARIA DO PIAUÍ (XVII- XVIII)

Luiz de Carvalho Terra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

terraluizc@gmail.com

RESUMO: No Piauí a concessão de sesmarias foi uma estratégia amplamente utilizada no processo de interiorização aos sertões, ocorrido entre os séculos XVII e XVIII, indo de encontro a uma área ocupada por indígenas. Tal documentação apresenta, além da caracterização espacial das sesmarias, diversos aspectos das relações sociais atreladas à ocupação do território dos sertões, demonstrando as várias interpretações e intencionalidades do sesmeiro com o território e indivíduos a sua volta. O objetivo deste trabalho é, portanto, identificar como eram retratados



os indígenas nas sesmarias no processo de ocupação territorial entre os séculos XVII e XVIII, com base na análise dessa documentação, buscando identificar aspectos da relação entre conquistadores e indígenas.

Palavras-chave: Sesmarias; Indígenas; Interiorização; Colonização; Sertão do Piauí.

Introdução

A partir do estudo da formação estrutural e territorial do que viria a ser o Brasil, é possível identificar que o processo colonizador da América portuguesa esteve intimamente atrelado à expansão e à tentativa de consolidação dos territórios possuídos, em busca de desenvolvimento econômico (PRADO JÚNIOR, 2006). Dentro de tal perspectiva, vemos que as relações de poder, político e social, tornam-se atreladas à posse de terras, o que definiria, então, a posição dos indivíduos dentro da sociedade colonial.

As terras do território do Brasil eram de posse da Coroa portuguesa, que, a partir da concessão de cartas de data e sesmaria, distribuía a terra entre os vassalos para a utilização de tais espaços. Estas cartas de data e sesmaria foram um mecanismo amplamente utilizado pela metrópole para a concessão de terras, desde o período medieval até a sua aplicação no ultramar, mesmo que com diversas diferenças operacionais e metodológicas. A partir dos pontos elencados, é possível compreender tal documentação como rico material para o entendimento das dinâmicas político-sociais que, no período da colonização, estavam atreladas à posse de terras.

Dentro dessa lógica de ocupação, é possível identificar aspectos importantíssimos no processo de colonização da espacialidade que viria a se consolidar como capitania do Piauí, autônoma somente a partir do século XVIII. A sua conquista por sertanistas ocorreu somente na segunda metade do século XVII, ainda que desde o século XVI já existissem contatos com o território do Piauí (COSTA, 1974), inclusive na busca, mesmo que penosa, por ouro (SOBRINHO, 1946). Esse processo de adentramento e consolidação no Piauí é notavelmente possuidor de uma particularidade em relação a outros espaços da colônia, que é ter o seu ponto inicial e principal os “sertões”, e o principal foco econômico atrelado à criação de gados vacum e cavalos. Segundo Vicente Alves, tal processo:

[...] se iniciou pela costa leste e sul do território, pelas margens dos rios Piauí, Canindé, Paraim e Gurguéia. Não demorou muito para a atividade criatória atingir



também o Parnaíba, ultrapassando rapidamente para o lado ocidental de sua bacia, já em território maranhense. Neste, os currais espalharam-se tanto em direção à montante do Parnaíba, chegando às margens do rio das Balsas e à região de Pastos Bons, quanto o curso médio e jusante daquele rio, de onde segue em direção aos vales dos rios Itapecuru e Mearim (ALVES, 2003, p. 58).

O sertão surge, então, como aspecto essencial a ser analisado dentro do entendimento da constituição piauiense, principalmente quando se leva em conta a presença constante e ativa dos indígenas que habitavam tal território. Tal espaço não deve ser entendida somente em relação a sua localização geográfica, mas se tendo em vista a sua construção como espacialidade externa ao controle da colônia, tida como perigosa e indomada (AMADO, 1995).

Configura-se, da mesma maneira, um novo processo em relação às áreas habitadas pelas comunidades indígenas, principalmente aquelas que se opuseram às investidas, que é a apropriação desses para o uso colonial, com o incentivo de concessões de sesmarias. Segundo Samir Roland, é possível perceber que, com a expansão se estruturou “[...] uma nova organização territorial sobre os territórios indígenas, tornando-os espaço colonial [. . .]” (ROLAND, 2018, p. 60), que, fomentada pela concessão de terras, constituiu diversos conflitos com os povos originários. É notável, a partir da leitura da documentação sesmarial, que tal concessão configura uma estratégia de manutenção desses espaços, criando barreiras em relação aos diferentes territórios.

Diante disso, este trabalho visa identificar aspectos da relação entre colonos e indígenas dentro do processo de interiorização dos sertões, a partir da análise das cartas de sesmaria. Busca-se identificar de qual maneira são retratadas as populações originárias nessa documentação, buscando dialogar a aquisição de terras com as diferentes intencionalidades que se enfrentavam no período. Além de também identificar como as diferentes maneiras de se relacionar afetavam nos diferentes meios e termos de apresentar as populações indígenas na documentação de sesmaria, principalmente nas justificativas.

Metodologia

O desenvolvimento inicial do trabalho consistiu na leitura da bibliografia relacionada ao tema, bem como a apropriação do entendimento dos campos fundamentais para o trabalho onde se insere, o de História Social (CASTRO, 1997), que busca um diálogo mais atrelado com as vivências e relações sociais, e o da História Agrária, que segundo Maria Yedda Linhares é



definida como uma categoria atrelada à história social da agricultura, que tem com objeto de estudo e análise as formas que se é apropriado e utilizado o solo (1997).

O método que este trabalho utiliza consiste na análise das cartas de sesmaria concedidas no território do Piauí, levando-se em conta que a documentação remete a cartas concedidas inclusive antes da sua emancipação do Maranhão na metade do século XVIII. Em se tratando de uma documentação seriada, a qual possui uma estrutura que se repete, essa análise será feita por meio da tabulação da documentação contida na plataforma Sesmarias do Império Luso-brasileiro (SILB) concedidas entre os séculos XVII e XVIII, período da consolidação da ocupação no Piauí. Pretende-se, assim, analisar e comparar os requerentes, o período dessa documentação, o território concedido e principalmente como os indígenas são apresentados, sendo este o foco principal do trabalho, quando possível de se identificar, dentro do processo da concessão dessas terras.

Portanto, foram selecionadas 30 das 329 cartas de sesmaria contidas na plataforma SILB, das quais, 4 também são citadas como pertencentes ao território de Pernambuco, e 8 são a mesma carta, mas se referindo a diferentes sítios. A escolha dessas cartas foi feita seguindo um critério basilar, a citação de indígenas e as diferentes maneiras a que essa população era referida pelos requerentes e as instituições do período colonial, sendo apresentados como “aldeia”, “índio”, “gentio”, “gentio brabo”, “gentio bravo” e “nações indígenas”. Após a seleção dessa documentação, e sendo feita a sua tabulação, foi necessária a leitura e análise dedicada de cada uma das cartas escolhidas, caracterizando uma análise qualitativa do material, buscando a compreensão mais aprofundada do modo como as populações indígenas eram retratadas na documentação.

Desenvolvimento

Efetivamente, a colonização dos sertões do Piauí consolidou-se a partir da ocupação de novos territórios para o fomento da pecuária no território brasileiro, que serviria como fornecedora de carne para diversas capitanias do Norte, as quais utilizavam seu território com o enfoque majoritário no cultivo de cana. O território do Piauí não possibilitava de forma ampla o cultivo de cana-de-açúcar, levando os indivíduos que lá se estabeleciam a fomentar a pecuária como principal atividade econômica. Segundo Luiz Mott, é possível identificar o espaço que viria a se tornar o Piauí como “sendo considerado durante séculos como o curral e o açougue



das áreas canavieiras (MOTT, 1985, p. 127)”, demonstrando de forma concreta como tal atividade econômica não apenas tinha protagonismo, como também projetava a economia da capitania a outras áreas. Algo também pautado por Tanya Brandão, que apresenta que a economia do Piauí inseriu-se de forma mais concreta a partir do provimento de carne bovina que seria amplamente consumida na região (1995).

Portanto, a lógica de ocupação de tal território difere-se de outros espaços por ter como atividade principal a pecuária, a partir da criação de gado *vacum* e *cavalar*, e, secundariamente, o estabelecimento de engenhos e plantações açucareiras, que eram a atividade principal em outras capitanias. Assim como a pecuária, procurava-se estabelecer e garantir o território do interior da jurisdição da Coroa portuguesa nas áreas fronteiriças. A sua colonização, derivada de movimentos de interiorização a partir da Bahia e de Pernambuco, foi iniciada a partir da investida nos sertões das áreas tanto do Piauí, principalmente por meio da ação de Domingos Afonso Sertão, apontado por Francisco Augusto Pereira da Costa como sendo o descobridor de tais territórios (1974).

Outro fator notável em relação à conquista do território do Piauí é a presença e atuação constante e direta da Casa da Torre, instituição administrada pela família D’Ávila, da Bahia, cuja principal atuação girou em torno do financiamento das atividades de aventureiros, apresadores de índios e de conquistadores de terras, focando esforços na ocupação e conquista dos sertões do território (ALVES, p. 58, 2003)¹⁵. Indivíduos que fomentaram que dentro do processo de ocupação do território ocorresse o conflito de aventureiros e sertanistas, que adentravam no território para a conquista, contra os indígenas, que já se localizavam nesta espacialidade.

Foram constantes, durante todo período de colonização, os embates entre sociedade colonial e grupos autóctones, como Alencastre (1857) nos apresenta. Diversos foram os embates ocorridos contra os grupos indígenas, destacando-se o levantamento geral dos indígenas liderados por Mandu Ladino em 1713 e a sua derrota; a guerra contra o gentio

¹⁵ Sobre essa família e o processo de expansão e consolidação dela, ler “*Senhorios coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa*” (2022) de Carmen Alveal, no qual, além da análise sobre essa e outras famílias, é feita a discussão sobre o perpetuamento da influência desses indivíduos com o conceito de “senhorios coloniais” e “O feudo: A Casa da Torre de Garcia d’Ávila Da conquista dos sertões à independência do Brasil” de Moniz Bandeira.



Guerguez e Acorá; o combate aos Pimenteiras em 1776; entre outros embates. Sobre isso, Luiz Mott discorreu que “podemos notar basicamente quatro maneiras como se efetuou o contato dos brancos com os silvícolas do Piauí: guerra de extermínio, guerra de expulsão, guerra de preamento e guerra de redução” (MOTT, 1985, p.128), o que se complementa com o que Vanice Melo argumentou:

A conservação dos povoamentos coloniais e o aproveitamento econômico da região dependiam do extermínio, expulsão ou submissão dos índios que optaram pelas hostilidades contra os novos povoadores daquela área. Afinal, os índios assaltavam fazendas, assassinavam negros e brancos, invadiam casas fortes e expulsavam os colonos de diversos núcleos populacionais. Para esses índios hostis o “pronto e eficaz remédio” eram as guerras justas. (MELO, 2011, p. 06)

De tal forma, é possível identificar as guerras como estratégia eficaz aos interesses da coroa, buscando a expansão do território e assegurando mão de obra indígena para o seu fomento. A possibilidade da concessão de terras era algo a incentivar esse processo de combate aos povos originários, mesmo que a utilização das de terra por meio das cartas de sesmarias remeta a uma estrutura anterior ao processo colonizador, sendo aplicado inicialmente no próprio território de Portugal, em uma realidade de crise agrícola, com a proposta de reordenação das terras cultiváveis. A partir da Lei de Sesmaria instaurada por D. Fernando I em 1375, encontramos, já atrelada a obrigatoriedade do cultivo (VARELA, 2005, p.15- 16), a primeira estrutura dessa forma que, adaptada à realidade da América portuguesa, foi utilizada até o início do século XIX. É possível identificar, porém, que a instituição das sesmarias, quando inserida dentro do contexto da colonização do ultramar, ultrapassa o aspecto inicial de reorganização do espaço. É notável que:

[. . .] quando esse instituto passou a ser utilizado nas colônias ultramarinas do Atlântico, transformou-se no alicerce da política de colonização, sendo a forma “oficial” pela qual as terras ocupadas deveriam ser distribuídas entre os povoadores, perfeito instrumento de colonização [. . .] (ALVEAL, 2022, p. 313)

A carta de data e sesmaria foi, então, uma medida implementada pela Coroa portuguesa para uma melhor distribuição e ocupação dos territórios que possuía, bem como um modo de



aumentar a aquisição de fundos, a partir da obrigação das fazendas pagarem dízimos, e o desenvolvimento local, com a necessidade de fazerem as áreas concedidas tornarem-se úteis e férteis. Além de que essa legislação “acabou também por regular a mão de obra rural, assegurando a posse de terras aos senhores que tinham meios de mantê-la produtiva.” (ALVEAL, 2022, p. 113)

Levando-se em consideração os trabalhos de História Indígena, é notável como as possibilidades de análise variam de acordo com a localização. É extensa a variedade de informações e estudos sobre os indígenas do litoral, como o livro “Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro” (ALMEIDA, 2013), mas, em contraponto as informações sobre os indígenas “do interior do nordeste são fragmentadas e em menor quantidade” (MELO, 2011, P. 65). As cartas de sesmaria podem demonstrar valiosas informações em relação à conquista e à vivência de territórios ocupados ou próximos a indígenas, principalmente em relação à maneira na qual a sociedade colonial avaliava e julgava as populações originárias. A terminologia utilizada em relação aos indígenas representa um fator interessante dentro das perspectivas da História Colonial, como Vanice de Melo afirma:

A partir das diferentes ações indígenas no contato com a sociedade européia, os grupos indígenas foram classificados em mansos e bravos, aliados e inimigos; culturalmente poderiam ser definidos como índios cristãos e índios pagãos. (MELO, 2011, p. 65-66)

Essas diferentes classificações remetem à generalização de grupos e povos, assim como os termos “tupi” e “tapuia”. É notável que esse processo de apagamento de identidades também poderia ser benéfico aos indígenas, com esses grupos manipulando as categorias que eram identificados de forma que os beneficiasse (MELO, 2011, p. 67). Mas, em relação à análise histórica, tal generalização limita a compreensão mais aprofundada da especificidade desses povos, dificultando a sua identificação.

A partir da análise das fontes é possível identificar que, dentro das 30 cartas de sesmarias apresentadas, os indígenas são citados em poucas situações, e sendo atrelado a um grupo de termos específicos. A partir da Tabela 1 é possível identificar que nas sesmarias que se referiam a indígenas os termos que mais se repetiam eram “gentio” e “gentio bárbaro”, aparecendo 8 vezes cada. Seguidos dos termos “gentio brabo”, “gentio bravo” e “gentio do corso”, presente



três vezes cada na documentação. E por fim o termo “Aldeia” sendo encontrado duas vezes e os termos “índio” e “nação” somente uma vez.

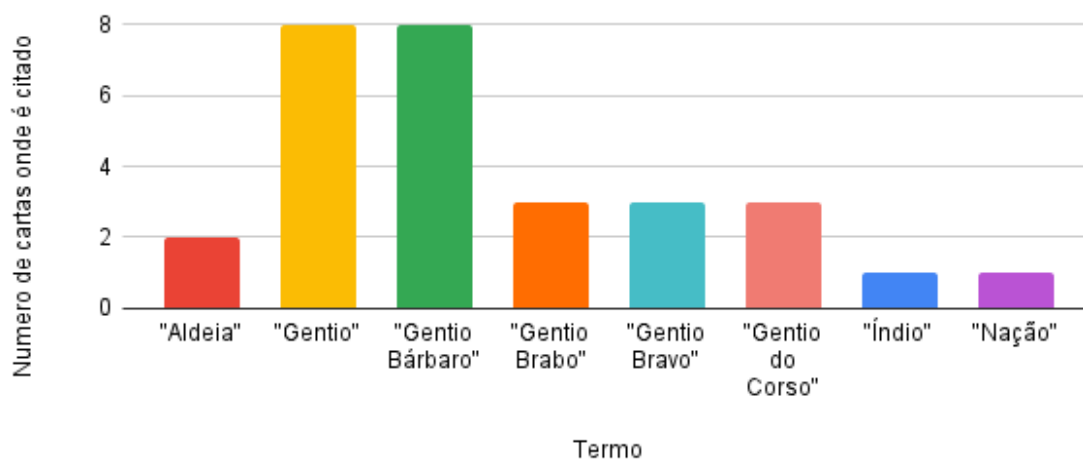


Figura 1: Gráfico sobre os termos encontrados na documentação. Fonte: cartas de sesmaria da capitania do Piauí depositadas na plataforma SILB. 2023

Com esses dados é possível inferir duas possibilidades a partir da utilização desses termos comumente utilizados. A primeira refere-se ao desconhecimento dos conquistadores sobre as particularidades acerca dos indígenas e de suas comunidades do sertão, apresentando uma generalização que apresentaria falta de relações e contatos entre eles. E a segunda possibilidade, mais palpável, mostra-se em uma tentativa de apagamento e universalização desses grupos, pautando-os como inimigos a serem combatidos. Possibilidade mais concreta, já que é embasada pelo local onde aparecem tais termos, a justificativa do documento e pela utilização de termos como “desinfestação” para se referir ao combate a esses grupos.

Dentre as várias partes da carta de sesmaria, a citação de indígenas aparece principalmente nas justificativas, como demonstra a figura 2. Tal trecho era onde os sesmeiros argumentam as motivações e justificativas para o recebimento das sesmarias.

Justificativas onde indígenas são citados

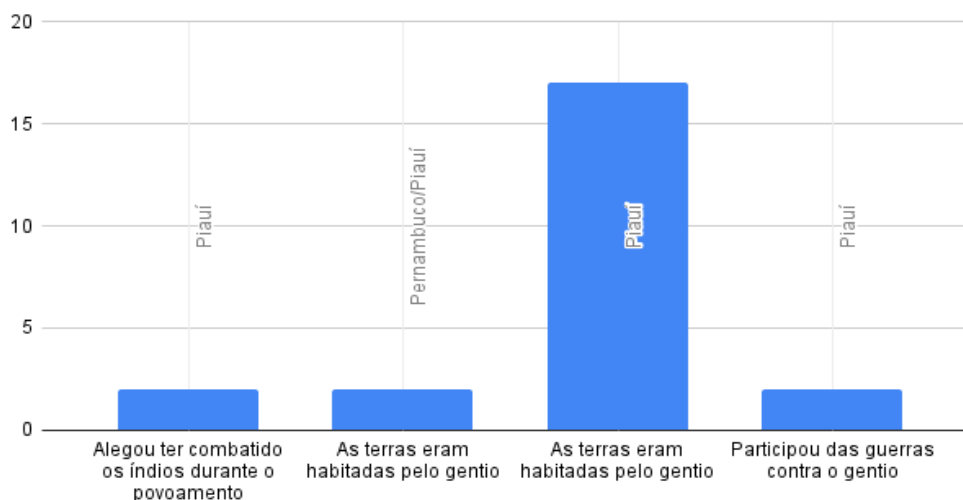


Figura 2: Tabela sobre as justificativas da documentação. Plataforma Sesmarias do Império Luso-brasileiro (SILB). Acesso em 10 de janeiro de 2024.

Na plataforma SILB, existem justificativas já pré-estabelecidas, utilizadas para facilitar o trabalho de pesquisa na plataforma. No decorrer do trabalho tal ferramenta foi utilizada para análise das justificativas das sesmarias e construção de tabelas com tais informações (figura 2). Sendo possível identificar que: 17 das sesmarias do Piauí foram atribuídas a justificativa “as terras eram habitadas pelo gentio”; duas concedidas também no Piauí incluídas em “alegou ter combatido os índios durante o povoamento”; e outras duas são abarcadas por “participou das guerras contra o gentio” (todas as sesmarias citadas anteriormente foram concedidas entre 1705 e 1741). Por fim há duas sesmarias do território de PE/PI, onde é utilizada a opção “as terras eram habitadas pelo gentio”, concedidas em 1705. É possível, então, interpretar que a presença e o combate a indígenas são usados como forma de legitimar a petição, favorecendo o aparato argumentativo para a concessão, extrapolando o cultivo das terras, utilizando-as como instrumento de defesa.

Já a segunda situação refere-se ao histórico daquele território, apresentando os indígenas como povoadores ou como antigos povoadores. Mostrando também se antigos moradores foram expulsos das terras por causa dos indígenas, como é possível analisar na carta PI 0139, onde mostra que:



[. . .] achava possuindo um sítio na dita Ribeira chamado Santa Isabel Que povooou com gados vacuns no ano de 1721, donde sendo obrigado a retirar-se por causa de uma invasão do gentio, se restituiu ao mesmo sítio no anno de 1731 [. . .]

É possível concluir que a concessão não era atrelada necessariamente a esse fator, o combate aos indígenas não é utilizado como justificativa, mas ainda é notável a utilização do termo generalizante de “gentio” para se referenciar, o que demonstraria uma relação similar às citadas anteriormente.

Outra ocorrência é notada a partir da sesmaria PE-PI0008, na qual é citado na documentação que a sesmaria é concedida no território “da aldeia dos Ararins até a aldeia dos índios Moipura”, com as aldeias servindo como delimitação dos territórios da sesmaria, sem mostrar explicitamente que existiam combates, pelo menos naquele momento, entre os indivíduos, que comprova a ideia da pluralidade de relações entre os conquistadores e indígenas, ou a ausência de embates registrados. Há, nesse documento, um outro aspecto importante de se destacar dentro do contexto da realidade colonial. Nele é possível identificar a nomeação específica dos povos, sem o uso de termos genéricos (como índio, gentio, tapuias, etc.), demonstrando uma possível proximidade, ou pelo menos um contato mais dialogado, entre tais indígenas e sociedade colonial. Esta relação que se difere da grande maioria das cartas de sesmarias encontradas, onde o indígena é colocado explicitamente na figura do outro, e de modo mais específico, o outro a ser combatido, que demonstraria um outro tipo de relação entre tais grupos, que ultrapassa os aspectos de existirem somente embates. Dentro da configuração da estrutura do Maranhão e Piauí era interessante a utilização de indígenas como trabalhadores. Temos então que:

Era atribuída a eles a responsabilidade para cultivar as terras, colher frutos e drogas e construir fábricas. Assim, constituindo a principal mão-de-obra do Estado, era delegado aos índios o cultivo e a extração de frutos, fato que os tornava agentes transformadores da paisagem colonial do Estado do Maranhão. (MELO, 2011, p. 46)

Desta forma, podemos inferir que esta fazenda poderia se relacionar com estas aldeias e comunidades, de forma a utilizar sua mão de obra.



Um outro caso importante de ser apresentado, mesmo não sendo o foco principal deste trabalho, refere-se à carta de sesmaria PI 0255, onde a concessão (analisada durante o projeto de iniciação científica de 2022) foi feita aos indígenas, na figura dos citados “índios Francisco Xavier, capitão da nação Anapurû-Mirim, e Ambrozio de Souza, capitão dos caboclos”, para proteção do seu território contra a ocupação do capitão Miguel de Carvalho e Aguiar. Nesse contexto é possível perceber nuances inestimáveis para uma maior compreensão da situação indígena colonial, como a possibilidade desses indivíduos recorrerem a seus direitos. No documento é citada a utilização da Lei de 1 de abril de 1680 como argumento jurídico para justificar a concessão aos indígenas. Lei que, Segundo Beatriz Perrone Moisés, se configura com uma das raras legislações indigenistas a citar explicitamente o Direito Natural dos índios às suas terras (MOISÉS, 2000), o que se demonstra como o reconhecimento da legitimidade da ocupação indígena, desde que submetida a colônia. É notável que, para recorrer a tais possibilidades jurídicas, os indígenas deveriam estar atrelados às estruturas da legislação colonial, mas essa lógica ainda demonstra um trabalho ativo desses indígenas, apropriando-se das legislações como forma de resistência.

Com o exame do contexto histórico da época é possível identificar um aumento nos embates entre indígenas e colonos. Principalmente no que consta no processo de interiorização da espacialidade que atualmente é nomeada como Nordeste, nas Guerras de Conquista, comumente conhecidas como “Guerra dos Bárbaros” (PUNTONI, 2002), ocorridas entre o século XVII e o século XVIII. Esse embate também chegou ao território do interior do Piauí e do Maranhão, derivado do avanço da fronteira portuguesa, nos territórios indígenas (MELO, 2011, p. 103). É possível identificar na tabela 2 esse processo de avanço, já que as sesmarias selecionadas, concedidas entre os séculos XVII e XVIII, remetem as suas justificativas à presença indígena no território que se queria ocupar ou que já estava sendo ocupado.

Conclusão

Portanto, é possível identificar que a documentação sesmarial apresenta diversas maneiras de se representar indígenas, normalmente atreladas ao seu combate e retirada por interesse no território a ser ocupado. Nos termos mais recorrentes, “gentio” e “gentio bárbaro”. Foi possível identificar, com o desenvolvimento do trabalho, a importância das cartas de



sesmarias para a compreensão das diferentes relações sociais que ocorrem na colônia em relação à terra. As temáticas indígenas, mesmo que de difícil aquisição de fontes para o seu estudo, principalmente em relação aos indígenas dos sertões, são passíveis de serem encontradas com a metodologia e o cruzamento de fontes adequado. Entende-se, também, que a estrutura do sistema sesmarial tende majoritariamente para a compreensão dos modos de pensar e de visão de mundo de um grupo específico, os conquistadores. Dessa forma, identificar os indígenas e buscar pluralizar o entendimento sobre eles é essencial para um diálogo mais amplo sobre a colônia.

Pensando em demandas futuras para o trabalho, é necessário que haja um diálogo mais aprofundado com outras fontes (como relatos de viajantes e de cronistas) para caracterizar a multiplicidade das relações entre colonos e indígenas na realidade agrária, devido, principalmente, a esse trabalho se colocar como amostragem, relacionada exclusivamente com as datas de sesmaria, das vivências entre esses dois grupos. As relações agrárias no contexto colonial ultrapassam a utilização, ainda que essencial, das sesmarias e, para tal, necessitam de outro aparato documental para um melhor resgate do contexto.

Outra demanda essencial é a necessidade da utilização do georreferenciamento para uma visualização mais concreta das localizações das concessões, possibilitando uma análise da espacialidade e buscando analisar possíveis movimentos dos indígenas e trazendo a possibilidade de especificar quais grupos estavam próximos às fazendas, tornando possível analisar diferentes interações, tendo em vista rupturas ou continuidades.

Referências:

AMADO, Janaína. “Região, sertão, nação”. Estudos Históricos, v. 8, n. 15. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

ALENCASTRE, José Martins Pereira d’. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XX. Rio de Janeiro, 1857.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.



- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. p. 36.
- ALVEAL, Carmen. *Senhorios coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa*. Niterói, RJ: Editora Proprietas, 2022.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. *Geosul*, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, 2003.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Nacional, 1946.
- LINHARES, Maria Yedda. História agrária. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Projeto Petrônio Portella, 1985.
- MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (Primeira metade do século XVIII)*. Dissertação de Mestrado (UFPA), 2011.
- ROLAND, Samir Lola. Sesmarias, índios e conflitos de terra na expansão portuguesa no vale do Parnaíba (Maranhão e Piauí, séculos XVII e XVIII). 2018.
- PERRONE-MOISÉS, B. (2000). Terras indígenas na legislação colonial. *Revista Da faculdade De Direito*, Universidade De São Paulo, 95, 107-120.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Sentido da Colonização. In: _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 19 - 32.
- PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002
- VARELA, Laura Beck. *Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
-

ST: SUJEITO E ESPAÇO: O SERTÃO SOB A PERSPECTIVA DA MOBILIDADE ESPACIAL

Coordenador:

Mario Sélvio Ferreira de Brito
(Doutorando do PPGH – UFRN)

Sertões das lutas, das sesmarias, do gado, da fé, mas também dos indígenas, do preto, do branco, do pardo e dos laços matrimoniais. Os sertões da(s) Maria(s) e do(s) Francisco(s), de naturalidades diversas, nos faz refletir sobre as idas e vindas desses sujeitos que se tornaram mecanismos modeladores para entender o sertão como lugar de identidades, memórias e forma. Assim, o presente simpósio tem como objetivo, analisar e discutir o sertão da América Portuguesa focando na mobilidade espacial dos sujeitos ao longo dos séculos. Destarte, abre-se o espaço para os pesquisadores apresentarem suas pesquisas (concluídas ou em processo de conclusão) que analisam essa temática. Assim, é de interesse deste simpósio, estudos que tratem da dinâmica espacial dos sujeitos, trajetórias, estudo de cartografia que leve em consideração a mobilidade espacial, fontes e metodologias que contribuam para tal discussão; além de outros estudos que estejam ligados a essa proposta.

NOTAS PRELIMINARES SOBRE A PRESENÇA DE PESSOAS CABRAS NA TERRITORIALIZAÇÃO DOS SERTÕES (RIBEIRA DO SERIDÓ, SÉCULOS XVIII-XIX)

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

E-mail: helder.macedo@ufrn.br

Resumo: O processo de conquista e colonização da Ribeira do Seridó, decorrido entre o século XVII e seguinte, tem sido estudado, tomando como foco o fenômeno das mestiçagens, pelos trabalhos de Muirakytan Macêdo, Helder Macedo, Maiara Araújo, Alda Medeiros e Matheus Santos. O texto apresenta resultados preliminares de um levantamento, pautado em fontes eclesiásticas (séculos XVIII-XIX), analisadas pelo Método Indiciário, Método Onomástico e História Quantitativa, que busca demonstrar a territorialização desse espaço por meio da ação de alguns dos sujeitos praticantes, ainda não estudados suficientemente, as pessoas qualificadas como “cabras”, a maioria delas, escravizada. A tentativa é a de demonstrar o perfil dos homens e mulheres cabras, que se casaram no território religioso do Seridó, entre os anos de 1788 a 1834, problematizando a formação de suas famílias, considerando essas ações importantes vetores da territorialização dessa ribeira.

Palavras-chave: cabras; Ribeira do Seridó; mestiçagens; territorialização; História dos Sertões.

Introdução

Os estudos que venho conduzindo, nos últimos anos, têm se focado na análise de vivências de populações sertanejas circunscritas à Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do



Seridó, a qual foi criada em 1748, desmembrada do Curato de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Em sua extensão máxima, até o ano de 1788, a Freguesia do Seridó era composta de porções territoriais por onde passava o curso do rio Seridó e seus diversos afluentes, em território das antigas Capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte. A sede dessa cartografia da fé era a antiga Povoação do Caicó (ou do Seridó, em documentos coevos), que foi elevada a vila em 1788, com o título de Vila Nova do Príncipe (hoje, Caicó-RN) (Macedo, 2011; 2020).

Interessa-me tanto estudar o processo de territorialização dessa freguesia, quanto as mestiçagens que aconteceram entre os diversos tipos de indivíduos e grupos sociais que se localizaram nos sertões do Rio Grande do Norte a partir do século XVIII. Entendo o território como sendo formado a partir do espaço, resultante de uma ação conduzida por um determinado ator ou grupo social em qualquer nível, uma apropriação que leva à territorialização do espaço, a partir de relações de poder (Raffestin, 1993); relações de poder projetadas no espaço, espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial (Souza, 2009).

A proposta que adoto é a de pensar a territorialização colonial dos sertões como um fenômeno que deve levar em conta todos os seus agentes produtores, desde aqueles ligados ao gerenciamento político do território (vigários, capitães-mores, juízes ordinários, vereadores, por exemplo) até aqueles ligados ao mundo do trabalho (livre e escravo) e que deixaram suas marcas no cotidiano das fazendas. Pensar a territorialização dos sertões, assim, a partir de vários prismas.

Assim, tenho me questionado sobre como pessoas não-brancas (cabras, pardos, mulatos, curibocas, caboclos, mamelucos, “africanos”, crioulos, “índios”) participaram do processo de territorialização do espaço desse sertão específico, o do Seridó, cuja administração religiosa estava ligada diretamente aos contornos da Freguesia dedicada à Sant’Ana. Particularmente, neste texto, exponho resultados preliminares de uma verticalização da pesquisa em torno das pessoas que foram qualificadas, nos registros de época, como “cabras”. Em outras palavras, o objetivo é investigar o perfil de homens e mulheres cabras que casaram religiosamente na Freguesia do Seridó, entre 1788 e 1834, bem como, de seus descendentes.

Esse objetivo parte do contato com as fontes, que serão discutidas posteriormente, mas, também, do diálogo com dois nichos historiográficos. O primeiro, de estudos que vêm sendo feitos, desde os anos de 1980, especificamente sobre a formação sócio-histórica do Seridó e o



papel de pessoas não-brancas nesse processo. Alguns desses trabalhos direcionaram-se para a compreensão de como a atual região do Seridó foi constituída historicamente: Muirakytan Macêdo (1998) analisou as narrativas de intelectuais sertanejos que contribuíram para a proclamação de uma região específica do Rio Grande do Norte, o Seridó; Ione Moraes (2005), por seu turno, estudou os processos socioespaciais que contribuíram para a tessitura do que é o Seridó, problematizando a sua atual configuração como uma geografia da resistência; e Isac Medeiros (2020), que investigou a origem e expansão da Freguesia do Seridó como parte integrante do processo de cristianização do espaço dos sertões.

Os outros trabalhos dedicaram-se a investigar temas ligados às populações sertanejas do Seridó em contextos espaciais e temporais diversos, a saber: a pobreza como impedimento para o desenvolvimento socioeconômico na Vila/Cidade do Príncipe entre 1850-1890 (Mattos, 1985); escravidão negra no período colonial e imperial e a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos (Borges, 2000); populações indígenas existentes na freguesia em contato com outros indivíduos e grupos sociais entre os séculos XVIII e XIX (Macedo, 2007); e história da família na ribeira, no século XVIII, explorando as relações entre o patrimônio e o cotidiano sertanejo (Macêdo, 2007).

Ainda dentro desse bloco de trabalhos ligados ao Seridó, uma parcela mais recente dedicou suas atenções, especificamente, a assuntos ligados ao fenômeno das mestiçagens: Helder Macedo (2013) estudou genealogias mestiças, com ancestrais pretos, crioulos e pardos; Maiara Araújo (2019) examinou a participação de mestiços na administração militar, com ênfase naqueles que residiram na ribeira entre os séculos XVII, XVIII e XIX; Alda Medeiros (2022) perscrutou a presença de mulheres não brancas (índias, africanas, pretas, negras, mamalucas, cabras, crioulas, mulatas, mestiças e pardas) e a construção de representações sobre suas qualidades na documentação de época; e Matheus Santos (2022), que pesquisou representações sobre pessoas não brancas na Data do Totoró e adjacências. Todos os estudos citados nos dois últimos parágrafos referiram-se a existências de pessoas qualificadas como cabras no Seridó, todavia, sem terem aprofundado o tema em função dos próprios objetivos a que estavam destinados.

O segundo nicho historiográfico com que esse nosso texto dialoga é o de investigações que tomaram como enfoque, no todo, ou em partes, a história das pessoas cabras.



Evidentemente, não estou apresentando um levantamento exaustivo dessa historiografia, mas, tão somente, exemplos pontuais que fundamentaram a pesquisa. Inicialmente, o trabalho de Maria Leônia Resende (2003) tratou da trajetória e vivência de indígenas e seus descendentes em vilas e lugarejos de Minas Gerais no século XVIII. Nele, a autora discute que, dentre os “índios coloniais”, alguns de seus filhos foram referidos, em fontes oficiais, como cabras ou “cabras da terra”, com a ressalva de que, em alguns casos, fazia-se referência ao passado indígena por meio da menção a categorias como “carijó” ou “gentio da terra”.

Voltando suas atenções para os sertões do Ceará, Ana Sara Cortez Irffi (2015), em sua tese de doutorado, investiga como a palavra “cabra” transformou-se em um conceito no decurso do Oitocentos, especificamente no Cariri, associando o seu uso, de forma pejorativa, como categoria social, para trabalhadores não brancos, fossem livres, libertos ou escravos. Segundo a autora, na segunda metade do século XIX, o termo cabra deixou de designar, apenas, pessoas, pelo critério étnico, fosse de ancestralidade indígena ou mesmo misturada com aqueles provenientes de África. No bojo das discussões sobre a construção do perfil do cidadão nacional, bem como, no contexto do apego aos discursos cientificistas sobre a população, esse termo – cabra – passou a distinguir, principalmente, pessoas pobres, despossuídas, de tez escura e que foram arregimentadas, pelos senhores de terra do Cariri, como mão-de-obra para o trabalho e para guerras.

Por fim, o estudo de Márcia Amantino (2016), que é parte integrante do livro *De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens*, tem como objetivo mapear o uso do termo cabra pelas populações coloniais para designar pessoas provenientes da mistura entre índios e negros e como esta classificação foi mudando ao longo do tempo. Com base em fontes de época e resultados de pesquisas de historiadores desenvolvidas em diversas partes do Brasil, Amantino considera, como ponto de partida para se pensar a questão, que, até a primeira metade do século XVIII, o termo cabra poderia designar pessoas misturadas, com ancestrais indígenas e/ou negros. Da segunda metade desse século em diante, é possível que o termo cada vez mais se referisse a mestiços provenientes de pessoas negras em suas interações com outras pessoas já misturadas (também com ancestralidade negra, como mulatos ou pardos).



Segundo Marcia Amantino (2016), a qualidade de cabra, diferenciada da de “pardo” e de “mulato”, precisa ser considerada como um dos designativos de menor valor hierárquico nas sociedades ibero-americanas. Embora os resultados das interações entre índios e negros ou destes últimos – fossem crioulos ou africanos – com mulatos e pardos recebessem, nos documentos oficiais, diversas denominações, quando evocada a palavra “cabra”, quase sempre, estava ligada a ideia de pessoa de baixa categoria.

Feita a síntese do balanço historiográfico, exponho, a seguir, o caminho teórico-metodológico da investigação. Inicialmente, fiz a consulta a bancos de dados, produzidos no *software Microsoft Access*, relativos a 10 livros de assento paroquial da Freguesia do Seridó: Casamentos, de 1788-1809; 1809-1821 e 1821-1834; Batizados, de 1803-1806; 1814-1818; 1818-1822 e 1825-1831; e, Óbitos, de 1788-1811; 1812-1838 e 1838-1857. Eventualmente, para conferir ou checar informações já indexadas, recorreremos a fotografias dos originais desses livros, que estão depositados na Casa Paroquial São Joaquim (Caicó-RN) ou de microfilmes disponíveis no site *Family Search* (<https://www.familysearch.org/>).

Essa consulta teve, como fonte de primeira mão, o conjunto dos livros de casamento da freguesia, atrelada ao objetivo da pesquisa, de traçar um perfil dos homens e mulheres cabras que tiveram o seu casamento oficializado no Seridó entre 1788 e 1834, balizas temporais relativas aos assentos matrimoniais. A busca da qualidade de cabra foi feita, desse modo, a partir dos casamentos, que foram cruzados com os batizados e os óbitos. A inspiração para essa busca está no Método Indiciário (Ginzburg, 1989) e no Método Onomástico (Ginzburg; Poni, 1989). Os conceitos de qualidade e condição estão sendo mobilizados a partir da problematização feita por Eduardo França Paiva (2015).

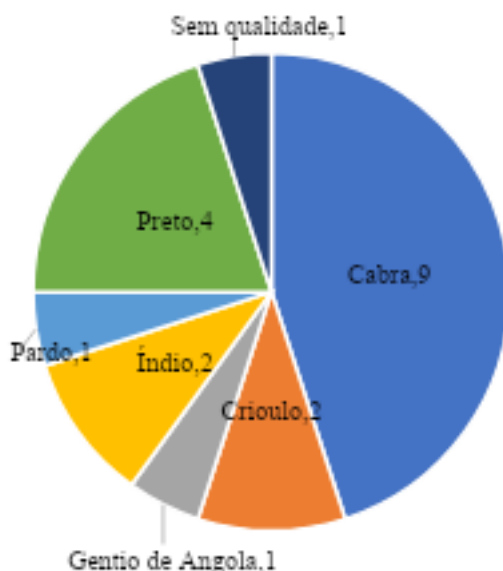
A elaboração do perfil das pessoas cabras foi feita, também, com o concurso da História Quantitativa (Furet, 1976). Após a consulta e análise, o perfil foi elaborado a partir dos seguintes critérios: qualidades e condições dos noivos e noivas; nomes, sobrenomes, filiações e senhorio (no caso das pessoas escravizadas); distribuição espacial dos casamentos; qualidades dos descendentes. Passo, agora, a expor os resultados preliminares.

Cabras no Seridó: um perfil dos noivos e noivas (1788-1834)

Os bancos de dados relativos aos livros paroquiais de casamento da freguesia registram 1.691 cerimônias de união, no Seridó, entre os anos de 1788 a 1834. Dentro desse recorte, encontrei 20 casamentos, entre os anos de 1797 a 1833, onde o noivo ou a noiva foram pessoas expressamente qualificadas, pelo sacerdote que fez o registro, como cabras. Em apenas um desses assentos a qualidade de cabra aparece no espaço ao lado do registro, onde, geralmente, se colocavam averbações. As análises, portanto, tomam como centro esse conjunto específico de 20 casamentos envolvendo pessoas cabras.

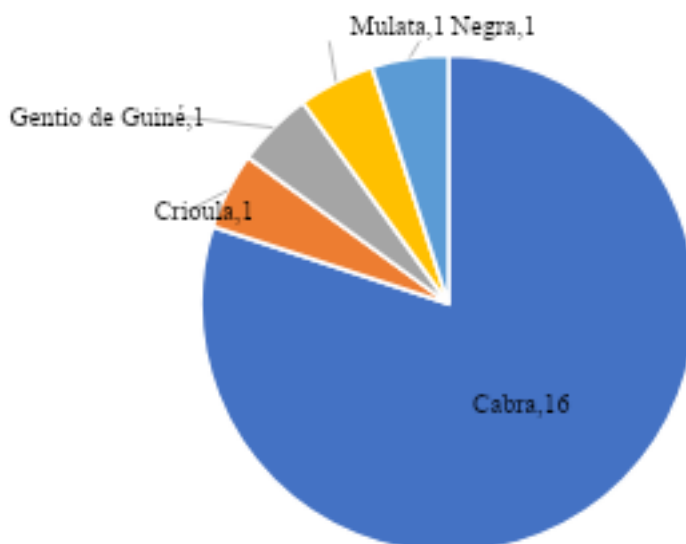
O primeiro critério de análise é aquele ligado às qualidades e condições dos nubentes, conforme gráficos abaixo. Inicialmente, já é possível notar que, nos casamentos envolvendo cabras, o número de homens é inferior ao de mulheres. Há, portanto, mais mulheres cabras (16) casando que homens (9), na freguesia, no período estudado. A grande maioria dos casamentos, 10, no total, ocorreu entre cabras e pessoas “africanas” (Angola, Guiné e pretos/negros) e crioulas; seguidos de 5 casamentos entre cabras; 2 entre cabras e indígenas; e 2 entre cabras e mestiços (pardo e mulato). Um dos casamentos envolveu um homem forro, sem identificação da qualidade, e uma mulher cabra.

Gráfico 1 – Perfil dos noivos em casamentos envolvendo pessoas cabras na Freguesia do Seridó (1797-1833) por qualidade



Fonte: elaboração do autor a partir de bancos de dados relativos a livros de casamentos da Freguesia do Seridó (1788-1834). Universo amostral: 20 celebrações.

Gráfico 2 – Perfil das noivas em casamentos envolvendo pessoas cabras na Freguesia do Seridó (1797-1833) por qualidade



Fonte: elaboração do autor a partir de bancos de dados relativos a livros de casamentos da Freguesia do Seridó (1788-1834). Universo amostral: 20 celebrações.

No que diz respeito às condições jurídicas dessas pessoas, os 9 noivos cabras foram descritos como escravos nos assentos matrimoniais. Em se tratando das 16 noivas, 12 eram escravas, 02 foram registradas como forras e as outras duas não tiveram sua condição aposta (seriam, portanto, livres?). Em relação às parceiras dos noivos cabras, excetuando as mulheres de mesma qualidade, todas eram escravas. Já em relação aos parceiros das noivas cabras, sem contar com os noivos de mesma qualidade, a maioria estava em processo de escravização (8), 1 era forro e 2, os indígenas, presumivelmente, livres.

Pelo segundo critério de análise, que destacou nomes, sobrenomes, filiação e senhorio, aferi que, para as 25 pessoas qualificadas como cabras (homens e mulheres), nos casamentos, pode-se falar de 4 situações específicas. A primeira, em que 17 pessoas tiveram informados, no assento de matrimônio, apenas o seu prenome, junto com o nome completo do senhor ou senhora a quem serviam. É o caso de Rita, Domiciana, Joana, Vicência, Ana, André, Francisco, Inácio, Severina, Joana, Tomázia, Ana, Teodósio, Joaquina, Luiz, João e Antonia. Tomando-se, para exemplificação, o casamento que ocorreu na Matriz do Seridó em 24/02/1797, o qual



teve como noivos Antonio, pardo, escravo de Ventura Fernandes e Rita, cabra, escrava de Luiz Teixeira da Fonseca.

A segunda situação é aquela em que 4 pessoas cabras tiveram registrado, no termo de casamento, o prenome e sobrenome, com a respectiva filiação: André Cordeiro (filho legítimo de Leandro Cordeiro e Damázia Maria), que casou em 1801, na mesma matriz já mencionada, com Teodora Maria (filha legítima de Valério Dias e Joana Maria), ambos, cabras; Ângela Maria da Silva, cabra, forra, filha natural de Antonio da Rocha e Engrácia Maria, que casou, em 1803, na referida matriz, com Carlos, preto, escravo de Miguel Pinheiro; e Joaquina Maria da Conceição, cabra, filha natural de Maria dos Prazeres, que casou em 1814, na Capela de Santa Ana dos Currais Novos, com o índio Manuel Acioli do Nascimento, filho natural de Leonor Maria.

Sobre a terceira situação, trata-se daquela em que 3 pessoas tiveram o prenome e sobrenome registrados, acompanhados do nome do senhor ou senhora, antigo ou atual, a depender do contexto. Refiro-me a João Tavares, cabra, que casou, em 1805, na Matriz do Seridó, com Vicência, cabra, ambos escravos de Félix Gomes Pequeno; a João Januário, cabra, escravo do padre José Antonio de Mesquita, que casou, em 1806, na Matriz do Seridó, com Felícia Rosa, cabra, escrava de Ana Teresa de Jesus. A quarta e última situação refere-se a Maria da Conceição, cabra, filha de Ana Tereza, que casou, na Capela de Santa Ana dos Currais Novos, em 1817, com o índio Damázio Pereira, filho natural de Josefa Maria. Nessa ocasião, Maria da Conceição foi declarada liberta de Manuel José Lisboa. O registro, pois, referiu-se ao seu prenome e sobrenome, filiação, e antigo senhor.

O terceiro critério de análise refere-se ao perfil da distribuição espacial dos rituais. O interesse, aqui, era de, nesse momento inicial, verificar onde as pessoas cabras estavam fazendo os seus ritos de matrimônio. Dos 20 casamentos assinalados, 15 foram realizados na área de influência direta da Matriz do Seridó, sede da freguesia, sendo 14 no próprio templo e 1 na fazenda Inez. Os outros 5 foram realizados na área de influência direta da Capela de Nossa Senhora da Guia, filial da Matriz do Seridó, sendo 1 na referida capela (situada na Povoação do Acari), 2 na Capela de Santa Ana (situada na Povoação dos Currais Novos), 1 na fazenda Flores e outro na fazenda Remédio.

Por fim, o quarto critério de análise tem haver com as qualidades dos descendentes das pessoas cabras cujos casamentos foram mapeados – na impossibilidade, nesse primeiro momento, de conseguir aferir a ascendência dessas pessoas. Após o cruzamento dos dados dos casamentos com os livros de assento de batizado e óbito, detectei a presença de descendentes em 8 trajetórias de famílias parentais, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – Trajetórias de famílias parentais envolvendo pessoas cabras na Freguesia do Seridó (1788-1857)

Nº	Pai, qualidade e condição*	Mãe, qualidade e condição*	Filhos, quantidades e qualidades
1	Antonio, pardo, esc	Rita, cabra, esc	3 (1 pardo e 2 s/qualid)
2	Antonio Manuel dos Santos, forro	Domiciana, cabra, esc	2 (sem qualidade)
3	Pedro, preto do Gentio de Angola, esc	Joana, cabra, esc	1 (preto)
4	João Tavares, cabra, esc	Vicência, cabra, esc	2 (1 s/qualid e 1 N.C.)
5	João, gentio da Guiné, esc	Severina, cabra, esc	1 (N.C.)
6	Fidélis, crioulo, esc	Joana, cabra, esc	1 (N.C.)
7	Francisco, crioulo, esc	Ana, cabra, esc	7 (5 N.C. e 2 P.C.)
8	Damázio, índio	Maria da Conceição, cabra, lib	2 (P)

Fonte: elaboração do autor a partir de bancos de dados relativos a livros de assento paroquial da Freguesia do Seridó (1788-1857). Legendas: * Qualidade e condição no ato do casamento; Qualid = qualidade; Esc = escravo ou escrava; Lib = liberta; S/qualid = sem qualidade identificada; N.C. = é provável que fosse “negro cativo” ou “negro crioulo”; P = é provável que fosse “pardo” ou ainda “preto”; P.C.: = é provável que fosse “pardo cativo” ou “preto cativo” ou ainda “preto crioulo”. Todos esses prováveis significados alertam para o cuidado que se deve ter com essas letras usadas pelos sacerdotes para qualificar os seus fregueses, as quais devem ser analisadas a partir do contexto do registro e de quem as mobilizou.

Nessas trajetórias rastreadas a partir do Método Indiciário e do Método Onomástico, é notório que a grande maioria dos núcleos familiares estão atravessados pela escravidão, gerando, portanto, num primeiro momento, descendentes ainda sob a égide do cativo. Com o avançar da pesquisa, à medida que esses dados forem cruzados com documentação judicial, como inventários *post-mortem* e cartas de alforria, será admissível esmiuçar melhor as descendências de pessoas cabras no Seridó.

Considerações não-finais



Face aos resultados anteriormente apresentados, é possível inferir que, sob o olhar da Igreja Católica, pessoas cabras foram registradas em 20 casamentos nos livros de assento paroquial na Freguesia do Seridó, na ribeira de mesmo nome, entre 1797 e 1833.

Em relação às qualidades desses casamentos, predominou a presença de cabras, expressiva, entre os homens (9/20) e majoritária entre as mulheres (16/20). No que tange à condição jurídica, os homens cabras eram todos escravos. Dentre as mulheres, a maioria era escrava (9/16), sendo, as demais, forras (2/20) e, provavelmente, livres (2/20). Esse resultado dialoga e confirma, em parte, situações já apontadas pela historiografia (Cortez, 2015; Amantino, 2016), em que a grande parte das pessoas qualificadas como cabras, no Brasil, tiveram, em algum momento de sua existência, ligação com o mundo do trabalho, especificamente, a escravidão.

De 25 pessoas qualificadas como cabras, que estão assinaladas nos 20 casamentos registrados nos livros da Freguesia do Seridó, 17 tiveram, apenas, assentado nos livros, o prenome, junto do nome completo do senhor ou senhora, caracterizando a despersonalização da identidade das pessoas promovida pela escravidão. Outras situações detectadas foram as seguintes: 4 pessoas tiveram o prenome e sobrenome, com filiação, registrados; 3 tiveram o prenome e sobrenome, com o nome do senhor ou senhora (fosse antigo ou atual) e 1 teve o prenome e sobrenome, filiação, e nome do antigo senhor assentados.

Acerca da realização dos rituais de casamento, a maioria (15) ocorreu na Matriz do Seridó e região próxima, demonstrando a precedência da sede da freguesia como *locus* mais antigo da territorialização colonial; e 05 ocorreram na região da Capela do Acari, que, nos anos de 1830, viria a se desmembrar da Freguesia do Seridó, como nova paróquia, com grande influência na Ribeira do Acauã (Medeiros, 2020).

Das 20 uniões sacramentadas pela Igreja Católica, consegui detectar, a partir do cruzamento de dados, famílias parentais em 08 trajetórias. No processo geracional, levando-se em conta apenas uma geração (a dos filhos de casais envolvendo pessoas cabras), não foi possível constatar que a qualidade de “cabra” foi repassada para os filhos, ao menos, nos documentos ligados ao seu batizado.

Por outro lado, percebeu-se a presença de filhos sem a identificação de qualidade ou designativos com variações diversas, como descrevo a seguir. Em um casal com pai pardo e



mãe cabra, escravos, houve filhos pardos. Em um casal com pai forro (sem qualidade) e mãe cabra, escrava, identificou-se filhos sem qualidade definida pelo sacerdote no momento do batizado. Em casais com pai “africano” (Gentio de Angola ou de Guiné), com mãe cabra, escravos, percebeu-se filhos pretos ou com a abreviatura N.C. Em um casal onde pai e mãe eram cabras, escravos, houve um filho sem qualidade e outro com a mesma abreviatura N.C. Nos dois casais em que o pai era crioulo e a mãe era cabra, ambos escravos, houve filhos qualificados como N.C. e outros como P.C. na averbação dos registros. E, finalmente, no caso em que o pai era índio e a mãe, cabra, liberta, os filhos tiveram a qualidade P aposta ao registro.

Considerando esse recorte específico dos descendentes das 8 trajetórias envolvendo pessoas cabras, e se for levado em conta que a abreviatura N.C. possa significar “negro cativo” ou ainda “negro crioulo”, pode-se supor, concordando, aqui, com o raciocínio traçado por Márcia Amantino (2016), que, a qualidade de “cabra”, do pai ou mãe desses filhos, remetesse majoritariamente, no período estudado, à ancestralidade preta e/ou oriunda da África, ou, quiçá, à tonalidade mais escura da pele. Claro que se trata, aqui, de resultados preliminares, os quais poderão ser confirmados, ou não, com o avançar da investigação, momento em que se pretende fazer o cruzamento desses dados oriundos das fontes paroquiais com os de documentos de natureza judicial.

Referências

AMANTINO, Marcia. Cabras. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel E. Fernandez; GARCÍA, Rafael M. Perez. (Org.). **De que estamos falando?** Antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, v. 1, p. 83-97.

ARAÚJO, Maiara Silva. **Tropas pagas e ordenanças:** perfil social dos militares da capitania do Rio Grande (séculos XVII-XIX). 2019. 235f. Dissertação (Mestrado em História) - CCHLA, UFRN, Natal, 2019.

BORGES, Cláudia Cristina do Lago. **Cativos do Sertão:** um estudo da escravidão no Seridó, Rio Grande do Norte. 2000. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Franca, 2000.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **O Cabra do Cariri Cearense:** a invenção de um conceito oitocentista. 2015. 354f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015.

FURET, François. A História quantitativa e a construção do fato histórico. In.: SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.). **Teoria da História.** Editora Cultrix, 1976. p. 73-91.



GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-80.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-91.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. 309f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRN, Natal, 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do RN**. 2013. Tese em História – UFPE, Recife, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense**. 1998. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII)**. 2007. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890**. Sertão do Seridó – Um estudo de caso da pobreza. 1985. 247f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. **Matriz, capelas e desobrigas: um olhar sobre a cristianização do espaço da Freguesia do Seridó (1788-1838)**. 2020. 289f. Dissertação (Mestrado em História) – CCHLA, UFRN, Natal, 2020.

MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX)**. 2022. 279f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – CERES, UFRN, Caicó, 2022.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. Caicó: ed. do autor, 2005.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. Tese de doutorado apresentada na Unicamp, 2003.



SANTOS, Matheus Barbosa. **Neste mesmo chão, outros passos**: indivíduos não-brancos nos Sertões do Rio Grande (Ribeira do Acauã, Totoró, Séculos XVIII-XIX). 2022. 194f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) - CERES, Caicó, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes. Território da divergência (e da confusão). In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 57-72.

ANÁLISE GEOGRÁFICA MULTIDIMENSIONAL DAS ADVERSIDADES DO SERTÃO NORDESTINO NA OBRA “VIDAS SECAS” – GRACILIANO RAMOS

Autor: Gean Dias Alves

Graduando em Geografia – UFCG/CFP

geandias66@gmail.com

Coautora: Elionágela Cássia Santos Souza

Graduanda em Geografia – UFCG/CFP

elionagela15cassia@gmail.com

Coautor: Rafael Mafra de Oliveira

Graduando em Geografia – UFCG/CFP

rafaelmafrarmo@gmail.com

RESUMO: Este presente artigo apresenta uma análise geográfica e bibliográfica do clássico da literatura brasileira, a obra "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, tendo como principal objetivo explorar as múltiplas categorias da geografia para compreender as adversidades vivenciadas pelos personagens no contexto do sertão nordestino, durante as três primeiras décadas do século XX, além de refletir sobre o processo de mobilidade espacial enfrentados pelos sujeitos na época. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, investigamos como as categorias de análise geográficas - espaço, lugar, paisagem, território e região - se manifestam na obra através das experiências retratadas na narrativa, evidenciando a vastidão e a aridez do sertão como espaço de vivência, as condições subumanas, as lutas territoriais e as características singulares da região.

Palavras-chave: Sertão; Categorias de Análise; Retirantes; Mobilidade Espacial.

Introdução

A obra “Vidas Secas”, principal produção literária do renomado escritor brasileiro Graciliano Ramos, romance escrito entre 1937 e 1938 e publicado originalmente em 1938, transcende os limites da literatura por proporcionar uma profunda imersão nas realidades do



sertão nordestino durante as três primeiras décadas do século XX. Escrita na terceira pessoa, e com o narrador onisciente, possui um tempo psicológico em detrimento do cronológico e está dividida em 13 capítulos relativamente autônomos. A obra retrata a história de uma família de retirantes do sertão nordestino que vivem em condições adversas, em busca de um lugar para se afugentar das condições sócio-ambientais às quais estavam submetidos na época, fugindo da seca, da pobreza e da fome.

Famoso por realizar críticas sociais em suas obras, Graciliano Ramos apresenta em "Vidas Secas" uma espacialidade de cunho geográfico, por meio da problemática social evidenciada no sofrimento do homem com a seca e na situação de miséria extrema em que vivem os personagens. A escassez de chuva, aliada à ausência de políticas públicas e ao descaso do governo em investimentos sociais, marca o contexto do sertão como um ambiente hostil de difícil sobrevivência. A representação, através da ficção, da realidade do nordeste feita por esse autor constitui um referencial para estudos desenvolvidos no contexto geográfico, como é o caso de Josué de Castro em seu livro "A Geografia da Fome" (1984, p. 176-177), ao relacionar as condições ambientais do semiárido e suas consequências, destaca que:

Se o sertão não estivesse exposto a fatalidade climática das secas, talvez não figurasse entre as áreas de fome do continente americano. infelizmente, as secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária da região, extinguindo as fontes naturais de vida. crestando as pastagens. dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica. com seus habitantes sempre desprovidos de reserva, morrendo à míngua de água e de alimentos. Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados aos magotes, para outras zonas, fugindo atemorizados à morte que os dizimaram de vez na terra devastada.

O fenômeno climático, delineado por José de Castro em "Vidas Secas", transcende sua natureza natural para assumir uma perspectiva notavelmente hostil sobre o sertão, tornando-se o epicentro da narrativa. O título do livro, por si só, evoca a aridez que permeia todos os recantos desses espaços áridos. Em meio a esse cenário caótico, a palavra "seca", presente no título, adquire uma carga semântica multifacetada: ela denota não apenas a aridez física da região, mas também encapsula as vidas áridas dos personagens, suas esperanças e sonhos, bem como seus sentimentos. A escassez de água, evidenciada na paisagem e vivida no cotidiano dos protagonistas, ecoa desde o leito do rio seco até o solo desprovido de vida. Essa interconexão simbólica entre o fenômeno climático e as vidas humanas realça a profundidade da obra ao



explorar a relação mutualidade entre o ambiente hostil vivido e as experiências dos personagens.

Nesse contexto, o artigo propõe-se a realizar uma análise geográfica e bibliográfica da referida obra, buscando desvendar as relações intrincadas entre os personagens e o árido cenário que molda suas vidas. Com o intuito de compreender as adversidades enfrentadas pelos protagonistas e refletir sobre os desafios da mobilidade espacial na época, utilizamos as múltiplas categorias de análise geográfica - espaço, lugar, paisagem, território e região - como recortes de análise.

Ao explorarmos a vastidão e aridez do sertão nordestino como espaço de vivência, procuramos compreender desde cá os impactos dessas características geográficas nas experiências humanas retratadas na narrativa. Por meio dessa análise, buscamos não apenas desvelar as complexidades geográficas presentes em "Vidas Secas", mas entender como essas manifestações se entrelaçam com as questões sociais, econômicas e culturais da época. A mutualidade entre a geografia e a literatura fornece uma perspectiva única para a compreensão das dinâmicas históricas e sociais que moldaram ao longo dos anos o sertão nordestino, transformando-o em palco dos personagens desta obra.

Espaço, Território e Mobilidade em “Vidas Secas”

Em "Vidas Secas", a interconexão entre espaço, território e mobilidade espacial surge como uma trama intrincada, onde a família de retirantes migra em resposta às adversidades do sertão nordestino. A mobilidade, aqui, não se refere a simples mudança geográfica, mas é uma resposta multifacetada às condições desfavoráveis, manifestando-se não simplesmente a partir de um deslocamento físico, mas também nas adaptações sociais e econômicas em que a família é compelida a enfrentar.

O espaço, categoria de análise fundamental da ciência geográfica, engloba as demais categorias: lugar, território, paisagem e região. O espaço, como categoria basilar, é considerado também o principal objeto de estudo da geografia, sendo o conceito-chave desta ciência. O espaço, no contexto inicial da obra, é percebido como um cenário estático, todavia revelando-se dinâmico, moldando-se e sendo moldado pela constante mobilidade dos personagens.



Sua definição é uma tarefa desafiadora, uma vez que ao longo da história da geografia, ele recebeu diversas interpretações. Nesse sentido, o próprio conceito de espaço é flexível e mutável. Alguns autores se dedicaram a essa tarefa. Milton Santos, em seu livro "A Natureza do Espaço", define-o como "um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações" (SANTOS, p. 65, 2006a), ou seja, é único e múltiplo por suas diversas parcelas, e, através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, a cada fração da paisagem. Assim, o espaço é resultado das atividades e da sociedade que o constroem de acordo com suas necessidades.

A obra marca em suas entrelinhas, características marcantes do espaço geográfico em que os personagens estão inseridos. Este espaço é marcado por um paradigma de pobreza e desigualdades sociais, o que dificulta a vida e as atividades diárias dos personagens. No desenrolar da história, nota-se que o espaço não é apenas marcado por fenômenos de ordem natural; a sociedade é também responsável pela formação do espaço. Neste caso, é caracterizado pela disparidade entre sujeitos, onde a irregularidade das chuvas, somada à falta de políticas públicas, transforma o sertão em um ambiente inóspito e hostil, conforme observado no trecho:

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala (GRACILIANO, 2013, p. 6).

A vida da família de Fabiano é ditada, portanto, pelas adversidades do sertão nordestino. A chuva é o elemento natural responsável por trazer certa segurança e bem-estar para o grupo de migrantes, obrigados a deixar seu lugar em busca de melhores condições de vida, já que a família como Fabiano exclamava "Vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra" (RAMOS, 2013, p. 9).

A luta pela terra e a exploração do trabalho caracterizam o território ocupado pela família de retirantes, junto ao fenômeno natural da seca. Nesse contexto, o território pode ser



definido como "um espaço definido e marcado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 1995 *apud* SAQUET; SPOSITO, 2016, p. 86), sendo essencialmente um instrumento do exercício do poder.

No enredo da história, pode-se destacar um fenômeno especial relacionado ao território: a desterritorialização. Segundo a abordagem de Haesbaert (2007a), decorre da saída forçada do local de vivência, representando não apenas uma mudança geográfica, mas também um processo profundo de desvinculação das raízes e dos costumes. No caso da família de Fabiano, essa experiência é imposta, impactando significativamente suas vidas e bem-estar. Sendo assim, conforme de Haesbaert (2006b, p. 67):

A desterritorialização, [...] é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de "exclusão", ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização.

A desterritorialização transcende a simples saída de um território, configurando-se como um fenômeno intrinsecamente negativo e excludente, como é explicitado no trecho: "Entristeceu considerar-se plantado em terra alheia! Engano. A sina dele era correr mundo, andar para cima e para baixo, à toa, como judeu errante. Um vagabundo empurrado pela seca. Achava-se ali de passagem, era hóspede" (RAMOS, 2013, p. 9).

Em síntese, em "Vidas Secas", a relação mútua entre espaço, território e mobilidade caracteriza-se como uma narrativa complexa, onde a família de retirantes não apenas está sujeita à precarização socioespacial, mas também emprega a mobilidade como estratégia de resiliência. Em constantes deslocamentos, a família não experimenta apenas a transitoriedade geográfica, mas vive em uma profunda alienação, refletindo a complexidade diante de constantes desterritorializações.

O lugar e a construção da identidade: desafios enfrentados pela família de retirantes

O Sertão Nordestino, apesar de sua carga de desafios e adversidades, emerge como um cenário singular, sendo o epicentro da identidade e memória que permeiam a existência da família de Fabiano. Forçados a migrar, encontram-se fadados à procura de um novo lugar para



se abrigar e, conseqüentemente, construir novos vínculos. Nesta concepção, pode-se entender o lugar como sendo a porção do espaço apropriável para a vida (CARLOS, 1996). De acordo com a Geografia humanística, o lugar é o espaço que se torna familiar ao indivíduo, é o espaço do vivido, do experimentado (CAVALCANTI, 2003).

Dessa maneira, na obra "Vidas Secas", o conceito de lugar revela-se como a porção do espaço vital onde os personagens não apenas habitam, mas também forjam laços afetivos profundos, como expresso no trecho: "Agora Fabiano era vaqueiro, e ninguém o tiraria dali. Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado" (RAMOS, 2013, p.). Nessa passagem, a narrativa sugere que o lugar não é apenas um cenário físico, mas constitui-se como território emocional, onde as relações humanas florescem e se enraízam, conferindo ao lugar um significado mais profundo e complexo na tessitura do enredo.

Destaca-se, além disso, uma faceta intrigante da interação entre pessoas e lugares reside na capacidade de atribuir significados e sentidos, o que propicia a metamorfose de espaços em verdadeiros lugares, conforme observado por Yi-Fu Tuan (1983, *apud* PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009). A identidade de um lugar é forjada pelas características singulares que o distinguem, conferindo-lhe uma personalidade única em relação aos demais. Essa construção não ocorre de maneira isolada, mas é um processo social moldado pelos indivíduos em seu cotidiano, nas interações que estabelecem e nas influências culturais que permeiam essas relações. Dessa forma, os lugares não são apenas geograficamente definidos, mas são também tecidos pelos fios da experiência humana, das relações sociais e da expressão cultural.

O lugar, portanto, se configura como a parcela do território onde se desenrola a trama da vida humana, impregnada pelas intrincadas teias das relações sociais. É a partir dessas interações que o lugar ganha forma, simultaneamente dando origem à identidade e ao sentimento de pertencimento. O lugar revela, dessa maneira, sua natureza subjetiva. Cada indivíduo percebe o lugar e estabelece uma relação única com ele, participando ativamente na construção do denominado "espaço vivido": um local onde as relações humanas florescem, e onde se forjam laços afetivos e emocionais que conferem significado e profundidade à experiência vivida.

Paisagem e adversidade Ambiental



Com o estudo do espaço geográfico, a geografia busca compreender e descrever a dinâmica da superfície terrestre a partir dos aspectos naturais e sociais, bem como as relações existentes entre eles por meio de categorias de análises, sendo uma delas, a paisagem. Evidenciada sob a ótica da Geografia, a partir da análise do espaço através da paisagem, a mesma permite compreender os mais diversos aspectos das organizações e relações existentes no nosso Planeta, seja de ordem natural, englobando os aspectos físicos, biológicos e outros, mas também os de ordem humanizada, em que um indivíduo ou um grupo de indivíduos imprimem transformações através do trabalho sobre determinada porção do espaço, antes natural.

Em “Vidas Secas”, a paisagem é considerada um elemento central que estabelece as condições (precárias) vividas pelos personagens. O contexto paisagístico, ora conflitantes, ora aprazíveis (em pequenos recortes), estão presentes a todo tempo nos pormenores da trama, representados por meio dos aspectos naturais, mas também os sociais, conforme o trecho: “A caatinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos” (RAMOS, 2013, p. 6).

A representação da paisagem árida e seca do sertão nordestino pelo autor, reflete como essa adversidade ambiental impactou diretamente as vidas dos personagens na obra, e como as características do contexto (local) afetaram as práticas agrícolas, o acesso à água e, sobretudo, a sobrevivência da família.

Para Santos, a paisagem é "tudo aquilo que nós vemos, o que a nossa visão alcança." (SANTOS 1991, p. 61b.), e continua classificando-a, na sequência, como uma "[...] dimensão da percepção" (Ibid, p. 62b.). Neste sentido, para o autor, a paisagem, independente se natural ou antropizada, necessita que um sujeito, parte integrante desta, seja capaz de observá-la e/ou descrevê-la. Logo, figura-se como parte da construção humana, ou seja, como o homem percebe e concebe os elementos que o envolve. Bertrand (1972) parte da visão geossistêmica da paisagem a partir do conjunto de elementos que a compõem, e se interrelacionam. Logo, para o autor a paisagem:

É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo



dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 1972, p.141).

Diante desse enfoque, o contexto (espacial) em que perpassa o enredo da obra, os elementos paisagísticos como a caatinga; a seca; o “inverno”, as miragens e delírios (fruto da imaginação de uma imagem pré-concebida); a morte, (representada pelo contexto); o relevo; as construções e ocupações; e todos os fatores perceptíveis aos olhos e sentidos pelos mesmos, influenciaram diretamente o modo de vida e o destino da família. A saga e toda a conjuntura paisagística, ora conflitantes, ora aprazíveis (em pequenos recortes), estão presentes a todo tempo nos pormenores da obra. As condições paisagísticas, portanto, estabeleceram e substancialmente influenciaram os movimentos, repetidos, dos sujeitos da obra, à busca da dignidade da vida em locais favoráveis — nem sempre encontrados —, para sua sobrevivência.

Região Nordeste em 'Vidas Secas' desafios sociais e geográficos

A região como categoria de análise para a geografia, embora não seja exclusivamente utilizada por esta ciência, é um dos conceito-chaves para a compressão das características e as relações existentes entre o homem e a natureza, no espaço. De acordo com Haesbaert (2019c), dependendo da corrente teórica utilizada, a região por um lado pode estar associada ao espaço vivido, e por outro, vinculada ao planejamento regional, este, utilizado para a organização do território e das políticas públicas voltadas para a sociedade.

Com base nas considerações de Carl Ritter, renomado geógrafo da escola alemã), tendo em vista a fragmentação do espaço, Lencioni (1999) menciona que o referido autor partiu da identificação das particularidades do meio, para compreensão da totalidade (fenômenos da superfície da Terra). No mesmo sentido, tendo em vista as diferenças e, sobretudo, as semelhanças, seja de ordem natural ou social (culturais e econômicos) que ambas se apresentam em determinadas “porções” do espaço, são critérios, utilizados por diversas intuições no mundo para propor a divisão administrativa do espaço, inclusive no Brasil (IBGE, c2023). Tais condições nos revela como essa categoria de análise (região), tendo em vista a divisão em questão, através das suas características, parte da esfera de poder sob as camadas territoriais, ao passo que influenciam e direcionam as dinâmicas sociais no espaço geográfico.



Em “Vidas Secas”, o contexto espacial e temporal que se apresenta na obra, “a região nordestina de meados do século XX”, ao qual foi extremamente marcado por fatores conflitantes, seja pelas secas, pela fome, miséria e a migração, desafiaram, continuamente, os personagens da obra. As dificuldades, relatadas por Ramos (2023), amplificadas pelo características dramáticas das condições pontuadas, ao conectar o contexto da obra com a realidade contemporânea, é possível perceber que embora algumas condições circunstanciais tenham evoluído, muitos dos desafios enfrentados pelo nordeste brasileiro ainda persistem. Questões como desenvolvimento Regional, políticas públicas e mudanças socioeconômicas continuam a desempenhar um papel crucial na vida dos habitantes dessa região é veio desse ano a relevância atemporal da narrativa de vidas secas.

Para além das condições geográficas, as estruturas das dinâmicas sociais e econômicas da região exercem também um papel crucial na trama. A estrutura agrária desigual, a ausência de oportunidades econômicas e as relações de poder ocasionadas pela seca criaram, um contexto propício para o sofrimento humano, explorado em "Vidas Secas". O fenômeno da migração, posto como uma estratégia de sobrevivência, mostra-se como um tema recorrente na obra. A busca por condições melhores de vida leva os personagens a enfrentar desafios diversos, e essa dinâmica reflete a realidade da migração não apenas no contexto da obra, mas também sobre um fenômeno que ainda persiste na região nordestina brasileira ao longo dos anos.

Nesse contexto, em síntese, o sertão nordestino não é apenas o cenário em "Vidas Secas", mas uma força viva que molda as vidas dos personagens e possibilita elaborar reflexões sobre as interações e suas múltiplas complexidades entre o homem e a natureza, além das dinâmicas sociais que permeiam o espaço geográfico.

Considerações finais

O sertão nordestino foi cenário de diversas narrativas literárias que impulsionaram o estereótipo da região como sinônimo de miséria, pobreza e seca, decorrentes das condições climáticas locais. A imagem criada em torno do Nordeste, como uma região caracterizada pela pobreza, surgiu principalmente durante o processo de desenvolvimento do país. É neste contexto que a obra "Vidas Secas" toma o sertão do início do século XX como cenário de seu enredo, marcado pelas adversidades climáticas evidenciadas pela seca, e pelas desigualdades



sociais e econômicas. Graciliano Ramos conseguiu, através de seu trabalho, não apenas a construção de uma obra literária, mas uma obra que transcende a literatura, oferecendo uma descrição das realidades enfrentadas por uma família de retirantes, cujas vidas são controladas pela seca, pela fome e pela busca de um lugar digno para fazer moradia.

A partir da análise geográfica utilizando das categorias espaço, território, lugar, paisagem e região, destacaram-se como esses elementos se entrelaçam para criar a teia intrincada que envolve a experiência humana no sertão nordestino. A geografia desse espaço árido e hostil emerge como um personagem vivo na trama, influenciando não apenas as condições do ambiente físico, mas também as vidas e os destinos dos protagonistas da obra. A mobilidade espacial da família de Fabiano não trata apenas de uma mudança geográfica, mas de uma resposta às condições adversas impostas pela seca e pela miséria. A desterritorialização, marcada pela saída forçada e pela perda de raízes, não reflete apenas um deslocamento físico, uma migração habitual, mas um processo profundo de desvinculação das identidades e dos laços culturais.

A paisagem, vista revelada sob uma ótica geográfica, atua como um papel central na obra, delineando as condições precárias vividas pelos personagens. E, por fim, na região nordestina, como um contexto social-econômico, desempenha um papel crucial na trama, evidenciando as desigualdades sociais, a estrutura agrária desigual e também a migração como estratégia de sobrevivência.

A obra com maior destaque de Graciliano Ramos, "Vidas Secas", é um espelho das complexidades do sertão nordestino e das relações entre o homem e a natureza. A geografia se soma à narrativa, propiciando uma compreensão mais profunda das dinâmicas históricas e sociais que moldam e moldaram essa região ao longo do tempo. A obra de Graciliano Ramos ainda é hoje um testemunho atemporal das adversidades recorrentes que caracterizam o sertão do nordeste.

Referências bibliográficas

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. Cruz, Olga (trad.). Cadernos de Ciências da Terra. São Paulo, USP-IGEOG, nº 43, 1972.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 20-21.



CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003. p. 89-90.

DE CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. 10^a ed., Rio de Janeiro: Ed. Antares.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a. p. 43- 70.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

HAESBAERT, R. Região. **GEOgraphia**, Niterói, v. 21, n. 45, p. 117-120, jan./abr. / 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2019.v21i45.a28995>. Acesso em: 10 dez. 2023c.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil**. c2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisao-es-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 dez. 2023.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MOURA, Aparecido Roberto de; LUDKA, Vanessa Maria. **Ensino de geografia por meio da literatura: uma análise da obra vidas secas, de Graciliano Ramos**. Pesquisar, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 70-83, nov. 2021.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira; CAVALCANTE, Sylvia. **O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada**. Estudos de Psicologia 2006.

PONTE, Alexandre Quintela; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz; PASCUAL, Jesus Garcia. **Considerações teóricas sobre identidade de lugar à luz da abordagem histórico-cultural**. Psicol. Argum., Curitiba, v. 27, n. 59, p. 345-354, out./dez. 2009.

RAMOS, Graciliano, 1892-1953. **Vidas Secas**. 120. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 8. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006a.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991b.



SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.84-112, ago./dez. 2016.

É A PARTE QUE TE CABE DESTE LATIFÚNDIO: A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA, O CAMPONÊS E A FORMAÇÃO LATIFUNDIÁRIA NO SERTÃO DA PARAÍBA (1850-1930)

Jackson Jose Leite Ferreira
Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sede
jackson2017leite@gmail.com
Jordana dos Santos Barros
Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sede
jordana.santos@estudante.ufcg.edu.br
João Vitor Souza Muniz
Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sede
joao.souza@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: Este trabalho discorre sobre a Função Social da Terra, delimitado ao processo de distribuição e formação da estrutura fundiária da Paraíba a partir da promulgação da Lei de Terras (1850). Considerando a construção histórica fundamentalmente agrária desta sociedade, enveredar por uma História Social da Agricultura revela-se meio para compreensão das desigualdades perenes que afligem, principalmente, os pobres (Vianna, 2013). Objetivamos, assim, analisar a concentração fundiária no sertão do estado em sua relação com o camponês, refletindo acerca dos seus aspectos econômicos, políticos e sociais no que tange ao (mau) uso da terra. À luz de Marés (2021) e Martins (1981), entendemos que, embora desigual, a utilização da terra não se pautou somente pela criação de gado e cultivo de algodão, mas foi protagonizada também pelo camponês e pelas culturas de subsistência.

Palavras-chave: Lei de Terras; Questão agrária; Paraíba; Sertão; Resistência camponesa.

Introdução

A metodologia utilizada na pesquisa foi o método dedutivo-argumentativo e de procedimento monográfico, com aprofundamentos bibliográficos e documentais, organizando dados e produzindo um apanhado acerca da problemática, tendo como referencial teórico às compreensões de Marés (2021) e Martins (1981) acerca dos camponeses brasileiros e do uso da terra. Temos como pretensão propor uma análise crítica das condições de existência dos trabalhadores pobres, quase sempre excluídos da posse da terra, praticantes de ofícios pouco



cartografados pela historiografia tradicional que privilegiou a performance dualista de um nordeste dividido entre a produção açucareira (baseada no escravizado *versus* senhor de engenho) e a criação de gado (baseada no vaqueiro *versus* fazendeiro). Esse trabalho vai ao encontro de Diniz (2020, p. 350) que constata o cotidiano econômico e social da Paraíba não restrito à simplicidade do tripé monocultura, escravidão e latifúndio.

Como uma introdução estrangeira a partir da segunda metade do séc. XX, a palavra “camponês” passou a ser utilizada para a homogeneização de um grupo historicamente heterogêneo na formação social do Brasil. Na medida em que houve um crescimento do interesse pela problemática, surgiu nos meios acadêmicos do país a necessidade de utilizar uma terminologia que unificasse uma miríade de denominações difundidas por todo o território (caiçara, caboclo, caipira, tabaréu). O termo refere-se, fundamentalmente, ao trabalhador rural livre, desprovido de terras ou com pequenas propriedades, conferindo-lhe unidade em oposição ao latifundiário, por sua vez também até anteriormente referido por diversos nomes a depender da região (senhor de engenho, fazendeiro, estancieiro, seringalista etc.). Conceitos políticos, *latifundiário* e *camponês* designam lugares na estrutura social, classes em disputa (SOUZA MARTINS, 1981, p. 21).

Em primeiro plano, buscando compreender melhor as especificidades da situação agrária no Sertão paraibano ao longo dos séculos XIX e XX, mostra-se relevante retornar historicamente para o momento em que a terra passa a ser considerada propriedade privada no Brasil, bem como a maneira pela qual era encarada a distribuição de vastas extensões de terra pelo território e os mecanismos para tal oferta ao longo do tempo. Para tanto, constata-se o importante papel atribuído às sesmarias na colonização e a instituição da Lei de Terras de 1850 como mecanismos de manutenção dos privilégios das elites e de aprofundamento da exploração das camadas campesinas, as quais, embora livres, impedidas de ter controle sobre a terra. Em seguida procede-se a um estudo do funcionamento da política no sertão, pautada no monopólio da posse da terra e nos mecanismos tradicionais de dominação exercidos por poucos sobre muitos. Destaca-se a violência orquestrada pelos mesmos grupos familiares durante muito tempo, com consequências políticas nos dias atuais.



Considerações sobre a terra enquanto propriedade no Brasil

As Sesmarias consistiam em uma legislação que já havia sido aplicada em meados do século XIV em Portugal (promulgada em 28 de maio de 1375), em um período de crescimento comercial e populacional de cidades lusitanas, provocando a falta de mão de obra no campo e o consequente abandono de vastas extensões de terras. Assim, as Sesmarias foram aplicadas com intuito de sujeitar o indivíduo ao cultivo da terra recebida, pois caso contrário, elas seriam confiscadas, convertendo-se em terras devolutas, isto é, devolvidas (RAU, 1982, p. 82). No entanto, o regime das sesmarias não teve sua implantação adaptada à realidade da vasta extensão de terras, entendidas como desocupadas, dessa colônia. A partir da concessão consideradas gratuitas (sujeitas apenas ao pagamento do dízimo) das cartas de doação, ocorria como condicionalidade por parte da administração colonial aos capitães donatários a imposição de que as terras deveriam ser devidamente exploradas e aproveitadas, caso não, seriam devolvidas à Coroa aos moldes do que já vigorava em Portugal.

Para serem cedidas, as cartas de sesmarias exigiam um prazo estipulado para a exploração por parte do sesmeiro e, ainda se exigia do governador que não se desse a cada pessoa mais terra do que sua possibilidade de aproveitá-la. Na prática, houve desprezo dessas recomendações, que ao lado de outros fatores contribuíram para uma ocupação desponderada e desorganizada.

(...) Outro elemento que dificultava o controle era a compra e venda de sesmarias, isto é, a Coroa Portuguesa não vendia as terras, somente as concedia, mas a pessoa que recebia a terra podia vendê-la. Surgiu a prática de desmembrar sesmarias e as vender por partes. (SILVA, 2008, pp.46-50 Apud NETO; SILVA, 2019, p.179)

Apenas em meados do século XVII, há por parte do poder régio a implantação de medidas de normatização econômicas e administrativas (como o pagamento de foro obrigatório, alterando a gratuidade, e a limitação da extensão) e maiores exigências burocráticas (como o poder de distribuição, que passa a ser dos governadores-gerais, não mais dos donatários). Essas medidas visavam promover um maior controle das concessões de terra, bem como das circunstâncias que estas se davam. Ainda assim, houve dificuldades na aplicação das normas, não surtindo os efeitos desejados. A partir do declínio da mineração no final do século XVIII, o fluxo migratório para o litoral se intensifica em vista ao novo impulso da agricultura colonial no mercado internacional, não sendo preciso conceder para ocupar terras já doadas anteriormente.



Já em 1822, o então Príncipe Regente do Brasil, Dom Pedro I, pôs fim à lei de concessão, permitindo que terras já concedidas, demarcadas e lavradas permanecessem sob a posse de seus donos por meio de um padrão de ocupação do senhorio rural da posse. “Período de posse” é como ficou conhecido o período entre o fim das sesmarias e a promulgação da Lei de Terras. Contudo, a maioria não possuía qualquer outro título de propriedade legítima (Silva, 2008, p.88), a prova de legitimação daquela propriedade privada se tornava o documento de concessão da sesmaria e a principal forma de aquisição e domínio de terras. Dessa forma, cria-se a cultura política de valorizar o documento da terra em detrimento do trabalho nela exercido, sendo essa questão que perpassa a lei, não despertando motivações maiores para pressionar o Estado a regulamentar a terra neste momento.

A repercussão na questão fundiária de apropriação territorial apenas ganha destaque a partir do favorecimento da consolidação do Estado Nacional movida pelos recursos financeiros e humanos da comercialização agrícola, gerando conflitos no referente à legitimidade das posses e, conseqüentemente, a pressão por uma legislação regulamentar. Assim, em 1843 tem-se início na Câmara dos Deputados a discussão do Projeto que versava sobre o ordenamento das terras do Império e a vinda de braços livres empregadas nas lavouras destinadas à exportação, no entanto. Mas somente sete anos após, no mesmo ano em que se decreta o fim da importação de escravizados, promulga-se a Lei de Terras (SILVA, 2019, p.182).

Nesse cenário, apesar do impacto do fim do tráfico negreiro ser minimizado pelo tráfico interprovincial, evidenciava-se a necessidade de fomentar a imigração para Colônia, onde, em caráter permanente, os trabalhadores livres substituiriam os trabalhadores escravizados. Para tanto, era preciso haver maior entendimento do funcionamento do sistema capitalista emergente e a imigração era a chave, visto que os imigrantes eram provenientes de países em que os mecanismos capitalistas – como a troca da força de trabalho mediante o pagamento de salários – já eram mais assimilados. Todavia,

(...) havia ainda outra problemática: com a suspensão das sesmarias, e ainda sob o regime de posse que decorria nas terras brasileiras ‘[...] nada poderia prevenir o deslocamento dos antigos *escravos* e novos imigrantes para as abundantes terras livres da fronteira agrícola’ onde ‘[...] poderiam tornar-se trabalhadores autônomos em suas próprias terras’ (MARTINS, 2010, p. 209 Apud NETO; SILVA, 2019, p.185).



Retorna-se, então, a necessidade de promulgação de uma lei sobre a questão fundiária, como expressa no projeto de 1843 acerca das sesmarias e imigrações. Com ela, intencionava-se implementar a imigração e visava também estagnar o apossamento indiscriminado das terras a partir da regulação do acesso (SILVA, 1996, p.150-152), fazendo florescer a noção da terra enquanto propriedade.

Em setembro de 1850, a Lei de Terras foi finalmente promulgada. O Projeto retomou a atenção da Câmara dos Deputados, sendo aprovado com o intuito de promover a regulamentação das propriedades. Aquelas fruto de devolução seriam recolocadas no mercado para também possível resolver a questão de mão de obra. Na cláusula que destacou o domínio particular das terras, ficou estabelecido que a transferência só seria possível por meio da compra, permitindo ao adquirente total liberdade para utilizar a propriedade conforme sua vontade, inclusive tornando-a improdutiva, caso assim desejasse (SMITH, 1990, p. 237). Ainda assim, um número exacerbado de grandes proprietários se fazia latente, com seus latifúndios herdados das concessões das sesmarias, ocupadas e passadas de geração em geração decorrente do aproveitamento das corriqueiras falhas na administração colonial. Além disso, a consolidação desses latifundiários ocorreu devido ao acúmulo de riquezas provenientes de diversos métodos e práticas ao longo dos séculos.

Destarte, a organização interna do Brasil passou a ser um instrumento de conquista da elite que naquele momento exercia grande influência de classe dirigente. Assim, as concessões foram também da elite para a elite, fazendo a manutenção do poder dessas famílias uma questão estrutural na política brasileira. Curiosa contradição: as sesmarias nasceram em Portugal para que o poder público dispusesse das terras não trabalhadas, mesmo que de propriedades alheias, para oferecer a quem realmente a quisesse trabalhar, na medida de seu trabalho; enquanto no Brasil a mesma concessão é negada a quem se dispunha a fazer o mesmo: trabalhar e produzir por sua conta, sendo entregue a quem já dispunha do poder de explorar o trabalho alheio adquirido à força (MARÉS, 2021, p. 74). Além disso, arquitetava-se a ilusão do trabalho livre no capitalismo: seria possível para o trabalhador conquistar sua própria terra a partir do salário, sem ter em vista a desigualdade de forças e a sede de posse egóica e insaciável dos grandes e já estabelecidos donos de terras do Brasil.



Ocupação e uso da terra no sertão

A palavra Sertão deriva do *desertão*, sendo compreendida como “Terra deserta, ignota, desconhecida”. Segundo Octávio (1995, p. 72), somente na segunda metade do século XIX, o Sertão passou a equivaler a região fisiográfica da Paraíba delimitada e distinta do litoral, agreste, brejo e cariri por conta de progressos da Geografia e o surgimento da literatura dita sertanista.

No Sertão paraibano, a apropriação da terra perpassa alguns personagens em sua ocupação. Sendo, porém, desde o Planalto da Borborema até o Sertão marcada intensamente pela expulsão, extermínio e dominação da nação indígena do Cariri, como os Curema, Ariú, Goiacu, Paiacu, etc (SIQUEIRA, 1978 Apud VIANNA, 2013, p. 57). No Sertão, Vianna (2013, p.57) sugere que os Cariri sobreviventes ter-se-iam aculturado nesse processo, desencadeando o tipo de homens da região. Além dessa população, os portugueses também recorreram e inseriram como contingente de mão-de-obra negra escravizada nessa terra. Mesmo que fortemente influenciadas pelo elemento negro e as tradições indígenas, o elemento europeu português que “conquistou” o Sertão da Paraíba entre 1670 e 1730, ocupou e desencadeou o processo da sua exploração.

Maiormente atrelada ao processo histórico de ocupação da terra, houve também no sertão paraibano missões jesuítas (como as descritas e desempenhadas pelo missionário Capuchinho Martim de Nantes) que funcionam como *bases* para o desbravamento do sertão paraibano dos Oliveira Lêdo (OCTÁVIO, 1995, p. 72). A sesmaria de Antônio de Oliveira Lêdo era localizada no vale do Paraíba, atrás da sesmaria pertencente a Vidal de Negreiros. O sertão da capitania já contava desde 1663 com a presença e ocupação parcial da Casa da Torre, que tinha como posseiro o potentado coronel Francisco Dias D’Ávila, assim como a presença de outros colonos, foreiros/arrendatários da Casa da Torre.

Logo, é possível encarar duas fortes linhas de penetração do Sertão Paraibano do sul para o norte, partindo do Rio São Francisco com a Casa da Torre, penetrando a Paraíba a partir da fronteira de Pernambuco. Somando a essa corrente, entrou também o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho marchando sobre a Paraíba apenas para sufocar onde *necessário* a resistência indígena da Confederação dos Cariri, logo não ocupando a terra para fazê-la render economicamente, excetuando-se os colonos que o seguiram (OCTÁVIO, 1995, pp.73-74).



Cabendo mais efetivamente a ocupação produtiva do sertão paraibano ao clã dos Oliveira Lêdo e os sesmeiros articulados com esta família.

Em suma, Vianna (2013, p.59) também salienta três pontos no processo histórico de ocupação desse território. A saber:

Iº: a formação do grande latifúndio, como consequência do regime colonial escravista de produção aqui implantado, uma vez que a monocultura voltada para a exportação levou, necessariamente à ocupação de grandes extensões de terra. A abundância de terras e a necessidade de ocupar o interior, assim como a pecuária extensiva, subsidiária da economia açucareira, foram outros fatores que propiciaram a formação de grandes latifúndios pecuaristas.

Ademais,

IIº: Os colonos sem maiores recursos, população que crescia com a efetivação da conquista (não tanto pela chegada de novos contingentes portugueses ao Brasil, mas pelo crescimento interno da população), ocuparam pequenas áreas mais próximas dos centros urbanos. Pela simples posse, por compra ou por herança, abriu-se o espaço para pequenas e médias propriedades.

E, finalmente,

IIIº: dos elementos humanos que ocuparam o solo, *índios* e negros forneceram o contingente de mão-de-obra. Escrava, no caso dos negros, escrava num primeiro momento, mas principalmente livre, no caso dos índios (vaqueiros, feitores, etc.). Raramente negros ou índios aparecem como posseiros, antes de 1888, e muito menos como proprietários legalizados. A terra foi ocupada pelo elemento europeu, português, e seus descendentes.

Sendo, pois, complexo e perpassado por inúmeros dados históricos e personagens no que diz respeito à ocupação das terras do Sertão Paraibano.

Sociedade e política do Sertão paraibano (1950-1930)

O alicerce das superestruturas de dominação e poder que configuram o quadro das oligarquias do nordeste deve ser interpretado em consonância com o processo colonizador, os quais ao longo do tempo consolidaram sua fundamentação nos marcos da formação do Estado nacional. O contexto de dominação da elite agrária sertaneja se caracterizava pelo mandonismo, reafirmado pela acumulação de capital reafirmada pela concentração de terra. Os agentes, de acordo com o quanto de capital que possuíam, ocupam posições dentro do espaço de realização



prática-campo. O poder passa a ser constituído na relação entre diferentes posições que distribuem desigualmente capitais específicos de um campo, o que, por sua vez, “confere aos ocupantes destas posições potencialidades distintas para produzir ganhos nas lutas que caracterizam o mesmo campo” (PERISSINOTO E CODATO, 2008, p.10).

Desta forma, o processo de regionalização do Nordeste brasileiro se deu em meados da segunda metade do Séc. XIX, sob necessidade de interiorização, correspondendo a uma necessidade do capital industrial e suas novas perspectivas de mudança, principalmente a nova divisão do trabalho que interpôs a efetivação de dominação destas classes dominantes. Com o início da República, a nova elite depositou no aparelhamento do Estado, a Guarda Nacional instituiu depositário de patentes concedidas aos senhores de terra, que instituíram o coronelismo este papel político o qual infringiu controle eleitoral, solidificados pelo paternalismo instituindo relações intrínsecas de dominação e dependência que foram, assim, reproduzidas.

A recomposição de províncias por estados criou o eixo do processo político dos governadores, a cultura de compromissos mútuos e trocas de favores por polos centrais de controle político. O empório das estruturas de domínio e poderio situava-se nestes redutos coronelísticos, o controle do eleitorado e tais relações entre os coronéis, os governos sendo estadual e federal, entremeados por estes oligarcas. Importante salientar que o poder político dessas elites se firmava sob o controle do uso da terra. Ao analisar a estrutura fundiária do município de Patos, Canuto (2014, p. 59) afirma o princípio do controle fundiário como chave-mestra de manutenção dos privilégios políticos de que gozavam as famílias tradicionais. Segundo a autora, para assegurar a preservação dos latifúndios, esses núcleos familiares articulavam-se frequentemente em movimentos de doação, compra e venda de propriedades, excluindo via Lei de Terras grupos subalternos do controle do capital produtivo e político, pois “com as normas regulamentadas pela Lei de Terras, as estratégias familiares resistiram em uma ‘associação’ para manter a preservação do poder familiar”

À proporção que se aprofundava e transformava aquilo que se tornaria a cultura coronelística no séc. XX, períodos de crises na concisão orgânica iam surgindo. As consequências de debilidades econômicas e políticas, e a rigidez de sua estrutura social, deram lugar a grandes disputas inter-oligárquicas, causadas por conflitos de interesses e reprodução de capital que ganharam profundidade ao decorrer do processo de regionalização,



desencadeando agudas cisões internas. Na Paraíba as décadas posteriores a 1910, marcaram grandes conflitos do litoral ao Sertão, da região dos Cariris velhos ao Curimataú, conflitos da classe coronelística marcaram cisões que modificaram o contexto político, o qual levou o Brasil a um novo período político e social pela revolução de 1930.

Os grandes latifúndios do Brasil especificamente do Nordeste brasileiro são expressões contundentes de como o poderio político e a dominação de terras sempre estiveram locupletados. Os moldes de exploração trabalhistas contra camponeses (Meeiros, foreiros) ligados diretamente ao trabalho e produção nas terras destes latifundiários, preconiza na Paraíba do início do séc. XX, o símbolo da exploração de uma classe campesina massacrada pelas desigualdades e falta de oportunidades.

O resultado era um sistema paternalista e clientelista, o qual tornava o “patrão-pai” a figura política que estaria ajudando todos os momentos de fragilidade de saúde ou morte. Nesse contexto, a terminologia “até que a morte os separe” não se restringe apenas ao dogma de matrimônio cristão. Aos submetidos ao cabresto dos coronéis, sejam eles “Ribeiro Coutinho, Cunha Lima, Bezerra da Silveira Leal, Gondin”, seu compromisso pós morte era o legado de obediência o qual sua família teria que seguir e desta forma a manutenção no poder por estas famílias se estendem por décadas. Conquanto, o caráter da opressão, ligação à terra e sua produção sempre foram grandes características dos oligarcas do sertão paraibano, do Nordeste e da política brasileira.

O campesinato no Sertão

Paralelamente ao engenho de açúcar, onde o escravizado ocupava uma posição central como mão de obra na atividade produtiva, muitos outros grupos circulavam pela sociedade Imperial. Nas fazendas do sertão nordestino, o baixo rendimento econômico comprometeu o emprego maciço de mão de obra escrava, o que possibilitou e até incentivou o emprego do trabalho de outros grupos excluídos da posse da terra. Indígenas, negros alforriados, mestiços e brancos pobres faziam parte da massa difusa que vai se constituindo como prelúdio do campesinato sertanejo. No entanto, cabe destacar que essa população excluída não formava um grupo socialmente homogêneo do ponto de vista de direitos e possibilidades do uso da terra. Souza Martins (1981, p. 35) ressalta que a categoria racial estabelecia fronteiras que afetavam



a aquisição de terras próprias. Mesmo naquele que ficou conhecido como “período de posse” os mecanismos tradicionais de exclusão dificultaram que um mestiço se alçasse a sesmeiro. Não obstante, isso não impedia que fossem utilizados pela elite dominante no papel de agregados, de modo a muitas vezes confirmar o domínio de uma terra em seu nome. Se o aparato jurídico legitimava a posse da terra ao latifundiário, esse mesmo aparato não poderia se aplicar ao camponês agregado. A permanência do camponês na terra dependia da legitimidade de sua posse pelo latifundiário. Dessa forma, o direito do miúdo é entendido como prolongamento do direito do grande. Defender a legitimidade da posse do latifundiário era defender sua permanência nessas terras de modo que “a sua luta era luta do outro” (Souza Martins, 1981, p.36).

É sabido que a colonização do Brasil se deu com o claro objetivo de produzir para exportar. Para sustentar esse modelo, à margem dos engenhos se desenvolveu uma agricultura de insumos básicos como o milho, o feijão, o jerimum e a mandioca. Suplantado pela mão de obra escravizada nos engenhos, ali se concentrou a aplicação de mão de obra livre, porém pobre, desprovida de terras. Embora ofuscada pela *plantation*, essa produção nunca deixou de ter uma importância fundamental no comércio da colônia, pois “mesmo incompletos — como aliás permanecem até hoje — os dados históricos indicam que desde os primórdios do período colonial existia uma vasta população de camponeses livres entregue a um ativo comércio interno” (Forman, 2009, p. 34). Do mesmo modo, a ocupação do sertão foi marcada pela presença de uma população sem terras, mas que movia um substancial comércio através dos bens que produziam para a sustentação dessa “sociedade do couro”¹⁶. A análise de relatórios provinciais, feita por Diniz (2020, p. 350) permite perceber a quantidade e a diversidade da produção sertaneja, da qual se encarregaram camponeses pobres.

No Sertão o destaque da produção em 1863 ficou por conta do município de Souza, lá foram produzidas 20.000 arrobas de sabão, esta produção expressou a diversificação e importância da produção de óleos vegetais, nenhum outro município da província superou esta produção. Já os municípios de Catolé do Rocha e Pombal produziram 2.000 canadas de azeite de mamona cada um. Esses números mostram a importância econômica dessas atividades para a Paraíba oitocentista.

¹⁶ Interessante notar como essa denominação converge o aspecto da atividade produtiva que deu sentido à ocupação e desenvolvimento da região com o labor de camponeses que, além de efetivamente proverem as fazendas de bens de consumo, também reproduziam uma forma de existência baseada na confecção de bens de couro.

Enquanto subsidiário da região produtora de cana, o sertão nordestino teve como pano de fundo de sua conquista e povoação a pecuária. Apesar disso, não é possível entender uma configuração sertaneja que estivesse apartada da pequena agricultura, da lavoura de pobre (MARTINS, 1981, p. 39). Outrossim, o período estudado coincide com a difusão da cultura do algodão no sertão. Essa planta esteve presente desde o início da povoação européia, sua utilização foi herdada dos indígenas cariris que ocuparam a região até serem exterminados ou assimilados pelas missões religiosas. O crescimento da importância do algodão para a nascente indústria europeia possibilitou a geração de palpável riqueza numa região propícia para seu cultivo, sendo esse pouco dispendioso de recursos e mão de obra. No início do séc. XIX o algodão ocupou um efêmero primeiro lugar nas exportações brasileiras, sendo rapidamente superado pela concorrência norte-americana. Somente meio século mais tarde ele voltaria a conhecer um *rush*¹⁷ com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1860-1865), equiparando-se com a pecuária e dando novo impulso ao desenvolvimento da agricultura na região, conforme indicado pelo quadro abaixo.

	Exercício	Ano	Sacas	Arrobas	Valor total por exercício
Algodão	1º	1854-55	32.881	193.665	1.019:134\$992
	2º	1855-56	39.977	253.494	1.338:887\$915
	3º	1856-57	45.630	287.592	1.846:097\$804
Açúcar	1º	1854-55	61.017	305.082	458:658\$500
	2º	1855-56	96.400	482.000	920:104\$500
	3º	1856-57	118.029	590.1141	1.493:374\$117

Fonte: Diniz, 2020, p.347

Os donos da terra, apesar de não poderem dispensar a mão de obra camponesa, nunca se preocuparam com a manutenção de sua população. Manuel Correia de Andrade (1973, p.

¹⁷ No dizer de Manuel Correia de Andrade (1973).



190) chama atenção para a preocupação central com o gado, de modo que as sesmarias eram requisitadas exclusivamente para pasto, só posteriormente servindo à fixação da população. Os trabalhadores que ali vinham a se fixar deveriam cuidar para que sua exploração da terra não prejudicasse a pecuária. Deveriam, portanto, investir em infraestrutura que contivesse os animais para que não destruíssem seus roçados. Assim, nos anos em que o regime de estiagens e chuvas era entendido como “normal”, a preparação do roçado se iniciava por volta de outubro e novembro. Começando o período das chuvas entre dezembro e janeiro, os camponeses faziam uma semeadura específica que lhe desse condições de subsistir no semiárido. Primeiro se plantava o “feijão ligeiro”, sendo seguido pelo milho de “sete semanas”, a melancia e o jerimum em áreas de vazante e brejos férteis. Depois dessa primeira rodada entravam o algodão, milho e feijão comuns (ANDRADE, 1973, p.195). No interstício dessas semeaduras, o camponês se dedicava ao trabalho nas terras de seus patrões.

O camponês, esse pária da estrutura fundiária, foi comumente esquecido pelo poder público. Analisando a região dos Cariris Velhos da Alagoa do Monteiro nesse período, Batista (2023, p. 58) deixa claro como o censo demográfico realizado pelo estado propositalmente não considerou as pequenas propriedades, destinadas à produção de bens de baixo valor, os quais não constituíam “verdadeiro e especial ramo de negócio” (2023, p.61). Mesmo que esses fossem responsáveis pelo abastecimento da comunidade. Os dados do censo revelam que as atividades rurais em grande escala foram predominantemente realizadas por um reduzido número de famílias, indicando a presença de uma elite rural que detém extensas propriedades de terras. Invisibilizados pela condição sócio-econômica encontra-se a população miúda, camponeses que efetivamente produziam nas terras dos latifundiários, cuidavam de seus rebanhos e cultivavam o alimento que seria consumido por todos. Mesmo assim, o poder público não se preocupou com as condições de sua existência, com sua economia.

Conclusão

Pesquisar a história dos camponeses no interior da Paraíba significa deparar-se com o silêncio da documentação. Somente a muito custo é possível traçar caminhos para o conhecimento das condições de vida daqueles homens e mulheres que viviam à margem de uma economia centrada no monopólio da posse da terra, e que por isso mesmo excluiu dos registros



aqueles que exerciam funções, não obstante essenciais, secundárias do ponto de vista do valor financeiro. Os camponeses cuidavam das plantações, produziam os bens de primeira necessidade, forneciam mão de obra para o cuidado com os rebanhos, e mais

A Lei de Terras mostrou-se perversa em muitos sentidos. Consistiu na tentativa de promover a transição em direção à mão de obra livre sem ocasionar prejuízos à produção. Foi pensado o plano de imigração que iria promover o abastecimento de força de trabalho para as unidades produtivas ao mesmo tempo em que branqueava um povo mestiço e afastava o negro da produção econômica. Especialmente no Nordeste isso jamais aconteceu. Se por um lado o tráfico interprovincial praticado pelas elites foi responsável por diminuir consideravelmente o quantitativo negro no interior Paraíba, por outro essa província (e depois estado) não sorveu o número desejado de imigrantes (DINIZ, 2020, p. 356). Esse fator, somado aos deslocamentos ocasionados pelas secas, ocasionaram um verdadeiro atraso no desenvolvimento agrícola da região, contribuindo para a perpetuação da exploração que grassou o cotidiano campesino paraibano.

Desse modo, transitava o camponês sertanejo em torno da seca, do autoritarismo e da exclusão. Batista (2023, p. 86) permite visualizar o funcionamento das tradicionais fazendas no sertão do cariri paraibano na passagem do séc. XIX para o XX: o proprietário das terras detentor de uma patente militar (quando não coronel ou major, ao menos capitão), dezenas ou até centenas de camponeses em relações de trabalho pré-capitalistas, a centralidade da criação de gado, o algodão associado às culturas de consumo. Assim organizava-se a vida social no sertão. Tendo a exclusão econômica e política como mote, associado ao estatuto jurídico formalizado pela Lei de Terras, o trabalhador rural livre encarnava a reprodução de um sistema violento que até hoje se encontra na raiz dos problemas sociais do sertão paraibano. Dessarte, encontra-se aí a importância de estudos de história social rural, no estabelecimento das cartografias históricas da exploração a qual sempre foram submetidos os trabalhadores periféricos do capitalismo nordestino.

Referência bibliográfica

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste .3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.



BATISTA, Francisco de Assis. Os sertões dos cariris velhos da Parahyba do Norte. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

BRASIL. Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a Lei n. 601 (Da Repartição Geral das Terras Publicas), de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm >. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 581, de 04 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm >. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império: Dispõe sobre as terras devolutas no Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm

CANUTO, Ellen Cristine Alves Silva. Lei de Terras de 1850: um estudo sobre a propriedade de terras no município de Patos. TCC (graduação) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014, departamento de História.

DINIZ, Leandro Neves. Vida econômica na Paraíba imperial (1850-1870): as famílias livres e pobres e a produção agropecuária. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, v. 38, n. 1, p. 344, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2020.38.1.13>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA. Lúcia Osório. Terras Devolutas e Latifúndio. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Parahyba. Brasília: Thesaurus, 1977.

MARÉS, Carlos. A função social da terra. Curitiba: Arte e Letra, 2021.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

NETO, João da Cruz Gonçalves. SILVA, Keilla Ingrid. A Formação da Propriedade Fundiária no Brasil: A Lei de Terras de 1850. R. Themis, Fortaleza, v.17, n.2, pp. 173-195, jul./dez.2019.



PODELESKI, Onete da Silva. Terras e colonização em discussão no Parlamento Imperial: o debate da Lei de Terras em 1843. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de História. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120929>> Acesso em: 10 de setembro de 2023

RAU, Virgínia. As sesmarias medievais portuguesas. Lisboa: Presença, 1982.

SMITH, Roberto. A transição no Brasil: a absolutização da propriedade fundiária. In: SMITH, Roberto. Propriedade da Terra & Transição: Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O Município de Campina Grande 1840-1905: estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade. – Campina Grande: EDUEFG, 2013.

SUJEITO E ESPAÇO: A MOBILIDADE ESPACIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA TERRITORIALIZAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA ANA DO MATOS (RN), BRASIL

Mario Sélvio Ferreira de Brito
Professor da SME de Santana do Matos-RN. Doutorando do PPGH - UFRN
selio.ferreira@gmail.com

Resumo: Os sertões da(s) Maria(s), do(s) Francisco(s), do(s) Antônio(s), da(s) Joana(s), das Maria(s) de Tal, entre tantas outras de naturalidades diversas, nos faz refletir sobre as idas e vindas desses sujeitos que se tornaram mecanismos modeladores para apreender o sertão como lugar de identidades, memórias e formas. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar uma parte da pesquisa de doutoramento que vem sendo desenvolvida sobre a Freguesia de Santa Ana do Matos – RN (séc. XIX), ressaltando a mobilidade espacial dos seus paroquianos no processo de territorialização desta. Como fonte, foi utilizado o Livro de Casamento nº 1 (1823-1833), no qual foram analisados 285 registros, que possibilitaram mapear as pessoas que viviam nesse território ao enfatizar suas naturalidades. O resultado, trata de uma notável mobilidade espacial de sujeitos, que vieram a contribuir no perfil e identidade dos fregueses de Santa Ana do Matos.

Palavras-chave: Sertões; Sujeitos; Mobilidade Espacial; Identidades.

Introdução



A história do Brasil sempre esteve atrelada ao deslocamento de pessoas constituindo uma dinâmica migratória e, resultando com isso, uma intensa mobilidade espacial desde a costa litorânea até a sua penetração pelos sertões¹⁸. Estes últimos, apresentados ao longo dos tempos de diversas maneiras como: “selvagem”, “bárbaro”, “vazio”, “distante”, “inóspito” (Koster, 1942; Amado, 1995; Salvador, 2010), mas que, tempos depois, será o lugar propício para o gado, o colonizador sesmeiro, do vaqueiro, do pároco, do militar, do juiz, do branco, do pardo, do indígena¹⁹, do preto e dos fregueses. Formando assim, um sertão de muitas famílias como a(s) da(s) Maria(s), do(s) Francisco(s), do(s) Antônio(s), do(s) Manoel, da(s) Joana(s), da(s) Micaela(s), das Joaquina(as), das Aldonsa(s), Ana de Tal, entre tantas outras de naturalidades diversas, levando-nos a refletir sobre as idas e vindas desses sujeitos que se tornaram mecanismos modeladores para apreender o sertão como lugar de identidades, memórias e formas, a partir da mobilidade espacial.

Foram os sujeitos que lutaram nos sertões em nome de Sua Majestade Real almejando os benefícios econômicos (pagamentos) ou pela esperança de conseguir e/ou receber terras e implantar uma “semente” criatória de gado; mas também, uma base familiar, na qual passaram a servir a Coroa ao povoar e pagar seus impostos. Essa dominação também vai ser absorvida pelo poder/controlado da Igreja Católica quando registra informações dos seus fregueses nos livros de assentos (batismo e casamento) alinhando-se à ideia de um controle material e censitário das freguesias. Esta última, de acordo com Vainfas, é apresentada como,

A célula básica da Igreja, assentada na atividade dos párocos em contato com suas ovelhas, mas que exigia o dispêndio da construção e manutenção das Igrejas matrizes e do pagamento de uma espécie de salário aos sacerdotes, a congrua, de modo a torná-los independentes dos fiéis (Vainfas, 2000, p. 294).

É notório que, por mais que se tenha um conceito formado, as freguesias necessitavam do contingente populacional, pois serviam como fonte primária de vida, tanto espiritual quanto

¹⁸ Segundo Maria do Socorro Ferraz, o Sertão é a palavra definidora de muitos conceitos: tem origem latina no verbo serisero, que quer dizer ligar com fio, tecer, juntar, atar, engajar, encadear. Dessa palavra latina se derivaram outras como desejo, deserto, desertum, que se traduz na língua portuguesa por destacar-se, soltar-se, desertar (Ferraz, 2014, p. 188).

¹⁹ É importante informar que a ideia do contexto apresentado não é apagar o espaço dos indígenas, pois sabemos da sua existência e resistência por todo o território do Brasil e os espaços sertanejos. Mas, colocá-los como agentes participantes na formação identitária das freguesias.



econômica. Para Viana (1977), o povoamento do interior, através das raízes do criatório do gado e demais interesses em se fixarem por essas terras, foi fulcral para a criação das freguesias no sertão. Todavia, uma vez criada, torna-se necessário compreender quem são e de onde vieram os participantes dessa nova freguesia.

Nesse contexto, ao se discutir sobre as freguesias, é muito comum tratá-las dentro das questões políticas do padroado, dos seus limites territoriais, do atendimento necessário aos fregueses ocorridos pelas distâncias existentes entre os fiéis e a matriz paroquial ou uma capela mais próxima (desobrigas), a cristianização dos espaços e os seus desmembramentos. De certo, são estudos importantes que direcionam a diferentes olhares sobre a discussão do espaço na historiografia sociocultural.

Destarte, preocupado em entender a formação territorial da freguesia de Santa Ana do Matos para além do ato de criação, o problema que rege esse trabalho parte do seguinte questionamento: de onde vieram esses sujeitos que ajudaram nesse processo? Uma vez que essa questão foi levantada, iniciou uma preocupação em entender como as mobilidades espaciais dos sujeitos contribuíram no processo de territorialização dessa freguesia. Nesse caso, a preocupação surge, por entender que uma formação territorial não se limita apenas a decisões políticas de um grupo responsável em tomar decisões, mas a diversos fatores que nos possibilitam enveredar e suprir essas lacunas.

Assim, enxergar um território somente pela perspectiva do domínio, da imposição e do controle sobre uma delimitação espacial é algo muito fechado, quando tratamos da territorialização do espaço. Ou seja, acaba criando uma lacuna por sentir que podemos buscar algo a mais. Contudo, abrir caminhos e encontrar veredas, faz parte da pesquisa histórica e, por isso, buscamos contribuir a partir de outro viés: da mobilidade espacial dos sujeitos. Desse modo, a análise parte da heterogeneidade dos sujeitos e os diversos espaços que se misturam para produzir um novo.

Assim, o objetivo desse estudo é analisar o processo da territorialização da Freguesia de Santa Ana do Matos por meio dos sujeitos e suas mobilidades espaciais como parte



indissociável nesse decurso²⁰. Para caminhar nessa discussão, foi essencial as informações contidas no banco de dados construído a partir do Livro de Casamento nº1 da Freguesia de Santa Ana do Matos, no qual foram utilizados 285 registros de casamentos que correspondem aos primeiros dez anos de sua existência. Como método, foi utilizado a Micro-história de Carlo Ginzburg, ao propor um estudo intensivo objetivando reconstituir a complexidade das relações que ligam os indivíduos à sociedade (Ginzburg; Poni, 1991; Lima, 2012).

Nesse contexto, e aqui, embasado no pensamento de Febvre (1965) a respeito das responsabilidades do historiador quanto aos desafios, não podemos nos resignar frente às lacunas na informação e, diante de tais situações, devemos procurar preenchê-las. Para isto, usaremos os documentos, não só de arquivos, mas também um poema, um quadro, um drama, a estatística e os materiais arqueológicos. O historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras e a expressão vencida pelo tempo (Lefebvre, 1965).

A Freguesia de Santa Ana do Matos e a mobilidade dos sujeitos

A Freguesia de Santa Ana do Matos foi criada no ano de 1821, através do Alvará Régio, assinado no dia 13 de agosto, em fins do Período Colonial no Brasil. Localizada no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte, ocupava a área mais central, tendo como sede o povoado de Santa Ana do Pé da Serra e ficava localizada entre a Freguesia de Santa Ana do Seridó e a Freguesia do Assú. Tinha aos seus cuidados duas capelas: a de São José dos Angicos (Angicos) e a de Nossa Senhora da Conceição (Guamaré); como também um elevado número de fregueses para atender durante as desobrigas nas centenas de moradias espalhadas em seus limites paroquiais. Sua origem ocorreu a partir do desmembramento da Freguesia de São João Batista do Assú, que compreendia uma vasta extensão territorial, tanto para a margem esquerda como para a margem direita do rio Açu, estendendo-se até o litoral.

Desde cedo, a Freguesia de Santa Ana do Matos apresentou em suas raízes familiares uma heterogeneidade de sujeitos (homens e mulheres) vindos de outras freguesias, próximas ou distantes, e do além-mar (gentio de Angola), que participaram do processo da formação

²⁰ Esse estudo faz parte de uma pesquisa de doutoramento e que trata de uma proposta levantada para compreender uma parte da territorialização da Freguesia de Santa Ana do Matos no Rio Grande do Norte, não sendo o único meio analisado para compreender esse processo.



territorial. Nesse percurso, constituído pela mobilidade espacial dos sujeitos, abrindo caminhos para refletir como isso contribuiu para a organização espacial dessa freguesia.

Segundo Heidemann, a mobilidade espacial consiste:

Essencialmente no sujeito migrante que, além de carregar consigo a identidade cultural, é a representação da ação, do movimento, pois ele está envolvido na ação de ir e vir, de deslocar-se de um lugar para outro e de estar sujeito a uma organização econômica, social, política ou simbólico/cultural que são determinantes de seu comportamento (Heidemann, 1998, p.17).

Apesar de discutirmos a mobilidade desses sujeitos para formar um novo território, não devemos nos distanciarmos de toda a bagagem que vem junto com esses sujeitos ao se deslocarem pelos espaços. Com isso, Cresswell (2006), chama nossa atenção ao fato de que esse termo não se refere somente ao movimento de “corpos”, mas traz em si um significado amplo, por considerar um fenômeno social que envolve estruturas, meios, culturas e significados. Para Batarce e Batista (2020), entender esses fenômenos sociais que são as migrações a partir de estudos específicos, pode auxiliar nos processos sociais tanto em uma perspectiva micro quanto no entendimento de fenômenos mais gerais. Em todo caso, segundo os autores, é no território que são impressas as marcas identitárias dos sujeitos e à medida que ele migra, carrega consigo sua identidade que é moldada no tempo e no espaço (Batarce; Batista, 2020).

Para Paiva (2012), muito dessas marcas são percebidas nas construções arquitetônicas, entretanto, não se deve direcionar a visão somente para essas impressões já que os territórios também se constituem de cultura imaterial (festas, culinárias ou religiosidade). Esses elementos apontam para viver o território diferente do seu de origem. Posto isso, é preciso pensar de onde vieram esses sujeitos que vão se enraizando, ao tempo em que passam a ser agentes efetivos na materialização do novo território eclesiástico. Assim, faz necessário compreender de onde vieram (as naturalidades) os sujeitos que, nos primeiros dez anos de criação da freguesia, dinamizaram as raízes familiares e identidade dos paroquianos da Freguesia de Santa Ana do Matos.

Para isso, após ser analisado o banco de dados construído com as informações do Livro de Casamento nº 1 (1823-1833), foi constatado um número significativo de pessoas vindas de

outras freguesias e se estabelecerem nesta por motivos diversos. Seria perigoso de nossa parte afirmar os reais motivos dessa vinda, pois não temos amparo documental para isso. Porém, diante dessas incertezas, podemos assegurar dois motivos: o que está relacionado ao trabalho e, o outro, às relações religiosas do sacramento do matrimônio.

Com isso, a tabela abaixo mostra, no geral, o número de pessoas que vieram de outras freguesias, seguidos de suas averbações, nos primeiros anos de criação da freguesia.

Tabela 1: Quantidade de sujeitos vindos de outras freguesias separados por gênero e cor de 1823-1833

Sexo	Qualidade / Averbação			Total Geral
	Branco(a)	Pardo(a)	Preto(a)	
Homem	18	55	9	79
Mulher	8	20	4	32
Total	23	75	13	111

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Livro de Registro de Casamento nº 1 (1823-1833) da Freguesia de Santa Ana do Matos-RN

Podemos perceber um número significativo de sujeitos que nos dão uma margem da dinamicidade dos espaços que, mesmo não sendo a intenção, contribuíram para a territorialização da Freguesia de Santa Ana do Matos.

Como podemos observar na tabela acima, o número de homens foi superior ao das mulheres. Mas, também, é importante perceber que os pardos(as) foram maioria tanto dos homens quanto das mulheres sobre os brancos(as) e os pretos(as). Os brancos(as) seguem a segunda colocação entre os homens que aqui se estabeleceram e plantaram suas raízes identitárias através do matrimônio. Aqui, tratamos de números e não de condições econômicas, pois, muitos pardos carregaram títulos de patentes militares e laços familiares ligados aos brancos, não sendo adequado assumir que estes últimos fossem os únicos detentores de condições fundiárias e de atividades públicas. Quanto aos pretos(as), apesar de ser a minoria, chama a atenção por ser registrados como pretos d'Angola, levando-nos a entender que não eram naturais da terra, mas vindo do outro lado do oceano e, mesmo sem ser a sua intenção, participaram da territorialização da freguesia através da mobilidade espacial e seus matrimônios.



É cabível considerar que uma freguesia não se constitui apenas como resultado de uma política decisória (alvará régio ou avaliação do bispado) de repartição de terras de um território mais extenso para dar origem a um outro. Mas sim, uma vez que é criada, precisava construir sua própria identidade e a dinamicidade dos sujeitos através de suas mobilidades como fatores participantes das raízes identitárias do novo território cristão.

Nesse caso, segundo Souza (2000), isso acontece porque a ocupação de um território é vista como algo gerante de raízes e identidade. E continua,

[...] um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta –, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade socioespacial, identidade na verdade, não apenas como espaço físico, concreto, mas como território e, por tabela, com o poder controlador desse território (Souza, 2000, p. 81).

De certo, a mobilidade de um sujeito no espaço requer e parte de seus interesses e necessidades, ligando-os ao espaço concreto, mas também, outras ações de vivências como os atos religiosos contribuem para sua permanência em diversos espaços. Uma vez que se desloca do seu lugar de origem, os sujeitos levam consigo suas características identitárias que, ao chegar a outros territórios e se fixarem de forma permanente, resulta em um novo.

Essa mobilidade espacial torna-se fator relevante para compreender a territorialização de outros lugares, principalmente, quando um novo território passa a ser delimitado e apresenta necessidades claras de uma identidade própria. Isso, segundo Bonnemaïson (1981, p. 253-254), acontece porque um território, antes de ser uma fronteira, é primeiro um “conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários e, nesse processo, a territorialização vai englobar, ao mesmo tempo, aquilo que se pode denominar de fixação (definido como enraizamento) e aquilo que é mobilidade”.



Sendo assim, uma vez que chegaram os fregueses estrangeiros²¹, abre o espaço para o amadurecimento destes com a nova freguesia, permitindo refletir que uma vez criada, esta busque ter sua identidade própria, ocasionando, com isso, um verdadeiro mosaico espacial nesse processo de territorialização. Esse último, segundo Haesbaert e Limonad (2007), age a partir de duas vertentes: a primeira, característica dos principais agentes que são os indivíduos e os grupos culturais; e, a segunda, definida como principais vetores que trata das relações de identificação cultural. Desse modo, os autores, ao tratarem do território e os processos de territorialização, afirmam que:

A construção do território resulta na articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social. Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais (Haesbaert; Limonad, 2007, p. 49).

Uma vez que a Freguesia do Assú se desmembrou para dar origem a de Santa Ana do Matos, esta última teve por obrigação se materializar e, aqui, pensar para além de uma delimitação territorial, e perceber, aos poucos, como essa segunda parte foi sendo efetivada ao longo dos tempos. Assim, apresentamos aqui a mobilidade espacial dos sujeitos vindos de outras freguesias que materializaram a freguesia recém-criada com o sacramento do matrimônio.

Na Freguesia de Santa Ana do Matos, foi possível observar uma intensa mobilidade espacial dos sujeitos vindos de outras freguesias e os escravos d'Angola que, por motivos de trabalho (livre ou escravo) ou o sacramento do matrimônio, chegaram e foram enraizando suas identidades de novos fregueses e, posteriormente, fregueses naturais através de seus descendentes. Na tabela abaixo, é possível perceber a quantidade de sujeitos e suas freguesias de origem.

²¹ Definimos fregueses estrangeiros, todos aqueles que chegaram à freguesia de Santa Ana do Matos através da mobilidade espacial e fixaram-se através dos matrimônios e construíram suas raízes com os seus descendentes.

Tabela 2: Relação das freguesias e quantidade de sujeitos que entrecruzaram com a Freguesia de Santa Ana do Matos – 1823-1833

Homem Naturalidade	Nº	Mulher Naturalidade	Nº
Freguesia do Apodi	1		
Freguesia de Aracati	1	Freguesia de Aracati	1
Freguesia do Assú	21	Freguesia do Assú	5
Freguesia de Brejo de Areia	6	Freguesia de Brejo de Areia	4
Freguesia do Cuité	2	Freguesia do Cuité	2
Freguesia de Extremoz	7	Freguesia de Extremoz	2
Freguesia de Goiana	1		
Freguesia do Jaguaribe	1		
Freguesia de Mamanguape	1		
Freguesia de N. S. da Apresentação	5	Freguesia N. S. da Apresentação	3
Freguesia de N. S. de Goianinha	2		
Freguesia de N. S. da Guia	3		
Freguesia de N. S. das Neves da PB	1		
Freguesia de N. S. do Ó	1		
Freguesia de Pau dos Ferros	2	Freguesia de Pau dos Ferros	2
Freguesia de Pombal	3	Freguesia de Pombal	2
Freguesia de Portalegre	1		
Freguesia de Quixeramobim	1		
Freguesia de Russas	1	Freguesia de Russas	2
Freguesia de S. José de Mipibu	4		
Freguesia do Seridó	5	Freguesia do Seridó	3
Freguesia de Vila Flor	2		
Gentio D'Angola	7	Gentio D'Angola	3
		Freguesia de S. F ^{co} do Canindé	1
		Freguesia N. Senhora do Desterro	1
		Freguesia de Pajau das Flores	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Livro de Casamento nº 1 (1823-1833) da Freguesia de Santa Ana do Matos.

Ao analisar a tabela acima, percebemos o elevado número de fregueses (homens) que vieram da Freguesia do Assú. Contudo, é importante perceber que essa quantidade está relacionada ao fato da Freguesia de Santa Ana do Matos ter sido criada a partir do desmembramento da Freguesia do Assú. Todos que vieram dessa última, cabe refletir sobre dois pontos: os fregueses da margem esquerda e os fregueses da margem direita. Mas, o que isso tem a ver com a contribuição da materialização e identidade da nova freguesia?



Uma vez desmembrada, todos os moradores que ficaram na margem esquerda do rio Açu, permaneceram com a sua naturalidade de origem, ou seja, originários da Freguesia do Assú. Entretanto, todos os demais que estavam na margem direita, permaneceram com a naturalidade ainda pertencendo ao Assú, mas identificado como fregueses de Santa Ana do Matos e deixando somente aos seus descendentes a nova naturalidade. Assim, o número apresentado na tabela pode indicar uma origem de nascimento e vivências ou uma naturalidade de uma (no caso Assú) e a vivência de outra (Santa Ana do Matos). As demais informações, cabe destacar a vinda de sujeitos de outras freguesias mais distantes como das Freguesias de Extremoz, Brejo de Areia, do Seridó, de Nossa Senhora da Apresentação, São José de Mipibu, Pombal, Nossa Senhora da Guia e, bem mais distante, de Angola.

Ao analisar a mobilidade espacial das mulheres, percebemos ser menos expressiva em quantidade, mas de valor histórico importantíssimo para compreendermos que essa mobilidade serviu como fator contribuinte da territorialização da Freguesia de Santa Ana do Matos, uma vez que essas mulheres trouxeram suas raízes originárias e a disseminaram através dos laços matrimoniais e suas descendências para a materialização desse território eclesiástico. Cabe destacar que, a maioria delas, vieram das mesmas freguesias que apresentaram o maior número de homens que também foram partícipes dessa construção. Na tabela abaixo, é possível apreender que muitos homens e mulheres vieram das mesmas freguesias e se estabeleceram por aqui através do matrimônio.

Tabela 3: Quantidade de sujeitos (homens e mulheres) que vieram das mesmas freguesias para a Freguesia de Santa Ana do Matos – 1823-1833

Homem Naturalidade	Nº	Mulher Naturalidade	Nº
Freguesia de Aracati	1	Freguesia de Aracati	1
Freguesia do Assú	21	Freguesia do Assú	5
Freguesia de Brejo de Areia	6	Freguesia de Brejo de Areia	4
Freguesia do Cuité	2	Freguesia do Cuité	2
Freguesia de Extremoz	7	Freguesia de Extremoz	2
Freguesia de N. S. da Apresentação	5	Freguesia N. S. da Apresentação	3
Freguesia de Pau dos Ferros	2	Freguesia de Pau dos Ferros	2
Freguesia de Pombal	3	Freguesia de Pombal	2
Freguesia de Russas	1	Freguesia de Russas	2



Freguesia do Seridó	5	Freguesia do Seridó	3
Gentio D'Angola	7	Gentio D'Angola	3

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Livro de Casamento nº 1 (1823-1833) da Freguesia de Santa Ana do Matos.

Das vinte e cinco freguesias, somadas com o espaço de Angola, é possível observar que, entre elas, quase a metade participaram da mobilidade espacial tanto por homens quanto por mulheres. Em muitas das vezes, os números são iguais para ambos, muito embora, há sempre a maioria atribuída aos deslocamentos dos homens. Contudo, não existe uma certeza se todos vieram para esta freguesia apenas com o intuito e/ou com o compromisso firmado para o matrimônio. Entretanto, é possível afirmar que no momento do matrimônio, eram registrados como moradores da Freguesia de Santa Ana do Matos, como mostra os registros de casamentos abaixo do ano de 1824.

Aos vinte dias do mês de janeiro de mil oito centos e vinte e quatro pelas onze horas do dia nesta Matriz de Santa Anna do Mattos tendo precedido as canônicas denúncias sem impedimento, confissão e exame da doutrina christã, ajuntei em matrimonio e dei as Benções nupciais aos meus Paroquianos Felipe Neri de Galisa e Aldonsa Maria da Conceição, **elle natural da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Riogrande**, ella natural desta Freguesia e **na mesma moradores**; forão testemunhas Joaquim Joze Barbosa e João Alves, cazados e moradores nesta freguesia. (Vigário João Theotonio de Sousa e Silva). (Livro de Casamento I da Freguesia de Santa Anna do Mattos, p. 4-4v, grifo nosso).

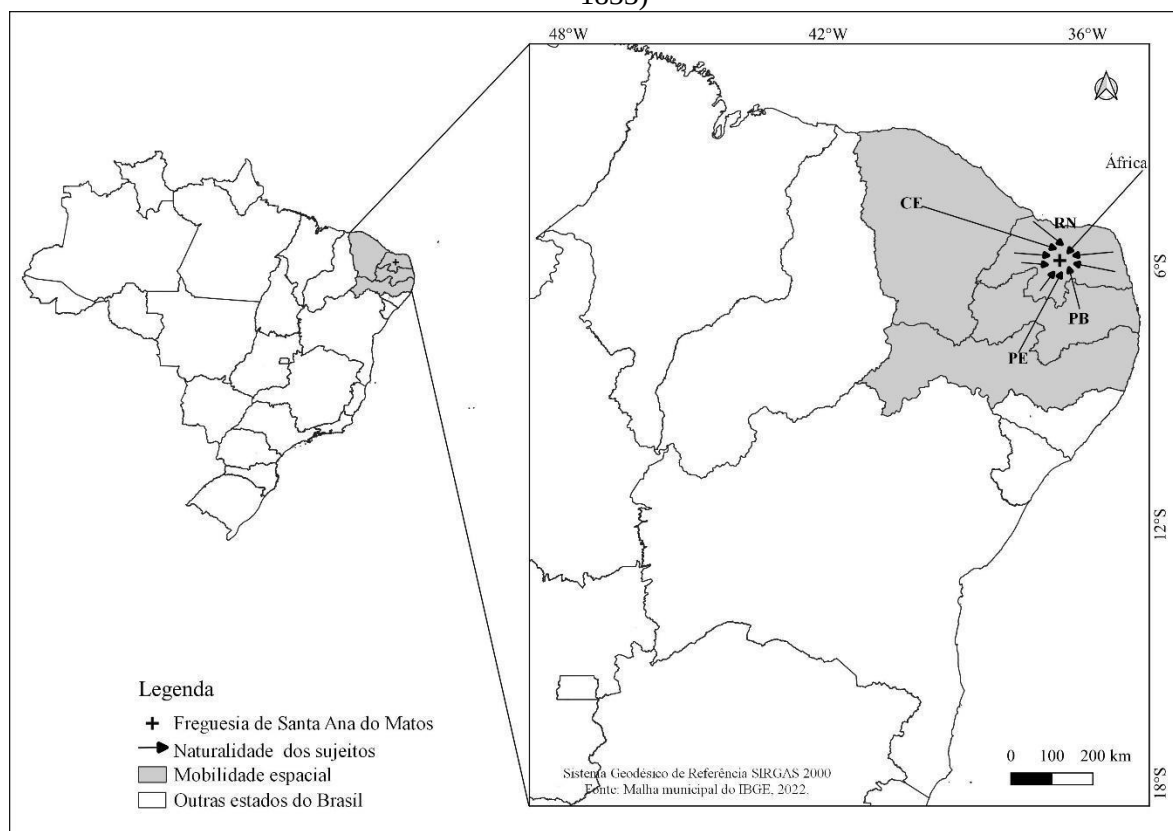
Em outro assento paroquial, registrou-se,

Aos vinte e dous dias do mês de janeiro de mil oito centos e quarenta e quatro pelas quatro horas da tarde nesta Matriz de Santa Anna do Mattos tendo precedido as canônicas denúncias sem impedimento, confissão e exame da doutrina christã, ajuntei em matrimonio e dei as Benções nupciais aos meus Paroquianos Antonio Claudio Fernandes e Victoriana Maria de Paiva, elle natural desta Freguesia e **ella da Freguesia do Riogrande do Norte, e nesta moradores**, sendo testemunhas Joaquim Joze Barboza, cazado, e Joze da Silva, moradores nesta Freguesia, de que para constar fiz este assento, que com as ditas testemunhas assigno – O Vigário João Theotonio de Sousa e Silva. (Livro de Casamento I da Freguesia de Santa Anna do Mattos, p. 4v, grifo nosso).

Isto posto, foi possível produzir um mapa da mobilidade espacial dos sujeitos e seus respectivos espaços de origem, mostrando assim, a dinâmica promovida por eles que resultaram nos novos fregueses (Figura 1). Nessa perspectiva, passamos a enxergar que a formação da

Freguesia de Santa Ana do Matos é oriunda de “multi” naturalidades que vão desencadear na identidade do novo território cristão e suas raízes familiares no decorrer das décadas.

Figura 1: Mapa da mobilidade espacial dos sujeitos até a Freguesia de Santa Ana do Matos (1823-1833)



Fonte: Raila Mariz, 2023.

Considerações não-finais

Ao observarmos essa mobilidade, percebemos que a Freguesia de Santa Ana do Matos, no início de sua criação, tem suas raízes de um território “multi”, ao ser constituído também por sujeitos vindos de outras freguesias e caracterizando um processo de “entrecruzamento” de naturalidades para a sua formação. Para Haesbaert (2004), pensar essa multiterritorialidade não é uma coisa nova, quando leva em consideração o fato de que o processo de territorialização pode partir do nível individual ou em pequenos/grandes grupo(s). Com isso, ponderamos o nosso olhar para uma multiterritorialidade dividida e encabeçada sobre duas categorias: a categoria da mobilidade espacial interna e a categoria da mobilidade espacial externa.



A mobilidade espacial interna inclui todas as freguesias e seus sujeitos que estão próximos ou distantes da Freguesia de Santa Ana do Matos, mas que se encontram dentro do território macro. Nesse caso, o macro, faz referência à Província do Rio Grande do Norte. Estas representaram um quantitativo que totalizaram 13. A mobilidade espacial externa trata de todos os espaços (freguesias) que estão além dos limites territoriais da Província do Rio Grande do Norte, que totalizaram 13 (somando com o espaço de Angola).

Essas categorias nos permitem analisar que a Freguesia de Santa Ana do Matos, esteve diante de uma significativa mobilidade espacial realizada ao longo dos seus primeiros dez anos de criação. Como resultado, ocorreu parte da identidade da própria freguesia, pois, por mais que estejamos cientes da política do governo real e da política eclesiástica em intensificar o seu poder e controle sobre os espaços, o direcionamento das mobilidades nos permitem entender a territorialização a partir dos deslocamentos dos sujeitos que vieram e se agruparam no mesmo espaço. Além disso, uma vez que se fixaram, alicerçaram as bases familiares que perduram até hoje por essas terras.

Longe de dizer que o estudo está completo e que só existem freguesias se olharmos para as mobilidades, estaríamos sendo grotescos. Pelo contrário, o estudo ainda requer intensificações e aprofundamentos. Por isso que tratamos aqui de considerações não-finais. No entanto, uma vez que abrimos espaço para analisarmos tais fatores como os apresentados acima, podemos estar nos permitindo a novos caminhos e olhares visando intensificar pesquisas futuras no aprofundamento sobre as freguesias. Pois, à medida que os sujeitos se movimentam pelos espaços, trazem como “bagagens” seus costumes, seus hábitos, suas crenças, suas simbologias que servem para compreendermos novos territórios (Sack, 1986) e suas raízes familiares.

Referências

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n.15, 1995, p. 145-151.

BATARCE, Ana Paula Archanjo.; BATISTA, Elicardo Heber de Almeida. O Paradoxo entre mobilidade espacial, migração e os direitos humanos nas sociedades contemporâneas. **Revista Georaguaia**. Barra do Garça – MT, v.10, n.1, p. 146-170, junh-2020.

BONNEMAISON, Joël. **Voyage autor du territoire: L’espace géographique** – Dossier <La Géographie Culturelle> vol. 10 (4), Paris, 1981, p. 249-262.



CRESSWELL, Tim. **On the move**: Mobility in the modern western world. New York: Routledge, 2006.

FEBVRE, Lucien. **Combates da história**. Paris: Armand Colin, 1965.

FERRAZ, Maria do Socorro. A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) **O Brasil colonial 2 (1580-1720)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 171226.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempo de globalização. Etc, Espaço, Tempo e Crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**. nº. 2 (4), vol. 1, agosto de 2007, p. 39-52.

HEIDEMANN, H. D. O migrante da racionalização global. In: MIGRANTES, Serviço Pastoral dos. *et al.* **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução: Luís da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antônio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (Orgs.) **Migrações**: implicações passadas, presente e futuras. Marília: Oficina Universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SACK, Robert. **Conceptions of space in social thought**: a geographic perspective. Macmillan Press, LTD, 1986.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Ed. revista por Capistrano de Abreu. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia**: conceitos e temas. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.



VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VIANA, Hélio. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1977.

ST: O SERTÃO IMAGINADO E REPRESENTADO: PRÁTICAS, COSTUMES E TRADIÇÕES DO ESPAÇO MAIOR DO NORDESTE BRASILEIRO

Coordenadores:
José Ferreira Júnior
Janaina Freire Dos Santos

Afirma Pesavento (2008) não haver sociedade que viva fora do imaginário e este revela a capacidade humana de representar o mundo. A exteriorização desse imaginário se dá mediante representações, através das quais, segundo Castoriadis (1986), indivíduos e grupos dão sentido ao mundo onde vivem. O Sertão nordestino é rico em representações que revelam a existência de imaginário multifacetado, depositário de uma memória capaz de conservar certas informações que, segundo Le Goff (1996), fazem parte de um conjunto de funções psíquicas. Este Simpósio Temático acolherá textos que discorrem sobre o imaginário sertanejo nordestino e suas representações: expressões de fé, práticas morais, costumes, tradições, superstições, etc. Abre as portas à interdisciplinaridade, sendo bem-vindas abordagens provenientes da Antropologia, da Sociologia, da linguística e da Literatura, pesquisas concluídas ou em andamento.

“UMA SANTIFICAÇÃO POPULAR”: ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO RELIGIOSA E DA MEMÓRIA EM TORNO DE MÁRTIR FRANCISCA (AURORA/CE, 1997-2016)

Josefa Leila Pereira Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande- UFCG
Josefa.leila@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações e a memória construída em torno da santa popular da cidade de Aurora, estado do Ceará: a chamada Mártir Francisca. É importante destacar que, a “santificação popular” ocorreu por causa de um crime de assassinato em 1958, em que a jovem Francisca Augusto da Silva, foi vítima de Francisco Ferreira Barnabé, com quem havia se relacionado. Assim, a presente pesquisa busca utilizar as fontes escritas que apresentam relatos dos devotos, para discutir as formas de sua representação, bem como as manifestações religiosas para uma santidade local. Outrossim, utiliza-se a metodologia da História Oral por meio dos relatos escritos, ademais o aporte teórico se fundamenta na História Cultural, por meio dos conceitos de memória, santidade e gênero, a partir de Chartier (1990), Le Goff (1924) e Andrade (2008).

Palavras-chaves: História Oral; Memória; Santa Popular, Aurora-Ceará.

INTRODUÇÃO



Essa pesquisa é resultado de um projeto de pesquisa ainda em andamento que tem como tema a história da santa popular Mártir Francisca da cidade de Aurora- CE, assim o objetivo da pesquisa é investigar o processo de crenças e devoções a Mártir Francisca que a transforma em santa, mas que não é reconhecida oficialmente, apenas pela população e assim compreender os seus impactos sociais e culturais para a população local explicando e reconhecendo a relevância para as tradições religiosas.

Dessa forma, o presente trabalho busca questionar as práticas religiosas de uma devoção popular que possibilitaram o reconhecimento local, de como Francisca tornou-se santa por meio da crença da população. Logo, busca-se resgatar a trajetória histórica de 1997 a 2016. Através das expressões religiosas e dos devotos que abrangiam todas as posições sociais, mesmo uma expressão da religião católica não oficial, mas que é reconhecida popularmente com isso, observa-se que a capela é um símbolo dessa devoção, é o local em que as pessoas acreditam estar em contato com o divino.

O interesse pelo tema pesquisado surgiu, pois, a história da Mártir Francisca é conhecida por todos da região e está presente no cotidiano local, assim influenciou o estudo e investigação da temática. Além disso, com uma relevância social para a cidade ao estudar uma crença da população em geral através das devoções pela Mártir, com isso é um conhecimento pela história para a sociedade atual buscando uma nova compreensão dentro da historiografia. Assim, contribuindo para o conhecimento histórico científico, seguindo um caminho que promova a difusão sobre as experiências dos devotos com a santa popular, seguir pelo caminho da memória coletiva sobre o reconhecimento que a santa tem atualmente e que pode ser divulgada ao longo do tempo através um trabalho historiográfico.

A HISTÓRIA DA SANTA POPULAR

Inicialmente, faz-se necessário apresentar a história de Francisca Augusto da Silva que tornou a santa Mártir Francisca, filha de agricultores, com idade de 16 anos estava noiva de um rapaz conhecido como “Chico Belo”, mas por solicitação do seu pai teve que terminar o noivado, como o mesmo já ouvia falar sobre o comportamento do rapaz que não era muito correto, então a jovem fez o que seu pai pediu. Entretanto, o rapaz não aceitou essa decisão e começou a perseguir a jovem depois disso.



Em 1958, quando a jovem voltava para casa de uma festividade religiosa que teve na cidade foi atacada pelo rapaz e assassinada, a jovem foi vítima de um crime de feminicídio pelo seu ex-noivo que não aceitava o término do relacionamento. O seu corpo foi localizado debaixo de uma árvore, onde seu pai construiu um pequeno santuário em sua homenagem e a partir daquele momento começou o ideário de que Francisca teria se transformado em uma santa, denominando-a como Mártir Francisca.

Iniciou-se as visitas de pessoas que iam ao local fazer orações, e logo mais retornavam para agradecer, foi sendo colocados ex-votos que são vários objetos deixados pelos fiéis como forma de agradecimento, demonstrando assim a fé que realmente os moradores tinham. Cada vez mais foi se propagando os relatos de graças alcançadas por intercessão a Mártir Francisca, e sendo divulgada para outras localidades vizinhas da região

É possível compreender que a devoção se deu a partir do momento do crime, se acreditou que devido ao sofrimento que a jovem enfrentou após a morte se tornou uma santa “os mártires eram certamente santos e sua autenticidade repousava no fato de que a comunidade havia testemunhado, um dia, sua morte exemplar. O martírio era o sacrifício perfeito e implicava em perfeição espiritual alcançada” (De Andrade, 2008, p. 241). Assim, a definição de Mártir Francisca a qual passou por um sofrimento, purificação e foi visto por demais pessoas que acreditam e construíram sua santidade.

As manifestações religiosas foram englobando cada vez mais devotos que vinham de outras regiões e com isso foi dado início pela organização de moradores da cidade e devotos, a construção de uma capela ao lado do santuário, para receber todos os fiéis. Assim, começaram arrecadações de materiais para a sua construção e em 1997 foi a inauguração da atual capela a qual tem como padroeira Nossa Senhora dos Milagres, como a Mártir Francisca não foi reconhecida como santa oficialmente pela Igreja Católica.

Atualmente, todo dia 9 de cada mês se tem uma procissão com o padre da região e demais devotos que saem da Igreja Matriz e vão para a “capelinha da moça” como assim é chamada, lá logo a celebração de uma missa que ocorre no mês de novenas, e em fevereiro. Desse modo, é uma devoção que se faz para uma santa popular, seus devotos que a construíram e propagam através de sua fé e graças alcançadas e a capela é o símbolo dessa devoção.



[...] da mesma forma que o conceito aqui empregado de “santificação” refere-se à forma que os devotos tem de qualificar um morto comum e transformá-lo em especial, contrapondo-se a visão de “canonização” estabelecida pelos cânones católicos, o termo “milagreiro ou milagreira de cemitério” se refere aos mortos dotados de poderes, instituídos pelos devotos, e que resolvem problemas materiais e espirituais dos que os procuram. (Júnior, 2012, p. 84)

Dessa forma, a santificação da Mártir Francisca é resultado da crença dos moradores sobre o seu possível martírio, os milagres que foram alcançados e propagados. Além disso, a jovem era uma moça que frequentava apenas eventos religiosos e muito obediente a seus pais com isso, o seu comportamento também foi relevante para os seus devotos. A religiosidade popular como uma parte da cultura de um povo, principalmente do nordestino por meio da fé, acredita que os seus pedidos serão alcançados pelo divino. Dessa forma aquele que se volta para algo que consideram sagrados, é pelo fato que este pode ajudar a solucionar ou amenizar seus problemas seja uma cura, ou dificuldade financeira, e caracterização do seu existir, é um elemento constituinte de suas crenças, em qualquer que seja a religião do indivíduo em sociedade.

A CONSTRUÇÃO DO PASSADO A PARTIR DA MEMÓRIA

A religiosidade católica é apresentada através das manifestações em torno dos cultos, sejam dedicados a santos reconhecidos pela Igreja católica ou não, a devoção, as práticas devocionais são iguais. Com isso, esse estudo está situado na análise de uma manifestação da religiosidade não oficial algo que vai além da instituição. Em uma realidade social os indivíduos têm suas relações com aquele contexto são “representações coletivas que se apropriam dos esquemas geradores de sentido, próprios da instituição e os reinterpreta de acordo com suas necessidades” (De Andrade, 2008, p. 254) é transmitido pelas pessoas sobre uma graça alcançada e promovendo novos adeptos, o imaginário dos fiéis é que constroem a definição de milagre e o santo.

Dessa forma, o presente trabalho busca questionar as práticas religiosas de uma devoção popular que possibilitaram o reconhecimento local, de como uma santa que é considerada assim pela crença dos devotos. Através da contribuição teórica da História Cultural, ao passo que a presente pesquisa investiga as representações de uma determinada realidade social em que



existem interesses e interpretações distintas desse espaço, cada indivíduo caracteriza o seu mundo social da forma a qual seja. Desse modo, a presente pesquisa investiga a representação que a Mártir ganha na cidade pelos devotos o que será compreendido por meio da interpretação das fontes, de como isso é sentido e vivido pelos indivíduos que a tornaram uma santidade mesmo que apenas local.

Assim como afirma Chartier (1990) a História Cultural busca perceber como uma realidade social ocorre e como isso é sentido e entendido. Logo, é analisado o mundo social pois suas representações são formuladas por grupos a partir dos seus interesses o constroem, a compreensão do espaço em que realizam suas vivências decorre de cada escolha e percepção de mundo que cada pessoa tem. Dessa forma, a História Cultural tem como objetivo perceber o modo como a cultura de um dado lugar acontece, sua forma de fazer, mostrar e ser interpretada pela comunidade (Chartier, 1990 *apud* Barros, 2011) e a representação cultural é como é visto algo, interpretado, o modo de como é divulgado no meio social.

O presente trabalho também está baseado na perspectiva da História Local, as histórias de uma cidade e de seus habitantes que foram produzidas ao longo do tempo são componentes do processo histórico, dessa maneira os indivíduos constroem suas identidades que são distintas e importantes para a memória de um local. Desse modo, é uma forma de estudo que está voltada para entender como as pessoas vivem nos espaços que tem como guia o poder político e econômico, assim estuda uma região, uma cidade, buscando compreender a identidade regional a partir da diversidade.

Portanto, ao se debruçar sobre um determinado lugar consegue produzir conhecimentos sobre o seu passado. O indivíduo ao fazer uma monografia local ou regional estuda aquele espaço social em que faz parte, abordando sobre os homens que vivem nesse contexto, assim como os poderes existentes e exercidos, os vários espaços e a investigação da cultura que molda a realidade (Mattoso, 1998 *apud* Donner, 2012) é um trabalho que se debruçam em estudar sobre uma comunidade permitindo a transmissão de identidades e memórias coletivas. Enquanto investiga um passado local está conhecendo o lugar que pertence.

Além disso, a pesquisa também trabalha com o conceito de memória como seguirei pelo caminho teórico e metodológico da História Oral, a partir da memória dos devotos de Mártir Francisca. Assim, a partir de Le Goff (1990) quando se voltamos para a definição de memória



ele é algo individual e psicológico, em que o homem através dela pode rever novamente informações do passado, é algo oriundo da subjetividade daquele que retoma e fala sobre o passado, suas experiências já vividas. Desse modo, a memória é resultado de uma formulação psíquica e intelectual em que um indivíduo transmite sobre um determinado passado ao está inserido em contexto social, a partir de suas relações com outros.

Esta pesquisa tem base no campo da memória com o nível da memória voluntária, pois significa a lembrança através da rememoração no presente buscando a recomposição do passado “a recordação é pois um trabalho de organização de fragmentos, reunião de pedaços de pessoas e de coisas, pedaços da própria pessoa que boiam no passado confuso e articulação de tudo criado com ele um “mundo novo” (Albuquerque Junior, 2007, p. 43) sendo o conceito da memória pelo autor de que o indivíduo retorna pela lembrança sobre o acontecimento e transmite com sua experiência individual, a respeito de um determinado passado, traz para o presente um novo momento composto por vivências.

Portanto, para chegar a própria lembrança é necessário o estímulo dos signos como no momento da entrevista que pelas perguntas promove a reflexão, o lembrar que permite a recordação de algo no tempo e espaço. Outra explicação dentro do conceito de memória que auxilia na abordagem teórica da minha investigação é o contato com o tipo de memória do nível afetivo, pois é o acesso a sentimentos, sensibilidades, emoções que estão presentes nas recordações, assim serão lembranças compostas por sentimentos que as possíveis perguntas durante as entrevistas podem influenciar.

OS DEPOIMENTOS ATRAVÉS DA FONTE ESCRITA

Enquanto uma pesquisa que está em andamento, não foi possível realizar as entrevistas, como tem todo um processo teórico e metodológico, mostro aqui os relatos extraídos das fontes escritas. Sendo assim, para então entender sobre a devoção a pesquisa seguira o caminho através de fontes orais, Albuquerque Junior (2007) nos permite a compreensão de que o historiador faz a manipulação da memória advindas da oralidade ou escritas, tanto memórias individuais como coletivas são vistas como uma importante fonte para uma investigação histórica, então, através das entrevistas será possível perceber as memórias e identidades:



[...] A análise dos depoimentos de história oral, ou seja, da fonte construída, pode se constituir em experiência ímpar e surpreendente, pela riqueza e diversidade das versões obtidas e muitas vezes pela possível sugestão de interpretações alternativas sobre determinado assunto, bem como pelo estímulo à novos temas a serem pesquisados. (Delgado, 2017, p. 30)

Dessa forma, a História Oral, enquanto um processo metodológico para a construção do conhecimento histórico por meio de suas fontes, necessita de informações, testemunhos versões sobre a história já vivida, são falas induzidas, com as entrevistas temáticas, será permitido o acesso a experiências vividas ou testemunhadas pelos entrevistados. Desse modo, será possível saber sobre crenças e práticas religiosas, com isso perfil dos entrevistados é composto por pessoas que são devotas da Mártir Francisca.

Diante disso, entendo que o conceito de memória contribui para a compreensão das lembranças dos indivíduos, que serão relevantes suas informações para a pesquisa, e o entendimento também do cotidiano, uma compreensão do real, e as implicações de um tempo já vivido, assim para a narrativa que traz aspectos da vida social e de uma pessoa. A memória transformada em uma história, torna se uma documentação que reflete no passado e no presente, precisa de algo exterior, é a construção de uma fonte pela história. A memória nos permite ter acesso a um material composto por aquilo que é importante e que nos leva ao conhecimento de algo que já passou, mas que através da lembrança nos permite fazer uma apropriação do passado.

O historiador Albuquerque Junior (2007) traz contribuições para o presente estudo ao fazer uso da memória pela sua discussão, é importante para o historiador não considerar a memória como a verdadeira, pois é uma história cada um tem a sua definição, as memórias individuais são influenciadas pelas relações sociais, resultado de vivências são assim uma subjetivação, a história ressignifica a memória, a partir dos seus conceitos, analise, influencia e reconstrói violando as memórias e produzindo história.

Além disso com os conceitos o historiador põe sobre a memória novos significados por isso que a história acontece devido ao fato de violar a memória destinando-a para um novo sol. A memória individual é resultado de relações sociais, das vivências, das experiências ao longo do tempo, a influência do meio à qual está inserido, o contato com outros indivíduos ajuda na formulação das recordações, com isso é importante destacar que a memória individual é



composta por distintos níveis sendo eles o nível involuntário ou voluntário, o nível perceptivo, afetivo ou imaginário.

Como uma das fontes escritas o livro que é resultado da reportagem da jornalista Rozanne Quezado com o título *Paixão e Sangue de Mártir Francisca* considerada uma das primeiras versões escritas sobre a história da Mártir Francisca, do qual estão presentes relatos de devotos que demonstram sua fé por meio dos milagres alcançados.

[...] Por volta de 1985, eu comecei a ter crises nervosas. O problema estava ficando sério, quando a minha família resolveu rezar um terço para a Mártir Francisca. Eles continuaram rezando e em pouco tempo eu fiquei boa. Nunca mais tive nenhum problema desse tipo. Desde então, enquanto eu tiver vida, todas as primeiras segundas-feiras de cada mês, faça chuva ou faça sol, eu vou, no final da tarde, rezar na capela de Mártir Francisca. Lá acendo velas e agradeço a ela tudo o que tem feito por todos nós (Quezado, 2001, p. 20).
[...] Em 1971, depois da gravidez, comecei a sentir fortes dores de cabeça. Isso durou três meses. Eu não tinha sossego. Era uma dor que não me deixava nem mais dormir. Fui muitas vezes ao médico. Tomei muitos remédios, e nada. A dor não passava nunca. E parecia que ia aumentando. Ai a minha mãe fez uma promessa com a Mártir Francisca. Desde então, a dor sumiu, não precisei mais tomar remédio e nunca mais senti nada (Quezado, 2001, p. 23).

Dessa maneira, é possível perceber através do relato da devota que a crença que as pessoas constroem a partir da sua fé para a Mártir. É uma religiosidade popular que está presente na cultura de um povo, principalmente do nordestino que acredita ser possível por meio dos seus pedidos, e fé no divino o alcance de graças. Através, dos depoimentos percebe-se que as devotas passaram a acreditar na santa e ser cada vez mais ser devota e influenciou na população ao ser alcançado um milagre e propagado atingindo mais pessoas da comunidade

Ademais, o cordel *MÁRTIR FRANCISCA D'AURORA* da autora Goretti Belém, que proporciona a exposição da história sobre a visão de uma professora outra fonte escrita utilizada na pesquisa, mostra também através dos seus versos falas de fiéis.

[...]

Sua irmã, Maria Júlia
Afirma em entrevista
Que já recorreu a ela
Humilde, mas otimista
Com intercessão da Mártir
Deus permitiu a conquista.
(Belém, 2022, p. 20)



[...]

A Rita Aurélio Saraiva
Sua amiga de infância
Rogou a Mártir Francisca
Com recato e sem pedância
Cura para sua filha
Que estava em observância

O senhor Cizinho Brito
Que dá Mártir é sobrinho
Pedi intercessão dela
Pra seu amigo, vizinho
A cura de seus soluços
Deus resolveu de mansinho
(Belém, 2022, p. 23)

Dessa forma, é uma manifestação do catolicismo popular em que as pessoas praticam a devoção, é uma relação de proximidade entre o santo e o devoto, que se dá principalmente nas camadas populares sendo assim costumes locais. Está presente no imaginário coletivo, torna-se algo simbólico pelos milagres alcançados, o que contribuem para que a santidade seja propagada e preservada sua memória.

A memória é reconstituída no presente, através das lembranças rememoradas pelos depoimentos seja a respeito de sujeitos históricos ou sobre acontecimentos vividos, é algo que compõem a identidade ao carregar experiências, comportamentos e mentalidades coletivas, representação do passado. A História Oral é o espaço onde acontece a relação entre a história, memória e a identidade assim uma documentação oral é composta por questão da identidade, com a nova forma de representar o passado identifica as diferenças e semelhança, essa investigação será baseada na identificação de tais aspectos identidade, representação do passado, compreensão sobre o significado que um sujeito histórico adquiri pela experiência da coletividade.

[...] em decorrência, o ato de relembrar insere-se nas possibilidades múltiplas de elaboração das representações e de reafirmação das identidades construídas na dinâmica da história. Portanto, a memória passa a se constituir como fundamento da identidade, referindo-se aos comportamentos e mentalidades coletivas, uma vez que o relembrar individual – especialmente aquele orientado por uma perspectiva histórica – relaciona-se à inserção social e histórica de cada depoente. (De Almeida Neves, 2000, p. 109)



Uma forma de relação entre a história e a memória em que ambas trazem contribuições para a outra, a história como abastecimento da memória e está uma fonte para a escrita histórica. Nesse caso a sociedade encontra na história o acesso a identidades sociais, podendo ser identidades nacionais, familiares, religiosas e outras, a história reconhece que na humanidade o homem que constroem seu processo histórico e crítica sobre prática da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, esse trabalho é resultado de uma pesquisa ainda em andamento que analisa as manifestações religiosas em torno de Mártir Francisca a santa conhecida assim popularmente, na cidade de Aurora- CE. Enquanto uma religiosidade construída pela população local e por outras pessoas de outras regiões, demonstrando assim uma santidade que está inserida nas práticas devocionais do catolicismo popular. Será possível através das fontes escritas entender a história da santa e com as fontes orais as práticas devocionais através de entrevistas feitas com os seus respectivos devotos.

Contribuindo para a história local da cidade, ao permitir perceber as identidades e experiencias dos indivíduos em um determinado espaço, enquanto estudar o passado de um lugar é possível conhecer mais sobre um local que pertence. Identificando a representação da Mártir Francisca através dos costumes dos devotos, os quais difundem a cultura da cidade através de uma religiosidade popular.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo: EDUSC, 2007.

BARROS, José D.' Assunção. A Nova História Cultural—considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011.

BELÉM, Goretti. **Mártir Francisca D'Aurora**. Aurora - CE: Gestão Municipal, 2022.

CHARTIER, Roger et al. A história cultural. **Entre práticas e representações**. Lisboa: **Difel**, v. 1, p. 12, 1990.



DE ANDRADE, Solange Ramos. A religiosidade católica e a santidade do mártir. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 37, n. 2, p. 237-260, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral-memória, tempo, identidades**. Autêntica, 2017.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. **Encontro Estadual De História**, v. 11, p. 223-235, 2012.

JÚNIOR, Lourival Andrade. Túmulos e milagreiros: o caso da Cigana Sebinca Christo. **Revista Relegens Thréskeia**, v. 1, n. 1, p. 76-90, 2012

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990

QUEZADO, Rozanne. **Paixão e sangue de Mártir Francisca**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2001

CULTOS AFRO-AMERÍNDIOS NO INTERIOR PARAIBANO: OS POVOS ORIGINÁRIOS E A JUREMA SAGRADA DE CAJAZEIRAS-PB

Tainara da Silva Andrade
Universidade Federal de Campina Grande (UFCEG)
tainarasilva2446@gmail.com

RESUMO: O presente artigo discute as práticas culturais das religiões afro-ameríndias no interior paraibano, dada a invisibilidade da Jurema Sagrada, religião afro-ameríndia e nordestina, tanto em pesquisas bibliográficas quanto nas argumentações das identidades construídas em Cajazeiras-PB. O objetivo desta pesquisa é analisar as crenças e práticas dos povos originários deste espaço, nos séculos XVII e XVIII, relacionando-as às práticas existentes na atualidade, no culto da Jurema Sagrada na cidade. Além disso, são brevemente denotadas as razões das transformações ocorridas no imaginário do sertão, pela ascensão das ordens missionárias no local e pelo racismo religioso, resultante na tentativa de homogeneização das culturas sertanejas.

Palavras-chave: Interior Paraibano; Jurema Sagrada; Religiões Afro-ameríndias; Povos Originários.

INTRODUÇÃO



A historiografia tradicional da cidade de Cajazeiras, localizada no alto sertão da Paraíba, traz o recorte de famílias também tradicionais, além de abranger a construção político-religiosa do espaço com base no cristianismo. Mas quais outras experiências existem, e persistem? Com base neste questionamento, voltamo-nos a realidades anteriores à formação da cidade, considerando a ocupação do interior pelos povos originários e suas crenças. Consequentemente, há reflexos dessas práticas de outrora nas religiosidades cajazeirenses atuais.

Sobre esse aspecto, os estudos acadêmicos, como o de Marcos José Diniz Silva e Artur Cesar Isaia (2021), intitulado *Do Catimbó: percurso histórico e debate acadêmico de uma religião afro-brasileira*, analisam que a Jurema Sagrada é um culto de matriz indígena, com caracterizações que remontam ao período anterior da colonização europeia; à utilização da natureza e a reverência à ancestralidade, realizadas pelos pajés de variados povos originários. Não há registros desses próprios povos, então as pesquisas se baseiam nos relatos de cronistas, missionários e governantes, já no período das violações da colonização e no processo de catequização e proibição das práticas ancestrais. Academicamente, o pioneiro a tratar sobre o Catimbó/Jurema²² foi Mário de Andrade, em seus estudos sobre o folclore brasileiro, através de pesquisas de campo desenvolvidas no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, embora sua abordagem tratasse do culto mais como charlatanismo do que como uma religião (SOUZA, 2016).

O trabalho desenvolvido por intelectuais da Paraíba mostra que o estado tem forte presença da Jurema Sagrada, por ter a cidade de Alhandra-PB como o “berço da Jurema”, conquista advinda pelo árduo trabalho da família do Acais²³, no sítio do Acais (VANDEZANDE, 1975). O local é conhecido pela formação de muitos aldeamentos indígenas no período colonial e pelo uso da jurema em rituais.

As práticas associadas à Jurema Sagrada na Paraíba precedem a organização da Umbanda e do Candomblé no estado (LIMA, 2015). Os estudos acerca desse culto, parte da cultura religiosa brasileira, mas principalmente nordestina, tratam de caracterizações a partir da História Oral, principal meio de conhecimento acerca dele e das culturas populares em geral e

²² Neste artigo, utilizamos a relação entre Catimbó e Jurema, comum a muitos pesquisadores das religiões afro-ameríndias.

²³ A família do Acais fez parte da construção da identidade juremeira da cidade de Alhandra-PB. O autor René Vandezande (1985) analisa a relação dessa família com os povos indígenas e com a Jurema.



esse percurso está em fase de construção (LIMA, 2011). Os sacerdotes, sacerdotisas, pais e mães de santo, adeptos – em fases iniciais ou com anos no culto – e os visitantes são as principais pessoas a contribuir para o registro e manutenção das matrizes dos povos originários e afro-brasileiros, através de “compartilhamentos”, conceito utilizado pelo quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023).

Metodologicamente, foi realizada a seguinte operação: o levantamento de dois conjuntos de referenciais bibliográficos, textos que versam sobre práticas indígenas e suas representações em obras de cronistas, viajantes, etc. dos séculos XVII e XVIII e obras sobretudo ancoradas nos campos da antropologia e sociologia voltadas ao Catimbó/Jurema de autores dos séculos XX e XXI. Dessa forma, serão analisadas as semelhanças entre as práticas culturais de outrora e as existentes atualmente como forma de investigar permanências e ressignificações junto às discontinuidades históricas que ligam as antigas pajelanças locais à Jurema Sagrada contemporânea.

A JUREMA NO INTERIOR DA PARAÍBA

O sertão do estado da Paraíba é palco de permanências e resistências dos cultos de origem indígena. Nesta perspectiva, um ponto fundamental a ser destacado é que o culto atual à Jurema não é o mesmo que o praticado pelos povos originários e carrega metamorfoses ocasionadas pelas circularidades culturais (GINZBURG, 1989), sincretismos (GONÇALVES, 1941) e hibridismos (FREIRE, 2013), alguns dos pontos para estudo das religiões afro-ameríndias, e a Jurema Sagrada, como é conhecida hoje, tem influências ibéricas, pretas e indígenas (NETO; RODRIGUES, 2019).

Sob essa ótica, “(...) o Sertão da Paraíba está localizado no extremo oeste do atual Estado, antiga Capitania da Paraíba, e é chamado na documentação setecentista como sendo Sertão de Piranhas e Piancó.” (SOARES; FILHA, 2013, p. 89). As autoras adentram no questionamento de que estes territórios não foram bem delimitados, não constituindo uma cartografia que informasse de forma satisfatória suas caracterizações (SOARES; FILHA, 2013). O que se sabe é que estas terras eram ocupadas por pessoas indígenas conhecidas como “tapuias” (POMPA, 2001), aqueles que vivem afastados do litoral, sendo estes os Tarairiús e os Kariris.



A delimitação dos territórios quanto às ocupações (BORGES, 1993) foi feita, sobretudo, a partir das considerações dos colonizadores, inclusive as próprias denominações dos povos, por isso as fontes disponíveis permitem aos pesquisadores basear-se em suposições e na crítica aos relatos. O historiador Carlo Ginzburg diz que “em qualquer sociedade, a documentação é intrinsecamente distorcida, uma vez que as condições de acesso à produção estão ligadas a uma situação de poder e, portanto, de desequilíbrio.” (GINZBURG, 2007, p. 262). Além disso, esses povos eram considerados nômades e estavam em constante movimento (GUEDES, 2006).

Nessa perspectiva, a problemática se dá, primeiramente, através dos conceitos de lugar, espaço e território. Michel de Certeau (1998) afirma que “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p. 202). Já o geógrafo Maglandy Santos diz que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (SANTOS, 2017, p. 24).

O espaço do sertão foi alterado tanto pelas noções de progresso quanto pela necessidade de controle dos povos que aqui viviam, e os que passaram a viver. Os atores, como Santos (2017) enfatiza, acabaram transformando o espaço na divisão de vários territórios, ao mesmo tempo em que destruíram vários outros, como é o caso dos territórios originários do sertão. Surge, dessas desavenças, o questionamento: o sertão é um território originário/indígena? Pela nossa visão contemporânea, é um local europeizado, mas também carrega as histórias ancestrais e muitas destas resistências podem ser vistas nas atuais culturas sertanejas e suas retomadas, que vêm avançando na busca pela legitimação de seus espaços.

Assim, o lugar conhecido hoje como Cajazeiras, foco do estudo desta análise, localizado no Alto Sertão do Estado da Paraíba, foi alvo de ações, conduzidas por agentes originários dessas terras, mas também pelos colonizadores. Anterior ao que existe hoje, existia uma gama de culturalidades que preenchiam os dias das povoações paraibanas e o lugar, praticado e transformado, passou a ser um conjunto de territórios, inclusive os subjetivos. Para além dessas



conceituações do sentido material, existem também os espaços encantados, como as “cidades encantadas”²⁴ da Jurema Sagrada (SOUZA, 2016, p. 91).

Outra abrangência é a da noção de “corpo-território” (HAESBAERT, 2020), enquanto agente de transformação, de resistência e que sofre primeiramente as interferências. Rogério Haesbaert, afirma:

Essa articulação entre corpo e território, de modo mais amplo, “coloca no centro o comunitário como forma de vida”, permitindo abordar o território em múltiplas escalas, ressaltando a importância da “escala mais micro, mais íntima, que é o corpo”, “primeiro território de luta”. (HAESBAERT, 2020, p. 80).

Essas informações trazidas pelo autor partem da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas do Brasil, ocorrida em agosto de 2019, em Brasília. Seguindo essa nuance, o “corpo”, para as religiões, é de extrema importância; primeiro enquanto instrumento de luta, depois porque, a partir dele, entende-se a relação entre a matéria e o espírito. Essa relação é intrínseca às religiões afro-ameríndias e vem sendo observada desde as práticas culturais dos povos originários de todo o país.

Após essa discussão sobre os territórios sertanejos e os corpos-territórios que o compõem, há diversas encruzilhadas que entrelaçam ambos os aspectos da atualidade e eles estão ligados a práticas muito antigas, advindas dos povos originários do sertão. Sobre as práticas desses povos originários, o cronista holandês Elias Herckmans no trecho da “Descrição geral da Capitania da Parahyba” (1886) pontua:

São homens incultos e ignorantes, sem nenhum conhecimento do verdadeiro Deus ou dos seus preceitos; servem, pelo contrário, ao diabo ou quaisquer espíritos maus, como tratando com elles temos muitas vezes observado. Para este fim têm elles os feiticieiros, que são tidos em grande consideração. Quando saem a guerrear contra seus inimigos e querem saber como lhes succederá a empreza, ou quando se acham longe dos seus amigos e desejam saber como elles passam, ou quem será morto ou não, esses taes feiticieiros sabem varios modos de fazer vir o espirito ter com elles debaixo da fôrma que desejam, mas geralmente com a sua propria figura, como se fôra tambem um tapuya. (HERCKMANS, 1886, p. 280).

²⁴ Posteriormente, mostraremos a análise de Salles (2010) acerca desses espaços “encantados”.



Nesse relato, o autor não identifica qual povo estava sendo analisado pelo cronista neerlandês. Na transcrição, são perceptíveis as ligações dos indígenas com os espíritos e com os antepassados do próprio povo, um próprio “tapuia” reaparece para ajudar nos enfrentamentos que os povos indígenas estavam passando, sob os contextos da colonização e das ordens missionárias, demonstrando a importância do corpo para os rituais.

Na atualidade, no culto da Jurema Sagrada, o corpo também é um território, já que “(...) a iniciação do corpo possui uma dimensão mágica e simbólica, pois atua como agente materializante do invisível. O corpo do adepto media o trânsito entre o físico e o imaterial, articula as aproximações entre o passado e o presente.” (SOUZA, 2016, p. 81). Com isso, os autores demonstram que as ligações das crenças com o corpo, enquanto território, é antiga e as práticas culturais percebidas hoje possuem uma ancestralidade.

Além da relação com os antepassados, o cronista holandês relata, em outra parte de seu depoimento, as formas dos Tarairiú preverem o futuro através dos chamados feiticeiros. Estas características, na Jurema Sagrada, possuem diversas interpretações diferentes, consistindo também em objetos chamados de “princesa”²⁵, também chamados de “vidência” dos Encantados (SOUZA, 2016). Outra forma de adivinhação é a comunicação com as próprias entidades da religião afro-ameríndia, que trazem ensinamentos e mensagens sobre o presente e o futuro dos consulentes.

Por conseguinte, há uma outra relação entre os povos indígenas e o culto à Jurema Sagrada em Cajazeiras-PB, como o segue em todo o Estado. O capitão-mor da capitania da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, escreveu ao rei D. João V, sobre práticas ritualísticas dos indígenas com a acácia jurema:

[...] uzão dehuma bebida de huma rais que chamão Jurema; que transportando-os do seu Sintido ficão como mortos, equanto entrão emSi dabebedeira, Contão as vizoens que o diabo lhes Representa, Senão he que emSpirito os Leva as partes deque dão noticia. (Carta do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo ao rei D. João V., 1742, apud FREIRE, 2013, p. 108).

²⁵ Esses objetos são parte do culto da Jurema Sagrada e representam a relação dos adeptos com as entidades e as mensagens e simbologias que estas trazem.



O relato confirma que a jurema, nativa do semiárido nordestino, era utilizada pelos povos originários Tarairiús no século XVIII, já no aldeamento Boa Vista, litoral da Paraíba. A presença desses povos nos aldeamentos afastados do sertão consolida a locomoção obrigatória dos missionários com os indígenas Tarairiú, dos povos Xukuru e Kanindé, presentes no aldeamento em questão (FREIRE, 2013).

Estêvão Palitot e Rodrigo Grunewald (2021) investigam os vários usos da acácia jurema pelos povos indígenas do sertão. Embora não tenham sido encontrados registros do uso da jurema anteriores ao período colonial, e até o século XVIII (GRÜNEWALD, 2018), são fortes os indícios de que essa acácia era utilizada muito antes da chegada dos europeus, pela ocupação de locais onde essa planta pertencia, sendo parte do bioma ciliar, e devido à resistência pela manutenção dessas práticas no período colonial e pós-colonial, esta por outros povos indígenas do país, em contextos de continuação ou retomada, e pelos cultos com parte dessas matrizes. Contudo, no período colonial, o transe e o uso com a planta jurema-preta, ou apenas jurema, é fortemente representado pelas beberagens dos antepassados do sertão e de outros povos nativos de Pindorama/Brasil, mesmo com muitos silenciamentos sobre esse período/práticas na historiografia (GRÜNEWALD, 2018).

Neste relato, novamente aparece o tema das vidências e perspectivas de futuro que os antepassados vinham trazer para os caminhos dos povos. Ele fala também sobre os espíritos os levarem, a consciência ou o próprio espírito da pessoa indígena, para algum lugar, sendo que “o transe, a possessão e as visões eram o momento máximo do ritual” (PALITOT; GRÜNEWALD, 2021, p. 10), o que se assimila ao transe percebido hoje nos cultos afro-ameríndios (SOUZA, 2016). Estes são outros aspectos que se assimilam às práticas das religiões afro-ameríndias na atualidade, momentos em que as entidades ou encantados “baixam” nos médiuns, os quais são aqueles que passam por esse processo de incorporação para que os “guias” direcionem os trabalhos (SOUZA, 2016). Essas práticas também prevalecem no Alto Sertão da Paraíba.

A Jurema Sagrada possui diversos usos com a acácia jurema, para além da denominação da religião, tratando-se de um termo polissêmico, pois nomeia a prática religiosa, a acácia e a entidade, sendo, assim, uma planta sagrada, que representa suas matrizes e também as ligações que a planta tem com o mundo espiritual: Salles (2010) analisa que o Catimbó, as imagens e



símbolos presentes no culto como “remetem a um lugar sagrado, descrito pelos juremeiros como ‘um reino encantado’, os ‘encantos’ ou as ‘cidades da Jurema’.” (SALLES, 2010, p. 17-18).

A utilização da acácia no mundo físico se dá através de diversas formas, tais como inserção de bebidas feitas a partir da jurema, além de outras ervas, bem como rezas, banhos e processos específicos durante a iniciação do adepto na religião:

No catimbó, faz-se o “tombamento da jurema”, que consiste em oferecer alimentos às correntes espirituais do iniciado e posteriormente, a implantação da semente de jurema (ou o pó feito da semente, o atim) no corpo do noviço. A prática da clausura temporária também existe nos rituais da jurema. Através desses rituais o corpo passa a estar simbólica e efetivamente ligado à divindade ou espíritos. A inserção do corpo na religião pode ser encarada como uma introdução numa estrutura sociológica, onde o adepto passa a ser visto como um “instrumento” usado em favor do coletivo. (SOUZA, 2016, p. 81).

Além de relatar sobre os processos iniciáticos do Catimbó/Jurema – considera-se que ambos os cultos possuem diferenciações significativas, embora não tenham sido encontradas evidências acadêmicas a esse respeito –, o autor também fala sobre o que foi discutido anteriormente, sobre a relação do corpo enquanto um território (HAESBAERT, 2020).

Outra relação das práticas originárias com as encontradas na Jurema Sagrada, inclusive em Cajazeiras-PB, é com o fumo. Os indígenas do sertão, longe das abrangências do tabaco do litoral, utilizavam também a jurema para fumar, em processos ritualísticos, como o descrito a seguir:

(...) A cerimônia é baseada no consumo de uma bebida produzida a partir das raízes da árvore, o vinho da Jurema, ou ajuá, acompanhada por fumo das cascas da mesma, sendo entoados cânticos em louvor e honra aos mestres. O contato com o divino a partir do transe místico, a intimidade entre a planta e o homem é o que motiva todo o ritual. O consumo da jurema, pois, está além do caráter alucinógeno, evocando a enteogenia, a transcendência ao plano espiritual. (FREIRE; APOLINÁRIO, 2011, p. 157).

As autoras discutem que os povos Tarairiú realizavam a prática de seus rituais com o uso do fumo das cascas da jurema, já que o tabaco era produzido no litoral e esses povos



habitavam os sertões. Na atualidade, diante das diferenciações entre os cultos originários e os que resistem no século XXI, os Encantados, quando incorporados nos médiuns, utilizam o fumo do tabaco para fins variados, desde a limpeza do ambiente e dos consulentes, até comunicações com outros Encantados que estão no mundo espiritual: “o tabaco é a erva-mestra no exercício da energia catimbozeira” (SOUZA, 2016, p. 37). Além do aspecto do fumo, as autoras mencionam os mestres, que serão discutidos a seguir, junto à simbologia e o uso dos maracás.

Sobre a presença dos mestres e o uso dos maracás nos rituais indígenas:

Já a referência ao sertão do Piancó é derivada de uma longa e detalhada carta de frei José de Calvatam, datada de 1743, onde aparece a primeira descrição pormenorizada de um ritual envolvendo o uso da jurema entre os índios da aldeia dos coremas, mas também presentes nas aldeias dos pegas, panatis e icós pequenos, todas missionadas pelos capuchinhos e situadas no sertão do Piancó. Conduzidas por *mestres de jurema*, as cerimônias envolviam pessoas de todos os sexos e idades, chamadas pelo padre de discípulos. Quase todas as pessoas da aldeia bebiam a jurema, não sem antes procederem a determinadas precauções: possuírem um maracá e serem curados com uma defumação feita a partir de um buraco no chão. (PALITOT; GRÜNEWALD, 2021, p. 10).

Nessa discussão, os autores abordam sobre a presença dos mestres nos rituais dos indígenas do sertão da Paraíba, além do uso fundamental dos maracás para os processos. As referências desses “mestres” partem das pessoas que comandavam e organizavam os rituais, os participantes e as ações realizadas. Os maracás eram tidos como instrumentos de extrema importância para que tudo saísse como planejado.

René Vandezande (1975), quando analisa as estruturas do Catimbó, denota que “Os ‘mestres’ ou ‘mestras’, são pessoas que viveram outrora, na maioria em Alhandra, que tiveram atividade mediúnica, geralmente junto aos pés de jurema que guardam sempre o nome deles.” (VANDEZANDE, 1975, p. 166). Isto é, os Encantados da Jurema Sagrada, chamados “mestres” ou “mestras”, já foram encarnados, vivos, e cultuavam o Catimbó/Jurema. Um exemplo é a mestra Jardecilha, que fazia parte do culto da Jurema Sagrada, foi encantada e se tornou uma entidade do culto afro-ameríndio. Ela possui uma cidade encantada em Alhandra-PB (SEGUNDO, 2014), assim como outros mestres e mestras.



Já os maracás, objetos amplamente ligados aos povos indígenas, também fazem parte do culto da Jurema Sagrada em todo o estado. Souza (2016) informa que “Os cânticos, o som dos atabaques, os maracás e até mesmo as palmas dos participantes e adeptos, cadenciam os movimentos do corpo e auxiliam na performance ritual do médium.” (SOUZA, 2016, p. 89). Ora, os maracás são também parte fundamental para a Jurema Sagrada, bem como o era para os ancestrais sertanejos. Através dos maracás, e em conjunto com outros instrumentos e sonoridades outras, como o autor explana, os Encantados são chamados e o ritual se fortalece.

CONCLUSÃO

Mesmo diante das semelhanças encontradas entre os cultos dos povos originários Tarairiús e a Jurema Sagrada de Cajazeiras-PB – a significação de “sertão” e sua relação com a ancestralidade, a acácia jurema, o fumo, os mestres e mestras e os maracás – as metamorfoses nunca deixaram de acontecer. Os próprios indígenas deviam passar por seus processos de transformação, pelos ensinamentos dos mais velhos e, depois, pelas experiências que foram vivendo ao longo da colonização holandesa e portuguesa. As ordens missionárias atuavam para findar as práticas culturais que consideravam primitivas, atrasadas e deturpadas. Mesmo os missionários carmelitas, parte do processo de circularidade cultural com culto à jurema dos Xukurú e Kanindé, como Freire (2013) denota, também eram cerceados e controlados pelos poderes maiores – os bispos e a Coroa.

Na atualidade, a sociedade se depara com a historiografia majoritária, aceitando-a e, demasiadamente, sem conhecer o passado das terras que habitam. Que seus avós, bisavós, tataravós habitaram. Não há questionamento sobre a ancestralidade sertaneja, simbologia carregada, cotidianamente, por outras noções (rota pé) do ser sertanejo(a). Estas concepções fazem, também, parte, mas o passado indígena destes territórios é menosprezado, em contextos macro e micro. As violências que os povos originários sertanejos sofreram ultrapassa o fio do culto aos seus ancestrais e à natureza sertaneja, mas foi consolidado pela noção de que eles foram, realmente, extintos. Contudo, a retomada indígena²⁶ vem avançando na legitimação da ancestralidade originária, embora em passos lentos.

²⁶ A “retomada indígena” consiste na identificação das pessoas enquanto indígenas, em processos de resgate da ancestralidade.



Simultaneamente, a cidade de Alhandra-PB, discutida aqui pela sua grande importância para a Jurema Sagrada, passa por atravessamentos parecidos, com uma história marcada pela ascensão de evangélicos, pela destruição de pés da acácia jurema e pela negação do passado indígena, como discute o autor Luiz Francisco da Silva Junior (2011), em *A Jurema, o culto e a missa: disputas pela identidade religiosa em Alhandra (1980-2010)*. Entretanto, a resistência permanece como um meio para a sobrevivência e pela ênfase na laicidade do Estado, com aparatos nas leis contra o racismo religioso. Já no culto afro-ameríndio da Jurema Sagrada em Cajazeiras-PB, o movimento age resgatando e cultuando um passado não só indígena, mas negro. E as interferências e circularidades com o cristianismo também fazem parte da construção, transformação e manutenção dessa faceta da identidade sertaneja.

Através dessas significações, tão distintas, embora com semelhanças atribuídas ao contexto cultural e histórico do sertão, a pesquisa conclui que a Jurema Sagrada de Cajazeiras-PB, a qual não possui registros acadêmicos minuciosos sobre as práticas, sacerdotes, sacerdotisas e adeptos do culto, é cheia de simbologias as quais percorrem a Jurema de outras localidades, principalmente de outras partes da Paraíba. Nos cotidianos dos terreiros ouve-se que “cada casa é uma casa”, mas existem relações entre os terreiros, os quais permitem estabelecer a realidade que perpassa a cidade em questão, principalmente a partir de fatores que não se transformam: a Jurema Sagrada possui uma raiz indígena, a acácia jurema é utilizada (em forma de bebida, etc), o fumo é parte importante do culto, os Encantados (caboclos, mestres, mestras, etc) são da Jurema e os maracás persistem nas giras da resistência afro-ameríndia.

REFERÊNCIAS

- BORGES, José Elias. **Índios paraibanos: classificação preliminar**. In: MELO, José Octavio de Arruda e RODRIGUEZ, Gonzaga. (org.). Paraíba: conquista, patrimônio e povo. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- FREIRE, Gláucia de Souza; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Transgressão e negação da conversão dos Tarairiú no Aldeamento Boa Vista - Capitania Real da Paraíba**. Revista Mosaico, v. 4, n. 2, p. 155-164, jul./dez. 2011.



FREIRE, Gláucia de Souza. **Das “feitiçarias” que os padres se valem: circularidades culturais entre indígenas Tarairiú e missionários da Paraíba Setecentista.** Dissertação (Mestrado em História) – Linha de Pesquisa Cultura, poder e identidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

GINZBURG, Carlo. **Mitos emblemas e sinais: morfologia e História.** Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros.** Tradução Rosa Freire d’ Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Nas trilhas da jurema.** Revista Religião e Sociedade, v. 38, n. 1, p. 110-135, 2018.

GONÇALVES, Fernandes. **O sincretismo religioso no Brasil.** Curitiba: Editora Guaíra, 1941.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730).** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa em Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais.** Revista Geographia. Rio de Janeiro, Brasil, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

JUNIOR, Luiz Francisco da Silva. **A Jurema, o culto e a missa: disputas pela identidade religiosa em Alhandra-PB (1980-2010).** Dissertação (Mestrado em História) - Linha de Pesquisa Cultura, poder e identidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

LIMA, Valdir. **Cultos afro-brasileiros na Paraíba: uma história em construção (1940-2010).** 2011. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

LIMA, Valdir. **Cultos afro-brasileiros na Paraíba: memória em construção.** Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 56-63, 2015.

PALITOT, Estêvão; GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **O país da jurema: revisitando as fontes históricas a partir do ritual atikum.** História indígena, agência e diálogos interdisciplinares, v. 34, n. 2, p. 1-21, maio/ago. 2021.



- POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução: missionários, tupi e “tapuia” no Brasil Colonial**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- SALLES, Sandro Guimarães de. **À sombra da Jurema encantada, mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra**. Recife: Ed. Universitária, 2010.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. 1ª Edição. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- SANTOS, Maglandyo da Silva. **Territórios religiosos no município de Cajazeiras-PB: um debate geográfico acerca de diferentes manifestações da fé**. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Geografia, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2017.
- SEGUNDO, Francisco Sales de Lima. **“Cidade da Mestra Jadercilha”: memória e identidade de um território sagrado em Alhandra-PB**. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal, 2014.
- SILVA, Marcos José Diniz; ISAIA, Artur Cesar. **Do Catimbó: percurso histórico e debate acadêmico de uma religião afro-brasileira**. Revista Diálogos. Maringá-PR, Brasil, v. 25, n. 3, p. 75-91, set./dez. 2021.
- SOARES, Maria Simone Moraes; FILHA, Maria Berthilde Moura. **O sertão da Paraíba no século XVIII: representações espacial e imagética**. InterScientia, João Pessoa, v.1, n. 2, p. 84-99, maio/ago. 2013.
- SOUZA, André Luís Nascimento de. **A mística do Catimbó-Jurema representada na palavra, no tempo e no espaço**. 2016. 129f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- VANDEZANDE, René. **Catimbó: pesquisa exploratória sobre uma forma nordestina de religião mediúnica**. 1975. 231f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - P.I.M.E.S. do I.F.C.H. da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1975.
-



HISTÓRIA, MEMÓRIA E NARRATIVAS ORAIS: A CONSTRUÇÃO DA SECA DE 1970 NO CARIRI CEARENSE

Bartolomeu Humberto de Sousa

Doutorando-UFRPE

bartolomeuhumberto@yahoo.com.br

RESUMO: A seca, como um fenômeno político, social, climático e econômico tem sido discutida amplamente na historiografia brasileira desde que se tornou *problema* na segunda metade do século XIX quando no ano de 1877 o Nordeste brasileiro e, consequentemente, o Brasil, foi afetado pelo flagelo. Os efeitos das estiagens (fome, falta d'água, saques, motins, corrupção, etc.) tornaram-se objeto de inúmeras pesquisas, buscando entender como se *configuram* as relações sociais e econômicas ali envolvidas. Assim, o estudo ora em desenvolvimento objetiva ir *além* de tais configurações, uma vez que pretende *percorrer* os aspectos mnemônicos que envolvem os processos de rememoração da seca a partir de uma perspectiva cultural, em diálogo com os conceitos de *representação*, *sensibilidade* e *memória*, tendo como fonte histórica os registros orais e escritos.

Palavras-chave: Seca; Memória; Representação; Sensibilidade.

*Apela pra março, que é o mês preferido Do
Santo querido, Senhor São José. Mas nada
de chuva! tá tudo sem jeito, Lhe foge do peito
O resto da fé.²⁷*

1. INTRODUÇÃO

Em uma madrugada do dia 19 de março de 1958 o senhor Pedro Tenório²⁸ afirma ter acordado esperançoso. Levanta de sua rede na sala da casa e direciona o seu olhar para “o lugar onde o sol nasce”, na esperança de visualizar nuvens carregadas e relâmpagos ao norte, sinais

²⁷ Patativa do Assaré nasceu no dia 05 de março de 1909, na cidade de Assaré/CE. Foi um poeta e repentista Brasileiro, um dos principais representantes da arte popular nordestina do século XX. O trecho em destaque faz parte de um conjunto de cordéis e poesias lançado em seu primeiro livro do gênero. Entre 1930 e 1955, Patativa permanece na Serra de Santana, quando compõe a maior parte de sua poesia. Nessa época, passa a declamar seus poemas na Rádio Araripe, quando é ouvido pelo filólogo José Arraes, que o ajuda na publicação de seu primeiro livro, “Inspiração Nordestina” (1956). Mesmo com um linguajar rude falado pelo sertanejo, crivado de erros e mutilações, a poesia de Patativa do Assaré teve projeção por todo o Brasil com a gravação de “Triste Partida” (1964), pelo cantor Luiz Gonzaga.

²⁸ Pedro Tenório nasceu no dia 09/11/2022 e faleceu no dia 22/11/2022, com quase 90 anos. Esta entrevista foi gravada no dia 25/12/2012.



estes que eventualmente traziam a chuva que irrigava a terra, tão esperada para aquele ano de plantação.

A terra a ser plantada estava pronta: “arrendada, destocada e queimada.” A semente estava guardada junto com a ansiedade para ser plantada naquele ano. Faltava apenas a chuva que molharia a terra, que traria vida e expectativa. As experiências do mês de setembro, outubro e novembro não foram as melhores para aquele ano que já acumulava as dores de 1957, “um ano de pouca chuva”, dizia Pedro, com pouca colheita e pasto para os animais domésticos. Isso certamente majorava a angústia, pois não havia reservas em sementes para consumo durante aquele ano corrente. As poucas sementes disponíveis, insistia, seriam utilizadas para a plantação.

Agricultor extremamente religioso, membro da Ordem dos Penitentes,²⁹ Pedro acreditava que o dia de São José, o patrono das boas chuvas preconizado pelo imaginário religioso/popular, trouxesse esperança de “um bom inverno para aquele ano.” A chuva, porém, não veio. O dia 19 de março provocou, por assim dizer, o medo da “peste da fome feroz” como nos diz Patativa do Assaré no cordel A triste Partida.

O referido cordel de Patativa retrata o drama sofrido pelos retirantes nordestinos que se mostravam obrigados a migrar de sua terra natal em busca de sobrevivência em outras regiões do país. Retrata, ainda, como os sertanejos lidavam com a seca, do ponto de vista espiritual/religioso, imagético, simbólico. O cotidiano, o medo da morte diante da seca iminente que se desenha e se materializa na passagem dos meses e na busca incessante dos sinais de chuva. A fome, a esperança, a fé e a coragem perpassam o cordel cantado e popularizado em forma de música na voz de Luiz Gonzaga encontra significado nas memórias orais das pessoas que conviveram com o drama da seca.

²⁹ “A tradição das Irmandades dos Penitentes da Cruz de Barbalha começou a ganhar espaço na região do Cariri a partir do ano de 1893. A primeira cidade a dar início a tradição foi Juazeiro do Norte, quando o falecido penitente Manuel Palmeira fundou a ordem penitente na cidade. Depois de um tempo a tradição chegaria ao Crato e finalmente em Barbalha, tendo forte concentração e presença nas zonas rurais, onde pessoas humildes tinham na religião o único meio de esperança contra as dificuldades econômicas e sociais. Alguns penitentes são analfabetos, mas ainda assim obedecem e decoram os textos e cânticos religiosos para preservar a tradição deixada pelos seus pais. São homens que não devem trocar festas por eventos religiosos, fugir de coisas ilícitas, como jogos de azar e bebedeiras, sempre estando à disposição das necessidades religiosas da comunidade.” Informações obtidas no endereço eletrônico: <https://www.brasildefatoce.com.br/>, acesso em 10/12/2022. Segue link do vídeo com imagens dos remanescentes da ordem na cidade de Farias Brito: <https://www.youtube.com/watch?v=8pBRhhcpN34>.



Tais pessoas rememoram sua trajetória, evocam suas memórias dotadas de subjetividades tendo como ponto de partida um passado que persiste com vigor em suas lembranças sacralizadas no tempo. O cotidiano de outrora, os acontecimentos e fatos ancorados em signos do passado e representados pela memória no presente, que são dados a ler a partir da análise do discurso sobre a seca são mnemonicamente determinados e reconstruídos pelo ato de narrar.

Desta forma, a memória individual de Pedro é tecida tendo o passado como referência simbólica, mas sua construção é arquitetada com base no presente vivenciado a partir dos elementos de ancoragem da própria memória em análise. No presente, Pedro observa o passado, reconstitui suas lembranças em um jogo dialético: para ele o passado o deixou mais forte, embora o tenha provocado cicatrizes profundas em suas lembranças. A falta de comida, a fé por vezes abalada provoca as mais diversas subjetividades. Mas a esperança de dias melhores funciona sempre como um alento enérgico diante do sofrimento. Assim como o eu lírico do cordel de Patativa, as narrativas são reveladoras de conexões do mundo real vivido com o imaginário projetado pelo orador, daquele que se lembra com o objeto rememorado.

Para rememorar seus sofrimentos, angústias e ansiedades, o narrador necessita, conforme afirma Pollak (1989), encontrar uma escuta, alguém que participe do ato de narrar não apenas como espectador, mas como coautor, alguém que se torna coadjuvante e ajuda na consecução da subjetividade na oralidade, os pontos de ancoragem da memória, as representações e o imaginário por trás da narrativa.

Este ensaio se projeta com este objetivo, a saber, entender como se constroem os elementos/pontos de ancoragem existentes na memória de Pedro Tenório, tendo como referência as representações mnemônicas sobre sua vida durante o flagelado das secas de 1958 e 1970 na cidade de Farias Brito/CE.³⁰ Objetiva, ainda, analisar como tais memórias se constituem no presente através dos elementos ancorados na subjetividade da narrativa edificada pelo entrevistado.

³⁰ A cidade de Farias Brito faz parte da Região do Cariri cearense, com uma distância de 40 km da cidade do Crato. Foi em Farias Brito que Pedro Tenório viveu a maior parte de sua vida quando veio a falecer no dia 22/11/2022, com 89 anos.



2. DA ANCORAGEM DA MEMÓRIA ÀS REPRESENTAÇÕES MNEMÔNICAS: A SECA DE 1958 e 1970

2.1: A seca de 1958

No dia 1º de maio de 1958 o Jornal O Semanário editava no Rio de Janeiro seu nº 107, cujo título, em letras garrafas, informava que ‘nunca maior calamidade se abateu sobre o Nordeste. Nesta mesma edição trazia uma carta enviada por um leitor de Fortaleza/CE que ponderava sobre a especificidade desta seca que mantinha todas as condições para se processar como sendo uma das piores estiagens já enfrentadas pelo Ceará. No jornal lemos o seguinte relato:

O povo do Ceará não conhece uma seca igual a que assola o Estado no momento. Nas outras secas conhecidas depois da colonização, havia “pedaços de inverno” no litoral e nas serras. Este ano a estiagem é total. Em três ou quatro municípios do Cariri [cearense] caíram algumas chuvas, não se sabendo se irão “segurar” a lavoura. Nas outras secas anteriores os agricultores mais abastados, e até mesmo os pequenos agricultores, tinham depósitos de gêneros guardados, que davam para o seu consumo, e vendiam, embora caro, aos seus vizinhos. Este ano todo mundo foi pegado de surpresa. Não há reservas de gêneros de espécie.³¹

O trecho da carta acima publicada no O Semanário encontra consonância na narrativa de Pedro. Nascido no ano de 1932, sua história de vida está intrinsecamente ligada à seca e suas intempéries, uma vez que a agricultura era sua fonte de renda e sobrevivência. Pobre e sem instrução formal, Pedro iniciou a vida agrícola aos 07 anos de idade, tornou-se pai aos 23 anos de idade.

Em sua casa, sentado em uma cadeira de madeira, Pedro Tenório visita sua memória, reconstrói seu sofrimento e entra em contato com a angústia há muito vivenciada e esquecida pelo tempo decorrido de sua vida. Esta subjetividade narrativa, como afirma Portelli, só pode ser observada com o recurso da história oral, o que não ocorre quando o historiador investiga outras fontes históricas para sua pesquisa (PORTELLI, 1981, p.26). A subjetividade está ali, materializada na forma de emoção, nas idas e vindas das palavras, no cortar da voz angustiada, nas lágrimas que correm do seu olho quando rememora o sofrimento.

³¹ O Semanário foi um jornal brasileiro fundado por Oswaldo Costa e Joel Silveira no Rio de Janeiro, em 1956. Com tiragem de 60 mil exemplares, circulava em todo o território nacional, tendo redações no Rio de Janeiro e em São Paulo.



A história oral, aqui entendida como metodologia e fonte de pesquisa, insere o ato de rememorar o passado no presente como uma representação do real, do acontecido, por parte de quem constrói a própria narrativa. As representações, conforme Pesavento (2004) são construídas sobre o mundo e se colocam no lugar deste mundo, buscando explicar o real presente nas mais variadas manifestações culturais, trazendo sentido e coesão social.

A narrativa, ou melhor, a oralidade presente na narrativa, é uma forma de representar o mundo. A memória surge, pois, como uma representação daquilo que aconteceu, no campo das ideias e/ou dos discursos. Da mesma forma que um objeto arqueológico pode representar uma sociedade e sua cultura, a narrativa oral representa, então, acontecimentos do passado reconstruídos no presente. Pesavento considera ainda que:

Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, o da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença[...]. a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção a partir dele (PESAVENTO, 2004, p.7).

A seca de 1958 é representada na narrativa de Pedro tendo por base uma variedade de elemento de ancoragem da memória. Os elementos de ancoragem funcionam como pontos de partida, lugares ou espaços que possuem uma carga simbólica específica e que evocam as mais diversas memórias como sendo uma espécie de catalisador mental, estimulando as lembranças que de alguma forma tornaram-se significativas de alguma na memória individual de uma pessoa. Pesavento novamente considera que os pontos de ancoragem da memória são:

Lugares em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado (PESAVENTO 2007, p. 03).

Os elementos de ancoragem preconizados por Pesavento em relação à memória nos coloca diretamente no campo das subjetividades presentes na representação mnemônica do entrevistado, fazendo com que o mesmo consiga identificar em sua narrativa elementos-chave que podem evocar lembranças sacralizadas durante a seca de 1958 e que por isso demonstra



significativa ancoragem na narrativa, como imagens portadores de cargas simbólicas. Da mesma forma que uma praça ou uma música podem funcionar como elemento de ancoragem e se traduzir como ponto de partida de muitas representações, uma ideia e até mesmo um fato histórico podem ser promotores de significados e lembranças diversificadas.

Pedro Tenório mantém estes pontos de ancoragem em dois sentidos possíveis: a seca e as obras durante as secas. Embora a seca de 1958 tenha sido uma das piores estiagens do século XX, seus efeitos foram, conforme nossas fontes, amenizados pelas políticas públicas assistencialistas do Estado. O governo Juscelino Kubitschek e sua política de aceleração do crescimento pautadas pelo ambicioso Plano de Metas, no qual promoveu a abertura do Brasil ao capital externo com empréstimos e investimentos estrangeiros fez com que o país entrasse em uma marcha acelerada de progresso. Conforme Brum:

No período de 1955 a 1961 entraram no Brasil US\$ 2,18 bilhões, sendo que mais de 95% desses recursos foram aplicados nas áreas prioritárias do governo. Por outro lado, mais de 80% do capital estrangeiro, no referido período, entrou sob a forma de empréstimos e financiamentos (BRUM, 2013, p.217).

Conforme vimos, a seca que grassava o Nordeste em 1958 ocupava cada vez mais as páginas dos jornais, denunciando a passividade do Estado diante do flagelo que percorria a região. Políticos, empresários, associações, etc., buscavam a todo custo conseguir atenção dos governos constituídos objetivando providências imediatas. Virgílio Távora, deputado federal e representante da oposição ao governo JK na Câmara, discursava no plenário da Casa apelando ao presidente da República pela tão esperada ajuda no combate à seca. No discurso do dia 24 de abril de 1958, em discurso publicado no jornal, destaca o deputado:

Sr. Presidente, o nordeste brasileiro está vivendo momentos dramáticos de angústia, de sofrimento. A sua pecuária, a sua agricultura, a sua indústria de transformação, baseadas em produtos que dependem da chuva, todo este produto está em derrocada, em ruína. Particularizando o caso do Ceará, sr. Presidente, posso assegurar que o panorama de minha terra se reveste de cores as mais negras[...]. Dentro deste quadro lamentável, imensas massas humanas, erradias e famintas, desfilam pelas estradas em várias cidades em uma tentativa desesperada de encontrar meio capaz de minorar seus sofrimentos[...]. Reconheço que o governo da União, finalmente, liberou verbas e proporcionou auxílios à região nordestina, mas esta ajuda não está sendo proporcional



à grandeza da tragédia, cuja dimensão os homens do sul desconhecem. Este é o principal motivo da oração que ora faço.³²

As constantes petições e discursos políticos nas tribunas estaduais e federais, parecem ter surtido efeito e as publicações seguintes dos jornais já apresentavam perspectivas de atenção por parte do governo federal. Na primeira semana de maio de 1958 o mesmo jornal O Semanário publicava estimativas de contratação nas obras contra as secas no Ceará. Ainda em carta de um leitor de Fortaleza enviada a redação do jornal no Rio de Janeiro, encontramos a seguinte redação:

Nas secas anteriores, o maior número de alistados nas obras de emergência foram de 40 000 homens. Este ano, espera-se que só no Ceará, serão alistados mais de 40 000 homens. As repartições encarregadas - DNER, DNOCS e DAER - anunciam que já alistaram mais de 100 000 homens só no Ceará, para trabalharem nas obras de emergência.³³

Os números apresentados pelos órgãos públicos e publicados no Semanário causam perplexidade pelo aumento considerável dos alistados nos programas emergenciais, uma vez que refletem a situação dramática na qual vivia o Ceará naquele momento. De todo modo, Pedro Tenório e sua esposa, popularmente conhecida como dona Dudu, trabalharam nas obras de emergência no Ceará durante a seca de 1958. Desta forma, a própria data específica sublinhada na frase “seca de 58” se transforma em um elemento de ancoragem na qual evoca e constitui representações plurais de um contexto cristalizado na lembrança do casal flagelado.

Se um sujeito, como afirma Pesavento (2007), ao passar por uma praça pública tem este objeto/monumento como referência e centralidade em sua recordação, evocando lembranças de outrora, momentos da infância ou adolescência, um fato histórico vivenciado, etc., uma pessoa pode, por assim dizer, irrigar sua memória com lembranças outras ao pensar apenas em um contexto (no caso um momento específico durante a seca) específico do qual vivenciou? A seca, a fome e o drama das intempéries podem ser constituídos e ser ancorados em objetos como obras públicas, lugares visitados ou até o sótão de uma casa onde se guardava os alimentos.

³² O Semanário: 24/04/1958.

³³ O Semanário: 07/05/1958.



Mas também acreditamos que elementos específicos da memória, uma lembrança ou um signo mnemônico qualquer podem servir como ancoragem e transportar consigo outras lembranças que eventualmente tenham sido guardadas pelo tempo na mentalidade de alguém que vivenciou tal contexto. Dito de outra forma, imaginemos alguém com 70 anos e que perdeu ou não teve mais contato com uma foto antiga da adolescência. Apenas 35 anos separam este homem em nosso exemplo das memórias que por sinal estão adormecidas nas memórias que há muito não rememora tais acontecimentos desta época com seus filhos e netos. Ao encontrar tal foto perdida, o sujeito imediatamente é levado ao mundo adormecido, dotado de significado e com uma carga simbólica considerável. A imagem, com o rosto da adolescência, as vestimentas, os amigos próximos, etc., são reveladores pontos de ancoragem para reconstruir memórias.

A seletividade da memória pode ser, então, demarcada pela apropriação de lugares, objetos ou (por que não?) Elementos chave presentes na própria memória, que vêm à tona, que aparecem com mais intensidade ou clareza à medida que o indivíduo tem este objeto como referência para aspectos que aconteceram no passado. Conforme Michel Pollak:

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela (1992, p.3).

Pedro e sua esposa carregam consigo um nevoeiro de alegrias e dores quando a palavra seca é pronunciada. A palavra aparece plural em sua simbologia, e muda de forma no momento em que a narrativa inicia. Pedro sempre foi um jovem trabalhador da agricultura. A própria data do seu aniversário carrega uma imagem, afinal, Pedro nasceu durante a seca de 1932 e sempre ouvia história das secas passadas, onde o seu pai e o seu avô lhes narravam tempos de fome quando uma grande seca grassou a região. Ao replicar as histórias narradas por seu bisavô ao pai, provavelmente se referindo a grande seca de 1877-78, Pedro nos conta:

Dizia meu pai que o avô dele dizia que ia um cidadão a cavalo em uma burra viajando. Aí já tavam com uma moça pegada em uma casa. E os outros (filhos e irmãos da moça



na mesma casa) estavam esmorecidos, que não levantavam mais e não tinham outro refrigério. Já tavam preparando para matar a moça, aí a moça tava chorando. Aí lá vinha o cara com uma burra (animal de carga). Aí o homem da burra disse: ave maria seu menino, isso é gente morta? O pai dos meninos disse: tão morrendo, mas é de fome! Aí o viajante disse: e por que é que essa moça tá chorando? Aí o pai disse: ela tá chorando com medo de morrer, porque nós vamos matar ela para nós comer. Aí o viajante disse: não vai acontecer isso não! O viajante desceu da burra e tirou a sela e deu a o homem a burra para eles matarem. E a menina pediu ao viajante para seguir viagem com ele com medo da carne da burra acabar e eles querer comer ela de novo.

Os casos de canibalismo realmente existiram no Ceará durante a seca de 1877. A história narrada por Pedro reflete o temor da fome que ele carregava consigo durante toda a sua vida como agricultor. Homem testado na labuta diária, Pedro Tenório era um dos 9 filhos de uma família humilde e começou a trabalhar na agricultura de subsistência com apenas 07 anos de idade. Casou com dona Dudu no dia 03 de setembro de 1955, com apenas 23 anos, e assim recebeu o primeiro pedaço de terra do seu pai.

A responsabilidade batera na sua porta e se revelaria cruel três anos depois quando chegava o ano de 1958. A memória evocada sobre a seca que ocorreu neste ano principia ancoragem na fome e no casamento, quando ele se percebe depender de si mesmo para a segurança alimentar de sua família, sendo que a responsabilidade aumentaria sobremaneira pelo fato de ser também durante esta seca que sua primeira filha nasce. Assim narra Pedro Tenório: “Eu entrei no ano de 58 foi naquela seca danada. A minha casinha passou três anos sem ter família. Aí quando foi em 58 foi a seca. Aí a primeira filha minha foi na seca.”

Os elementos de ancoragem presentes no momento de rememoração da seca de 1958 são os programas emergenciais, as obras nas quais trabalhou e possibilitou sobreviver junto de sua família. A seca de 1958 se consagra em sua memória e se mostra viva em uma teia de acontecimentos particularizados nas lembranças, onde o narrador encontra uma simbologia específica daquele período. É neste momento em que Pedro se encontra no próprio discurso. A fome, aquela “peste feroz” temerosa que bateu em sua porta por diversas vezes, finalmente adentrou sem permissão na sua casa no ano de 1958, quando era chefe de uma família há pouco formada.

As memórias de Pedro se envolvem em uma teia de acontecimentos cronológicos: primeiro rememora a fome, a perda de alimentos ocasionadas pela falta de água; depois



considera a desesperança, a falta de opções e o desânimo. Finalmente sua memória se converte em felicidade, quando passa a narrar os programas emergenciais e o que a seca lhes possibilitou adquirir.

O discurso de Pedro sobre o ano de 1958 se ancora em elementos inerentes à seca. Mas não na intempérie, na perda de plantação, de animais, do calor escaldante, da água barrenta buscada nas cacimbas para consumo humano. Contraditoriamente, o discurso sobre ao ano de 1958 tem o DNOCS e os programas emergenciais como ponto de partida para a consecução de memórias de fartura. Orgulhosamente Pedro diz: “em 58 foi a seca, mas eu entrei na negença, eu era cassaco e a mulher era barraqueira.” Pedro era então o homem do trabalho pesado, cortador de madeira e cavador de buracos, bem como planador de terreno e carregador de tijolos. Um cassaco era, como diz o ditado popular, ‘pau para toda obra’.

Se a memória é construída pelo narrador através de signos externos e internos ao ato mnemônico, estes objetos, ou melhor, lugares de memória, são depositórios e ao mesmo tempo promotores de representações que contribuem e/ou redescobrem as informações escondidas involuntariamente pelo próprio processo mental. Estes lugares de memória são apreendidos na narrativa de Pedro quando o mesmo fala das próprias obras durante a emergência. Um açude, uma estrada, uma igreja, funcionam como evocadores de um passado adormecido.

E este passado adormecido parece vir à luz quando a atenção é direcionada à própria obra, ao cotidiano de sua vida enquanto cassaco nos programas emergenciais. É lá, neste ambiente geográfico específico onde ocorreu a obra de um açude na região, que surgem as memórias:

Lá tinha o fornecimento de carne, chinela, de prato, de colher. Eles te davam um vazezinho e você comprava o que quisesse. Você não via dinheiro não. Era o DNOCS. Nós só comia carne de boi, feijão de arrancar. Dudu fumava cigarro manso. Eu não passei fome em 58. Eu passei foi bem. O governo botou o DNOCS para escapar o pessoal em 58.

A condição social e econômica na qual Pedro e sua família se encontravam naquele momento antes e durante a seca de 1958 é escamoteada quando ele inicia seus trabalhos nos programas do governo. Aqui a memória do sofrimento, como dissemos, cede lugar às reminiscências de alegria e felicidade materializadas nos objetos dos quais ele só veio a ter



acesso em tempos de seca. Eis a contradição: Pedro interpreta a situação de maneira complexa, pois, afinal, para ele foi necessário haver uma seca com grandes proporções para que ele e sua família viesse a ter acesso “às coisas de rico.” É nesta construção mental que se observa um certo desejo e até mesmo uma saudade da seca como um fenômeno capaz de trazer benefícios outros não possíveis em tempos normais de inverno. Com o passar dos anos a seca, então, novamente bateu na porta de Pedro e sua família.

2.2: A seca de 1970

O ano de 1970 foi acompanhado de uma seca também de grandes proporções. Os açudes construídos nas propriedades dos grandes latifundiários durante a seca de 1958 pareceram não suprir as necessidades dos agricultores locais em relação à água. Plantações perdias, animais morrendo por falta de alimentos e água para beber.

As memórias de Pedro transmitem uma ideia de conforto e esperança nos primeiros meses de seca, pois acreditava que “o governo ia fazer igual 58.” Este ‘igual 58’ construído por Pedro quebra um padrão de percepção historicamente construído por ele mesmo: a seca de 1958 transformou o modo de Pedro ver as coisas, possibilitando enxergar o mundo a partir de outras perspectivas, visões de mundo particularizadas. Há, portanto, uma representação mnemônica de um Pedro Tenório temeroso da seca antes de 1958, da fome que ceifava vidas, que arrasava terras e matava a todos; e um Pedro Tenório que agora conhecia o poder dos homens de acabar com o sofrimento do povo, aquele tal de ‘DNOS’ que possibilitava mão de obra de em troca de mantimento e outras coisas consideradas de “rico”.

Esta quebra de percepção, como dissemos, fez Pedro um homem saudoso dos tempos de seca. Ora, em 1960 as chuvas voltaram a cair e tudo voltou a ‘normalidade.’ Normalidade significava trabalhar pesado e não ter acesso às coisas nas quais ele teve na seca de 1958. Tudo o que ele quisesse adquirir em forma de objetos e vestimentas deveria ser comprado com a venda dos alimentos excedentes colhidos no inverno. Objetos estes considerados caros, e, portanto, difíceis de serem adquiridos. É a partir destas questões que a memória individual de Pedro constrói um imaginário específico (PESAVENTO, 2004) que personifica a seca como sendo uma das melhores já vivenciadas por ele.



A seca de 1970 chegou e, com ela, a fome, os saques e a decepção. Conforme Sousa (2016, p.50):

Em 1970, Humberto Macário de Brito, prefeito municipal da cidade do Crato, providenciou um “completo relatório sobre a seca no Crato e na Região, “e entregou pessoalmente ao comandante da décima região militar em Fortaleza para que medidas urgentes fossem tomadas, sendo que “solicitaram providências em favor dos flagelados que esperam ser atendidos.

Os jornais da época, em especial o A Ação que veiculou no Crato a partir dos anos de 1966 publicava as cartas enviadas pelos políticos cearenses, especialmente os do Crato e Cariri, às autoridades de Fortaleza e de Brasília. As referidas cartas buscavam denunciar o drama da população interiorana do Estado que sofria com a falta de chuvas e também com abandono do Estado em relação aos flagelados. O A Ação denunciava em suas páginas que Brasília parecia não reconhecer a seca em sua gravidade. O mesmo jornal publicou matéria que demonstra perplexidade, pois o deputado federal Ossian Araripe pontuou a descrença da capital em relação ao flagelo. Em matéria do dia 15 de maio de 1970 encontramos a seguinte redação:

Quarta-feira passada, o deputado Ossian de Alencar Araripe, nosso representante da Câmara Federal, atendendo a um convite da Câmara Municipal, fez importante pronunciamento sobre a real situação da grave crise agrícola que se abate sobre o Cariri. Informou, inicialmente, que as mais contraditórias notícias sobre a situação chegaram a Brasília. Algumas afirmaram que a estiagem não era tão grave, quanto outros contrariavam informando que o Estado do Ceará sofria graves consequências de uma seca. Em face das informações apenas alguns dos municípios foram enquadrados na faixa de emergência e em estado de calamidade pública, com frentes de trabalho em órgãos do governo.

Ao que parece, às informações desencontradas somam-se à ineficiência dos governos estadual e federal no combate às secas, ocasionando, como dissemos, revolta e mais sofrimento ao povo flagelado. No caso específico de Pedro a situação se complicava, uma vez que ele já contava com uma família de 06 filhos, totalizando 08 pessoas que viviam exclusivamente da agricultura.



Na narrativa sobre a seca de 1970 observamos literalmente as subjetividades materializadas nas sensibilidades ali construídas. Entendemos por sensibilidades aquilo que Pesavento (2004) denomina de elucubrações mentais elaboradas a partir dos sentidos de cada indivíduo, a partir das sensações intrínsecas ao indivíduo, ou seja, do seu íntimo, dotado de emoções diversificadas sobre determinado objeto interior. Desta forma, é com emoção que Pedro descreve a situação vivenciada:

Eu perdi tudo. Plantei quatro tarefas de roça. Quando o milho tava laborando aqui assim dando no joelho... o milho era os troncos, eram bem grossos, a folha preta que nem carvão. Veio uma lagarta que não comeu só a folha não. Entrou no chão de cabeça abaixo. Foi parar na raiz.

Quando perguntado se houve programas emergenciais durante a seca de 1970 Pedro fala sobre a situação dele, da família e de alguns conhecidos:

A “negença de 70?.” Não! Foi em 58 que eu trabalhei. Aqui onde eu tava não teve não. Aqui não teve e Zeca Barbosa e meu irmão pediam esmola. Não teve emergência não. Zeca Barbosa e meu irmão Francisco pediram esmola porque não tinha outro meio. Eu tinha um restinho de coisa e comecei a vender. Vendi mesa, vendi cadeira. Aí eu vendi tudo ao compadre Tonheiro e ao finado Joaquim.

A seca no Cariri obrigou Pedro a se desfazer dos objetos pessoais em busca de novas condições de vida fora do Estado do Ceará. Seu destino era uma terra distante, longe de suas raízes, longe de sua família. O Piauí aparecia como sendo uma via de escape para o trabalho nos programas emergenciais. Pedro narra as ações realizadas e os trabalhos no Piauí como sendo necessárias e efetivas naquele momento de seca, onde o mesmo afirmara que trabalhou na “roça, fazendo cerca em 60 mangas de terras”.

Longe de sua terra e dos demais familiares, Pedro demonstra sensibilidades diversas sobre aquele contexto: a “triste partida” de Pedro encontra reflexo na poesia de Patativa do Assaré, em um misto de angústia pelo momento que ora teve de enfrentar junto da família, em



um triste reflexo do poema de Patativa.³⁴ Enquanto demonstra reverência pela venda dos muitos objetos conquistados durante a seca de 1958/59 para novamente fugir da fome, Pedro recorda o episódio vivido por ele e seus familiares durante a seca de 1970.

As sensibilidades se coadunam às palavras, no vai e vem da oralidade, reconstruindo o sofrimento e a falta de opções naquele contexto. Não havia alimentos, não havia trabalhos no interior do Ceará. A única opção encontrada por Pedro era tão somente enfrentar a ‘triste partida’, esta viagem de sobrevivência. Pedro discorre com emoção o dia em que teve que desfazer dos bens materiais e viajar com toda a família para uma terra desconhecida em busca de sobrevivência:

Muitos pediram esmola. Num tinha ganho. Compadre Tonheiro fez foi chorar no dia que eu vendi as cadeiras a ele. Ele disse: “compadre Pedro, se eu tivesse condição você não saía, mas eu tô fracassado (também).” Mas ele derramou lágrima. Aí eu me arranquei, mas quem ficou sofre bastante. Pediram esmola. Era mulher, menino, tudo (pedindo esmola).

3. CONCLUSÃO

As memórias de Pedro sobre a seca de 1970 evocam as mais diversas sensibilidades materializadas na tristeza em relação aos programas emergenciais que não existiram o suficiente no Ceará tal como ocorreu em 1958. Por isso as memórias sobre as secas de 1958 e 1970 surgem em suas lembranças como uma espécie de comparação em três momentos distintos, cada uma como elemento de ancoragem e representações específicas: antes da seca de 1958, o intervalo entre a seca de 1958 e a seca de 1970, e finalmente a seca de 1970 e todas as suas intempéries.

Antes da seca de 1958 Pedro parecia idealizar o sofrimento em suas diferentes formas: a fome, a morte, o canibalismo. Suas memórias estavam ancoradas especificamente na morte causada pela estiagem. Ele ouvia do seu pai e avô histórias sobre os momentos mais dolorosos por eles enfrentados e sabia que a qualquer momento poderia se deparar com tal situação. Em sua consciência, enquanto agricultor e religioso, ele acredita esperar por este momento (flagelo da seca) com uma certa ansiedade e medo.

³⁴ Nos chama especial atenção este trecho do Cordel de Patativa do Assaré: “agora pensando ele segue outra trilha, chamando a família começa a dizer: - eu vendo meu burro, meu jegue e o cavalo, nos vamo a São Paulo viver ou morrer.”



Ele deixa transparecer em suas memórias o quão a seca maltrata o pequeno agricultor dependente, e sua ancoragem mnemônica encontra-se intrinsecamente ligada ao medo de morrer de fome. As “histórias que ouvia falar” era da fome e da morte. Um “monstro” que estava preso e poderia ser solto a qualquer momento.

Durante a seca de 1958 Pedro pôde construir representações diferenciadas, com conotações ditas positivas e dotadas de sensibilidades que causavam uma certa saudade, escamoteando os efeitos catastróficos climáticos naturais em tempos de seca. A memória de Pedro seleciona o tempo dos trabalhos na emergência como fatores de importância, ancorados nos objetos materiais conquistados e ainda na qualidade de vida melhorada durante esta estiagem.

Desta forma, quando Pedro observa uma mesa de mármore existe no centro e sua cozinha ele rememora o fato de que foi em uma grande seca (1958) e pelo trabalho na emergência que possibilitou adquirir seu primeiro móvel e todas as suas cadeiras. Que dirá poder “fumar o cigarro manso” de dona Dudu? Enquanto ele mesmo emite a fumaça do seu preferido cigarro de palha, Pedro recorda que sua esposa fumou o “cigarro de rico”.

Uma contradição construída mnemonicamente com mestria e sensibilidade pelas lembranças de outrora, tergiversadas, então, quando chega o ano de 1970. Isso porque a seca de 1970, por vezes até “desejada”, subverteu a memória de Pedro: “a seca de 58 foi a melhor” 1970 seria igual a 1958? Pedro desejava poder trabalhar novamente nos programas emergenciais. Mas as coisas não aconteceram como deveria, ou melhor, como Pedro desejava. Sua memória surge como resistência contra o tempo, e se torna imortal quando evocada, quando rememorada e historicizada pelo historiador.

O sofrimento e a dor estavam batendo pela primeira vez em sua porta e naquele contexto ela seria consideravelmente mais forte, uma vez que a família teria aumentado e não havia mais programas emergenciais proporcionados pelo governo. A memória de Pedro, então, teve a fome e a “triste partida” para o Piauí como sendo elementos de ancoragem. Desta forma, a fome e o trajeto da viagem para outro Estado estão interligados ao ano de 1970, junto com a dura experiência de vida que teve fora de sua terra natal. Mas este outro aspecto, as memórias construídas sobre a trajetória de vida fora de sua terra, será tema para um outro estudo.



REFERÊNCIAS

- BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico Brasileiro. 30 ed. Petrópolis: Vozes.
- BURKE, Peter. O que é História Cultural? Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil / Lisboa: Difel, 1990.
- PESAVENTO, S. J. . História e História Cultural. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.
- PESAVENTO, S. J. . História, memória e centralidade urbana. Nuevo Mundo- Mundos Nuevos, v. 7, p. 15, 2007.
- PESAVENTO, S. J. . Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História , v. 27, p. 7-23, 2007.
- PORTELLI, Alessandro. Ensaios de História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010. PORTELLI, Alessandro. O que Faz a História Oral Diferente. Projeto História, v.1, no 14, p.25-39. São Paulo, 1997.
- POLLAK. Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RICOEUR, A representação historiadora. In: A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- SOUSA, Bartolomeu Humberto de. Memórias Flageladas: a construção da seca na região do Cariri cearense (1958 – 1970). 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
-

ST: A fluidez dos sertões: práticas, instituições e agentes no Brasil dos séculos XVI a XIX

Coordenadores:
Carmen Alveal (UFRN)
Yan Moraes (SEDUC/CE)
Thiago Dias (UPE)

O conceito de sertão vem sendo problematizado há mais de um século. Capistrano de Abreu já indicava a existência dos sertões de dentro e dos sertões de fora, incluindo áreas desconhecidas dos não indígenas no litoral na categoria de sertão. Porém, a palavra sertão também aparece vinculada à ideia geográfica de que seria uma área que se opõe ao litoral, como regiões onde os poderes públicos não estão consolidados. Atualmente, o termo tem sido muito utilizado no plural, mostrando a própria diversidade destes sertões. Tentando abarcar esta pluralidade, este simpósio temático pretende reunir pesquisadores que trabalhem com a categoria sertão/sertões, vinculando às práticas sociais e mesmo comportamentais, ou o estabelecimento de instituições variadas, como a própria escravidão, e a atuação dos agentes nesses espaços. No sentido de perceber mudanças e permanências ao longo dos séculos, são aceitos trabalhos que compreendam desde o século XVI até o final do século XIX.

UM SUJEITO DO SEU TEMPO: AS VIVÊNCIAS DE FREI CANECA NO LIMAR DO SÉCULO XIX (1779-1825)

Francisco de Assis Severo Lima
Doutorando em História (PPGH-UNIVERSO)
Professor da Educação Básica do Estado do Ceará.
assissevero@gmail.com

RESUMO: O texto que segue visa à construção de uma narrativa histórica acerca das vivências de Joaquim da Silva Rabelo. Buscaremos, ao longo do artigo, compreender o seu contexto social, para problematizarmos alguns elementos de sua biografia visando entender como ele se constituiu em Frei Caneca, o religioso revolucionário que contribuiu com o desenvolvimento da cultura política liberal no Brasil Imperial no século XIX, como líder da Confederação do Equador em 1824. Nascido em uma família de posição hierarquicamente inferior na escala social pernambucana, Joaquim da Silva Rabelo conseguiu, por meio da educação, inserir-se em um ambiente político monopolizado por homens da elite. Sua carreira estudantil o conduziu aos campos dos intelectuais e o legitimou a transitar por múltiplos sociais em sua sociedade. Nesse



trabalho, buscaremos compreender as variações históricas que proporcionaram a este agente transitar por esses campos e se constituir em um sujeito histórico que praticou e representou seu tempo.

Palavras-Chave: Vivências; Trajetória; Frei Caneca.

INTRODUÇÃO

Este texto tem a pretensão de problematizar a trajetória de Joaquim da Silva Rabelo, o Frei Caneca (1879-1825), um sujeito que nasceu em um período de mudanças sociais e políticas no Brasil, alguém que mesmo circunscrito nas dinâmicas do mundo colonial e pertencente às camadas populares sofreu as influências das ideias que nasceram a partir das dinâmicas do movimento iluminista europeu.

Político partícipe das atividades sociais que envolveram a Província de Pernambuco no século XIX, o frei esteve ativo nos dois movimentos sediciosos que se desenvolveram em sua província. Entre 1817 e 1824, Frei Caneca atuou ativamente na política local, como intelectual que foi. Construiu, através de seus escritos, críticas ao passado e representações de um futuro político para a nação que estava a se edificar na porção sul da América.

Através do periódico *Typhis Pernambucano*, editado entre 25 de dezembro de 1823 a 12 de agosto de 1824, Frei Caneca ecoou aspectos de uma cultura política que se edificara em Pernambuco ao longo de gerações. Seu pensamento, reproduzido no jornal, evidenciava que sua forma de compreender aquele universo político foi o resultado das experiências sensíveis construídas em uma determinada sociedade, tendo como base formativa suas vivências, percepções de mundo, educação e suas relações sociais e familiares, e isso se evidenciava na premeria edição do jornal, conforme se lê no trecho a seguir transcrito.

Firme neste principio, eu levanto a voz do fundo da minha pequenez, e te falo, oh Pernambuco, pátria da liberdade, asilo da honra e alcaçar da virtude! Em te floresceram os Vieiras, os Negreiros, os Camarões e os Dias, que fizeram tremer a Holanda, e deram espanto ao mundo universo; tu me deste o berço, tu ateaste no meu coração a chama celeste da liberdade, contigo ou descerei aos abismos da perdição e desonra, ou a par da tua gloria voarei á eternidade. (CANECA, 1876, p. 417)

Ao pensarmos a Cultura Política como “o conjunto de orientações subjetivas de determinada população” (RENNÓ, 1998, p.74), compreendemos que o discurso do frei está



exarado de elementos constitutivos de sua identidade política, moldada a partir de uma memória coletiva construída na longa duração. Suas posições políticas encontram abrigo nos anseios de futuro forjados no seu contexto histórico, um contexto marcado por digladias de ideais, que colocava em campos antagônicos discursos impulsionadores de novas percepções da sociedade, contra o poder conservador empenhado a conter as transformações que se avistavam no horizonte.

UM SUJEITO E SUA HISTÓRIA

Joaquim da Silva Rabelo nasceu e morreu na província de Pernambuco, no império transcontinental português. Veio ao mundo em 20 de agosto de 1779, na cidade de Recife e ali teve sua vida ceifada aos 13 de janeiro de 1825. Diferentemente de outros intelectuais seus contemporâneos, jamais singrou os mares e vivenciou outras culturas, como era de costume entre os homens letrados da elite política pernambucana, que costumavam viajar, quando jovens, ao Velho Continente, visando concluir os estudos.

Filho de Domingos da Silva Rabelo e Francisca Alexandrina de Siqueira, passou sua infância, provavelmente, no povoado de Fora de Portas, localidade situada no caminho que ligava Recife a Olinda, nos arrabaldes da cidade. Esta era uma região periférica, distante dos grandes casarões que serviam de moradia ou abrigo esporádicos das elites política e econômica da região.

Sua família, assim como as diversas famílias que viviam naquela colônia, era fruto de misturas étnicas. Muitos de seus ancestrais eram portugueses, mas o próprio frei não descartava a possibilidade de correr em suas veias sangue indígena e africano. Em suas raízes ancestrais,³⁵ pela linhagem familiar materna, na quarta geração anterior a dele, encontrou a figura de uma senhora por nome de Maria, rememorada sem o sobrenome e sem a origem pomposa que auferia glória aos ascendentes por meio dos descendentes com suas histórias ligadas às grandes famílias europeias. Segundo Caneca, “essa Maria das Estrellas havia de ser alguma Tapuia, Potiguarí, Tupinambá, senhora de muito *mingau*, *tipoiás*, *aipim* e *macaxeira*; e também se foi alguma

³⁵ Caneca apresenta sua ancestralidade no texto “O Caçador atirando à Arara Pernambucana em que se transformou o Rei dos Ratos José Fernandes Gama”.



rainha *Ginga*, nenhum mal me faz; já está á porta o tempo de muito nos honrarmos do sangue africano” (CANECA, 1876, p. 283).

Orgulhar-se de tal Maria, como fizera em texto escrito, era sinal de que sua forma de compreender o universo que o circundava destoava parcialmente da visão predominante nos demais sujeitos a sua volta. Naquela conjuntura, a descendência se constituía em capital simbólico,³⁶ um passaporte que possibilitaria a entrada em lugares de poder, a garantia de direitos e a legitimidade para ocupar certos espaços na hierarquia social. Joaquim da Silva Rabelo não advinha das grandes famílias que ocupavam destaque em Pernambuco, sua linhagem era modesta, no entanto, essa característica não o impediu de se constituir em um agente social de relevância para sua época, ocupando, nas possibilidades que lhes era garantida, ao longo de sua jornada, espaço de poder, frequentando meios políticos de relevância social naquele contexto.

O processo pelo qual ele foi se constituindo em agente de relevo na sociedade pernambucana ainda não foi elucidado pelos inúmeros historiadores que se propuseram a escrever sua história. Pouco se sabe sobre seus primeiros anos de vida, uma vez que as fontes históricas que permitem a construção de narrativas sobre ele são abundantes apenas a partir de sua atuação como sujeito político. No entanto, existe uma lacuna documental sobre os anos pretéritos à sua atuação nos movimentos políticos que sacudiram sua província durante o Século XIX.

Assim, para que possamos problematizar suas vivências nesse momento, precisamos ter em mente que “a época, o meio e a ambivalência também são muito valorizadas como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias” (LEVI, 2006, p.175). Dessa forma, entender o momento histórico em que ele viveu e compreender o sujeito no qual se tornou, ajudar-nos-á a preencher algumas lacunas deixadas pela ausência das fontes, levando sempre em consideração as valiosas lições de Pierre Bourdieu sobre a biografia.

Para o sociólogo francês,

³⁶ Segundo Pierre Bourdieu, o capital simbólico pode ser entendido como uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido (BOURDIEU, 2001, p. 204).



Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede. (BOURDIEU, 2006, p. 189)

Sendo assim, para que possamos pensar as vivências desse personagem, devemos olhar para sua sociedade e para o tempo em que ele viveu, compreendendo as inconstâncias de sua história para, assim, entendermos como esse ator político construiu para si uma trajetória ascendente conforme os ideais preconizados pelo Iluminismo.

TRAJETÓRIA ESTUDANTIL DE FREI CANECA

Quando Joaquim da Silva Rabelo nasceu, em 1779, prevalecia na colônia o sistema educacional de aulas régias, fruto das mudanças políticas surgidas com as reformas pombalinas e instituídas por meio do decreto de 28 de junho de 1759. Isso nos leva a crer que, no momento em que ele aprendia as primeiras letras, estava sendo travada uma disputa de poder entre a Igreja e o Estado pela oferta do ensino.

Por séculos a Igreja monopolizou a oferta de ensino no Império Português, pois a implantação de um novo sistema de ensino sob o cuidado direto do Estado significava a tentativa de retirar da Igreja sua hegemonia naqueles domínios. No entanto, naquela conjuntura “o funcionamento das aulas régias não impediu os estudos nos seminários e colégios de ordens religiosas, tendo sido, inclusive, criadas algumas dessas instituições no espírito das reformas pombalinas” (SAVIANI, 2013, p. 108). Assim, pressões externas promoveram mudanças significativas na forma de ensinar. Nesse momento as concepções de mundo pregadas pelas ideias iluministas foram sendo, mesmo que de forma modesta, introduzidas nos discursos educacionais inclusive nos seminários, local onde o nosso personagem estudou.

De forma lenta, estava-se a construir os primeiros passos para a consolidação de um ensino compromissado com a formação humana de caráter antropocêntrico, ao passo que se inseria na hierarquia social a possibilidade, mesmo que remota, de se galgar patamares sociais por meio da educação. Dessa forma, entranhavam-se nos espaços sociais da colônia americana os princípios ilustrados que caracterizaram o século XVIII, sem, no entanto, significar o rompimento com antigas estruturas que sustentavam aquela sociedade, pois mesmo diante das



incipientes mudanças, permaneciam sendo elaboradas estratégias de exclusão das camadas subalternas. O próprio sistema de aulas régias se configurava como um modelo de ensino excludente. Esse sistema educacional fora pensado para comportar aspectos contraditórios que existiam naquela sociedade. Havia, por parte do Império Português, o desejo de acompanhar os ritmos das mudanças que pressionavam as paredes do antigo regime o ameaçando implodir; no entanto, as concessões não podiam representar um perigo concreto aos privilegiados que auferiam as condições de reprodução do poder. Dessa maneira, o sistema foi elaborado com característica dual, e mesmo sendo configurado consonante aos ideais iluministas, servia para reproduzir estruturas de opressão. A subdivisão em Estudos Menores e Estudos Maiores exemplificam tal artimanha.

Segundo Tereza Fachada Levy Cardoso,

Os Estudos Menores eram formados pelas Aulas de ler, escrever e contar, também chamadas de primeiras letras como, aliás, ficaram mais conhecidas, e também pelas Aulas de humanidades, que abrangiam inicialmente as cadeiras de gramáticas latina, língua grega, língua hebraica, retórica e poética, mas foram acrescidas ao longo dos anos com outras cadeiras, como por exemplo filosofia moral e racional, introduzida a partir de 1772 (CARDOSO, 2004, 182).

Já os estudos maiores eram ofertados nas universidades e continuavam a ser privilégio das elites abastadas que, naquele momento, só podiam continuar os estudos nas grandes cidades europeias; no caso dos portugueses da América, o mais comum era a Universidade Lisboa, em Portugal, ou a Universidade de Montpellier, na França. Eram desses espaços que saíam os homens de poder que assumiam os lugares de destaques na administração imperial.

Na década 1790, quando Joaquim da Silva Rabelo contava com a idade de onze anos, predominava, em Pernambuco, o sistema de aulas régias. Naquela época a província era uma das mais importantes do reino e a presença do sistema de ensino naquele espaço, além demonstrar que a antiga capitania estava inserida nos projetos reais de construção da unidade de império transcontinental, demonstrava também que havia, naquela região, o interesse real em padronizar um sistema de ensino que contribuísse para a construção de um tipo ideal de súdito. Analisando a distribuição das aulas régias em funcionamento na América Portuguesa (Década de 1790), a historiadora Christianni Cardoso Moraes nos apresenta que,



A Capitania mais provida de cadeiras era Pernambuco, que contava com 38 aulas de Primeiras Letras (14,8% dos 256 de todos os lugares distribuídos na América Portuguesa), 17 de Gramática Latina (6,6%) e outras 4 cadeiras de ensino “secundário”: uma aula de Filosofia, outra de Retórica, uma de Grego e uma de Geometria (em termos percentuais, cada uma dessas cadeiras equivale a 0,3% do total). (MORAIS, 2009, p. 92)

Ocupando destaque na oferta do ensino público na colônia, em Pernambuco, os súditos portugueses desta parte do atlântico estavam a se inserir no mundo das letras, o que nos leva a conjecturar que o jovem Joaquim tenha sido um dos milhares de súditos iniciados no mundo das letras nesse contexto e sofrido as inflexões educacionais daquela época.

Ele foi um excelente aluno. Adaptou-se bem às exigências que o campo dos letrados esperava daqueles que estavam submetidos às suas regras. Fora um exímio orador, dominava com perfeição a retórica, a escrita e transitava também pelos domínios da aritmética. Não chegou a cursar os altos estudos na Europa, como era a praxe da elite intelectual provinciana, mas, ordenara-se sacerdote antes do tempo habitual, um símbolo que o distinguia entre os demais religiosos, tornando-se motivo para orgulhar-se. “Tive uma dispensa apostólica, dada pelo núncio de Portugal. O cardeal Pacca; mas foi uma dispensa de idade para me ordenar aos vinte e dois anos, como sucedeu” (CANECA, 1876, p. 283).

O sacerdócio foi o caminho escolhido por Joaquim para irromper espaços sociais, que a homens como ele, não eram de livre acesso. Alguns de seus ancestrais já haviam galgado as mesmas trilhas, a exemplo do padre João Dantas e do “Frade Antônio da Natividade Dantas, carmelita turonense bem conhecido nesta praça, era natural de Elvas, no Alentejo” (CANECA, 1876, p.282). Ambos, seus parentes pela linhagem materna.

Inserido na ordem eclesiástica, recebera então a alcunha de Caneca, provavelmente em homenagem à profissão paterna. Na condição de frei passou a fazer parte de uma casta prestigiada no Império Português. Analisando a elite burocrática colonial, José Murilo de Carvalho³⁷ apresenta-nos que esta era composta basicamente pelos militares, magistrados e pelo clero. Participar da burocracia do Estado significava, naquele contexto, gozar de estabilidade financeira e, dependendo do cargo que ocupava, munir-se de um capital político que legitimava

³⁷ Os argumentos do autor estão expostos no livro *A construção da ordem e teatro das sombras*, publicado em 2003 em sua 15ª edição pela editora Civilização Brasileira.



seu investido a transitar por campos sociais estratégicos para a tomada de decisões na esfera social provinciana.

A FORMAÇÃO FILOSÓFICA DE FREI CANECA NO SEMINÁRIO DE OLINDA

As disputas entre a Igreja e o Estado pela legitimidade da oferta de ensino em Pernambuco ganhou novo capítulo no limiar do século XIX.

Segundo José Murilo de Carvalho,

A situação do clero em relação ao Estado era ambígua. Se por efeito da união Igreja-Estado o padre era um funcionário público, pago pelos cofres do governo geral, não deixava também de pertencer a uma burocracia paralela, uma organização que ao longo da história se tinha empenhado em longas batalhas contra o mesmo Estado pelo controle do poder político. No caso de Portugal, a vitória do Estado se consolidara com a expulsão dos jesuítas em 1759 e com o triunfo do regalismo, já antes reconhecido por Roma quando criou o padroado. Mas a Igreja conservava sua identidade e o sistema de dupla lealdade era fonte potencial e permanente de conflitos. (CARVALHO, 2003, p. 182)

Tomando como base argumentativa a citação acima exposta, podemos sustentar existir, no campo social, no qual Frei Caneca adentrara, relações antagônicas que legitimavam a existência de posições questionadoras do poder no seio da própria igreja. Educado naquele espaço, o frei certamente absorveu elementos das representações que possibilitaram a constituição dessa relação ambígua. Naquele contexto, a igreja, com suas próprias hierarquias, via-se envolta em uma disputa contra o Estado, que buscava diminuir sua esfera de atuação desde a ascensão das concepções antropocêntricas de mundo. Essas relações de forças foram transplantadas para a esfera social, e possibilitaram a construção de projetos educacionais que visam edificar um tipo ideal de sujeito para atuar no mundo.

Tanto a Igreja quando o Estado estabeleceu as bases para a construção de seus projetos educacionais. A reforma promovida pelo primeiro-ministro de D. José I evidenciava a estratégia executada pelo Estado. No que lhe concerne, a Igreja Católica também desenvolveu meios para movimentar-se no tabuleiro e edificar novas concepções educacionais que lhe permitisse permanecer no campo do ensino, espaço privilegiado por agir diretamente na constituição da subjetividade humana.



Ambos os projetos educacionais estavam em consonância com as demandas do século XVIII, a Era das Luzes, que exigia uma formação educacional pautada no método da observação e experimentação, entendendo a natureza para melhor explorar. Era a pressão das novas ideias de mundo, de mercado e de sociedade, que fora constituída nas teorias iluministas, as quais angariavam adeptos no Mundo Ocidental e compelia a tomada de decisão de homens de poder. O Ocidente caminhava para um horizonte de desenvolvimento e a trilha a ser seguida estava nas lições propostas pelos teóricos do Iluminismo.

No Brasil, um dos espaços por onde ecoaram os discursos que se coadunavam com essas concepções, foi o Seminário Maior Nossa Senhora das Graças, situado em Olinda, o espaço por onde Frei Caneca transitou como aluno, de modo a complementar seus estudos, no início do século XIX. Segundo a historiadora Seriorja Rodrigues Cordeiro Mariano (MARIANO, 2013, p.77), “no Brasil, o seminário de Olinda, fundado em 1800, pelo bispo Azevedo Coutinho, foi um dos principais divulgadores do germe do liberalismo, da cultura das luzes.”

O Seminário de Olinda abriu suas portas à comunidade em 1800, contando com um programa de ensino concatenado ao que havia de mais moderno no ensino português, a Universidade de Coimbra. Foi como aluno de fora, por já ter concluído seus estudos, que o agora Frei Joaquim do Amor Divino, matriculou-se para cursar a disciplina de Filosofia, a qual possuía a duração de dois anos e contava com quatro horas de aulas diárias. Segundo o Estatuto do Seminário, essa matéria seria “a ciência que ensina a indagar as coisas pelas suas causas, e efeitos” (ESTATUTOS, 1798, p. 60).

Como bom aluno que foi, desde a época do Seminário do Carmo, Frei Caneca absorveu as lições ali ensinadas, tornou-se um exímio observador do seu tempo. Sábio que era, o frei compreendia que em um mundo marcado pelo capital do conhecimento, uma formação educacional sólida o levaria a alçar outros patamares na esfera social. Assim, em 1805, pouco tempo após concluir o curso de Filosofia no Seminário de Olinda, requereu ao príncipe regente [D. João] licença para estudar Letras Divinas e Humanas na Universidade de Coimbra.

No entanto, conforme nos apresentou Vagner Melo da Costa, “no dia da sua viagem, enquanto aguardava o embarque no navio, ele foi preso pela escolta militar do Provincial do Carmo da Reforma de Pernambuco.” (MELO, 2020, p.73) Em carta enviada ao Príncipe



Regente, o religioso relata a perplexidade em ter sido decretada a sua prisão e acusa o provincial Manoel do Monte Carmelo pelo ocorrido. O ato seria uma retaliação do religioso por temer que o frei o denunciasses por atos arbitrários junto à Corte em Lisboa.

A ausência de fontes dificulta problematizar o desfecho dos acontecimentos aventados na acusação de que Caneca desferiu conta o seu superior hierárquico na ordem religiosa, mas nos leva a sustentar que o fato conduziu seu destino a outros rumos. Nesse contexto, o plano de cursar Letras Divinas e Humanidades na Universidade de Coimbra fora frustrado e o frei passou então a tecer outras pretensões acadêmicas e profissionais. Tornou-se lente de geometria na província de Alagoas, no entanto, logo retornou para Recife objetivando pleitear a mesma função, o que não se concretizou, devido o seu envolvimento na Revolução Pernambucana de 1817.

OS DISCURSOS DE FREI CANECA SOBRE O HORIZONTE POLÍTICO DO BRASIL NO SÉCULO XIX

Conhecido na Praça de Recife, Frei Caneca era um agente partícipe da vida política local. Seus estudos no Seminário de Olinda o ajudou a se constituir como um agente ativo na esfera social. Estivera sempre a atuar, através do seu saber, para formar outros sujeitos de mentalidades próximas à sua, era engajado às ideias que acreditava e trabalhava para que outros homens de sua pátria assumissem posições consonantes ao que julgava correto. O frei se orgulhava de seu posicionamento e sabia ser alguém de relevo na localidade. “Cinco anos em que li nesta praça retórica e poética, filosofia racional e moral, e geometria a todo mundo que se quis aproveitar de minhas fracas ideias.” (CANECA, 1876, p. 281/2).

Seus posicionamentos políticos passaram a ecoar com maior veemência no período de transição do Brasil Colonial para o Império. Foi nesse momento que Caneca despontou como um agente compenetrado em construir uma nova realidade política para aquela região que ele intitulava de pátria. Foi por intermédio do jornal o *Typhis Pernambucano*, por ele editado no primeiro ano da independência do Brasil, que o frei narrou os desdobramentos da história política do Brasil do fechamento da Assembleia Nacional Constituinte às bases políticas da Confederação do Equador.



Na primeira edição do periódico, o religioso exarou sua insatisfação com os rumos políticos que o Brasil tomava como nação independente de Portugal,

Amanheceu nesta corte o lutuoso dia 12 de Novembro, dia nefasto para a liberdade do Brasil e sua independência; dia em que se viu com o maior espanto, representada a cena de 18 de *Brumaire*, (8 de Novembro) em que o déspota da Europa dissolveu a representação nacional da França; dia em que o partido dos chumbeiros do Rio de Janeiro pôs em pratica as tramóias do ministério português, e conseguiu iludindo a cândida sinceridade de S. M. I, dissolver a suprema Assembleia constituinte legislativa do império do Brasil (CANECA, 1876, p.418).

Para Frei Caneca, o recém-fundado Império do Brasil, sob o comando de D. Pedro I, encaminha-se para enredar as províncias à opressão, como fizera Portugal sob o julgo colonial. A corte do Rio de Janeiro substituíra o vazio de poder e se precipitara a oprimir as demais províncias como fizera a metrópole europeia nos tempos de outrora. Os posicionamentos assumidos pelo imperador, ao fechar à constituinte e ignorar os anseios dos grupos que esperavam que o Brasil fosse inserido no rumo do liberalismo, reduziria a luta pela independência a uma insignificância sem precedente, impossibilitando as expectativas futuras de edificação de um império esplendoroso na América.

A saída a esta armadilha seria a luta política,

Quando a gangrena de um membro influi nas ações do corpo inteiro, não se adquire a saúde decepando aquele membro; todo corpo está gangrenado: e nos negócios morais crescem á este principio as consequências do orgulho dos que ficam. E' esta a ocasião, em que se pode dizer com toda justiça ou tudo ou nada (CANECA, 1876, p. 430).

Foram essas as bases da Confederação do Educador, movimento político do qual Caneca participou ativamente como intelectual e soldado. Se pensarmos o texto acima como uma alegoria, podemos entender que esse movimento político fora planejado como uma ação social na qual seus idealizadores discordavam da forma como o Estado estava sendo pensado, ou seja, havia forte divergência quanto ao regime de poder que deveria ser edificado no Brasil independente. Houve, assim, uma polarização em torno das duas regiões mais influentes do império, o Norte, encabeçado por Pernambuco, e o Sul, pelo Rio de Janeiro. No Norte predominou os princípios liberais mais próximos do modelo republicano, o que se explicitará na Constituição da Confederação do Equador; já no Sul houve a propensão para que se



edificasse um sistema conservador nos moldes do despotismo esclarecido, com o poder concentrado nas elites que orbitavam em torno do monarca. Não havia, a princípio, interesses separatistas, mas a tentativa de aglutinar forças para fazer o Brasil império alinhar-se aos princípios reverberados pela filosofia política iluminista.

Houvera naquele momento uma forte disputa de ideais que se materializaram nas ações que enredaram as províncias do Norte à luta armada contra as tropas imperiais. Como crítico do seu tempo, Frei Caneca dimensionava, através de jornal, seu contexto político, expondo sua opinião e leitura acerca de sua época,

E' mais claro, que a luz do meio dia, que os Andradas colaboravam para que a nossa constituição não fosse tão liberal, quanto o Brasil o desejava; para que houvesse uma maior parte a aristocracia, do que era admissível no Brasil, e na qual eles partilhassem o maior quinhão (CANECA, 1876, p. 432).

O frei expôs, por meio daquele periódico, as relações de forças que estavam em conflito para legitimar o projeto político para o Brasil, em edificação naquele momento. Por oito meses, o *Typhis* ecoou críticas ao Brasil de Pedro I e apresentou as diretrizes para a construção de um império coadunado com princípios modernos de sociedade. Entre os dias primeiro e quinze de julho de 1824, nos números 24 a 26 do periódico, fora publicado as “Bases para a formação do pacto social, redigidas por uma sociedade de homens letrados” (CANECA, 1876, p. 586), um conjunto de 32 artigos que deveriam orientar a vida política, econômica e social do Brasil. O primeiro deles garantia que “os direitos naturais, civis e políticos do homem são a liberdade, a igualdade, a segurança, a prosperidade e a resistência à opressão” (CANECA, 1876, p. 586). No último artigo se estabelecia que “um povo tem sempre o direito de rever, reformar e mudar a sua Constituição. Uma geração não tem o direito de sujeitar às suas leis as gerações futuras, e toda a herança nas funções é absurda e tirânica” (CANECA, 1876, p. 599).

O discurso de Frei Caneca, impresso no periódico semanal, ecoou para além das delimitações de Pernambuco, sendo reverberados na capital do império. Coube ao Visconde de Cairu rebater as críticas desferidas ao projeto de poder que se consolidava no Sul do Brasil,

A Historia tem manifestada, que, muitas vezes, pessoas de probidade, ainda que de mediana inteligência, adquirindo pratica dos negócios do Governo, e tendo docilidade e discrição para ouvir e adotar conselhos dos bons e prudentes, tem servido incomparavelmente melhor os Estados, e feito a felicidade de seus concidadãos, do



que os homens presumidos de talentos, e gênios transcendentais, que, ainda em boa fé, e em vista de um *belo ideal*, se precipitam á melhoramentos intempestivos , e contingentes, sem calculo das circunstancias e consequências, e frequentemente tem produzido a desordem da Pátria, se se lhes confia o timão da Governança; e quando obram com ambição disfarçada no manto do Patriotismo, consomem a ruína da Nação, que tenta regenerar-se. A experiência dos séculos tem nisso dado as verdadeiras Luzes aos Príncipes e Estadistas da primeira ordem; e a sua regra prudencial vale mais do que a bazofia, atrabilaria dos Charlatães em Política, que se nos metem à cara, como *Luzes do Mundo*, não passando de noturnos perilampos, ou insidiosos Contrabandistas das galimatias Gallieanas, hoje desprezadas e desprezíveis, ainda na França, que pagou bem caro as lições dos seus *Volneys*, *Robespierres*, e *Marats*, que se inculcarão por únicos *Amigos do Povo*, e que apregoarão *Guerra aos Palacios*, *Paz ás Cabanas*, sendo só *Architectos de ruínas* não menos das torres que das choças (CAIRU, 1824, p. 04).

A tentativa de construir um projeto político alternativo ao que se impunha no Rio de Janeiro fora compreendido, pelas forças antagônicas, como subversivas da ordem, dotadas de interesses mesquinhos e perigosos para o futuro do país. Desferidos pelos representantes do poder, esses argumentos evidenciam o incômodo que os grupos dominantes do recém-fundado império do Brasil sentiram com o discurso de Frei Caneca, pois estava a se construir no Norte do país uma alternativa de Estado, que representava uma pequena mudança na ordem social estabelecida há séculos, criando assim, possibilidades de se questionarem sobre o sistema de privilégios políticos, econômicos e sociais que faziam com que homens como o próprio frei fossem impedidos de romper as fronteiras de alguns campos.

A repressão ao movimento sedicioso e ao que estava sendo propagado por Caneca foi áspera. No dia 26 de julho de 1824 foi publicado no Paço Imperial, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império brasileiro, um decreto-lei da lavra do imperador D. Pedro de Alcântara (1798 a 1834). Tal instrumento criava condições para “processar sumariamente, em comissão militar” ³⁸ os chefes e cabeças do movimento político conhecido como Confederação do Equador,

Achando-se a integridade deste Império ameaçada pela desastrosa rebeldia, e facção de alguns habitantes de Pernambuco, desgraçadamente alucinados pelo rebelde Manoel de Carvalho Paes de Andrade, chefe da mesma, que temerariamente ousou

³⁸ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824, parte 2ª. Decretos, cartas imperiais e alvarás. p.47. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18340/collecao_leis_1824_parte2.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 01/03/2021.



proclamar a desmembração daquela Província do Império, e outras do Norte, a título de Confederação do Equador, como se manifesta das suas pérfidas, incendiárias” revolucionárias, e malvadas proclamações, dirigidas aos habitantes da mesma, e mais Províncias, chegando até aleivosamente a atacar a Minha Pessoa, e Suprema Autoridade, e a proibir que se jurasse o liberal projeto da Constituição pedido, e jurado pelas mais Províncias do Império; e sendo em tão críticas circunstâncias de absoluta necessidade tomarem-se as mais enérgicas, e eficazes medidas para se restabelecer a segurança publica, que é sempre a primeira lei dos Estados, restituir aquela bela Província à sua primitiva tranquilidade, livrá-la da anarquia que a devora, e consolidar a união das mais. (IMPÉRIO DO BRASIL, 1824)

Fazendo cumprir o decreto imperial, coube a Clemente Ferreira França (1774 a 1827), juiz de fora, tomar as providências para restabelecer “a paz daquela Província,” e para tanto foi instaurada a comissão militar que julgaria os rebeldes. A comissão foi criada como fim específico de indiciar, processar e julgar os acusados. Era composta por Francisco de Lima e Silva, como presidente; Tomás Xavier Garcia de Almeida, como juiz relator; e vogais, o coronel de engenharia Salvador José Maciel, o tenente-coronel de caçadores Francisco Vicente Souto; o coronel de caçadores Manuel Antônio Leitão Bandeira, e como interrogante, o conde de Escragnoille. Entre os réus, encontrava-se Joaquim da Silva Rabelo, o Frei Caneca (1779 a 1825).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por questionar a estrutura de poder vigente no seu tempo, o frei foi preso no curso do movimento sedicioso que ajudou a organizar. Seus escritos foram compreendidos como uma afronta ao Estado Imperial e ao príncipe governante.

Devido às palavras contidas no *Typhis*, Frei Caneca foi acusado por ser “escritor de papeis incendiários” e, tido como culpado, foi silenciando da História e retirado do jogo político por meio da pena capital. Condenado por ser subversivo e incendiário pelos homens de poder que o julgou em 1824, o frei foi desautorado das ordens eclesiásticas e fuzilado em 1825.

A história de vida desse político se encerrou quando ele tinha quarenta e cinco anos, no entanto, ao longo desses últimos dois séculos de sua existência, têm sido contada em diferentes contextos da história do Brasil, o sedimentando no imaginário popular como um dos sujeitos fulcrais para o conhecimento da identidade nacional.

REFERÊNCIAS



ALVES, Gilberto Luiz. *O pensamento burguês no Seminário de Olinda*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados / Editora UFMS, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, p. 193-216, janeiro-julho de 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.183-191.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: STEPHONOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e memórias da educação no Brasil: Vol. I. Séculos XVI – XVIII*, 2004, p.179-191

CARVALHO, José Murilo de., *A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial*. 14ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

COSTA, Vagner Melo da. *Entre a cruz e a espada: a influência do seminário de Olinda no discurso revolucionário e Frei Caneca*. UFRN, Natal, 2020.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.167-182.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Gente opulenta e de boa linhagem: família, política, e relações de poder na Paraíba*. 1º Ed. João Pessoa, PB: Editora UFPB, 2013.

MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. UFMG, Belo Horizonte, 10 de julho de 2009.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: Vícios e virtudes. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ANPOCS/RelumeDumará, n.45, p. 71-92, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

FONTES

CAIRÚ, José da Silva Lisboa. ***Rebate brasileiro contra o Typhis Pernambucano***. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1824. 15 p., 31 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or153750/or153750.pdf. Acesso em: 6 nov. 2021.

CANECA. ***Obras políticas e litterarias: Tomo II. 1. ed. Recife, PE: Typ. Mercantil, 1876***. 620, iv p.60 Disponível em:



http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1511085/or1511085.pdf.
Acesso em: 03 dez. 2019.

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824, parte 2ª. Decretos, cartas imperiais e alvarás.
p. 47. Disponível em:
https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18340/collecao_leis_1824_parte2.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 01/03/2021.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da cidade de Olinda de Pernambuco*. Lisboa [Portugal]: Typ. da Academia Real das Ciencias, 1798. [4] f., 109 [1] p., 19,5 cm. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1511062/or1511062.pdf.
Acesso em: 9 nov. 2021. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1511062/or1511062.html.
Acesso em: 9 out. 2021.

DO LITORAL AO SERTÃO: A EXECUÇÃO DA JUSTIÇA NA COMARCA DE SÃO JOSÉ (RIO GRANDE DO NORTE, 1870-1888)

Yasmim Azevedo da Silva
Bolsista Capes - PPGH/UFRN
yasmimazevedods@gmail.com

Resumo: Nos relatórios dos presidentes de província e nos jornais norte-rio-grandenses, durante as duas últimas décadas do Império, as ocorrências ligadas ao termo ‘sertão’ aparecem relacionadas ora às partes mais para dentro do território da província, ora às áreas pouco (quando não) exploradas e/ou ocupadas, mesmo as localizadas no litoral. Desse modo, dada a maleabilidade empregada no uso dessa categoria à época, podemos compreender que a jurisdição da comarca de São José estendia-se, por vezes em maior ou menor medida durante o período proposto, também sobre os espaços dos sertões. Logo, o estudo acerca da criminalidade e da execução da justiça na comarca de São José, que é o objetivo central da pesquisa, perpassa também a análise das práticas jurídicas ligadas a esses espaços. Assim, o trabalho pretende analisar como o espaço da comarca era flexível e de que forma era praticado pelas autoridades judiciárias.

Palavras-chave: Comarca de S. José; jurisdição; criminalidade; justiça.

Introdução



A década de 1980, em meio à historiografia brasileira, representou um marco no que concerne ao desenvolvimento de pesquisas preocupadas com questões relativas ao direito, à legislação, agentes e instituições judiciais. A partir dela, e em meio a uma onda de preocupação voltada para o entendimento das realidades dos muitos homens e mulheres silenciados nos documentos e discursos oficiais, os processos judiciais passaram a se constituir como um tipo de fonte imprescindível para a apreensão, de modo menos generalista, dos processos e dinâmicas ligados, sobretudo, à uma história social do trabalho no Brasil, perpassando pela questão relacionadas à escravidão e com foco nos séculos XVIII e XIX, e ao trabalho livre, em fins do XIX e início do XX. Nesse ínterim, podemos citar os trabalhos de Silvia Lara (1988), Sidney Chalhoub (1990), Maria Helena Machado (1987; 1994), Hebe Mattos (1998), Robert Slenes (1999) e Boris Fausto (1984).

Atualmente, os autos processuais são uma tipologia documental corrente em meio aos trabalhos desenvolvidos no campo da História Social, proporcionando o entendimento de dinâmicas não apenas relativas aos mundos do trabalho, mas também de aspectos relacionados ao próprio funcionamento do judiciário correlacionado diretamente com as demandas e transformações da sociedade de modo mais abrangente, como nos aponta a obra de Ivan Vellasco (2004).

Para o caso do Rio Grande do Norte, concernente especificamente ao recorte temporal do século XIX, no qual se enquadra a pesquisa aqui apresentada, podemos citar os trabalhos desenvolvidos por Michele Lopes (2011) e Ariane Pereira (2014), que buscaram analisar aspectos relativos à escravidão no Seridó; por Conceição Guilherme (2012), professora do quadro efetivo do departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que se dedicou, em sua tese doutoral, a refletir sobre a atuação dos magistrados - nomeadamente, os juízes de órfãos - no contexto socioeducacional do Seridó; e, finalmente, por Vanessa Spinosa (2016), que analisou os regimentos legais sobre o funcionamento da justiça oitocentista por meio dos casos da província do Rio Grande do Norte e da Paraíba do Norte. Diante disso, apesar da relevância e pertinência já comprovada de uma perspectiva de estudos ligados ao campo judiciário, são ainda escassos os trabalhos para o caso do Rio Grande do Norte, no século XIX, que buscam refletir sobre o comportamento do corpo social em suas mais variadas esferas e estratos por meio da temática da justiça.



Desse modo, e visando contribuir de alguma maneira para um entendimento da atuação dos grupos sociais, dos agentes judiciários e dos usos sociais da justiça em outras partes da província norte-rio-grandense, haja vista a concentração de trabalhos com foco no Seridó, o objetivo central da pesquisa que vem sendo desenvolvida é analisar a institucionalização da comarca de São José de Mipibu, no período compreendido entre as duas últimas décadas do Império. A ideia de institucionalização aqui é entendida como o processo de consolidação do poder jurisdicional da instância judicial sobre o território sob seu jugo, aspecto importante para a sustentação de um Estado. Assim, a fim de atingir o objetivo proposto, tem-se buscado entender as particularidades ligadas à criminalidade e ao cotidiano do fazer da justiça no espaço sob a jurisdição desta comarca, atentando-se não estritamente para os trâmites jurídicos desse exercício, por meio dos processos-crimes, mas também para a atuação dos mais variados agentes envolvidos nos litígios e as redes que construíram dentro de seus respectivos contextos de vida, concentrando-se no modo como isso poderia interferir na execução da justiça.

A extensão do poder jurisdicional: o domínio territorial da comarca de São José para além do litoral

No período de análise pretendido, o espaço de jurisdição da comarca de São José, assim como as outras três já existentes no início da década de 1870 (a saber: a de Natal, a de Assú e a de Mossoró), passou por diversas modificações em consequência da criação de outras, o que se conveio fazer “para a boa administração da justiça” (Relatório, 1876, p. 5). Assim, no ano de 1870, constava nas páginas do relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo então presidente da província, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, a seguinte estruturação da circunscrição aqui trabalhada: o primeiro termo era o de São José, que compreendia, para além da cidade de mesmo nome, os distritos de Vera Cruz, Santa Cruz e Jericó; o segundo, era o de Papary, englobando não apenas a atual Nísia Floresta, mas também Arez; o terceiro, o de Goianinha, que apresentava Goianinha, São Bento, Nova Cruz e Cruz do Espírito Santo como zonas distritais; e, por fim, o de Canguaretama, no qual estavam inseridas as localidades de Canguaretama e Flor.

Mapa 1: A comarca de São José de Mipibu no início da década de 1870



Fonte: produzido por meio do QGis e com base na divisão das comarcas da província do Rio Grande do Norte constante no Relatório do Presidente de Província do ano de 1870.

Por meio do mapa acima, pode-se identificar visualmente a localização aproximada da que seriam as localidades englobadas pela jurisdição aqui em análise. Um primeiro aspecto interessante de ser observado diz respeito à uma suposta fragmentação territorial do espaço sob jurisdição da comarca. Tendo em vista que a área demarcada em vermelho seria a correspondente às cidades, vilas e povoações que estavam sob o jugo do poder jurisdicional dos agentes de tal circunscrição, faz-se válido o seguinte questionamento: o território da comarca, para o período em análise, apresentava-se, então, desagregado? Apesar de em um primeiro momento ser esta a impressão que se pode ter, há outras possíveis explicações para essa distribuição espacial apresentada no início da década de 1870. Isso porque, ao observar-se também a localização dos espaços correspondentes ao da administração das outras três existentes para o mesmo ano com base no qual este mapa foi elaborado, pode-se perceber esse mesmo padrão: localidades muito bem assinaladas, com pretensos vazios entre um extremidade e outra dos territórios sob mesma jurisdição, sem que houvesse aí a interferência, pelo menos no campo teórico, de outros poderes jurisdicionais.

Diante disso, pode-se levantar pelo menos duas hipóteses, intimamente relacionadas: a primeira diz respeito ao fato de que apenas as localidades com maior expressividade no momento de elaboração dos relatórios foram nomeadas nos registros oficiais; o que nos leva a segunda hipótese, que seria a de que esses espaços jurisdicionais apresentariam sim uma



continuidade do ponto de vista do território, mas que não necessariamente apresentava-se de maneira escrita nestes relatórios, dada a própria fragilidade e superficialidade das informações apresentadas para a confecção deste documento oficial, fato que frequentemente pode ser identificado nestes por meio de considerações corriqueiras como a “falta de dados completos na secretaria do governo” (Relatório, 1872, p. 9).

Outrossim, a análise da distribuição espacial dessa área, permite perceber que o espaço sob sua tutela, no início da década de 1870, não se restringia apenas à faixa litorânea, onde estava situada a cabeça da comarca, a cidade de São José de Mipibu; mas também estendia-se sobre aquilo que Luís Maria da Silva Pinto consideraria no seu *Diccionario da Lingua Brasileira*, de 1832, como sendo o sertão: o interior das terras; mato distante da costa marítima. De acordo com os dados constantes nos registros escritos da exposição do sobredito Carneiro da Cunha à Assembleia, o limite territorial da influência desta comarca para o oeste, ou seja, para o interior do território da província, era, à época, a então povoação de Santa Cruz, distante da capital da província, também localizada no litoral e próxima à Cidade de São José, cerca de “26 a 28 léguas por tortuosas veredas, entre serras e ladeiras, e atravessando inúmeras vezes o rio Trairi” (Relatório, 1859, p. 21). Esta informação, junto à observação da localização de Santa Cruz no mapa, que corresponde à localidade em vermelho isolada e mais afastada do litoral, demonstra de maneira objetiva, mas não simplória, o alargamento da jurisdição de São José sobre o sertão.

Os aspectos teórico-metodológicos da investigação sobre a execução da justiça na comarca de S. José

Explicitadas as questões em torno da espacialidade em questão, é imprescindível apontar por meio de quais referenciais teóricos e metodológicos busca-se desenvolver a investigação acerca do poder jurisdicional exercido pelas autoridades judiciais da comarca de São José.

Diante disso, e no tocante aos conceitos utilizados, inicia-se aqui pelo que está sendo entendido nesta investigação como a ‘boa sociedade’. Esse conceito vem sendo utilizado nos moldes em que foi definido por Ilmar de Mattos (1994). De acordo com tal autor, esse grupo era composto por sujeitos que, mesmo possuindo posicionamentos políticos divergentes



(conservadores e liberais), uniam-se em uma coletividade muito bem demarcada socialmente em razão dos interesses em comum dos seus componentes. Segundo Mattos,

A Constituição de 1824 definia em corpo quem seriam os membros da sociedade e os “estranhos” a ela. Nesse ponto, os elementos acima citados, de modo implícito, contribuíam para a definição e reconhecimento desses. Assim, não eram estranhos apenas os estrangeiros, mas, também, os escravizados, privados de suas liberdades e destituídos de quaisquer patrimônio. (Mattos, 1994, p. 109)

Os elementos aos quais o historiador refere-se no excerto acima são a liberdade e a propriedade. E esses, ao mesmo tempo em que correspondiam aos anseios e desígnios desse grupo muito bem definido, figuravam também como as prerrogativas que, em meio aos cidadãos do Império, serviam para os distinguir “tanto do ‘povo mais ou menos miúdo’ quanto dos escravos” (Mattos, 1994, p. 109). Logo, a ‘boa sociedade’ era composta por aqueles sujeitos que, concomitantemente, gozavam de plena liberdade e possuíam o predomínio sobre considerável patrimônio, incluindo terras e escravizados.

Outrossim, por serem os seus membros, sempre encarnados na figura de homens brancos, portadores em plenitude desses atributos, a ‘boa sociedade’ tendia a se confundir com a sociedade política (Mattos, 1994). Ainda para o mesmo autor, o Império do Brasil podia ser dividido em três mundos: o da Casa, o do Governo e o da Rua. O segundo desses mundos corresponderia justamente a essa sociedade política, que, por sua vez, relacionava-se diretamente com a administração do próprio Estado. Desse modo, os centros decisórios de poder, nos oitocentos, estavam intrinsecamente ligados aos interesses de seus integrantes, já que “por ser portadora de liberdade e propriedade, a ela compete governar, isto é, “dirigir física ou moralmente”, [...] quer a Casa - ‘regulando a sua economia e administração’, quer o Estado - ‘dando Leis, e fazendo-as executar’” (Mattos, 1994, p. 111). Logo, esse grupo, munido do poder de controle sobre a gerência do aparelho estatal, exerceria também, portanto, a sua influência sobre os mecanismos do judiciário.

Diante disso, estando os membros dessa ‘boa sociedade’ no exercício dos cargos da justiça, podemos falar também sobre a existência de uma “geografia dos interesses”. A historiadora Ana Cristina Nogueira da Silva (1998) faz uso dessa conceituação como um caminho explicativo para os conflitos existentes em Portugal, durante o século XVIII, relativos



à reforma das comarcas, visto que o rearranjo do território desses espaços jurídicos interferiam diretamente na jurisdição e no poder dos potentados locais. Já no caso da pesquisa em questão, a aplicação dessa noção como suporte para a análise geral aqui proposta auxilia na compreensão acerca da forma como os crimes eram entendidos e julgados em meio à *práxis* judicial empregada na comarca de São José, atentando para as expressões da mentalidade vigente em meio a ‘boa sociedade’ (com interesses e projetos de ordem muito bem definidos), levando em consideração os efeitos dessas concepções no cotidiano e na observação e na repressão dos crimes no espaço sob jurisdição de tal instituição.

Para além disso, a relação centro-periferia postulada por Silva (1998) também se faz imprescindível para esta pesquisa. Esta é desenvolvida pela autora não como um vínculo de controle exercido por parte de um centro dominador sobre uma periferia - como é o caso do uso de tais ideias no que diz respeito à vinculação metrópole-colônia -, mas antes, concebendo essas duas conceituações como metafóricas, forma sob a qual o centro aparece “como princípio de ordem e de unidade que se define por oposição à desordem que procura controlar, a desordem da periferia” (Silva, 1998, p. 19). Assim, essa concepção permite refletir sobre o processo de institucionalização da comarca de São José de Mipibu na medida em que auxilia na análise do campo da justiça como uma esfera de execução das intenções da ‘boa sociedade’ de exercer o controle, por meio de uma ideologia pautada pela ordem e pela salvaguarda da propriedade e da segurança individual, sobre uma infinidade de sujeitos, que incluía os pobres livres, libertos e escravizados.

Além disso, objetivando o entendimento da noção sobre o crime e suas variáveis durante as duas últimas décadas do Império, são caros os conceitos de crime e de criminalidade oriundos da obra de Boris Fausto (2014). O primeiro deles relaciona-se “ao fenômeno na sua singularidade, cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções” (Fausto, 2014, p. 19). Já o segundo, diz respeito “ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes” (Fausto, 2014, p. 19). Assim, quer fossem ações previamente articuladas, quer fossem delitos tidos como isolados e passíveis de serem analisados apenas sob o prisma da banalidade, eles se inserem dentro de um escopo maior, em que havia uma infinidade de interesses senhoriais em jogo, os quais estavam ferrenhamente



entrelaçados a uma função regulamentadora e disciplinadora das parcelas sociais mais desfavorecidas, política, jurídica (como é o caso dos escravizados) e/ou economicamente. Um claro exemplo disso foi a promulgação da lei de 10 de junho de 1835, que, sendo criada para a punição única e exclusiva de escravizados que cometessem algum crime contra a vida de seus senhores, seus feitores e/ou suas famílias, estava imbuída de um caráter simbólico: o castigo exemplar (Ribeiro, 2005). Desse modo, o emprego de tais conceitos serão caros à análise de como esses fenômenos eram entendidos dentro da lógica social e da esfera da justiça à época.

Ademais, apesar de o aparelhamento legal e a própria forma pela qual os documentos oficiais eram escritos, dentre eles, os processos-crimes, expressarem os desígnios da ‘boa sociedade’, é de extrema importância que também se perceba que, em meio aos processos (cíveis ou criminais), “surgem homens e mulheres, representantes dos mais diversos estratos sociais, demandando a ação da justiça e buscando a efetivação de seus direitos formalmente garantidos” (Velasco, 2004, p. 25). Desse modo, outra conceituação relevante para esta discussão é a de ‘uso social da justiça’, nos moldes do que definiu Ivan Velasco (2004), na medida em que permite refletir sobre as formas como diferentes sujeitos, de diferentes condições sociais, tiveram acesso à justiça, foram julgados por ela, mas, mais que isso, de que maneira mobilizaram este dispositivo em seu favor.

Outrossim, subsidiada pelo arcabouço teórico acima explicitado, o aparato metodológico mobilizado centra-se no exame pormenorizado dos processos-crimes do 1º Cartório da Comarca de São José de Mipibu, os quais estão disponíveis digitalmente no repositório do Laboratório de Imagens (LABIM) da UFRN, e no cruzamento e diálogo destes com Relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do Norte, os jornais disponíveis para o período trabalhado e a legislação imperial, acessíveis, respectivamente, por meio do *website* do Center for Research Libraries, da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e nos portais do Senado Federal e do Palácio do Planalto.

O conjunto documental composto pelos processos judiciais conta com 99 processos, os quais consistem, em sua grande maioria, em litígios julgados em primeira instância, constando, para alguns poucos deles, a transcrição dos seus desdobramentos em grau de apelação na Relação de Fortaleza, a qual a província norte-rio-grandense respondia em segunda instância desde 1873.



Tem-se construído uma tabulação dessas peças processuais, levantando e registrando as seguintes informações: a tipologia do crime; o local de ocorrência e de julgamento (qual o termo e a comarca respectivas); a instância; a sentença da deliberação feita sobre o caso; o réu; sua ocupação, condição e local de residência; o autor dos autos do processo; a vítima; e, por fim, as autoridades envolvidas nos trâmites das causas. O emprego desta metodologia possibilitou, mesmo após o levantamento dessas informações na íntegra para apenas parte desses processos, observar um aspecto relevante para os desdobramentos da pesquisa: a constância com que os membros da ‘boa sociedade’ figuravam como sujeitos relevantes em meios aos autos dos processos, quer fosse na condição de autoridade, responsáveis diretamente pelos rumos que o julgamento da causa tomariam, quer fosse como parte do júri, como testemunhas, ou mesmo na qualidade de senhor de escravizados. Essa última categoria, apesar de em um primeiro momento, se o foco for apenas na análise do processo por si só, pode ser considerada como um elemento secundário, dado o fato de que o que pretensamente pretende-se analisar é simples e puramente o desenrolar das ações criminais. Contudo, para o entendimento do que aqui se propõe, a superficialidade de uma perspectiva de análise nesses moldes muito provavelmente incorreria em uma série de imprecisões. Se faz de extrema importância, pois, considerar o contexto mais amplo em que se processava a atuação da justiça.

Dos resultados e hipóteses iniciais: a influência dos Ribeiro Dantas

Dentro do recorte espaço-temporal desta pesquisa e, sobretudo, com relação aos objetivos estabelecidos para a sua construção, a definição proposta por Mattos (1994) acerca do que seria a ‘boa sociedade’ permite analisar com clareza aspectos importantes em meio à sociedade constituinte do espaço sob a jurisdição da comarca de São José. Isso porque, e como já apontado anteriormente, o exercício que vem sendo desenvolvido de tabulação dos processos-crimes, e o seu devido cruzamento com outras e diferentes tipologias documentais, possibilitou a percepção de que pelo menos uma parte das autoridades nomeadas nos autos constituíam o que, dentro da província norte-rio-grandense, poderíamos caracterizar como sendo esse grupo.

Inicialmente, por meio dos dados que estão sendo levantados estritamente na fase da tabulação, um elemento que aparece com certa regularidade é o sobrenome Ribeiro Dantas.



Diferentes membros desse grupo familiar figuram em, pelo menos, onze ocorrências em meio aos processos levantados (contabilizando essas ocorrências não como o número de processos em que aparecem, mas relativamente ao número de indivíduos), ocupando posições diversas:

Quadro 1: Ocorrências ligadas aos Ribeiro Dantas nos processos-crimes

Categoria da ocorrência	Quantidade de ocorrências	Sujeitos nomeados
Magistrado	5	Francisco de Souza Ribeiro Dantas
Réu	1	José Ribeiro Dantas
Participação secundária nos processos	5	Francisco Basílio Ribeiro Dantas Joaquim Ribeiro Dantas Francisco de Souza Ribeiro Dantas Miguel Ribeiro Dantas

Fonte: elaborado pela autora por meio de informações extraídas de tabulação feita previamente dos processos-crimes disponíveis no *website* do Laboratório de Imagens (LABIM) da UFRN.

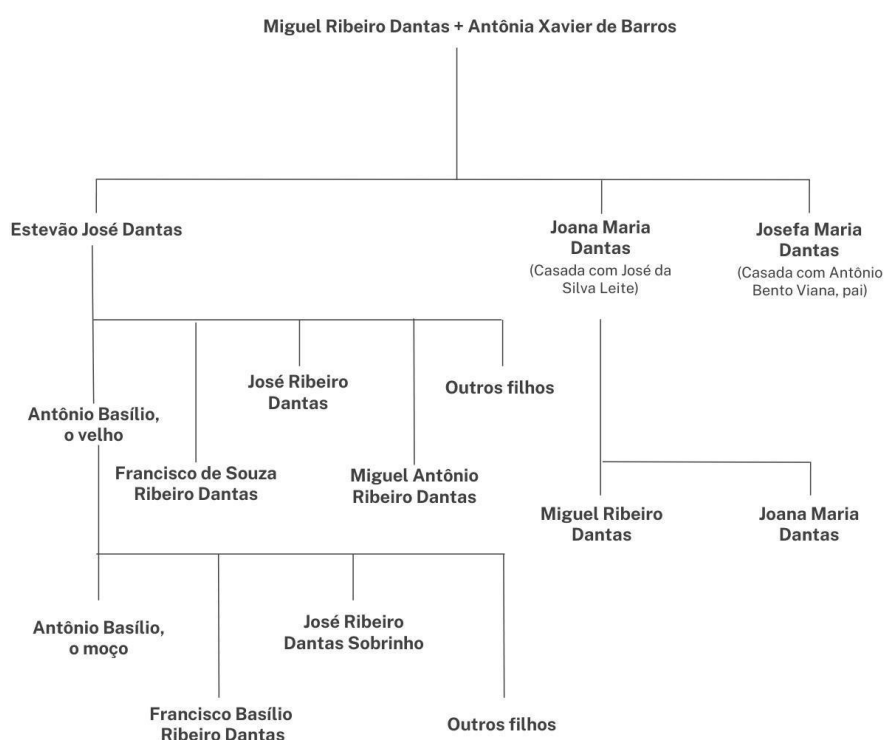
Os números apresentados no quadro acima chamaram a atenção quando identificados. Porém, apesar disso, pensados isoladamente não são capazes de demonstrar com clareza a extensão da teia das relações e da influência exercida pelos Ribeiro Dantas em meio à sociedade norte-rio-grandense da época, nas mais variadas esferas e contextos. Desse modo, buscou-se investigar esses sujeitos e, conseqüentemente, esse ramo familiar cotejando informações providas de diferentes tipos documentais, como os relatórios dos presidentes de província, os jornais disponíveis para o período na província e as seguintes obras: a tríade das histórias do Rio Grande do Norte escritas por Tavares de Lyra, Rocha Pombo e Luís da Câmara Cascudo; e os trabalhos genealógicos *Família Ribeiro Dantas de São José de Mipibu*, escrito por Carlos Alberto Dantas Moura, e *Bravos sertanejos do Sertido: famílias de Portugal e do Brasil. Os Dantas Côrrea e os Ribeiro Dantas*, de autoria de Paulo M. Assis Brasil.

O princípio da história da família Ribeiro Dantas em terras norte-rio-grandenses remonta à vinda de Miguel Ribeiro Dantas, natural de Lisboa e casado com Antônia Xavier de Barros, natural de Olinda, em meados da década de 1770. Brazil (2002), Moura (2010) e Cascudo (1987) afirmam que, logo após a sua chegada, o português requereu terras em São José de Mipibu, as quais lhe foram concedidas. De acordo com Cruz (2015), o requerimento deste capitão ao governador de Pernambuco, Manoel da Cunha Menezes, consta do ano de 1773, e,

neste, pedia que lhe fosse assegurada a posse das terras que possuía no termo da Vila de São José, ampliadas pela incorporação de terras devolutas, e que serviam ao cultivo de cana-de-açúcar. É interessante salientar que a região na qual as terras foram solicitadas fazia parte do Vale do Capió, o qual abrangia uma vasta extensão ribeirinha entre Ceará-mirim e Goianinha, estando São José localizada no meio destas. Nesta área desenvolveu-se fortemente a cultura canavieira, e, na década de 1870, 84 engenhos funcionavam no entorno de suas águas (Relatório, 1874), entre os quais constavam engenhos pertencentes aos ramos dos Ribeiro Dantas (Moura, 2010).

Ademais, voltando a nossa atenção para a árvore genealógica parcial de tal linhagem, temos a seguinte configuração na imagem 2 adiante.

Imagem 2: descendentes do matrimônio entre Miguel Ribeiro Dantas e Antônia Xavier de Barros



Fonte: elaborado com base em árvore genealógica presente na obra *Família Ribeiro Dantas de São José de Mipibu*, mas com correções de parentesco feitas pela autora.



Por meio desta, podemos observar que os sujeitos listados na tabela anterior, que aparecem em meio aos autos de alguns dos processos, descendem diretamente do precursor da estirpe dos Ribeiro Dantas, homem influente na região e dono de terras, engenhos e escravizados na região do termo de São José de Mipibu. Mas esta ligação direta, apesar de indicar uma provável integração desses agentes em meio à boa sociedade mipibuense, não a confirma integralmente. É necessário que olhemos atentamente para a maneira como cada um deles estavam inseridos e atuando em meio às redes e às instituições sociais.

Miguel Ribeiro Dantas, que na ocorrência que lhe cabe nos processos aparece como senhor de um escravo que foi ferido por outro, era neto homônimo do capitão português requerente de terras em São José em fins do século XVIII. Na década de 1870 receberia o título de barão de Mipibu. Este sujeito foi caracterizado por Cascudo (1984) como “proprietário, fazendeiro, capitalista, [...] um dos nomes mais populares na sua terra” (Cascudo, 1984, p. 517). Isso porque para além da influência econômica, ligada ao próprio nome da família, foi este também coronel da Guarda Nacional, presidente da Câmara Municipal de (1833-37), tendo sido condecorado como barão por meio do Decreto Imperial de 18 de março de 1877 (Cascudo, 1984).

Já Francisco de Souza, primo do barão de Mipibu, era bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, foi deputado provincial (1840-1851), secretário (1842; 1843; 1844) e presidente da Assembleia (1845; 1849; 1850; 1851), promotor público (1857), chefe de polícia (por quatro vezes, antes de 1849) e juiz municipal em Goianinha (1876) e no termo de São José (1842-1850), sendo suplente desse mesmo cargo da magistratura entre 1860 e 1864, e efetivo entre 1876 e 1878, retornando em 1882 e permanecendo até 1892. Todas as ocorrências listadas no quadro 1 relativas à figura do magistrado estão relacionadas a ele, além do que, nas secundárias, atribui-se a esse mesmo indivíduo uma em que consta como senhor de um escravizado ferido.

José Ribeiro Dantas, irmão de Francisco de Souza, ao contrário de seus irmãos, não parece ter sido agricultor nem membro da Guarda Nacional (Moura, 2010). Contudo, atuou como vereador (na década de 1840) e como presidente da Câmara (na década de 1860), sendo também professor público de Francês e Latim. Apesar da possível não ligação direta com as terras e engenhos de sua família, possuía alguns escravos sob sua posse, os quais foram



rastreados por meio de seus respectivos assentos de batismo (Moura, 2010, p. 318). O registro que lhe diz respeito é o único, em meio aos 99 processos levantados, que apresenta um Ribeiro Dantas diretamente como réu de um processo-crime na comarca de São José para o período de análise em questão. Diretamente pois no que diz respeito aos outros dois sujeitos nomeados no quadro 1, Francisco Basílio e Joaquim, estes aparecem relacionados a um caso de escravização ilegal, no qual participaram do crime como compradores mas que, contudo, não foram pronunciados formalmente. Além disso, o último destes também aparece assinando a rogo de uma das partes em um processo de homicídio no ano de 1877. Em relação a estes dois últimos sujeitos, até o momento, não foi possível levantar informações muito consistentes. Todavia, sabe-se que faziam parte deste grupo familiar e que o capitão Joaquim Ribeiro Dantas foi juiz municipal suplente na cidade de São José de Mipibu no ano de 1875.

Desse modo, analisando de maneira mais minuciosa alguns dos Ribeiro Dantas, percebemos que, dentro do recorte espacial desta pesquisa, eles enquadravam-se como membros constituintes da ‘boa sociedade’ e, conseqüentemente, exerciam influência direta sobre o ‘mundo do governo’ na comarca de São José de Mipibu. Contudo, esse poder parecia não limitar-se apenas a este espaço jurisdicional, visto que há provas concretas da ingerência desses sujeitos em outras localidades da faixa litorânea e da Zona da Mata da província norte-rio-grandense (Moura, 2010).

Considerações finais

Diante das informações apresentadas, pode-se perceber que durante as duas últimas décadas do Império do Brasil, a execução da justiça e a tentativa de manutenção de uma ordem social por parte dos agentes atuantes na comarca de São José de Mipibu estendia-se sobre uma dimensão territorial que não se restringia apenas ao litoral, mas que também penetrava o território em direção aos sertões. Além disso, observa-se, no âmbito desta justiça, a atuação de sujeitos diretamente ligados à ‘boa sociedade’ e, em especial, ao núcleo familiar dos Ribeiro Dantas, que na área do Vale do Capió e zonas adjacentes exerciam forte influência tanto em termos econômicos quanto políticos.

Desse modo, faz-se imprescindível para uma compreensão da institucionalização da comarca de São José de Mipibu observar de que modo estabelecia-se essa ligação entre uma



parcela específica da sociedade e o judiciário, e de que maneiras isso influía na conformação e consolidação deste espaço.

Fontes

BRAZIL, Paulo M. Assis. *Bravo sertanejos do Seridó: famílias de Portugal e do Brasil*. Os Dantas Corrêa e o Ribeiro Dantas. 2. ed. Natal: Edições Sebo Vermelho, 2022.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

FALLA com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1ª sessão da vigésima legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 13 de julho de 1874. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

FRANCISCO de Souza Ribeiro Dantas. In: *Figura de destaque*. Natal: Fundação José Augusto, 2016. Disponível em http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC0000000000111633.PDF. Acesso em: 27 jun. 2023.

LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

MOURA, Carlos Alberto Dantas. *Família Ribeiro Dantas de São José de Mipibu*. Brasília: Senado Federal - Centro Gráfico, 1985.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Annuario do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1922. Disponível em: <http://edufn.ufrn.br/handle/123456789/1416>. Acesso em: 18 jan. 2023.

RELATORIO apresentado á Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo exm. sr. doutor Silvino Elvidio Carneiro da Cunha em 5 de outubro de 1870. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1870.



RELATORIO com que abriu a 1a sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, o exm. sr. commendador dr. Henrique Pereira de Lucena, no dia 5 de outubro de 1872. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1873.

RELATORIO com que o exm. sr. dr. José Bernardo Alcoforado Junior passou a administração da provincia do Rio Grande do Norte ao exm. sr. dr. Antonio dos Passos Miranda no dia 20 de junho de 1876. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

Referências

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÔELHO, Maria da Conceição Guilherme. *Perguntou o juiz ao tutor pela pessoa deste órfão: os magistrados na sócio educacional do Seridó (século XIX)*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CRUZ, Luana Honório. *Os caminhos do açúcar no Rio Grande do Norte: o papel dos engenhos na formação território potiguar (século XVII ao início do século XX)*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-GRaduação em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1824*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LARA, Silvia Hunold Lara. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOPES, Michele Soares. *Escravidão na vila do Príncipe - província do Rio Grande do Norte (1850-1888)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.



MACHADO, Maria Helena P. T. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas — 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PEREIRA, Ariane de Medeiros. Escravos em ação na comarca do Príncipe - província do Rio Grande do Norte (1870-1888). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

RIBEIRO, João Luiz Ribeiro. *No meio das galinhas as baratas não têm razão*. A lei de 10 de junho de 1835. Os escravos e a pena de morte no Império do Brasil (1822-1889). Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SILVA, Ana C. N. da. *O modelo espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SLENES, Robert. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SPINOSA, Vanessa. *Vocação para a justiça: o serviço público como missão cidadã (Brasil, 1840-1889)*. 2016. Doutorado (Doutorado em Fundamentos da Investigação Histórica) - Departamento de História Medieval, Moderna e Contemporânea, Faculdade de Geografia e História, Universidade de Salamanca, Salamanca, 2016.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduições da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça*. Minas Gerais - século 19. São Paulo: EDUSC, 2004.

O ESTABELECIMENTO DAS JUNTAS DE GOVERNO PROVISÓRIO NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1821-1822)

Adriel Pacheco Loiola Gomes
Mestrando PPGH-UFRN
oficialadrielpacheco@gmail.com



RESUMO: As juntas de governo provisório, ou juntas governativas, foram um modelo temporário de governo, que remonta ao vintismo português, que no Brasil, por decisão das Cortes de Lisboa, a partir dos decretos de 1º e 29 de setembro de 1821, contexto em que se iniciou o processo de ruptura entre Brasil e Portugal e, concomitantemente, de Independência. Quanto ao período das juntas de governo provisório do Rio Grande do Norte, pode-se dizer que foi de muita agitação política arraigada de conflitos que resultaram em mais de uma junta, bem como, na instalação de um governo temporário. Portanto, este trabalho pretende analisar como ocorreu o processo de instalação das Juntas de Governo Provisório na província do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Juntas de Governo Provisório; Província do Rio Grande do Norte; Elite política local; Independência do Brasil.

1. Introdução

A proposta deste trabalho diz respeito ao estudo do estabelecimento das Juntas de Governo Provisório da província do Rio Grande do Norte, um modelo de governo regulamentado pelas Cortes Gerais de Lisboa, em 1821, e que teve seu período de estabelecimento na província entre dezembro de 1821 e março de 1822. É importante salientar a ausência de trabalhos recentes acerca desse recorte, tendo sido majoritariamente abordado apenas por autores considerados clássicos, como Câmara Cascudo³⁹, Tavares de Lyra⁴⁰ e Rocha Pombo⁴¹.

Observando as produções historiográficas sobre outras Juntas Governativas, existem, no entanto, uma produção sobre as Juntas Governativas, que contribuíram para escrita e para reflexão deste trabalho, dois se destacam os trabalhos de Marcelo Cheche Galves⁴² Ferreira

³⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1994.

⁴⁰ LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3 ed. Natal, 1998.

LYRA, Augusto Tavares de. **A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti. Livro. 1972.

⁴¹ POMBO, Rocha. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro, RJ. Anuario do Brasil.

⁴² GALVES, Marcelo Cheches. **Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro. 356 f. 2010.



Sorgine⁴³, Cláudia Chaves⁴⁴, Marcus Caetano Domingos⁴⁵ e de Andréa Slemian e João Paulo G. Pimenta⁴⁶.

No dia 3 de dezembro de 1821, reunidos na paróquia da cidade de Natal, os eleitores da província do Rio Grande do Norte elegeram uma Junta de Governo provisório que sucedeu o governo do até então governador, José Inácio Borges. Baseado no decreto enviados pelas Cortes Gerais de Lisboa, assinado em 1º de setembro de 1821, enviado para a província de Pernambuco, a eleição da Junta na Província do Rio Grande do Norte ficou em desacordo com outro decreto assinado em 29 de setembro do mesmo ano, que regulamentou as Juntas de Governo Provisório em todo o reino do Brasil. Assim, a eleição que ocorreu no dia 3 de dezembro elegeu sete membros, ao invés de cinco membros, como previsto no decreto assinado nas Cortes.

A província do Rio Grande do Norte contou com três governos provisórios, entre os anos de 1821 e 1824, sendo o primeiro uma Junta de Governo Provisório, o segundo uma Junta de Governo Temporário e uma última Junta de Governo Provisório. A velocidade na troca desses governos é um reflexo das disputas e conflitos em torno dos interesses de grupos pertencentes a uma elite política local, que gozavam do privilégio de participar da vida política da província. Importante destacar que o termo elite, aqui empregado, diz respeito ao grupo de indivíduos que ocupam posição social de privilégios inacessíveis aos demais membros da sociedade (Heinz, 2006, p. 7-8).

As fontes analisadas neste trabalho são predominantemente correspondências⁴⁷ produzidas durante os três governos, provenientes do Arquivo Nacional, das quais algumas

⁴³ SORGINE, J. F. **Da colônia às Cortes. A formação da Junta Governativa de Goiana e a crise do Antigo Regime Português em Pernambuco (1821)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em História. Rio de Janeiro. 159 f. 2005.

⁴⁴ CHAVES, Cláudia. As juntas da fazenda durante o processo de provincialização no Brasil. In: **XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 13ª CONFERÊNCIAS INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS**. Anais [...] Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017, p. 1-14.

⁴⁵ DOMINGOS, Marcus Caetano. **A junta do governo provisório de Minas Gerais (1821-1822): um governo liberal ou autoritário?** Brazilian Journal of Development: Curitiba, v. 5, n. 3, p. 2119-2137.

⁴⁶ PIMENTA, João Paulo Pimenta; SLEMIAN, Andréa. Revolução no Império português: o movimento vintista e a construção da Independência do Brasil. In: _____. **O "nascimento político" do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2003.

⁴⁷ CONSELHO FEDERAL DE CULTURA DO ARQUIVO NACIONAL. **As juntas governativas e a independência**. Rio de Janeiro. V2, 1973, p. 431. Documento 136.



delas foram publicadas em coleção e outras foram transcritas pela equipe do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS-UFRN). Não obstante, foram usados os decretos⁴⁸ assinados entre 1º e 29 de setembro de 1821 assinados nas Cortes Gerais de Lisboa. Toda essa documentação revela um vasto arcabouço de dados sobre as eleições, bem como eleitores, conflitos, laços familiares, cargos e patentes de membros da elite local, não só da cidade de Natal, como sobre outras vilas, incluindo as vilas do sertão da província, que foram analisadas metodologicamente através da tabulação e da aplicação do método prosopográfico.

2. O estabelecimento das Juntas Governativas nas Cortes de Lisboa

As juntas de governo provisório, ou juntas governativas, foram um modelo provisório de governo estabelecido nas províncias do Brasil a partir do decreto assinado em 29 de setembro de 1821, quando, reunidas em Lisboa, as Cortes debatiam as bases de um contrato entre Brasil e Portugal, dentro de uma gama de interesses entre homens das elites e do Estado, que se mostrou inviável, acarretando a ruptura entre esses reinos (Souza, 1999, p. 107). O decreto assinado em 29 de setembro estabeleceu a eleição de sete membros para compor os governos das províncias que, até o momento de publicação do decreto, eram governadas por capitães gerais e cinco membros para as outras províncias governadas apenas por governadores e não tinham capitães gerais⁴⁹.

A criação das juntas de governo provisório no Brasil teria sido uma estratégia dos deputados de Portugal para descentralizar o poder de influência da província do Rio de Janeiro

CONSELHO FEDERAL DE DCULTURA DO AQUIVO NACIONAL. **As juntas governativas e a independência**. Rio de Janeiro. V2, 1973, p. 432. Documento 137.

CONSELHO FEDERAL DE DCULTURA DO AQUIVO NACIONAL. **As juntas governativas e a independência**. Rio de Janeiro. V2, 1973, p. 438-447. Documento 141.

Correspondência dos eleitores da paróquia da cidade do Natal, Extremoz, São José, Arez, Goianinha e Vila-Flor ao Imperador denunciando o presidente do governo provisório, seu secretário e o comandante do batalhão da primeira linha, pelo emprego de parentes e amigos. Código do Fundo: AA. Fundo/colecção: Série Interior. Not : IJJ 9-195. Seção de guarda: CODES/DEL. cx. 5887, p. 141-?. Acervo: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁴⁸ Decreto de 1 de setembro de 1821. Disponível em: << [DECRETO de 29 de setembro de 1821. Disponível em: << \[>>.\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-01-10-1821.htm\)](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-1-9-1821.htm#:~:text=DECRETO%20DE%201%20DE%20SETEMBRO,Armas%20da%20Provincia%20de%20Pernambuco.>>.</p>
</div>
<div data-bbox=)

⁴⁹ As juntas das províncias da Bahia, Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, contaram com sete membros em seu governo e, as demais, com cinco membros.



sobre as demais províncias do Brasil. Segundo Maria do Socorro Ferraz Barbosa (2007, p. 102), as juntas teriam sido criadas pelo “espírito constitucionalista das Cortes” para esvaziar o Rio de Janeiro como centro do poder e levar as províncias do Brasil a reconhecerem, novamente, Lisboa como centro do poder do império português.

Considerava-se que as Juntas de Governo Provisório, por serem eleitas, seriam mais legítimas dentro dos preceitos pretendidos pelas Cortes, portanto as juntas seriam herdeiras de um modelo administrativo vintista (Chaves, 2017, p. 9). Segundo Iara Lis Carvalho Souza (1999, p. 116), as juntas de governo provisório foram recuperadas pelo Vintismo e desfrutavam de maior legitimidade por serem eleitas, foram implementadas para gerar maior autonomia dos governos provisórios, frente ao Rio de Janeiro.

Uma vez estabelecidas, as juntas provisórias eram eleitas a partir dos votos de eleitores de paróquia da província, que pudessem se reunir em sua capital em um prazo de até dois meses, contados a partir do recebimento do decreto de 29 de setembro de 1821. Para compor os membros da junta, deviam ser escolhidos entre os mais ilustres cidadãos e que fossem possuidores de bastantes meios de subsistência, que provenham bens de raiz, comércio, indústria ou empregos. Ademais, foi destinada às juntas toda autoridade e jurisdição civil, econômica, administrativa e política das províncias do Brasil. O decreto também estabeleceu o cargo do governador de armas, substituindo os cargos de governadores e capitães gerais, ficando nas conformidades do governador de armas de Portugal, deixando a cargo de um oficial de patente militar até o grau de coronel.

A partir da análise do decreto de 29 de setembro, percebe-se que este restringia a ocupação dos cargos das juntas governativas a um compendioso grupo da sociedade. A este grupo, cabe a denominação de elite política, não sendo este o grupo dos melhores, configurando um grupo de indivíduos que ocupam posições que dispõem de poderes, influência e privilégios que não são acessíveis aos demais membros da sociedade (Heinz, 2006, p. 7-8). Segundo Marcus Caetano Domingos (2019, p. 2123-2124), com as Juntas de Governo Provisório, as elites passaram a ter chance de governar, dentro do seu espaço, sua pátria, e experimentar direitos inéditos, ampliando demasiadamente as possibilidades de participação e mudança na vida política das províncias.



3. Sete ou cinco? O primeiro e breve Governo Provisório da província do Rio Grande do Norte

No ano de 1821, o então governador do Rio Grande do Norte, José Inácio Borges passou a administração da província a uma junta constitucional eleita em 3 de dezembro de 1821. A instalação do governo provisório na província do Rio Grande do Norte procedeu-se em 3 de dezembro de 1821, eleito, equivocadamente, conforme o decreto de 1º de setembro do mesmo ano enviado para a província de Pernambuco, a partir do Congresso Constitucional de Lisboa.

Cláudia Chaves (2017, p. 3) destacou que o decreto de 29 de setembro de 1821 determinava o número de representantes eleitos, nas províncias, bem como suas atribuições, remunerações e formas de eleição, atribuía toda autoridade e jurisdição em esferas civil, econômica, administrativas e políticas. Quando se procedeu à instalação do primeiro Governo Provisório da província do Rio Grande do Norte, ainda não havia se tomado conhecimento do decreto assinado nas Cortes no dia 29 de setembro, tendo sido realizada a eleição com base no decreto de 1º de setembro de 1821, enviado especificamente para regulamentar a província de Pernambuco. Assim, foram eleitos para o governo da Junta sete membros ao invés de cinco membros, erro que foi corrigido dias depois. Como adequação, foram excluídos os dois membros menos votados. Assim, a configuração do governo ficou conforme a tabela 1.

Tabela1: Primeiro Governo Provisório (03 de dezembro de 1821 a 7 de fevereiro de 1822)

Primeiro Governo Provisório (03 de dezembro de 1821 a 7 de fevereiro de 1822)	
Coronel Joaquim José do Rego Barros	Presidente
Padre Manoel de Melo Montenegro Pessoa	Secretário
Coronel Luiz de Albuquerque Maranhão	Membro
Padre Francisco Antonio Lumachi Melo	Membro
Sargento-mor Antônio da Rocha Bezerra	Membro
Sargento-mor Antônio da Rocha Bezerra	Membro excluído
Coronel Manoel Antônio Moreira	Membro excluído

Tabela 1 - Elaborada pelo autor.

Iara Lis Carvalho Souza (1999, p. 180) aponta para existência de conflitos e rivalidades internas nas províncias entre os grupos que disputavam o poder e defendiam seus interesses. Isso se expressa entre os homens do Rio Grande do Norte quando, mesmo com o número de



membros adequados e tendo sido eleitos de acordo com o decreto, este primeiro Governo Provisório enfrentou uma forte oposição por uma facção liderada pelo, até então sargento-mor, Antônio Germano Cavalcante, bem como pelo ouvidor Mariano José de Brito Lima, que segundo Tavares de Lyra (2008, P. 269) foi um dos mais graduados partidários do partido português na província e contrário a qualquer ruptura política entre Portugal e Brasil. Pelo fato de seus membros enxergarem os membros do primeiro Governo Provisório como partidários do partido brasileiro, de acordo com eles, passaram a ser um forte opositor do recém-eleito governo e tinham, entre outros objetivos, depor o Governo Provisório vigente. Entre os membros dessa facção foram identificados na tabela 2.

Tabela 2: Facção de oposição ao Primeiro Governo Provisório

Facção de oposição ao Primeiro Governo Provisório	
Antônio Germano Cavalcante	Sargento-mor
Mariano José de Brito Lima	Ouvidor
Manoel Antônio Siqueira Melo	Não identificado
Manoel Antônio Moreira	Sargento-mor
Manoel Joaquim Correio	Não identificado
Joaquim Raposo Torquato Câmara	Capitão de milícias e escrivão da vila de São José
Antônio José Leite Pinho	Não identificado
Manoel de Pinto Castro	Não identificado

Tabela 2 - Elaborada pelo autor

O clima político entre o Governo e seus opositores foi de tensão desde o dia da eleição. Ainda no dia 3 de dezembro de 1821, uma revolta iniciou-se com uma medida do já ex-governador José Inácio Borges, que publicou uma portaria tornando o sargento-mor da Fortaleza dos Santos Reis Magos Manoel Freire Freitas, como Governador das Armas da província, uma figura não muito bem quista pelos membros da tropa da capital. A solução encontrada pelo governo para cessar a revolta foi demitir o sargento-mor do cargo de governador de armas.

O início do mês de fevereiro de 1822, na província do Rio Grande do Norte, foi marcado pelo declínio do Primeiro Governo Provisório. O ouvidor Mariano José de Brito Lima ordenou ao capitão de milícias Joaquim Raposo Torquato da Câmara angariar pessoas para realizar uma nova eleição para um governo temporário. Este acontecimento teria levado o ouvidor, bem como o capitão, a serem presos por ordem das Cortes e de Sua Majestade, no dia 4 de fevereiro.



Em 6 de fevereiro, o sargento-mor Antônio Germano Cavalcante teria recolhido suas tropas e se reunido junto a outros conspiradores. Já na manhã do dia 7, o sargento e sua tropa se apresentaram armados na casa do governo para depor o governo eleito e convocar novas eleições para um governo temporário, de modo que não houve tempo hábil para que todos os eleitores da província fossem convocados e pudessem ter participado da eleição dos membros, uma manobra usada pela facção para garantir a deposição do governo até então vigente.

Desse modo, acontecida a eleição dos membros do Governo Temporário, os membros do Primeiro Governo Provisório, cujo termo do Livro da Secretaria foi lavrado e assinado pelos membros depostos do governo. No dia 8 de fevereiro de 1822, teriam todos os cinco membros sido deposto e deixado a capital da província com receio de perseguições.

4. Entre o Governo Temporário e o retorno do Governo Provisório

A queda do Primeiro Governo Provisório é um exemplo das disputas por poder político na província do Rio Grande do Norte. O estabelecimento das Juntas de Governo Provisório proporcionou a parte dos grupos locais uma autonomia governativa inédita (Domingos, 2018, p. 223-2124) e de escolha dos agentes políticos que compunham esse tipo de governo (Galves, 2010, p. 64), além de criar a possibilidade de um embate direto entre esses grupos locais na busca por poder, que se organizavam para fazer oposição e, por vezes, impor suas vontades a fim de promoverem seus interesses políticos pessoais.

A elite política provincial gozava de privilégios que lhe concediam não somente organizar a lista de eleitores e conceder posse às autoridades, como também, o poder destituir governos (Souza, 2019, p. 100), conforme seus interesses. Foi diante de conflitos e busca por poder que o primeiro Governo Provisório teve seu fim.

Tabela 3: Governo Temporário (07 de fevereiro de 1822 a 18 de março de 1822)

Governo Temporário (07 de fevereiro de 1822 a 18 de março de 1822)	
Francisco Xavier Garcia	Presidente
Matias Barbosa de Sá	Secretário
Francisco Xavier de Souza Júnior	Membro
Pedro Paulo Vieira	Membro
Inácio Nunes Correia Thomaz	Membro

Tabela 3 - Elaborada pelo autor.



A imposição de um Governo Temporário foi vista como um ato de arbitrariedade e despotismo. A velocidade em que o primeiro Governo Provisório ruiu em detrimento da ascensão do Temporário, não possibilitou que fossem convocados os eleitores de todas as vilas da província o que, por sua vez, gerou certo descontentamento entre os eleitores e juízes ordinários das outras vilas. Isso fica claro, sobretudo com a reação das vilas do sertão da província, Príncipe (atual Caicó), Princesa (atual Assú) e Portalegre, que não reconheceram de imediato o Governo Temporário. A terminologia sertão, segundo Janaína Amado (1995, p. 148-151), às vésperas da Independência, carregava uma série de significados constituídos, desde o processo da colonização portuguesa que vão desde áreas afastadas do litoral até, no decorrer do século, uma categoria essencial para o entendimento de “nação”.

Ao Governo Temporário coube apenas a manutenção da ordem e convocação de uma eleição para uma nova junta de governo provisório, marcada para o dia 18 de março de 1822. Para além disso, como um de seus primeiros atos, esse governo concedeu liberdade ao ouvidor Mariano José de Brito Lima. A liberdade do ouvidor esteve associada à vontade do sargento-mor Antônio Germano Cavalcante em criar uma Alfândega e Inspeção de açúcar e algodão na capital da província, a qual foi realizada pelo ouvidor em liberdade e, segundo denúncias, foi realizada para empregar afilhados do sargento-mor, e ao capitão de milícias, Joaquim Torquato Câmara.

Em 18 de março de 1822, como previsto pelo Governo Temporário, foi formada uma nova junta eleitoral que reuniu os eleitores enviados pelas vilas da província do Rio Grande do Norte. Assim foram eleitos para o segundo Governo Provisório os nomes que constam na tabela 4.

Tabela 4: Segundo Governo Provisório

Segundo Governo Provisório	
Padre Manoel de Pinto Castro	Presidente
Sargento-mor Manoel Antônio Moreira	Secretário
Capitão do Estado Maior João Marques de Carvalho	Membro
Agostinho Leitão de Almeida	Membro
Capitão de cavalaria milícia Tomás Araújo Pereira	Membro

Tabela 4 - Elaborada pelo autor.



Dos membros deste segundo governo, o presidente Manoel de Pinto Castro e o secretário Manoel Antônio Moreira, foram identificados como membros da facção liderada pelo sargento-mor Antônio Germano Cavalcante e pelo ouvidor Mariano José de Brito Lima que articularam a deposição do Primeiro Governo Provisório.

O Segundo Governo Provisório foi marcado por conflitos e disputas de poder entre as elites políticas locais. A este grupo que formou a facção que depôs o Primeiro Governo Provisório, corresponde um arranjo de interesses e manutenção de poder que se sobressaia entre as elites locais. Isso se expressa pela forma como atuaram desde que começaram a agir contra o governo eleito em 3 de dezembro de 1821, e na maneira que obtiveram sucesso em suas pretensões políticas, monopolizando o poder de acordo com seus interesses: desde a instalação de um governo temporário até o fim da Segunda Junta de Governo Provisório, já rompida as relações do Portugal e reconhecida a Independência do Brasil pela província do Rio Grande do Norte.

5. Conclusão

O processo de instalação das Juntas de Governo Provisório, na província do Rio Grande do Norte, foi um acontecimento que proporcionou o estabelecimento de uma elite política local e propiciou a este grupo uma grande participação e autonomia no cotidiano político da província.

Com uma menor interferência de um poder centralizador, fosse do Rio de Janeiro ou de Lisboa, os membros dessa elite política local puderam pleitear cargos nos governos por meio de eleições, disputas de poder e defesa de seus interesses. Isso, por vezes, levou a embates diretos entre os membros desse grupo político na busca da defesa de seus interesses e promoções pessoais.

Na província do Rio Grande do Norte, os embates políticos perpassam a busca da monopolização do poder político da província, por meio da ocupação dos cargos nas juntas, para promoção e benefícios pessoais dos membros dessa elite política local que, por meio da força e do nepotismo, impuseram seus interesses. Portanto, o presente trabalho buscou elucidar como as Juntas de Governo Provisório foram instaladas na província do Rio Grande do Norte e como ocorreram as respectivas eleições e disputas em torno das Juntas de Governativas.



Referências

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151-, 1995.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **Liberais constitucionalistas entre dois centros de poder: Rio de Janeiro e Lisboa**. Tempo [em linha]. 2008, 12 (24), 98-125[fecha de Consulta 17 de Mayo de 2023]. ISSN: 1413-7704. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013399006>

CASCUDO, Luís da. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1994.

CHAVES, Claudia. **As juntas da fazenda durante o processo de provincialização no Brasil**. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 13º CONFERÊNCIAS INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Anais [...] Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017, p. 1-14.

DOMINGOS, Marcus Caetano. A junta do governo provisório de Minas Gerais (1821-1822): um governo liberal ou autoritário? **Brazilian Journal of Developen**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 2119-2137.

GALVES, Marcelo Cheches. **Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro. 356 f. 2010.

HEINZ, F. M.; SEIDL, E. (EDS.). **História social de elites**. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Oikos Editora, 2011.

LYRA, Augusto. Tavares de. **A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1972.

LYRA, Augusto Tavares de. Acontecimentos que precederam e se seguiram à Independência - Juntas Governativas - Confederação do Equador - Posse e governo do primeiro presidente. In _____. **História do Rio Grande do Norte**. 3 ed. Natal, 1998.

POMBO, Rocha. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro, RJ. Anuario do Brasil.

PIMENTA, João Paulo Pimenta; SLEMIAN, Andréa. Revolução no Império português: o movimento vintista e a construção da Independência do Brasil. In _____. **O "nascimento político" do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2003.

SORGINE, Juliana. F. **Da colônia às Cortes. A formação da Junta Governativa de Goiana e a crise do Antigo Regime Português em Pernambuco (1821)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em História. Rio de Janeiro. 159 f. 2005.



SOUZA, Iara Lis Carvalho. O imperador-contrato. In _____. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999, p.107-205.

SOUZA, Juliana Teixeira. A câmara municipal de Natal como espaço de representação e refúgio. In: ABREU, Marta; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; TERRA, Paulo Cruz (org.). **Os poderes municipais e a cidade: Império e República**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p.97-120.

LYRA, L. A província de Pernambuco na conjuntura da Independência. **Revista de História das Ideias**, v. 40, p. 161–175, 7 jun. 2022.

ESTUDO DE CASO DOS CONFLITOS ENTRE ALDEAMENTOS INDÍGENAS ADMINISTRADOS PELA COMPANHIA DE JESUS E OS MORADORES LOCAIS

Igor Gabriel Melo de Araújo - UFRN
igorgabriel0612@gmail.com

Iasmin Amador O. P. de Paiva - UFRN
iasminamadorn@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa entre dois documentos presentes no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino e disponível digitalmente na plataforma do Projeto Resgate. As cartas são referentes ao ano de 1691 e ao ano de 1732. Pretende-se compreender conflitos relativos à questão indígena entre os aldeamentos jesuítas e os moradores dos sertões de dentro da capitania do Rio Grande. O primeiro conflito trata da repartição desigual das sesmarias e da má administração das aldeias dos indígenas pelos padres da Companhia de Jesus; o segundo conflito é sobre problemas surgidos após a liberação do porte de armas para os indígenas e a falta de punição dos missionários com relação ao problema.

Palavras-chave: Indígenas; Companhia de Jesus, conflitos.

A Formação da capitania do Rio Grande

No decorrer do século XVII e da primeira metade do XVIII, os povos indígenas da Capitania do Rio Grande foram submetidos ao processo de conquista portuguesa. Este fenômeno, que guardava semelhanças com o ocorrido em outras áreas da América portuguesa, resultou na concentração de diferentes grupos dos povos originários em aldeamentos, sendo notáveis entre estes os Potiguara e os Tarairiú. A pesquisadora Fátima Martins Lopes, em sua



tese intitulada "Em nome da liberdade: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII", delineou a dinâmica desse período, revelando que, em consonância com a expansão colonial, os aldeamentos passaram a ser estabelecidos nos sertões — interior do território — sendo administrados por religiosos regulares visando à assistência e cristianização dos povos nas novas áreas ocupadas. Tais empreendimentos tiveram como ponto de partida os Colégios da Bahia, que, com a expansão da área de atuação dos missionários, juntamente com o processo de aldeamento das populações indígenas para a região do Piauí, Ceará, Maranhão e Goiás, e também, o Colégio de Pernambuco, o que proporcionou a presença dos jesuítas na Paraíba, Ceará e no Rio Grande.

Na primeira metade do século XVII, acompanhado a interiorização colonial, os aldeamentos começaram a ser fundados nos sertões, para assistir e cristianizar os índios das novas áreas ocupadas. Partindo do Colégio da Bahia, através do Rio Real e São Francisco, alcançaram o Piauí, Maranhão, Ceará e Goiás, e o do Colégio de Pernambuco chegaram a Paraíba, Rio Grande e Ceará. (LOPES. 2005. p.60).

Acrescentamos que o fato de os colégios da Bahia e Pernambuco servirem como ponto de partida para o movimento de ida em direção ao sertão, apresentado por Fátima Lopes guarda, em certo sentido, a semelhança com a noção de avanço ao "Sertão" de João Capistrano de Abreu. Em sua obra "Capítulos de História Colonial", ao narrar a expansão das áreas dedicadas à atividade de criação do gado vacum pelo sertão brasileiro, Capistrano de Abreu ilustra o progresso da ocupação dos sertões de dentro, Pernambuco e Bahia, como irradiadores de um "movimento" em direção aos sertões de fora, correspondentes à regiões relativamente distantes deste grandes centros coloniais com limitada ou desprovida presença colonial como o interior do atual Brasil. Isso é evidenciado no seguinte trecho:

"Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando de Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam as correntes baiana e pernambucana. A estrada que partia da ribeira do Acaraú atravessava a do Jaguaribe, procurava o alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se a Paraíba e Capibaribe, avantajava-se a toda região. Também no alto Piranhas confluíram o movimento baiano e o movimento pernambucano, como já fica indicado." (ABREU, 1998. p.137).

Neste sentido, os missionários que partiram dos colégios dos principais centros urbanos no início do período colonial, situados nos sertões de fora, desempenharam um importante papel



no avanço da colonização portuguesa nas áreas mais remotas do Brasil. Isso incluiu a capitania do Rio Grande, uma vez que a região costeira tornou-se um ponto de fixação para os missionários vindos de Recife, enquanto a porção oeste do atual Rio Grande do Norte encontrava-se em uma posição estratégica próxima aos pontos de confluência entre os avanços advindos de Pernambuco e da Bahia.

Essas missões religiosas desempenharam um papel significativo no esforço colonizador, buscando catequizar e “civilizar” os diferentes grupos indígenas brasileiros, tornando-os passíveis e aptos a integrar o sistema colonial como força de trabalho potencial. Este processo é explicitamente retratado na obra “Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro” escrita por José Ribamar Bessa Freire e Márcia Fernanda Malheiros.

Tratava-se de criar celeiros de mão-de-obra, de onde pudessem ser retirados os índios (sic) necessários para o trabalho e para a guerra. Essa foi uma necessidade sentida desde os primeiros momentos, conforme atestam diferentes documentos. (FREIRE; MALHEIROS, 1997.p. 47).

Portanto, após passarem pelo processo de catequese, esses indígenas eram então alugados e alocados, sendo distribuídos entre os colonos, missionários e o serviço real da Coroa Portuguesa. Era obrigatório que trabalhassem em troca de remuneração por um período determinado, o que fez com que a missão se tornasse um dos principais mecanismos encontrados pelos portugueses para concretizar a colonização e ocupação efetiva do território brasileiro. Portanto, o indígena era peça fundamental no funcionamento econômico, como mão-de-obra utilizada pelos luso-brasileiros, e tinham uma grande importância bélica para a defesa do território e, como fiéis súditos do rei, para os interesses da Coroa.

As missões, a legislação e os conflitos

Entretanto, para o processo de cristianização e aldeamento de indígenas — pelas companhias missionárias — acontecer foi necessário a garantia da posse de terras para essas comunidades. Mem de Sá, em 1609, instituiu a doação de terras às missões para sustentá-las.

As Missões de aldeamento continuavam tentando submeter os índios às regras coloniais e transformar o guerreiro em agricultor, pescador e construtor. Para isso, a posse de terras para a sua moradia e a liberdade dentro dos limites dos



aldeamentos eram garantidas desde que Mem de Sá instituiu as doações de terras às aldeias em 1609, na primeira lei que insistia na liberdade dos índios, estipulando que se devia garantir a posse de qualquer terra cultivada pelos índios, seja em Missões ou em aldeias, para que pudessem se sustentar dela. (LOPES, 2005. p.44).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento da Companhia de Jesus ocorreu mediante a obtenção de certos benefícios, como isenções de tributos e dízimos à Coroa. No entanto, a historiadora Ana Lunara da Silva Moraes, em seu artigo “Conflitos entre moradores e jesuítas pela posse de terras na capitania do Rio Grande no século XVIII”, argumenta que o crescimento das terras sob controle dos missionários, sem o pagamento de dízimos, e o consequente aumento de influência desses grupos religiosos foram gradualmente percebidos pelo Estado português, principalmente na primeira metade do século XVIII, como prejudiciais à Coroa, à Fazenda Real e aos súditos do rei (MORAIS A, 2021). Além disso, surgiram diversos conflitos entre indígenas aldeados e colonos nos territórios coloniais do Brasil e do Maranhão, relacionados à mão-de-obra indígena e à posse de terras.

Esse cenário culminou na promulgação do “Regimento das Missões de 21 de dezembro de 1686”, que garantia aos colonos acesso à mão-de-obra indígena e a obrigação de auxiliarem o Estado em sua defesa. No entanto, o controle espiritual, político e econômico dos missionários no território aldeado foi reafirmado. O Alvará de 23 de novembro de 1700 complementou essa regulamentação, estabelecendo a delimitação de terras para os aldeamentos, consistindo em uma légua de terra quadrada para cada missão. Essa área estava destinada ao sustento tanto dos indígenas quanto dos próprios missionários.

Ao longo da atuação da Companhia de Jesus no Brasil construiu-se um vultoso patrimônio por meio dos favorecimentos e privilégios reais, doações, concessões de terras, e pelo bom gerenciamento de suas atividades. A Companhia de Jesus, contudo, ao efetivar seus objetivos de converter os indígenas e gerar o sustento da ordem, além de manter um domínio espiritual sobre os colonos, construiu articulações políticas e econômicas. O crescente poder dos inicianos foi uma das muitas motivações da Coroa portuguesa para a expulsão dessa ordem de todos os seus territórios. (COUTO, 1990 *apud* MORAIS.B, 2021.p.18).



No Rio Grande, as comunidades indígenas aldeadas habitavam as missões de Guaraíras e Guajiru, sob administração dos jesuítas, a de Igramació, sob responsabilidade dos carmelitas, e as de Apodi e Mipibu, geridas pelos capuchinhos. Os conflitos não diferiram dos ocorridos em outras partes do território luso-americano. A regulamentação estabelecida pela lúgua quadrada no alvará de 1700 não solucionou ou minimizou os conflitos entre indígenas e colonos. Ao analisar as fontes e recorrer à tese de Fátima Martins Lopes, tornou-se evidente que a aplicação dessa regulamentação pelas missões de Mipibu, Guaraíras, Apodi, Guajiru e Igramació, assim como a demarcação de terras em outros três aldeamentos originados da redução dos Tarariu, submetidos à vassalagem ao rei, não foi suficiente para sustentar suas populações. Isso resultou em problemas e queixas por parte dos colonos e da Câmara de Natal, devido ao banditismo, rebeldia e abate de gado. Na imagem a seguir, é possível observar os aldeamentos e vilas do Rio Grande.



Imagem - Aldeamento e Vilas na capitania do Rio Grande (LOPES, 1999).

Além disso, um outro elemento essencial para a compreensão dos conflitos entre os habitantes das capitanias e os missionários reside no fato de que estes últimos, como destacado por Beatriz Perrone-Moisés em seu capítulo intitulado "Índios Livres e Índios Escravos - Os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII)" na obra "História dos índios no Brasil" (CUNHA, 1992), desempenharam o papel crucial da catequese dos indígenas, configurando o "governo espiritual". Outrossim, também foram encarregados da



organização das aldeias e da distribuição dos indígenas aldeados para o trabalho, tanto dentro da aldeia quanto para os moradores e a Coroa, caracterizando o "governo temporal".

A proposta, cabe lembrar que em um primeiro momento eram os governadores gerais, a começar por Mem de Sá, que conferiram aos jesuítas certas prerrogativas de ordem temporal. Posteriormente, o alvará de 26/7/1595 concederá aos missionários o poder de administrar as aldeias, tanto no plano espiritual como temporal (Regni, 1988, vol. I:131). Contudo, os missionários nunca lograram completar autonomia [...]. (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992,p.436).

Nesse trecho, os autores evidenciam que as responsabilidades assumidas pelos missionários, especialmente os jesuítas, abrangendo tanto o poder temporal quanto o espiritual, remontam aos estágios iniciais da ocupação efetiva do território americano pelos portugueses. No entanto, ressaltam que essa autonomia e autoridade nunca foram exercidas de forma integral.

O estudo de caso

Nesse sentido, optamos por selecionar dois documentos que representam os contínuos conflitos entre os colonos e os indígenas aldeados na Capitania do Rio Grande. O primeiro é uma carta datada de 1691, caracterizada por uma argumentação constante e repetitiva de que os missionários estão progressivamente transformando os indígenas aldeados em indivíduos cada vez menos "domesticados", termo utilizado pelos colonos no documento. O segundo, de 1732, trata de uma denúncia sobre a maneira de como os jesuítas conduziam suas missões, atribuindo o banditismo e o comportamento violento dos indígenas à má administração dos aldeamentos, ao desejo dos missionários de "quererem ter o governo espiritual e temporal" e à falta de punição e disciplina aplicada por eles.

O primeiro documento selecionado é um parecer do Conselho Ultramarino ao príncipe regente sobre a correspondência da Câmara Municipal datadas de 31 de outubro de 1691. As reclamações abrangem a má distribuição de terras no Rio Grande, onde alguns residentes não possuem nenhuma área, enquanto há uma significativa concentração de terras nas mãos de religiosos, com extensões de cinco a seis léguas. A justificativa para a concentração de terras



por parte dos missionários é baseada no argumento de que essa prática lhes permitiria alcançar as áreas dos sertões e continuar o processo de domesticação dos indígenas.

Administração eram bem acomodados porque [fazendo-se] senhor dos índios os dava com grandes interesses e os padres da Companhia podiam governar no espiritual e que mais serviço a [serviço] a [?] e a Vossa Alteza faziam [em ir] ao sertão a catequizar o gentio e fazer [fruto] em aquelas almas, do que (...) Desta carta se deu vista ao procurador da coroa respondeu que quanto a repartição das sesmarias [parecia] que se devia escrever ao governador que não cumprindo as [pessoas] a quem foram repartidas com as obrigações das doações de emprazamentos [?] e as dê a que as cultivar e [?] [?] a repartição dos índios se tinha assentado o que parecera mais comumente.⁵⁰

Fátima Martins Lopes (2005) esclarece que, segundo as autoridades metropolitanas, as Missões de aldeamento eram consideradas evidências da ineficácia da catequização como método de "civilização dos índios". As queixas de que, antes da intervenção administrativa, quando os padres da Companhia de Jesus dedicavam-se exclusivamente à catequização no sertão e a encontros religiosos esporádicos, os indígenas "mantinham-se firmes na fé"⁵¹ (...) e eram "muito bem doutrinados"⁵² (...) evidenciam que essa perspectiva estava enraizada na mentalidade da instituição camarária e de seus funcionários no Rio Grande do Norte em 1691.

"naquelas aldeias que sempre foram domesticadas e [viviam] firmes na fé com suas igrejas e confrarias e mui bem doutrinados, isto antes dos religiosos (...)"⁵³

Como é observável no trecho acima, a presença dos padres da companhia na administração do aldeamento e o controle que exerciam é relatada e é representada como danosa ao processo "civilizatório" da população indígena. Nesta perspectiva, havia, entre os moradores da Capitania, uma noção de ineficácia do processo missionário como apaziguador e "civilizador" das diferentes etnias e grupos indígenas espalhados pelo território.

O segundo documento é uma carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, João de Barros Braga, ao rei D. João V acerca do comportamento dos indígenas quando foram trabalhar

⁵⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre carta dos oficiais da Câmara de Natal, acerca da repartição desigual das sesmarias e da má administração das aldeias dos índios pelos padres da Companhia de Jesus. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc 18

⁵¹Op. Cit

⁵²Op. Cit

⁵³Op. Cit



nas pescarias dos moradores, reclamações pela falta de punição dos padres da Companhia de Jesus com os indígenas que cometiam crimes, e ao pedido da retirada do porte de armas de fogo destes, datado em 17 de março de 1732.

Ademais, mesmo após a promulgação do Alvará de 23 de novembro de 1700 persistiram queixas e preocupações constantes relacionadas à matança de gado e ao furto de peixes. Este cenário evidencia que, embora houvesse uma regulamentação das terras dos aldeamentos, com uma área de uma légua quadrada designada para suprir as necessidades dos aldeados e dos missionários — adotada pelas missões na Capitania do Rio Grande — essa posse não garantia a subsistência dos indígenas (LOPES, 2005). Portanto, os conflitos territoriais e as diversas estratégias de sobrevivência dos indígenas persistiram.

Além do receio quanto à falta de punição e firmeza por parte dos jesuítas, a subsequente propensão à violência e ao desrespeito às leis pelos indígenas aldeados, relatado pelos moradores, bem como a posse de armas de fogo, tornam-se elementos que alimentam a desconfiança em relação aos aldeamentos. Havia uma preocupação de que pudesse transformar-se em um problema ainda mais significativo para o processo colonial português no Rio Grande e para os interesses dos colonos locais.

Nem também matar com tanta frequência os gados dos moradores, de que sem temos nem escrúpulos se alimentam e suas famílias, porque não tem [receio] de castigo, por falta de executor dele, que como os capitães-mores desta capitania não tem ação de os punir quando merecem por falta de jurisdição [ou punição] que os seus missionários para [se reservam] (...).⁵⁴

É perceptível que ambas as correspondências são provenientes de períodos distintos, 1691 e 1732. Consequentemente, as regulamentações relacionadas às terras dos indígenas aldeados divergem; o primeiro corresponde a um momento em que ainda não havia a estipulação e demarcação de uma légua quadrada para as missões, enquanto ambos fazem menção aos conflitos territoriais ligados à questão do sustento. No entanto, enquanto o

⁵⁴ Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, João de Barros Braga, ao rei D. João V sobre o procedimento dos índios quando vão trabalhar nas pescarias dos moradores, a proteção que os missionários lhes dão, isentando-os de qualquer castigo, a falta de jurisdição do capitão-mor nas missões e acerca dos problemas que tem surgido desde que se lhes consentiu o porte de armas de fogo, propondo que as armas lhes sejam retiradas e que toda a pessoa que lhes venda seja punida. AHU -PE, Papéis Avulso, Cx. 2, Doc. 164



documento de 1691 evidencia as dificuldades enfrentadas pelos colonos devido às alegações de existência de uma má distribuição de terras, à pobreza e à restrição na utilização da mão de obra indígena devido à administração deficiente dos missionários, a carta de 1732 destaca principalmente as queixas relacionadas ao abate de gado dos colonos e ao roubo de peixes, tornando evidente o interesse em relatar as dificuldades em que os moradores passavam, a permanência de escaramuças, conflitos e violência com os indígenas aldeados, mesmo após o alvará de 1700, e culpabilizando os missionários pelo que relataram como uma “má administração” e falta de punição.

Um ponto em comum entre as duas cartas é a ênfase no protecionismo aos indígenas ou nas críticas à administração inadequada dos padres. Em ambos os casos, os missionários são acusados de "favorecimento aos índios" em detrimento dos "moradores locais". Nessa conjuntura, as cartas refletem um caráter de desconfiança em relação às missões, conforme identificado por Fátima Martins Lopes, caracterizando isso como uma "comprovação da ineficácia da catequização como método de 'civilização' de índios" (LOPES, 2005, p.44).

Conclusão

Nesse contexto, foi possível compreender o conflito contínuo entre os indígenas aldeados, os missionários e os colonos na Capitania do Rio Grande. Embora provenientes de períodos diferentes, ambos os documentos compartilham preocupações, na visão dos moradores das vilas sobre a administração das missões pelos jesuítas, a má distribuição de terras, a violência indígena e a falta de punição efetiva.

Este conflito materializa-se ao perdurar mesmo diante do processo de alterações nas regulamentações das missões. Compreendemos as missões religiosas como um processo, que se modificou e moldou ao longo dos diferentes períodos como uma resposta às demandas dos moradores locais e dos conflitos que estes tinham com os indígenas aldeados. Este processo é observado, a partir desta perspectiva, como de extrema importância para o projeto colonial português e sua expansão aos sertões do atual território brasileiro.

O primeiro documento, datado de 1691, destaca a preocupação dos colonos com a transformação dos indígenas aldeados em "indivíduos cada vez menos domesticados" pelos missionários. A má distribuição de terras é apontada como um problema, com a alegada



concentração significativa nas mãos dos religiosos, conforme apontado nas queixas apresentadas pelos moradores. A perspectiva é reforçada pela argumentação de que essa prática permitiria aos missionários alcançar áreas nos sertões e continuar o processo de domesticação dos indígenas. O segundo documento, de 1732, destaca reclamações do capitão-mor do Rio Grande do Norte sobre o comportamento dos indígenas em relação ao trabalho nas pescarias dos colonos, a falta de punição pelos jesuítas em casos de crimes indígenas e o pedido de retirada das armas de fogo dos indígenas. Além disso, persistiam conflitos territoriais relacionados à matança de gado e furto de peixes, mesmo após a regulamentação das terras dos aldeamentos em 1700.

Ambos os documentos refletem uma desconfiança generalizada da parte dos moradores locais, em relação às missões jesuítas, acusando os missionários de favorecimento aos indígenas em detrimento dos interesses dos colonos. A crítica à eficácia da catequização como método de civilização dos povos originários é um ponto comum entre os dois documentos, sugerindo que as autoridades metropolitanas também compartilhavam essa perspectiva. Assim, destacam as complexidades e desafios enfrentados durante o processo colonial na Capitania do Rio Grande, marcado por conflitos territoriais, desigualdades na distribuição de terras e questões relacionadas à administração das missões jesuítas. Esses documentos oferecem uma visão valiosa das dinâmicas sociais, revelando as tensões entre as diferentes comunidades e autoridades envolvidas no processo de colonização.

Referências Bibliográficas:

ABREU, João Capistrano de. O sertão. *In*: ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**: (1500-1800). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 107-182.

COUTO, J. J. C. **O colégio dos jesuítas do Recife e o destino de seu patrimônio (1759–1777)**. 1990. Dissertação (Mestrado em História moderna de Portugal) – Universidade de Lisboa.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Mario Rosário G. de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 431-456.



FREIRE, José Ribamar Besso; MALHEIROS, Márcia Fernanda. **Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

LOPES, Fátima Martins. **Em Nome da Liberdade**: As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. Recife: UFPE, 2005. 699 p.

LOPES, Fátima Martins. Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife, Pernambuco, Brasil: 1999.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Conflitos entre moradores e jesuítas pela posse de terras na Capitania do Rio Grande do Norte no Século XVIII. **Gnarus**: Revista de História, [s. l.], v. XII, n. 12, p. 129-136, outubro 2021A.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. O Patrimônio da Companhia de Jesus na Capitania do Rio Grande do Norte: Bens como sustento da fé (1600–1759). **Galo**: Arte, sociedade e cultura, Parnamirim, ano 2, n. 3, p. 3-22, jan./jun. 2021B.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-13.

REDES DE SOCIABILIDADE E PROCESSOS DE LIBERDADE: UMA ANÁLISE SOBRE AS CARTAS DE ALFORRIA DO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE O SÉCULO XVIII

Enzo Antognoni Rangel Rosso Nelson
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
enzorossoelson@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as diferenças e semelhanças nos processos de alforrias dos escravizados durante o período colonial, nas regiões dos termos das vilas de Arez, vila de Portalegre e cidade de Natal, capitania Rio Grande do Norte. Nessa vertente, para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados os livros notariais destas vilas,



disponibilizados pelo projeto “Livros de Notas das vilas do Rio Grande do Norte: o cotidiano das vilas de Arez, Portalegre e Natal no século XVIII: a construção de um banco de dados para os potiguares” o qual foi produzido pelo LEHS/UFRN. Dessa maneira, o objetivo da pesquisa consiste em entender e tentar estabelecer quais tipos de redes de sociabilidade esses indivíduos possuíam durante o período estudado e de qual forma os espaços geográficos podem ou não ter exercido influência nos processos de liberdade desses povos escravizados.

Palavras-chave: escravizados; alforrias; redes de sociabilidade.

Introdução

Em primeiro lugar, apesar da historiografia brasileira, em especial a do estado do Rio Grande do Norte, possuir estudiosos clássicos como Tavares de Lyra e Câmara Cascudo, durante muito tempo os estudos da presença africana e os efeitos da escravização foram deixados de lado. Nesse sentido, é crucial que as pesquisas acerca dessa área sejam cada vez mais incentivadas e desenvolvidas.

O presente trabalho tem como objetivo analisar algumas cartas de alforria da capitania do Rio Grande do Norte, inspirado no trabalho de Aldinízia de Medeiros Souza “Liberdades possíveis em espaços periféricos: escravidão e alforria no termo da vila de Arez (séculos XVIII e XIX)”. Souza utiliza como escala historiográfica apenas o termo da vila de Arez e para a realização desta pesquisa, foram selecionadas as localidades do termo da vila de Arez, termo da vila de Portalegre e cidade de Natal, capitania do Rio Grande do Norte, para ampliar o escopo da análise.

Nesse sentido, a metodologia utilizada para a produção do artigo consiste na transcrição e tabulação das cartas de alforrias presentes nos livros notariais das vilas e cidade citadas anteriormente. A partir dos três livros analisados, os quais foram os poucos que sobreviveram, foi possível encontrar 33 documentos de manumissão, os quais se dividem entre: 03 pertencentes ao livro de notas de Goianinha (termo da vila de Arez); 07 presentes na vila de Portalegre e 21 alforrias no livro de notas da cidade de Natal, as cartas de liberdade datam do período de 1746 a 1779. Em relação ao número total de documentos presentes nos livros de notas analisados, o livro da vila de Portalegre possui 57 documentos, o livro da vila de Arez contava com 11 e por fim, o livro de notas da cidade de Natal, em sua totalidade possuía aproximadamente 70 documentos.



Todavia, em razão do estado de conservação de alguns documentos e da impossibilidade de transcrevê-los, apenas 28 alforrias foram consideradas. As principais informações foram catalogadas em planilhas de Excel, nas quais foram reunidas dados referentes ao tipo de alforria que estava sendo passadas (pagas, condicionais ou gratuitas); nomes, idades aproximadas e sexo dos libertos; valores despendidos; entre outras.

Dessa maneira, esta pesquisa busca entender e tentar estabelecer quais tipos de redes de sociabilidade esses indivíduos possuíam durante a temporalidade selecionada, e de que forma os espaços geográficos podem ser considerados como agentes influenciadores nos processos de alforria desses povos escravizados na capitania do Rio Grande do Norte.

As alforrias da capitania do Rio Grande do Norte

Embora haja autores que discordam da tese de existir um padrão de alforria no Brasil, como é o caso de Peter Eisenberg (1989), o qual estudou alforrias em Campinas durante o século XIX e afirma que as características se alteram conforme o tempo e espaço, com os dados coletados, de forma que impossibilite afirmar a existência de um padrão. Todavia, as informações levantadas durante a análise dos documentos do Rio Grande do Norte se aproximam da tese de Kátia Mattoso (1990) e Stuart Schwartz (2001) que, ao estudarem as cartas de alforria em Salvador, afirmam que as mesmas possuem como padrão mais mulheres conseguindo manumissões em comparação aos homens. Outrossim, de acordo com Mattoso e Schwartz, a maior parte das alforrias foram concedidas mediante pagamento. Nas pesquisas das manumissões da capitania do Rio Grande do Norte, 75% das liberdades adquiridas foram de forma onerosa e as escravizadas tiveram maior número de êxito. Na tabela abaixo, os dados relativos ao sexo e idade dos alforriados foram pontuados:

ALFORRIAS POR ADULTOS/CRIANÇAS				
Classificação	Mulheres	Homens	Crianças	Inconclusivo
Quantidade	11	8	9	1
Porcentagem	37,9%	27,5%	31,03%	3,4%

Tabela 1 - Dados de sexo e idade dos alforriados

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.



Nesse sentido, além de perceber as mulheres como mais propícias a receberem a liberdade, ao considerar as alforrias de crianças, das 9 localizadas, 7 se classificam como alforrias onerosas, das quais 3 foram pagas pelas mães dos pequenos escravizados, 2 por parentes do sexo masculino e 2 não foi possível identificar quem realizou o pagamento.

Outrossim, é necessário considerar, ainda, a possibilidade dessas mulheres possuírem mais oportunidades de pecúlio, o paternalismo que os autores Enidelce Bertin (2004) e Sidney Chalhoub (1990) discorrem, a forma como o fato de as escravizadas estarem em posições/serviços mais próximos dos senhores e sinhás contribuir para a facilitação de receber a liberdade. Em relação às idades das pessoas libertas, grande parte das cartas de alforria analisadas não mencionam um número exato, entretanto, é possível identificar a idade aproximada pelos termos utilizados para se referir a estas pessoas. No caso das crianças, o uso de denominações no diminutivo como o termo “mulatinho”, muito presente nas manumissões é um indicativo da idade do escravizado, como afirma Kátia Mattoso:

Crioulinho, cabrinha, mulatinho [...] são crianças novas, geralmente sem atividades de desempenho de atividades de tipo econômico, dos sete para os oito ou até nove anos; dos sete para os oito anos, até os doze anos de idade os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz, de moleque ou de moleca (MATTOSO, 1991, p. 78)

Além disso, o valor solicitado pela alforria também funciona como um indicativo para a identificação dessas crianças. Com raras exceções, a quantia é inferior ao preço pedido em alforrias de homens ou mulheres de acordo com a região e época. Outrossim, após a classificação dos documentos de acordo com as idades e gêneros, apenas um foi marcado como inconclusivo, a carta de alforria de 17 de fevereiro de 1755 que fez o Capitão Francisco (sobrenome ilegível), presente no livro de notas de Natal, o qual se encontra em péssimas condições de conservação. A partir dessa alforria foi possível identificar que se tratava de uma pessoa do sexo feminino e chama a atenção o valor de 12 mil réis e o termo “crioula” utilizado para se referir a ela. Em consonância com Aldinízia de Souza (2018), a partir dos inventários da vila de Arez o valor de três escravizadas de origem africana de mesma idade era equivalente a 120 mil réis, enquanto o valor de uma escravizada de origem indígena com idade coincidente



foi estipulado em 20 mil réis. Nessa vertente, é válido considerar que a manumissão feita pelo Capitão Francisco possa estar referindo-se a uma pessoa de origem indígena, entretanto, pela qualidade do documento não é possível determinar de fato a situação.

Em seguida, outro fator para a análise seria a classificação da alforria, as quais são: alforria onerosa, quando há algum tipo de pagamento em troca da liberdade; alforria condicional, na qual o senhor estabelece uma condição para conceder a alforria, por exemplo a liberdade prometida após a morte do senhor; alforria do tipo pia batismal, na qual a pessoa é liberta na pia batismal, sempre crianças e presume-se que a maioria tenha sido gratuita; e por fim a alforria gratuita, na qual não há uma condição imposta ou uma necessidade de efetuar algum tipo de pagamento. A tabela a seguir sintetiza os dados relacionados ao tipo de manumissão:

Tabela 2 - Tipos de alforrias encontrados

CARTAS DE ALFORRIA ANALISADAS DE 1746 A 1779					
Tipo	Onerosa paga	Condicional	Gratuita	Pia batismal	Inconclusiva
Quantidade	21	3	1	1	3
Porcentagem	72,4%	10,3%	3,4%	3,4%	10,3%

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

A partir dos dados apresentados acima, é possível afirmar que a maioria dos processos de manumissão ocorreram por meio de pagamento; em segundo lugar as alforrias do tipo condicional, nas quais o escravizado seria considerado livre após a morte de seu senhor. Há, também, uma alforria gratuita e uma do tipo pia batismal. Além disso, os três documentos classificados como inconclusivos, referem-se a alforrias com trechos ilegíveis, de forma que as informações acerca da maneira que a liberdade foi concedida não estavam disponíveis, a exemplo da carta que escreveu o Sargento Mor Cosme de Medeiros para o “crioulo por nome Pedro”.

Além de grande parte das alforrias serem do tipo onerosas, a maior parte delas estão concentradas na cidade de Natal, dessa forma, esses processos podem estar relacionados ao fato



de que os espaços urbanos são mais propícios para que os escravizados efetuem algum tipo de pecúlio, como afirma Aldinízia de Souza (2018)

Logo, as vilas de pequeno comércio limitavam a participação de negros nessas atividades, em virtude da pequena demanda de mão de obra. Nesse sentido, pode-se observar que existe uma relação entre os espaços e as oportunidades de mudanças de status para os escravos, considerando-se que, trabalhando em estabelecimentos comerciais, os cativos poderiam adquirir um pecúlio e comprar a liberdade. (SOUZA, 2018, p. 80)

Ademais, é necessário pontuar, ainda, a predominância feminina na obtenção da alforria, diversos autores discorrem sobre os motivos que possam evidenciar a “vantagem” em relação aos escravizados do sexo masculino. Para Marcus Carvalho (2002), as mulheres possuíam mais opções de trabalho nos centros urbanos, bem como o trabalho doméstico possibilitava uma maior proximidade com os senhores. Ademais, muitas mulheres dedicavam-se às atividades urbanas pois já as exerciam no continente africano, como apregoa Karasch (2000).

Outrossim, acerca do paternalismo muito presente nas cartas de liberdade por meio de frases como “pelo amor que lhe tenho” ou “pelos bons serviços que me tem prestado”, Enidelce Bertin (2004) enfatiza que esse paternalismo gerou uma certa acomodação estratégica para os escravizados, dessa forma, todo tipo de esforço para obter a alforria seria válido, como demonstrar muito zelo, lealdade e bons serviços para o senhor. Em todo caso, tal tipo de atitude por parte dos escravizados para com seus senhores demonstra uma das diversas maneiras que essas pessoas articulavam para conseguir a liberdade. Em relação a isso Souza afirma,

[...] havia, por parte dos escravos, consciência de suas ações, como por exemplo, agir de maneira a serem considerados merecedores da alforria, mesmo que essa fosse apenas uma promessa vinculada à morte do senhor, como era muito comum nos casos das cartas condicionais. Melhor ficar livre após a morte do senhor do que ser transmitida aos herdeiros a posse de sua condição de escravo. (SOUZA, 2018, p. 124)

Em relação aos preços pedidos pelas cartas de liberdade, não houve uma variação de valores entre as alforrias na cidade e as feitas nas vilas. Dessa forma, quando comparado aos gráficos produzidos por B. J. Barickman (2003), os dados coletados na capitania do Rio Grande do Norte não destoam dos valores cobrados entre o mesmo período na Bahia. Até o ano de 1780

a média de preços permanecia em torno dos 100 mil réis, somente após o ano de 1824 que os preços das manumissões passaram a disparar.

Tabela 3 - Tabela de valores em mil réis das cartas de alforria

VALORES ENCONTRADOS POR ALFORRIA DE 1746 A 1779 NAS VILAS ANALISADAS			
	Crianças	Mulheres	Homens
valor mínimo	20 mil réis	80 mil réis	100 mil réis
valor máximo	60 mil réis	170 mil réis	130 mil réis
média de valores	40 mil réis	125 mil réis	115 mil réis
mediana	40 mil réis	125 mil réis	115 mil réis

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023

Como medida comparativa, utilizando os gráficos realizados pela autora Vera Lúcia Ferlini, na obra “Terra, Trabalho e Poder”, no ano de 1761, que se encontra no meio do período analisado, o preço do açúcar custava 1.417 mil réis por arroba, logo, a partir da média dos valores na capitania do Rio Grande do Norte, um escravizado adulto e saudável seria equivalente a aproximadamente 81 arrobas de açúcar.

Entre as manumissões analisadas, uma delas chama a atenção pela sua diferença em relação às outras. A carta de alforria que fez o capitão Manoel Carneiro da Silva ao “cabrinha Manoel e a escrava sua mãe Thereza”, apesar de possuir certas partes do texto ilegível, fica claro que o dito capitão concede a liberdade para ambos, para a criança por meio do registro do batismo e de maneira gratuita para a mãe do menino. No trecho retirado da alforria, o senhor escreve “Manoel o qual eu mandei batizar por forro por dizer [ilegível] é meu filho e sem contradição nem constrangimento, forro de hoje para todo o sempre ao dito meu filho e sua mãe Thereza pelos bons serviços que me tem feito”, em primeiro lugar, a carta destoa das demais alforrias por apresentar um batismo, tendo em vista que esse tipo de liberdade é típica de outro tipo de documento. E em segundo plano, a liberdade da escravizada Thereza de forma gratuita, como tratado por autores como Schwartz (2001) e Karasch (2000), além das cartas de alforrias



não serem conseguidas com facilidade, a concessão delas não era fruto da benevolência do senhor, mas do trabalho dos escravizados para consegui-las por meio de negociações difíceis na maioria das vezes.

Portanto, a partir do conteúdo disponível na carta de alforria, é possível apenas teorizar os motivos que ocasionaram a obtenção da liberdade de Manoel e Thereza, há a presença do paternalismo já referenciado anteriormente. Além disso, no documento foi possível identificar que a escravizada Thereza foi obtida pelo capitão Manoel Carneiro por meio de um papel de venda, no qual o capitão pagou o valor de 150 mil réis, todavia, além disto, a carta de liberdade não possibilita a identificação de demais dados. Ainda sobre esse documento, foram realizadas buscas na plataforma NACAOB, a qual possui diversos registros paroquiais que possibilitam a identificação de sujeitos, entretanto não houve sucesso na procura de outras informações sobre as pessoas envolvidas na manumissão analisada.

Outrossim, considerando as alforrias classificadas como condicionais, os únicos três documentos desse tipo foram encontrados somente na vila de Portalegre. A condição estabelecida pelos senhores foi a mesma: o escravizado deveria acompanhá-lo até a sua morte, sendo garantida a liberdade logo depois do falecimento. Apenas uma dessas manumissões desenvolvia a condição, após a morte do seu senhor, de que o escravizado deveria encomendar uma missa em seu nome. Apesar de não requerer uma quantia em dinheiro, as alforrias condicionais não podem ser consideradas como gratuitas, tendo em vista que para obtê-la, o escravizado precisou cumprir serviços, bem como trabalhou as relações de proximidade com os devidos senhores, expressa pelo paternalismo.

Em relação aos aspectos raciais, é possível identificar a cor e origem com base nos termos utilizados como “negros da Guiné” como afirma Schwartz (2001), na documentação selecionada, os termos utilizados foram “mulato”, “crioulo” e “cabra”. Dessa maneira, em consonância com os estudos de Schwartz (2001), as palavras mulato e crioulo eram atribuídas aos escravizados nascidos no Brasil. Já em relação ao termo cabra, Mary Karasch (2000) em seu estudo do Rio de Janeiro na época do século XIX, afirma que esse termo era utilizado de forma pejorativa para se referir às misturas de raças. Todavia, Aldinízia de Souza levanta a hipótese do termo cabra poder indicar a presença indígena na capitania do Rio Grande do Norte,



pode-se apenas cogitar que é possível, quanto aos escravos do termo da vila de Arez, que o termo cabra indique, também, uma mestiçagem com índios, uma vez que a presença indígena na área era bastante significativa, pois a vila foi anteriormente aldeamento missionário. (SOUZA, 2018, p. 157)

Em relação aos apontamentos realizados, e, a partir dos dados explanados, foi possível identificar certos padrões nas manumissões, como a maior quantidade ser classificada como alforrias do tipo oneroso, e destas, as mulheres terem conseguido a maior parte delas. Nesse sentido, é imprescindível considerar o impacto que as maiores oportunidades de trabalho e a proximidade com os senhores têm ao garantir que essas mulheres alcancem a liberdade, bem como, é notável a participação dos familiares e parentes para garantir as cartas de liberdade dos escravizados crianças.

Além disso, durante a análise dos documentos, não houve alforrias em número suficiente para apontar diferenças significativas entre os processos de liberdades feitos na cidade de Natal e nas vilas de Goianinha e Portalegre. Dessa forma, é necessário buscar, para o desenvolvimento futuro da pesquisa, outras fontes, tais como testamentos, inventários, de maneira que essas contribuições enriqueçam o estudo das alforrias da capitania do Rio Grande do Norte.

Considerações finais

Durante a realização da pesquisa, foi possível estabelecer algumas relações entre as cartas de liberdades achados nas vilas e no litoral, analisar os processos envolvidos na obtenção dessa liberdade. A exemplo das estratégias dos escravizados de utilizarem a proximidade com seus senhores a seu favor, por meio dos bons serviços, tendo em vista o paternalismo presente em grande parte dos documentos. Ademais, apesar de senhores e escravizados ocuparem posições desiguais, a agência de ambos os lados fica clara a partir do estudo das manumissões.

Trabalhar com a questão de alforrias foi um desafio tendo em vista que o período selecionado foi de menos de 40 anos e a falta de outros tipos de documentos como por exemplo inventários, testamentos, entre outros poderiam auxiliar na busca por demais dados acerca da população escravizada da capitania do Rio Grande do Norte. Por fim, vale salientar a importância de investigar esta área de estudos da história do Estado, bem como não permitir que essa parcela da sociedade seja colocada em segundo plano na produção acadêmica.

BIBLIOGRAFIA:



- BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 2003.
- BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação.** São Paulo: Humanitas/USP, 2004.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotina e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850.** Recife: Editora da UFPE, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos.** Campinas: Ed. Unicamp, 1989.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste colonial.** [S. l.]: Editora brasiliense, 1988.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808- 1850.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MATTOSO, Kátia de Q. **A propósito de cartas de alforria: Bahia, 1779-1850.** Anais de História, 4, 1972.
- MATTOSO, Kátia de Q. **Ser escravo no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990
- SCHWARTZ, Stuart. **Alforria na Bahia, 1684-1745.** In: _____. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001.
- SOUZA, Aldinízia de Medeiros. **Liberdades possíveis em espaços periféricos: escravidão e alforria no termo da vila de Arez (séculos XVIII e XIX).** Natal, RN: EDUFRN, 2018.
- VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial: (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ST: GÊNERO, INTERSECCIONALIDADES E FEMINISMOS NOS SERTÕES

Coordenadoras:

Rosemere Olímpio de Santana (UFCEG)

Dayane Nascimento Sobreira (UEPB)

Kássia Mota de Sousa (UFCEG)

Ana Veiga (UEPB)

O objetivo deste ST é agregar pesquisas e propostas que problematizam as relações de gênero, a história das mulheres e dos feminismos nos Sertões. Logo, as experiências e existências que são construídas em territórios ou paisagens periféricas e nas margens, que acionam sujeitos e questões em torno das mulheres, gênero, sexualidade, feminismos, “raça”, etnia e geração interseccionadas. Essas problemáticas serão pensadas a partir da ideia e do espaço dos sertões entendido não só como espaço físico, mas também político, cultural e social.

“AVÉ MARIA, RESISTÊNCIA DE MAIS”: A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO DE APOIO, DEFESA E CIDADANIA AOS HOMOSSEXUAIS (AADECHO), EM JUAZEIRO DO NORTE/CE (2000 – 2007)

Cicero Leandro da Silva Batista
Universidade Federal de Campina Grande
cicero.leandro@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: A presente pesquisa se propõe a trabalhar a trajetória do advento da primeira instituição criada na cidade de Juazeiro do Norte, a qual tinha o intuito de acolher e prestar assistência à população homossexual da cidade, a Associação de Apoio, Defesa e Cidadania aos Homossexuais (AADECHO). O grupo teve um papel fundamental no seu pioneirismo como primeiro movimento de militância na região do Cariri cearense. A associação foi criada no ano de 2002, por um grupo de amigos, que, diante da situação imposta à população homossexual, se uniram para fundar a instituição. O trabalho se propõe a discorrer sobre o pioneirismo da entidade, a prestatividade na oferta de serviços de ordem básica, como saúde. Além de frisar o valor que a fundação teve em propor no âmbito social e político, a criação de discussões sobre os papéis de gênero e a construção de uma sociabilidade para a comunidade homossexual. Incentivando a construção de políticas públicas que atendessem a esses indivíduos, pavimentado assim o caminho para a aparição de outros grupos que pudessem dar continuidade ao movimento. Para a sua construção, utilizamos uma entrevista concedida por um dos fundadores da AADECHO, bem como matérias do Jornal Diário do Nordeste.

Palavras-chave: AADECHO; Militância Homossexual; Resistência; Juazeiro do Norte.

1. Introdução



Esse artigo é um desdobramento de uma pesquisa de conclusão de curso. Ao analisar a emergência do movimento LGBTQIAPN+ na cidade de Juazeiro do Norte, nos deparamos com a história da Associação de Apoio, Defesa e Cidadania aos homossexuais (AADECHO). Fundada no ano de 2002, a associação foi o primeiro grupo registrado que deu início à atuação de um movimento de militância homossexual na região Cariri cearense. Tendo em vista o valor que a fundação teve, visamos construir um trabalho que pudesse dar conta da trajetória da associação. Evidenciar os pormenores de como a associação surgiu, os serviços prestados, as resistências enfrentadas e a sua relevância enquanto primeira fundação organizada a atuar em favor da causa no município.

O trabalho estará dividido em duas seções, de início abordaremos brevemente a atuação do movimento na conjuntura social brasileira, evidenciando as conquistas logradas e os embates sociais travados. No segundo momento, objetivamos apresentar de que modo a instituição se constitui enquanto agente reivindicador em favor da população homossexual na cidade, o contexto histórico e a importância ímpar que a associação em pavimentar o caminho para a vinda de outros grupos que pudesse da continuidade ao movimento.

Para a fabricação do trabalho, é analisada uma entrevista concedida por um dos fundadores do grupo AADECHO e que na época ocupou o cargo de diretor administrativo da organização. Além da entrevista, analisaremos algumas matérias do *Jornal Diário do Nordeste*, que em muitas das suas matérias referentes ao Cariri, evidenciou o trabalho que estava sendo desenvolvido pelo grupo.

2. Panorama da emergência e atuação do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil

Concordamos com as autoras, Livia Dutra e Marcela da Silva, quando afirmam que “os movimentos sociais representam agentes no processo de construção e efetivação de políticas sociais” (2019, p.1). São esses agentes sociais que diagnosticam os espaços e as ações públicas, promovendo políticas unas e coletivas em detrimento de sujeitos historicamente marginalizados ou que são negligenciados pelo Estado. Atuando de forma propositiva e reivindicatória em direção à garantia da cidadania para esses indivíduos.



Nesse norte, teve e ainda tem grande valor a militância de indivíduos portadores de múltiplas identidades, agenciadas em um movimento com o intuito de construir uma cidadania plena e ativa para a comunidade LGBTQ+. Foi, por meio da sua atuação no Brasil e no mundo, o responsável por incentivar e reivindicar políticas estatais sexuais. Tomando esse caminho, tomaremos como finalidade abordar brevemente a atuação do movimento de militância homossexual no país e a sua efetivação enquanto agente social.

Sem dúvida, o grande marco da luta homossexual, que a projetou para o conhecimento na cena pública, foi a Rebelião de Stonewall, deflagrada em 28 de junho de 1969, na cidade de Nova Iorque, nos EUA. Assim como salienta Luana Molina (2011), foi apenas o início de um movimento que não ficaria confinado à cidade novaiorquina, se espalhando por todo o mundo. Sobre a importância da rebelião, Eliane Berutti destaca:

[...] The Stonewall Inn foi palco da pior batida de polícia de sua história e viveu seu momento final. [...] Faz-se desnecessário pontuar por que todos os anos de invisibilidade e opressão finalmente explodiram no confronto com a polícia. Um ano depois, com a intenção de comemorar as revoltas de Stonewall, [aconteceu] a passeata do Orgulho Gay tomou conta das ruas da cidade de Nova York (2010, p. 40).

Apesar de a rebelião em Nova York ser caracterizada como o grande marco da militância, autores como James Green (2003), Hiro Okita (2007) e Edward MacRae (2011) salienta haver registro de algumas manifestações anteriores a Stonewall pela Europa.

Destaca Vinícius Rodrigues (2019), que a Europa teria sido o berço dos primeiros incentivos à promoção de auxílios a esses indivíduos. Um deles foi na Alemanha nazista, quando no Holocausto, em meio à perseguição e morte desses sujeitos, registram-se tentativas de defesa dessas pessoas. Quando os conflitos gerados pela Segunda Guerra foram intensificados, esses incentivos acabaram sendo abandonados. Posteriormente, na década de 50, no período pós-guerra, essas tentativas de criar espaços de convivência para essa comunidade foram novamente retomadas.

Desta forma, a Rebelião de Stonewall deu início a um movimento homossexual moderno, o qual conhecemos hoje. Ações arregimentadas em pautas e ideais políticos. Militância que passava a compreender que esse novo espaço de atuação que estava surgindo seria um espaço de atuação em conjunto com outros agentes sociais.



Atualmente, o movimento liderado pela comunidade homossexual se consagra como um dos movimentos mais atuantes em todo o mundo. Apesar do seu apogeu e da visibilidade que o movimento conseguiu adquirir para suas pautas, as ações não podem ser cessadas. Tendo em vista que a militância é feita contra os estigmas de anormalidades, padrões normativos, conceitos e normativas de gênero, que não se acabam, mas sempre são ressignificados. Além disso, é necessário salientar a fragilidade da manutenção de políticas públicas na democracia brasileira, o que denota ainda mais valor o incentivo à continuação dessas ações no país.

Quando o movimento enfim chega ao Brasil, no final da década de 70, atuando em defesa dos homossexuais, ele não atuava sozinho, dividiu o palco da sociedade civil com outros agentes sociais. Grupos que estavam retornando ou surgindo na arena social brasileira, como o movimento feminista, estudantil e dos trabalhadores. A década de 70 foi o grande celeiro dos movimentos associativos no Brasil, agentes que ajudaram a pavimentar o caminho rumo à cidadania e à democracia.

Apesar das mudanças que esses grupos estavam promovendo no contexto social, como bem destaca Maria da Glória Ghon (2013), esses grupos que surgiram na década de 70 não estavam alto centrados em seus objetivos, manifestavam-se pelo direito de ter direitos, mas sem conhecer de fato os seus direitos. Em muito, passaram a atuar conjuntamente no terreno ditatorial, praticando o que Ghon e MacRae caracterizam como movimento do espelho, tomando as ações de outros grupos como norte na formulação das suas próprias posições.

Precisamos caracterizar que, desde que passou a atuar no país, o movimento LGBT+ nunca foi um grupo homogêneo. Grande parte das suas reivindicações e pautas acaba por se caracterizar por atender a públicos específicos no movimento. Renata Camaroti (2009) destaca que o reconhecimento por parte da medicina em retirar a homossexualidade da cartilha de doença em 1985, para a época, foi considerado uma grande conquista para os homossexuais. Por outro lado, grupos como as travestis reivindicavam outras ações bem mais pontuais às suas identidades.

Na baila da atuação da militância homossexual brasileira, não poderíamos deixar de mencionar a contribuição dada pelo *Jornal Lampião da Esquina* e o grupo SOMOS. O *Jornal Lampião* atuou de 1978 a 1981, na chamada imprensa alternativa, um tabloide fundado e editado por um grupo de homossexuais. Ao longo de 40 edições, o jornal trouxe assuntos e



temáticas que interessavam não só à população homossexual, mas a todos aqueles grupos minoritários marginalizados.

Na edição de número zero, que tinha como título “*Saindo do Gueto*”, o qual teve grande magnitude nos primeiros momentos de atuação do chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Pois incitava os militantes que revelassem os seus segredos, assumindo as suas sexualidades com orgulho, e fizesse dela uma arma, um gesto político em meio à repreensão (CAMAROTI, 2009, apud CONDE, 2004).

Já o grupo SOMOS, Grupo de Afirmação Homossexual, teve grande relevância, pois, mesmo que de forma bastante escondida e restrita, visou promover discussões acerca da homossexualidade, de como esses indivíduos poderiam enxergar a sua sexualidade. Esses dois mecanismos foram de suma importância para o movimento, ao permitir que discussões em torno da sexualidade chegassem a essas pessoas que faziam parte do SOMOS quanto quem acompanhava as edições do Lampião.

Uma das primeiras conquistas do grupo homossexual brasileiro, sem dúvida, foi o abandono do entendimento da homossexualidade como doença. Como grandes articuladores desta conquista, são destacados os nomes do antropólogo Luz Mott, líder do Grupo Gay da Bahia (GGB), e do advogado João Antônio Mascarenhas, fundador do Grupo Triângulo Rosa. Ambos desempenharam, junto ao Conselho Federal de Medicina (CFM), uma grande movimentação que incluiu manifestações, pedidos e cartas. Atendendo à massiva campanha, o CFM anulou a resolução 302/0, que tipificava a homossexualidade como doença mental (CAETANO, RODRIGUES E SILVA, 2019).

Apesar de grande resistência social e moral imposta aos homossexuais, o movimento persistia na sua luta social no Brasil. Em 1980, com a emergência da epidemia de HIV/AIDS, o grupo passará a sofrer um revés, “nesse contexto, assumir publicamente esta identidade, era reconhecer também a acunha de câncer gay ou peste gay, como ficou conhecido a doença na maior parte desta década no país” (CAETANO, RODRIGUES E SILVA, 2019, p.14).

Com o estigma dos vírus, os indivíduos não queriam se associar ao movimento, o que causará um revés na trajetória do movimento. Somente na década de 90, que a militância voltará a atuar novamente com efervescência na cena pública, agora com novos objetivos.



Salienta Dutra e Silva (2019), que a chegada do HIV no país cerceou o avanço do MHB, mas não o parou. Na década de 90, quando a militância se estrutura novamente, ele passara a atuar implantando uma campanha contra a AIDS e contra o estigma associado à homossexualidade. Foi a partir desse momento que o país entrou para a história como o primeiro a atuar conjuntamente com a sociedade civil contra o vírus.

Destaca a socióloga Ghon (2013) que o Estado, em um regime democrático, é o principal garantidor da manutenção do direito à cidadania a todos os indivíduos. Para além do conceito de cidadania, a socióloga estabiliza o conceito de cidadania ativa e cidadania passiva. Para ser constituído como um cidadão de verdade, o sujeito não pode ser um cidadão passivo socialmente. Ser cidadão é estar em um constante processo de reivindicação e cumprimento dos seus deveres enquanto pertencente a um Estado.

Sendo assim, grande relevância teve e ainda tem a atuação da militância homossexual para a pavimentação rumo à cidadania. Principalmente em um país como o Brasil, com raízes marcadas pelo desprezo a toda imagem que diverge do padrão normalmente aceito. Graças à sua atuação, hoje podemos contar, mesmo que ainda insuficientes, com políticas públicas e mecanismos que ajam contra a discriminação.

Dentre essas ações podemos citar o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, em 2019, tipificou a homofobia como crime inafiançável. Além dessa, desde 2013, é assegurado pela lei o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Essas e vários outros direitos que a constituição do cidadão garante que eram negados só foram possíveis graças à ação desses indivíduos. Por isso é tão importante que possamos lutar e incentivar a manutenção desses grupos, pois além de trabalhar para lograr conquistas como essas citadas, são guardiões das já conquistadas.

3. Trajetória da Associação de Apoio, Defesa e Cidadania aos Homossexuais (AADECHO)

A partir desse momento, tomaremos como objetivo apresentar a trajetória da fundação da Associação de Apoio, Defesa e Cidadania aos Homossexuais (AADECHO). Fundada no ano de 2002, foi a primeira instituição na cidade de Juazeiro do Norte, que atuou em prol da causa LGBTQ+. Apesar de ter tido uma atuação curta, durando apenas 5 anos, a casa de apoio aos



homossexuais tem grande relevância na construção do movimento homossexual de Juazeiro, pois o grupo abriu o caminho para o advento de outros grupos de apoio à causa no município.

No ano de 2002, época da fundação da AAECHO, já fazia mais de 20 anos desde a atuação do movimento LGBTQ+ no país, inaugurado pelo grupo SOMOS e pelo Jornal Lâmpião de Esquina. Apesar da resistência e do estigma instituído com o advento da AIDS, os ativistas já haviam conseguido trilhar um longo caminho de conquistas, mostrando-se ser bastante promissor. Independentemente de ser um movimento crescente, tendo como símbolo as controversas paradas do orgulho gay, que juntavam centenas de homossexuais e simpatizantes nas grandes e médias cidades. Em muitos lugares, como nas cidades do interior nordestino, o movimento ainda não havia chegado, ou atuava de forma parca, como na cidade de Juazeiro do Norte. Que, até meados de 2002, não contava com qualquer instituição que desempenhasse o trabalho de acolher e prestar assistência a essas identidades periféricas.

A cidade de Juazeiro do Norte se destaca como a maior cidade do Cariri cearense, com um PIB de 17.354,57 e uma população de 286.120 habitantes. A cidade tem se mostrado um polo de crescimento econômico e industrial, tornando-se referência econômica tanto para a região do Cariri cearense quanto para cidades de outros estados que fazem fronteira com a região.

Além da importância econômica, o município se destaca com relação aos aspectos religiosos. Conhecida como a capital da fé nordestina, todos os anos em Juazeiro atrai centenas de devotos que lotam a cidade atraídos pelo legado do santo milagreiro nordestino, o padre Cicero. Só no ano de 2023, a cidade recebeu cerca de 3.000.00 pessoas, atraídas pelas romarias. Ou seja, a fé, além de ser um aspecto cultural e social de suma relevância para a região, tornou-se um produto econômico valioso. Quando analisamos esses aspectos religiosos, fica evidente as resistências a que o grupo AAECHO teve que enfrentar durante o seu período de atuação.

Apesar de não encontrar condições favoráveis, infligindo a normalidade patriarcal e religiosa, no ano de 2002, o movimento homossexual passa a atuar no município de Juazeiro do Norte, movimento que se concretizava na fundação da AAECHO. Precisamos salientar que antes do advento da instituição, houve algumas tentativas de forma um movimento atuante na cidade. Todavia, essas primeiras iniciativas encontraram grande resistência tanto no meio social, que não aceitavam tal escândalo em uma cidade santa, como era o caso de Juazeiro, onde



a homossexualidade somente poderia ser “aceitada”, tolerada e ignorada, desde que não ousasse aparecer em lugares públicos.

Essas primeiras iniciativas também encontraram fortes oposições entre a própria população homossexual. Pois, devido aos altos índices de violência e de intolerância na região, as pessoas tinham receio de se aproximar, de serem associadas a um grupo que de imediato revelasse a sua sexualidade, o que poderia levar a serem alvos de represálias. Naquela época, a homossexualidade era vivida às escondidas, longe dos olhares sociais, o fato de ser associado a uma movimentação que revelava a sua sexualidade era tido como inconcebível, é o que destaca o entrevistado:

As pessoas não tinham hoje, você ver a liberdade das pessoas dizerem quem elas são. Mas aquela época, só quem tinha muita coragem mesmo, que enfrentava a sociedade, dizendo a sua orientação sexual. Muitos LGBTs da época, mantinham as escondidas, por conta da questão familiar, das pessoas, da própria sociedade não aceitar. Quando as pessoas passavam as ruas por exemplo, que tinham um andado diferenciado, não padronizado, e as pessoas desconfiavam de longe, essas pessoas serviam de chacota. As pessoas riam dela, debochavam, até vaiavam. Na rua era um preconceito tremendo que havia na cidade de Juazeiro do Norte naquela época (Entrevistado).

Podemos caracterizar a criação da AADECHO na cidade, como a instituição de dois marcos. Em primeiro lugar, a chegada do movimento que até então não atuava no município, sendo o movimento de Juazeiro o primeiro de toda a região do Cariri. Em segundo, a instituição de uma fundação que atuou no fornecimento de um apoio e subsídio para essa população. É necessário destacar que nesses lugares onde não existia nenhum apoio do poder público, esses grupos passaram a desempenhar, no sentido de ser o único ambiente que vão prestar, mesmo que seja incipientemente, uma assistência psicossocial para esses sujeitos. Indivíduos que em suas casas são hostilizados e nas ruas têm seus corpos cunhados pela violência, mas que nessas instituições encontram apoio e instrumentos para poderem recuperar as suas dignidades.

Como já salientamos, a AADECHO inaugurou a atuação da movimentação LGBT+ na cidade. Porém, existiram algumas ações de um projeto que tinha o intuito de distribuir preservativos e conscientizar acerca do sexo seguro. Essas ações eram encabeçadas mediante o apoio do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), um grupo de assistência com sede em Fortaleza. Em Juazeiro, o grupo não exercia uma função de assistência de fato, nem de



organização de um movimento popular em favor da afirmação sexual, de militância contra a homofobia. As iniciativas que eram desenvolvidas mediante o apoio do GRAB ficavam no campo de um assistencialismo.

As ações desenvolvidas pelo grupo GRAB em Juazeiro se davam por um agente comunitário de saúde, que em parceria com o grupo, tinha um projeto chamado Flor de Lis. O projeto Flor de Lis consistia na distribuição de preservativos em vias de grandes movimentações, como em mercados e na praça Padre Cicero. Contudo, essa distribuição se dava de forma bastante simbólica. Os preservativos eram distribuídos somente para aqueles sujeitos que tivessem realizado um cadastro previamente junto ao projeto, como destaca o entrevistado:

(...) e aí hoje, eu compreendo que era um projeto que tinha que era do GRAB, de Fortaleza. E o Tião era o agente multiplicador em Juazeiro. Então, o que acontece, o GRAB pedia para o Tião, como agente multiplicador em Juazeiro, distribuir esses preservativos, como forma de prevenção as DSTs, que a época chamava de DST/AIDS. E o Sebastião fazia isso, só que a época me deixou inquieto, porque se é para distribuir, tem que ser para a população LGBT em geral (Entrevistado).

Em virtude dessa carência de um órgão que pudesse fornecer um apoio em uma escala maior, é encabeçado o projeto da AADECHO. Sendo assim, um grupo de amigos, inspirados pelas iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas em parceria com o GRAB, fundam a AADECHO. Quando a instituição é concebida, o seu intuito era suprir essa lacuna. Uma instituição registrada e que pudesse fornecer um subsídio à população homossexual contra a violência, a discriminação e as DST/AIDS. Intensificasse a distribuição de preservativos, servindo como um canal de informações em favor da prevenção contra as DST.

Então eu entrei em contato com o GRAB, e perguntei o porquê disso, ser selecionado as pessoas, me falaram que era o projeto que eles tinham e que o Tião era o agente multiplicador. Mas me deram a ideia, fundem aí no Juazeiro uma associação, registre ela e aí a gente entra com um projeto pra ver se a gente consegue algum fundo, e aí a gente faz a distribuição maior. E isso foi feito. De imediatamente reunimos um grupo de pessoas. E aí a gente, surgiu a ideia de se funda o primeiro movimento registrado LGBT de Juazeiro, que se chamava a época AADECHO (Entrevistado).



O projeto inicial era de tentar conseguir recursos junto ao Governo Federal, contudo, para o projeto poder ser aprovado, era necessário o recolhimento de assinaturas que fossem favoráveis à criação da organização. Uma vez fundado, o projeto poderia ser enviado para a homologação no Ministério da Saúde. Devido à negativa no recolhimento de assinaturas em Juazeiro, os idealizadores se deslocaram até o Caudas, um balneário localizado na cidade vizinhas em Barbalha, na tentativa de recolher as assinaturas necessárias para a aprovação do projeto.

Ao chegarem no local, foi feita uma assembleia para apresentação do projeto. Foi assim que os idealizadores conseguiram as assinaturas suficientes para a aprovação da associação. Com a instituição registrada, já poderia reunir as forças necessárias para a obtenção de recursos que propiciassem o funcionamento da associação. Nesse primeiro momento, era necessário reunir recursos para custear inclusive a sede, já que, naquele primeiro momento, ela funcionava apenas no papel.

Em parceria com o GRAB, a associação cria o primeiro projeto, que consistia na distribuição de preservativos para a população homossexual. A proposta é encaminhada para a apreciação do Ministério da Saúde do Governo Federal. Contudo, para a entidade poder receber os repasses, era necessário cumprir alguns requisitos. Entre eles implicavam em ter uma sede. Como nesse primeiro momento não havia recursos para o aluguel de um espaço, a sede da associação passou a funcionar em um local cedido. Uma sala no antigo cinema que se localizava em frente à Praça Padre Cícero, o antigo CINEDT. Os encontros eram realizados sempre à noite, quando o espaço estava vazio.

No mesmo ano de fundação da associação, em 2002, saiu o parecer favorável do Ministério da Saúde. A agilidade na firmação de um convênio com o ministério se deu em grande medida devido ao alto número de contágio pelo vírus da AIDS. Além disso, a trazia muitas vantagens para o poder público, o Estado entraria com os recursos e a instituição executava o trabalho de campanha e de prevenção. Trabalho esse que era prerrogativa do Estado. Outra questão a ser considerada eram as políticas de estados que estavam sendo desenvolvidas naquele momento. O governo do então presidente Lula, que vinha desempenhando uma política que consistia na aproximação com a sociedade civil.



Ainda no ano de 2002, a associação recebeu o primeiro repasse de recursos, inicialmente no valor de 5 mil reais. O qual foi utilizado no projeto de distribuição de preservativos e testes de HIV. Era inegável o papel que a AADECHO estava desempenhando no município. Naquela época, não existia de fato uma preocupação do poder municipal na discussão e na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, nem muito menos havia assistência médica para os indivíduos que, por desconhecimento, acabassem se contaminando.

(..) sim, há época havia muita falta de informação. Se há época, você pegasse um preservativo, e abrisse o preservativo em uma praça pública, ou em algum local para explicar o uso do preservativo, aquilo era um escândalo. As pessoas não aceitavam aquilo, uma imoralidade, uma coisa proibida. E há época, houve-se muita resistência com a questão de se informar a população sobre essa questão de preservação. E justamente, é isso (Entrevistado).

Naquela época, não havia tratamento contra o HIV na cidade, quem eventualmente contraísse o vírus teria que se deslocar até a capital em busca de tratamento. O deslocamento era realizado em um ônibus cedido pela prefeitura. Na grande maioria dos casos, as pessoas eram orientadas a darem endereços correspondentes à capital, em uma clara tentativa de maquiar os reais dados de contaminados na cidade.

Percebendo a inércia do município em formular campanhas que pudessem conscientizar e fornecer informações sobre a transmissão do vírus da AIDS, e o crescente aumento no contágio, a instituição inicia os trabalhos de prevenção. Sobre as campanhas de prevenção ao vírus da AIDS, dois trabalhos se destacaram, o projeto H2omens e o Trupe da Saúde.

Com as campanhas, arregimentaram-se uma série de movimentos e questionamentos acerca dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo. Na visão daqueles que questionavam a sua atuação, a instituição, através de suas campanhas, acabava por incentivar a prática da homossexualidade, o que era inconcebível. Outrossim, era questionado o fato de a entidade estar sendo beneficiada por repasses de recursos do Governo Federal. As justificativas eram existirem outras causas que eram prioridades como é destacado “(...) muitas pessoas diziam, como pode, uma instituição que mal foi criada e já recebeu 5 mil reais do Governo Federal, sabendo da dificuldade que se é para receber algum recurso público, e principalmente para a população” (Entrevistado).



Tendo em vista o cenário de contaminação de homossexuais por DST, o projeto de Prevenção H2omens surgirá com o intuito de beneficiar principalmente os garotos e as garotas de programa que mais sofriam com a contaminação. Para a concretização do projeto, foram liberados cerca de 26 mil reais. Os trabalhos consistiam na elaboração de cursos formadores, com o intuito de instrumentar os indivíduos acerca dos cuidados necessários com a prevenção, e para aqueles que eram soros positivos, as orientações necessárias no convívio com o vírus. Além disso, buscou-se instrumentar esses sujeitos, para que eles se tornassem agentes multiplicadores de informações.

Já o Trupe da Saúde era uma ação mais interativa. As ações se concentravam em conscientizar acerca da prevenção contra as DST e da afirmação homossexual. O projeto reunia a conscientização com artes circenses. O projeto tinha o intuito de, mediante apresentações culturais em lugares públicos, como praças, conscientizar as pessoas acerca da importância do sexo seguro e dos direitos da população homossexual.

Além desses projetos, a instituição foi a responsável por organizar a primeira parada pela livre expressão sexual no município de Juazeiro do Norte, no dia 25 de junho de 2004. O evento atraiu cerca de 2.000 mil pessoas, foi considerado um marco, tendo em vista o receio por parte do grupo do evento ser boicotado. A parada tinha como objetivo mostrar que a população homossexual existia e que era necessária a garantia do respeito e da cidadania para esses sujeitos. O evento teve ainda o intuito de cobrar do poder público municipal leis e medidas que pudessem servir como ferramenta contra a homofobia e a discriminação.

Além de promover a primeira parada gay, a instituição foi a responsável por promover o I Fórum de Atenção às pessoas vivendo com HIV, que ocorreu durante os dias 17 e 28 de junho de 2004. O fórum tinha como tema Qualidade de Vida: uma busca contínua. Uma semana de comemoração à livre expressão sexual, com debates, mesas redondas e o primeiro fórum dedicado às pessoas com HIV (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2004).

Na época, os registros mostravam um número de 92 pessoas infectadas pelo vírus no município, entretanto, esse número era recebido com certas ressalvas, já que não havia tantas testagens. Acreditava-se que o número poderia ser bem maior, contribuía com essa situação, a falta de estrutura, insumos e a própria resistência à testagem. Tendo em vista esse cenário, o grupo incentivava a testagem anônima, sem qualquer identificação do indivíduo testado.



Ao longo dos seus 5 anos de atuação no município de Juazeiro do Norte, a AADECHO sofreu inúmeras perseguições e resistência. Naquela época, a homossexualidade somente poderia ser tolerada desde que estivesse longe dos olhos da sociedade, e isso implicava na exclusão social de direitos básicos. O direito de habitar os lugares públicos sem temer o risco de ser agredido, de poder, como qualquer outro cidadão, expressar a sua livre orientação sexual. Quando a associação surge, esse foi o seu grande papel, representar essa população excluída e marginalizada.

Avé Maria, resistência demais. Na época, 2000, 2005, por aí, a gente sofria uma perseguição tremendo. Porque aquela época era muito escondida. As pessoas não tinham hoje a liberdade que se tem, de chegar em qualquer esquina, em qualquer casa dizendo a sua orientação sexual, sem temer a nada. Naquele tempo, naqueles anos as pessoas se escondiam, né. Não gostavam muito de aparecer, mas quem estava à frente de uma instituição dessa, dava a cara a bater para cuidar de tantas outras pessoas que estavam escondidas sem querer aparecer. A resistência muito grande (Entrevistado N° 01).

Apesar da relevância dos serviços prestados pela AADECHO, as ações nunca saíram do campo do assistencialismo, ações necessárias, mas que de fato não são efetivas no empoderamento de grupos contra a opressão. Necessário fazer uma distinção entre o movimento assistencialista e o movimento social. O movimento assistencial está cumprido, a prerrogativa que cabe ao Estado, fornecendo condições assistenciais que cabem aos gestores. Na prática, ele está apenas fazendo a manutenção daquela situação vivenciada por esses sujeitos. Já o movimento social reivindicador tem por características instruir e capacitar esses indivíduos para poderem agir em detrimento dos seus direitos.

Além disto, o movimento desenvolvido pelo instituto se assemelhava a um cooptado pelo Estado. Concordamos com a socióloga Gohn (2013), quando ela realiza uma crítica a essa prática. Segundo Gohn, os sujeitos que antes se encontravam distribuídos em grupos, com suas identidades e ações, com suas vontades e objetivos próprios. Agora eles iram ser mobilizados pelas políticas estatais, ou seja, eles perdem sua autonomia e vontades. Passando a negociar suas identidades políticas construídas historicamente em ações sociais, agora passam a ser governados por instituições em parceria com o Estado.



A luta pela construção e afirmação de uma identidade política é perdida. Através de suas políticas, o Estado junta todos esses indivíduos, como se eles forcem uma grande massa sem distinções e objetivos próprios. Suas demandas acabam perdendo suas legitimidades, suas coordenações deixam de pertencer às associações de bairros, lugares centrais ao serem elas as agitadoras, são elas quem elencam as necessidades que iram ser requeridas. Agora essas coordenações vão pertencer aos gabinetes que se encontram em um espaço controlado pelo estado civil (Gohn, 2013). Uma vez tendo iniciado esse processo, as ações, nos dizeres de Gohn, passam a ser “estimuladas de cima para baixo” (2013, p. 20).

É necessário apontar que, apesar de terem desenvolvido ações com foco na construção de uma sociabilidade para a população homossexual no município de Juazeiro, incentivando a formulação de políticas públicas, esse não era o alvo da associação. Desde o início, o seu foco era o combate à disseminação do vírus da AIDS na região. Já que essa era a prioridade do Governo Federal, financiador do grupo.

O ano de fechamento da AADECHO é incerto, no entanto, os documentos analisados apontam para uma atuação de 5 anos na cidade, de 2002 a 2007. A organização, que nasce visando apoiar, defender e promover a cidadania aos homossexuais, chega ao seu fim. Encerrando toda uma trajetória de luta, defesa e de afirmação da cidadania homossexual. Entre os principais motivos que nortearam o seu fim, está o desentendimento entre os seus fundadores.

4. Conclusão

Em suma, ao analisarmos a trajetória do grupo AADECHO, na cidade de Juazeiro do Norte, constatamos a importância que o grupo teve em iniciar para a construção de um movimento de militância homossexual na região. O grupo foi o responsável por inserir no campo social discussões voltadas para a temática homossexual, ações que serviram de base para a construção de uma agenda política homossexual no município.

Mesmo com um tempo de vida curto, o grupo AADECHO teve uma importante atuação no sentido de ser a primeira instituição formada com o intuito de fornecer apoio à comunidade homossexual de Juazeiro. Além do seu legado de luta, a instituição deixou a LEI n.º 2887, de autoria do vereador Fabio José, a qual foi aprovada pela câmara municipal no ano de 2004, mas



que só foi sancionada em 10 de maio de 2005. Que passava a instituir o dia 28 de junho, como dia do Orgulho Gay e Livre Expressão Sexual na cidade.

Referências

CAETANO, Marcos. Rodrigo. Vale.; RODRIGUES, Alexsandro.; SILVA, Cláudio. Nascimento. A mobilização social e resposta comunitária LGBT à AIDS – itinerários reflexivos. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3405>. Acesso em: 13 dez. 2023.

TORRES, Geovane. Gesteira. Sales; LEITE, Maria. Laís. Santos. A conquista de direitos LGBT entre conservadorismo e políticas identitárias em Juazeiro do Norte, Ceará: uma análise da legislação municipal entre 2000 e 2020. Juazeiro do Norte-CE. **Revista Direito e Dialogicidade**, Crato, V. 8. N. 1, 2022. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/DirDialog/article/view/3694>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CARNEIRO, Ailton. José. Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Amortedaclinica.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

LACERDA, Luciana. Xavier. Basto; SANTOS, Cláudio. Eduardo. Félix. O movimento LGBT no Brasil: reflexões sobre trajetória e lutas (1970 – 2000). **X Encontro Estadual de História ANPUH/Bahia**, Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.bahia.anpuh.org/resources/anais/19/anpuh-ba-eeh2020/1598634909_ARQUIVO_2f64f86751dbec0b194779f24de4771a.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

CAMAROTTI, R. **A trajetória do movimento LGBT: a luta por reconhecimento e cidadania no contexto brasileiro e baiano**. Dissertação (Mestrado Ciência Sociais) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19823>. Acesso em: 13 dez. 2023.



SANTOS, Sérgio Lima dos. **Processos de emergência e de definição da homofobia como um problema público no Brasil**. 2018. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_90205ca6437fbb87c1b30479eac3f802. Acesso em: 13 dez. 2023.

GHON, Maria. Da. Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis- RJ. Editora Vozes Ltda, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/download/3283/2218>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MOLINA, Luana. Pagano. Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Revista Antítese**, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1933/193321417022.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Juazeirenses terão Dia do Orgulho Gay. *Jornal Diário do Nordeste*. 2011. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/juazeirenses-terao-dia-do-orgulho-gay-1.24446>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Fórum debate qualidade de vida dos portadores de Aids. *Jornal Diário do Nordeste*. 2004. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/moradores-de-juazeiro-do-norte-aplaudem-desfile-1.84970>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Movimento contra a discriminação. *Jornal Diário do Nordeste*. 2007. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/movimento-contr-a-discriminacao-1.294482>. Acesso em: 13 dez. 2023.

DOTES, MATRIMONIOS E SUBMISSÃO: AS MULHERES NA CAPITANIA DA PARAÍBA NO PERÍODO COLONIAL

Gabriely késia de Oliveira Loa
Universidade Federal de Campina Grande
gabriely.kesia@estudante.ufcg.edu.br



RESUMO: O presente artigo visa discutir como ocorria a questão dos matrimônios na sociedade paraibana no período colonial. Destacando as questões que estavam em torno desse processo como os dotes que consistiam em um importante mecanismo os quais possibilitavam e asseguravam a realização dos contratos que teriam como objetivo principal a consolidação dos matrimônios. Ademais, convém tratar nesta pesquisa, ainda que de maneira sucinta a condição feminina no período colonial assim como as normativas políticas, sociais e culturais as quais essas mulheres eram constantemente submetidas para conseguir o almejado matrimônio. Além do mais, a influência da igreja católica nos arranjos e nas realizações dos enlaces matrimoniais visavam não apenas a sacralização do casamento como algo divino, mas objetivavam contudo o controle da sexualidade sobretudo das mulheres uma vez que a virgindade era considerado um pré-requisito para as moças que buscavam pelos “bons partidos” e por conseguinte pelos bons casamentos na sociedade paraibana no período colonial.

Palavras-Chaves: Matrimônios; Dotes; Mulheres; Paraíba colonial.

INTRODUÇÃO

Segundo Silva, o período colonial é marcado pela chegada de muitos colonos os quais ao chegarem aqui estabeleciam vínculos locais formando assim uma aristocracia local. Dessa forma, matrimônios eram alianças políticas as quais eram inicialmente realizadas por pessoas que detinham o que autora chama de um certo poder⁵⁵. Para a realização dos casamentos as famílias atuavam como importantes agentes em busca de bons partidos para as suas moças sobretudo quando pensamos nas famílias que faziam parte da elite colonial.

Pontua-se que na ausência de pretendentes na colônia para a realização dos casamentos muitas famílias poderiam solicitar a vinda de outros pretendente vindos diretamente de Portugal. O dote consistia num importante mecanismo para a que o compromisso de fato pudesse ser firmado e assim o casamento realizado. Nessa perspectiva, faz mister destacar que na grande maioria dos casos o pagamento do dote era feito pelo pai da noiva. Entretanto, caso a mesma fosse órfã esse processo era realizado pelo parente mais próximo de preferência do sexo masculino. Portanto, possuir um bom dote era a garantia de um bom casamento sobretudo na sociedade colonial. Ademais, vale ressaltar que, o dote é uma prática antiga herdada de países como Portugal e Inglaterra o qual perdurou até o século XIX (NAZZARI, 2001).

⁵⁵ Silva, Luísa Stella de Oliveira Coutinho. "Evidências do cotidiano das mulheres na Paraíba colonial (1585-1630)." *Portuguese Studies Review*, vol. 22, no. 2, July 2014, pp.2



Partindo dessa premissa, convém apontar que o casamento no período colonial iam muito além da união de duas pessoas as quais tinham o objetivo de procriar e reproduzir herdeiros. Isso porque, neste contexto o casamento se encaixa como uma instituição social que envolvia toda uma teia familiar. Pois, ao casar individuo poderia sofrer alterações no status social sobretudo quando se pensa nas mulheres.

As mulheres estavam submetidas as normativas impostas pela sociedade e sobretudo pela igreja católica. Normativas essas que idealizavam um modelo de mulher, mãe, esposa e dona de casa. Sabe que no período colonial a medicina avançou, e diante de tais avanços se intensificaram também olhar médico para o corpo feminino visto que era necessário assegurar o bem-estar da mulher para que ela pudesse gerar herdeiros saudáveis logo após o casamento.

Dessa forma, para a realização deste ensaio analisares a priori a questão dos dotes e em seguida abordamos a questão dos matrimônios finalizando com um tópico que tem o objetivo de destacar olhar médico acerca do corpo feminino na capitania da Paraíba. Convém destacar que, no decorrer da História as mulheres foram por muitas vezes silenciadas e quando falamos na História da colonização trazendo para um recorte local como é o caso da Capitania da Paraíba essa realidade se torna cada vez mais evidente.

Logo, sabemos que no decorrer da história as mulheres foram as vozes silenciadas e ficavam a margem dos processos históricos sobretudo quando falamos do período colonial e pouco encontramos na historiografia tradicional a contribuição dessas mulheres no decorrer de tais processos. Destarte, ao analisar os dotes, os matrimônios e consequentemente os papeis nos quais as mulheres do período colonial deveriam cumprir podemos analisar ainda que em linhas gerais como essa sociedade lidava com tais questões.

Por isso, a elaboração de ensaios e artigos que discutam a participação feminina no processo de colonização sobretudo a nível local como mencionado anteriormente pode contribuir para a construção do conhecimento e como também contribuiu com a comunidade acadêmica ao discutir essas questões de gênero em um período da História marcado pela presença masculina

1.1 QUANTO CUSTA UM MATRIMÔNIO? O DOTE



Levando em consideração o sentido etnológico da palavra o dote diz respeito aos bens levados pelas noivas ou noivos para o casamento. Diante disso, se estabelecia uma espécie de contratos também chamados de “escrituras de dotes e arras” os quais apontavam que durante a separação do casal é necessário manter o que foi o que oferecido no decorrer do casamento.

Mas, esse tipo de contrato não era muito comum nem em Portugal nem no Brasil. Todavia, os contratos estabelecidos com maior frequência tanto no Brasil como em Portugal eram os contratos denominados “Carta ametade” objetivo dessa carta era estabelecer a divisão dos bens. Mas, isso não significa dizer que, essa divisão acontecia de maneira igualitária.

A prática de dotar as filhas em vias de contrair matrimônio foi habitual tanto nas regiões brasileiras quanto portuguesas. O dote de acordo com o dicionarista Moraes e Silva equivaliam aos “bens, que se dão à pessoa, que se casa, para sustentar os encargos do estado” (Brugger 2007, p.170).

O dote possuía uma característica simbólica uma vez que se encaixava nos requisitos da sociedade colonial para que um matrimônio fosse realizado e conseqüentemente bem sucedido. Isso porque, o casamento não consistia em escolha individual dos conjugues envolvidos no processo, mas, no decorrer desse processo se envolvia toda uma coletividade, uma família que realizava os primeiros contatos e posteriormente firmava-se os contratos matrimoniais.

Em linhas gerais, as famílias nutriam uma preocupação quanto a questão dos dotes para as mulheres visto que o dote era a garantia de um bom casamento. Conquanto, as mulheres que pertenciam a elite colonial não nutriam essa preocupação pois sabiam que no que diz respeito ao dote estavam garantidas.

O dote, portanto, se tornava um fator decisivo para a realização de muitos matrimônios sobretudo quando pensamos nas famílias que pertenciam a elite colonial.

Partindo dessa premissa, Baísa Faustino Soares na dissertação de mestrado intitulada Dotadas de Bens: Os Enlaces Matrimoniais no Sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Paraíba do Norte Século XVIII) analisa o costume do dote em uma sociedade que segundo a autora era considerada marginal ao império lusitano e a qual se encontrava em formação localizada no povoado de Nossa senhora do Bom Sucesso em Piancó. A qual posteriormente, veio a ser a Vila de Pombal por volta de 1772 (SOARES, 2017).



Neste contexto, analisaremos com base na pesquisa de Baísa Faustina Soares como era praticado o costume do dote nos arranjos matrimoniais de uma importante família da capitania da Paraíba do Norte. A família Oliveira Ledo esteve presente durante o processo de conquista da Paraíba e receberam extensas áreas de terras onde criaram gados, se dedicaram a atividade comercial tendo seus domínios latifundiários expandidos por todo o sertão.

Manuel da Cruz Oliveira era um capitão casado com Dona Maria Manoella Correa da Silva por volta do ano de 1748 o casal morava no sítio na Ribeira das Piranhas com a filha chamada Brazida da Silva a qual estava noiva com o primo também capitão de nome Francisco da Rocha de Oliveira, o mesmo era sobrinho do pai da noiva e exercia um importante cargo na administração dos bens dessa família. O dote oferecido pelo noivo consistia em sítio que estava localizada nas Ribeiras de Patu.

O local era distante de onde residia os pais da noiva, mas, a presença do casal naquelas terras garantiria a preservação do patrimônio familiar. Isso porque, como mencionado anteriormente o capitão Francisco da Rocha de Oliveira (o noivo) era considerado um braço direito do tio e então sogro ao exercer as funções de administradores dos bens e de procurador. O que reforça o fato de os matrimônios visarem sobretudo a ampliação e a preservação dos bens familiares.

Diante disso, o dote nas famílias da elite colonial era utilizado como importante mecanismo que permitia a realização de alianças matrimoniais. As doações de terras como dotes garantiam a família o direito à propriedade uma vez que cabia ao marido cuidar do dote oferecido pela esposa. Todavia, no que diz respeito as mulheres que não possuíam condições financeiras abastadas os dotes prevalecia a união consensual (SOARES, 2016).

O dote está diretamente relacionado a posses, já que para doar implicava que família possui bens materiais. Na sociedade que se formou nos sertões da Capitania da Parahyba, a tradição local foi caracterizada por deixar o dote por meio de escrituras de dotes lavradas nos Livros de Notas pelo tabelião vigente no Cartório do Piancó. É bastante considerável a quantidade de doações dotais por meio de escrituras de dote e doações na Povoação do Piancó, fato este que demonstra uma preocupação familiar com o futuro da filha, sobrinha, afilhada, e ainda revela uma sociedade tentando regular a relação matrimonial conforme as práticas de Antigo Regime (SOARES, 2016, p. 502)



Portanto, o dote estava interligado com as posses que tais famílias possuíam. O que convém dizer que, quanto maior fosse o poder de influência e os bens que essa família possuísse maior seria o dote o oferecido. Além era por meio desse mecanismo que alianças matrimoniais eram seladas as quais asseguravam a influência e preservação do patrimônio familiar.

1.2 “VOS DECLARO MARÍDO E MULHER”: AS RELAÇÕES DE GÊNERO E AS UNIÕES MATRIMONIAIS

O casamento foi institucionalizado pela igreja católica como um importante sacramento por volta do século XII. A figura do padre também se destacava nesse processo isso porque em alguns casos as moças eram entregues aos sacerdotes que se encarregavam de encontrar bons maridos (SOARES, 2017). O contexto em que ocorreu o processo de colonização propiciou o estabelecimento do modelo patriarcal de família onde a figura do homem está no centro das relações.

De acordo com a historiográfica clássica, no Brasil, desde o início do seu processo de colonização, as condições locais propiciaram o desenvolvimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata. Essa situação, aliada a diversos fatores, tais como a descentralização administrativa local, a extensa concentração fundiária e a proeminente dispersão populacional, ocasionando a instalação de uma sociedade do tipo paternalista, na qual as relações de caráter pessoal ganharam maior destaque. (Soares, 2017, P.85).

De acordo com a igreja católica o casamento significava a “união de ânimos” como coloca SOARES. Isso porque, ao se unirem em matrimônio o casal deveria possuir virtudes que seriam de suma importância para que o casamento fosse bem sucedido e agradável aos olhos de Deus. Virtudes essas que tornava o casamento um sacramento da Igreja Católica o qual o casal selava diante de Deus e da igreja uma aliança de corpo e alma. Entre esses méritos convém citar: a fortaleza, a justiça e a temperança, castidade, mansidão, modéstia e a generosidade um para com o outro.

No período colonial as relações afetivas só eram desenvolvidas depois de algum tempo que o casamento havia sido realizado. De acordo com as normativas da Igreja Católica o



casamento era encarado como um dever que o casal teria que cumprir visando realizar a procriação e fugir do adultério (SOARES, 2017).

O casamento era o grande regulador da vida feminina – a vida jurídica das mulheres dos séculos XVI, XVII e XVIII norteava-se pelo seu estabelecimento, para não citar outros séculos por enquanto. A Igreja havia tomado para si, em geral, muito da legislação e jurisdição em matéria de casamento (CAETANO, 2000), principalmente sua celebração e punições, afastando o Estado de tais disposições, com remissões subsidiárias ao direito romano. (SILVA, p, 157).

Após a realização do matrimônio a mulher tornava propriedade do marido e o divórcio de acordo com os dogmas da igreja era uma desonra sobretudo para a mulher. Uma vez que durante a cerimônio ambos haviam jurado perante Deus e os homens “até que a morte nos separe”. Para a igreja uma segunda união não era e não é permitido aos casais que tenha realizado o casamento dentro das normativas da igreja (a não ser que um dos indivíduos venha a falecer) ao contrário esta possibilidade torna-se inviável, pois a Igreja Católica considera o casamento um sacramento de duração eterna.

1.3 O PAPEL DA MULHER E A SUBMISSÃO DO CORPO FEMININO

No decorrer do século XVI e XVIII circulava pela Europa os Manuais de casamentos portugueses que instruía sobretudo as mulheres para exercerem tais funções. Os manuais foram analisados pela historiadora Mary Del Priore pioneira nos estudos acerca da História da mulher. Em geral, esses manuais idealizavam um modelo perfeito no qual a mulher deveria seguir na vida conjugal.

Os manuais se encontravam tanto a serviço da igreja como também do próprio Estado (SOARES, 2017). Essas concepções sobre a condição feminina foram em geral, as que vigoraram na Europa moderna, disseminando-se no Brasil com a colonização, consolidando-se com a sociedade patriarcal assentada na autoridade da figura masculina. (Soares, p.91,2017)

Outrossim, para que o homem pudesse ser considerado “bem casado” e para que o casamento fosse bem sucedido como almejava cabia escolher bem a mulher com a qual iria se unir em matrimônio. O modelo que ditava as características da mulher ideal afirmava esta deveria possuir um favor religioso para praticar os atos de devoções como ir as missas,



confissões entre outros. O modelo ideal de mulher para um casamento bem sucedido deveria ser dócil e obediente aquele que seria a figura central do núcleo familiar, a figura do marido.

As mulheres eram peças fundamentais no cenário colonial brasileiro, pois desempenhavam determinadas funções sociais e viviam sob rígidas regras que lhes eram impostas. Essas determinações tinham a intenção de controlar os males que as mulheres disseminariam por todas as partes, caso providências não fossem tomadas para impedir essa catástrofe. O controle social feminino dava-se de duas formas, o discurso ideológico da Igreja Católica e o atestado da medicina. (Silva, Leticia Ferreira da; Castilho, Maria Augusta, p.258)

Na colônia a maternidade era um papel “inerente” a condição feminina as mulheres casavam em sua maioria ainda muito jovens, portanto, se encontravam na idade fértil e passavam por muitas gestações no decorrer da vida. Em virtude dos intervalos pequenos entre uma gestação e outra bem como da necessidade de ficar em casa a vida das mulheres era um tanto sedentária o que facilitava a entrada dessas mulheres nos quadros de obesidade.

Nos tempos da colonização, o médico era um criador de conceitos, e cada conceito elaborado tinha uma função no interior de um sistema que ultrapassava o domínio da medicina propriamente dito. Ao estatuto biológico da mulher, estava sempre associado outro, moral e metafísico. Como explicava o médico mineiro Francisco de Melo Franco em 1794, se as mulheres tinham ossos “mais pequenos e mais redondos”, era porque a mulher era “mais fraca do que o homem”. Suas carnes, “mais moles [...] contendo mais líquidos, seu tecido celular mais esponjoso e cheio de gordura”, em contraste com o aspecto musculoso que se exigia do corpo masculino, expressava igualmente a sua natureza amolengada e frágil, os seus sentimentos “mais suaves e ternos”. 1 Para a maior parte dos médicos, a mulher não se diferenciava do homem apenas por um conjunto de órgãos específicos, mas também por sua natureza e por suas características morais. (Del Priore, Mary, 2004, p.66)

O saber-poder médico construído na Europa e disseminado na colônia por meio do discurso atribuía funções aos órgãos femininos sobretudo nas questões que envolviam o parto e pós-parto. Portanto, percebe-se que desde cedo as mulheres eram moldadas para se tornar o modelo ideal de esposa e mãe proposto pela sociedade colonial. Muitas mulheres passaram a ser perseguidas pelos médicos como aponta Mary Del Priore acusadas de praticar magia (curandeiras) que visavam a cura de certos males do corpo feminino. Tal prática de acordo com



esses profissionais oriundos de uma formação deficiente poderia acarretar prejuízos a saúde da mulher.

A medicina traduzia então as suas poucas descobertas sobre a natureza feminina em juízos fortemente misóginos e desconfiados em relação às funções do corpo da mulher. Na tentativa de isolar os fins aos quais a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão-somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc. Convém notar que a valorização da madre como órgão reprodutor levava a uma valorização da sexualidade feminina, mas não no sentido da sua realização e sim no de sua disciplina. Pensava-se que, ao contrariar sua função reprodutiva, a madre lançava a mulher numa cadeia de enfermidades, que iam da melancolia e da loucura até a ninfomania. (Del Priore, Mary 2004, p.270)

A mulher era colocada como objeto sexual e propriedade do marido a mesma deveria manter contida até mesmo durante o ato sexual pois sua função não era encontrar algum tipo de deleite durante o casamente este papel era do homem. Portanto, ao casar a mulher deveria se colocar na posição de submissa quanto as vontades do seu marido.

Além do mais, difundia-se a crença de que as enfermidades supracitadas possuíam uma forte ligação com o mundo espiritual podendo representar de acordo com a medicina a presença de demônios os quais influenciavam os comportamentos das mulheres. Dessa forma, para ser considerada uma mulher bem-sucedida aos olhos da medicina, da igreja bem como da sociedade esta mulher deveria dedicar-se a “perpetuar a espécie” ou seja reproduzir, ter filhos e exercer a maternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori, para a realização desse ensaio a busca de fontes que pudesse satisfazer os objetivos enquanto pesquisadora foram um impasse a superado. Poucos documentos e estudos dedicados a História das mulheres na Capitania da Paraíba do Norte. Diante disso, convém pensar acerca da importância de se construir estudos e pesquisas que tenham o objetivo de dar voz as mulheres que durante muito foram e são silenciadas pela História.

No período colonial marcado por uma sociedade que estruturou a partir da perspectiva do patriarcado sistema o qual os homens estavam no centro das relações sociais, políticas e



econômicas, e as mulheres por vez encontravam a mercê das vontades destes homens, sejam eles os seus pais, maridos ou até mesmo o sacerdote que exercia influência sobre a mesma.

Nessa perspectiva, foram destinados as mulheres funções e lugares específicos nessa sociedade. A medicina e a igreja caminhavam juntas quando o assunto era a domesticação do corpo feminino. No período colonial grande parte das doenças eram vistas e compreendidas como um castigo divino fato que não foi diferente quando se reflete acerca das enfermidades que afligiam as mulheres nesse período.

O conhecimento médico pautado nos ideais de cientificidade (apesar de defasados) buscavam justificar os papéis atribuídos a mulher pela sociedade patriarcal e moralista através do dito “conhecimento médico” do corpo feminino. O qual apontou inúmeras vezes que o corpo das mulheres apresentava uma maior fragilidade em relação ao dos homens bem como valorizavam e demonizavam às funções e órgãos sexuais femininos.

Percebe-se que elas possuíam um papel crucial marcado pela imposição de normatizações que visam controlar suas vontades, seus desejos e sobretudo os seus corpos. Ademais, os contratos que asseguravam a realização dos matrimônios demonstram a preocupação das famílias sobretudo as famílias que pertenciam a elite em preservar os seus patrimônios e como as mulheres eram utilizadas como agentes chaves para assegurar esse processo.

Dessa forma, convém ressaltar a importância de realizar estudos acerca das questões de gênero em todos os períodos históricos. Uma vez que por meio de tais discussão podemos conhecer de forma mais profunda e sensível a dinâmica social, econômica e política às quais permeiam determinada sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: _____. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2004.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: Mulheres, famílias e mudanças social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. Companhia de Letras: São Paulo, p. 246-247, 2001.



SOARES, Baíza Faustino. **Dotadas de Bens: Os Enlances Matrimoniais no Sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, Século XVIII)**. Dissertação- (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, p.54-73, 2017.

SOARES, Baíza Faustino. Vestígios de dotes: As alianças Matrimoniais no Sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, 1740-1790). **XVII, Encontro Estadual de História, ANPUH-PB**. V.17, n.1, 2016.

SILVA, Leticia Ferreira da; CASTILHO, Maria Augusta de. Brasil Colonial: As mulheres e o imaginário social

SILVA, Luísa Stella de Oliveira Coutinho. O Saber Médico e o Corpo das Mulheres no Brasil Colonial: A Tradição Médica Na Metrópole da Capitania da Paraíba. **Iberamericana**, v.19, p. 145-172, 2019.

SILVA, Luísa Stella de Oliveira Coutinho. “Evidencias do Cotidiano das Mulheres na Paraíba Colonial (1585-1630)”. **Portuguese Studies Reivew**, v. 22 no 2, julho 2014 pp.2

ENTRE O QUEER E O DECOLONIAL: A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE DEBATE DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Joelma Gomes Dantas
Universidade Federal de Campina Grande
joelma.gomes@estudante.ufcg.edu.br

Ysla Maria Farias
Universidade Federal de Campina Grande
ysla.maria@estudante.ufcg.edu.br

Janylle Lima de Sousa Alves
Universidade Federal de Campina Grande
janylle.lima@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo central refletir sobre a abordagem do espaço escolar a partir das perspectivas decoloniais e da teoria queer, no âmbito das discussões de gênero e sexualidade. A proposta é envolver o espaço escolar em debates sensíveis que vão ao encontro das questões identitárias de gênero, sexualidade e questões emergentes direcionadas ao público jovem no ensino médio. As experiências abordadas serão as vivenciadas no projeto de extensão Gênero, Sexualidade e Educação, vinculado à PROBEX/UFCG no Centro de Formação de Professores no campus de Cajazeiras-PB. O projeto atua em uma escola estadual da Cidade de Cajazeiras, a partir de encontros quinzenais no formato de oficinas. Sendo assim, a pesquisa



envolve diálogos com Guacira Lopes Louro (2001), Berenice Bento (2011), Maria Lugones (2014).

Palavras-chave: Ensino de História; Gênero; Sexualidade; Teoria queer; Ensino Decolonial.

Introdução

Esse artigo foi pensado e desenvolvido a partir da execução do projeto de extensão “Gênero, sexualidade e educação” vinculado à PROBEX/UFCG no Centro de Formação de Professores no campus de Cajazeiras-PB, coordenado pela Prof^a. Dr^a Rosemere Olimpio de Santana, que esteve em vigência durante o segundo semestre de 2023. O projeto tem como objetivo levar as discussões sobre as temáticas relacionadas a gênero para o ensino básico, tendo foco principalmente nos jovens do ensino médio. O projeto foi mediado pelo diálogo entre as teorias que pensam a questão de gênero e sexualidade, como a teoria queer e o pensamento decolonial, fazendo uma ponte com o ensino de história e com as práticas pedagógicas que foram utilizadas para colocar o projeto em prática na sala de aula.

Inicialmente, é preciso discutir um pouco sobre como a educação e o ensino podem ser pontes para discutir assuntos que são necessários no entendimento sobre os problemas de nossa sociedade e o que vivenciamos no dia a dia. A escola é um lugar de vivência e é também extremamente importante na formação do indivíduo. É nela que o aluno terá acesso a outras realidades, conhecendo pessoas e costumes diferentes, é onde vai entrar em contato com conhecimentos que poderão transformar a sua vida. Mas é importante ressaltar que, cada escola é uma realidade diferente, o contexto econômico e social que a envolve vai determinar como essa instituição irá conduzir os alunos em sua educação e na sua formação social.

A escola deve ser um lugar de múltiplas possibilidades, que acolha as necessidades e dificuldades do aluno, e que forneça uma educação que busque incluir todos. Porém, sabemos que esta é uma realidade distante, e antes de levar um debate muito aprofundado para a sala de aula, é necessário entender a realidade dos alunos, com quem será discutido a temática, e compreender como eles enxergam e quais noções eles possuem sobre as problemáticas envolvendo gênero.

A falta desses debates pode ser percebida nas próprias interações entre os alunos na escola, onde vemos um alto índice de violência e bullying dentro desse ambiente motivados por homofobia, transfobia, e outros preconceitos com colegas que demonstram um comportamento



fora do padrão cis heteronormativo, imposto e enraizado na nossa sociedade como o “correto” e “normal”. A decadência de discussões que envolvam esse problema é justificada também por uma dificuldade de levar esse debate para a escola, onde muitas vezes há resistência por parte da própria escola e seus currículos pedagógicos, e também dos alunos e do meio social que a compõem. É daí que nasce a urgência de resistir e levar esse debate para a sala de aula, na tentativa de facilitar o acesso dos alunos a essas discussões.

Além disso, é preciso encurtar a distância entre a escola com o que é produzido academicamente, fazendo com que esses debates sejam pensados do ponto de vista pedagógico, e como é possível adaptar o assunto para o espaço escolar. Sabemos que durante o período escolar, o jovem irá viver momentos de crises de identidade e auto conhecimento, e isso afeta nas relações com outras pessoas, e durante esse período, muitas dessas questões não são acolhidas e apoiadas por esse ambiente, o que acaba gerando momentos de frustrações naquele espaço, principalmente em relação a identidade de gênero e a sexualidade. Além de, claro, como foi mencionado previamente, resultar em casos de bullying e de preconceito. A escola é a porta para o mundo para esses jovens, portanto se faz extremamente necessário que essas questões sejam presentes em seu caminho.

Pensando nesses cenários no espaço escolar, o projeto dialoga com essas discussões a partir do ensino de História, que como é colocado por Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro e Fernando Araújo de Penna (2011), deve agir como um lugar de fronteira, tanto como prática pedagógica, como objeto de pesquisa. Sobre esse lugar de fronteira, os autores acrescentam que: “A fronteira é lugar onde são demarcadas diferenças, mas onde também é possível produzir aproximações, diálogos, ou distanciamento entre culturas que entram em contato. “ (2011, p.194). Desse modo, o ensino de História deve usar essa fronteira para produzir conhecimento que dialogue com as diferenças, mostrando que existe a possibilidade de traduzir suas teorias para a sala de aula, pensando em diferentes abordagens pedagógicas que alcancem a realidade dos alunos.

Utilizamos então, para produzir esse diálogo e encurtar essas fronteiras, teorias que nos ajudam a questionar o modelo e o padrão de comportamento e identidades que foram normalizados e construídos historicamente. Existe uma produção de masculinidades e feminilidades que se resultam em normas de gênero, a fim de determinar uma performatividade



que seja adequada a quem se beneficia com esse sistema de comportamento. Diariamente esses discursos são reproduzidos e reconstruídos para sustentar uma engrenagem que pretende controlar as relações sociais e manter esse modelo que regulamenta o comportamento das pessoas que perfomam fora desse padrão cisgênero e heteronormativo, originado de uma sociedade patriarcal.

Dessa maneira, produzimos oficinas que contasse com a participação direta dos alunos, os fazendo ativos nessa construção de conhecimento coletivo, e nos primeiros encontros tentamos conhecer como era o contato e o acesso dos alunos com essas questões, e o que eles compreendiam sobre essa temática, mesmo que superficialmente. Com isso, tínhamos a intenção de se aproximar do conhecimento dos alunos e pensar em como traduzir a teoria queer e a decolonialidade para a prática pedagógica, construindo diálogos com o meio acadêmico e a realidade escolar, se adaptando para a necessidade dos alunos.

Entre o Queer e o decolonial: Pensando a juventude contemporânea

A Teoria Queer tem em sua abordagem a crítica sobre questões e normas tradicionais sobre identidade de gênero e sexualidade e seu rastro histórico permeia as décadas de 1980 e 1990, entrando como possibilidade além, do que já vinha sendo discutido prioritariamente por teorias feministas e o Queer. Tal perspectiva foge do que os movimentos anteriores percebiam sobre as categorias feminino e masculino, a teoria Queer percebe essas categorias além de classificações binárias e busca desconstruí-las.

Desse modo, originalmente a palavra “Queer” remetia ao “estranho” ou “fora do comum” até mesmo tida como xingamento em algumas regiões ocidentais, sendo reapropriada como termo identitário para a comunidade LGBTQIAPN+. Entretanto, assume uma posição mais ampla de discussão, questionamento e desconstrução de normas tradicionais de gênero e sexualidade. Guacira Louro aponta:

A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Trabalhando para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido. A operação sugere também o quanto cada pólo é, em si mesmo, fragmentado e plural. Para os teóricos/as queer, a oposição heterossexualidade/ homossexualidade – onipresente na cultura



ocidental moderna – poderia ser efetivamente criticada e abalada por meio de procedimentos desconstrutivos (Louro, 2001, p.548).

Nesse sentido, o Queer vai de encontro ao desconstruir, revelar marcas discursivas que enfatizam dicotomias e formas mútua de afirmação de sujeitos e identidades. É um movimento teórico com muitas ligações e uma das principais autoras para pensar esse elemento discursivo é a mais destacada Judith Butler, analisa essa marca discursiva e como a mesma funda as noções de sexo, sexualidade e gênero. Butler enfatiza como as sociedades vão seguir normas de materialização e regularização do sexo e sujeitos, seriam as tais “normas regulatórias” que frequentemente reconhecidas e repetidas chegam ao resultado de materialização e regulação desses sujeitos. Butler argumenta:

Como resultado, a construção é ainda entendida como um processo unilateral, iniciado por um sujeito anterior, fortalecendo aquela suposição da metafísica do sujeito de que onde existe atividade, ali espreita, por detrás, um sujeito iniciador e intencional. De acordo com essa visão, o discurso ou a linguagem ou o social tornam-se personificados e, nessa personificação, a metafísica do sujeito é reconsolidada (Butler, 2000, p.117).

À vista disto, o que Butler vem nos apresentar é que tais normas têm um caráter performativo e personificado, tendo sua forma de atuação repetitiva e continuada enfatizando a materialidade anterior ao sujeito ao qual é nomeado; acontece continuamente a reinteração do gênero sob a ótica heterossexual. A performatividade ocorre a partir desse movimento de linguagem, discurso que constrói o sujeito e seu corpo; assim, essa performatividade é também relacionada à construção de corpos que não estão nessa lógica discursiva. Judith Butler esclarece:

Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então esta demarcação produzirá um domínio do "sexo" excluído e deslegitimado. Portanto, será igualmente importante pensar sobre como e para que finalidade os corpos são construídos, assim como seni importante pensar sobre como e para que finalidade os corpos não são construídos, e, além disso, perguntar, depois, como os corpos que fracassam em se materializar fornecem o "extenor" quando não o apoio necessário, para os corpos que, ao materializar a norma, qualificam-se como corpos que pesam (Butler, 2000, p.124).

Logo, Butler nos apresenta o sujeito “abjeto” o que foge da norma discursiva, classificado como “exterior”, tal sujeito “exterior” se coloca no jogo de indispensabilidade entre



os que materializam a norma, que são tidos como importantes e o seu exterior os que se desprendem da normativa, demarcando assim essa dualidade de sujeitos.

Ao frisar tais implicações, chega-se a resolução de que para defender a integração da homossexualidade ou demarcar essa comunidade, mesmo que estando munido das concepções de sexualidade natural ou socialmente construída, essas afirmações não estão fora da norma heterossexual e são inevitavelmente construídas dentro de um mesmo quadro de referências. Dessa maneira, Guacira Louro frisa: “A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Esse ‘outro’ permanece, contudo, indispensável” (2001, p.549).

Portanto, entender essa demarcação e negação do outro a partir de uma afirmação identitária como objeto que assombra a norma e a deixa instável, no sentido de revelar essa mútua constituição dos opostos, proporcionando questionar as estruturas pelas quais a norma se concretizou, em termos de sexualidade e gênero, tidos como incrivelmente naturais. Nesse âmbito, ao ter consciência da possibilidade de torna-se confluyente com o sistema ao qual critica, os teóricos da Teoria Queer propõem-se a trazer uma nova perspectiva agora pós identitária.

Teria agora uma abordagem metodológica que percebe a oposição heterossexual/homossexual e essa crítica se desenvolve a partir do situar tal categoria de oposição como central na organização social, no conhecimento, e também entre os sujeitos. Uma nova perspectiva que rompe com a ordem dicotômica e vai além, para uma epistemologia que reconhece a marca e efeitos dessa norma, está vinculada ao reconhecimento de cultura, estrutura discursiva, contextos e seus mecanismos.

As perguntas que permeiam são: como posso relacionar essa teoria à educação? De que maneira ela impacta a juventude que está na escola? A Teoria Queer articulada à educação, nos permite revelar diferenças através do processo que a produz, fugindo dessa lógica de demarcação de corpos e identidades como figuras exóticas que estão fora da norma. Assim diz Guacira Louro: “Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades” (2001, p.550).

Portanto, essas diferenças estariam sendo percebidas como uma relação de mutualidade, enquanto percebidas num mesmo campo discursivo, onde o eu e o outro estivesse interligados.



A diferença seria um elemento essencial na construção dessa abordagem, pois é ela que rege o jogo político ao qual está presente com interesses, disputas e conflitos que permeiam os sujeitos e a construção de seus lugares.

Desta forma, essa polarização entre o heterossexual/homossexual seria interrogada e percebida como a primeira, estaria no lugar de naturalização e de superioridade, e esse lugar parte de um processo pelo qual alguns sujeitos são marginalizados enquanto outros seguem uma normalização. Entrando assim em questões de sexualidade como Guacira Louro frisa:

Problematizar, também, as estratégias normalizadoras que, no quadro de outras identidades sexuais (e também no contexto de outros grupos identitários, como os de raça, nacionalidade ou classe), pretendem ditar e restringir as formas de viver e de ser. Pôr em questão as classificações e os enquadramentos (Louro, 2001, p.551).

É importante também, conhecer como o campo educacional é ainda permeado por um conhecimento que gera ignorâncias e limita apenas a um olhar binário e heterossexual. Esse olhar crítico é uma posição que está presente a partir do movimento teórico decolonial que busca essa desconstrução de estruturas de pensamento que replica a dominação colonial e provoca a hierarquização de narrativas históricas, sujeitos e culturas.

Em conclusão, para a compreensão dessa epistemologia de forma prática e seu impacto sobre a juventude no meio escolar nos debruçamos sobre algumas questões levantadas na primeira oficina do Projeto de Extensão a mesma intitulada: “Refletindo Identidades e Juventudes”, assim, a oficina foi vivenciada em dois momentos; no primeiro momento foi um processo de ter uma conversa sobre juventude e as suas diversas vivências e como que os discentes se sentem com relação ao conceito ou ideia de ser jovem.

Pensar a juventude enquanto identidade é provocar nos discentes a problematização de como grupos e instituições produzem discursos que ajudam a criar sentidos, mas também desigualdades e exclusão. A figura do jovem sempre esteve presente em nossa história? A partir de que momento a preocupação com essa categoria surge? Quais são as preocupações ao longo dos governos em torno dos jovens? Como que a vivência de ser jovem se modifica dependendo do lugar social, econômico ou cultural desse sujeito?

É importante frisar que a oficina aconteceu após um primeiro momento que aplicamos um formulário para conhecer a multiplicidade de sujeitos, e seus lugares de conhecimento, bem



como, as estratégias e materiais que gostariam que utilizássemos para maior aprimoramento e participação dos alunos.

Ao decorrer dessa oficina e com o compartilhamento dos relatos dos colegas de sala, é visível como levantou importantes debates sobre os jovens e seus lugares; questões como sexualidade e lugares de pertencimento; o desamparo com relação a alguns alunos homens que se sentem frustrados quando rompem posições de rigidez masculina, demonstram sentimentos ou sensibilidade e como isso impacta suas relações com os pais e com seu ciclo de amigos; além de questões masculinas o público da sala expôs como é difícil ser jovem e como tem tido cobranças com relação a futuro e seu lugar em sociedade como a juventude muda a partir de seu lugar.

Ao serem questionados sobre o espaço escolar e o acolhimento das identidades muitos disseram que o espaço não supre essa demanda, que por mais que tenha a escola não dá conta de ter uma postura de reconhecimento desses sujeitos. Além disso, uma frase de um discente marcou um ponto importante na discussão em que estivemos em sala, o mesmo disse: “A partir das diferenças da escola compreendemos a diferença da sociedade”. É o que Berenice Bento argumenta:

A escola não é uma ilha. Embora saibamos que historicamente tem cumprido principalmente o papel de reprodutora de uma visão naturalizada das relações sociais, notamos que os debates que atravessam a sociedade brasileira também podem se sentir nas salas de aula (Bento, 2011, p.558).

Dessa forma, ao longo das discussões e oficinas em sala emergiram diversos discursos, tanto que estão dentro de uma lógica normativa quanto de sujeitos que expressam sua identidade e narrativa. A escola enquanto lugar permeado por identidades e sujeitos jovens, estão dentro de lugares e pautas importantes, os alunos trazem demandas que anseiam por esclarecimento de algumas representações e discursos sociais mas cercados por um discurso normatizador tem dificultado a compreensão.

Muitos alunos rompiam seus discursos normatizadores com o silêncio quando outro discente se fazia presente se afirmando e frisando a influência que discursos normativos causam em suas identidades, era possível presenciar os dois lados e como partem de uma conjuntura diferente com referências e interesses; a Teoria Queer nos possibilitou essa atmosfera de



discursos em sala, tão importante porque ao fim de cada oficina os alunos puderam perceber que os dois lados partem de uma única rede discursiva e que é construída em *locus* de interesses, mecanismos e sobretudo sobre óticas históricas, não é uma opinião solta, é fruto de debates e difusão de uma ideologia.

As oficinas e os embates em suas aplicabilidades

Ademais, utilizar as leituras sobre a Teoria Queer possibilitou à equipe extensionista a desconstrução de muitos embates que viriam a se mostrar no ambiente escolar durante o nosso período de participação, a exemplo da ideia do que é ser homem e o que é ser mulher, assim como quais locais cada grupo deveria ocupar nos espaços de poder. Antes de focar na elaboração e aplicação das oficinas, pretendemos ressaltar como o projeto chega à sala de aula e como manter um vínculo acabou se tornando uma das nossas principais dificuldades.

Os encontros se iniciaram após alguns questionamentos sobre os dias de realização, a escola por estar em uma espécie de rodízio semi-presencial das turmas, devido a algumas problemáticas no espaço físico, nos deixou com poucos momentos e muitas turmas. A ideia inicial seria duas turmas e acabamos ficando com oito a pedido da escola. Os nossos encontros passaram a acontecer nas segundas-feiras, com 45 minutos de duração. Decidimos acatar o solicitado pela escola, mas entendemos nesse momento que teríamos mais um empecilho, abarcar todas as turmas em um tempo curto e conseguir concentrar um conhecimento prévio das turmas para ocasionar em uma conexão mais intensa.

Foi pertinente e inquestionável realizar diálogos que fizessem os alunos refletirem sobre suas realidades e seus lugares de fala. Iniciar nossos encontros através do entender as Juventudes foi imprescindível para fomentar suas existências, mostrar como suas realidades também perpetuam a vida de outros jovens, e como ser jovem é questionar as barreiras que foram e ainda são impostas àqueles que se mostrem fora da ótica binária de gênero.

Para discutir o que seria Gênero e Sexualidade, questionamos os alunos sobre como esses entendiam e definiam tais nomenclaturas. Através dos formulários notamos que estava presente a confusão sobre ambas as definições, muitos discentes responderam que havia um enorme descaso sobre essas temáticas em sala de aula, por estarem longes das questões



trabalhadas na escola, se sentindo inseguros, e por esse motivo não estariam confiantes em construir as definições.

No que concerne às definições, traçamos uma linha do que seria Identidade, e como esta se desenvolve e se transforma no decorrer da vida. A identidade estaria relacionada com a forma que nos vestimos, como nos expressamos, com quem nos relacionamos. Entender o ser jovem é presenciar o mais forte percentual da identidade. Quando escolhemos a temática, a pretensão é evidenciar como esta se localizaria na história. As movimentações jovens durante a história transformaram suas identidades em lutas e ganhos. Diversos direitos foram conquistados através de jovens que enxergavam o passado e se viram descontentes com a continuação da realidade dos seus parentes e sua própria no futuro. Inicialmente, questionamos se a figura do jovem sempre esteve presente em nossa história.

Buscamos refletir como as vivências do ser jovem se modificam a partir do seu lugar social, econômico e cultural de cada sujeito. Partimos do pressuposto que os discentes iriam se manifestar a respeito de cada lugar seguindo à sua própria vivência, e foi o que ocorreu. Algumas turmas falaram de suas vivências na escola e fora dela, entendendo a ideia de permanência e mudanças históricas durante a construção das suas identidades. Ressaltando que ser jovem a 50 anos atrás seria diferente de se definir jovem na contemporaneidade. Ser jovem para os discentes significa se colocar em cheque e criticar seus espaços de pertencimento, suas falas e até mesmo a própria identidade.

Na oficina intitulada “O que algumas mídias falam sobre Gênero e sexualidade” buscamos trazer a problematização a partir do que os discentes possuem de conhecimento prévio sobre questões relacionadas a gênero e sexualidade. Nas oficinas em que tratamos de questões mais conceituais, principalmente as mulheres e o público LBTQIAP+ se posicionaram de forma crítica. Já os homens pouco se posicionaram, e as falas mais evasivas e preconceituosas partiram desses. Essas atitudes nos levou a pensar que o posicionamento desse grupo não se dava necessariamente pela falta de acesso ao conhecimento, mas por questões políticas, e pelo lugar de privilégio que muitos ocupam.

Pensando no lugar de privilégio destes alunos, a nossa estratégia se pautou em construir as oficinas finais por temáticas que permitissem o questionamento do lugar de produção desses preconceitos, bem como, de suas ações. É sabido que tais motivações levariam as discussões



do que consumimos através das mídias. A oficina foi organizada a partir da impressão de letras de músicas sexistas, e produções musicais que frisassem a representação da comunidade LGBTQIAP+, assim como propagandas para que os trios escolhessem o que mais chamou a atenção e produzissem uma fala a respeito da problemática evidenciada.

As propagandas selecionadas davam uma ideia de inversão de papéis de submissão feminina ao homem, o objetivo central não é pensar os homens no lugar subalterno, mas chocar como seria se fosse o contrário. Bem como pretendemos, as turmas interpretaram as letras e propagandas a partir do seu lugar de percepção, o que desencadeou críticas. As propagandas foram as que mais chamaram a atenção das turmas, ressaltando a maneira como haveria uma repetição da submissão, só que dessa vez pelos homens.

Essa oficina em especial foi primordial para trazer à tona como inverter uma ótica introduzida na sociedade, tida como normal, pode criar espaços de reflexão dos padrões construídos a partir da História de quem detém o poder. Foi fulcral estabelecer leituras que nos permitissem enxergar o cenário como produtivo, na tentativa de chocar a realidade dos discentes, já que estes se fizeram presentes nas discussões de releitura de suas próprias opiniões e verdades absolutas.

Partimos da Teoria Queer e nos encontramos no giro decolonial para pensarmos a juventude contemporânea. Tornou-se interessante desenvolver uma discussão através do texto da Maria Lugones (2019), compreendendo a conjuntura que engloba as relações de gênero e sexualidade. A partir da leitura de “Colonialidade e Gênero”, nos preocupamos em compreender como as interações que pairam gênero também caminham para raça e classe, assim como a indiferença que todos os espaços de discussão sobre gênero acabam tratando a problemática relacionada às mulheres não brancas.

Adentramos o percurso de reflexão sobre a colonialidade com o objetivo de dialogar com as perspectivas que fogem da estrutura colonial, a idealização branca de um mundo civilizado às custas da exploração e assassinato dos povos originários. Analisando o colonial e toda sua construção social encontramos o decolonial, como aquele que nasce sendo uma aversão ao esqueleto construído nos arcabouços europeus da sociedade. Contudo, Maria Lugones nos proporcionou enxergar as vítimas estruturais que permanecem na contemporaneidade. Vítimas essas que não se puseram facilmente a dominação colonizadora.



É interessante notar que essas comunidades, tanto as que estão em grandes centros urbanos do mundo (como Brooklyn, Los Angeles, Cidade do México, Londres) quanto as que estão nas comunidades rurais indígenas (do Novo México, do Arizona, da Mesoamérica, da região Andina, da Nova Zelândia, da Nigéria), nunca aceitaram a invasão colonial passivamente. Entendo a indiferença diante da violência sofrida pelas mulheres em nossas comunidades como uma indiferença diante das transformações sociais profundas em nossas estruturas comunitárias, e por isso totalmente relevantes à recusa da imposição colonial (LUGONES, 2019, p.51).

A recusa à imposição colonial citada por Lugones descreve como tamanha força foi depositada para enfrentar a violência do europeu colonizador. Para além da colonização enquanto ato impactante, as suas marcas perduram nas estruturas, viabilizando uma indiferença às mulheres não brancas e as relações de poder estabelecidas sobre suas vidas. Tendo como pressuposto a significação decolonial, cedemos os espaços das oficinas para pensar não apenas Gênero e sexualidade, mas também a construção social das mulheres não brancas, as lésbicas, as bissexuais e as transgêneros com suas lutas que atravessam as barreiras do corpo social.

A partir do feminismo decolonial viabilizamos as possibilidades de pensar o feminismo como um movimento plural e diversificado, questionando o fato de que estivemos centradas em apenas um locus de pertencimento deste movimento, o feminismo branco e europeu. A autora Ochy Curiel (2019) foi importante para a construção do feminismo decolonial, criticando a perspectiva Colonial e elaborando uma crítica ao feminismo hegemônico que conhecemos.

O feminismo decolonial, retomando boa parte dos postulados do giro decolonial e dos feminismos críticos, nos oferece uma nova perspectiva de análise para entendermos de forma mais complexa as relações e entrelaçamentos de “raça”, sexo, sexualidade, classe e geopolítica. Essas propostas, feitas principalmente por feministas indígenas e de origem indígena, afrodescendentes, populares, feministas lésbicas, entre outras, têm questionado as formas como o feminismo hegemônico, branco, brancomestiço e com privilégios de classe entende a subordinação das mulheres, a partir de suas próprias experiências situadas, reproduzindo o racismo, o classismo e o heterossexismo em suas teorias e práticas políticas (CURIEL, 2019, p.124).

Levando em consideração as leituras decoloniais, percebemos que assim como Maria Lugones, Ochy Curiel (2019) ressalta como as relações de submissão estão presentes nas estruturas e nos próprios movimentos sociais. O feminismo deixa de ser uma luta em prol dos direitos igualitários para as mulheres e passa a ser entendido como um movimento com engajamento apenas para mulheres brancas, definidas como mulheres e situadas na sociedade,



mesmo que de forma submissa. As mulheres indígenas, afrodescendentes são desconsideradas e deixadas em um espaço vazio, sem nenhum vínculo.

No que cerne o feminismo decolonial, utilizamos a quebra das estruturas já conhecidas pelos discentes do que seria o feminismo, de acordo com nossas leituras, propomos abrir um espaço de diálogo em que os próprios discentes consigam ter um olhar crítico sobre seu conhecimento prévio do movimento feminista. A perspectiva colonial de enxergar o mundo se tornou a dominante, e por este motivo acaba silenciando a existência de outras, a exemplo do feminismo negro.

Para trabalharmos o olhar decolonial, realizamos oficinas que fugissem da ótica dominante do que seria gênero e sexualidade. Entendemos o gênero como uma construção social que utiliza da definição biológica e do aspecto religioso para idealizar gênero e sexualidade. No entanto, produzir momentos de conversação entre essas temáticas não foi tão fácil como parece. Os discentes poderiam se sentir invadidos ou não representados nos métodos utilizados para a elaboração das oficinas, e foi por este motivo que estivemos preocupados em sugerir um âmbito seguro para serem colocadas todas as questões que nortearam nossos encontros.

Projetamos uma oficina, na qual intitulamos de “Feminismo Negro”, esta seria responsável por mostrar que a modernidade ao se utilizar da matriz colonial, ao invés de levar emancipação e liberdade, justificou a hierarquização dos povos e das relações de trabalho a partir da raça e da heteronormatividade compulsória. Essa forma de organizar o mundo permanece não mais com o colonialismo, mas com a colonialidade. E exercer o contrário a partir do trabalho docente é uma tarefa difícil, por este motivo entendemos a importância da leitura e discussão das perspectivas decoloniais.

Pela classificação da modernidade/colonialidade a mulher negra não seria uma mulher, estando excluída, portanto, da possibilidade de relações de gênero. Considerando que o conceito universal de mulher se refere a mulher branca, podemos afirmar que a exclusão da mulher negra foi estabelecida desde as categorias definidas pela própria modernidade/colonialidade (LUGONES, 2014, p. 937).

De acordo com María Lugones (2014), às mulheres não brancas carregam consigo o pior do colonialismo. Para além das relações de exploração humana, as mulheres negras



conhecem a submissão e o esquecimento, já que o próprio conceito de mulher se referiu por muito tempo apenas para mulheres brancas. A exclusão das mulheres negras ressalta a necessidade de fazermos uma releitura do feminismo. Seguindo esse caminho teórico, pensamos em colocar para os discentes nomes diversos de mulheres brancas e pretas que realizaram alguma ação importante, seja no campo das artes, da ciência ou qualquer outro feito na história.

A ideia é que os próprios alunos possam perceber que mesmo ainda existindo desconhecimento de algumas mulheres brancas, as pretas são ainda mais esquecidas e que mesmo que o gênero seja um marcador permeado pelas relações de poder, quando envolve o marcador racial, as mulheres negras se tornam a base da desigualdade social. Lucas de Oliveira Maciel discorre acerca de como a interseccionalidade pode ser um caminho para refletir a problemática dos sistemas de opressão, onde podemos pensar a exclusão das mulheres negras.

Dessa forma, por vezes, a interseccionalidade aparece como um método de se compreender os contatos entre sistemas de opressão. Contudo, aparece também, outras vezes, como os próprios sistemas de opressão em seus pontos de contato. Na última citação que trouxemos, ela é simultaneamente um método de apreender tais sistemas, a teoria que os descreve e instrumento de combate. (OLIVEIRA, 2019, p.9).

Ademais, pensando a interseccionalidade como um método, utilizamos algumas charges e índices que permitam discutir como em nossa sociedade percebemos as questões de classe, raça e gênero. Escolhemos a imagem de Marie Curie, uma mulher reconhecida por ter sido um ícone na história da ciência, responsável por descobrir alguns elementos da tabela periódica.

A ideia era trazer algumas imagens de mulheres brancas que foram importantes para a história, mesmo sendo pouco conhecidas devido a supremacia da valorização do patriarcado e da figura masculina, e algumas mulheres pretas pouco conhecidas ou totalmente apagadas da história, mas que firmaram sua importância no mundo. Mulheres poderosas, que foram rainhas e lideraram lutas em prol da libertação da escravidão.

Imaginamos um cenário onde grande parte das turmas não iriam reconhecer mulheres como a rainha Ginga, que liderou seu povo na luta contra a colonização portuguesa em seus reinos. Nomes como o de Dandara e Tereza de Benguela foram fundamentais para os quilombos formados no Brasil, e mesmo com tamanha luta não foram reconhecidas em sala de aula pelas turmas. Porque o livro didático pouco abre espaço para o feminismo negro, porque o próprio



feminismo não se preocupou por muito tempo com essa parcela feminina que mais sentiu o racismo e o machismo.

Foi fundamental abrir esse espaço de diálogo com imagens, já que sabíamos que seria uma metodologia que funcionaria, onde teríamos mais participação. Esta oficina foi aplicada dia 20 de novembro, não coincidentemente é o dia da Consciência Negra. Não pretendemos reformular a velha e permanente ideia de que temas como estes devem ser discutidos apenas em datas específicas. O principal objetivo foi trabalhar exatamente a reformulação dessa permanência, já que são temas tidos como carentes de acordo com os alunos. Estabelecemos espaços de conversação capazes de trabalhar e conscientizar sobre a importância de pesquisar mais sobre a história para além do que temos nos currículos escolares, e criticar a falta de discussões sobre Gênero e sexualidade no âmbito escolar.

As discussões e os planejamentos das oficinas foram cruciais para entendermos as questões que rodeiam o ensino e a escola, assim como desenvolver um vínculo capaz de ressaltar a criticidade dos alunos sobre gênero e sexualidade, percebendo a questão racial como extremamente necessária para compreender a opressão instituída pela colonização, pelo patriarcado e machismo. Entendemos a Escola como um espaço com uma pluralidade de identidades, tendo noção sobre a diversidade existente neste âmbito concluímos a tamanha necessidade de diálogos como estes.

Considerações finais

Por conseguinte, com alguns resultados da aplicação de oficinas do projeto de extensão, compreendemos que levar esse debate para a sala de aula é de suma necessidade para fomentar a discussão entre os alunos, principalmente quando nos deparamos com situações de opiniões controversas vindo destes. Esse pouco acolhimento mostra o quanto ainda é escassa e limitada a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas, e é preciso voltar para esse campo e pensar em novas estratégias pedagógicas que atualizem o debate com novas problemáticas e que possam incluir o aluno na produção. E para levantar essa discussão, é preciso entender suas construções históricas e sociais, entender como o controle dos corpos foram sendo moldados durante os séculos, mudando a cada sociedade e cultura, e para isso a teoria queer e decolonial,



juntas, nos auxiliam a construir um entendimento e uma análise mais precisa das problemáticas em pauta.

Traçando um caminho com o queer e o decolonial lado a lado, conseguimos enxergar as questões de gênero e sexualidade para além do que nos é dado num primeiro momento, uma teoria complementa a outra na leitura que buscamos fazer dos corpos em sua bagagem social, cultural e histórica. Não sendo pensamentos fechados, mas pelo contrário, abertos a novos caminhos e sendo um campo em construção, o queer e o decolonial nos permitem ir ao encontro de outros corpos, outras histórias, outras realidades, outras formas de pensar e de ser.

A crítica que esses dois movimentos buscam fazer, abre espaço para novas possibilidades de pensar o outro e suas vivências, desconstruindo com as concepções heteronormativas e as hierarquias coloniais de gênero e raça. Assim, quando essas teorias se encontram, podemos também criar novos caminhos para pensar nos debates de gênero e sexualidade no espaço escolar, onde podemos ampliar nossa visão e construir discussões que estejam abertas para pensar as múltiplas existências do outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BUARQUE, Heloísa de Holanda. Pensamento feminista hoje, perspectivas decoloniais. Colonialidade e Gênero. **Bazar do tempo**, p 51-77, 2019.
- BUARQUE, Heloísa de Holanda. Pensamento feminista hoje, perspectivas decoloniais. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. **Bazar do tempo**, p 124-143, 2019.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 549-559, 2011.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica**, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. A necessidade da subversão: a teoria queer na educação. **Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 305-323, 2006.



MONTEIRO, A. M. F. C; PENNA, F. A. **Ensino de História: saberes em lugar de fronteira.** Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 2011

OLIVEIRA, Lucas Maciel. A interseccionalidade de Carla Akotinere e o marxismo: apontaremos críticos a partir de Marx Lukács e Chasin. **Práxis Comunal**, v. 2, n. 1, p 1-26, 2019.

NAS TRILHAS DO SERTÃO: MULHERES, LUTA PELA TERRA E O LEGADO DO ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES

Maria de Fatima Carlos de Oliveira
Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UFCG
maria.carlos@estudante.ufcg.edu.br

Maria Vitória Avelino Vieira
Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UFCG
vitoria.avelino@estudante.ufcg.edu.br

Mara Edilara Batista De Oliveira
CARTONOMIA/UNAGEO/CFP/UFCG
mara.edilara@professor.ufcg.edu.br

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão sobre a trajetória histórica do papel das mulheres na luta pela terra e especialmente junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Semiárido da Paraíba. Teremos como recorte específico de pesquisa o papel da luta dessas mulheres no Assentamento Padre Cleides, localizado no município Santa Helena-PB. Como fundamentação teórica iremos recuperar o processo histórico de luta pela terra e o papel da mulher desde as Ligas Camponesas, conhecendo essas mulheres que tiveram papel central nessa história. Assim como buscaremos entender o papel da Igreja na luta pela terra, por meio da CPT, considerando sua relação com as transformações políticas da época. O recorte voltado para a atuação das mulheres no Assentamento Padre Cleides nos ajudará a dar ênfase à relevância das mulheres, seu papel vital na luta pela terra, bem como suas contribuições para as atividades produtivas, reivindicando seus direitos e desafiando os estereótipos do gênero.

Palavras-chave: Luta pela Terra; Feminismo Rural; Interseccionalidade; Movimentos Sociais.



INTRODUÇÃO

Ao longo do processo histórico espacial do Brasil é perceptível a distribuição desigual da terra, que caracteriza o Brasil hoje como o 2º maior país que concentra mais terra no mundo. A primeira forma de distribuição de terras no Brasil, ocorreu pelo sistema de Capitanias Hereditárias, em que os donatários recebiam da Coroa uma grande extensão de terra, em troca de favores e tributos, em que estes poderiam explorar a terra e posteriormente passar para seus herdeiros. É mediante este cenário que surgem os primeiros movimentos sociais de luta pela terra no Brasil. Fernandes (1999, p.15) relata que:

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo.

Mas é a partir da década de 1940 que os movimentos sociais de luta pela terra começam a ganhar dimensão territorial e política que possuem hoje. Vários foram os processos históricos que proporcionaram essa visibilidade e alcance desses movimentos sociais no caso do Brasil. Entre outros processos históricos que fortaleceram a luta dos movimentos sociais, podemos elencar a criação do Estatuto da Terra o qual foi instituído por meio da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, período Militar no país. Nesta lei fica determinado que a terra tem uma função social e que deve ser utilizada para produzir alimentos, mercadorias e para o trabalho, gerando renda. Não obedecendo este padrão, os grandes latifúndios seriam considerados improdutivos e destinados à Reforma Agrária (Santos, 2011).

Com isso, a Reforma Agrária, que foi instituída por meio do Artigo 184 da Constituição Federal de 1988, passa a ser pauta política no país. Para atender a esses processos de redistribuição de terras, é lançada a Política Nacional de Reforma Agrária- PNRA. Como forma de organização espacial das famílias beneficiadas, a PNRA estabeleceu modelos de assentamento rural. O Assentamento Rural pode ser definido como:



Um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultores ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. (<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>).

Conforme a Lei 4.504/1964 (Planalto, 2023), precisam ser estabelecidos critérios para a avaliação das terras antes de serem consideradas improdutivas, uma terra considerada improdutiva é quando não cumpre a função social, segundo o artigo 186 a função social é:

Cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Justia Brasil :: Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988 > TÍTULO VII > CAPÍTULO III :: Ley de Brasil).

Neste contexto, para avaliar os critérios exigidos pela Lei foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – (INDA), que depois, em 1970, se tornou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (INCRA). Nesse contexto de ampliação de direitos no âmbito da luta pela Reforma Agrária no país, tivemos na década de 1980 e de 1990 o surgimento de movimentos sociais que pressionaram e pressionam ainda hoje o Estado na garantia desses direitos. Para uma compreensão mais aprofundada sobre o surgimento da luta pela terra na Paraíba, é essencial conhecer o processo histórico que moldou a formação do espaço paraibano.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO PARAIBANO

Conforme Mitidiero Junior (2008) a organização do espaço no Estado da Paraíba seguiu os moldes da ocupação colonial portuguesa. Assim como em todo o território colonizado por eles, a ocupação começou pelo litoral e se estendeu em direção ao interior, explorando os recursos naturais encontrados. Uma parte significativa do espaço agrário foi dedicada ao cultivo da cana-de-açúcar, principalmente para fins de exportação.

Com o tempo, a importância da cana-de-açúcar na Paraíba não diminuiu, mesmo após o declínio da produção do açúcar em território brasileiro. Durante o período colonial, isso levou à formação de espaços rurais com engenhos de cana-de-açúcar, cercados por vastos canaviais.



O trabalho nessas áreas era realizado por escravos ou por moradores de condição⁵⁶, um sistema que persistiu após a abolição da escravatura e que estava baseado no sistema de sesmarias⁵⁷, ambos baseados na doação de terra para realizar atividades agrícolas (Mitidiero Junior, 2008).

Ao longo dos anos, o território paraibano experimentou diversos sistemas de cultivo, incluindo a criação de gado no sertão, tanto para consumo local quanto como força motriz na produção de açúcar, o que levou à formação de grandes fazendas. Além disso, o cultivo de algodão também teve um papel significativo na economia local. Conforme observado por Moreira e Targino (1997), a cotonicultura no sertão se consolidou como resultado da combinação de gado, algodão e policultura, influenciando a organização do espaço agrário sertanejo até meados do século XX.

Conforme destacado por Mitidiero Junior (2008), até a metade do século XX, o território paraibano era caracterizado por extensas áreas de latifúndios e pelo uso de trabalho escravo e moradores de condição. Por volta dos anos 1920 e especialmente na década de 1940, com o apoio do governo, houve uma transição dos engenhos para as usinas açucareiras. A modernização agroindustrial na década de 1960 ampliou ainda mais o espaço destinado ao cultivo de cana-de-açúcar pelas usinas, resultando em transformações significativas que afetaram as condições sociais.

Como é o caso do morador de condição, que com a mecanização no campo, entre outros fatores, passou a ter a vida marcada pela incerteza, pois podiam ser expulsos de suas terras a qualquer momento, uma situação que afetou muitos deles e contribuiu para o surgimento do maior movimento camponês da época: as Ligas Camponesas. Na Paraíba, em fevereiro de 1958, criou-se a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, popularmente conhecida de ligas camponesas, surgiu em decorrência da exploração de trabalho dos moradores de condição próxima às áreas de canaviais de Sapé.

⁵⁶ A principal definição de morador de condição é que uma família camponesa recebe uma faixa de terra cedida pelo proprietário e eles deveriam pagar pela terra cedida em forma de trabalho, ou com dinheiro, ou com produto colhido.

⁵⁷ "Sesmaria era um lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras virgens"



Com a organização sólida dos camponeses nas Ligas Camponesas, os fazendeiros começaram a temer pela perda de suas terras e, por isso, intensificam a expulsão dos trabalhadores como uma maneira de reafirmar seu controle sobre as propriedades. Em 1964, com o golpe militar e a subsequente extinção das Ligas Camponesas, houve um aumento na expulsão dos moradores de condição, já que o regime militar autorizou o uso de força militar ou policial para remover esses moradores de suas terras. Além disso, o regime militar incentivou a expansão das propriedades agropecuárias no Nordeste, o que exigia mais terras. A saída dos trabalhadores das propriedades rurais ou das usinas era uma realidade tanto antes do golpe militar quanto depois do golpe militar.

UM RECORTE HISTÓRICO SOBRE COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), NA PARAÍBA

Na Paraíba a primeira Liga Camponesa surge no município de Sapé em fevereiro de 1958, decorrente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé. Ela nasce da insatisfação dos moradores de condição que eram explorados nas áreas de canaviais próximo a Sapé. Sob a liderança de João Pedro Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, estes trabalhadores rurais se reuniam em frente a associação para discutir sobre o aumento do preço do foro⁵⁸, a redução dos dias de trabalho de cambão⁵⁹ a ser pago ao proprietário da terra e de como se defenderem de uma possível expulsão. Foi a partir dessas reuniões que a mobilização das Ligas Camponesas começou a ganhar força e dimensão espacial por toda a Paraíba (Mitidiero Junior, 2008).

Conforme Mitidiero Junior (2008) na Paraíba, a igreja também está presente, nesse contexto da luta pela terra, em que ela investe nesse campo político e busca incentivar os camponeses a formar sindicatos rurais. Buscando com que esses movimentos deixassem de ter um caráter marcado pela violência e passasse a ter um caráter mais social. Mas, todavia, o clero lutava contra essas Ligas, a fim de exterminar essas ações que vão contra os ideais religiosos de paz, então eles buscavam a socialização desses movimentos.

⁵⁸ Encargo financeiro a ser pago ao proprietário da terra pelo morador de condição que geralmente moravam nas áreas de cana de Engenho/ Usina.

⁵⁹ Cambão: dias de trabalho gratuito cedido ao proprietário da terra, como forma de agradecimento pelo “pedaço” terra utilizado pelo camponês.



A CPT que tem grande atuação no estado da Paraíba, surge no contexto da ditadura militar onde um lado havia uma sociedade fragilizada pela injustiça e pela desigualdade social e por outro a Igreja Católica preocupada com essa população menos favorecida. Essa organização social, surge na Amazônia, nas comunidades indígenas e posseiros atingidos pela violência, a Igreja se vê com o compromisso de ajudar essas pessoas, e acredita que essa libertação se inicia diante da libertação desses problemas sócio-políticos. Esses movimentos de denúncia da igreja nascem com Dom Pedro Casaldáliga na Amazônia e direciona-se para as outras regiões brasileiras (Mitidiero Junior, 2008).

Na Paraíba existiam três grupos ligados à questão da terra, Pastoral Rural, Animação dos Cristãos no Meio Rural e Movimento de Evangelização Rural, basicamente possuíam os mesmos ideais, tais como: religioso e atuação no campo. Somente após um tempo é que surge a CPT na Paraíba. Vale ressaltar que mesmo após a criação da CPT, essa herança da luta pela terra que a Igreja construiu permanece. A Igreja e a CPT são conectadas, fazendo parte das arquidioceses e distribuindo nas dioceses do Estado. As dioceses que abrigam essa Pastoral são: diocese de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Cajazeiras.

A CPT-Cajazeiras, ou CPT-Sertão, surgiu como resultado da transformação da Pastoral Rural em Comissão Pastoral da Terra. No entanto, existem características distintivas que a diferenciam das demais unidades da CPT na Paraíba. Uma dessas características notáveis é a sua localização geoeconômica. Enquanto continua a apoiar o processo de luta pela reforma agrária, sua atuação no sertão a leva a trabalhar em conjunto com os camponeses, oferecendo apoio às estratégias de convivência com o Semiárido.

Como apontado por Mitidiero Junior (2008, p.315-316), uma das características da CPT Sertão ou CPT Cajazeiras, está associada: “A história da formação da CPT Cajazeiras ou CPT Sertão também acompanhou a transformação da Pastoral Rural em Comissão Pastoral da Terra, porém existem alguns fatos históricos na sua formação que a particularizam em relação às demais. As características geoeconômicas do Sertão, certamente influenciaram na forma de atuar. Não é por menos que a luta pela terra se inicia-se nos açudes públicos e que o discurso e os projetos estão baseados na ideia de reforma agrária atrelada à convivência com o semi-árido”.

Uma característica distintiva da unidade da CPT-Cajazeiras é a desafiadora conjuntura eclesial durante sua formação. A diocese de Cajazeiras, naquela época, era marcada pela



liderança de bispos conservadores. Mesmo após o reconhecimento da CPT pela CNBB, Dom Zacarias Rolim de Moura manifestou resistência à formação e às ações da Pastoral da Terra. Diante dessa resistência eclesial, Socorro Golveia (in memoriam),⁶⁰ que atuava como coordenadora diocesana, manteve sua luta pela terra em segredo, o que eventualmente levou à metamorfose da Pastoral da Terra na Comissão Pastoral da Terra.

Socorro Golveia contava com o apoio do Padre Cleides, que desempenhava um papel fundamental na articulação dessa iniciativa à margem da instituição eclesiástica. Mesmo diante da proibição do Bispo Dom Zacarias, Socorro Goveia continuou seu trabalho, culminando assim com a criação da CPT- Cajazeiras (Mitidiero Junior, 2008). O artigo tem como intuito dar voz a essas mulheres paraibanas que lutaram e lutam pela terra, ao explorar o legado dessas mulheres visionárias e fortes, é essencial reconhecer não apenas a importância das suas conquistas, mas também a necessidade de apoiar e fortalecer suas vozes.

MULHERES PARAIBANAS NA LUTA PELA TERRA: UM LEGADO DE RESILIÊNCIA E DETERMINAÇÃO

Muitas pessoas se destacam na luta pela terra. Entre esses heróis notáveis, as mulheres se destacam como pilares fundamentais desse movimento, onde lutam pela terra e por uma vida digna para suas famílias. Em um ambiente caracterizado por repressões implacáveis e hostilidades contra aqueles que ousaram questionar o status quo da propriedade privada da terra, e ousaram se levantar contra a exploração, em nome do bem comum, frequentemente enfrentam autoritarismo e impunidade, tendo suas vidas ceifadas.

Algumas dessas mulheres se destacam por suas realizações e influência duradoura na história. Suas histórias inspiradoras e conquistas devem ser lembradas e celebradas. No entanto, é importante reconhecer que inúmeras outras mulheres, embora não amplamente reconhecidas, desempenharam papéis igualmente cruciais e suas contribuições não devem ser subestimadas. Dentro desse cenário, é fundamental conhecer a história dessas mulheres e o papel fundamental que desempenharam na luta pela reforma agrária.

⁶⁰ Socorro Golveia faleceu em 01/11/2023, durante o período da escrita do artigo. SOCORRO GOLVEIA, PRESENTE!



Ao dar início a uma investigação bibliográfica sobre as mulheres paraibanas na luta pela terra, o objetivo primordial foi destacar as principais personalidades e narrativas, suas lutas e conquistas. A metodologia adotada utilizou como recurso principal o “Jornal Pastoral da Terra”, edição 2006, nº 182, complementando por uma pesquisa em fontes diversas. A combinação dessas metodologias, buscou criar um panorama simples e detalhado dessas mulheres paraibanas que lutaram pela terra, deixando seu legado de resiliência e determinação.

ELIZABETH ALTINA TEIXEIRA

Elizabeth Altina Teixeira nasceu em 13 de fevereiro de 1925, na fazenda Anta do Sono, localizada em Sapé, município a cerca de 50 quilômetros da capital paraibana. Ela era filha de um fazendeiro e comerciante. Em 13 de fevereiro de 2023, celebrou seu 98º aniversário. Elizabeth é conhecida por sua atuação como militante das Ligas Camponesas na Paraíba, sendo até hoje uma referência na luta pela terra.

Ela foi companheira de João Pedro Teixeira, um homem negro, operário e de origem humilde que mais tarde se tornou vice-presidente das Ligas Camponesas na Paraíba. Tragicamente, João Pedro Teixeira foi assassinado a tiros de fuzil em 1962, por dois policiais militares, Chiquinho e Alexandre, a mando do usineiro Agnaldo Veloso Borges. Os dois policiais confessaram o crime e implicaram o mandante. Agnaldo Veloso Borges, na época, era o quinto suplente a deputado estadual, e ele se beneficiou da renúncia dos outros quatro suplentes e de um deputado para assumir o cargo, garantindo a impunidade parlamentar.

Após a morte de seu marido, Elizabeth assumiu a presidência da Liga Camponesa de Sapé e, posteriormente, a liderança das Ligas Camponesas no Estado. Ela não se curvou às ameaças dos latifundiários e continuou a lutar por trabalho digno, reforma agrária e justiça no campo.

Devido à perseguição, Elizabeth e seus 11 filhos não conseguiram permanecer juntos para escapar da morte, cada um partiu para diferentes partes do Brasil. Ela foi presa em várias ocasiões, perdeu dois filhos em assassinatos e uma filha cometeu suicídio. Durante seu período na clandestinidade, Elizabeth adotou um nome falso e permaneceu escondida por 17 anos, trabalhando como lavadeira e professora.



Em 1979, Elizabeth foi beneficiada pela Lei da Anistia e pôde retornar à Paraíba, estabelecendo-se novamente em Sapé e, posteriormente, em João Pessoa. Seu legado de coragem e dedicação continua a inspirar a luta por justiça social e igualdade no campo até os dias de hoje.

MARGARIDA MARIA ALVES

Margarida Maria Alves, nascida em 5 de agosto de 1933, na cidade de Alagoa Grande, Paraíba, deixou uma marca indelével na história do sindicalismo e da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. Em 1973, ela fez história ao se tornar a primeira mulher a ocupar a presidência de um sindicato no estado, sendo eleita pelo Sindicato de Alagoa Grande.

Durante seus 12 anos à frente do sindicato, Margarida liderou mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho na Paraíba. Sua incansável dedicação estava voltada para a defesa dos direitos do homem do campo, incluindo a busca pelo décimo terceiro salário, o registro em carteira, a jornada de trabalho de oito horas e férias obrigatórias.

Além de sua atuação sindical, Margarida também foi uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Esta organização, até os dias de hoje, desempenha um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento rural sustentável, com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar. Tragicamente, em 12 de agosto de 1983, aos 50 anos de idade, Margarida foi assassinada na porta de sua casa com um tiro de espingarda calibre 12 no rosto, na presença de seus dois filhos e seu marido. O atirador, um homem encapuzado, fugiu em um veículo Opala vermelho, onde outras duas pessoas o aguardavam. Na época de sua morte, Margarida estava envolvida em 72 ações trabalhistas contra fazendeiros locais. Os mandantes desse crime faziam parte do chamado "Grupo da Várzea", composto por 60 fazendeiros, 3 deputados e 50 prefeitos. Para honrar a memória de Margarida Maria Alves, o 12 de agosto tornou-se o "Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária".

MARIA DA PENHA NASCIMENTO

Maria da Penha Nascimento, nascida em 1949 na cidade de Alagoa Grande, Paraíba, teve uma trajetória marcante na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e das mulheres. Sua



jornada começou em 1964 quando se casou com José Horácio, um ativo participante do movimento de organização dos trabalhadores rurais. Gradualmente, ela se envolveu cada vez mais nas lutas no campo.

Em 1972, Maria passou a integrar de maneira mais direta a luta sindical ao aceitar o convite de Margarida Alves, que na época era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Seu compromisso com a causa cresceu ao longo dos anos. Em 1980, foi uma das fundadoras da CUT (Central Única dos Trabalhadores) na Paraíba. Dois anos depois, com o trágico assassinato de Margarida Alves, Maria da Penha assumiu a liderança do sindicato, dando continuidade à luta contra a violência e a impunidade dos fazendeiros.

Além de seu engajamento sindical, Maria da Penha teve um papel importante na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Alagoa Grande. Ela se candidatou a vereadora, conquistando a suplência e, posteriormente, sendo eleita deputada federal. Maria da Penha também foi a fundadora do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e integrou a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT na Paraíba. Sua vida foi tragicamente interrompida em 15 de março de 1991, em um acidente automobilístico que também tirou a vida da líder feminista Beth Lobo.

MULHERES PARAIBANAS NA ATUALIDADE E O ASSENTAMENTO PADRE CLEIDES

Uma das grandes conquistas da luta pela terra na Paraíba é o Assentamento Padre Cleides localizado na cidade de Santa Helena-PB. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2010), a população de Santa Helena é de Helena é de 5.369 pessoas, sendo que 2.702 pessoas residem na área urbana, e 2.667 residem na área rural. Com uma extensão territorial de 211.143m², uma densidade demográfica de 25,53 hab/ km², e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,609.

O assentamento foi estabelecido em 15 de setembro de 2010, através da desapropriação da Fazenda Saco, que abrangia uma área de aproximadamente 1.030 hectares e pertencia ao latifundiário Romualdo Rolim. Em 8 de dezembro de 2008, a área foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária.



Para conquistar o território, um grupo de 25 famílias, coordenado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ergueu barracas de lona na entrada da Fazenda Saco e permaneceu lá por 1 ano e 9 meses. Em setembro de 2010, finalmente receberam a posse da terra e deram a ela o nome de Assentamento Padre Cleides.⁶¹ As famílias passaram a residir nos barracões existentes na propriedade.

Atualmente, a comunidade é composta por 18 residências de alvenaria, uma capela, uma sede para a associação, quatro açudes, áreas de plantação, áreas de criação de animais e áreas de preservação. Os assentados se dedicam à agricultura camponesa e familiar, cultivando milho, feijão, frutas e hortaliças para sustentar suas famílias.

Um estudo conduzido por Espego (2017) mostrou que as mulheres do Assentamento Padre Cleides participam de todo o processo produtivo, desde o plantio das lavouras até a colheita e o armazenamento dos grãos. Elas também desempenham um papel importante no cuidado e alimentação dos animais, no beneficiamento de frutas e na produção de produtos como queijos, doces e bolos para venda em feiras agroecológicas.

A participação ativa das mulheres no assentamento Padre Cleides é fundamental, visto que as terras, casas e alguns projetos sociais são registrados em nome delas, valorizando assim seu papel na formação das famílias.

Ao analisarmos a participação das mulheres na luta pela terra, é essencial compreender a dinâmica de gênero no contexto do assentamento camponês. O reconhecimento da necessidade de envolver as mulheres é o resultado de um processo complexo e em constante evolução. A superação e a luta pela auto-organização das mulheres têm sido impulsionadas por mobilizações e pela organização delas nos movimentos sociais.

É importante enfatizar que no Assentamento Padre Cleides essa realidade está mudando, graças a programas e projetos voltados para o público feminino, as mulheres são capazes de reconhecer seu papel dentro da comunidade. Como podemos perceber pela fala da Luciana⁶² (assentada) que argumenta que:

⁶¹ Homenagem ao Padre Domingo Cleides Claudino, residente na cidade de Uiraúna, é um grande colaborador na luta pela terra.

⁶² Nome fictício, para preservar a identidade da entrevistada.



Os desafios encontrados na luta pela igualdade são muitos, tem mulheres que não sabem nem o que é igualdade de gênero, que é muito difícil de entender, e as pessoas mais velhas têm dificuldades em entender [...] muitas mulheres não sabem nem quais são seus direitos, por se fecharem dentro de casa.

No contexto da luta pela terra, as relações de gênero se manifestam de forma única, entrelaçando-se de maneira complexa. Tanto na fase de acampamento quanto no assentamento, as mulheres demonstram um nível de autopercepção equivalente ao dos homens, atuando como sujeitos igualmente comprometidos com a resistência.

A figura da mulher como sujeito de resistência e "companheira de luta" é valorizada, especialmente devido à sua notável capacidade de trabalho e à sua habilidade em atribuir novos significados a esse momento desafiador. Este significado em construção ressalta que as mulheres possuem tanta força, se não mais, do que os homens, reforçando assim seu papel fundamental nesse contexto (Franco García, 2004).

No entanto, a participação das mulheres camponesas na esfera política, seja por meio de sindicatos, associações ou movimentos sociais, têm desempenhado um papel crucial na construção de um aprendizado coletivo. Através dessa participação, as mulheres passam a reconhecer sua importância na formação dos assentamentos. Homens e mulheres, portanto, compõem uma comunidade que trabalha diariamente e busca sua sobrevivência por meio do estilo de vida camponês nas terras que conquistaram através da luta.

Cheguei ao assentamento por falta de recursos e melhores oportunidades. No início eu não estava muito envolvida mas o meu esposo sim, só depois que cheguei e fui conhecendo e me adaptando às demandas, fui participando dos movimentos de Luta pela a Terra. Até que foi criada a associação, onde passei a participar como membro. Depois participei da coordenação como secretária e foi assim que começou o meu maior envolvimento com a causa. (Luciana, assentada)

O legado das mulheres do Assentamento Padre Cleides, consiste em destacar o papel da mulher na luta pela terra, seja ela envolvida no trabalho doméstico, na agricultura ou na militância, seja como assentada ou acampada. Proporcionando elementos que evidenciam como a participação feminina está contribuindo para a construção e dinamismo do espaço geográfico, ao mesmo tempo em que desafia os estereótipos que historicamente a relegaram à submissão e exploração.

CONCLUSÃO



Ao longo do artigo, exploramos a formação da luta pela terra, a qual não é recente em nosso país, pode-se afirmar que ela remonta toda a nossa história. Ficou evidente que a concentração de terras nas mãos de poucos, moldou a estrutura agrária do país, perpetuando desigualdades sociais e econômicas. Diante, do cenário exploração e expropriação, inicia-se os movimentos sociais de luta pela terra, culminando com a criação das ligas camponesas e posteriormente a CPT no estado paraibano.

Na Paraíba, observamos como a formação do espaço agrário foi influenciada pela exploração da cana-de-açúcar, gado e algodão, resultando na concentração de terras em grandes latifúndios. A transição dos engenhos para as usinas açucareiras e a modernização agroindustrial trouxeram mudanças significativas na organização do espaço agrário, afetando as condições sociais dos moradores de condição e contribuindo para o surgimento das Ligas Camponesas. Mas a nossa investigação tem como intuito dar voz às mulheres paraibanas que lutaram e lutam pela terra, onde as mulheres continuam a desempenhar um papel central na defesa de seus direitos e na transformação das dinâmicas sociais e políticas na região.

Ao resgatarmos a história de algumas dessas mulheres pioneiras que desafiaram as normas sociais e estereótipos de gêneros, podemos compreender a dimensão de suas contribuições para a reforma agrária e justiça social. Suas ações não apenas moldaram a luta pela terra, mas como também redefiniram os papéis tradicionais de gênero, evidenciando que a igualdade e a equidade são pilares fundamentais para uma sociedade mais justa.

No Assentamento Padre Cleides, em Santa Helena-PB, as mulheres não apenas reivindicam seus direitos, como também desempenham um papel importante nas atividades produtivas em sua comunidade. Suas histórias de resiliência e perseverança nos lembram que a luta pela terra não é apenas uma batalha por propriedade, mas também uma busca por dignidade, igualdade e inclusão.

REFERÊNCIAS

Assentamento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, acesso em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>



Biografia de Elizabeth Teixeira, acesso em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/02/05/de-olho-na-historia-ii-elizabeth-teixeira-95-anos-uma-camponesa-marcada-pela-resistencia/>

Biografia de Elizabeth Teixeira, acesso em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/elizabeth-teixeira/>

ESPEGO, Wirnaide Maria Rolim. **Relação de gênero e construção do território camponês: a organização das mulheres do Assentamento Padre Cleides, Santa Helena-PB.** 2017. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em geografia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2017

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999).** Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

FRANCO GARCÍA, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.** 2004. 216 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

Jornal Pastoral da Terra- edições 2006, nº 182. Acesso em <https://www.cptnacional.org.br/>

Justia Brasil :: Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988 > TÍTULO VII > CAPÍTULO III :: Ley de Brasil

MITIDIERO JUNIOR, M. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba.** São Paulo:USP,2008

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia agrária na Paraíba.** João Pessoa: Ed: Universidade Federal da Paraíba,1997

Planalto, Lei nº 4.504, 30 de novembro de 1964. Acesso em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4504&ano=1964&ato=03cMTWE9UNVRVT5b5>

Santa Helena, IBGE-cidades. Acesso em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-helena/panorama>



SANTOS, Júlio César Borges dos. **O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.



ST: COTIDIANO, NARRATIVAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE OS SERTÕES

Coordenador:

Dr. Wesley Rodrigues Dutra

Os sertões, para além de um espaço físico, configura-se como um “espaço discursivo”, forjado por linguagens que dão significado e contribuem para a promoção de identidades. Nessa perspectiva, memórias são agenciadas e representações lapidadas nesse processo de constituição desse espaço narrativo, memorialístico, sentimental e regional. Cinema, literatura, narrativas orais e memórias são alguns dos elementos que contribuem nesse processo de “fabricação discursiva regional”. O Simpósio Temático objetiva possibilitar a discussão de trabalhos que analisem as várias facetas discursivas sobre os sertões, o Nordeste e a Nordestinidade, como também narrativas sobre o cotidiano e as experiências dos sertanejos e sertanejas.

“O SANTO DO SERIDÓ” A REPRESENTAÇÃO DO PADRE JOÃO MARIA CAVALCANTI ATRAVÉS DOS IMPRESSOS POTIGUARES 1935-1955

Bianca Ferreira do Nascimento

Programa de Pós-graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)

biancageburtbianca05@gmail.com

RESUMO: Objetiva compreender como se forjou a representação do padre João Maria Cavalcanti de Brito como o Santo do Seridó, através dos periódicos potiguaros no recorte de 1935-1955. Discute quais foram os aspectos no contexto sertanejo que propiciaram a construção da figura de um homem como santo, a partir da utilização dos jornais como fonte, tomando as publicações dos periódicos: *A ordem*, *O poti* e o *Diário de Natal*, que denotam de inúmeras declarações dos devotos do padre, testemunhando graças alcançadas. Nesse sentido, o trabalho busca questionar as narrativas descritas, o contexto das publicações, os interesses por trás dos jornais e os papéis dos devotos. Tudo isso, buscando relacionar a uma questão de maior relevância a configuração das crenças no sertão seridoense.

Palavras-chave: Padre João Maria; Sertões; Seridó; Representação; Crenças.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a representação do padre João Maria Cavalcanti de Brito como o Santo do Seridó, através dos jornais: *A ordem*, *O poti* e o *Diário de Natal* no recorte de 1935 a 1955. Analisaremos a relevância da memória dessa figura, ao se considerar esse como alvo de testemunhos registrados nos periódicos potiguaros. É importante salientar, que buscamos questionar sobre os impasses que se deram no contexto destas publicações,



interrogar quais seriam os interesses desses jornais ao se trabalhar a imagem deste homem, bem como, compreender o papel das crenças no meio social seridoense.

Para uma melhor compreensão do exercício historiográfico evidenciamos que esse trabalho está inserido dentro da História Cultural, pois trabalhamos com a ideia da crença sertaneja que abrange aspectos religiosos, culturais e sociais. No íntimo desse campo operamos o conceito de representação com o propósito de entender as narrativas que foram produzidas acerca do padre João Maria.

A partir do uso da representação, analisaremos como foi abordado o padre nos periódicos, no intuito de se compreender como os indivíduos desse espaço entendiam a figura do padre, e como pretendiam construir a sua imagem nesse período. Com isso, questionaremos quais elementos foram responsáveis para a formação da percepção do povo seridoense, e qual seria o intuito desses jornais ao se apropriar dessas questões.

Na expectativa de caracterizar esse personagem utilizaremos como fonte o livro “Um perfil de sacerdote”, do Monsenhor José Alves Landim escrito em 1936, discorrendo sobre origens do padre, sua família, sua formação, os projetos sociais em que participou, e o contexto que perpassou na sua vida. Manuseando os periódicos como fonte nos atentaremos as notas de agradecimentos dos devotos que aparecem em um espaço denominado “graças”, que ressaltam os questionamentos dessa pesquisa acerca de sua relevância para a população seridoense.

Para a estruturação e catalogação de quais fontes seriam investigadas, recorreremos às metodologias: pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa no intuito de captar todas as menções desse recorte e depois filtrar e classificar quais seriam examinadas, e a análise do discurso para avaliar e questionar as narrativas contidas nesses fragmentos.

Contudo, buscamos possibilidades para investigar quais elementos influenciam na percepção de imagem do padre João Maria, problematizando as narrativas produzidas no meio biográfico e nos testemunhos dos jornais, questionando o interesse dos editores e a influência do contexto social dessas publicações (1935-1955). Especificamente pretende-se entender os aspectos devocionais expressos nas fontes, evidenciando a percepção da significância deste homem a ponto de ser mencionado como exemplo para o catolicismo seridoense. Nesse sentido, é importante consultar minuciosamente sua biografia como fonte de cotejo, e as fontes



selecionadas do jornal a fim de se explorar como se estruturam as narrativas, indagando se esses elementos possuem uma parcela de responsabilidade na sua figuração.

2. A CONSTITUIÇÃO DE UM SANTO NO SERTÃO

2.1 Implicações historiográficas da guinada do século XIX para o XX

De acordo com Bourdieu (2004), os campos científicos são como microcosmos relativamente autônomos. A arte, a literatura e a ciência fazem parte de um mundo que é social, e dentro desse espaço ambas obedecem a leis mais ou menos específicas, e são relativamente independentes as pressões do mundo que o envolve, uma de suas capacidades é a de se retrair “quebrar”, reduzindo de “escala” de forma específica de acordo com a necessidade.

O campo científico também seria um espaço de identificação, a definição de sua estrutura estaria a partir da distribuição do capital, seja ele social, econômico, cultural ou simbólico, proporcionando assim efeitos e autoridades. Nesse sentido, a especificidade do campo está em função dos seus métodos, das teses e das hipóteses que o conduz.

Interessa a esse trabalho o campo da História Cultural, suas raízes estão no século XVII mas foi no século XX que eclodiu uma preocupação com os aspectos que delimitaram a sua configuração. Surgindo a partir do contexto social e marcado por diversos acontecimentos políticos, econômicos, e culturais, entrou para os debates de múltiplos historiadores que vivenciaram essa inquietação. Para entendermos como esse trabalho está inserido dentro desse campo, sintetizamos uma discussão teórica do processo de sua construção, contribuições e metodologias.

Diante do contexto da década de setenta, o historiador se voltou mais uma vez a pensar sobre o fazer historiográfico. Peter Burke (2008) analisou o que denomina como “redescoberta da História Cultural”, propondo analisar de forma linear a história desse campo, discutindo suas construções, conceitos, narrativas e o diálogo com outras disciplinas. Defendendo que esse acontecimento influenciou diretamente na escrita da disciplina e de outras áreas que mantinham contato nas produções.

De acordo com o autor, a História Cultural passou por diversas fases durante sua trajetória, mas foi na década de sessenta que se houve uma atenção maior a uma cultura dita popular, que pode ser explicada por duas vertentes: a primeira por motivos de antes esse campo



ser relacionado a uma maior proximidade com a alta sociedade, e em segundo por causa do movimento da crítica ao elitismo acadêmico. Nesse contexto, os historiadores foram influenciados pelos escritos de Edward Palmer Thompson com seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa, no qual examinou a relação da cultura popular na formação desse grupo.

O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar). (BURKE, 2008, p. 43).

Já Sandra Pesavento (2005) nos sugeriu um caminho ampliado para a visão de toda a história, pois para tal, a cultura é vista como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura seria ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se admite de forma simbólica ou palpável, ou seja, se reconhece que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada dotado de uma essência e uma apreciação valorativa.

O contexto do século XX propiciou se pensar a História Cultural, pois foi nesse período que se houve uma maior reflexão da forma como o homem se expressa em seu conhecimento, crenças, artes, costumes, hábitos, produção e até mesmo nos seus modos de vida. A cultura também passou a ter mais relevância nos debates acadêmicos, compreendendo sua responsabilidade nos ritos, símbolos e valores da sociedade, fazendo sentido para toda uma comunidade em seus mais diferentes âmbitos, através da identificação desses indivíduos na forma como se veem e se representam.

Essas alternâncias provocaram nos estudiosos a necessidade de uma nova forma de fazer história, no qual deveriam alinhar-se às modernas noções de cultura, trabalhando problemas atualizados, desenvolvendo produções que percebessem o sensível, mas que também não abandonasse seu rigor científico. Nesse sentido, a história buscou acrescentar possibilidades de pesquisa para se compreender a diversidade da sociedade a partir de conceitos, como: representação, imaginário e narrativa.

Michel de Certeau (1995) destinou um capítulo para falar sobre a cultura popular, discutindo o papel dos indivíduos no espaço socioeconômico a partir dos seus cotidianos. Para o estudioso, a cultura não se dava de forma única e nem deveria ser associada como algo



pertencente unicamente aos eruditos, criticou a hierarquização pressuposta do século XIX no qual se preocupava em estabelecer níveis de cultura.

Certeau alegava que todas as culturas tinham sua importância, se dando de formas múltiplas através da percepção dos indivíduos e de como se relacionavam com o mundo, nesse sentido, ele colocou o sujeito como condutor do conhecimento que existe em seu entorno.

Sabemos, que até então a cultura popular não era utilizada como objeto de estudo, pois era considerada uma ambiguidade diante dos clássicos. Com o afastamento desses ideais, as suas noções passaram a significar: o natural, original, puro e ingênuo. Certeau ainda problematizou essas mudanças por servirem como estratégia a um jogo de interesses, pois como essa temática já não significava uma ameaça, sofreu uma transposição de sentidos a partir do momento que se tornou conveniente.

Acrescentando essa discussão o autor ainda ressaltou sobre como o indivíduo em seu cotidiano se torna detentor de poder, que esse mesmo sem intencionalidade dispõe de influência. Nesse sentido, compreende-se que na sociedade acontecem lutas entre diferentes perspectivas e que ambos os lados possuem suas capacidades mesmo que se manifestam de formas diferentes. Constantemente esses indivíduos não percebem essa manifestação, pois ela acontece no dia a dia em suas atividades frequentes.

Nessa compreensão de uma cultura popular e o funcionamento do sistema de poder, o estudioso nos chamou atenção para a composição da religiosidade alegando que os indivíduos acabam se apropriando de suas crenças, as utilizando como recurso para expressar seus interesses e manifestar seu descontentamento, ou até mesmo protestar contra o regimento do mundo.

A religiosidade nesse espaço de lutas se configura como uma oportunidade de manifestação contra o que ele chama de “a ordem das coisas”. “Um uso popular da religião modifica-lhe o funcionamento. Uma maneira de falar essa linguagem recebida a transforma em um canto de resistência.” (CERTEAU, 1995, p-78). O caso mencionado pelo autor trata-se da devoção ao Frei Damião no qual a analisou como uma apropriação da religião católica dita oficial, dando novos sentidos a partir das vivências de seus fiéis e não somente seguindo as regras de uma instituição. Isto seria uma apropriação da ordem para refutar a própria ordem.



Entende-se que as práticas cotidianas discutidas por Certeau se dão justamente no viés cultural através de um conjunto de procedimentos, costumes, ritos, crenças e comportamentos que acabam se dando como resistência ao sistema que rege as regras. Desse modo, compreende-se que o ato de acreditar não é passivo, o indivíduo que se mobiliza em função de dada crença executa um ato de inquietação a configuração do mundo e as coisas que o movem.

Refletindo sobre essas discussões, interpreta-se que o presente estudo sobre o padre João Maria está dentro da História Cultural, pois as experiências humanas vividas no Seridó propiciaram modos particulares em sua prática religiosa. A configuração desse modo viabilizou a apropriação da religião católica “oficial” em determinado espaço, e permitiu com que se houvesse uma crença em determinado homem que até então não havia sido canonizado, assim como o frei Damião um ideal que foge à “regra”. Antes da igreja o povo já o tinha nomeado como santo, se denunciando como detentores de poder no âmbito das crenças com as escolhas dos seus santos.

2.2 Discussões bibliográficas

Geralmente, as produções que objetificam a vida do Padre João Maria são suas biografias, o livro mais conhecido foi escrito em 1979 que tem por título “Esboço biográfico do Pe. João Maria”, do Monsenhor Eymard Monteiro, mas a primeira obra foi escrita pelo Monsenhor José Alves Landim redigido em 1936 denominado “Um perfil de sacerdote”. Também existem outras biografias conhecidas a respeito do padre, como: “Padre João Maria, Subsídios para História” de Pedro Soares de Araújo Filho, organizado em 2013, e “Padre João Maria” de Boanerges Soares publicado no ano de 2015.

Outra importante publicação refere-se a uma transcrição de seminário com o título “Bom dia Padre João Maria”, com a discussão de professores, alunos e pesquisadores que revisaram temas importantes acerca desse indivíduo. Esse livro faz parte da coleção Patrimônio Cultural Potiguar – livros norteados pela política de valorização da cultura potiguar, o enfoque da coleção seria o de abordar questões importantes que demarcaram a composição de sua figura histórica.

Dentre as contribuições desta obra, distingue-se a transcrição da fala da cientista social Irene de Araújo Van Den Berg que possui experiência na área de antropologia, ênfase em



antropologia da religião, atuando principalmente nos seguintes temas: religião, tradição, cultura popular, ensino Religioso, história das religiões e memória. Atenta-se a sua discussão, pois esta foge de uma narrativa biográfica acerca do padre, apresentando argumentos que demarcam perspectivas importantes sobre o entendimento do que é santidade para o Seridó e sua configuração no espaço social.

Van Den Berg defendeu que a devoção e as práticas devocionais estão estreitamente ligadas a um contexto popular. Nesse sentido, a construção de crenças pressupõem noções que estão para além do sentido religioso, ou seja, dos aspectos que envolvem e entornam o meio social dos sujeitos.

O campo religioso requer um cuidado ao perceber como se tecem as relações internas externamente, pois suas lógicas não são restritas a um universo sagrado, elas ultrapassam esse espaço e ingressam dentro de um universo de uma lógica social, de questões políticas e de questões diretamente ligadas a um contexto da sociedade. (VAN DEN BERG, 2008, p-42).

O resultado das percepções do indivíduo estão estritamente ligados ao seu cotidiano, nesse sentido as práticas do dia a dia fomentam suas individualidades culturais e religiosas. Os discursos e os testemunhos que vão se produzindo no decorrer do tempo permitem que sejam concebidos representantes da santidade, em que a sociedade recebe parcelas de responsabilidade na construção de uma figura. Assim como Certeau, Van Den Berg argumentou que não é a primeira vez que se há uma apropriação da religião “oficial” para criar seus próprios santos, essa forma de devoção já está enraizada entre outros segmentos populares neste mesmo espaço seridoense.

Portanto, entende-se que a composição de dada crença pode ser explicada a partir do contexto vivenciado pelo indivíduo, situando-se a partir da identificação dos fiéis e suas relações sociais. As biografias do padre demonstraram como a sua vida foi marcada por momentos de crise social; seca, miséria e a moléstia da varíola, o que pode explicar sua transfiguração como um santo.

Em um trabalho científico o autor Antônio Ferreira de Melo Junior (2013), que utilizou como fonte os periódicos: *A ordem e a república*, observou entre as notícias a divulgação do esboço biográfico elaborado pelo monsenhor Landim. De acordo com o autor, as investidas do jornal sobre essa obra teriam o interesse em disseminar a figura do padre como exemplo



católico, o intencionando como modelo em uma projeção de santidade a fim de apaziguar o contexto político e social da década de 1930.

Já os escritos de Renato Amado Peixoto (2021) trouxeram questões pertinentes e relevantes sobre o papel político e social que a igreja católica obteve no início do século XX, que coincide com a fonte do jornal *A ordem* e o recorte temporal de 1935 (ano do lançamento do jornal no Rio Grande do Norte). Este problematizou o que foi chamado de ‘Boa Imprensa’, em que o autor explicou que foi uma tentativa da igreja católica em mediar o âmbito religioso, político e social da época.

2.3 Fontes e metodologias

Os periódicos utilizados nesta pesquisa como fontes serão explorados a partir das denominadas graças, estas eram exibidas em uma caixa de texto em variadas posições no jornal com o enunciado “Graça”, trata-se de um espaço destinado para a publicação de testemunhos seguido de nome, data e às vezes endereço. Acredita-se que esse espaço ao ser dedicado a uma exibição de crenças, entrelinhas, manifestou aspectos da crença sertaneja exprimindo características de santidade a um indivíduo em específico que até então não tinha sido reconhecido pela igreja católica.

Para se trabalhar com jornais, traçamos limites, entendendo que os colunistas que tratavam de registrar as graças, esboçaram também sua percepção a respeito do padre e do clero. O periódico é capaz de fornecer relatos e enunciados, porém cabe ao historiador problematizar partindo do seu objetivo, é através deste questionamento que se faz possível analisar as percepções que os indivíduos tinham para com a figura do padre João Maria.

Ao analisar esse espaço dedicado aos testemunhos nos jornais: *A ordem*, *A república* e o *Poti* no recorte de 1935-1955 foram encontradas 57 graças ao padre. Busca-se compreender como este espaço foi utilizado através de indivíduos que tinham como premissa testemunhar sua fé no determinado “santo” e que recorreram a este como intercessor e mediador de bênçãos em diversos aspectos de suas vidas.

Pela lógica, quando o indivíduo alcançava seu objetivo recorria ao jornal como forma de dividir a sua gratidão e demonstrar sua fé no padre. Através dessas publicações, os testemunhos e ocorrências saíam do âmbito privado para o público, possibilitando que outras



pessoas tivessem conhecimento acerca do padre. Se questiona se essas graças funcionaram como divulgação de crenças e uma propagação de sua santidade.

Como neste trabalho tem como objetivo geral analisar a representação do padre João Maria como "Santo do Seridó" a partir das denominadas "graças", se investiga quais foram os aspectos da configuração das crenças sertanejas que propiciaram a construção da sua imagem. Objetivando especificamente compreender como foram forjadas as representações no imaginário seridoense, e analisar o papel dos impressos potiguares na construção imagética acerca do clero por meio da sua figura, problematizando o contexto das publicações, discutindo as tensões e as narrativas redigidas nos jornais.

Mediante a utilização da metodologia pesquisa quantitativa foi capaz de se catalogar os dados coletados nos jornais, separando as ocorrências que citam o padre em tabelas, a organização levou tempo mas favoreceu os próximos passos do trabalho. A pesquisa qualitativa permitiu selecionar e reduzir as fontes para serem avaliadas, e resultou na separação de notícias que se destacaram e que mereciam ser examinadas cautelosamente.

Para isso, se fez necessário o comportamento investigativo através da metodologia da análise do discurso, a fim de se compreender o comportamento dos indivíduos nessas publicações, refletindo justamente sobre como se deu essa construção do personagem especificamente como um intercessor de bênçãos. As utilizações desses relatos possibilitam se aproximar de quem tenha sido o padre, e questionar a sua significância para esses indivíduos que buscaram o jornal para publicar.

As fontes demonstraram uma caracterização do padre como indivíduo participativo na vida da população seridoense, alcançando um público no qual não se resumia somente os membros da igreja, porém também outros sujeitos que tiveram a oportunidade de conhecê-lo. Porém, o que mais chamou atenção neste periódico é a forma como alguns sujeitos se referiam ao padre entre as ocorrências.

2.4 Teoria da representação



Para se trabalhar com a ideia de quem foi esse personagem partimos da teoria da representação⁶³ do estudioso francês Roger Chartier, este propunha compreender o objeto para além do que é imposto, utilizando a imagem como um canal para a reflexão da memória no intuito de discutir suas variações culturais. Nesse sentido, partimos da representação de quem foi o Padre João Maria através da forma como foi retratado nas fontes, se investigando quais processos possivelmente corroboraram para o tornar alvo dessas crenças.

A teoria de Chartier surgiu como resposta ao contexto da dita crise das ciências sociais das décadas sessenta e setenta, viabilizando uma maior importância à História Cultural abrangendo as noções de diversidades e particularidades. A possibilidade da apropriação de novos objetos resultou na análise de outras fontes, bem como, múltiplas alternativas que abrangeram horizontes no campo de pesquisa, como por exemplo, o Político, Cultural e Social. Seguindo esse desfecho tornou-se possível objetivar a vida e obra de certos indivíduos considerando a relevância de seus papéis na sociedade.

Como o conceito de representação consiste em entender dois aspectos fundamentais: a memória e a imagem, se buscou entender o objeto de pesquisa utilizando as lembranças do passado assimilando a imaginação, isto significa que o fato do padre não está mais presente nesse plano fez necessário recorrer a imagem que construíram sobre ele.

Acredita-se que o trabalho do historiador não é de ditar verdades, nem selecionar o que seria invenção ou não, a intencionalidade do uso da representação permitiu que o estudioso criticasse suas fontes e compreendesse a subjetividade que existe em cada um dos “fatos”. A representação do padre João Maria enquanto homem santo partiu da análise de aspectos culturais, sociais e políticos que estão presentes nos periódicos, pois nestes documentos possuem fragmentos que podem denunciar uma memória coletiva.

Chartier ao propor a assimilação de imagens para tentar se aproximar do acontecimento, viabilizou a fundamentação das questões que norteiam essa pesquisa. O padre João Maria no recorte deste trabalho já era falecido, e mesmo após décadas de sua morte os

⁶³ A representação é o instrumento de um conhecimento imediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo à memória e “pintá-lo” tal como é. A relação de representação, assim entendida como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, uma valendo pelo outro, sustenta toda a teoria do signo do pensamento clássico, elaborada em sua maior complexidade pelos lógicos de Port-Royal. (CHARTIER, 2002, p. 74).



indivíduos que publicaram no jornal demonstravam acreditar em sua santificação, pois registraram suas súplicas e agradecimento por meio das graças. Diante do exposto, percebe-se que estes que intercediam supostamente foram elementos da constituição da sua imagem.

2.5 Sertões como espaço físico e cultural

Neste trabalho desenvolvemos o conceito de sertão tanto em uma perspectiva espacial como cultural, constatando seu horizonte amplo no que cerne a sua diversidade e particularidade. Se afastando das noções que perduraram por muito tempo que foi carregado de interesses, e principalmente do olhar do outro, um imaginário que foi construído para servir as práticas de ocupação realizada pelos exploradores. Com isso, neste trabalho nos atentamos às novas produções historiográficas sobre essa temática tão cara.

Compreende-se a partir de Antônio Moraes (2003), que o conceito de sertão não se define somente por características paisagísticas e climáticas, do ponto clássico da geografia o sertão não é um lugar mas sim uma condição simbólica. O autor diz o seguinte: “Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes nesse processo.” (MORAES, 2003, p-2).

O pensamento que perdurou do século XVI ao século XX foi a ideia de um sertão isolado, distante e diferente, como habitat natural dos selvagens e dos incivilizados, projetado como algo a ser superado, sendo apontado o atraso como seu maior problema, o que o tornou alvo de um projeto civilizatório. O conceito foi corriqueiramente definido a uma singularidade de sofrimento e atribuído a um tempo passado, um discurso que serviu e serve como argumento para as forças dominantes.

Durval Albuquerque Júnior (2014) explicou essa percepção de entender o sertão a partir de antinomias (contrários): litoral x sertão, contemporâneo x passado, moderno x atrasado. Esse discurso propiciou que somente em pronunciar o conceito já se intencionasse significados desfavoráveis a esse espaço, essa construção imagética foi responsável por alimentar implicações preconceituosas com a comunidade sertaneja.

O autor pluralizou o conceito de sertão (sertões) e afirmou que existe uma multiplicidade que se dá pelo fato deste poder ser explicado a partir de diversas dimensões: físicas, materiais,



climáticas, paisagísticas, simbólicas, e narrativas, que não se dão em uma única realidade homogênea. Albuquerque Júnior explicou o seguinte;

Os sertões são contemporâneos, porque dentre outras coisas, grande parte de sua gente hoje é urbana, citadina, e mesmo aqueles que vivem no campo reivindicam e desejam o modo urbano de viver, querem as mesmas comodidades e confortos da vida urbana querem ter os mesmos direitos dos habitantes das cidades. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p-49).

De acordo com esse estudioso, a caracterização do sertão pela seca e pobreza só impulsionou o discurso xenofóbico, sua sustentabilidade é de interesse de quem o produz e se dá através das relações de explorações. Feito a problematização, este recomendou que haja investimentos e políticas públicas para reivindicar nesse espaço direitos contemporâneos, principiando a retratação da forma como esse espaço é visto.

No trabalho científico elaborado por Evandro Santos, Helder Macedo e Joel Andrade (2022), corroborou para a construção de possibilidades para as produções temáticas dos sertões, pesquisando a partir do universo histórico-cultural, tomando essa área de estudos a partir das diferenças, o que chamaram de a história entre-lugares.

Entende-se que a palavra sertão por muito tempo foi conceituada e ligada a um significado, porém, sabe-se que conceitos não estão definidos para sempre, principalmente quando este foi construído a partir da visão do outro. Tendo como premissa uma ressignificação dessa visão de sertão, exploramos neste trabalho os mais diversos aspectos da sua diversidade no intuito de compreender sua composição.

Contudo, compreendemos a partir das novas produções historiográficas que essa ideia de sertão como um lugar atrasado e arcaico já não recobre mais a mesma realidade, adicionando a perspectiva de um sertão plural (sertões) teorizado por Albuquerque Júnior, demonstrando qual o sertão que queremos ocupar neste trabalho.

3. CONCLUSÃO

Portanto, destacamos a importância de se estudar a vida e obra do padre João Maria, este como um homem que tem sua imagem atrelada a significados que correspondem ao espaço e cultura sertaneja. Através desta pesquisa pretendemos colaborar para as construções de



narrativas que vêm sendo desenvolvidas nos sertões brasileiros, especificamente nos referimos ao seridoense.

Pensar a história dos sertões é propor um novo olhar sobre sua importância, se distanciando da estigmatização de sua definição somente através de seu clima e paisagem. Para isso, reconhecemos sua autonomia, trabalhando sua contribuição no viés cultural, simbólico, econômico e político, apoiando essa área de concentração que é rica de possibilidades para se compreender a sociedade em um todo.

Como vimos no decorrer da leitura, situamos esse trabalho no campo da História Cultural, no qual podemos contribuir para se pensar esse campo de pesquisa a partir de determinado espaço, buscando apresentá-lo em suas particularidades e como funcionou o processo de designação de signos e significados. Pois, ao se trabalhar com a formação de uma figura popular, impacta diretamente na história da população seridoense, explorando a configuração das suas construções de representações místicas, suas tradições e mitos.

Com isso, neste trabalho levantou-se suposições e hipóteses que auxiliam na compreensão de circunstâncias que permitiram o desenvolvimento de uma visão mistificada sobre o padre. Utilizando a representação proposta por Chartier, partimos da imagem e da memória construída nos periódicos potiguaros para se aproximar do passado, partindo do imaginário coletivo que ousaram testemunhar graças alcançadas em nome do falecido padre. Essas são questões que tecem esse trabalho, mediando as compreensões que foram responsáveis por notabilizar o padre João Maria como o santo do Seridó.

Portanto, essa pesquisa possui relevância acadêmica para se entender como são constituídas as figuras sagradas no Seridó, se evidenciando o contexto ambíguo do conceito sertões. Buscamos compreender a construção da representação do padre associando aos entraves do contexto das publicações e os interesses dos editores de nossa fonte, questionando os aspectos possíveis que contribuíram para sua formação como santidade, tudo isso buscando relacionar a uma questão de maior relevância o sertão.

FONTES

Hemeroteca Digital Brasileira; A ORDEM. 1935 a 1945, padre João Maria.

Hemeroteca Digital Brasileira; DIÁRIO DE NATAL. 1940 a 1955, padre João Maria.



Hemeroteca Digital Brasileira; O POTI. 1950 a 1955, padre João Maria.

LANDIM, Monsenhor José Alves. Um perfil de sacerdote. Natal: Imprensa industrial 1936.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Distante e/ou do Instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.). **Culturas dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 41-57.

ARAÚJO FILHO, Pedro Soares de. **Padre João Maria: Subsídios para história**”. organizados por Pedro Soares de Araújo Filho. -2.ed. Fac-similar (1906) - Azymuth, 2013.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história** – especialidades e abordagens. Petrópolis-RJ, Vozes, 2004. p. 9-132

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Edunesp, 2004.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CERTEAU, Michel de. A Beleza do Morto. In: _____. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995. p. 55-83

CERTEAU, Michel de. Relatos de Espaço. In: **A Invenção do Cotidiano** – artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 75-106.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: A história entre incertezas e inquietude** - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-79

LANDIM, Monsenhor José Alves. **Um perfil de sacerdote**. Natal: Imprensa industrial 1936.

MAIA, Isaura Amélia de Sousa Rosado.; LUCENA, Jardelino. (Orgs.). **Bom dia Padre João Maria**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008. 198p. (Coleção patrimônio Cultural Potiguar, 2)

MELO JÚNIOR, A. F. de. Um sacerdote integral: o padre João Maria na narrativa do monsenhor Alves Landim (Natal – RN, 1933-1936). **Revista Espacialidades**, [S. l.], v. 6, n. 05, p. 216–233, 2013. [Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17610>] Acesso em: 7 nov. 2022.

MELO, Rosana Karla Bezerra. **A ORDEM**: jornal, agente cultural e estrutura ideológica no Rio Grande do Norte (janeiro a março de 1964). Natal, 2002.



MONTEIRO, Eymard L'E. **Esboço Biográfico do Pe. João Maria**. Natal / RN – 1979.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis** [Online], 4-5, 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012. [Artigo disponível em <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>].

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. In: PEIXOTO, Renato Amado (org.). **Nas trilhas da representação: trabalhos sobre a relação entre história, poder e espaços**. Natal: EDUFRN, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

SANTOS, Evandro; MACEDO, Helder; ANDRADE, Joel. A História dos Sertões em novas perspectivas: contribuições para construção de um campo de pesquisa. In: MACEDO, Helder (Org.). **Fazendo ciência nos sertões: experiências e idealizações no Seridó**. Sobral: SertãoCult; Caicó: PPGHC-UFRN, 2022 (no prelo). [Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1N21ud-6TmWe8Th3xqTVPKBmtsyIZFPvW/view?usp=sharing>]

SOARES, Boanerges. **Padre João Maria 1922-1988**. -2. Ed. Fac- similar- Natal: Azymuth, 2015.

O AKANGATU: O USO DO PATRIMÔNIO COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Djalma Luiz do Nascimento Dantas
Mestrando PROFHISTÓRIA-URCA
djalma.trezeano@gmail.com

RESUMO: Este trabalho, apresenta a experiência do projeto de ação educacional em Educação Patrimonial, Akangatu, realizado na Escola Maria Cândido de Oliveira em Cachoeira dos Índios -PB. Oportunizando uma experiência de Ensino de História, que buscou analisar as relações de aprendizagem entre as representações da História ensinada, no chão da escola, por meio da apresentação dos conceitos e narrativas utilizando o livro didático e nas aulas expositivas da disciplina, que mediante o currículo podem ser entendidas como artificiais aos alunos, tendo em vista que as imagens que estão longe da sua realidade. Por esta razão, o Akangatu, buscou usar a experiência vicária dos alunos utilizando os Patrimônios por meio do estudo de caso, para a reflexão da compreensão da história ensinada como a vivenciada pelos alunos e seu pertencimento histórico.

Palavras chaves: Akangatu; Ensino de História; Educação Patrimonial.



A temática do ensino de História está presente cotidianamente nas práticas docentes de todo professor desta disciplina no seu fazer laboral, principalmente na relevância e na construção do seu significado, muitas vezes com questionamentos sobre a sua necessidade de ser ensinada e aprendida por jovens que veem a disciplina e seus saberes longe da sua realidade. “Os saberes da História, tais como os de outras disciplinas, não podem ser adquiridos sem uma compreensão dos problemas construídos e explicados pelo investigador” (Alves, 2016, apud Doussot, 2011, p.11), sob essa perspectiva partiremos para construir este trabalho.

Diante das experiências vivenciadas como professor de História, ao longo de mais de trinta e seis anos de atuação profissional no estado da Paraíba em escolas públicas e particulares, tendo as práticas pedagógicas voltadas na maioria das vezes a atualização de métodos mnemônicos (Bittencourt, 2004), por sua vez a disciplina ao debruçar sobre as representações e as narrativas para a construção do fato histórico, fui direcionado a refletir novas práticas de ensino e principalmente rever o meu papel, nas formas de ensinar História, dentro de uma dinâmica completamente diferente da que estava mecanicamente habituado.

Passando a observar de forma mais apurada, aos vestígios históricos produzidos ao longo das ações do homem, que ao culturalmente produzidas e preservadas, passando a ser interpretadas, significadas e ressignificadas por novos olhares e intencionalidades, produzem narrativas históricas que contadas acabam chegando nas salas de aulas da disciplina de história em todos os lugares que se pretende ensinar e aprender a disciplina. A luz das ideias Ginzburg no livro: Olhos de madeira – nove reflexões sobre a distância, vejamos:

Nas ciências humanas fala-se muito, e há muito tempo, de “representação”, algo que se deve, sem dúvida, à ambiguidade do termo. Por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste,» realidade ausente que pretende representar. (GINZBURG, 2001, p. 85)

O autor nos traz a reflexão de que tudo que se busca narrar ou representar na história parte de uma intencionalidade que foi traçada principalmente durante a consolidação do



Estado Moderno europeu, centralizado nas figuras dominantes em especial o rei, o senhor da majestade que mesmo pois morte busca construir para seus súditos uma imagem de superioridade, beleza e perfeição, que os demais mortais os súditos jamais conseguiram alcançar, por sua vez ele nos aponta a análise de que ao olharmos as representação perfeitas dos soberanos não há espaço para contar-se as histórias dos subalternos, que por escolha intencional é silenciada na história por muito tempo sobre o espelho da história positivista que ele busca se distanciar e por vezes criticar na obra.

As implicações antipositivistas dessa observação são óbvias. Mas ao salientar as implicações cognitivas do estranhamento, eu gostaria também de me opor com a máxima clareza possível às teorias da moda que tendem a esfumar, até torná-los indistintos, os limites entre história e ficção. (GINZBURG, 2001, p. 41)

Talvez o autor ao não se afastar completamente do positivismo busque nos levar a refletir que as representações da história no seu fazer perpassam pela a “*palavra, a idéia e a coisa*” (2001.p 85), justamente no olhar do historiador os seus objetos de estudo, busque respostas as suas intencionalidades próprias aos narrar os fatos por ele estudado, e o concluir seu ofício, leve por meio da escritas e das imagens por ele produzidas e ou analisadas a ideia que se deseja para a sociedade, está por sua vez passa a ser conduzida na fabricação das suas próprias representações, sejam elas de caráter individual ou coletivas, muitas vezes produzindo identidades culturais e históricas que passam a representar uma identidade – como a identidade nacional por exemplo.

Para Ginzburg ao retratar as figuras do rei em cerimoniais fúnebres na obra já citada, que o momento descrito, suas representações, intencionalidades e uma espécie de espetacularização do fato que se estabelece a coisa que nada mais é do que o poder estabelecido, de como se contar, para que se contar e quais a finalidades de todos esses rituais na construção de um fato histórico, que vai muito mais além do que mera apresentação, está voltado a definir os modos operantes que a sociedade deve obedecer para a manutenção do status quórum, que favorece o poder presente e futuro a partir de qual e de como se conta a História para um povo.

A intencionalidade nas representação são tão fortes que até este artigo construído em poucas páginas, busca debruçar seus olhares de como são fabricados os fatos históricos dentro dele, seus esquecimentos ou o enaltecimentos do que deve ser permanentemente lembrado,



não sairá de forma alguma ileso ao desejo que emerge de quem o escreveu, pois sempre se escreve para alguém – a narrativa histórica é escrita para estudiosos, alunos da educação básica e ensino superior e para aquele que busca aprender história seja letrado ou não -, buscando fazer-se compreendido e interessante para o leitor.

Ao escreve-lo buscou-se também legitimar o que se pretende trazer a luz da discussão ao logo deste texto, estão as representações das ideias de Ginzburg (2021) Burke (2017) Chartier (2002) e Fonseca (2006), como exemplos teóricos utilizados ante mão construir pontes intelectuais que entende-se teoricamente o que se tem e o que se deseja produzir de saber histórico e suas novas representações e intencionalidades infinitas.

Cada um desses autores citados nos serviram de base operacional para dizer que o ensino de história na sala de aula pode ser também no seu fazer um produtor de narrativas de novos saberes e fatos histórico, observando que a análise de Ginzburg sobre as representações dos reis e o glamour monárquico se apresenta na sala de aula a partir de imagens de livros didáticos que levam o aluno a buscar entender e interpretar um tempo histórico que não é mais vivenciado por ele, mas a imagem por sua vez o leva a uma época histórica por meio do estudo e reflexão, sobre as mudanças sociais e políticas que ele pode não mais voltar a ter a oportunidade de vivenciar, já que o Brasil por exemplo vive em regime republicano.

Para exemplificar, buscamos uma imagem do livro didático: *História, sociedade & cidadania* (2019), ensino fundamental anos finais de Alfredo Boulos, e outra imagem do livro didático, *História das cavernas ao terceiro milênio* (2016), ensino médio, de Patrícia Braick e Myriam Mota, que tem intencionalidades diferentes tanto as séries que é destinado quanto ao que buscar possibilitar ao aluno a uma reflexão sobre essas representações sobre as imagens como fontes históricas na aula da disciplina que buscamos aqui direcionar nossa reflexão. Vejamos as imagens a seguir:



Imagem 1: Fonte: (BOULOS, 2028, p.105 e BRAICK, MOTA,2016, p.98)

Acompanhando a argumentação, as imagens apresentadas nos livros citados trabalham com a temática escolhida por Ginzburg, tendo como argumentação central do seu debate sobre as representações e suas finalidades, vejamos que mesmo com as mudanças promovidas pelo advento da republica ainda existe um encantamento pelas representações monárquicas em ambas as imagens a figura central é um monarquista em momentos e representações diferentes, as pinturas são de séculos muito anterior a publicação dos livros, que as apresentam nas salas de aula a quem tem deles acesso – infelizmente não podemos generalizar por saber das desigualdades educacionais, os livros didáticos não estão presentes em todas as escolas - a imagem representa e conta por si só suas próprias narrativas.

A imagem de Luís XIV ao centro, pintada por Colbert, jamais poderia ser descrita com tanto vigor e detalhes, de forma oral ou escrita, mesmo séculos depois o aluno ao se deparar com a representação de uma época pintada e impressa no livro didático pode visualizar o que a escrita não seria capaz de descrever, a cultura de uma época, para Chartier “a história cultural,(...), tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (2002, p.16 e 17). Por tanto as representações em pinturas são para nós um importante mecanismo cultural humano, em sociedade em diferentes tempos históricos que são peças fundamentais para o ensino de história e a construção de novos saberes dentro do espaço escolar.

Não menos importante à pintura de Delaroche, com sua representação fúnebre, nos mostra com clareza uma nova intenção de representação social na obra apresenta-se um rei morto, sem grandes pompas, sem estar rodeado de sua corte bajuladora, sem demonstração de poder algum, ao segura a tampa da urna funerária Cromwell, se coloca como o responsável



pelo fim do rei que é o fim de uma era, enterra-se a monarquia e inicia uma nova era, é momento das ideias iluministas tomarem o poder e o colocar nas mãos do povo – no caso burguesia inglesa, ou seja as imagens apresentadas em ambos os livros se completam, ao relacionar as disputas de poder, não apenas nas representações simbólicas, mas na sociedade que se deseja forjar aos moldes dos que estão no controle o que Chartier nomeia, “lutas de representações” (2002, p.17).

Deste modo, é preciso também enfatizar que essas imagens somadas as narrativas que elas carregam, não estão por acaso nos livros didáticos, pois quando estudamos história nas aulas da disciplina, sempre nos deparamos com representações distantes, eurocêntricas; vejamos que ao escolhermos um livro do ensino fundamental e um do ensino médio, traçamos uma representação histórica linear, sem nos preocuparmos com a passagem temporal que o ensino exige, sabemos que o ensino brasileiro não permite a progressão do 7º ano fundamental para o 2º ano médio, saímos do Absolutismo francês em ascensão, para o declínio do Antigo Regime inglês, sem perder a ideia de transição histórica, mesmo em países e momentos históricos diferentes.

No entanto nossa intenção, foi de que você, leitor, se não percebeu volte as imagens e agora possa percebê-las com uma nova análise, que pode lhe proporcionar uma nova representação. Há você que percebeu as representações, com clareza, tenha certeza que se fez pela razão de uma observação detalhada e de dominar outras fontes que complementam e tornam as imagens em representações do passado, que narradas com segurança escrevem com veracidade o fato histórico em meio as disputas de permanência ou esquecimento, a pintura histórica toma sentido com outras fontes, entre elas os livros, artigos e a sala de aula.

Não pretendemos aqui, fazer uma análise dos livros didáticos e dos currículos escolares, mas sabemos que a história que se ensina parte de grades norteadoras, será pela determinação do ministério da Educação e Cultura, as Bases Nacionais Comuns, os Parâmetros Curriculares Nacionais e até os Currículos Estaduais e /ou Municipais. Sabemos que as histórias ensinadas nas escolas são representações históricas que acabam sendo preponderantes no que é ensinado nas salas de aula (Fonseca, 2006), mesmo sabendo que para além deles existem os currículos ocultos, que não aparecem nos livros nem nas determinações estatais, e que é colocado pelos alunos e professores no chão da escola o “*currículo oculto*”.



Portanto para além das representações das histórias contadas nas salas de aula, por meio de imagens e textos e recursos áudio visuais, a história a ser ensinada, parte das disputas de e por representações, tendo em vista o fato de se escolher o que deve ser esquecido ou não das representações da história, que já falamos anteriormente, o que devemos ou não aprender em história também parte das disputas de poder, o que está no livro didático e que vai ser estudado é resultado de disputas de poder e saber (Melo, 2021) e consequentemente das representações culturais que deseja se perpetuar, cabe a nós buscar trazer representações que tendam a esquecer os oprimidos e valorizar toda a sociedade, não sendo possível abandonar a pedagogia freiriana da libertação, nessa missão.

Para isto podemos fazer como Colbert e Delaroche, pintores da história do seu tempo que retrataram cenas de uma Europa de séculos passados que cruzaram o atlântico e são estudadas e analisadas em livros didático por jovens de todo o Brasil “esses pintores podem ser vistos como historiadores de pleno direito” (Burcker, 2017, p. 237), mesmo muito séculos depois são usados neste artigo em plena terceira década do século XXI, como exemplos de representações da história do seu tempo.

Ao observamos as representações históricas sejam por imagens em pinturas, fotografias, documentos, patrimônios culturais e históricos, somos levados a pensar refletir e perceber nosso espaço social no tempo presente na história do hoje. Acreditamos na história vivenciada, nos espaços sociais em especial o chão da escola nas aulas da disciplina, nos deixando conduzir pelo pensamento de Burcker no livro: Testemunha ocular, o uso de imagens como evidência histórica, novos olhares sobre a forma de vivenciar a história nos aparecem cada vez mais atraente e por esta razão defendemos que possam ser usadas na consolidação dos saberes históricos em sala de aula.

Ao olhar para os filmes e documentários, infinitos nas plataformas digitais, temos acesso a narrativas sobre diversas narrativas, históricas, muitas em filmes, outras em series, também as documentários que nos aproximam das representações dos acontecimentos históricos como se estivéssemos presentes observando tudo que esta acontecendo, os atores parecem personagens reais, que estão vivendo tudo o que podemos observar como se entrássemos numa capsula do tempo, voltando anos na história e vivenciando tudo, inclusive pausando para retorna ao tempo presente receber uma encomenda dos correios e voltar a viver



aquele tempo histórico por meio das telas, a sétima arte tem esse encantamento, que mesmo lendo um livro a imaginação humana não consiga alcançar a perfeição de viver o passado como nos é dado pronto e acabado em um desses recursos áudio visuais.

O autor Burcker enfatiza e enaltece “o ponto essencial é que uma história filmada, como uma história pintada ou escrita, é um ato de interpretação” (2017, p. 242) e deve ter o cuidado para não sair demasiadamente do prumo científico, um filme histórico para ele deve ser feito de maneira profissional voltada para a aproximação com a verdade, nesse ponto acreditamos que a para esta finalidade ser compreendida é preciso se aproximar da verdade conceituada por Foucault no livro: *A Coragem da Verdade O Governo de Si e dos Outros II* (1984), talvez isso seja impossível pois o filme por mais que represente um tempo histórico ele é romanceado e pode desagradar historiadores severos, porém evitando o anacronismo pode ser uma ótima ferramenta para o ensino de história.

Não podemos deixar de enfatizar que os filmes por mais sedutores, romanceados, ou violentos que sejam, são carregados de intencionalidades e disputas de poder e de ser, ao ser produzido e reproduzido em todos os lugares, principalmente na sala de aula, eles apontam caminhos nas representações sociais, existem vários exemplos de filmes e ou documentários, uns que exaltam heróis do passado e outro que por sua vez protagonizam disputas e marginalizações sociais, ao escolhermos um filme para exibir em sala de aula, geralmente o professor utiliza um que está de acordo com o currículo e que represente aquilo que se deseja que os alunos aprendam, e a depender da formação e da posição política do docente o teor do filme escolhido sobre o mesmo fato histórico pode mudar, de acordo com as representações que o docente acredita ser pertinente ao que ele acredita.

Se estabelecermos uma relação entre, escrita, pinturas e filmes todas elas nos ajudam a entender melhor o tempo passado, um sendo ponte para o outro na compreensão do passado e da história que se deve aprender seja na vida em sociedade ou escolar, para Burcker (2017) todas essas fontes são recursos visuais para esclarecer as representações das narrativas históricas que é desejamos compreender, tendo em vista que assim como existem relações de disputas nessas representações, interpretação dos acontecimentos é sempre única.

Outra perspectiva das representações das imagens para a aprendizagem histórica que estamos argumentando até aqui, é utiliza-las na pratica do ensino de história por meio da



Educação Patrimonial, sabemos que todas as representações do passado são interpretadas e vivenciadas no tempo histórico. “*A escola e as aulas de história são lugares de memória, da história recente, imediata e distante*” (Fonseca, 2006, p.132). Por sua vez ao voltarmos nossos estudos e práticas de ensino e aprendizagem somando tudo e disponibilizando aos alunos a oportunidade de serem protagonistas da própria história e da sua comunidade, poderemos ter a construção de fontes, narrativas e fatos históricos por meio desta intervenção no ensino de História.

Ao usamos o local e o cotidiano dos alunos na constituições das próprias narrativas, poderemos usar, as imagens, pinturas, fotografias e filmes, feitos por eles com um olhar para o patrimônio cultural que os cercam e fazer história para além das representações dos currículos e das imagens do tempo histórico narrado no livro didático, temo a convicção que nenhum destes mecanismo pode trazer além das representações que pretendem apresentar sobre o fato histórico ao fato de sair em campo e escrever a própria história, uma pintura contemplada não substituirá a experiência de vivenciar o fato histórico, como uma testemunha ocular e ao mesmo tempo sujeito das ações que de pretender eternizar.

Fotos, filmes e telas, não permitem a sensação de sentir a brisa e o cheio do lugar e da história vivenciada, um ator por mais belo que for, não substitui um personagem da história que pode ter suas memórias registradas por meio da história oral, não sentiremos seu perfume ele não poderá nos chamar pelo nome e nos tocar, e com isso aguçar todos os sentidos que deixará naquele que participa o momento em que se vivencia o acontecimento histórico.

Acreditando que o aluno pode ser um investigador da História, aprender a disciplina, e por consequência compreender a sociedade que o cerca, o passado e suas relações, tendo em vista que “A experiência vicária, que é adquirida no ensino de história, estimula a imaginação e expande a concepção do educando do que é ser humano e, assim do que ele ou ela é ou pode vir a ser.” (Lee, 2011, p. 40).

Por esta razão, desenvolvemos o projeto de Educação Patrimonial intitulado de **AKANGATU**⁶⁴², acreditando é possível envolver os alunos na produção e compreensão da História por meio da memória social, da história oral e que (...) “o estudo da história local e

⁶⁴² Akangatu: memória, lucidez, inteligência. segundo o dicionário tupi. Disponível em: <https://maniadehistoria.wordpress.com/mini-dicionario-tupiguarani/#:~:text=Akangatu>, acesso em: 10 nov 2022.



do cotidiano faz com que nos percebamos como parte integrante da História, por meio das nossas vivências pessoais e também com a nossa comunidade.” (Viana, 2016, p. 13).

Quando pensamos em desenvolver esse trabalho de levante de memória escolhemos a Cidade de Cachoeira dos Índios – PB, delimitando a participação no trabalho dos alunos do Ensino Fundamental II da Escola Maria Candido de Oliveira, que podem após a formação inicial pretendemos selecionar 8 alunos para produzir materiais diversos na construção das narrativas históricas do lugar, sendo preciso destacar que não há Diretrizes Municipais de Ensino, sobre a História do lugar, ou seja pretendemos ir para além da escola e posteriormente colocar o que foi produzido no debate de construção dos saberes escolares. Isto posto, acreditamos que práticas de vivência histórica podem levar os alunos a reivindicar seus patrimônios culturais e históricos.

O Akangatu, foi pensado na busca de fomentar representações, interpretações e reivindicações históricas de trocas de saberes, tendo como metodologias iniciais, leituras e estudos de campo com ênfase na Educação Patrimonial, as primeiras ações foram de formação inicial sobre patrimônio e cultura local sendo desenvolvidos estudo, oficina de sobre o que é patrimônio? e o que é Educação Patrimonial? por meio desta oficina, foram levantados temas com temas: memória e quais Patrimônios materiais e imateriais do município.

Como inspiração e referência para a continuidade do projeto em andamento, foi proposta a visita ao museu Casa da memória em Porteiras – CE, para conhecer a experiência do grupo REMOP⁶⁵³, no grupo “os sujeitos se colocam na condição de protagonistas em todas as etapas do processo e numa relação de pertencimento com a história, como o território e com a preservação das memórias coletivas” (Santos e Nunes, 2021, p. 135) pois além de promoverem um levante revolucionário de buscar valorizar a história da cidade e de sua cultura, os jovens do grupo promovem inúmeras ações educativas e de valorização do patrimônio e da história da lugar, propositalmente planejamos o estudo campo ou “*aula turismo*” a Porteiras -CE.

Para ampliar, enriquecer, fortalecer a ideia que a memória e a história vivenciadas no tempo presente, merecem ser estudadas e problematizadas, para deslumbramos a

⁶⁵³ Associação Retratores da Memória de Porteiras

consolidação de uma identidade cultural local fomentada pela cultura histórica escolar com práticas escolares consolidadas na utilização e estudo da Educação Patrimonial, para isto fomos in loco aprender com as experiências de sucesso, as porteiras dos saberes históricos se abrem para conhecer e reproduzir memórias, histórias e tradições, como podemos ver nas representações a seguir da história vivenciada no estudo de campo.



Imagem 2: Visita a Pedra Branca e a Casa da Memória de Porteiros – CE, 2022. Fonte: autor.

Como o autor Cícero Santos e Cícera Nunes , evidenciam a importância deste movimento para além do grupo e da casa da memória, estando presente nas escolas e também no reconhecimento e reivindicação da comunidade do Sousa que passou a buscar referenciar pelas ações do REMOP suas ancestralidades e conseguiram se auto declarar comunidade quilombola, o movimento de retratar o passado promove ações permanentes de educação e produções de fatos e narrativas históricas vivenciadas no presente, estabelecendo uma relação de partilha entre o museu da casa da memória e a “identidade cultural, rompendo com as imagens cristalizadas e localizando-as num tempo histórico e nos processos de reelaboração” (2021, p. 138).

A visita aconteceu para troca de ideias e conhecimentos, aqui os alunos e responsáveis tiveram acesso às informações da história de Porteiros, conheceram as lendas do carneiro encantado e dá moça que se encantou na Pedra Branca que é um patrimônio natural, cultural imaterial do município, em que o REMOP é guardião e disseminador da memória social do lugar, onde lutam e se preocupam na preservação dos bens e da memória rica que eles buscaram e retrataram e continuam a produzir história.



Imagem 3: Roda de conversa com os membros do REMOP e visita ao Terreiro de Cultura da Mestra de Cultura do Ceará, Maria de Tiê, na comunidade quilombola do Sousa, 2022. Fonte: autor

Após o estudo de campo enriquecedor na cidade de Porteiras – CE, os alunos e responsáveis, foram conhecer in loco a história, de fato, não apenas pelas representações de uma pintura, filme ou documentário, visitaram os bens patrimoniais que o professor poderia relatar em uma aula expositiva com auxílio de recursos áudio visuais, no entanto a experiência vicária, de ouvir a os sujeitos históricos, de observar costumes, saberes populares , festividades cheiros e sensações, inclusive do clima, que é diferente de Cachoeira dos Índios – PB. Tornar ao nosso ver o estudo e a construção de narrativas históricas muito mais significantes e valorosas.

No retorno do estudo de campo o grupo novamente se reuniu na escola uma semana depois, para avaliar e construir uma narrativa individual e depois conjunta do estudo de campo, impressionante que cada aluno descreve a experiencia, de maneira diferente, porém todas as narrativas convergem, se comprovam em fotos e vídeos, registros feitos por eles e que contam a nossa representação enquanto escola do REMOP, da Casa da Memória de Porteiras e de todos os bens do patrimônio cultural de Porteiras, que eles atras das suas memórias produzidas no estudo, passaram adiante nos seus relatos.

Assim sendo, a problematização das representações e da construção do fato histórico no ambiente escola, tomou para nós a chave que é patrimônio. Que sendo estudado na escola por meio do ensino de história e da educação patrimonial, em uma cidade em que a memória social, seus bens patrimoniais, e a história do município ainda não é analisada e estudada na escola, estando ainda no além do espaço escolar.



Entendemos assim que o Akangatu pode se colocar como ponte, para a reivindicação da história, memória e patrimônio do lugar que precisa ser reivindicada, escrita, pintada, filmada, fotografada e por sua vez representada nos acontecimentos históricos, que precisam ser contados dentro do espaço escolar, para fortalecer os laços de pertencimento e identidade da população do município, afim de promover um movimento semelhante ao de Porteiras, um levante histórico para que será escrita, preservada e transmitidas para a eternidade histórica dos que ainda estão por vir e proteger aquilo que hoje está passível de esquecimento.

Memória e palavra, escola e história, lugares de produção de identidade, de formação, de educação. Mais do que difundir respostas para perguntas, oferecer soluções acabadas para os problemas, a história oral, na educação básica, nos permite penetrar, trocar, compreender e dialogar com o outros. (FONSECA, 2006, p. 140)

Pois bem, acreditamos que na construção das narrativas históricas do município, nossa principal fonte de saber será a memória social capitada pela história oral na sala de aula (Santhiago e Magalhães, 2015), ouvir com atenção o que a sociedade quer contar, para que possamos semelhante as ações do REMOP, retratar a história e os bens do patrimônio cultural, buscando na reivindicação dos alunos envolvidos no projeto, saber o que a comunidade tem a dizer sobre sua história e seus bens que devemos estudar e preservar, e por fim tentar produzir um inventário patrimonial, com auxílio da pesquisa, da atuação entre escola, professor, aluno e sua comunidade, após este levantamento teórico e prático, promover o a narrativas dos acontecimentos registrando e catalogando o Patrimônio material e imaterial que precisa ser conhecido para fazer sentido sua preservação.

Diante disto pretendemos ao final do percurso metodológico e histórico promover uma pesquisa voltada a observar as possíveis possibilidades de uma Educação Patrimonial⁶⁶⁴ como caminho para o Letramento Histórico⁶⁷⁵, que ao serem associadas podem produzir um conhecimento histórico concreto e significativo em sala de aula, produzido pela sala de aula e

⁶⁶⁴ “Ocorre em 1983 a introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da heritage education, desenvolvido na Inglaterra”. (IPHAN, 2014, p. 13).

⁶⁷⁵ “O letramento histórico é, em decorrência, um processo pedagógico de particularização de usos sociais da escrita que pode envolver aspectos dessa particularização que são considerados relevantes. Ao qual correspondem expectativas escolares e sociais relativas ao desenvolvimento e à finalização da escolarização básica”. (Rocha, 2020, pág. 282- 283).



pela comunidade, e ao fim e ao cabo pode servir à comunidade na edificação de suas identidades historicizadas.

Se ao final do processo tivermos conseguido produzir um inventário histórico do patrimônio de Cachoeira dos Índios – PB, pretendemos iniciar a problematização do ensino da história local, construir no caminho do conhecimento histórico que pretendemos forja, consolidar saberes, fortalecer identidade e pertencimento, trazer a ciência e a escrita dos acontecimentos e fatos históricos, como representações do fato histórico que deve ser escrito e preservado. Como objeto de trabalho final está a ênfase no ensino de história na escola, utilizaremos o inventário que pretendemos produzir para, de maneira coletiva, propor o debate possível implementação de uma proposta de Diretriz Curricular Municipal para o ensino de História.

É preciso atenção ao leitor para não compreender de forma equivocada que este artigo trata de dois assuntos, o que se buscou aqui argumentar é as relações do Ensino de História, por meio das representações do passado, que podem ser fazer distantes em livros didáticos ao tempo que podem ser aproximar com as vivências, levando a aluno a perceber que a História está mais próxima a ele, e ter o mesmo valor, fazendo compreender que o livro didáticos trás narrativas que representam a história a partir de um lugar.

Segundo Neves (1997) “toda História é local”, portanto, deve ser representada e ensinada também a partir do meio histórico de quem aprender dando assim sentido de identidade e relação de pertencimento, as representações do livro didáticos apresentadas são tão importantes quanto as representações vivenciadas como testemunhos oculares da história a ser melhor interpretada e compreendida.

Não se buscam dar as contas aos saberes representados nos curriculares nacionais, como o Absolutismos francês e a República de Cromwell, mas também a história dos bens patrimoniais e das histórias locais, devem se fazer presentes a fim de promover o fortalecimento da ideia de identidade e pertencimento que estará ao final desta empreitada histórica sendo estudada, problematizada em sala de aula, que é para nós, um espaço fecundo na elaboração de narrativas dos fatos históricos.

REFERÊNCIAS:



ALVES, Luís Alberto. **Epistemologia e ensino da história**. Revista História Hoje, v. 5, n. 9, p. 9-30, 2016.

BARCA, Isabel. Literacia e Consciência histórica. **Educar em revista**. p. 93-112, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5545>. Acesso em: 11 mai. 2022.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História, fundamentos e métodos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania : 7º ano : ensino fundamental : anos finais** / Alfredo Boulos Júnior. — 4. ed. — São Paulo : FTD, 2019.

BRAICK, Patricia Ramos. MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. Vol.1. 1º Ed. São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 out 2022.

CAVALCANTI, Erinaldo. **Livro didático**: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. Revista História Hoje, v. 5, nº 9, p. 262-284 – 2016. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/219>. Acesso em: 15 set 2022.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990 [Lisboa: DIFEL, 1988].

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. **História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História**, História Oral, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan.-jun. 2006.



IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf, acesso em 11 nov 2022.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. [original dos ensaios: 1987-1982] [original do livro: 1982].

LEE, Peter. **Por que aprender história**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 19-42, out./dez. 2011. Editora UFPR

MELO, Francisco Egberto de. Base Nacional Comum Curricular e Documento Curricular Referencial do Ceará para o ensino de História: prescrição e resistência no tratamento das relações de gênero, étnicas e raciais. IN: FERREIRA, Angela Ribeiro et al (Orgs.). **BNCC de História nos estados: o futuro do presente** [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021, p. 146-167.

NEVES, Joana. **História Local e construção da identidade social**. Revista Saeculum, jan./dez. 1997.

NUNES, Cicera; SANTOS, Cicero Joaquim dos. Por uma poética museal nas comunidades quilombolas do Cariri-CE. In.: CANDEIAS, Roberto Pergentino das. **Os múltiplos olhares do laboratório de educação das relações étnico-raciais da UFPE**. Recife: EdUFPE, 2021.

ROCHA, Helenice. Letramento(s) histórico(s): uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de história. In: **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 13, n. 2, jul.-dez., 2020. Disponível em: <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/1061/pdf>. Acesso em: 11 mai 2022.

SANTIAGO, Ricardo. MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula / Coleção Práticas Docentes**, 1. ed., Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015.



SANTOS, Cícero Joaquim dos. **Necessidades de história: os usos da memória na construção da cidadania cultural**. Políticas Culturais em Revista, Salvador, UFBA, 6 (1), pp. 54-70, 2013.

O NORDESTE E A FIGURA DO NORDESTINO NA TELENVELA MAR DO SERTÃO: REPRESENTAÇÕES E ESTEREÓTIPOS

Ayla Monteiro Silva
Graduanda - Universidade Federal de Campina Grande
ayla.monteiro@estudante.ufcg.edu.br

Resumo: Transmitida no horário das 18h de 22 de agosto de 2022 a 17 de março de 2023, a telenovela Mar do Sertão e as temáticas abordadas por Mário Teixeira acarretaram representações do nordeste visando trazer uma versão de desconstrução dos estereótipos construídos pelo cinema e televisão acerca do espaço e povo nordestino, desse modo, o presente trabalho busca analisar, identificar e compreender como essas representações suscitadas pela obra contribuíram, ou não, para a construção da representatividade nordestina através da ficção. Sendo um grande produto da Indústria Cultural, a telenovela exerce uma influência significativa no cotidiano brasileiro, neste viés, objetiva-se uma análise crítica de Mar do Sertão que bateu recorde de atores nordestinos em seu elenco.

Palavras-chave: Telenovela; Rede Globo; Mar do Sertão; Representação; Nordeste.

INTRODUÇÃO

No mundo hodierno as mídias são vistas como um pilar fundamental, tornando-se cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, moldando e influenciando os modos de vida das sociedades. A mídia não apenas transmite informações, mas desempenha um papel crucial na formação de opiniões na sociedade. Dentre as diversas formas de mídia, destaca-se, para este estudo, a televisão, fixada no país por Francisco de Assis Chateaubriand, representando um dos mais importantes inventos do século XX. No contexto brasileiro, a televisão se posiciona como o meio de maior destaque e influência até então existente.

O surgimento da TV no Brasil foi impulsionado por diversos fatores internos e externos, especialmente durante a década de 1950, quando uma nova classe econômica começou a emergir. Essa classe era composta por empresários industriais, muitos dos quais originários das antigas oligarquias latifundiárias. Esses empresários estavam alinhados com o desenvolvimento



econômico dos grandes centros internacionais, buscando direcionar os poderes políticos e econômicos para as áreas urbanas do país.

No entanto, o cenário geopolítico desfavorável à implantação da TV no Brasil persistia. Na década de 1950, mais da metade da população brasileira ainda residia em zonas rurais, e a economia nacional estava centrada na produção agropecuária. Dilma Beatriz Rocha Juliano (2003) destaca que, apesar do processo de industrialização cultural desde o século XIX, as lutas partidárias internas refletiam a divisão entre latifundiários, responsáveis por grande parte da economia nacional, e aqueles que defendiam valores regionalistas e coloniais.

A década de 1950 marca um período crucial na história brasileira, com a transição do poder econômico do campo para a cidade. Esse período também testemunha a mudança do regime de uma ditadura populista para uma revisão das bases democráticas anteriores à ditadura de Getúlio Vargas. Nesse contexto, Assis Chateaubriand, membro da Academia Brasileira de Letras, advogado, jornalista, professor de direito, empresário e político brasileiro, conhecido como Chatô, desempenha um papel fundamental. Ele se destaca como uma das figuras mais influentes entre os homens públicos nas décadas de 1940 a 1960 e torna-se responsável por inaugurar a TV Tupi, marcando o início da trajetória da televisão no Brasil. Esse evento emblemático reflete o pioneirismo e o espírito empreendedor da nova era brasileira, mesmo diante das condições sociais e econômicas ainda indefinidas na época.

Com suas primeiras aparições no Brasil na década de 1950, a televisão conquistou o coração e a mente da população brasileira. Como mencionado anteriormente, a primeira emissora de televisão brasileira e da América do Sul foi a TV Tupi de São Paulo sendo também a pioneira da produção da telenovela no país. A primeira obra teledramatúrgica brasileira produzida pela TV Tupi de São Paulo foi Sua Vida Me Pertence, obra escrita por Walter Foster e sob direção do mesmo, sua estreia ocorreu em 21 de dezembro de 1951, e sua estrutura não se estabelece nas produções hodiernas, a obra contava com 15 capítulos que não eram apresentados diariamente, as transmissões ocorriam ao vivo apenas duas vezes por semana. Na década de 1960 a emissora TV Globo estreou sua primeira novela, intitulada Ilusões Perdidas, escrita por Enia Petri e estrelada por Leila Diniz. De início a emissora não obteve muito sucesso, mas aos poucos foi conquistando seu lugar no ramo televisivo.



Diferentemente das televisões europeias já consolidadas, que estão sob controle estatal e financiadas por meio de pagamentos mensais dos telespectadores, o modelo televisivo no Brasil se baseia na venda de espaços publicitários e na programação. A adoção desse sistema reflete claramente uma inspiração no modelo comercial norte-americano, alinhando-se de maneira notável aos princípios do neoliberalismo. Essa associação pode ser identificada em vários aspectos que permeiam a história da televisão brasileira. Estudos publicados indicam que a televisão de Assis Chateaubriand, principal concorrente da Rede Globo até 1980, foi caracterizada pelo "pioneirismo", "improvisação", constantes "sobressaltos financeiros" e "falta de um planejamento moderno". Apesar da semelhança buscada por Chateaubriand com o modelo americano, que naquela época estava saindo da fase experimental e se consolidando como um veículo de propaganda e mercado, sua abordagem nacionalista o levava a "adaptar" o progresso técnico observado no exterior para a realidade brasileira. Os críticos frequentemente ressaltam a preocupação de Chateaubriand com o atraso no desenvolvimento do país.

A Rede Globo representa uma das maiores e mais influentes redes de televisão no Brasil, com uma trajetória que remonta ao final da década de 1950. Seu fundador, Roberto Marinho, figura destacada como empresário e jornalista, iniciou a emissora com a aquisição da TV Globo Rio de Janeiro em 1965. A partir desse marco, a empresa expandiu sua presença para diversas outras cidades do país. O notável crescimento da Globo foi impulsionado por inovações tecnológicas, estratégias de programação diversificadas e substanciais investimentos em produções próprias. Nos anos 1970, a emissora revolucionou a televisão brasileira com novelas de grande sucesso, como "O Bem-Amado", "Gabriela" e "Roque Santeiro", consolidando-se como líder de audiência. Além das novelas, a Globo direcionou esforços em programas de entretenimento, jornalismo e esportes, destacando-se em coberturas de eventos importantes, como a Copa do Mundo FIFA e as Olimpíadas. O lançamento do "Jornal Nacional" em 1969 representou um marco no jornalismo televisivo brasileiro, introduzindo um formato inovador de telejornalismo. Ao longo dos anos, a Globo enfrentou desafios diversos, incluindo a concorrência acirrada de outras emissoras, as transformações no cenário midiático e desafios econômicos. A transição para a era digital também impôs novos desafios, exigindo a adaptação a plataformas de mídia emergentes e às mudanças nos padrões de comportamento do consumidor.



Historicamente, a telenovela possui uma origem híbrida, estando vinculada a outros gêneros como o melodrama, o folhetim e as radionovelas. Sua evolução até o formato contemporâneo passou por várias modificações. O Brasil se destaca na arte da teledramaturgia, com suas telenovelas cativando a atenção de um vasto público, estabelecendo-se como um dos produtos mais relevantes da televisão brasileira na contemporaneidade, contudo, não era objetivo inicial das produções televisivas representar o cotidiano do povo brasileiro, Oliveira, 2020 destaca que:

Somente na década de 60, observou-se a presença de ambientes brasileiros nas telenovelas. Sendo neste momento que o gênero passou a ultrapassar a sua função de entretenimento e passou a desempenhar também uma função social de demonstrar aos telespectadores a realidade e o cotidiano nacional.

As telenovelas brasileiras desempenham um papel fundamental na construção da identidade cultural e na representação de diferentes regiões do país. O Nordeste é uma região rica em cultura, história e diversidade, mas também é frequentemente estereotipado em produções televisivas. Este trabalho visa analisar as representações do Nordeste e dos nordestinos na telenovela "Mar do Sertão," buscando compreender como essa obra retratou a região e quais estereótipos foram perpetuados ou desafiados. Neste artigo, examinaremos como essa telenovela abordou essa questão complexa e as implicações dessas representações e estereótipos.

"Mar do Sertão" foi uma telenovela exibida em horário nobre que teve como cenário principal a região Nordeste do Brasil. A trama abordou questões sociais, econômicas e culturais que afetam a região, incluindo a seca, a migração, a luta pela sobrevivência e a riqueza cultural nordestina. Através dos personagens e tramas, a telenovela buscou apresentar uma visão complexa do Nordeste, explorando suas belezas naturais, riqueza cultural e também seus desafios. A telenovela "Mar do Sertão" fez um esforço notável para representar o Nordeste de maneira autêntica. Ela destacou as paisagens deslumbrantes, a música vibrante e a culinária deliciosa da região. Além disso, a novela explorou as tradições culturais, como o forró e o cordel, enriquecendo a narrativa e dando voz à cultura nordestina. No entanto, a telenovela também não deixou de abordar as questões socioeconômicas enfrentadas pelos nordestinos, como a seca e a pobreza, com empatia e sensibilidade. Os personagens principais lutaram contra esses desafios, destacando a resiliência do povo nordestino. Apesar das tentativas da telenovela



de apresentar uma visão mais realista e autêntica do Nordeste, não escapou completamente dos estereótipos associados à região e aos nordestinos. Alguns personagens secundários foram retratados de maneira estereotipada, reforçando ideias preconcebidas sobre a simplicidade, ignorância ou superstição dos nordestinos. Essa representação reducionista é problemática, pois perpetua estereótipos que não refletem a diversidade e a complexidade da região. Outro desafio que a telenovela enfrentou foi a questão da migração. Muitos nordestinos são forçados a deixar suas terras em busca de melhores oportunidades em outras partes do país. "Mar do Sertão" abordou esse tema, mas correu o risco de apresentar uma visão romantizada da migração, sem explorar completamente as dificuldades e desafios enfrentados por aqueles que deixam sua terra natal.

As telenovelas desempenham um papel significativo na formação de opiniões e na construção de identidades culturais no Brasil. Portanto, é importante que elas abordem com responsabilidade as representações regionais e étnicas. "Mar do Sertão" buscou equilibrar a representação do Nordeste, mas não conseguiu eliminar completamente os estereótipos. No entanto, a telenovela também teve um impacto positivo ao destacar a riqueza cultural do Nordeste e ao abordar questões sociais relevantes. Ela trouxe visibilidade para as lutas enfrentadas pelos nordestinos e promoveu uma apreciação mais profunda da cultura e das tradições da região.

REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE EM "MAR DO SERTÃO"

As telenovelas brasileiras têm representado diversas regiões do país, entre elas, o Nordeste e seu povo ocupam um espaço significativo, a cultura única do povo nordestino tem sido descoberta como uma fonte rica em geração de engajamento e audiência, fato que se comprova a cada produção televisiva que busca representar a região e que atinge sempre altos níveis de popularidade. Desde os primórdios do cinema nacional, a inserção dessa região esteve muitas vezes associada ao uso de estereótipos, padrões estabelecidos e perpetuados pela mídia, uma tendência que se reflete também nas telenovelas. Como observado por Oliveira, 2020 p. 98, *apud* Bagno 2007, p. 41, a representação da fala nordestina nas novelas televisivas é um verdadeiro desrespeito aos direitos humanos. Diante da contundente afirmação do autor, torna-



se crucial analisar e avaliar a maneira como a mídia tem apresentado essa região, especialmente no que diz respeito aos aspectos culturais e linguísticos utilizados.

As representações do Nordeste na televisão brasileira, como exemplificado na telenovela "Mar do Sertão," destacam-se como um fenômeno complexo e muitas vezes controverso. No contexto das produções televisivas, o Nordeste e sua cultura singular têm sido fontes constantes de engajamento e audiência, o que evidencia a atratividade dessas representações para o público. No entanto, essa popularidade muitas vezes vem acompanhada do uso de estereótipos e padrões pré-estabelecidos.

A complexidade dessas representações transcende a mera apresentação visual da região; ela abrange aspectos culturais e linguísticos. O uso de estereótipos pode limitar a compreensão da riqueza e diversidade da cultura nordestina, perpetuando visões simplificadas que não refletem a realidade da região. Além disso, a representação da fala nordestina nas novelas televisivas, quando abordada de maneira desrespeitosa, não apenas contribui para a disseminação de preconceitos, mas também levanta questões éticas e de responsabilidade na produção de conteúdo.

Das tramas ambientadas em cenários nordestinos, optou-se pelo estudo e análise da telenovela Mar do Sertão, a telenovela em questão é uma produção brasileira da TV Globo que foi ao ar de 22 de agosto de 2022 a 17 de março de 2023, totalizando 178 capítulos, com o último episódio sendo reprisado no dia seguinte, 18 de março. Essa novela ocupou o lugar de "Além da Ilusão" e foi sucedida por "Amor Perfeito", sendo a 97ª novela do horário das seis exibida pela emissora. A produção contou com autoria de Mário Teixeira e colaboração de Marcos Lazarini, Cláudia Gomes, Dino Cantelli e Carolina Santos, a direção ficou a cargo de Bernardo Sá, Mariana Duarte, Natália Warth e Rogério Sagui, com direção geral de Pedro Brenelli e direção artística supervisionada por Allan Fiterman. O elenco principal contou com nomes como Isadora Cruz, Sérgio Guizé, Renato Góes, Giovana Cordeiro, Débora Bloch, José de Abreu, Caio Blat e Enrique Díaz, desempenhando papéis fundamentais na trama.

A telenovela "Mar do Sertão" foi uma expressão fascinante das riquezas culturais, tradições e cenários característicos do Nordeste brasileiro. Através de suas narrativas, a novela capturou de forma vívida e cativante as peculiaridades da região. Desde as festividades locais até as paisagens deslumbrantes, cada detalhe foi meticulosamente apresentado, trazendo à tela



a exuberância cultural nordestina. A riqueza das manifestações culturais, a música envolvente e a culinária típica foram elementos essenciais que ganharam destaque na trama, agregando autenticidade e encanto à representação do Nordeste.

Apesar do enaltecimento das tradições, a telenovela também incorreu em simplificações que impactaram a representação dos personagens nordestinos. O aspecto mais crítico foi a tendência à estereotipação, representando os habitantes da região de forma demasiadamente simplista. Personagens foram frequentemente retratados em situações de extrema pobreza, usando uma linguagem coloquial exagerada que, ao invés de refletir a diversidade cultural, acabou por reforçar estereótipos. A predominância dessas situações de carência extrema e a linguagem coloquial exagerada criaram uma visão unidimensional dos nordestinos na trama, deixando de lado a riqueza e complexidade das suas realidades individuais. Essa simplificação exagerada pode ter contribuído para consolidar estereótipos que não capturam a verdadeira diversidade e dinâmica social do Nordeste brasileiro.

BREVE RESUMO DA TELENÓVELA “MAR DO SERTÃO”

Na pequena cidade de Cantá Pedra, no Nordeste brasileiro, a história ecoa entre memórias de um passado onde o mar se transformou em sertão. É nesse contexto que se desenrola o intricado triângulo amoroso protagonizado por Candoca (Isadora Cruz), Zé Paulino (Sergio Guizé) e Tertulinho (Renato Góes). Neste cenário, o poder dos coronéis, especialmente quando vinculado ao recurso mais precioso da região - a água -, se destaca como um fator crucial. Candoca e Zé Paulino planejam seu casamento, mas uma reviravolta surge quando o coronel Tertúlio (José de Abreu), proprietário da Fazenda Palmeiral, ordena que Zé Paulino realize uma viagem inesperada na data marcada para a cerimônia. Paralelamente, Tertulinho, filho do coronel, retorna a Cantá Pedra após uma longa estadia na capital.

Ao reencontrar Candoca, Tertulinho se encanta imediatamente. Mesmo ciente do noivado dela com Zé Paulino, Tertulinho persiste em suas investidas. Contudo, o destino intervém: o coronel Tertúlio determina que seu filho acompanhe Zé Paulino na viagem, porém um violento temporal durante o trajeto resulta em um acidente. Tertulinho sobrevive, enquanto Zé Paulino é dado como morto. Dez anos depois, quando Zé Paulino retorna à Cantá Pedra, ainda muito vivo, a vida dos moradores da cidade pacata é alterada, especialmente a de



Candoca, que se casou com Tertulinho. Agora, eles se veem envolvidos em um dilema entre seguir seus sentimentos ou deixar que o ressentimento prevaleça. Zé Paulino busca justiça e almeja transformar a estrutura de poder na região. A volta de Zé Paulino também impacta profundamente a vida de Timbó (Enrique Díaz), um sobrevivente das agruras da seca e da vida agreste enfrentada por gerações na região. Com seu humor, criatividade e um toque de malícia, Timbó supera as adversidades até que o retorno do amigo, que acreditava estar morto, redefine completamente esse cenário.

A REPRESENTAÇÃO DO NORDESTINO NA TV BRASILEIRA

Ano após ano, década após década, a representação do nordestino na televisão permanece inalterada. Os diálogos marcados por uso demasiado de gírias nordestinas e vícios de linguagem tais como os "visses" e os "oxentes" são ainda extremamente presentes nas obras televisivas, conferindo um tom caricato. A fala, os gestos e os sentimentos dos personagens que retratam nordestinos são constantemente tratados de maneira jocosa, depreciativa, não apenas pela maquiagem, mas também pela lente do deboche. A imagem do nordestino na TV quase invariavelmente se limita a um retrato de indivíduos sentimentais, espontâneos, desprovidos de inteligência e discernimento. Ou então, são apresentados como ásperos, brutos, vestindo gibões e dedicados às habilidades da peixeira e do bacamarte, ou ainda vinculados a uma religiosidade fanática, ofuscante. Mesmo diante do desenvolvimento da região e da presença de indivíduos educados e culturalmente engajados, a representação persiste, ignorando a diversidade e o conhecimento de qualidade que a região oferece. Infelizmente, para os responsáveis pela concepção desses estereótipos, parece irrelevante o progresso, a educação e a riqueza cultural nordestina, perpetuando uma visão estreita e desatualizada.

Na obra analisada, vê-se os estereótipos estampados em boa parte da produção. O personagem José Paulino é destacado como um "bronco", um vaqueiro violento que veste gibão como seu figurino oficial, passando uma imagem de valentia e é até chamado de cangaceiro em algumas cenas. Tal como a representação da figura de Zé Paulino temos também a figura do "capanga" da fazenda do Coronel Tertúlio Aguiar, o personagem Pajeú. O referido personagem remete a figura de um matador devoto de Padre Cícero que mostra-se capaz de arrepender-se de seus pecados em virtude do seu "padim", além do matador de aluguel "Fubá-mimoso" que



mostra-se arrependido dos crimes após presenciar diante dos seus olhos a imagem da sua amada Nossa Senhora Aparecida. A preocupação da Globo em gerar entretenimento ao zombar da cultura nordestina e utilizar ícones culturais da região em tom caricato é evidente, o autor da obra utiliza-se de elementos da região transformando-os em divertimento, a valentia como “herança dos cangaceiros”, a politicagem do interior, famílias ditas como tradicionais se automeando de coronéis, a devoção aos santos, são alguns dos fatores que podem ser observados na obra.

Outrossim, é viável destacar que os coletes, chapéus e sandálias de couro, à moda do personagem Timbó representado pelo ator Enrique Diaz, são uma raridade na vida real. No caso desse personagem, a referência aos estereótipos regionais é evidente, embora apresentada como uma "homenagem" a outras obras icônicas. Timbó segue o estilo e reproduz as mesmas artimanhas de João Grilo, protagonista de "O Auto da Compadecida" (1955), do escritor Ariano Suassuna (1927-2014). Analfabeto, mas astuto; de condição financeira modesta, mas rico em valores; aparentemente pouco corajoso, mas sempre com um truque na manga, esfomeado, um pouco preguiçoso. Em certa medida, esse homem benevolente também critica as condições precárias de parte da população, inclusive por meio de suas vestimentas. O personagem interpretado por Enrique Diaz mantém trajes mais tradicionais simplesmente por não ter meios para frequentar o seu almejado "shopping center".

É importante abordar críticas construtivas sobre a representação de personagens nordestinos estereotipados na telenovela "Mar do Sertão", produzida pela Rede Globo. A exploração desses estereótipos, retratando os nordestinos como simplórios, ingênuos e intelectualmente limitados, pode contribuir para a perpetuação de preconceitos e desinformação. Ademais, a romantização da pobreza e a exotificação cultural também merecem reflexão a representação de condições precárias como elementos pitorescos ou românticos pode desconsiderar a complexidade e a realidade desafiadora vivida por muitas pessoas na região nordestina. Além disso, a exotificação cultural pode reduzir a diversidade da cultura nordestina a estereótipos superficiais, ignorando a riqueza e a variedade de suas tradições, contribuindo para uma visão distorcida e simplificada da região. É fundamental incentivar uma representação mais autêntica e respeitosa, destacando a diversidade cultural, econômica e intelectual do Nordeste brasileiro. A discussão sobre esses temas na esfera pública pode promover maior



conscientização e sensibilidade em relação à representação das comunidades nordestinas na mídia, contribuindo para uma narrativa mais justa e inclusiva.

CONCLUSÃO

Em conclusão, a análise da telenovela "Mar do Sertão" e a reflexão sobre a representação do Nordeste na TV brasileira revelam um cenário complexo. Embora a novela tenha buscado capturar a riqueza cultural, tradições e desafios da região, algumas simplificações e estereótipos persistiram, destacando a importância de uma abordagem mais cuidadosa na representação midiática. A obra trouxe à tona a beleza das paisagens nordestinas, a vibrante cultura local e as questões sociais relevantes, mas não escapou completamente da armadilha dos estereótipos. A tendência à estereotipação de personagens, especialmente os retratados em situações de extrema pobreza, ressaltou a necessidade de uma representação mais autêntica e diversificada.

A crítica construtiva sobre a exploração de estereótipos, romantização da pobreza e exotificação cultural é fundamental para provocar mudanças na forma como a região e seus habitantes são retratados. A complexidade do Nordeste brasileiro, sua diversidade cultural, econômica e intelectual merecem ser representadas de maneira mais completa e respeitosa. Em "Mar do Sertão", apesar dos protagonistas Renato Góes e Isadora Cruz serem naturais do Nordeste, a maioria do elenco é composta por artistas da região Sudeste. A tentativa de imitar o sotaque nordestino por parte desses atores pode soar caricata. Além das considerações culturais, a produção também enfrenta um desafio em termos de representatividade racial, uma vez que a presença de mais de 35 milhões de pessoas pretas no Nordeste não é adequadamente refletida na composição do elenco.

Em última análise, a televisão desempenha um papel significativo na formação de opiniões e na construção de identidades culturais. Portanto, é imperativo que a mídia aborde com responsabilidade as representações regionais e étnicas, contribuindo para uma narrativa mais justa, inclusiva e fiel à realidade do povo nordestino. A busca por uma representação mais autêntica não apenas enriquece as narrativas, mas também promove a compreensão e respeito entre as diversas culturas do Brasil. No entanto, reconhecer os aspectos positivos da telenovela "Mar do Sertão" é crucial. A produção trouxe à tona temas relevantes, como a seca, a migração



e a luta pela sobrevivência, destacando a resiliência do povo nordestino. Ao abordar essas questões, a novela proporcionou visibilidade às dificuldades enfrentadas pelos nordestinos, incentivando uma reflexão sobre as desigualdades sociais e econômicas presentes na região.

A ênfase na riqueza cultural do Nordeste também foi notável. A apresentação das tradições, festividades locais, música e culinária trouxe uma autenticidade à trama, enriquecendo a narrativa e proporcionando ao público uma experiência mais imersiva na cultura nordestina. A inclusão de elementos como o forró, o cordel e a devoção religiosa, quando abordados com respeito, contribuíram para uma representação mais genuína da região.

Contudo, é fundamental que as produções televisivas estejam sempre atentas às nuances e complexidades das comunidades retratadas. A crítica construtiva sobre os estereótipos e simplificações presentes em "Mar do Sertão" aponta para a necessidade contínua de evolução na forma como a mídia representa o Nordeste e, por extensão, todas as regiões do Brasil.

A mudança efetiva requer um compromisso constante com a diversidade, respeitando a pluralidade cultural e social do país. Promover uma discussão aberta sobre a representação na mídia é um passo crucial para sensibilizar criadores, produtores e espectadores sobre a importância de uma narrativa mais inclusiva e precisa.

Portanto, ao analisar o impacto da telenovela "Mar do Sertão" na representação do Nordeste, concluímos que embora tenha avançado em diversos aspectos, ainda há desafios a serem superados. A conscientização sobre essas questões é o primeiro passo para uma transformação mais significativa na forma como as futuras produções retratam as diferentes regiões e suas culturas no cenário televisivo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- CHARTIER, Roger. História cultural: entre práticas e representações. Petrópolis: Vozes, 1994.
- KORNIS, Mônica. Uma história do Brasil recente nas minisséries da TV Globo. Tese de doutoramento apresentada à ECA-USP, São Paulo, 2001.
- GARCIA, Emília Grizende. A telenovela como fonte de pesquisa historiográfica. ANPUH-SP, Santos- 2014.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Oliveira, L. N. de. (2020). O USO DA LINGUAGEM NA REPRESENTAÇÃO DOS



PERSONAGENS NORDESTINOS: ANÁLISE DA TELENÓVELA CHEIAS DE CHARME. *WEB REVISTA SOCIODIALETO*, 10(30 SER.2), 96–113. Recuperado de <https://periodicosonline.uems.br/index.php/sociodialeto/article/view/7999>

JESUS, Étel Teixeira de. O nordeste na mídia e os estereótipos linguísticos: estudo do imperativo na novela Senhora do Destino. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

UMA ANÁLISE DA TRADUÇÃO DE EXPRESSÕES BRASILEIRAS PARA O INGLÊS NA PÁGINA GREENGO DICTIONARY

Natália Bezerra Rodrigues Ferreira

Aluna do curso de graduação em Letras Língua Inglesa do CFP
nataliarodrigues20111@gmail.com

Ricardo José da Silva Ferreira

Aluno do curso de graduação em Letras Língua Inglesa do CFP
14ricardoferreira@gmail.com

RESUMO: O uso das redes sociais como um meio alternativo de aprendizado ganhou espaço, principalmente, com o atual contexto de expansão dos meios tecnológicos. Partindo dessa premissa, este artigo tem como objetivo compreender como se dá o uso da comédia, pautando-se do entreter, inserido em contextos culturais, através de uma página em uma rede social que visa a comédia com questões socioculturais, por meio de expressões cotidianas da cultura brasileira. Dessa forma, usando os autores Possenti (1996) e Marta Rosa (2002) como base, constata-se os estudos sociolinguísticos utilizados na tradução originam-se de uma tentativa de compreensão da tradução e do uso da comédia em fatores midiáticos por meio da página do Instagram intitulada: Greengo Dictionary.

PALAVRAS-CHAVE: Humor. Tradução. Instagram. GreengoDictionary.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a tradução vem se tornando um assunto muito abordado quando falamos em comunicação, transposição de sentidos e valores em contextos sociais que exigem que pessoas de diferentes idiomas se conectem. Deste modo, este artigo se propõe a analisar os procedimentos tradutórios utilizados pela página do Instagram GreengoDictionary, assim como a efetividade do texto traduzido para a língua inglesa.



Este trabalho visa apresentar como o humor e a tradução se encontram em linhas de pensamentos diferentes mas que mesmo assim, possuem o intuito único, o de significado para o leitor, partindo do idioma fonte para o idioma de chegada.

Ao abordar o tema tradução, precisamos interrogar em quais ocasiões cabe manter a palavra ou em que momentos se deve modificar a ação de sentido do vocábulo para uma obtenção mais social, ou seja, de aspecto linguístico social. Entre as diversas formas de se aplicar a tradução, devemos questionar até que ponto se deve manter o uso literal de uma transcrição para, por exemplo, a obtenção do humor. Assim, também buscaremos explicar a definição de humor.

Voltaremos nossa atenção para a forma como a rede social Instagram por meio da página *Greengodictionary* abre espaço online para reunir pessoas do mundo todo, com o objetivo de discorrer de forma dinâmica como o humor pode ser obtido através da tradução prezando por questões socioculturais como a versão de expressões do cotidiano brasileiro em língua inglesa conseguem se manter humorísticas quando vertidas em outro idioma.

O objetivo deste estudo consiste em analisar o processo da tradução e do humor, faremos uma análise de textos teóricos, assim como estes podem ser aplicados ao método de tradução que a página mencionada previamente mencionada faz, a qual usa expressões cotidianas que mostram o humor na língua portuguesa e tenta fazer uma tradução para o inglês levando em consideração frases, memes, entre outros. O nosso trabalho é de natureza qualitativa, visando o uso da transcrição de sentidos através do humor por meio de uma página em rede social.

O nosso trabalho se faz importante pela necessidade de compreender como a tradução está sendo usada em uma página de rede social.

2 A TRADUÇÃO EM TRÊS PERSPECTIVAS E SEUS PROCEDIMENTOS

A tradução, de acordo com Geir Campos (1986), seria fazer passar de uma língua para outra o significado de um vocábulo por um termo equivalente, não apenas fazer com que essa passagem aconteça apenas de modo interlingual, mas também de uma cultura para outra, pois o léxico de um idioma carrega em si aspectos culturais do lugar em que é falada. Para ilustrar essa fala do autor, pensemos na palavra “rapariga”, no português europeu significa “menina, garota, moça”, porém no português brasileiro essa palavra é usada pejorativamente para se



referir a mulheres. No caso de traduzir essa palavra, deveria o tradutor prestar atenção em qual sentido deseja ser passado.

De acordo com Geir (1986, p. 6) “O verbo ‘traduzir’ vem do verbo latino *traducere*, que significa ‘conduzir ou fazer passar de um lado para o outro’, algo como ‘atravessar’”. Quando se fala em tradução, deve-se ter em mente que existe sempre uma língua fonte, que é aquela em que se origina a palavra, já a língua-alvo é a que recebe a tradução. Partindo desse pensamento, a tradução tem estado em destaque atualmente, principalmente quando vinculada ao meio social, como plataformas de interação, por exemplo visto que, a comunicação dentro dessas plataformas são o foco principal e abrangem pessoas de diversos países.

Em “Linguística e Comunicação”, o autor Roman Jakobson (1975) aponta a existência de três tipos de tradução. A primeira, chamada de tradução intralingual, seria a paráfrase que acontece ao reformularmos as nossas, ou, as palavras de uma outra pessoa; a segunda é a tradução interlingual, que acontece no momento em que há o plano de realmente fazer passar os signos linguísticos de um idioma para o outro — é esta que nos interessa nesse momento; a terceira, a tradução inter-semiótica, é basicamente fazer com que a linguagem verbal seja transmutada em uma linguagem não-verbal. Pense em uma placa que diz “NÃO FUME” sendo trocada por uma que traz alguma ilustração que passe a ideia de não fumar.

Como toda atividade, a tradução possui procedimentos que vão auxiliar o tradutor nessa tarefa. Vinay e Darbelnet (1958) formularam em sete os procedimentos de tradução, agrupando-os em duas categorias. A primeira categoria é chamada de *tradução direta*, esta engloba a tradução literal, ou trazendo para uma linguagem mais simples, ao pé-da-letra, palavra por palavra; o empréstimo e o decalque. Esta categoria é chamada de direta pelo uso do texto-fonte para fazer com que os signos linguísticos da língua de partida possam ser levados para a língua de chegada (Geir, 1986). À segunda categoria é atribuído o nome de *tradução oblíqua*, é a casa dos quatro métodos nomeados como transposição, modulação, equivalência e adaptação. É a tradução em que quando o tradutor faz uso de um desses procedimentos, ele pode acabar se desviando, em algum nível do texto-fonte.

O primeiro procedimento da tradução direta, a tradução literal, é aquele tipo que se baseia fortemente no texto original, traduzindo desse, palavra por palavra (word-for-word). Fica implícito que, de acordo com Vinay e Darbelnet (1958), esse tipo de tradução deveria ser



adotado pelos tradutores em suas traduções, que apenas deveriam se voltar para uma outra forma caso essa não pudesse ser aplicada. Esse procedimento é defendido desde muito antes desses autores. Oustinoff (2015) em *Tradução: história, teorias e métodos*, levanta os primeiros indícios de tradução na história. Remontando a períodos de debates sobre a escrita de textos sagrados em outras línguas, o autor evidencia Filon (13 a.C.-54), membro da comunidade judaica de Alexandria, cujo pensamento acerca da tradução é que esta é a única capaz de preservar as palavras de textos sacros. A tradução literal também é defendida por São Jerônimo, que por sua vez define a tradução dos *Setenta* para o grego como muito livre. O período em que isso acontece é marcado por muitas traduções infiéis ao texto original, por ser considerado algo belo.

O segundo procedimento denominado como empréstimo é o mais simples de todos, acontece quando na língua-alvo não há um termo equivalente com a língua de partida, portanto, é emprestado o vocábulo existente nesta última para a primeira. A partir desse momento o termo pode ser incorporado na língua de chegada, se for uma expressão que cause confusão ao leitor, cabe ao tradutor explicar o porquê de não ter traduzido aquela palavra, dizendo que não há uma equivalência entre as duas línguas, por isso foi preservado no processo (GEIR, 1986). Seguindo essa definição podemos exemplificar que palavras como “software”, “ram”, “milk-shake”, são exemplos de empréstimos, uma vez que essas palavras não são parte do nosso idioma, tiveram que ser trazidas para nosso código linguístico por não poderem ser traduzidas.

Já o último procedimento da categoria de tradução direta é o decalque, esse é relativamente semelhante ao empréstimo. Porém diferem no ponto em que o decalque busca ao traduzir preservar a forma do vocábulo que vai ser traduzido. A língua-fonte emprestaria para a língua alvo algum item lexical traduzindo-o inteiramente de forma literal ou adaptando a ortografia desse item. Por exemplo, “sky-scraper”, que no português fica como “arranha-céu”, mantendo a forma do léxico inglês previamente mencionado, “abat-jour” do francês que na nossa língua é “abajur”.

Partindo para a tradução oblíqua, temos como primeiro método a transposição: “que consiste em substituir uma parte do discurso (do texto) por outra, sem lhe alterar o sentido.” (GEIR, 1986 p. 37). O autor ainda aponta como exemplo a frase “*She will be back soon*” que



pode ser traduzida de várias formas sem que ela perca o sentido central, um indivíduo do sexo feminino retornará em breve, ou não demorará.

O segundo procedimento da segunda categoria é a modulação, processo de tradução por meio do qual “são feitos ajustes para satisfazer diferentes convenções discursivas” (PYM, 2017, p. 41). Ou seja, acontece uma variação na mensagem do texto original, podendo mudar o foco ou ponto de vista, todavia, é capaz de produzir um texto considerado correto do ponto de vista da gramática, ou aceitável (GEIR, 1986). Geir ainda afirma que esse procedimento é empregado como parâmetro para avaliar os conhecimentos linguísticos da língua-meta do tradutor.

O outro procedimento da tradução oblíqua é a equivalência. É quando existem entre as duas línguas (partida e alvo), termos ou expressões que carregam o mesmo significado, que, no entanto, são estruturalmente diferentes uma da outra. Para ilustrar isso, Geir (1986) apresenta o ditado popular: “*Dize-me com quem andas e te direi quem és*” (p. 39) e traz o seu equivalente em inglês: “*Tell me who are your friends, and I tell you what you are*”. Ambos são diferentes, um se refere às companhias de uma pessoa, o outro aos seus amigos, contudo ambos tratam do julgamento que pode ser feito de uma pessoa a partir daqueles com que esta se cerca, daí acontece uma equivalência entre os dois idiomas.

A adaptação, segundo Santos (2007), é o procedimento mais difícil, já que o tradutor é realmente testado em seus conhecimentos em ambas as línguas, tanto a de partida quanto a de chegada, pois este chega num ponto aparentemente impossível de ser traduzido, uma palavra que simplesmente não existe em seu idioma, ele precisa preservar o significado mesmo que isso altere na língua de chegada toda a estrutura e as palavras do texto fonte. O autor ainda vai além e alega que “Por isso a adaptação é, nas palavras de Vinay e Darbelnet, ‘o limite extremo da tradução’” (p. 20).

No processo de tradução para a construção do humor, é importante se atentar na resolução de algumas variações socioculturais ou metalinguísticas, como o exemplo da mudança de palavras em um determinado livro ou filme para que o sentido da fala continue o mesmo e não perca a sua diversão. E por isso, é importante se questionar enquanto pesquisador sobre a melhor forma de traduzir e como o humor se aplica a determinada situação.

Ao indagar de que forma se deve traduzir, é considerável que o tradutor portador da língua-alvo para a língua-fonte, esteja inserido dentro dos dois contextos culturais e possua



fluência nos dois idiomas desejado, além de possuir interesse e manter a criatividade para que o humor não seja perdido.

Ao traduzir algo cômico, seja ele um texto, um diálogo ou algo do tipo, é importante salientar à estratégias que melhor se aplicam a situação exigida, como exemplo: jogo de palavras, o uso de sarcasmo, quiasmos, além do domínio acerca do texto exigido.

Rosas (2002) mostra que o estudo da tradução como também o do humor eram considerados os “patinhos feios” da Academia, por haver, segundo Possenti, “um estranho desinteresse pelo aspecto especificamente linguístico dos dados humorísticos” (POSSENTI, 1998, p. 22). Marta Rosas dedica um capítulo do seu trabalho à situação que refere como “coincidências linguísticas”. Para ela, a coincidência linguística se dá por meio de um enunciado humorístico que se baseia principalmente no aspecto verbal e, no entanto, apresenta equivalência de ordem estrutural ou semântica entre os elementos mais importantes na construção do chiste nas línguas envolvidas. Como indica a própria autora, este tipo de enunciado não apresenta maiores dificuldades para o tradutor, podendo ser vertido para a língua de chegada de forma literal (Cf. ROSAS, 2002, p. 85). A seguir, veremos como a tecnologia através das redes sociais possuem um link com a tradução quando falamos de comunicação digital.

3. TECNOLOGIA E REDES SOCIAIS: O IMPACTO DA TRADUÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A comunicação por meio de redes sociais tornou-se um ponto bastante discutido atualmente, principalmente entre os jovens e adultos da cibercultura, promovendo assim um novo foco dessa geração, a tradução atribuída aos meios tecnológicos visto que o uso de signos se tornou bastante frequente na comunicação.

Antes de abordarmos como a rede social pode influenciar nas formas de aprendizagem, dar ênfase às sua funcionalidade principal, visto que, seu impacto se intensificou de diferentes campos de pesquisa, e dentre elas, ao campo da comunicação ganha destaque como exemplo, a criação de termos, a mídia digital ou mídia social. De acordo com os autores norte-americanos Straubhaar e LaRose (op. cit.) Afirmam que houve uma mudança significativa na estrutura



comunicativa e explicam que o termo mídia foi apresentado como uma tradução livre para o conceito de comunicação tecnológica.

Quando falamos em comunicação social ou digital, os autores Branco e Matsuzaki (2009) afirmam que o ser humano é um ser com necessidades sociáveis, e por isso, o ambiente digital potencializa essas ações naturais e altera as habilidades de comunicação, visto que, atualmente a forma mais comum quanto comunicação digital vem através da digitação do pensamento que permitem uma melhor conexão mesmo que a pessoa receptora da mensagem, esteja distante, isso permite a construção de relações pessoais através do computador ou celular.

Com o avanço da tecnologia, as redes sociais tomaram bastante destaque, tanto no quesito comunicação, como também na diversificação de aprendizagem. Estamos o tempo todo interligados com o uso da internet e descobrindo a cada dia algo novo, por conta disso, aprender a utilizar em alguma função do aplicativo, a aprender a como se deve postar uma foto, ou de que forma pode-se aumentar sua interação com os demais usuários da sua rede social é também uma forma de se situar no ramo tecnológico. Dito isso, é importante destacar como a educação está interligada à tecnologia.

O pesquisador Robleyer (2010) afirma que a grande convergência de pessoas para as redes sociais e a gama de interações que ocorrem confirmam que as redes podem ser usadas como um potencial recurso educacional, podendo até facilitar o processo da aprendizagem, além de estimular novas formas de interação. As redes sociais, mesmo se tornando diversificadas, têm uma importante contribuição para as diversas formas de socializar e por isso, possibilitam novas aprendizagens. A seguir, veremos como as teorias aqui abordadas podem (ou não) serem aplicadas a três publicações da página GreengoDictionary.

4 ANÁLISE

Na nossa análise pensamos em utilizar a rede social Instagram, pois trata-se de uma plataforma assaz conhecida em nosso país e no mundo todo que permite que os seus usuários façam postagens contendo mais de um tipo de conteúdo, sendo o máximo dez arquivos de vídeo ou foto em uma única publicação. A imagem que faremos a análise é pertencente a uma postagem que contém seis outras partes, porém escolhemos a primeira como objeto de estudo. É importante salientar que a página permite que outras pessoas enviem as suas traduções,



portanto qualquer um pode ter sua tradução publicada, desde que seja aprovada. Na *bio* do perfil é deixado um e-mail para contato e um site para que se possa enviar o seu trabalho.

Imagem 1: Big monkey GreengoDictionary via Instagram⁶⁸.



Rapidamente percebemos que dentre os três tipos de tradução listados por Jakobson (1975), a publicação faz uso de duas. Primeiro, podemos perceber o uso da tradução interlingual, aquela em que acontece de uma língua para outra. O segundo tipo que talvez pudesse se dizer que foi utilizado é a tradução intersemiótica, pois vemos que o(a) criador da postagem faz uso de uma imagem de um macacão para ilustrar o conceito, porém não se pode proceder assim, uma ilustração de uma palavra não constitui uma tradução intersemiótica. É importante salientar que a página permite que outras pessoas enviem as suas traduções, portanto qualquer um pode ter sua tradução publicada, desde que seja aprovada. Na “bio” do perfil é deixado um e-mail para contato e um site para que se possa enviar o seu trabalho.

Ao levar em conta as categorias e procedimentos de tradução propostos por Vinay e Darbelnet (1958), percebemos que o tradutor da publicação possivelmente recorre à categoria de tradução direta, mais precisamente usa como procedimento a tradução literal, já que vemos que é traduzida a palavra “macacão” como “big monkey”, de certa forma não seria errado traduzir desta maneira, isso, claro se estivéssemos nos referindo ao animal e não a uma peça de

⁶⁸ Disponível em: https://www.instagram.com.FNrs/?urDRINm_medium=TSly_link

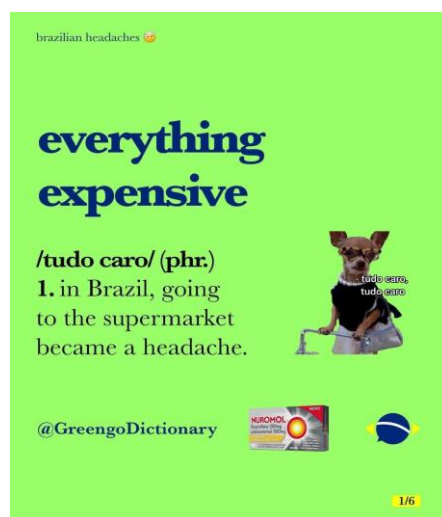


roupa. Porém, como estamos falando de uma vestimenta, a tradução mais correta seria “overalls”. A própria imagem traz dentro de si a tradução correta: “[...] overalls in real English”.

Portanto, é perceptível que o tradutor responsável por essa imagem sabe que o correto seria fazer uso do procedimento de tradução por equivalência. No entanto, ele não faz, prefere o método literal pois este acaba gerando o humor através do erro, já que é bem provável que alguém com conhecimento da língua inglesa julgue como engraçada essa tradução. Afinal, todos nós já rimos de alguma gafe cometida por alguém.

A seguir veremos a tradução em outra imagem.

Imagem 2: Everything expensive GreengoDictionary via Instagram.⁶⁹



De forma semelhante à Imagem 1, a Imagem 2 pertence a postagem com outros conteúdos nela, todavia, a número 2 tem apenas outros cinco arquivos de mídia, totalizando seis, enquanto que a primeira possui seis outros além do que foi analisado, formando sete os seus componentes.

A segunda imagem a ser analisada traz uma fala bem popular na cultura brasileira, que é de que o preço dos produtos em supermercados está elevado. Na Imagem 2, percebemos novamente dois tipos de tradução teorizados por Vinay e Darbelnet. A tradução inter-lingual,

⁶⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbQmzrIOuO-/>



uma vez que o tradutor traduz do português a frase “tudo caro” para “everything expensive” em inglês, não possui tradução inter-semiótica, visto que as imagens nela servem para ilustrar o conceito e não tomar o lugar dele. Aparentemente podemos classificar a essa tradução o procedimento de tradução literal, pois ela se apresenta de forma mais direta e coesa, definida por Marta Rosas. (2002), pois a situação de sair para fazer compras e constatar que o preço dos itens está alto é possível em ambas as culturas, tanto em países de língua portuguesa, quanto em países de língua Inglesa, revelando assim, uma conexão sociocultural entre os dois idiomas.

É possível que, em países onde o inglês é falado, os falantes nativos tenham um leque de expressões para se referir a um elevado preço de produtos em supermercados, e que nem usem “everything expensive”. Com uma possibilidade maior, um falante de inglês conseguiria compreender o significado dessa expressão traduzida de forma literal. Por isso, essa tradução seria facilmente entendida, ainda mais considerando o recurso de mídia usado e a legenda contida dentro da Imagem 2 que diz: “in Brazil, going to the supermarket became a headache”, demonstrando a dor de cabeça que se tornou ir ao supermercado, facilitando a compreensão do leitor. Em seguida examinaremos a terceira imagem.

Imagem 3: Old of the boat GreengoDictionary via Instagram⁷⁰



⁷⁰ GrengoDictionary: <https://www.instagram.com/p/CaIFFXjFNZE/>



A imagem 3 apresenta um meme sociocultural sobre um relacionamento com interesses em comum, a tradução se apresenta de forma literal como “Old of the boat” socialmente conhecido como “O velho da lancha”. Essas são palavras literais que apresentam o mesmo sentido no inglês, entretanto, é apresentado de outra forma no inglês, o termo “Sugar Daddy”, é uma forma diferente de falar, pois envolve questões socioculturais.

Assim como o “Sugar Daddy”, “Old of the boat” apresenta o mesmo sentido, um relacionamento entre pessoas de idades diferentes e que requer uma troca de dinheiro ou presentes por um relacionamento amoroso, beneficiando ambas as partes.

De acordo com Jakobson, a tradução interlingual ocorreria através de uma reformulação de ideias para obter o sentido, o que é visível na imagem três, se fossemos transcrever para um estrangeiro, usamos o termo “Sugar Daddy” para tentar explicar o humor apresentado no português. A permanência do humor se dá através dos termos e seus significados, como exemplo “o velho da lancha” possui um sentido único com diversas formas de se apresentar, outro exemplo seria “o cabeça branca” para se referir ao mesmo tipo de pessoa, entretanto, o termo possui uma única forma de se apresentar no inglês como já falado anteriormente, em inglês, seria apresentado como “Sugar Daddy”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo analisar como o humor está interligado à tradução por meio de questões socioculturais com base nos autores Possenti e Marta Rosa. Informamos sobre o que seria o humor e atribuímos essa definição a três tipos possíveis para o uso da tradução, interligamos também ao campo tecnológico e social usando a página do Instagram de humor GreengoDictionary que busca mostrar o humor da língua-meta para a língua-alvo que seria o inglês.

Conseguimos fazer de forma exitosa a análise da página do Instagram, GreengoDictionary. Durante nossa pesquisa, recorremos a vários autores, cada um com suas interpretações acerca do tema da tradução, vimos como as teorias deles puderam ser aplicadas para a análise que nos dispusemos a fazer. Percebemos que a tradução mais utilizada pela página era interlingual, proposta por Roman Jakobson entre as categorias tradutórias de Vinay e



Darbelnet, a tradução direta foi a mais utilizada, mais precisamente a literal, Já que o perfil brinca com a tradução literal e os possíveis erros que possam se tornar engraçados.

Por fim, foi proveitosa a análise que fizemos, pois conseguimos ver que apesar de se tratar de uma página com um caráter cômico, esta traz à luz diversas questões sociais que perpassam pelas nossas vidas, fazendo uma reflexão humorística a partir disso.

REFERÊNCIAS:

BRANCO, C.F.; MATSUZAKI, L. Olhares da rede. São Paulo: Momento, 2009. Disponível em: . Acesso em: 3 dez. 2011.

CAMPOS, Geir. **O que é tradução**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.

LUVIZOTTO, C, K; VIDDOTTI, S. A. B. G. **Redes Sociais e Comunidades Virtuais Para a Preservação e Transmissão das Tradições Gaúchas na Internet**. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 20, n. 2, p.77-88, maio/ago.2010. Acesso em 16 de março de 2022.

ROSAS, Marta. **Tradução de Humor**: Transcriando Piadas. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

SANTOS, Agenor S. **Guia prático de tradução inglesa**: como evitar as armadilhas das falsas semelhanças. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

OUSTINOFF, Michaël. **Tradução**: história, teorias e métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

POSSENTI, S. **O humor e a língua**. Ciência hoje. v.30, n. 176, p. 72-74, out. 2001.

PYM, Anthony. **Explorando as teorias da tradução**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1975. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes

VINAY, J.-P.; DARBELNET, J. **Stylistique comparée du français et de l'anglais**: méthode de traduction. Paris: Didier, 1958.

Vandaele, Jeroen. **“Humor Mechanisms in Film Comedy: Incongruity and Superiority”**. Poetics Today, 23.2 (2002a): 221–249.

ROBLYER, M. D. et al. **Findings on Facebook in higher education**: A comparison of college faculty and student uses and perceptions of social networking sites. The Internet and higher education, v. 13, n. 3, p. 134-140, 6// 2010. ISSN 1096-7516.



SCHROCK, A. Examining social media usage: technology clusters and social network site membership. *First Monday*, Chicago, v. 14, n. 1, jan. 2009. Disponível em: . Acesso em: 3 dez. 2011.

VIOLÊNCIA E REPRESSÃO: O CASO DA EXPLOÇÃO DO CINEMA APOLLO XI NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL MILITAR (1975)

Lucas de Lima Cesar

Estudante de Graduação em História-UFCG

Lucas.lima@estudante.ufcg.edu.br

Jonas Alexandre Ferreira

Graduado em História-UFCG

Jonas.alexandre@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: O presente artigo objetiva investigar a partir das fontes disponíveis, as múltiplas versões sobre o caso da explosão do Cinema Apollo XI, na cidade de Cajazeiras-PB, durante o governo militar, ancorado nos pensamentos dos autores Carlos Fico e Lucília de Almeida Neves Delgado, estes, referência na discussão sobre o golpe militar de 1964 e os anos posteriores. Buscamos ainda compreender por meio de produções cajazeirenses as interpretações que os pesquisadores locais possuem acerca do ocorrido. Analisando para isso o documentário local intitulado *“segredos e mistérios do cine Apollo XI*, bem como partes do relatório da comissão da verdade Paraibana, que se dedicou a estudar o evento. No entanto, Apesar das interpretações levantadas neste trabalho, assim como em outros já produzidos, ainda não se conseguiu chegar a uma conclusão efetiva sobre as motivações que levaram ao atentado.

Palavras-chave: Explosão; Cinema Apollo XI; Cajazeiras-PB; Governo Militar; Interpretações locais.

INTRODUÇÃO

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas na América Latina por diversas transformações advento da Guerra Fria e da Revolução Cubana que para alguns eram tidos como uma grande ameaça comunista. É diante deste contexto de convulsão ideológica que vão emergir governos militares apoiados pelos Estados Unidos em vários países latino-americanos a



exemplo; Chile, Argentina e o Brasil, que viveu sob 21 anos o governo militar entre 1964 e 1985.

O golpe militar de 1964 no Brasil não ocorreu de repente, e para fundamentar essa ideia utiliza-se aqui o artigo “*o governo de João Goulart e o golpe de 1964: da construção do esquecimento as interpretações*” da Lucília de Almeida Neves Delgado. Neste trabalho a autora nos apresenta abordagens historiográficas sobre distintas compreensões acerca do golpe militar, entretanto um dos pontos muito discutidos por historiadores da nova geração, e aqui evocamos Carlos Fico, são os pesquisadores que discordam das teses conspiratórias e econômicas, das quais são amplamente difundidas no senso comum.

Para compreendermos tal magnitude as teorias de curto prazo acerca da deposição de João Goulart e o início do golpe, precisam ser revistas e para esses autores é necessário que entendamos que o golpe e as insatisfações políticas não foram algo daquele momento, diga-se o contexto da Guerra Fria, os embates na política brasileira vinham desde a deposição e morte do então Presidente Getúlio Vargas em 1954.

Em um primeiro momento é necessário compreender que não foram apenas as capitais ou os grandes centros urbanos que sofreram os impactos da ditadura militar, cidades interioranas também foram atingidas e se fizeram de resistência às medidas arbitrárias dos novos governantes antidemocráticos. O recorte deste trabalho compreende um acontecimento na cidade de Cajazeiras PB, onde por questões ainda desconhecidas apesar de inúmeros debates entre historiadores e outros cientistas da área nunca se chegou a uma conclusão acerca de quem foram os responsáveis pela explosão de um cinema local com uma bomba relógio cujo alvo era o bispo Dom Zacarias Rolim, dono do cinema.

O trabalho busca investigar a memória coletiva por meio das narrativas historiográficas apresentadas acerca desse ataque, tendo em vista que mesmo muitas pessoas conhecendo o assunto na localidade, não se tem informações conclusivas sobre os processos, assim como muitas vezes apresentam uma posição ingênua da explosão e sem correlacionar com as forças que existiam e predominavam no momento, será a investida ao cinema e ao bispo uma tentativa de grupos de esquerda frente a resistência do governo e de suas medidas autoritárias? ou seria mais uma tentativa dos militares da linha dura para permanecer no poder do qual já se encontravam,? ou apenas alguma rivalidade pessoal contra o bispo?



O presente ensaio está dividido em três momentos: No primeiro, ele apresenta uma breve historicização acerca do acontecido bem como apresenta as primeiras hipóteses analisadas pelos grupos que se propuseram a estudar o caso; a segunda parte da pesquisa se propõe analisar as narrativas construídas acerca do documentário publicado por historiadores, sociólogos, sobreviventes e repórteres na cidade de Cajazeiras-PB, intitulado *Segredos e mistérios do Cine Apolo XI*, e por último apresenta-se a versão narrativa do atentado ao cinema a partir da comissão da verdade paraibana que também passou a analisar os fatos, sendo uma das pesquisas que mais conseguiu avançar tendo em vista que tiveram acessos a alguns documentos do antigo sistema nacional de informação aliado ao DOI-CODI.

1- A DITADURA NO CENÁRIO NACIONAL E A EXPLOSÃO DO CINEMA APOLLO XI EM CAJAZEIRAS-PB (1975)

Primeiramente, cabe destacar que sem dúvidas a administração do então presidente Emílio Garrastazu Médici foi um dos momentos mais repressivos dentre os governos militares, como nos afirma Carlos Fico (2019) em seu livro *História do Brasil Contemporâneo*: da morte de Vargas aos dias atuais, no capítulo intitulado: Violência repressão e sociedade, para o autor essa fase correspondeu a muitas prisões, torturas e desaparecimento. No campo e nas cidades, o aparelho repressivo estatal ampliava e modernizava-se, assim como o desenvolvimento de centros de informações eram expandidos, são destaques a Operação Bandeirantes (OBAN), Comando de Caça aos Comunistas (CCC), entre outros.

Depois de Médici, um novo general assumiu o poder, Ernesto Geisel, que era um representante de uma linha moderada das Forças Armadas e favorável a uma abertura política que culminaria na devolução do poder aos civis. Entretanto, os militares da "linha dura" detinham ainda grande influência no aparelho do Estado, pois eram eles que controlavam os principais órgãos de segurança. Na impossibilidade de confrontá-los, Geisel prometeu fazer uma abertura política "lenta, gradual e segura".

No interior do Brasil a situação não era diferente, na Paraíba a notícia da reabertura política animou setores populares do estado. É diante disto e compreendendo o recorte do trabalho, que partiremos para a cidade de Cajazeiras, no interior do estado, que também foi palco de resistência mediante as arbitrariedades dos militares, onde o fato do cinema permanece



em completo vazio, uma vez que todos os documentos disponíveis foram levados para Brasília, tirando a possibilidade de pesquisadores locais investigarem o atentado.

O cine- teatro Apollo XI, foi fundado pelo bispo dom Zacarias Rolim de Moura, na época já idoso, e um fanático por cinema, era um grande frequentador das sessões. No dia 02 de julho de 1975, boa parte da população já dormindo, desperta com um barulho estrondoso por volta das 21 horas da noite, tal barulho foi à bomba que acabara de explodir no cine teatro Apollo XI.

Atualmente discute-se a autoria desse possível atentado, segundo alguns jornais da cidade como, por exemplo, “Coisas de Cajazeiras” acredita-se que o episódio tenha sido orquestrado pelos próprios integrantes da ala militar, principalmente os que se posicionavam contra a abertura política, proposta pelo então presidente Geisel, dessa forma discute-se também outras possibilidades, tendo em vista que Cajazeiras era palco de resistência, principalmente por fazer divisa com outros estados nordestinos, segundo esses, a bomba foi colocada por grupos de esquerdas radicais que se posicionavam contra o Bispo, tido por muitos como conservador e simpatizante dos governos militares.

Com o objetivo de rememorar esse fato aos cajazeirenses, o Portal CZN criou uma reportagem contando como sucedeu, na qual dizia:

A quarta-feira, 2 de julho de 1975, tinha sido mais um dia comum na vida simples e bucólica de Cajazeiras, então com 40 mil habitantes. Cinema era a maior diversão e mais de 40 espectadores tinham acabado de assistir ao filme Sublime Renúncia, no Cine-Teatro Apolo 11. Uma parte saiu antes do final. A cadeira cativa de dom Zacarias Rolim de Moura estava vazia inclusive ele se encontrava fora da cidade, mas debaixo dela havia uma pasta modelo 007. Na varredura final do auditório, antes do fechamento do cinema, Geraldo Galvão encontra e entrega ao soldado Didi a pasta abandonada. A explosão que sacudiu a cidade e assustou a população foi uma questão de segundos. Na curiosidade, ao abrir para saber de quem era, Didi puxa de dentro algo que imagina ser um gravador. A poucos metros, Manuelzinho grita: não mexe, é uma bomba. No susto, Didi soltou a bolsa no chão. O impacto do poder explosivo da bomba-relógio arrancou-lhe as pernas e o levaria à morte, juntamente com Manuelzinho. Os dois Geraldos ficaram mutilados. O agente federal disse a mim que tinha 15 minutos ainda para ela explodir. Se ele (Didi) tivesse colocado devagarzinho no chão e se afastado, tinha evitado a morte. No dia seguinte, um avião da Força Aérea levaria oficiais do IV Exército, com sede no Recife, e o comando e investigadores da Polícia Federal e da Secretaria de Segurança Pública da Paraíba a Cajazeiras. A cidade viveu 30 dias de suspense e temor de um novo atentado. (Portal CZN, 2011)



Aqui na Paraíba a imprensa apresentava duas versões, a primeira de um atentado de esquerda cujo objetivo era matar o bispo Dom Zacarias Rolim de Moura, e em oposição e com apoio do então MDB (Partido de oposição aos militares) isso havia sido um ataque da direita com objetivo de incriminar os movimentos de esquerda e criar um sentimento de desestabilização política, surgindo como uma forma de aviso, para denunciar que o Brasil não estava preparado para uma abertura política, ou seja, a transição do poder para os civis. A pergunta que fica é, a quem interessava a morte de Dom Zacarias Rolim?

Em 1986, na prefeitura de João Pessoa, o ex-prefeito de Cajazeiras, Abidiel de Souza Rolim, foi apresentado por intermédio de um amigo ao general Antônio Bandeira, militar da linha dura, nesse mesmo encontro e ao final da conversa o militar acabou por afirmar que o ataque em Cajazeiras foi muito semelhante ao da OAB e do RIOCENTRO, uma vez que esses também teriam sido organizados pelos militares para mostrar a qualquer custo que o país não estava pronto para a abertura política proposta pela ala moderada do regime militar, e claro, culpar a esquerda por todas essas explosões.

Em Cajazeiras no momento do atentado algumas vítimas foram imediatamente presas, contudo nos depoimentos as suspeitas iam decaindo, visto que o objetivo era matar o bispo, atribuir a culpa a esquerda e endurecer o regime que no final da década de 1970, já mostrava seus primeiros sinais de crise. Torna-se impossível para o autor deste trabalho apresentar uma resposta sobre quem foi/foram os responsáveis, tendo em vista que não se encontram documentos disponíveis aqui. O objetivo é problematizar a quem interessava tais ataques, assim como apresentar as narrativas historiográficas acerca de pessoas que vivenciaram ou estudam o acontecido.

2 – LUZ, CÂMERA, AÇÃO: UMA ANÁLISE DO ATAQUE AO CINEMA NAS VOZES E MEMÓRIAS CAJAZEIRENSES

Segundo Le Goff em seu livro *História e Memória*, a memória tem suas formas e seus poderes de conservar as informações para que o passado não seja destruído ou esquecido, é preciso que façam dela e da história um eterno processo de consciência humana. Para o Jornalista cajazeirense Nonato Guedes, a memória é fundamental para a dinâmica transformadora por mais que tenham sido vivências dolorosas, trágicas ou polêmicas é



necessário compreender a memória e entender que Cajazeira não está à parte, não é um povo sem identidade, mas sim um povo cuja história precisa ser analisada, investigada e escrita para que nossos conterrâneos possam compreender os processos de transformação e resistência de nosso povo.

É mediante a importância da discussão da memória e da busca de análises historiográficas que foi publicado no Youtube em 22 de fevereiro de 2020, como projeto do FUMINC, fundo municipal de cultura, o documentário intitulado “*segredos e mistérios do cine Apollo XI*” de 28 minutos e 25 segundos, dessa produção participam pessoas que testemunharam ou dedicaram-se a estudar o acontecido, por meio de depoimentos os seguintes participantes abordam a discussão: Padre Gervásio Queiroga, a Jornalista e professora universitária Mariana Moreira, o advogado Saulo Péricles, os Historiadores Chagas Amaro e José Antônio, e por último o repórter entrevistador José Dias Neto.

O primeiro a falar é o historiador Chagas Amaro, para ele o momento já era tenso visto a abertura política proposta pelo então general Geisel, Cajazeiras também vivenciava a expectativa do fim do autoritarismo. Segundo o historiador a abertura não era bem recebida pelos militares da chamada linha dura e que esse atentado não foi apenas em Cajazeiras, mas no Brasil todo cujo objetivo era num primeiro momento culpar a esquerda. É consenso entre eles que os atentados foram orquestrados pela direita e que a explosão com a bomba ao Apollo 11 está diretamente ligada a esse contexto, contudo, apesar de não acreditar na hipótese que vai comentar, ele afirma que poderia ser que o autor do crime não fosse alguém engajado politicamente nos grupos de direita, mas que ainda assim teria ligações com essa ala, visto que tais atentados eram um padrão nacional.

Para o historiador José Antônio, o próprio Dom Zacarias, alvo do atentado dizia ter conhecimento de um fato que revelasse o autor do crime, porém morreu sem nunca anunciar. O historiador suscita as mesmas perguntas, por que Dom Zacarias? a quem interessaria esse ataque, à direita ou à esquerda? Será que Dom Zacarias não seria apenas um pretexto para tal?

Segundo a jornalista e professora universitária Mariana Moreira é necessário investigar alguns pontos, como por exemplo, porque um cinema da diocese e para que seria esse ataque, para chamar a atenção? Era algo que era contra o bispo e não um atentado político? Era uma questão de descontentamento local? Por que não uma bomba em outras cidades bem maiores

para conseguir uma maior visibilidade? Ainda segundo a jornalista é necessário investigar os inquéritos militares, para ela a bomba tinha toda uma motivação política mediante o estado em que se vivia já que também é necessário compreender que Cajazeiras era vanguarda na resistência contra o regime militar.

Ainda para o historiador José Antônio isso não foi organizado por ninguém de Cajazeiras, já que estudos indicam que particularmente o padre não tinha nenhum inimigo na cidade. Acerca dos demais integrantes da produção, dentre as falas dos sobreviventes, uma delas nos chama atenção. Segundo Galvão, 15 minutos antes do final do filme a fita teve um problema da qual não conseguiu exibir por completo, em junção a isso a bomba explodiria aos 15 minutos finais do término do filme, do qual é possível perceber uma grande coincidência. Isso nos traz algumas possibilidades de pensarmos a quem interessava a fita ter parado de pegar nos 15 minutos restantes, seria para que algumas pessoas pudessem sair e o bispo permanecer para averiguar o caso?

Percebe-se que em torno dessas falas dos sobreviventes e dos interrogados surgem inúmeras outras questões, como no caso de Geraldo Galvão que foi interrogado e pressionado para que dissesse (segundo ele) respostas das quais não sabia, por exemplo: como fizeram a bomba e como colocaram. Observa-se em todas as falas dos participantes do referido documentário que se posicionam concordantes que tal atentado se configurou como uma prática de direita. Contudo, o estudo ainda se torna vago pela ausência dos documentos militares que não se fazem presente na cidade do ocorrido.



Figura 01: imagem retirada da internet-momento em que os feridos da bomba são socorridos.
Fonte: blogspot Cajazeiras, 2017.



Figura 02: imagem retirada da internet- jornal relembra atentado ao cinema Apollo 11 em 2017
Fonte: blogspot Cajazeiras, 2017.

3 – A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO: O ATAQUE AO CINEMA NAS FOLHAS DA COMISSÃO DA VERDADE PARAIBANA (2017)

A comissão estadual da verdade e da preservação da memória do Estado da Paraíba CEVPM-PB foi criado por meio do decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012 instituída aqui na Paraíba no governo de Ricardo Vieira Coutinho em 2013. A organização tinha como objetivo buscar esclarecimentos acerca das arbitrariedades cometidas pelo regime civil militar em terras paraibanas. A comissão da verdade da Paraíba também buscou investigar o atentado ao cinema Apolo XI em Cajazeiras, produzindo em 2017 o relatório que contém 748 páginas sobre os mais diversos ataques à democracia e a população civil nos anos de 1964 a 1985.

Dividido em grupos para realização das pesquisas, um deles ficou responsável por analisar o fato do atentado, a CEVPM-PB buscou o contato com familiares das vítimas para entrevista, porém não conseguiram já que os telefones repassados nunca atendiam as ligações, como fonte utilizaram reportagens da *internet* e pesquisas em jornais da Paraíba e de Pernambuco, assim como foram em busca de informações no SNI (Serviço Nacional de Informações) do qual obtiveram poucos dados.

Os relatórios apresentaram de dados novos algumas desavenças entre o bispo Dom Zacarias e os clérigos locais, o relatório em sua página 702 também aponta que o ataque teve como participante os subversivos do Ceará, os quais também foram indiciados para apurar as denúncias. O documento também narra o processo de abertura do inquérito da polícia federal da Paraíba acerca do ocorrido. Descrevendo como se deu as investigações feitas em conjunto



com diversos agentes do DPF (Departamento da Polícia Federal) a descrição do inquérito policial, assinado pelo delegado Manoel F. de Souza Leão Neto:

Afirma ter se deslocado até aquela cidade e “promoveu rigorosa investigação, não logrando, entretanto, levantar qualquer pista que pudesse levar ao autor (ou autores) do atentado”. Menciona as testemunhas ouvidas no inquérito: Edinice Casar Rolim; Epitácio Gadelha Rocha; José Alves Pereira; José Viana de Souza; Dom Zacarias Rolim de Moura; Maria Alves Cartaxo de Souza; e João Bosco Braga Barreto, afirmando que a maior parte não estava no local no momento que ocorreu a explosão. Cita os nomes das pessoas que estavam no Cinema Apolo XI no memento da explosão, como Francisco de Assis Pereira dos Santos; Geraldo Galvão de Souza; Altino Saturnino da Silva; Geraldo Justino Contado; e Francisco Valdeberto de Lira, informando que foi realizado um exame de corpo delito nos três primeiros. (CEVPM-PB, 2017p.702).

Segundo a comissão, em rumores criados no momento, apontaram o padre Francis Xavier conhecido como “mister boy” de ter planejado o ato contra o bispo Dom Zacarias, principalmente porque na manhã do dia do atentado ele estava em Cajazeiras, viajando apenas á noite para Pernambuco onde lecionava na faculdade católica. Toda via aqui apresenta-se uma dualidade, tendo em vista que a comissão apresenta esse argumento, enquanto historiadores locais discordam de desavenças pessoais, isso é perceptível no relato de pesquisadores cajazeirenses como Chagas Amaro e José Antônio, nos quais defendem de forma eloquente que o padre Francis Xavier e o bispo Dom Zacarias não possuíam conflitos nem desentendimentos. Ainda segundo José Antônio tal atentado não foi organizado por ninguém de Cajazeiras, isso possivelmente se configura como uma tentativa de eliminar essa hipótese para que as outras pudessem seguir.

Apesar de toda a investigação, o departamento de polícia paraibana, cearense e pernambucana não conseguiu chegar a uma conclusão de autoria e repassaram o caso aos militares. Contudo em 1976 a uma devolução do inquérito para que com mais tempo os delegados dos três estados pudessem chegar a um desfecho final, segundo o relatório tudo indica que a bomba do cinema Apollo XI foi apenas provocações dos agentes militares da ala radical contra a abertura política proposta por Geisel. Segundo o documento:

Recebido o ofício da Auditoria Militar, o delegado Manoel F. de Souza Leão Neto assinou o seguinte despacho: “1) Determino [...] no sentido de destacar o APF Jaime Pereira para proceder investigações SIGILOSAS na cidade de Cajazeiras e arredores com vista a elucidação dos fatos. 2) Voltem, depois, os



autos ao Presidente do Inquérito. Em 22/2/1976” este foi o último procedimento policial do documento encontrado pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba nos arquivos do Serviço Nacional de Informação. (CEVPM-PB 2017, p.705)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se em todo o decorrer do trabalho narrativas historiográficas acerca do ataque ao cinema Apollo XI, no entanto, por inúmeros problemas, dos quais muitos foram apontados, como por exemplo, a inexistência de documentos locais para a investigação, a suspensão da polícia em analisar o caso, talvez por não encontrar os culpados, ou porque tenha encontrado os precursores na ala da repressão militar, nunca chegou-se a uma conclusão.

O acontecimento para alguns cajazeirenses tem um tom de mistério, tendo em vista que até agora não se sabe e não se tem evolução do caso. A Jornalista Mariana Moreira nos chama (historiadores) a prestarem contas com o passado da cidade e com o acontecido, é preciso dar continuidade a investigação, para que um dia a população saia do misterioso e vá para os fatos, esses que irão constituir a base da memória para um povo que em tempos difíceis, foram vanguardas na resistência ao golpe civil militar de 1964.

Apesar de inúmeros pedidos de retorno as investigações, esses nunca foram atendidos, passados 47 anos do ocorrido, para a população esse caso continua a ser uma incógnita. Percebe-se que muitos dos crimes acontecidos na ditadura militar não vinham à tona nem com a redemocratização, nem com a comissão da verdade, apesar de sua grande contribuição, até hoje existem documentos dos quais não são permitidos os acessos. Ao final deste trabalho espera que o leitor consiga perceber o jogo de interesses que moveu esse acontecimento, assim como questione-se a quem interessava o sigilo dos processos e a interrupção das investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACENDINO, Janduy. 1 vídeo (28 min). **Segredos e Mistérios do Cine Apollo XI**, publicado pelo canal: Janduy Acendino, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0BtnJVFipI> Acesso em: 03 nov. 2022.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. **Revista Grafia**. Vol. 9, 2012. pp. 175-191.



FICO, Carlos. Violência, repressão e sociedade. In: __. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2019 (História da Universidade). P.80.

GUEDES, Nonato. et al. (Orgs). **O jogo da verdade**. Revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994: P.03-12.

GUEDES, Nonato. Explosão de bomba em cinema de Cajazeiras completa 43 anos cercada de mistério. **Blog Guedes**, 25 de janeiro de 2018. Acesso em: 03/11/2022.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996 P.473-477.

MARCIEL, Ayrton. Jornal do comércio de Recife destaca a explosão da bomba Apollo XI.

Portal CZN, Cajazeiras 19 de abril de 2021. Acesso em: 01/11/2022.

MOURA, Cristiano. Cinema Apollo XI, **blog coisas de Cajazeiras**. Cajazeiras 04 de janeiro de 2022. Acesso em: 03/11/2022.

Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Relatório final / Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

ROLIM, Claudiomar Matias. Cine Apollo XI; um caso sem solução. **Blogspot Cajazeiras**, Cajazeiras 18 de janeiro de 2017. Acesso em: 03/11/2022.

ST: SERTÕES CONTEMPORÂNEOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO SÉCULO XXI

Coordenadoras:
Francieli de Lucena Medeiros
Maria Joedna Rodrigues Marques

Entendemos, que os sertões são inúmeros, secos, verdes, calmos e modernos, contrariando, assim, a noção que os definia como distantes da contemporaneidade. Os sertões estão presentes na literatura, cinema, imprensa, novelas, mídias digitais, instituições, nos discursos intelectuais e políticos, de muitos que se voluntariam a escrever/descrever os sertões. Os usos dessas narrativas fomentam o arquivo (FOUCAULT, 2008), constantemente atualizado e reforçado, sendo possível compreender as inserções de terceiros, os conflitos com outras experiências e espacialidades. Enunciamos assim, a pluralidade do que é dito sertão (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014), pois suas características não se resumem ao oposto da modernidade, enunciar os sertões contemporâneos é um ato político, pois ele parte da premissa que contrariamos o que já foi dito/escrito/visto a seu respeito. Buscamos sob esta ótica, acolher trabalhos que propõem leituras contemporâneas sobre os sertões, a partir das mais diversas possibilidades de investigação. Sejam narrativas literárias, mídias digitais, fotografias, cinema, instituições, produções audiovisuais, entre outros tipos de suportes ou dispositivos que estabelecem definições, compreensões e discursos sobre os sertões.

“O SERTÃO ESTÁ EM TODA A PARTE”: ANÁLISES DOS SERTÕES “CONTEMPORÂNEOS” NA MODA BRASILEIRA

João Vieira Neto

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

E-mail: jvieiran00@gmail.com

RESUMO: Discute a contemporaneidade dos sertões nordestinos através de diferentes produções de moda brasileira, a partir das coleções, *A C&A de Juliette*, e, *Sertão Encantado*, ambas produzidas pela loja de *fast fashion* C&A. A contemporaneidade destes sertões, abrange diferentes forma de ver o espaço sertanejo, entre visualidades estereotipadas, e releituras estéticas. Para tanto, se operacionaliza uma discussão teórico-metodológica, costurada a fontes hemerográficas, fotografias, e recursos audiovisuais, os quais possibilitam o processo de *historicização* dos sertões contemporâneos na Moda. Bem como, o estudo se alicerça em autores como, Giorgio Agamben (2009), Diana Crane (2011), Albuquerque Júnior (2014), realizando assim o diálogo conceitual acerca da contemporaneidade, dos sertões e da Moda.

Palavras-chave: C&A; Juliette; Moda nacional; Sertões contemporâneos.



TRAÇANDO UMA INTRODUÇÃO

O título deste trabalho não foi elencado meramente pelo seu apelo estético provocado em quem o escreve; foi escolhido entre inúmeras frases de efeito do clássico de João Guimarães Rosa, por evocar a compreensão fulcral deste estudo: “o sertão está em toda a parte” (1994, p. 58). A onipresença dos sertões, então extrapola os “rincões” do Brasil, os interiores do Nordeste – diga-se a própria obra então discutida, que foi desenhada à luz de sertões mineiros -, logo, ao estar por toda parte, se admite aqui, que está em discursos políticos referentes às obras contra as secas; investimentos públicos para a implementação de energia elétrica, como estratégia política em transformar os sertões - neste caso, os nordestinos - em mecanismo de disputas de poder.

Ao estar em toda parte, se elencam, e se reivindicam a emergência dos sertões para além dos discursos “oficiais”, de atas políticas, de termos técnicos da engenharia, da arquitetura e da economia. Neste caso, se evocam as representações dos sertões, as produções realizadas por agentes históricos, sobretudo na cultura brasileira, sobretudo na moda brasileira e as “múltiplas” manifestações estéticas - e sobretudo visuais – sobre estes espaços. Para tanto, foram elencadas, duas coleções de moda, que, nas suas gramáticas visuais, se apropriaram em determinados momentos, dos sertões - em todas, ou pelo menos, muitas de suas partes – na composição imagética dos símbolos e cores para a costura destas representações dos sertões na moda.

Assim, a partir das coleções *A C&A de Juliette* e *Sertão Encantado*, ambas produzidas pela marca de *fast fashion*⁷¹, C&A⁷², se identificou a presença e a recorrência de diferentes representações dos sertões entre suas produções, logo, entre a moda brasileira. Através destas coleções, se operacionalizar-se-á a discussão em acerca da contemporaneidade dos sertões nordestinos, tomando como possibilidade de análise, as suas representações na moda brasileira.

⁷¹ Julia Isoppo Picoli (2009) entende o *fast fashion*, como sistema de produção inserido no sistema da moda com curta duração das suas peças e coleções, com menor qualidade das roupas, logo, é assim um mercado marcado pelo rápido descarte das roupas, bem como, a incorporação também rápida de valores estéticos na composição de coleções de vestuário. Assim, movimentam uma cadeia considerável na moda, em lojas especializadas neste segmento, como é o caso da C&A.

⁷² Segundo o site da marca, a C&A é uma empresa originalmente holandesa, fundada ainda no século XIX- 1841- por dois irmãos, Clemens e August, a marca conta com 1,8 mil lojas em 24 países do mundo, chegando no Brasil somente em 1976 inicialmente em São Paulo no Shopping Ibirapuera. Até o momento de escrita deste trabalho, as informações sobre a história da C&A são escassas, em virtude desta ausência, somente esse breve informativo foi usado para historicizar a marca.



Entre estas representações, portanto, identificou-se, a luz das análises fotográficas dos *looks*, que diferentes compreensões de sertão foram concebidas, evidenciando indiretamente a pluralidade deste espaço, na região Nordeste.

A *C&A de Juliette*, foi costurada com peças que evidenciavam uma *sertanidade* ancorada nos signos estereotipados, com camisetas estampadas com cactos, sóis rachados, sanfonas e chapéus de cangaceiro. Por meio destas simbologias, foi evocada uma visualidade marcada por um sertão árido e cangaceiro, uma visualidade que produz significados problemáticos à contemporaneidade que a coleção foi produzida e que este estudo é realizado. Por problemática, se elenca a recorrência e permanência em apresentar os sertões nordestinos por ideais de violência, criminalidade, escassez de água, de sonoridade única.

Assim, se questiona a contemporaneidade desta produção: inicialmente pelo período em que foi produzida, visto que os sertões nordestinos, ao longo de suas muitas histórias, foram contemporâneos; em consonância, questiona-se a contemporaneidade – ou a ausência desta – dos signos, dos símbolos, dos elementos visuais, das cores, das texturas, para se apresentar uma produção que carregue consigo, temáticas referentes a um espaço que nos moldes representados, hoje, não mais correspondem à estes padrões.

Em paralelo à coleção de Juliette, a qual aqui é dotada de elementos visuais, estereotipados, ancorados na aridez que os escritores regionalistas, da geração de 1930 “inventaram”, a produzida pela artista plástica Julia Nogueira, em parceria com a C&A evoca uma *sertanidade* marcada por uma inspiração nos sertões alagoanos, sertões molhados, que produzem uma visualidade oposta à terra rachada, com outras cores, outras estéticas.

Portanto, ao se pensar sobre representações dos sertões na moda brasileira⁷³, as coleções de Juliette e de Julia Nogueira, não são consideradas as pioneiras, tampouco serão as últimas, haja vista o constante interesse de estilistas brasileiros, em se apropriarem dos sertões

⁷³ Por moda brasileira, se entende um sistema cultural, marcado por representações sobretudo visuais, que se baseiam e basearam em influências estéticas do próprio país. A moda brasileira, em suas particularidades, é histórica, visto que é dotada de historicidade, ao ser marcada por um início, por um nascimento: a década de 1960; é particular, em virtude das inspirações de costureiros e empresários, que ao reivindicarem uma identidade nacional, e um fortalecimento industrial, encontraram na moda, uma possibilidade de promoção de tecidos. Assim, se admite aqui, que este sistema, no caso do Brasil, busca em seus signos, de nacionalidade e de identidade, mecanismos para legitimar essa produção, mecanismos para afirmar uma identidade nacional, onde os sertões nordestinos, encontram-se no cerne desta identidade.



nordestinos, e assim, os estereotipá-los de múltiplas formas⁷⁴; seja por sujeitos nordestinos, sertanejos, ou estrangeiros que para contarem suas histórias, valeram e valem-se dos sertões nordestinos.

Aqui, não será realizada uma História dos Sertões pela moda⁷⁵, tendo em vista que, ao longo da invenção da moda nacional, a temática do sertão, foi recorrente desde os anos 1960, pelas análises realizadas durante a trajetória acadêmica de quem escreve este estudo, em 16 diferentes momentos ao longo da história da moda brasileira. Entretanto, aqui, as análises voltar-se-ão para aquelas que são elucidadas enquanto contemporâneas; ainda assim, se faz necessária, uma mínima *historicização* destes sertões nas tramas da moda brasileira, com o objetivo de apresentar suas mais remotas, e as mais próximas ao período que este trabalho é realizado.

Pelo mapeamento de fontes, que indiretamente se transformou em um banco de dados, e subsidia em parte, a pesquisa aqui realizada, a primeira representação do sertão na moda nacional, esteve presente na coleção *Brazilian Look*, produzida pela empresa Rhodia Têxtil, em 1963 (figura 01).

Esta representação, compreendida aqui como primeira, está presente no conjunto de *tailleur* desenhado pelo costureiro carioca João Miranda, e estampado pelo artista plástico cearense Aldemir Martins⁷⁶, onde por meio desta peça de roupa, as estampas de pequenos

⁷⁴ Até o momento em que este estudo é realizado, outras duas coleções que se inspiraram nos sertões nordestinos, foram apresentadas ao Brasil, desfiladas na 56ª edição do São Paulo Fashion Week, as coleções *O sertão vai virar mar*, da estilista, Helô Rocha, e *Paixão segundo Catulo*, da marca baiana, Santa Resistência. Percebe-se assim, a recorrência, presença e permanência da temática dos sertões entre passarelas e produções de moda, na contemporaneidade, com elementos nada contemporâneos, como um arquivo, de imagens, sons e discursos, “inesgotável”, ou talvez únicos, unitários, para “representar” estes espaços.

⁷⁵ Ao longo da trajetória acadêmica da autoria deste estudo, a temática dos sertões nas malhas da moda, muito interessaram a quem tece esta trama; em virtude dos mecanismos de poder, de apropriação e representação de sujeitos estranhos aos sertões, mas que destes espaços, tomavam “suas visualidades”. Logo, no alinhavar das pesquisas, que culminaram na dissertação de mestrado que se encontra sendo costurada, algumas produções e coleções de moda foram elencadas para *historicizar* os sertões na moda brasileira, desde a sua invenção nos anos 1960, perpassando as décadas de 2000, 2010 e 2020, atentando-se para as representações, estereótipos e desatualizações estéticas para com os sertões em transformações. Assim, face às múltiplas representações e coleções, algumas foram selecionadas, em detrimento de outras, em virtude da disponibilidade das fontes para as análises históricas empenhadas no processo de escrita da dissertação.

⁷⁶ Através das análises das fontes, a presença de Aldemir Martins no processo de criação da moda nacional a partir dos estampados e tecidos da Rhodia, serviu para assinalar uma presença, um lugar, para o Nordeste, tomando como base, os seus sertões; ao representar com motivos de sujeitos históricos como os cangaceiros, e elementos da fauna e da flora, como galinhas e cactos, o cearense compunha um arquivo de imagens para o sertão, calcado em signos que representaram/representam parte considerável de nordestinos e sertanejos que se identificam com estes. Em



cangaceiros, assinalavam um lugar para os sertões na moda brasileira. O editorial da coleção, desfilada e fotografada em países da Europa e da Ásia, promovido pela revista *Manchete*, destaca os estampados brasileiros como essencialmente brasileiros, o que lhes confere projeção internacional, por representarem elementos nacionais: neste caso, o cangaço, e a fruta-pão, presente no vestido amarelo.

Figura 01: Brazilian Look



Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&Pesq=%22brazilian%20look%22&pagfis=52391>. Acesso em 30 de nov de 2023 às 09:00.

Pulverizados nas passarelas criadas pela Rhodia, como mecanismo de publicidade, as roupas que tinham nos sertões nordestinos, suas identidades, carregavam consigo símbolos que hoje são considerados estereótipos⁷⁷ destes espaços, representados por cangaceiros, por cactos. Sobre estes elementos considerados estereotipados, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009) compreende que podem também ser entendidos enquanto mecanismos de poder, para a

consonância, são signos de fácil compreensão para um país de maioria analfabeta nos anos 1960, e que, estes signos, facilmente comunicavam pelo apelo visual.

⁷⁷ Por estereótipos nordestinos, se assume na escrita deste estudo, como uma definição: “[...] grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 30).



manutenção dos sertões nordestinos, na permanência destes espaços no passado ruralista, e sobretudo a desatualização dos sertões em relação ao tempo em que são representados.

A constante desatualização, da moda para com os sertões, é percebida na série de representações destes sertões nas tramas da moda nacional, ao longo de sua história. Pelas análises das coleções que subsidia(ram) o estudo a ser realizado, se identifica entre a gramática visual, a recorrência e permanência do universo do cangaço entre as produções. Logo, estilistas brasileiros – nordestinos ou não –, se basearam essencialmente nas estéticas de Lampião e Maria Bonita para significarem os sertões (figura 02).

Figura 02: Sertões Cangaceiros – Santa Resistência



Disponível em:

<https://ffw.uol.com.br/desfiles/moda/verao-24/santa-resistencia/santa-resistencia-4/?i=13>. Acesso em 30 de nov de 2023 às 10:00.

Na representação acima, a modelo desfilou na passarela do São Paulo Fashion Week, sentidos e significados acerca dos sertões nordestinos através de roupas, da moda; sendo a moda um sistema cultural, onde o império do novo, reina, não seria estranho pensar que ao retratar os



interiores do Nordeste, estes agentes da cultura, buscassem inspirações em referenciais estéticos antigos. Em consonância, esta perpetuação do cangaço com o símbolo do Nordeste, apontam para uma unidade no conceito de identidade nordestina, baseada essencialmente nos bandidos que viveram entre os sertões durante os anos 1930-40.

SERTÕES “OUTROS”, SERTÕES “CONTEMPORÂNEOS”

Ainda na contemporaneidade, os sertões apresentados entre passarelas de moda, são sertões arcaicos, que não contemplam a contemporaneidade: seja pelas influências estéticas, pelos materiais, e a predominância do couro, pelos elementos simbólicos: chapéus, arabescos, recortes das roupas, o cangaço ecoa, no imaginário popular, como sinônimo de sertão. No caso da moda, onde as roupas produzem identidades: de gênero, de classe, no caso das produções que se baseiam no cangaço, (re)produzem identidades regionais, onde os elementos de suas indumentárias foram apropriados, apontando para um espaço. No caso das representações sobre os sertões tomando como base o cangaço, este estudo se aproxima das compreensões de Albuquerque Júnior ao teorizar sobre os temas regionais, onde o cangaço estaria no cerne das produções culturais acerca do Nordeste e dos seus sertões, produzindo sons, imagens e sobretudo, estereótipos.

Estes estereótipos, são como imagens sobreviventes, que ressoam na contemporaneidade, como nas imagens anteriores, mas em parte, no objeto principal desta análise. Por contemporâneo, aqui se apropria das concepções de Giorgio Agamben (2009), o qual concebe o contemporâneo enquanto uma relação do tempo consigo mesmo: ao passo que pertence, também se distancia deste. Assim, para o filósofo italiano, a moda seria a materialização do contemporâneo, em virtude da sua constante atualização e desatualização de si mesma: O tempo da moda está constitutivamente adiantado a si mesmo e, exatamente por isso, também sempre atrasado, tem sempre a forma de um limiar inapreensível entre um “ainda não” e um “não mais” (p. 67).

Neste sentido, ao trabalhar as coleções aqui analisadas, a contemporaneidade é definida inicialmente pela aproximação temporal, visto que, ambas foram produzidas em um recorte temporal, próximo à escritura deste trabalho – são coleções datadas do biênio anterior a este: a de Juliette, em 2021, a da S.E.R.Tão, em 2022. É ainda relacionada por se tratarem de coleções



de moda; mas também ao se trabalhar com coleções de moda que se inspiraram nos sertões, operacionaliza-se a contemporaneidade também destes espaços.

Ao contrário do que o imaginário nacional assume como o que corresponde aos sertões do Nordeste, como espaços inóspitos, atrasados, portanto, desconectados, autores como Albuquerque Júnior (2014) e Gislene Moreira (2018), se dedicaram a reinterpretar, reconfigurar as concepções vigentes e dominantes sobre os sertões nordestinos. Através das leituras destes estudos, identifica-se o compasso dos interiores do Nordeste em relação aos outros territórios, ou aos territórios litorâneos - tomando como base, a dicotomia litoral e sertão, por exemplo. Por meio destes se assume que os sertões reivindicam a contemporaneidade para si, não mais são sertões secos ou áridos, marcados por signos estereotipados, são, portanto, sertões conectados, que consomem tendências de moda, são objetos de inspiração e apropriação de estilistas e marcas de roupas.

Logo, as coleções da C&A, podem ser consideradas enquanto contemporâneas? Se sim, contemporâneas a quem e a qual tempo? Quais os recursos visuais que aproximam e distanciam estas produções de concepções marcadas como sertanejas, e que outros sertões, para além dos áridos são possíveis para expressar uma *sertanidade*. Estas problemáticas buscarão ser respondidas à luz das exposições das coleções, suas produções de sentidos e significados.

“NÃO SOLTO MEU NORDESTE NEM A PAU!”: A C&A DE JULIETTE

Nesta análise, importa a compreensão do tempo, como produtor de aproximações e alteridades acerca dos sertões e da moda; ambos dotados de temporalidades próprias: aquele pelo passado, esta pelo contemporâneo; moda e sertão se costuram em tramas próximas. Neste caso, tratar dos sertões do Nordeste, implica entender a sua ordem temporal, difundida no imaginário nacional como marcada pelo atraso, em um descompasso do tempo de outros espaços, como o litoral. Entretanto, como apresentado anteriormente, assume-se hoje que estes espaços são contemporâneos, logo, não somente consomem artigos de moda, como são por ela apropriados, transformados em roupa, em mensagem, em sentidos e significados. A coleção de Juliette para a C&A é um exemplo dos processos contemporâneos de apropriação do espaço sertanejo.



Juliette emergiu na mídia nacional, durante a sua participação na 21ª edição do Big Brother Brasil, se consagrando como a vencedora da temporada, somando milhões de votos, em sua maioria, de nordestinos, que se identificaram com os discursos e narrativas elucidados pelo reality. Juliette contava com o apoio de uma profusão de cactos, com uma equipe de marketing bem equipada, que lhe conferia destaque por se ancorar em uma gramática visual sertaneja, e assim legitimar suas muitas histórias, de luta, de adversidades, de ascensão social a partir dos estudos, sua história de vida se assemelha com narrativas cristalizadas acerca dos nordestinos que em virtude das asperezas da vida, encontraram aos seus modos, o seu lugar ao Sol, como aponta Albuquerque Júnior (2021).

Em relação à coleção que foi desenhada pela C&A para representar Juliette, trata-se de uma produção que contou com cem peças, divididas entre roupas, sapatos e acessórios; contudo, o enfoque desta análise, é voltado para as *t-shirts*, onde uma estética árida e sertaneja predominou neste tipo de roupa. Nas camisetas, predominaram estampas de paisagens rurais, com escritos que remetiam às xilogravuras, e símbolos estereotipados para assertar um espaço, estranho à Juliette, estranho à direção criativa da coleção. Diz-se estranha, visto que Juliette, não é uma nordestina do sertão, é natural de Campina Grande, e quando partícipe do BBB, residia em João Pessoa, capital da Paraíba; logo, os sertões paraibanos, não contemplavam as suas veredas pelo Nordeste, conhecia a parte urbanizada, citadina, e menos ruralista, passadista.

Na moda, a socióloga Diana Crane, compreende que as camisetas desempenham um papel de identificação política com determinada causa, sendo este, o primeiro item de vestuário que “ganhou” denotações de luta, de resistência, inicialmente concebidas como peças do vestuário masculino, usadas no lazer dos homens, as camisetas com mensagens, ou nas palavras de Crane, “dizeres”, esta peça carrega consigo mensagens, logo, comunica. Para Crane: “[...] a camiseta fala de assuntos ligados a ideologia, diferença e mito: política, raça, gênero e lazer” (2006, p. 349), no caso de Juliette, o trabalho em questão avança na teoria desta teórica, ao analisar a camiseta como representativa de uma identidade regional.

Logo, ao veicular mensagens com adjetivos como “arretada”, com representações de raios solares, chapéus de cangaceiro, cactos, as camisetas da C&A de Juliette, comunicam não-verbalmente, ensinam pelo olhar, apontam para um lugar. E é este lugar marcado por simbologias antigas, mas que é recorrente na contemporaneidade, como presente, que esta



análise se dedica a problematizar; é recorrente, por se tratar de um bem de consumo, que é dotado de significados, mas que é sujeito à uma lógica de mercado, onde o Nordeste é vendido por sua veia sertaneja, cangaceira e árida, são justamente estes valores, que são comercializados.

É um conjunto de ideias, de sentidos, que segundo Albuquerque Júnior (2009) apontam para o Nordeste como espaço da saudade, onde desde o início do século XX, elites da –atual – porção Nordeste do Brasil, em manter este espaço como lugar das tradições, do patriarcalismo. Se deseja preservar um tempo e um espaço em transformação constante, buscando para o Nordeste, um folclore desatualizado, num Brasil em atualização. Onde emerge assim, o cangaço sobretudo, como salvaguarda de uma identidade regional para a região, calcada nos seus sertões (figura 03).

Figura 03: A C&A de Juliette



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Para a *Vogue*, quando noticiado sobre a coleção, a paraibana contou que: “Não vou deixar de viver a minha tradição, mas posso aliar isso a algo moderno”, identifica-se deste modo, que na sua compreensão acerca do espaço de onde advém, as noções consideradas nesta



análise, como estereotipadas, são compreensões que compõem “a identidade regional”. Pode-se considerar então, que, apesar de não ter desenhado as peças da coleção, mas, ser tema e inspiração destas roupas e acessórios, que Juliette se insere no chamado “discurso da estereotipia”.

Considera-se este discurso como instituidor de realidades, pela fala, um discurso que é” [...] assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante que leva à estabilidade acrítica” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 30). É este discurso que ainda na contemporaneidade, marca o Nordeste e os seus sertões; logo, a coleção de Juliette para C&A, com base nas peças aqui analisada, é uma coleção que no seio da sua produção, carrega traços e estereótipos. Ainda que produzida para uma sociedade contemporânea, uma coleção que carrega consigo traços identitários do passado, como sinônimo e marcas de um presente, logo, que contemporaneidade – ou ausência da contemporaneidade - é presente nesta coleção, com base em signos sertanejos? Identifica-se que estes símbolos, atrasados que representam um espaço em transformação, ecoam significados no tempo em que estamparam as camisetas, logo, de nada são contemporâneos.

SER'TÃO ENCANTADO

Júlia Nogueira, artista plástica alagoana, desenvolveu juntamente com a C&A, a coleção que intitula este momento do trabalho; a produção de moda praia, costurava junto a si, peças como calças, lenços, biquínis, e saídas de banho, em uma leitura não seca, não árida, em determinada medida, oposta à de Juliette para a C&A. Nesta produção, as cores, os símbolos e as influências, que Nogueira desenvolveu, são elementos primordiais na compreensão da contemporaneidade dos sertões propostos por ela na colaboração com a marca de roupas. Evidentemente que uma coleção de moda que foi veiculada à Juliette, teria proporções maiores em suas projeções nacionais, do que a coleção de Júlia Nogueira; não somente pelas representações de um sertão, mas por se tratar da vencedora do maior *reality show* do Brasil.

Em entrevista para o site *Eufemea*, Júlia Nogueira – ou como é conhecida no meio artístico, S.E.R.Tão -, contou que suas influências para o desenvolvimento da coleção, se basearam essencialmente em um espaço sertanejo do seu estado, Alagoas; a Ilha do Ferro, um espaço dotado de simbologias na composição visual, pelos artesanatos do espaço em questão.



A artista buscou parte de suas inspirações no cangaço nordestino, uma questão que gera problematizações nesta análise, visto que por representar os sertões alagoanos, as referências estéticas perpassam o universo do cangaço, assim como a coleção de Juliette; em contrapartida, se distancia, e em decorrência da distância visual, é considerada como contemporânea, e não estereotipada.

Portanto, pode-se considerar que a Ilha do Ferro é um espaço que assim como outros sertões, produzem imagens, sons, discursos, é um arquivo, um museu a céu aberto. Segundo Artur Lins (2021), a Ilha do Ferro, localizada no município de Pão de Açúcar, porção baixa do rio São Francisco, é conhecida pelo seu artesanato produzido pelas comunidades ribeirinhas, em um município de 500 habitantes. Este artesanato, evidencia as conexões dos interiores, logo, dos sertões, com outros espaços, sendo aqueles, espaços conectados, e não isolados.

Por esta tipologia artesanal, a predominância de objetos artísticos, segundo Lins, se manifesta entre peças de madeira: esculturas, mobiliário, com referências à fauna, flora, e seres humanos, como apelo estético destas produções. O autor destaca ainda, o papel desempenhado por artesãs, as bordadeiras que também conferem uma identidade artística para a Ilha do Ferro, logo, o tipo de bordado predominante, é o boa-noite, o qual consiste em bordados em formatos geométricos. Identifica-se assim, que o artesanato é essencial na construção identitária e espacial da Ilha, mobilizando a economia e a história da Ilha do Ferro.

Em sua coleção que teve como referência o sertão alagoano, Júlia Nogueira ao representar a Ilha, um espaço permeado por águas, banhado pelo rio São Francisco, é um sertão que traz influências aquáticas, influências presentes nas roupas estampadas por Júlia. A contemporaneidade da coleção, é concebida nesta análise, a partir de formas que remetiam a ondas, com cores vibrantes, menos telúricas, representações de peixes, onças e estrelas. Uma composição estética, que em uma primeira leitura “não corresponde às noções cristalizadas de sertão”.

Enquanto a coleção de Juliette, apresentou sol rachado, carcarás, cactos, que evocavam a um espaço seco, árido, os símbolos apresentados por Júlia, evidenciam uma *sertanidade* contemporânea e não seca, não árida; pelo site da C&A, as peças foram divididas em sequências, que respeitavam as estampas das roupas: astral, onça e *mix*. Contudo, em virtude do período que se escreve este estudo, e que a coleção foi confeccionada, no suporte em questão,

a maioria das roupas foi comercializada; assim, a artista plástica foi fundamental para a tessitura do artigo, por compartilhar parte das fotografias de moda da coleção (figuras 04 e 05).

Na leitura destas representações, se assume, que são contemporâneas, rompem com leituras assertivas, leituras fora de moda para representar espaços sertanejos; logo, são leituras de sertões contemporâneos, leituras de sertões conectados, como no caso da Ilha do Ferro, que mantinha as suas conexões com áreas para além de si, estabelecendo contatos diretos com outros espaços, através dos seus artesanatos. Diz-se que estas roupas, bem como, esta coleção se faz enquanto uma produção de moda que impera a contemporaneidade, pelas nuances que compuseram este produto de moda.

Figura 04 e 05: Ser'tão Encantado; Ser'tão C&A



Fonte: Acervo do autor, cedidas por Júlia Nogueira.

Pelas fotografias de moda acima, percebe-se uma fluidez das peças, que remetem diretamente às águas da Ilha do Ferro: através do peixe do maiô laranja, da fotografia 04, ou das ondas multicoloridas, e pela modelagem fluída do vestido em tule, da fotografia 05. Estas representações assim, concebem um novo olhar para os sertões nordestinos, sobretudo pelo



espaço de origem que serviu de inspiração: o estado de Alagoas⁷⁸, em consonância, à luz da teoria de Gislene Moreira (2018), os sertões contemporâneos: “[...] interpelam, concreta e cotidianamente, os indivíduos na fronteira entre o velho e o novo semiárido a construírem novas respostas e a se reinventarem” (p. 22). Esta reinvenção assume-se pelos usos de novos signos, signos que representam um espaço sertanejo, mas que não são signos da aridez; logo, são signos que aqui se compreendem enquanto contemporâneos.

Este sertão alagoano e contemporâneo, foi apropriado também por sujeitos estrangeiros a ele, uma artista plástica que apesar de nordestina, não é sertaneja, e, de uma multinacional holandesa, que em sua sede no Brasil, busca no Brasil, essências que representem o país, com base nele e nas suas visualidades. Assim, esta contemporaneidade, pode ser percebida por elementos visuais das roupas, como nas fotografias 04 e 05, mas sobretudo pela produção de significados que estas manifestam, ao representar identidades de um povo, identidades de um lugar.

O sertão encantado assim, ao aqui se tornar contemporâneo, permite outras interpretações, de espaços que não são inóspitos, espaços que a beleza não está em paisagens duras e retorcidas marcadas por cabeças de boi, cactos. Reivindica-se assim, novas identidades, novas possibilidades de se dizer, ver e viver os sertões do Nordeste, logo, estes sertões concebidos como contemporâneos, ao destoarem dos elementos visuais já cristalizados, com novas cores, novas estampas e estéticas. Um sertão que é aquático, é banhado, é contemporâneo por não enfrentar estiagem, ou pelo menos esta, não ser responsável por inventar uma identidade espacial, populacional.

ALGUNS AJUSTES FINAIS

Ainda que na contemporaneidade, recorrentemente os sertões nordestinos sejam apresentados, concebidos, imaginados e representados enquanto paisagens áridas, duras, espaços marcados por tonalidades telúricas, e signos reveladores de uma identidade formada,

⁷⁸ Para Albuquerque Júnior (2021), Alagoas não se configura como um dos primeiros estados que, no imaginário nacional se evoca quando se pensa sobre o Nordeste, em contrapartida, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, são os estados nordestinos que em tese mais evocam uma nordestinidade, fora do Nordeste. Mais especificamente, o Ceará, em virtude da sua produção cultural acerca do Nordeste, desde o século XIX, com uma gramática da seca, da miséria, é o estado que congrega uma maior nordestinidade, com base em referenciais sertanejos.



imersa em uma sociedade em transformação, com identidades que também reivindicam novas estéticas, reivindicam novos sertões, estes espaços estão em constante transformação. Logo, pensar em sertões implica, hoje, concebê-los em um compasso temporal, com o contemporâneo, em um exercício de aproximação e distanciamento, demarcando a contemporaneidade como aponta Giorgio Agamben.

Neste sentido, a compreensão principal deste trabalho, se baseou na elucidação dos sertões nordestinos como espaços em transformação constante, espaços integrados, conectados, espaços sobretudo, vivo; assim:

Nesses novos sertões, tradição e modernidade estão se fundindo em uma mutante e acelerada colcha de retalhos. A suspeita é de que essas novas configurações sejam sintomas de uma crise ainda mais profunda, que questiona um modelo de vida que já não existe mais (MOREIRA, 2018, p. 26).

Por crise, aqui se compreende os processos de integração dos interiores do Nordeste com os territórios, em virtude da constante globalização, dos avanços tecnológicos proporcionados pela internet e as conexões de espaços distantes entre si. Assim, por conexões dos sertões nordestinos, se elencou o sistema da moda, e a moda brasileira como meios de conexão - e apropriação destes espaços - para representar o Brasil, pelo próprio Brasil.

Através das coleções, se identificou os esforços e os mecanismos de apropriação e reprodução, para a manutenção e subversão de padrões estéticos e visuais para apresentar espaços marcados pela sua estética muito própria, que representa – ou em tese, deveria representar – os indivíduos que dele fazem parte. Assim, por uma estética árida, sertaneja e cangaceira, ou banhada por águas, com peixes, ondas e profusão de cores, os sertões nordestinos estiveram pulverizados na loja de departamentos, C&A, marcando a sua onipresença na cultura brasileira.

Entretanto, as constantes apropriações dos sertões por estas produções de moda, apresentaram que os olhares para representar estes espaços, são ainda na contemporaneidade, olhares assertivos, marcados por uma tipologia estética específica, portanto, são instrumentos culturais diretos que significam, e são dotados de significados, que correspondem a estes espaços. São olhares que produzem discursos, instituem formas de ver as regiões sertanejas, visto que se tratou de coleções com alcance nacional.



Entre as produções, *A C&A de Juliette*, por exemplo, foi compreendida aqui à luz dos estereótipos que foram reforçados, ao representarem uma – atualmente – cantora, com fontes de letras que rememoram os cordéis, dizeres que mantêm as concepções cristalizadas dos sertões nordestinos, com elementos de violência e virilidade, entre cenários da caatinga. Representações, retalhos, molambos, de um espaço oposto ao de quem foi apropriado por uma marca que o principal objetivo ao apresentar publicamente os sertões, era vender; para a comercialização das peças, comercializava-se também os sentidos e os significados acerca deste espaço, logo, sendo a moda um sistema que impera o novo, as novidades ao retratarem Juliette, em poucos momentos foi evocada, visto que, as imagens representativas, são as que neste estudo, são consideradas como estereótipos.

Em relação à *Ser'tão Encantado* se considerou que as imagens veiculadas na coleção, são disruptivas e subversivas de padrões vigentes e dominantes para marcar o que seria o espaço sertanejo de Alagoas. Confeccionada com estampas aquáticas, que rememoravam outros espaços - visto que no imaginário nacional, quando se pensa em sertões, as referências visuais, são de espaços secos, sem vida -, as artes de Júlia para a C&A, eram carregadas de cor, e vida, evidenciando fortemente as suas identidades artísticas. Contudo, assim como a coleção de Juliette, esta produção foi marcada por olhares outros, leituras estrangeiras, de agentes culturais, de poder que se apropriam de um espaço e de suas múltiplas estéticas, aplicando as suas representações acerca deste, na coleção em questão.

A contemporaneidade por sua vez, foco deste estudo, foi apropriada como análise das produções, entendo esta temporalidade como possibilidade de problematizações acerca das produções em questão. Por meio da moda, sistema do contemporâneo, identificou-se que os sertões já desfilados em passarelas nacionais, mas que a contemporaneidade expressa nas coleções, não seguia o ritmo que os espaços sertanejos, seus sujeitos e particularidades, demandavam ao longo do tempo. Logo, se reivindica a contemporaneidade dos sertões, sua pluralidade e onipresença, chamando a atenção para produções culturais, que se inspiram e apropriam destes territórios nas suas composições imagéticas. Assim, que questões e que contemporaneidade querem ver e querem que se façam vistas, pelos sertões, pelo Nordeste, pela moda, pelo Brasil?



REFERÊNCIAS:

- AGAMBEN. O que é o contemporâneo? e outros ensaios Chapecó: Argos Editora, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. Distante e/ou do Instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.). *Culturas dos Sertões*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 41-57.
- _____. O Rapto do Sertão: a Captura do Conceito de Sertão pelo Discurso Regionalista Nordestino. *Revista Observatório*, São Paulo, v. 25, 2019.
- _____. Juliette ressuscita Mané Xiquexique, personagem criado por um cearense contra Jeca Tatu. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaocolumnistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/juliette-ressuscita-mane-xiquexique-1.3084246>. Acesso em: 01 dez. 23.
- _____. O Ceará é onde o Nordeste é mais nordestino: Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaocolumnistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/o-ceara-e-onde-o-nordeste-e-mais-nordestino-1.3103280> . Acesso em: 01 dez. 23.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.
- BONADIO, Maria Claudia. *O fio sintético é um show! moda, política e publicidade (Rhodia S.A 1960-1970)*. Tese (Doutorado em História) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Senac, 2006.
- _____. *Ensaio sobre moda, arte e globalização*. Tradução de Camila Fialho. Organização de Maria Lúcia Bueno. São Paulo: Senac, 2011.
- FRANÇA, Raíssa. *Em parceria com a C&A, alagoana cria coleção de roupas inspirada na cultura nordestina*. 2022. Disponível em: <https://www.eufemea.com/2022/09/em-parceria-com-a-ca-alagoana-cria-colecao-de-roupas-inspirada-na-cultura-nordestina/>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- LINS, Artur André. *Artesanato e capitalismo: o caso da ilha do ferro (alagoas)*. 2021. 321 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.
- NEIRA, Luz Garcia. A invenção da moda brasileira. *Caligrama – Revista de estudos e pesquisas em linguagem e mídia*. São Paulo, vol. 4, no 1, jan/abr. 2008.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.



O SERTÃO CONTEMPORÂNEO EM TRÂNSITO: IMAGENS – AÇÃO DO SERTÃO NO FILME BOI NEON (2015) DE GABRIEL MASCARO

Gleice Linhares de Azevêdo
Secretaria Municipal de Educação de Belém do Brejo do Cruz – PB
E-mail: gleicelinharesbbc@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho investiga os sertões contemporâneos do Nordeste brasileiro partindo da fonte visual em movimento (cinema), tendo a escolha do filme Boi Neon (2015), do diretor e roteirista, Gabriel Mascaro, como locus e ponto de partida de tal empreitada. Assim, o objetivo é compreender a elaboração das imagens dialéticas presentes em Boi Neon (2015) que desconstrói iconografias homogêneas da/sobre a região. A arquitetura teórica estrutura-se no conceito de imagem – ação (DIDI – HUBERMAN, 2020) pensando a imagem como problematizadora e dialética de outras imagens dizíveis e estereotipadas do sertão. Metodologicamente, partimos inicialmente do método de escavação das camadas visuais das imagens ou arqueologia das imagens (DIDI – HUBERMAN, 2020). Em síntese, o sertão de Boi Neon é um sertão em trânsito.

Palavras-chave: Boi Neon; Cinema; Sertão Contemporâneo; Imagem – Ação.

Introdução

O interlocutor ao fazer um percurso no sertão nordestino através do universo das imagens estáticas ou de imagens em movimento e, até mesmo, das imagens produzidas pela/na literatura⁷⁹ se depara com um imenso arquivo visual categórico, unívoco, homogêneo e atemporal dessa espacialidade. As várias imagens que povoaram o imaginário social, político e discursivo também de outras tipologias desde a moda, a música, a xilogravura e o cinema nacional têm repetido demasiadamente um mesmo sentido de sertão – aquele da seca, da fome e do atraso. Todas essas formas dizíveis do sertão também são problematizadas nas universidades em seus múltiplos trabalhos de pesquisa que, de modo geral, tem pensado o

⁷⁹ A dissertação *O sertão é neon: transversalidades e pluralidades de identidades de gênero no filme Boi Neon de Gabriel Mascaro 2015* da historiadora Gleice Linhares de Azevêdo discorre em seu primeiro capítulo intitulado *Uma arqueologia imagética do sertão* de como a literatura produziu imagens sobre o sertão nordestino utilizando recursos estilísticos da própria língua portuguesa, como as metáforas, figuras de linguagem e outros artifícios que constroem dados signos visuais correlacionados a paisagem geográfica e seus tipos sociais. Essa produção de imagens pela literatura é demonstrada nas fontes literárias, desde Euclides da Cunha, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto entre outros que compõe a análise da produção de signos e sentidos visuais para o sertão tendo como fundamento conceitual o estudo da imagem – sobrevivente do filósofo e historiador da arte Didi – Huberman.



espaço sertanejo em sua diversidade religiosa, cultural, política, social, de gênero, educacional, de movimentos sociais e suas formas de luta e resistência nesse espaço e nos vários tempos que atravessam o sertão.

O historiador Durval Muniz discorre que “O sertão seria marcado por nele sobreviver restos de tempos outros, espaço definido por conceitos os de arcaico, tradicional, costumeiro, rotineiro, intemporal” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.43). O sertão assim seria um espaço em trânsito⁸⁰ pelas diversas temporalidades que o perpassam, isto é, passado/presente/futuro, no quais seus modos de o praticar ora diz um sertão arcaico ora remete a um sertão em transformação para quem o assim consegue enxergar. Nesse sentido, o conceito de contemporâneo pensando por Giorgio Agamben (2009) em seus aspectos voltados para a dimensão da moda sobretudo aprofunda a reflexão sobre as idas e vindas cíclicas que o estágio da moda passa no tempo, ou seja, sobre a (re) atualização dos tempos que a moda perpassa. Enxergar que isso é possível e ocorre percebendo as mudanças e permanências é ser contemporâneo parafraseando Agamben (2009).

A complexidade de compreender o conceito de contemporâneo na visão de Agamben nos leva a uma segunda exemplificação prática e não menos importante que a primeira que é pensar o contemporâneo pela metáfora do escuro e claro. Quando estamos no escuro não podemos ver o que está ao nosso redor e, no sentido inverso, quando estamos em um ambiente luminoso artificialmente, por exemplo, enxergamos tudo a nossa volta, pois bem, o que todos veem no claro é algo sabido e comum que todos enxergam. Mas o que os poucos avistam no escuro é o extraordinário, o dessemelhante e revela o quanto as coisas podem ser diferentes num mesmo ambiente.

Nesta direção, transportando a metáfora da escuridão/claro para a espacialidade do sertão percebe-se que num mesmo espaço existe milhares de elementos do passado que estão lá sendo vivido e praticado enquanto outras e diferentes vivências, além de formas de modificar este espaço estão também coexistindo e dividindo a mesma aridez da terra gretada e do sol estourado. A questão ainda é mais profunda, pois o próprio sertão não se autodenomina

⁸⁰ Idem, Ibidem.



contemporâneo, não se conceitua, visto que, o espaço/paisagem parte do olhar de quem o ver e o constroem.⁸¹

Desta maneira, este trabalho se configura de um recorte de pesquisa de mestrado sobre os sertões contemporâneos alicerçado no estudo das imagens, sobretudo, ancorado no filme *Boi Neon* 2015 de Gabriel Mascaro.⁸² Por ser um filme nacional produzido por um nordestino e ambientado entre o sertão e agreste dos estados da Paraíba e Pernambuco, não se trata de picotar, mais uma vez, os signos visuais clichês da região e reproduzir – lós, mas ao contrário, desconstruir esses elementos visuais na medida que outros dialeticamente os confrontam e problematizam o que é visível e dizível dessa espacialidade.

Logo, o objetivo dessa pesquisa é compreender como o filme *Boi Neon* elaborou outra visualidade para o sertão sendo este espaço marcado por permanências e rupturas, estereótipos e dissonâncias do passado que perpassam o tempo presente. Por conseguinte, analisar a construção de um sertão em trânsito, ou seja, em mobilidade temporal entre passado/presente, na travessa de tempos que desfilam no sertão contemporâneo. Assim, parte-se também da seguinte indagação: quais signos visuais mostram a mobilidade do sertão e confrontam-se com imagens fixas e homogêneas do lugar?

Tal resposta estruturou-se em uma reflexão que é ao mesmo tempo problematizadora sobre a configuração do sertão contemporâneo, não entendendo o conceito Sertão somente pela sua etimologia ligada ao interior, espaços longínquos e vazios ou pela força da natureza exótica e da aridez do clima. Nem incluindo os tipos sociais clichês e que a história deu seu panteão como herói e vilão, em certos casos. Pensar esse espaço nas imagens é fundamental através do

⁸¹ SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996. 645 p.

⁸² *Boi Neon* foi lançado em 2015, com estreia em festivais internacionais, onde recebeu diversos prêmios, como de melhor diretor. A narrativa estrutura-se em torno de uma trupe de vaqueiros – Iremar, Zé, Júnior e Galega, a qual é motorista que leva os bois no caminhão junto dos vaqueiros para as vaquejadas. Nesse enredo fílmico aparece ainda Kaká, filha de Galega, que faz parte da trama vivendo ao lado dos bois, cavalos e os vaqueiros, alimentando também o sonho de pertencer a esse mundo quando crescer e ter seu próprio cavalo. A história endossa na figura de Iremar que além de trabalhar alimentando os bois e limpando os rabos, nos bastidores, tem habilidade nas horas livres de desenhar croquis e confeccionar roupas para sua companheira de trabalho, Galega. Ao fazer esse trabalho costumeiramente, com delicadeza e cuidado na produção, Iremar despertar em si o sonho de um dia ser estilista de moda, com a possibilidade de conseguir um trabalho numa fábrica de confecção de roupas próximo de sua realidade, ou seja, na região. Assim, a centralidade do filme é problematizar questões emergentes no Sertão/Nordeste através dos personagens, envolvendo as transformações na paisagem e nos sujeitos sociais que são desconstruídos da ideia clichê de uma região atrasada economicamente e de personagens míticos, violentos ou “cabra- macho” do sertão.



conceito de imagem -sobrevivente, visto que, as produções visuais sobre sertão acabam trazendo signos repetidos, comuns e presentes em outras tipologias, seja do tipo visual, literárias ou midiáticas. Isso significa que existe uma atualização da repetição de imagens do sertão em um eterno tempo cristalizado da imagem ruralizada e atrasada. Nessa direção Gilles Deleuze (2018) aponta que as imagens que não se atualizam são imagens – afecção.⁸³

Partindo de tal proposição, a tessitura da pesquisa assim se estruturou teórica e metodologicamente no conceito de Imagem – Sobrevivente de Didi – Huberman e Imagem – ação de Gilles Deleuze. O primeiro conceito embasa a análise de duas pinturas recentes – Pássaros da Caatinga e Esperança no Sertão pintadas por Thales Kelven e um autor desconhecido respectivamente, apresenta semelhanças em seus signos visuais e constroem também um mesmo sentido para a região. Em relação a fonte fílmica trabalhamos com Boi Neon, já mencionado anteriormente, e organizamos nosso estudo investigativo com 32 frames do filme, mas para este recorte da pesquisa usamos dois frames que abrange a ideia de um sertão contemporâneo em trânsito.

Portanto, esse trabalho está direcionado a circunscrever a construção do sertão contemporâneo pelas visualidades mostrando a dialética de imagens existentes na produção dessa espacialidade. Tal configuração espacial sobrepõe camadas visuais de temporalidades diversas – passado e presente, o velho e o novo, o dito arcaico e o contemporâneo.

As imagens – sobreviventes

No início desse trabalho interpelamos o leitor sobre o universo imagético disponível num grande arquivo visual do sertão em suas diversas tipologias e afirmamos que esse universo marca o sertão pelo sentido da seca alastrante, como se toda a região fosse dominada por ela; o sentido da fome como consequência ora da seca e da má distribuição de renda, provocando a desigualdade social e, por conseguinte, o atraso do lugar. Pois bem, olhamos primeiro para o sertão por tais imagens, elas são como cânones referenciais do lugar, uma espécie de símbolo, marca e sintoma que identifica a região sempre remetendo a um tempo passado, longínquo e que perpassa o presente do sertão. Esse tempo parece nunca passar.

⁸³ Ver: DELEUZE, Gilles. Cinema 2 - A Imagem Tempo. São Paulo: Editora 34, 2018. 419 p.



Estas imagens já produzidas a leitura de outras são imbricadas de tempos, a imagem – tempo, parafraseando Didi – Huberman. Por conseguinte, a imagem – sobrevivente, conceito relacionado diretamente a temporalidades que perpassam as imagens remete a uma iconografia que traz na sua composição aglutinações de sintomas do tempo, ou seja, materializados na repetição de gestos e sinais já vistos em outras imagens, também de outras temporalidades.⁸⁴

Nesse sentido, a imagem também é constituída de memória, a qual liga-se a um tempo passado e que, por vezes, pode também está imbuída de afetividade desse tempo. Essa relação passado/memória constitui também a imagem – sobrevivente que persiste em seus signos visuais a um retorno as memórias de quem os produziu ou de memórias coletivas. Didi – Huberman coloca três questões em seu livro Diante da Imagem: a imagem tempo

Três questões de tempo na imagem: Diante de uma imagem, por mais antiga que seja, o presente nunca cessa de reconfigurar; Diante da imagem, por mais recente e contemporânea que seja, ao mesmo tempo o passado nunca cessa de se reconfigurar (visto que ela se torna passível numa construção da memória, se não for da obsessão. Diante da imagem somos o elemento da passagem, ela diante de nós é o elemento do futuro, o elemento da duração. A imagem tem frequentemente mais memória e mais futuro que o ser que olha. (DIDI – HUBERMAN, 2015, p. 16)

Didi – Huberman na proposição coloca que a imagem por mais presente e contemporânea que seja, nela vamos encontrar outros tempos postos – presente, passado e futuro e, por isso, a imagem é constituída de anacronismos. Sendo o anacronismo presente nas imagens, o autor coloca que a regra de ouro entre os historiadores era não cometer o pecado do anacronismo. Contudo, na imagem sobrevivente mesmo que busquemos compreendê-la pela chave do passado como entender os demais tempos postos nela? Didi – Huberman também fez uma crítica sobre isso ao questionar a compreensão das imagens pelas estruturas mentais do passado.

Nas imagens do sertão contemporâneo, por exemplo, no filme Boi Neon (2015) iremos nos deparar com signos visuais do passado/presente, isto é, um sertão de antanho, rural e um sertão urbano de rodovias e motocicletas motorizadas que percorrem longas distâncias substituindo carroças e uso de cavalos e burros. Nessa esteira, o sertão também está em constante movimento, em trânsito por viver entre tempos diversos.

⁸⁴ Ver: Azevêdo (2022);



Logo, como entender essa conjunção de signos dialéticos que aparentemente estão em contraste, em discordância, em anacronia? Didi – Huberman (2015) coloca que o anacronismo não está somente em olhar o passado pela chave do presente, pois ele atravessa a contemporaneidade. Logo, Didi - Huberman afirma em tentar um acordo entre os tempos, deixando de lado uma atitude canônica de historiador ao olhar a imagem pela sua chave de tempo e buscar uma concordância das temporalidades encontradas na imagem.

Assim, compreender o sertão contemporâneo é saber que ele é anacrônico em suas estruturas sociais, econômicas e políticas por causa das experiências que se acumulam no mesmo espaço resultado da sobreposição de tempos. Nesse sentido, experiências acontecem no que Koselleck (2014) chama de tempo de longa, média e curta duração de tempo.⁸⁵ Nesta direção, o tempo do sertão que ultrapassou muitas gerações pelo viés da seca e da fome remete a este sertão rural, de experiências longas, ou seja, de experiências que aconteceram em um tempo de longa duração e parece que ainda acontece quando remete sempre a este tempo do sertão.

Nas experiências que transcendem gerações a imagem sobrevivente aparece carregadas de sintomas do sertão de outrora, a exemplo, na pintura Naïf do pinto Kelven, Figura 01 adiante. A figura, intitulada de Pássaros da Caatinga remete a rusticidade de um sertão rural e isolado, interiorizado e distante da civilidade, uma típica pintura romântica do sertão, perceptível pelos signos visuais que constroem o sentido de um espaço simples, tranquilo e despovoado. Esse sentido se dá pela presença da casa de taipa – usada pelos sertanejos em zonas rurais no sertão pelo custo benefício, feita com barro e troncos encontrados na natureza. A paisagem árida remetida pelos tons terrosos não foi usada somente nesse tipo de arte, apesar do estilo Naïf ser considerado uma arte de pinturas vivas, ou seja, cores fortes, em outras pinturas encontramos a mesma cor que transmite a ideia de seca.

⁸⁵ KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. Tradução Markus Herdiger. 1. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC – Rio, 2014, 352 p.

FIGURA 01: PASSÁROS DA CAATINGA -61CM X 66 CM
MUSEU DE ARTE NAÍF DE GUARABIRA - PB



Fonte: <http://thaleskelven.blogspot.com/p/vide.html>
Acesso em 25 maio. 2021.

O elemento do cacto ou xique – xique como também é denominado na flora do sertão é o signo visual que aparece também em muitas imagens da região, como resiliente as intempéries, pois, como em “Pássaros do Sertão”, aparece sempre verde em meio a paisagem acinzentada da caatinga. Na pintura “Esperança do sertão” também encontramos, mais uma vez, o cacto – verde, resistente e em destaque na cena. Além do cacto ser o signo visual da repetição nesta obra ocupando um plano central na pintura, também aparece o signo visual do pássaro denominado de Concriz na fauna sertaneja que está pousado sobre o cacto, já visto na pintura do artista anterior e nesta repete-se como se fosse a mesma pintura, ou seja, a imagem sobrevivente.

A pintura joga com as cores do cacto verde, florido e posto em uma paisagem isolada e exótica em ambos os quadros. Esse sertão bucólico e seus elementos constroem à ideia de um tempo que perpassa uma experiência longa e enrijecida como a única do lugar.

FIGURA 02: ESPERANÇA NO SERTÃO



Fonte: <https://br.pinterest.com/> . Acesso em: 15 out. 2023.

Nesse sentido, diante da imagem, parafraseando Didi – Hubermam estamos diante do tempo, mas no sertão estamos diante da imagem que constrói a imagem única, singular e dizível de um tempo que não passa. Na esteira da imagem sobrevivente e das temporalidades sobrepostas, um sertão em trânsito entre passado e presente vive na “concordância dos tempos” (DIDI – HUBERMAM, 2015, p. 21), a passagem entre essas imagens icônicas do rural/romântico do sertão para a mobilidade que o tempo presente traz para o lugar, elabora a concepção da transitividade entre os tempos.⁸⁶

Imagens – ação: o sertão contemporâneo em trânsito.

⁸⁶ Transitividade é um conceito metafórico que a historiadora Gleice Linhares de Azevêdo elabora na sua dissertação de mestrado para discutir e explicar as diversas temporalidades que coexistem no sertão e, como a região consegue viver entre as tradições e práticas sociais ditas tradicionais e pertencentes ao velho e arcaico do lugar e, por outro, consegue lidar e viver com o que chamamos de moderno ou contemporâneo, com a incorporação no espaço de elementos que tem transformado a ambiência de muitos sertanejos do Nordeste, sobretudo, o aparato tecnológico, a instalação de fábricas e novas formas de ser e estar nas relações de gênero, como é discutido no trabalho de Azevêdo.



Pensar no enunciado literal de trânsito ou transitividade em seus sentidos e significados, a primeira coisa que aparece é sua ligação com a complementação de um verbo. A transitividade verbal que ora precisa de um complemento direto ou indireto para dá sentido ao verbo e, por conseguinte, a oração é regida pelo verbo. Entretanto, a palavra Sertão não é verbo e seus vários nomes desertão, sertanus também não o foram, mesmo assim, o sertão já foi designado por muitos complementos e sentidos, por exemplo, para classificar - ló como lugar desconhecido, longínquo, terras não desbravadas, como espaço que está longe da costa/litoral e como lugar deserto, no período da presença lusitana e colonial da história do Brasil.

Esta temporalidade do sertão como lugar do interior, do invertido, oposto ao litoral é construído na medida que outros enunciados vão formando sentidos e imagens para o lugar, a exemplo, do que assolou a região, as secas periódicas e longas, fome e a miséria do lugar. Tais associações ainda trazem para a temporalidade contemporânea do sertão essas imagens – sobreviventes que não chegam somente nas iconografias, todavia, chegam nos discursos e, a partir deles, viram imagens sacralizadas. E, será que existe um sertão em trânsito entre essas temporalidades? Que fuja do estigma da seca?

Falar em sertão em trânsito é mais do que dizer que existe um outro complemento e sentido para sua categoria, enquanto região/território do Nordeste – sabendo que o sertão não está somente lá. Assim, quando a metáfora “Trânsito” ou “sertão em trânsito” é usada remete a mobilidade, a percorrer lugares, espaços e tempos que coexistem e estão materializados, figurados neste espaço, vivido e sentido, pois o sertão também é vida pulsante. Na imagem abaixo do filme Boi Neon (2015) podemos ver e correlacionar com outras imagens que são imagens – ação deste sertão em trânsito:



FIGURA – 03: CENA 31



Fonte – Boi Neon (2015)

A figura 03 é uma cena nada comum do sertão nordestino no cinema brasileiro, em nada se parece com uma típica paisagem desolada pela seca, com um céu azul de poucas nuvens ou um sol intenso, de luz “estourada”, remetendo ao calor intenso na região. Logo, é uma cena de um sertão contemporâneo que está em processo de trânsito entre o rural e o urbano, da estrada de rodagem ainda de terra batida e da fábrica no meio da caatinga, contrastando com a natureza verde e o caminhão em movimento, pois nada está parado nesse sertão – tudo está em trânsito, inclusive os sujeitos.

Nessa direção, ao trazer outras imagens do sertão para o cinema, talvez o diretor não tenha sido compreendido na sua crítica ao imaginário em torno dessa espacialidade, já que o sertão foi construído nos discursos do passado. Ao desconstruir a paisagem do sertão seco, desolado e deserto nas cenas, o diretor de *Boi Neon* mantém um nítido posicionamento político ao explorar outro sertão, aquele não dito em produções cinematográficas anteriores.

Essa paisagem industrial e de crescimento econômico atraiu o olhar do diretor Gabriel Mascaro para a região sertaneja através das lentes do cinema, como verificado na figura 03.⁸⁷

⁸⁷ Gabriel Mascaro nasceu em Recife, capital do Estado de Pernambuco, em 24 de setembro de 1983. É graduado em Comunicação Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Iniciou sua carreira em 2008 com o documentário *KFZ-1348*, dividindo a direção com o cineasta Marcelo Pedroso. O filme lançado em seguida, *Um Lugar ao Sol* (2009), faria sua trajetória avançar para mais festivais internacionais como o BAFICI, Visions du Réel, e seria selecionado em mais de 30 festivais internacionais. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/personalidades/personalidade-599033/biografia/>. Acesso em 10 abr. 2020.

Ao focalizar essa “outra” paisagem sertaneja, o diretor desconstrói a gama de signos fixos que se cristalizaram em torno da região, como ele mesmo afirma:

O Nordeste foi apontado por políticos e economistas brasileiros nos anos 60 como a "região problema" do Brasil por causa do histórico de desertificação, fome, sede, fanatismo religioso e das revoltas populares. Na mesma década, o cinema e a literatura foram buscar nessa região a alegoria da luta de classe e a revolução camponesa. O Cinema Novo se apropriou da região enquanto experiência que cristalizou até hoje alguns signos de representação, como a ideia de preservação das tradições culturais, da ideia de valentia quase sacralizada e puritana do homem trabalhador e na possibilidade deste homem culturalmente enraizado trazer novos valores para reparar a crise identitária dos centros urbanos. Hoje temos outro contexto no Brasil. A região cresceu economicamente de forma muito veloz, é cosmopolita [...] (MASCARO, 2016, p. 43).

Este sertão discutido pelo cineasta atribui novos significados à região nordestina ao romper com os signos visuais tradicionais e trazer na sua narrativa o espetáculo das vaquejadas – um evento clássico da cultura regional, para desmontar a ideia de tradição e do imaginário em torno da figura arquetípica do vaqueiro, sendo a vaquejada um megaevento cultural e esportivo ligado ao capitalismo e ao investimento da indústria cultural na área.

Destarte, na imagem seguinte, fotografia que compõe o filme *Boi Neon*, encontramos outra cena nada comum sobre o sertão nordestino, que provavelmente despertou espanto e estranheza, focalizando a paisagem que se forma nos canteiros de obras na região e trazendo o que havíamos discutido anteriormente:

FIGURA – 04: CENA 16



Fonte - Boi Neon



A figura 04 remete a um espaço em pleno desenvolvimento, em plena transição, tanto pelo redesenhar da paisagem que agora não é a caatinga e sim o concreto dando forma a estruturas gigantes, no caso prédios, futuras fábricas ou habitações próximas às cidades do agreste. A câmera focaliza esse espaço através do movimento do caminhão da trupe de vaqueiros que segue em trânsito para o destino escolhido: o polo industrial de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe – agreste pernambucano.

No entanto, a localização das filmagens de *Boi Neon* ultrapassa o agreste e chega a percorrer cidades paraibanas, na zona da mata, como Campina Grande e Picuí, também na mesma mesorregião. Mesmo o rolo da filmagem se concentrando nos mencionados polos têxteis, em linhas gerais, o diretor deixa claro que pretendeu mostrar outra paisagem da região Nordeste, pois o contexto que se tem hoje é muito diferente do passado nesse lugar. A imagem demonstra que nada está parado, exceto a estrada de rodagem, pois até o letreiro propõe conectividade através do símbolo hashtag⁸⁸. As nuvens distantes também estão em movimento, em um verdadeiro diálogo com cada elemento da cena.

Essas imagens – figura 03 e 04 trazem o discurso de um sertão em trânsito, ora por sua mobilidade, transformação e por, mesmo está em processo de mudança na arquitetura paisagística, signos visuais que representam o passado do sertão ainda estão sobrevivendo e resistindo a este processo. As imagens mesmo desconstruídas e críticas, pois a imagem – ação são imagens problematizadoras e dialéticas de outras imagens e do seu contexto de produção, não deixam de capturar o que há de sertão, em seus símbolos e marcas sobreviventes do que se chama sertão – a caatinga, na figura 03 ela é verde e não acinzentada (estereotipada), a estrada de rodagem é de terra batida, o asfalto não é uma realidade em muitos lugares e cidades do sertão.

Esses detalhes visuais – signos que se repetem tem sua intencionalidade em *Boi Neon* (2015) que é historiciza um sertão de várias temporalidades coexistindo. Assim, é entre um ir e vir dos tempos do sertão e das resistências entre o velho e o novo que o sertão contemporâneo se configura. Nessa direção Durval Muniz observa:

⁸⁸ As *hashtags* representadas pelo símbolo #, que na língua inglesa significa Pound Sign, são usadas para identificar matérias nas redes sociais com facilidade, relacionadas a assuntos semelhantes quando compartilhadas com o símbolo.



Dizer, pois, que os sertões são contemporâneos não é um mero gesto de descrição ou contestação, é, em si mesmo um gesto de contestação, de problematização, de questionamento dos modos de definir, descrever, dizer e fazer ver o sertão. É, portanto um gesto político de maior importância. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.43)

As imagens – ação do sertão trazem esse outro modo de dizer e definir o sertão contemporâneo e enxergar que nesta espacialidade o considerado arcaico e ultrapassado está lado a lado do que se denomina de adereços do contemporâneo no sertão – a eletricidade, internet, celulares, carros de últimas geração, motocicletas e, enfim, um sertão aberto as transformações visto em Boi Neon.

Considerações Finais

Ao longo da escrita deste trabalho embasado à luz do conceito de imagem – sobrevivência e Imagem - ação sobre as fontes visuais – pinturas e filmes – percebe-se um grande arquivo visual de imagens de repetição sobre o sertão nordestino, ou seja, as imagens trazem elementos já vistos em outras iconografias da região, numa perspectiva de espaço da alteridade – a natureza, o lugar distante e recôndito da urbe e do litoral. Por ser esse espaço bucólico é também considerado exótico e romantizado nas imagens.

Mas, se estas imagens conseguem sobreviver e vir de outros tempos é, pois, imagens que são, antes de tudo, imagens consumidas e compradas/vendidas pelo cinema, pelas plataformas de streaming e pelos canais de TV aberta que tem disseminado também o que é esperado do sertão: as mesmas imagens com uma narrativa de heróis e bandidos, violência e morte da forma mais trágica possível, como se a marca da violência fosse intrínseca ao sertão.

Se o signo visual da repetição é vendável, reproduzi-las não é tão difícil, pois muitas outras iconografias já são dizíveis e disponíveis em vários suportes, inclusive tecnológicos. Entretanto, confrontar essas visualidades homogêneas sobre a região e trazer um olhar não formado que possa indagar essas imagens sobreviventes é um ato crítico e contemporâneo. Desta forma, o ser contemporâneo está para além dos elementos que dialeticamente constroem um sertão urbano, da mobilidade ou movimento – um sertão em trânsito – é está nesta espacialidade e enxergar, na perspectiva de Giorgi Agamben, o que não é visível, mas está bem aos nossos olhos.



Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Distantes e/ou instantes**: “sertões contemporâneos, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto. (Org.). Cultura dos Sertões. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 43-58.

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. In: AMADO, J. 15. vol. 8. Rio de Janeiro:1995. p. 145-151.

AGAMBEN, Giorgi. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Editora Argos, 2009, 92 p.

DIDI – HUBERMAN, George. **Diante da Imagem**. Tradução de Paulo Neves. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2013, 360 p.

DIDI – HUBERMAN, George. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução Vera Casa Nova, Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, 328 p.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996. 645 p.

DIDI – HUBERMAN, George. **A imagem sobrevivente**: História da arte e do tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013, 506 p.

DELEUZE, Gilles. **Cinema 2: a imagem tempo**. 1. ed. Tradução Heloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora 34, 2018, 419 p.

MOREIRA, Gislene. **Sertões Contemporâneos**: rupturas e continuidades no semiárido. Salvador: Eduneb; Edufba, 2018. 328 p.

FONTES FOTOGRÁFICAS

BOI NEON. **Fotografia**, 2015. Disponível em: <https://vertentesdocinema.com/>. Acesso em: 18 jul.2021

KELVEN, Thales. **Pássaros da Caatinga**, 2016. Fotografia. Disponível em: <http://talheskelven.blogspot.com/> Acesso em 18 nov. 2019.

PINTEREST. **Esperança no Sertão**, pintura. Fonte: <https://br.pinterest.com/> . Acesso em: 15 out. 2023.



FONTES DIGITAIS

MASCARO, Gabriel. **Boi Neon é um filme sobre a transformação.** Site Uol. São Paulo: 14 de jan. 2015. Disponível: <https://atarde.uol.com.br/cinema/noticias/1739123>. Acesso em: 16 de mar. 2020.

MASCARO, Gabriel. **Gabriel Mascaro fala sobre a produção de Boi Neon** Site da Academia Internacional de Cinema. São Paulo: 22 de fev. 2016. Disponível: <https://www.aicinema.com.br>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

ST: TRADIÇÕES ORAIS (POPULARES) E MEMÓRIA COMO EXPRESSÕES DO SERTÃO NORDESTINO

Coordenadores:

Lucrécio Araújo de Sá Júnior (UFCG)
Maria de Lourdes Dionizio Santos (UFCG)

A tradição é o universo que tem a memória como o suporte para a transmissão de seus repertórios, mantém a necessária ativação da memória implicando um funcionamento partilhado pelo conjunto de indivíduos de uma sociedade. A sociedade, como enfatiza Zumthor (1997; 2000), precisa da voz de seus contadores, independente das situações concretas em que vive. Mais ainda: no incessante discurso que faz de si mesma, a sociedade precisa de todas as vozes portadoras de mensagens: do canto, tanto quanto da narrativa (ZUMTHOR, 2000, p. 56). O Nordeste brasileiro, em particular o sertão, tem se configurado como um espaço profícuo de criação e produção artística genuína, quer no âmbito da arte popular, quer em outras formas de expressão artística que juntas consolidam a cultura brasileira. Respaldados nesse reconhecimento, buscamos, a partir de uma perspectiva interdisciplinar entre Filosofia e Literatura Oral e outras áreas, promover um espaço que estabeleça o diálogo entre o conhecimento acadêmico e os saberes que fundam a memória e a cultura de nossa sociedade, instrumentalizados com a leitura e discussão de obras da Literatura Popular, no sentido de aprofundar a compreensão dos docentes e discentes em formação acerca dessa Literatura, revitalizando-a, potencializando sua força de resistência e propiciando o conhecimento das tradições orais (populares), bem como a memória, como expressões do sertão nordestino.

LITERATURA POPULAR: TRADIÇÃO E MEMÓRIA COLETIVA NO SERTÃO NORDESTINO

Maria de Lourdes Dionizio Santos
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
maria.dionizio@professor.ufcg.edu.br

Resumo: Trata-se de um Projeto de Extensão de Fluxo Contínuo, vigência 2023, em andamento, cuja proposta parte de uma perspectiva interdisciplinar entre Literatura e Filosofia, voltada para a formação inicial e continuada de discentes da Unidade Acadêmica de Letras do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UAL/CFP/UFCG), bem como de docentes de escolas da rede pública do sertão nordestino que atuam nas áreas supramencionadas e afins. Essa ação extensionista tem por objetivo aprimorar



o conhecimento sobre a Literatura Popular, a partir da abordagem dialógica, instrumentalizada em leitura e discussão de obras poéticas que suscitam inferências e debates sobre questões e temáticas da realidade social.

Palavras-chave: Literatura Popular; Filosofia; Tradição e Memória; Sertão Nordestino.

Introdução

A Literatura Popular, em suas diversas formas de expressão, é de relevante importância a ser estudada e trabalhada nas atividades das escolas. Para isso, torna-se imprescindível que professores que atuam em escolas da Educação Básica e discentes do Curso de Letras façam uso do potencial educativo dessa literatura, cujos conteúdos perpassam diferentes problemáticas que instigam o debate em sala de aula. A propósito disso, pretendemos ampliar o conhecimento do público-alvo deste Projeto, propiciando-lhe uma experiência de leitura, reflexão e discussão, numa perspectiva dialógico-interdisciplinar entre Filosofia e Literatura, com base nas temáticas suscitadas nas obras da Literatura Popular.

O Nordeste brasileiro tem se configurado como um campo profícuo de criação e produção literária genuínas, quer no âmbito da arte popular, quer em outras formas de expressão artística que juntas consolidam a cultura brasileira. Respaldados nesse reconhecimento, buscamos, a partir de uma perspectiva interdisciplinar entre Filosofia e Literatura, promover um espaço que estabeleça o diálogo entre o conhecimento acadêmico e os saberes que fundam a cultura de nossa sociedade, instrumentalizados com a leitura e discussão de obras da Literatura Popular, no sentido de aprofundar a compreensão dos docentes e discentes em formação acerca dessa Literatura, revitalizando-a, potencializando sua força de resistência e propiciando sua permanência.

Tomar a Literatura Popular como proposta de cunho interdisciplinar para a formação continuada de docentes que atuam nessas áreas e afins, bem como de discentes do Curso de licenciatura em Letras, requer um mergulho intenso no âmbito desse conhecimento, de modo a viabilizar sua realização. Isto atesta a importância dessa literatura, assim como de sua repercussão no imaginário coletivo presente em discentes do Curso de licenciatura em Letras, requer um mergulho intenso no âmbito desse conhecimento, de modo a viabilizar sua realização. Isto atesta a importância dessa literatura, assim como de sua repercussão no



imaginário coletivo presente em obras desse gênero. Isto propiciará uma demonstração das reverberações das narrativas ibéricas transmitidas a sucessivas gerações.

Assim, deparamo-nos com as transformações pelas quais passam essas narrativas, quando as histórias podem ser difundidas sob forma e gênero literários diferentes. Tudo isso, graças ao talento e à persistência de artistas, poetas, cantadores, repentistas, contadores de história e escritores, essa herança poética e cultural tem resistido à profusão de informações que são transmitidas diuturnamente em época de avançados meios tecnológicos, permanecendo, de alguma forma, na memória, no meio oral e na escrita, de modo relativamente amplo, em acervos literários e arquivos de pesquisas e documentos escritos ou gravados, registrados em Instituições Oficiais de diversos países, cujo acesso tem sido compartilhado.

Aqui, vale ressaltar o empenho de muitos pesquisadores que não medem esforços para escavar, investigar, analisar, assegurar a permanência da identidade e da memória do povo, contribuindo para a revitalização e disseminação da cultura através do levantamento e compilação dessa produção imaterial.

A propósito disso, torna-se imperativo remeter à iniciativa do maranhense Celso de Magalhães, fazendo jus ao seu pioneirismo no resgate e no registro dessas histórias, no Brasil, em sua breve existência. Sua pesquisa e estudos sobre a poesia tradicional no Brasil encontra-se em *A poesia popular brasileira*, publicada em homenagem ao centenário – 1873/1973 – do trabalho desse autor sobre o romanceiro tradicional. No início dessa obra fica assim explicitado o intuito do autor:

Escrever um livro que historiasse todas as fases por que tem passado a poesia popular brasileira, que lhe notasse a acentuação verdadeira, a sua originalidade, fazendo, ao mesmo tempo, ressaltar as partes em que ela foi beber nas tradições estranhas, a *assimilação* empregada em sua elaboração, os *romances* herdados da metrópole, um livro finalmente do qual se concluísse quais os elementos que produziram e presidiram à formação dessa poesia popular, [...] seria uma tarefa por demais pesada, senão uma impossibilidade. Um trabalho inglório é o que havia de ser com certeza (MAGALHÃES, 1973, p. 31 – grifos do autor).



Desse modo, as histórias que antes ouvíamos, através de pessoas de memória excepcional, cujos ritmos, gestos e vozes entoadas e moduladas davam ênfase à ação de figuras imaginárias pertencentes a terras longínquas e desconhecidas, perenizaram, em nossa memória, instantes privilegiados de nossa existência.

Partindo desses pressupostos, instrumentalizados com leituras que realizamos sobre o Romanceiro ibero-brasileiro, encontramos, em sua fortuna crítica, valiosos estudos realizados a respeito desse assunto, tanto em países ibéricos como no Brasil. Entretanto, em que pese a amplitude do que já foi encontrado, a poesia tradicional tem muito a contribuir com a cultura mundial, quando se trata de discursos que chegaram até nós, nos dias atuais, trazendo em seu bojo os ensinamentos de diversas culturas, constituindo-se, desse modo, um modelo que temos seguido, ou dos quais estamos imbuídos.

Desse modo, herdeiros que somos da cultura do outro, a exemplo da língua que falamos, legado imposto pelos colonizadores, embora a concebamos materna, ocorre, vez por outra, sentirmo-nos inseguros em expressá-la. Que dizer, então, de outras formas de manifestação de nossa identidade, quando nos referimos à linguagem poética ou literária, ou de manifestações artísticas e culturais que, ao nascermos, nos encontramos imersos nesse berço que abriga a criação da gente humilde, que, em sua simplicidade, nos propicia prazer com sua poesia? Por que a arte popular não tem recebido o devido respaldo em lugares que julgamos conhecê-la vastamente, embora não a valorize numa proporção que corresponda à sua contribuição para a formação e o desenvolvimento da sociedade? Por que motivo as pessoas não apreciam os bens e valores simbólicos de sua região?

Partindo desses pressupostos, apresentamos, aqui, o resultado do Projeto de Extensão Flux: “Literatura Popular: leituras e inferências sobre saberes, vivências e memória coletiva no sertão nordestino”, cujo propósito primordial foi promover o estudo da literatura Popular do Nordeste Brasileiro, a partir da leitura de obras dessa estética, com vistas a ampliar, aprofundar e difundir o conhecimento sobre os saberes, as vivências e a memória coletiva dessa região, compartilhando experiências e corroborando com a identidade cultural e a formação do público.

Neste sentido, a proposta deste Projeto partiu da necessidade de promover, o conhecimento simbólico coletivo, a partir da leitura de textos do Cancioneiro Popular, no sentido de ampliar o conhecimento sobre bens imateriais, bem como instigar o gosto do público-



alvo pelo estudo dessa literatura, tendo em vista a importância de um olhar mais atento, com foco na apreciação sobre os valores simbólicos que constituem esse conhecimento.

Ao refletirmos sobre a razão que instiga artistas e poetas à produção de suas obras, constatamos que vários fatores concorrem para a efetividade dessa produção. Dentre tais fatores, sobressaem a arte e a poesia de caráter popular, a semiaridez do solo, o subjugo político, além de conflitos decorrentes das antinomias enfrentadas pelo povo dessa região.

Trata-se de condições sociais, políticas, econômicas, históricas e geográficas da região, que, apesar de adversas, em que pese o paradoxo, instigam o artista a registrar, em sua obra, os acontecimentos da vida e os costumes desse povo, gerando uma riqueza artístico-cultural que se propaga, partindo do âmbito particular/regional, e expandindo-se para o nacional e o universal.

Não obstante as adversidades enfrentadas pelo povo nordestino, encontramos poetas cordelistas empenhados de forma resistente em seu ofício criador, contribuindo com vasta produção, conseqüente de seu intuito, capacidade criadora, seu poder de observação e vivência com o conhecimento sobre o imaginário coletivo e a cultura popular, numa expressão da experiência e da prática dos costumes de seu lugar e de sua gente.

Tivemos, assim, o intento de propiciar ao público-alvo deste Projeto uma experiência de leitura, reflexão e discussão, numa perspectiva dialógica entre Filosofia e Literatura, com base nas temáticas suscitadas em textos dessa poética. Dessa maneira, compreendemos que, por meio de um olhar cujo foco esteja voltado para a Literatura Popular, estabelecendo diálogo com a Filosofia, o estudo dessa Literatura faz jus ao reconhecimento de sua relevante contribuição para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Entendemos, assim, que a disseminação dos saberes e vivências, bem como da memória coletiva, além de potencializar a recepção da arte e da cultura popular, propicia o seu reconhecimento e proporciona maior visibilidade às diversas expressões artísticas, aperfeiçoando o conhecimento dos professores da rede pública de ensino de Cajazeiras e cidades adjacentes.

O nosso objetivo teve como propósito primordial promover o estudo da literatura Popular do Nordeste Brasileiro, a partir da leitura de obras dessa estética, com vistas a ampliar,



aprofundar e difundir o conhecimento sobre os saberes, as vivências e a memória coletiva dessa região.

Dessa forma, buscamos estudar a Literatura Popular para aprimorar o conhecimento do público-alvo sobre o Cancioneiro Popular em prosa e verso, numa perspectiva interdisciplinar, envolvendo fatores socioculturais, econômico e histórico brasileiros que permeiam a poética popular entre Discentes em formação do Curso de Letras do Centro de Formação de Professores (CFP/UFCG) e Docentes que atuam em Literatura e Filosofia e/ou em áreas afins, em escolas públicas de Cajazeiras-PB, bem como de cidades e Estados circunvizinhos que compuseram o público-alvo do Projeto de Extensão em tela.

Discussão

Tomamos como aporte teórico para fundamentar este Projeto o pensamento de autores de obras da Literatura Popular, bem como de críticos versados nessa literatura, cujas obras suscitam debates e discutem questões que perpassam a realidade representada nas obras literárias.

Com base nesses pressupostos, fazemos recurso a Luís da Câmara Cascudo (2006, p. 22), em sua obra *Literatura oral no Brasil*, que afirma, a respeito dos folhetos, que, “Embora assinados, esses folhetos revelam apenas a utilização de temas remotos, correntes no Folclore ou na literatura apologética de outrora, trazidos nos contos morais, filhos dos ‘exemplos’”. O referido pesquisador acrescenta que: “essa matéria pertence à Literatura Oral. Foi feita para o canto, para a declamação, para a leitura em voz alta. Serão depressa absorvidos nas águas da improvisação popular, assimilados na poética dos desafios, dos versos [...] nos sertões do Brasil”.

Ainda de acordo com Cascudo (*Id.*, *Ibidem*, p. 22), também são atribuídos à Literatura Oral “Todos os autos populares, danças dramáticas, as jornadas dos pastoris, as louvações das lapinhas, Cheganças, Bumba-meu-boi, Fandango, Congos, o mundo sonoro e policolor dos reisados, aglutinando saldos de outras representações apagadas na memória coletiva”.

À maneira desses “elementos vivos da Literatura Oral” (*Id.*, *Ibidem*, p. 22), embora a literatura de cordel tenha perdido força em determinados períodos de sua existência, de forma



persistente, ela vem resistindo contra a avalanche de informações e produtos lançados pela indústria da cultura, no mercado.

Nesse sentido, ao fazermos uma breve retrospectiva acerca da poesia popular no Nordeste, encontramos, no Estado da Paraíba, uma expressiva representação de poetas desse gênero, cujo marco histórico do início da “poesia popular nordestina data de 1830”, portanto, anterior ao surgimento do Romantismo Brasileiro, conforme atestam os estudos que versam sobre a literatura de cordel, apresentados na pesquisa de José Ribamar Lopes (1994, p. 18).

De acordo com Lopes (*Id.*, *Ibidem*, p. 19), por volta de 1945 ocorreu um fenômeno desencadeado pelos fatores social, econômico e cultural, que ficou conhecido por “germe destruidor no comércio de folhetos”, que resultou em

Uma fase de decadência em consequência de novos fatores determinantes das transformações sociais, como o rádio, o cinema, a aceleração do processo de industrialização do País, a construção de Brasília, a facilidade de novos meios de transporte, estimulando as migrações internas no Brasil. Esses fatores alteram a mentalidade do homem rural nordestino, o grande consumidor da poesia popular escrita e oral (*Id.*, *Ibidem*, p. 19).

Essas considerações feitas por Lopes conferem à literatura de cordel um lugar de destaque, pela relevância de seu papel na disseminação da cultura nordestina.

Nessa linha de raciocínio, Maria de Oliveira Galvão comenta (2001, p. 81), em sua pesquisa intitulada “Processos de inserção de analfabetos e semi-analfabetizados no mundo da cultura escrita (1930-1950)”, que a escola não é “a única via de mediação entre a leitura e a escrita”, uma vez que outras “práticas educativas têm ocorrido [...] fora da escola e, às vezes, com maior força do que se considera, principalmente para determinados grupos sociais, em determinada época”.

A referida autora afirma que “ao estudar a literatura de cordel”, desenvolvendo sua pesquisa, verificou “que, para alguns segmentos sociais, esse tipo de literatura, tradicionalmente classificada como popular, representava um dos únicos contatos que tinham com a escrita, a leitura e o impresso” (GALVÃO, 2001, p. 81).



A partir dessa constatação, a pesquisadora buscou “(re)construir no público leitor, as maneiras de ler, os papéis atribuídos à leitura e as formas de apropriação da leitura de folhetos de cordel, no período de 1930 a 1950, em Pernambuco” (*Id.*, *Ibidem*, p. 81-82). Galvão (2001, p. 82) reitera que os leitores/ouvintes entrevistados declararam que “[...] os folhetos constituíram o objeto de leitura e/ou audição mais presente”, quando pessoas que tinham instrução “[...] liam os cordéis em voz alta para um grupo e, em outros momentos, realizavam uma leitura solitária, silenciosa”.

Ao fazer uma abordagem sobre o “Desafio e repentismo do caipira de São Paulo”, J. M. Luyten (2006, p. 79), no subtítulo “Correspondentes nordestinos”, argumenta “que as modalidades poéticas populares do Nordeste são muito mais conhecidas nacional e internacionalmente do que as versões paulistas. [...] Devido à migração de nordestinos para outras regiões do Brasil, notadamente São Paulo”, haja vista esta cidade configurar-se um polo profícuo de produção e emissão da poesia e da cultura popular nordestina, cuja expansão, [...] sobretudo no século XX”, teve “[...] influência em todos os meios culturais do País”.

Nessa perspectiva, Luyten (2006, p. 79) atribui a essa “hegemonia nordestina”, “o surgimento, no fim do século passado, da poesia popular escrita, hoje chamada de literatura de cordel. Embora a base seja essencialmente o aspecto oral, há numerosas obras impressas”, seguidas de várias edições dos folhetos.

De acordo com Luyten (*Ibidem*, p. 80), “Não há literatura popular no mundo que possua números tão impressionantes de divulgação e penetração. [...] O fato de a poesia do Nordeste ser [...] impressa faz com que ela seja muito mais perene e influente”.

As análises dos pesquisadores supramencionados nos levam a refletir sobre a importância da leitura de cordel para a vida de muitos brasileiros que tiveram a oportunidade de ouvir e/ou ler um folheto de cordel, com o qual se deleitou. Daí perguntarmos: por que às vezes negligenciamos a poesia e a nossa cultura, no âmbito da práxis docente, ou no cotidiano? O que leva o povo a negar sua identidade, e desprestigiar sua arte? A partir dessas questões, discutimos sobre a importância e o significado da literatura de cordel, tendo em vista a inestimável contribuição que essa forma de expressão artística propicia à sociedade.

No sentido de esclarecer o assunto em pauta, ao fazer uma abordagem sobre “O romanceiro Tradicional Popular: origem e permanência no Nordeste do Brasil”, Maria de



Fátima Barbosa de Mesquita Batista (2002, p. 94) alega tratar-se de “narrativas poético-musicais, caracterizadas, sobretudo, pelo conteúdo épico-lírico, pela forma dialogada ou dramatizada, pela linguagem popular e pela riqueza de variações no conteúdo e na forma, advinda de sua natureza oral”.

Em sua obra *Contando histórias em versos: poesia e romanceiro popular no Brasil*, Bráulio Tavares apresenta uma relevante contribuição para os estudos sobre o romanceiro, especialmente na terceira parte dessa obra, quando o autor versa sobre “A poesia narrativa do romanceiro”, e afirma que “O Romanceiro Popular do Nordeste é uma literatura que foi transplantada para o mundo da literatura escrita” (TAVARES, 2009, p. 99). Este autor ressalta que o romanceiro sofreu transformação, de modo que “Alguns desses romances [...] foram transformados em folhetos de cordel. Outros continuaram preservados em sua forma oral, [...]. Outros perderam a forma versificada e viraram simples histórias, misturando-se [ao] universo das narrativas tradicionais e contos de fadas” (TAVARES, 2009, p. 99).

Convém destacar, conforme adverte Tavares (2009, p. 100), que o referido Romanceiro é de “origem ibérica, mas atraiu para si outras tradições, [...]”, assim como houve inovação em relação à sua forma. Esse autor comenta que “Os poemas do Romanceiro eram ouvidos, decorados e passados adiante. [...] Saber um romance de cor significava ouvi-lo muitas vezes na infância, cantado por criadas, por amas-secas, por tias e avós” (*Ib.*, *Ibidem*, 2009, p. 101).

A difusão cultural realizada através da memória coletiva que se propagou pelo Brasil nos chama a atenção, pela intensidade com que essas narrativas contagiaram o espírito das pessoas e interferiram em sua formação, especialmente no Nordeste, onde percebemos a influência nelas exercida através do discurso de caráter conservador e moralizante, numa manifestação de apego aos modelos tradicionais ortodoxos. Exemplo disso são as histórias de Trancoso, que, em sua diversidade, eram contadas em terreiros das casas, ao luar, geralmente por uma pessoa autorizada a narrar, quer por sua experiência de vida, quer por sua capacidade criadora, cujo poder inventivo impressionava e instigava a imaginação dos ouvintes, os quais transmitiam as narrativas ouvidas por gerações sucessivas.

Desde os tempos remotos o ser humano tem se empenhado numa permanente busca pelo seu desenvolvimento por meio do conhecimento, viabilizado pela educação. Nessa busca



intensa, em todas as épocas, os povos se empenharam em adquirir uma formação cuja práxis estivesse voltada para a disseminação da cultura, através das sucessivas gerações.

Em seu texto: “Experiência artística e experiência filosófica: ensino, criação, comunicação”, Silvia Solas (2012, p. 93) problematiza a respeito do ensino-aprendizagem, indagando e buscando razões para pensar sobre o sentido e a pertinência de “que certos saberes possam aprender-se/ensinar-se e outros não”.

Em suas reflexões, a autora referida elenca traços inerentes às experiências artísticas e filosóficas para estabelecer uma correspondência entre elas, no que toca aos seus pontos em comum ou divergentes – “entre o sensível e o pensável”, a significação e a representação, a descrição ou a constituição do real e do irreal, a subjetividade” (SOLAS, 2012, p. 94).

Com base nessas considerações, que confirmam a pertinência dessas particularidades aos saberes artísticos e filosóficos, a autora referida indaga sobre a forma como “os processos de ensino, de criação e de comunicação” se relacionam. Assim, essa autora argumenta em favor de que “aquilo que ainda continuamos chamando de arte se converte em um campo de interrogação filosófica sobre o artístico”. Ou seja, assim como “há algo da experiência artística que envolve a filosofia [há], inversamente, algo da experiência filosófica que implica algum grau de artisticidade” (SOLAS, 2012, p. 95).

Com efeito, o texto de Solas aparece permeado de indagações em função da reflexão no âmbito desses campos do saber, descortinando dúvidas e certezas em torno de problemáticas que circundam “o ensinar/aprender em filosofia”, expressando sua concepção a respeito do assunto.

Merece destaque a abordagem de Solas (2012, p. 97) ao afirmar que, “Na reflexão estética, a questão do receptor foi objeto de numerosos estudos e considerações”. Aqui, essa autora apresenta uma lista de autores reputados, que transitam em ambas as áreas do conhecimento – filósofos, literatos, críticos, teóricos –, a exemplo de Walter Benjamin, Jean-Paul Sartre, Paul Valéry, Marcel Proust, Umberto Eco, Wolfgang Iser e Hans-Robert Jauss, Roland Barthes, Michel Foucault, entre outros, a quem a Solas reverencia.

Referências



AMORIM, Maria Luisa de Aguiar. Saber e formação humana em Paulo Freire. In: Olinda, Ercília Maria Braga de.; FIGUEIREDO, João Batista de A. (Orgs.). **Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire**. Fortaleza, Editora UFC, 2006. p. 169-180.

BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita. O romanceiro tradicional popular: origem e permanência no Nordeste do Brasil. **Conceitos**, v. 1, p. 94-99, jul./dez. 2002.

BOSI, Alfredo. (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Série Fundamentos, 18).

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução por Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa; tradução da introdução por Gênese Andrade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2015. (Ensaio Latino-americanos).

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral**. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília: INL, 1973. v. 2.

CEARÁ. SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO. **Antologia da literatura de cordel**. Fortaleza, 1980. v. I e II.

DIEGUÉS JÚNIOR, Manuel et al. **Literatura popular em verso: estudos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui de Rui Barbosa, 1986.

DIONIZIO NETO, Manoel. Educação, produção e socialização de conhecimentos. In: DIONIZIO NETO, Manoel. **Filosofia da educação**, 2010. p. 84-99.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Armadilhas da memória e outros ensaios**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

FORTUNATO, Maria Lucinete.; Moreira Neto, Mariana. Conexões interdisciplinares: produção e socialização de conhecimentos e saberes. In: FERNANDES, Dorgival Gonçalves.; OLIVEIRA, Francisca Bezerra de. (Org.) **A arte de tecer no diverso: práticas e saberes interdisciplinares no ensino e na pesquisa**. Campina Grande: EDUEFCG, 2010. p. 79-98.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (O Mundo hoje, v. 21).

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Processos de inserção de analfabetos e semi-analfabetizados no mundo da cultura escrita (1930-1950). **Revista brasileira de educação**, Campinas, SP, n. 16, p. 81-94, jan/fev/mar/abr. 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução por Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.



HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>>. Acesso em: 20 set. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LIMA, Nei Clara de. **Narrativas orais**: uma poética da vida social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

LOPES, José Ribamar (Org.). **Literatura de cordel**: antologia. 3. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1994. (Coleção Monografia, 14).

LUYTEN, Joseph M. Desafio e repentismo do caipira de São Paulo. In: BOSI, Alfredo. (Org.). **Cultura brasileira**: temas e situações. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Série Fundamentos, 18). p. 75-102.

LITERATURA POPULAR: TRADIÇÃO ORAL, MEMÓRIAS E SABERES DO SERTÃO NORDESTINO

Profa. Dra. Maria de Lourdes Dionizio Santos — UAL/CFP/UFCG

Maria.dionizio@professor.ufcg.edu.br

Analiane do Nascimento de Oliveira — UAL/CFP/UFCG

analianenascimento810@gmail.com

Mariana de Brito Lima — UAL/CFP/UFCG

marianadeebritolima@gmail.com

RESUMO: Trata-se de uma experiência realizada no decurso da execução do Projeto de Extensão/Fluex/UFCG/2023: “Literatura Popular: leituras e inferências sobre saberes, vivências e memória coletiva no sertão nordestino”, pautado numa perspectiva interdisciplinar entre Literatura e outros campos dos saberes, com o intuito de aprimorar as discussões acerca desta área de conhecimento. Partindo desse pressuposto, alvo (Docentes que atuam na Educação Básica e Discentes em formação inicial dos Cursos de Licenciatura em Letras do CFP/UFCG), buscamos promover um diálogo entre a Literatura Oral e áreas afins, e os saberes que fundam a memória e a cultura regional. Para tanto, este estudo tomou por base a leitura e discussão de diversas obras críticas e da Literatura Popular, focalizando como *corpus* *A Triste Partida*, de Patativa do Assaré.

Palavras-chave: Literatura Oral/Popular; Memória coletiva; Sertão nordestino.



1. INTRODUÇÃO

A Literatura Popular ocupa o *lócus* de preservação de saberes, conhecimentos e memórias da coletividade da Região Nordeste. A produção desses bens imateriais transita pela cultura de seu povo, transcendendo o limite do tempo e modificando-se constantemente, agregando às suas expressões artísticas as contribuições de cada ouvinte, leitor ou prosador que, inconscientemente ou não, insere a sua própria leitura de mundo e repassa suas histórias a gerações sucessivas, levando adiante o legado histórico.

A poesia oral surgiu como manifestação e performance artística, de caráter cultural e literário, representada pela figura do contador de histórias. Essa prática, instituída socialmente, introduziu na raiz da humanidade o deleite pelas narrativas de cunho popular – do fantástico, do jocoso e de ensinamentos morais – que marcaram o campo da afetividade e da formação sócio-histórica de um povo.

Essa poética é fruto da disseminação das narrativas do cancioneiro popular, cultivadas na Península Ibérica que, quando inseridas no território brasileiro, passaram a ganhar identidade própria, tanto pelas suas temáticas, quanto pelas transformações ocorridas em cada região, advindas das próprias particularidades das crenças ali cultivadas, bem como pela capacidade criadora do povo brasileiro, em especial o nordestino, que recebeu em primeira mão esses bens simbólicos e os ressignificou. Assim, as memórias dos falantes/ouvintes mantêm a preservação dessas histórias, propiciando a gerações subsequentes transmissões, adaptações e novas criações, com base nos seus saberes, enriquecendo a herança cultural, discursiva-estética e simbólica na sociedade.

Nessa perspectiva, como forma de preservar a cultura de um povo e garantir a permanência das histórias populares, o do Projeto de Extensão/Fluex/UFCG/2023, intitulado “Literatura Popular: Leituras e Inferências sobre Saberes, Vivências e Memória Coletiva no Sertão Nordestino” objetiva resguardar o conhecimento popular preservado nas narrativas de tradição oral, cultivadas no imaginário regional, dialogando com as diferentes áreas do conhecimento acadêmico e os saberes que fundam a memória e a cultura de nossa sociedade.

Partimos do pressuposto de que a arte, como expressão do pensamento, é instrumento potencialmente transformador da sociedade, o que nos permite afirmar que o estudo da arte literária é imprescindível para o desenvolvimento do indivíduo. Nessa perspectiva, tomamos a



Literatura Popular como objeto de ação deste Projeto, tendo em vista a necessidade de promover, aprofundar, disseminar e revigorar o conhecimento simbólico coletivo, a partir da leitura de textos dessa Literatura, no sentido de ampliar o conhecimento sobre bens imateriais, bem como instigar o gosto do público-alvo pelo estudo dessa estética, com foco na apreciação sobre os valores simbólicos que constituem esse conhecimento, para difundir os saberes, as vivências e a memória coletiva dessa região.

Em que pese o problema da seca no Nordeste brasileiro ser um drama enfrentado pelo seu povo, esse fenômeno tornou-se um tema crucial que instigou muitos artistas dessa região a manifestarem sua criatividade nas mais diversas formas de arte. Essa manifestação é impulsionada pelo desejo do ser humano de expressar sua indignação diante da falta de condições dignas de vida, bem como dos conflitos enfrentados pela população.

Desse modo, a obra de arte configura-se em instrumento de denúncia contra a opressão enfrentada por essa gente; além disso, a obra de arte, em seu poder de subversão e transformação social, registra o protesto do poeta contra toda sorte de adversidade consequente do descaso com que é tratado o povo nordestino. Dessa forma, a produção literária mostra-se extremamente fértil, em especial no que diz respeito à Literatura Popular.

Assim, visamos, primordialmente, estudar a Literatura Popular do Nordeste brasileiro, a partir da leitura de textos poéticos, no intuito de contribuir com o público-alvo, dirigindo-nos a professores que atuam em escolas da Educação Básica e a discentes do Curso de Letras e áreas afins, para que eles façam uso do potencial educativo dessa literatura, cujos conteúdos perpassam diferentes problemáticas que instigam o debate em sala de aula. Com efeito, a abordagem desse conhecimento dirigida ao público-alvo deste Projeto, propiciou-lhe experiência exitosa de leitura, reflexão e debate, numa perspectiva dialógico-interdisciplinar com a Literatura, tomando por base temáticas suscitadas nas obras da Literatura Popular.

Dessa forma, buscamos, por meio de discussões realizadas no referido Projeto de Extensão, dissertar acerca dos diálogos suscitados do compartilhamento de vivências dos participantes e as leituras das obras, relacionando-os com o suporte teórico adquirido através de textos de pesquisadores desta área, para compreender questões e temáticas pertinentes à realidade sertaneja, pela importância da Literatura Popular cultivada na tradição oral, como



forma de preservação das memórias e vivências da camada populacional localizada no sertão do Nordeste brasileiro.

Para realizar esse estudo, seguiremos à luz do pensamento de Fernandes (2006), Halbwachs (2003), Hall Stuart (2004), Magalhães (1973), Patativa do Assaré (2000), Ortiz (1994), Santos (2011), Silva-Semik e Nogueira (2016), Tavares (2005), entre outros, além das obras literárias discutidas ao longo deste trabalho.

Este artigo apresenta uma estrutura pré-definida, as quais obedecem à seguinte ordem: à princípio, discorreremos sobre os saberes orais e a sua influência na construção da Literatura Popular; em seguida, expomos a trajetória teórica da memória coletiva e como ela está intrinsecamente ligada às vivências individuais, compartilhadas pelos sujeitos de um determinado povoado. Logo após, apresentaremos o *corpus* de análise para discussão, a partir da obra *A triste partida*, de Patativa do Assaré. Para finalizar, apresentaremos algumas considerações acerca da análise realizada neste estudo e as referências utilizadas neste estudo.

2. OS SABERES ORAIS E A CONSTRUÇÃO DA LITERATURA POPULAR

A oralidade possui lugar definido no desenvolvimento da cultura e literatura. As produções orais na sociedade contribuíram para a circulação de histórias milenares, fábulas, provérbios, canções, entre outros. No contexto ágrafo, o discurso oral foi responsável por fixar na memória da sociedade textos canônicos, como a *Ilíada* e a *Odisseia*. Assim, as técnicas de memorização, recriação e performance das narrações foram o ponto central para a evolução do sistema literário mundial.

O conhecimento histórico acerca da oralidade é primordial. Conforme postula Tavares (2005) a cultura e a literatura podem ser encaradas como atividades restritas aos espaços formais de conhecimento, disponibilizadas em museus ou bibliotecas, mas florescem de forma indistinta nos ambientes, inclusive no interior dos grandes centros. Debater sobre essa temática quebra o padrão de cultura superior, abrangendo a ideia da existência de culturas no plural.

Em “Poesia Oral Tradicional e Funcionalidade”, Silva-Semik e Nogueira (2016) argumentam que a oralidade é um fenômeno social alicerçado nas práticas humanas. Desse modo, devemos analisar a sua funcionalidade na literatura e em contextos reais de uso, que servem como expressões do pensamento e sentimento de determinado grupo. Assim, “[...] A



oralidade é o que primeiro assegura a ação deste sistema comunicacional e literário oral sobre toda a comunidade” (SILVA-SEMIK; NOGUEIRA, 2016, p. 18).

Neste sentido, a oralidade constituiu uma seara de representações simbólicas, em que cada povo compartilhava as suas impressões sobre o mundo e a realidade. Um fato notável sobre essa questão foi o dinamismo entre as criações, visto que a memória dos conhecimentos adquiridos formava versões diferentes das histórias, de modo a se perder a autoria da a versão original.

Assim, a preservação de saberes orais no Nordeste favoreceu a fruição estética do literário, propiciando à Literatura Popular dispor de um amplo acervo cultural, consequente das experiências e da memória coletiva. Daí Tavares (2005, p. 107) afirmar que “O Cordel e o Romanceiro Ibérico sobreviveram no Nordeste graças a essa cultura subterrânea que nada anota e nada esquece. Pessoas que sabiam histórias passavam-nas adiante; pessoas que sabiam ler pegavam versões escritas dessas histórias orais e passavam-nas adiante”.

Remetendo ainda a Bráulio Tavares (2009, p. 101), citado por Santos *et al* (2023, p. 165), no “Relato de experiência sobre saberes, vivências e memória coletiva no Nordeste brasileiro”, capítulo inserto na obra: *Educação Sem Barreiras: Tecnologias e Inclusão*, “Os poemas do Romanceiro eram ouvidos, decorados e passados adiante. [...] Saber um romance de cor significava ouvi-lo muitas vezes na infância, cantado por criadas, por amas-secas, por tias e avós”. Isso nos faz compreender que a oralidade e a memória do Nordeste possuem um papel relevante no processo de estabilidade da sua literatura própria, que percorria o fundo dos acontecimentos sociais e se abastecia da riqueza desses fatos para representar as características do seu povo, em seu tempo.

3. A MEMÓRIA COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA

O conceito de memória vem sendo trabalhado e analisado durante o percurso histórico, a partir de múltiplas perspectivas, sejam estas de cunho neurocientífico, psicanalítico ou como um fator social. Este último viés pode-se dividir em memória individual e memória coletiva. Ambos os conceitos se tornam complementares, segundo a concepção de Maurice Halbwachs (2003), o qual compreende a memória individual como partes que irão constituir a memória coletiva.



Nesse sentido, que o indivíduo toma como recordação de um momento ou de algo, e o tem como inerente a ele, tende a estar relacionado a momentos compartilhados com outros, ou seja, o que em uma concepção individualista é tomado como pertencente a um único sujeito, ao observar-se por um prisma amplo torna-se um olhar ímpar, diante de uma recordação compartilhada coletivamente.

Dessa forma, Halbwachs afirma que essa perspectiva é maleável, visto que no encadeamento de lembranças compartilhadas por um grupo, esses dois conceitos tornam-se complementares ao passo que não é possível prever a durabilidade de uma memória nesse espaço-tempo partilhado e nem a proporção que ela tomará no grupo. Assim, segundo Halbwachs (2003, p. 69), “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.

Nesta perspectiva, as interações sociais em que o indivíduo transita suscitam a construção de lembranças presentes em um grupo, que mesmo tendo por essência um pensamento pertencente a apenas um sujeito, converte-se para a coletividade, haja vista encontrar-se situada no mesmo ambiente que as lembranças cultivadas por outras pessoas.

A propósito disso, ainda de acordo com Halbwachs (2003, p. 30), nossas lembranças são coletivas, posto que “nunca estamos sós”, ou seja, “mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. [...] Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”.

Nessa linha de pensamento, Miranda (2019, 01 out 2023) preconiza que “quando há uma lembrança que foi vivida por uma pessoa – ou repassada para ela – e que diz respeito a uma comunidade, ou grupo, essa lembrança vai se tornando um patrimônio daquela comunidade”. Dessa maneira, as memórias vão sendo repassadas e fincadas como histórias e vivências que caracterizam um determinado povo. A esse respeito, Santos *et al* (2023, p. 165) argumenta que

A difusão cultural realizada através da memória coletiva que se propagou pelo Brasil nos chama a atenção, pela intensidade com que essas narrativas contagiaram o espírito das pessoas e interferiram em sua formação, especialmente no Nordeste, onde percebemos a influência nelas exercida



através do discurso de caráter conservador e moralizante, numa manifestação de apego aos modelos tradicionais ortodoxos. Exemplo disso são as histórias de Trancoso, que, em sua diversidade, eram contadas em terreiros das casas, ao luar, geralmente por uma pessoa autorizada a narrar, quer por sua experiência de vida, quer por sua capacidade criadora, cujo poder inventivo impressionava e instigava a imaginação dos ouvintes, os quais transmitiam as narrativas ouvidas por gerações sucessivas.

Assim, a memória de uma comunidade constitui sua cultura, afirma a identidade, resguarda valores e preserva as vivências compartilhadas por aqueles que, em conjunto, comungam do mesmo espaço-tempo e do mesmo contexto sociocultural. Essas lembranças estão vinculadas a sons, crenças, mitos, cheiros, cores, arte, locais (reais ou irreais), que fazem parte do espaço compartilhado por sujeitos interagindo socialmente.

Quando cita-se o termo cultura e este é associado às tradições que figuram no cotidiano de povos de regiões diferentes, interagindo com o todo e construindo um conjunto de saberes intrínsecos a eles, dá-se o nome de cultura popular. Contudo, esse conceito é marcado pela multiplicidade, como afirma Ortiz (1994, p. 134) “A cultura popular é plural, e seria talvez mais adequado falarmos em culturas populares”.

Desse modo, os elementos que constituem esse fenômeno variam de acordo com o grupo que o repassa, respeitando a diversidade de óticas aplicadas na compreensão e entendimento de um fato ou uma recordação, que é adotado e passado adiante. A exemplo disso, pode-se citar as crenças, as lendas e o folclore pertencente a uma localidade específica. Conforme assinala Ortiz (1994, p. 134), “a memória de um fato folclórico existe enquanto tradição, e se encarna no grupo social que a suporta”.

Em vista disso, Ortiz (1994) atenta-se para o viés múltiplo, ressaltando que “A pluralidade da memória coletiva deriva justamente do fato de ela se encarnar no grupo que a representa. Sua fragmentação não decorre de uma pretensa debilidade imanente ao popular, mas sim da diversidade dos grupos sociais que são portadores de memórias diferenciadas” (Ortiz, 1994, p. 138).

Assim sendo, as ações que estabelecem a permanência de uma recordação como parte primordial na cultura de um povo, partem da repetição e transmissão destas para as gerações seguintes, o que a edifica no imaginário coletivo e a consolida como prática cotidiana. Nesse



sentido, Ortiz (1994, p. 135) considera que “a memória popular (seria mais correto colocar no plural) deve portanto se transformar em vivência.”

Por conseguinte, o processo que cada indivíduo deve percorrer para preservar e repassar os saberes adiante, inicia-se quando as memórias individuais são compartilhadas com o coletivo e passa a haver a fusão desta em um só fenômeno, o qual estabelece-se a partir dos olhares díspares sobre os mesmos eventos. Dessa forma, “tem-se assim que a memória coletiva se preserva inclusive no momento em que dinamicamente o sincretismo se estabelece” (ORTIZ, 1994, p. 133).

Posto isso, a memória coletiva faz parte de um emaranhado de lembranças individuais, as quais modificam-se de acordo com cada perspectiva e transformam-se numa cadeia de saberes compartilhados a partir da interação desses sujeitos em um determinado grupo, os quais assumem papéis singulares nessa rede, conscientemente ou não, a fim de resguardar as vivências presentes na coletividade e transmiti-las para as gerações futuras. Isto posto, Ortiz (1994, p. 135) declara que “em relação ao passado eles estabelecem a ‘memória’ que é partilhada pelos indivíduos que compõem a coletividade; em relação ao futuro eles definem uma rede de referências para projeção das ações individuais”.

3- ANÁLISE DO CORPUS

A obra *A triste partida* (2000), de Patativa do Assaré, configura uma representação simbólica da diáspora nordestina, pelo cruzamento forçado do povo rumo a terras novas — espaços idealizados, análogos à terra prometida. O relato dessa travessia apresenta um conjunto de conflitos e dramas humanos que singularmente a arte e a literatura operam para sensibilizar o olhar sobre a triste realidade, paulatinamente abordada nos versos. Assaré (2000) com a sua experiência substancial escreveu a respeito dessas vidas, esboçando o choro de uma multidão.

O conceito de diáspora desenvolvido para Hall Stuart (2004) está associado à fragmentação da identidade de um indivíduo na sociedade. Nesse sentido, a migração desequilibra os moldes do homem como possuidor de uma estabilidade social e cultural em um determinado lugar. Esse processo descentraliza o sujeito dos seus valores culturais e tradições, provocando uma crise de pertencimento. Na história narrada por Assaré (2000), o nordestino sofre na pele o efeito da desterritorialização e da desintegração do seu lar, como mostram os



seguintes versos do poema *A triste partida*: “[...] Só vê cara estranha, da mais feia gente, / Tudo é diferente / Do caro torrão (Assaré, 2000, p. 91).

Ao chegar ao Sul, o nordestino é recepcionado sem nenhuma cerimônia. Essa nova terra não tem semelhança com a sua terra natal. No sertão, por mais que a estrutura social fosse simples, havia um sentimento de partilha, vínculos afetivos entre os conhecidos, a vida era plena em comunidade. Nesse novo ambiente, a sociedade se organizava em blocos econômicos diferentes, que viviam em dualidade, os muros de concreto dividiam os espaços e as pessoas.

Há um abismo nas relações interpessoais nesse cenário, no qual a figura do patrão é autoritária, diferente do fazendeiro que, em alguns casos, nutria laços de apadrinhamento com a família do peão, ainda que para explorá-lo. Assim, o nordestino presencia essa mudança de tratamento social, o seu estado de vulnerabilidade e exclusão intensifica a carência de um ato humanitário que é, infelizmente, inexistente.

A vida do nordestino, em circunstâncias paupérrimas, em um contexto de capitalismo predatório torna-se degradante, à semelhança do que ocorre no enfrentamento da seca. Além disso, no seio social, surgem inúmeros desdobramentos contra os quais o sujeito irá se deparar, a exemplo do preconceito e da xenofobia. Esse modo opressivo pode ser observado na forma dos termos depreciativos, estereótipos e ofensas que configuram crimes praticados contra a gente que é forçada a deixar sua terra, e partir em busca de algum lugar que lhe propicie os bens imediatos para sua sobrevivência.

Nesse sentido, refletimos a respeito dos maus tratos sofridos por essa gente, somados à invisibilidade dos seus direitos civis, culminando na exclusão e no desprezo à sua existência. Diante desse cenário de desprezo, enfrentando a hostilidade da sociedade, surge no indivíduo o desejo de regressar ao seu torrão, no instante em que as vivências do nordestino reforçam o desamparo, o abandono, a solidão e o desengano que resultam na falta de saída.

Entendemos, desse modo, ser necessário tecer uma breve análise da obra de Patativa do Assaré (2000), a partir de um olhar sobre as degradantes secas e suas consequências, as quais impõem aos seres humanos condições degradantes, a exemplo do Nordeste. A inserção do autor nesse ambiente indica o seu conhecimento e competência para discernir sobre essas temáticas no âmbito da Literatura Popular. Neste sentido, de acordo com Véronique Le Dü da Silva-Semik e Carlos Nogueira (2016, p. 17), em seu texto “Poesia oral tradicional e funcionalidade”,



“A vivência pessoal de captação das letras (e das artes) corresponde a algo que antes de mais se sente; ora, sem essa fruição individual, sem a carga emocional que o constitui, o texto literário não atinge minimamente o seu objetivo”.

A triste partida (2000) nos apresenta o ciclo da seca no Nordeste. Os trechos retratam a fragmentação da vida humana nesse meio, que aos poucos se esmorece e perde o norte da sua jornada. Essa batalha é implacável contra o destino e o desejo do sertanejo, que apesar dos tormentos, luta até o fim pela permanência no seu espaço. A falta de alimentos e a água para preservar a vida é uma triste realidade que aproxima o véu da mortalidade sobre todos os seres vivos.

Nesse contexto, o nordestino tem ciência de sua própria tragédia e com isso o aflige. Esse desespero humano encontra eco no seguinte recorte do texto de Fernandes (2006, p. 5):

Porém, quem fala? Fala o pobre do seco Nordeste, ou seja, esta toada de lamentação advém de um despossuído, em um lugar por natureza seco. Daí porque o prolongamento da estiagem ou ausência de chuva no período chuvoso, tem a significação de uma peste, onde o bicho voraz tem o nome de fome, aquela que devora o sujeito por dentro corroendo-lhe, enfraquecendo-lhe, envelhecendo o seu corpo que ainda cedo abraça a morte.

Nesse sentido, o poema retrata as raízes religiosas que sustentam o imaginário e as crenças do povo nordestino, muitas vezes usadas como refúgio diante dos tormentos vividos e outras, como alento e esperança para seguir com a luta diária. Diante disso, Santos *et al* (2023, p.169-170) argumenta que “a voz protestante do autor não se restringe às condições físicas do povo, há um adendo à análise psicológica do homem em sua posição de miséria, o esvaziamento espiritual fadado ao sertanejo que precisava ser preenchido e redimensionado com a chegada do inverno”. Observa-se no poema, este recurso nos seguintes versos:

Apela pra Março, que é o mês preferido
Do Santo querido,
Senhô São José
Mas nada de chuva! tá tudo sem jeito,
Lhe foge do peito
O resto da fé.
(ASSARÉ, 2000, p. 90).



Com o avanço dos meses, o nortista desilude com as possibilidades de chuva, e sem alternativas, o que lhe resta é peregrinar com a sua família a um rumo incerto. Essa nova condição o dilacera, porque apesar das agruras vividas, amava o seu berço natal:

Em riba do carro se junta a fãmia;
Chegou o triste dia
Já vai viajar.
A seca terrive, que tudo devora,
Lhe bota pra fora
Da terra natá
(ASSARÉ, 2000, p. 90).

Ao se deslocar, vive uma espécie de luto prolongado, uma vez que a fuga forçada e o desajuste do seu cotidiano constituem a experiência como ainda mais devastadora. O movimento de êxodo envolve muitas questões, não se trata apenas de uma nova aventura, mas um processo complexo de reequilíbrio das dimensões psicológicas, afetivas e espaciais. A dinâmica do novo centro urbano, impossibilita a plenitude da organização interna do seu mundo. Desse modo, adaptá-lo ao perfil do sertão – ambiente humanizado, de identificação pessoal, repleto de sentido, histórias, qualidades próprias e valores – é uma utopia, o que intensifica o adoecimento anímico dos indivíduos e o desejo de retornar ao sertão. Patativa do Assaré (2000, p. 92) representa muito bem essa realidade, ao apresentar essa angústia nos seguintes versos:

Do mundo afastado, sofrendo desprezo,
Ali vive preso
Devendo ao patrão
Meu Deus, meu Deus
O tempo rolando, vai dia e vem dia,
E aquela fãmia
Não vorta mais não!

A penúltima estrofe reflete sobre o deplorável fardo do nortista, que mesmo longe da seca, não desfruta das condições de uma vida digna e confortável. Essa situação reforça o ciclo vicioso de desigualdade social e aprisionamento na camada pobre da sociedade, que regula a



exploração do nortista e o impede de se conectar com as suas raízes sociais. Desse modo, percebemos que o desenvolvimento da nostalgia e saudosismo do nordestino ao pensar no sertão, não surge da estampa do masoquismo, e sim das lembranças da sua vida, em princípio boa, repleta de planos e “[...] hipóteses de felicidade. Assim, podemos apontar que a terra sertaneja, ainda que fustigada, representava um espaço de afetividade, o que contribuía para alimentar a expectativa do florescimento de vida nova deixada para trás” (SANTOS *et al*, 2023, p. 170).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, foi abordado o percurso da oralidade na construção da Literatura Popular, essa fortemente marcada pela memória coletiva e individual, a qual encontra-se intrínseca aos povos que compartilham não só a mesma região geográfica do país, mas também as vivências semelhantes, fruto dos aspectos sócio-estruturais, demarcados no cenário histórico, cultural e social.

À luz do que foi apresentado ao longo do presente estudo, sob o embasamento teórico suscitado de diversas leituras de textos literários e das teorias utilizadas como suporte, cita-se também a inestimável contribuição das discussões realizadas no Projeto de Extensão/Fluex/UFCG/2023, intitulado “Literatura Popular: Leituras e Inferências sobre Saberes, Vivências e Memória Coletiva no Sertão Nordestino”, as quais serviram como ponto de partida para fundamentar as questões aqui presentes.

Desse modo, compreende-se que este artigo buscou apoiar-se na Literatura Popular, principalmente no seu aspecto oral, o qual carrega marcas identitárias que representam um povo, e perpassa adiante as memórias e os saberes construídos e difundidos ao longo de gerações, como forma de resgate e autoafirmação de um bem tão rico e importante para o sertão nordestino.

Para tanto, a escolha de Patativa do Assaré, o poeta da roça, que fez poesia com o sofrimento humano relacionado com os efeitos da grave seca climática, deu-se justamente por, através de versos, compartilhar vivências de personagens, as quais se assemelham com a jornada de labuta vivida por tantos sertanejos, os quais compartilham e compartilhavam da mesma memória e do mesmo objetivo.



Conclui-se que, a sua arte expressa com sensibilidade a realidade do sertanejo, fato que se torna mais significativo ao notarmos que o próprio autor vivenciou as agruras desse ambiente. Assim, os seus versos desvendam a persistente saga do povo nordestino – as suas angústias e expectativas diante do avassalador cenário escatológico – para sobreviver.

4- REFERÊNCIAS

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASSARÉ, Patativa do. **Triste partida**. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/patativa-do-assare/triste-partida.html>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FERNANDES, Manoel. O universo geográfico de A triste partida. In: PINHEIRO, Hélder.; NÓBREGA, Marta. (Orgs.). **Literatura: da crítica à sala de aula**. Campina Grande: Bagagem, 2006. p. 149-164.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MIRANDA, Lucas Mascarenhas de. Memória individual e coletiva. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/05/27/memoria-individual-e-coletiva>>. Acesso em: 1 out. 2023.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Maria de Lourdes Dionizio. Literatura Popular: leituras e inferências sobre saberes, vivências e memória coletividade no sertão nordestino. In: Raimundo Dutra de Araújo e Francisco Antonio Machado. **Universidade e comunidade: compartilhando experiências transformadoras com ações de extensão no ensino superior**. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2023. p. 239-249.

SANTOS, Maria de Lourdes Dionizio. *et al.* Relato de experiência sobre saberes, vivências e memória coletiva no Nordeste brasileiro. In: SILVEIRA, Jader. (Org.). **Educação sem fronteiras: tecnologias e inclusão**. Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2023. Volume 1. Ebook. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/14VcOELmVIESd68A1lNR7VdRE5VLIGA7o/view?pli=1>>. Acesso em: 29 out. 2023. p. 159-173.

SILVA-SEMIK, Véronique Le Dü da; NOGUEIRA, Carlos. Poesia oral tradicional e funcionalidade. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. 56, p. 24-42, 2016.



TAVARES, Bráulio. **Contando histórias em versos**: poesia e romanceiro popular no Brasil. São Paulo: Ed. 34, 2005.

LITERATURA TRADICIONAL (POPULAR): EXPERIÊNCIA ESTÉTICA ENTRE SABERES, VIVÊNCIAS E MEMÓRIA COLETIVA NO SERTÃO NORDESTINO

Bruna Costa de Moura Gomes

Discente do curso de Licenciatura em Letras (CFP-UFCG)

bruna.costa@estudante.ufcg.edu.br

Maria Eduarda Pereira de Oliveira

Discente do curso de Licenciatura em Letras (CFP-UFCG)

maria.e.pereira@estudante.ufcg.edu.br

Orientador: Prof. Dr. Lucrécio Araújo de Sá Júnior

Professor da Universidade Federal de Campina Grande

lucrecio.araujo@professor.ufcg.edu.br

Resumo: Este trabalho visa apresentar uma experiência realizada no decurso da execução do Projeto de Extensão/Fluex/UFCG/2023: LITERATURA POPULAR: LEITURAS E INFERÊNCIAS SOBRE SABERES, VIVÊNCIAS E MEMÓRIA COLETIVA NO SERTÃO NORDESTINO. A partir de uma abordagem interdisciplinar, lançamos mão de leituras de obras da Literatura Tradicional Popular, no intuito de aprimorar o conhecimento do público-alvo participante, inscrito no Projeto. Essa ação está voltada para docentes que atuam na Educação Básica, bem como discentes do Curso de Letras e áreas afins, licenciandos do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, para que eles façam uso do potencial educativo dessa literatura, cujos conteúdos perpassam diferentes problemáticas que instigam o debate em sala de aula.

Palavras-chave: Literatura Tradicional Popular; memória coletiva; formação continuada.

1. INTRODUÇÃO

Pensar e estudar literatura nos conduz a explorar um universo completamente novo e nos envolve em uma imersão nas diversas culturas que constituem a nossa base formadora e enriquecem nossas experiências. Nesse sentido, a reflexão acerca da Literatura Popular nos conduz a uma profunda imersão na essência do povo do sertão nordestino e em seus saberes compartilhados, com destaque para a riqueza da tradição oral.



Nesse contexto, a poesia oral se revela como uma expressão artística e performance de caráter cultural e literário, que se personifica através da figura do contador de histórias. A prática da contação de histórias firmou raízes na sociedade e proporcionou um deleite em diversas narrativas populares que passeiam por campos como o do humor, o reflexivo, o do fantástico. Esses aspectos marcaram de forma indelével o cenário de cada encontro, visto que a condução dos trabalhos se estabeleceu de forma espontânea, o que gerou um espaço que propiciou a afetividade no recinto nos momentos de leitura, discussão e compartilhamento de saberes e lembranças entre as pessoas envolvidas no Projeto.

Dessa forma, a leitura de cordel e a partilha de histórias populares transmitidas de geração em geração emergem como uma resposta crucial diante da ameaça de esquecimento e desvalorização das narrativas tradicionais. A interação entre os participantes por ocasião da discussão acerca das leituras teve fundamental relevância para a consolidação do seu pertencimento identitário, e, por conseguinte, da valorização da cultura, haja vista os relatos de memória pelos participantes contribuíram para a disseminação e preservação dessas histórias, propiciando a elaboração de produções que contribuem para revigorar a cultura nordestina.

Assim, com o intuito de preservar os saberes e a memória coletiva, o Projeto de Extensão/Fluex/UFCEG/2023, intitulado "Literatura Popular: leituras e inferências sobre saberes, vivências e memória coletiva no sertão nordestino", representa um esforço concreto para preservar a cultura e as histórias populares. Nessa perspectiva seu objetivo precípua é valorizar, aprimorar e disseminar o conhecimento da Literatura Tradicional (Popular), proporcionando a formação continuada, de natureza interdisciplinar, aos estudantes do Curso de Licenciatura em Letras e áreas afins do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, assim como docentes da Educação Básica de escolas públicas de Cajazeiras-Paraíba e adjacências.

Com esse propósito, as atividades do Projeto foram pautadas na abordagem da leitura e posterior discussão sobre o romanceiro nordestino, a exemplo das obras de Leandro Gomes de Barros e de Patativa do Assaré, dentre outros. Partimos do pressuposto de que os conteúdos dessas obras apresentam diversas problemáticas que suscitam debates enriquecedores no ao público beneficiado. Com efeito, a atividade executada, envolvendo a poesia popular



possibilitou uma experiência de reflexão, numa perspectiva dialógico-interdisciplinar entre a Literatura Popular e outros campos do conhecimento, a partir do contato com as obras poéticas.

Neste sentido, conforme discutimos no “Relato de experiência sobre saberes, vivências e memória coletiva no nordeste brasileiro”, capítulo publicado em *Educação Sem Barreiras: Tecnologias e Inclusão*:

[...] a Literatura Popular nordestina é uma de resistência, tendo em vista o silenciamento acerca da nossa cultura literária oral e escrita, e certa desconsideração a respeito dela no próprio contexto acadêmico regional, bem como a ausência de experiências com essa estética na escola pública, na educação básica, em que os Projetos de leitura nem sempre contemplam a literatura nordestina, tampouco instiga a pesquisar sobre ela. Por isso, dar notoriedade à Literatura Popular é uma forma de reconhecer a sua importância, valorizá-la e fortalecê-la, conforme foi proposto por este Projeto de Extensão, que buscou enriquecer os conhecimentos de discentes e docentes sobre o pioneirismo da arte popular e da memória coletiva presentes na Literatura Popular (SANTOS, et al, 2023, p. 164).

Com efeito, “[...] a memória coletiva é um bem simbólico inestimável e um poderoso instrumento de transmissão do repertório cultural entre gerações. [...] o que não for registrado pela escrita corre o risco de cair no ostracismo, [...] incorrendo no apagamento” (SANTOS, et al, 2023, p. 164-165).

Desse modo, nas atividades do Projeto, inferimos sobre temáticas suscitadas pelo discurso literário, promovendo debate com o público-alvo, o qual interagiu com as pessoas presentes, tornando dinâmicas e profícuas as discussões realizadas, tecendo diálogos e compartilhando vivências. Nosso embasamento teórico seguiu à luz de Magalhães (1973), Patativa do Assaré (2000), Severo (2009), Santos (2011), Mello (2012), Rodrigues (2012), entre outros autores.

2. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A narrativa da vida do sertanejo, que se vê obrigado a deixar sua terra natal em busca de uma qualidade de vida melhor na cidade grande, representa um elemento central nas obras de poetas como Patativa do Assaré. A hostilidade da natureza, a árdua realidade no sertão e as



limitadas oportunidades de subsistência, mesmo diante da força e resistência do trabalhador, constituem ameaças latentes à sua própria existência e à de sua família, conforme evidenciado nas produções literárias de autores como Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz.

Na obra *Grande sertão: veredas*, Guimarães Rosa afirma que “[...] sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso...” (2021, p. 29). Essa perspectiva revela uma reflexão profunda sobre a existência sertaneja, destacando a necessidade de cultivar uma força - em todos os sentidos - para enfrentar com resiliência às adversidades encontradas ao longo do caminho. A afirmação ressalta a complexidade e a fragilidade inerentes à vida no sertão, enfatizando a importância de uma força para enfrentar os perigos inerentes a essa realidade desafiadora.

Nas obras que retratam a vida no sertão, os poetas imergem na realidade dos retirantes, compartilhando a dor que permeia essa experiência com o leitor. De modo que, ao se colocarem no lugar desses indivíduos, transmitem um sentimento profundo, permitindo que o leitor seja envolvido por esse universo desafiador. A narrativa evidencia a força intrínseca a cada sertanejo, mesmo quando confrontado com a dolorosa realidade de ser praticamente expulso de sua terra natal devido às adversidades da vida no sertão. Essa representação poética não apenas destaca as dificuldades enfrentadas, mas também ressalta a resiliência e determinação presentes na essência de cada protagonista desse contexto.

Os folhetos de cordel emergem como um poderoso meio de expressão que captura e narra as vivências dos sertanejos, enriquecendo a temática da vida no sertão. Esses escritos, frequentemente lançados pelos próprios autores em suas primeiras tiragens, proporcionam uma visão íntima das experiências dos retirantes e da complexidade da vida na região. Conforme observado por Severo (2009, p. 51), muitos desses poetas mantinham suas próprias tipografias em suas residências, assumindo o controle direto da produção e distribuição de seus cordéis. Viveram, em grande medida, do que lhes proporciona a venda destes folhetos, estabelecendo uma conexão íntima entre o autor, sua obra e o público leitor.

Era comum entre os poetas, a venda dos direitos autorais para outro que tivesse condições financeiras de manter a tipografia em funcionamento. Devido a isso muitos autores tiveram seus títulos usados por aqueles que compraram a tipografia, passando a autor-editor, muitas vezes omitindo a verdadeira autoria



ou adulterando o acróstico da última estrofe do texto, recurso usado para identificar o autor do folheto (SEVERO, 2009, p. 51).

Assim, os cordéis não apenas retratam, mas também materializam a força e resiliência dos sertanejos, ao mesmo tempo em que refletem a realidade econômica e social desses autores que, muitas vezes, encontravam nos folhetos de cordel não apenas uma expressão artística, mas também uma fonte de sustento. Entretanto, a poesia dos poetas populares marcou presença, também, em outros gêneros literários, despertando olhares diversificados sobre a poética popular.

A vasta circulação dos folhetos propiciava a fácil transmissão dos seus conteúdos mostrando a força da oralidade. Afinal, seu público era de ouvintes. Assim, iam surgindo novos poetas na cidade e no interior. As diásporas nordestinas para o Sudeste, motivada pela sobrevivência, contribuíram para uma maior circulação dos folhetos. Mesmo com o advento da luz elétrica e do rádio, a intensidade do processo de divulgação dos folhetos não diminuiu, mas influenciou na sua temática e na sua utilização.

A presença da rima, métrica, melodia, trazem aos textos escritos em cordel, um ar de reflexão, justamente por muitas das vezes contar as memórias daqueles que escrevem, facilitando a compreensão e captação da mensagem, principalmente naquilo que remete à fé. O povo nordestino tem grande devoção religiosa, muitas práticas de fé em seus momentos de angústia. Mesmo em meio ao desespero, o apelo para o Divino sempre está em seus lábios, a oração e os dias de santo sempre estão presentes em suas preces e em seus atos, conforme apresenta o texto “Uma viagem ao céu” de Leandro Gomes de Barros, que apresenta diversas figuras religiosas como Santa Bárbara e São Pedro.

Leandro Gomes de Barros foi seguido por poetas como Francisco das Chagas Batista, que começou a fazer versos em 1902, juntamente com João Melquíades. Estes poetas viajavam anualmente, na época das safras de produtos sazonais, pelos sertões da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará para vender seus folhetos.

Leandro Gomes de Barros nasceu em 19 de novembro de 1865, no sítio Melancia, em Pombal, cidade do alto sertão paraibano e mudou-se para Teixeira, município também paraibano, em 1880. Posteriormente, foi com a família para Vitória de Santo Antão, Pernambuco, para onde levou as raízes da poesia, iniciando, em 1889, a produção de folhetos



que o tornaria célebre. Em 1909, passou a residir em Recife, onde permaneceu no ofício de criação de versos para vendê-los no Mercado São José, nas bodegas/vendas, ao longo da estação, nos trens ou em sua própria casa. Assim sustentou sua grande família, vindo a falecer em Recife, no dia 4 de março de 1918 (SEVERO, 2009, p. 51).

Após a morte de Leandro Gomes de Barros, poetas populares renderam-lhe homenagens, como por exemplo, João Martins de Athayde, por quem sua obra passa a ser divulgada, a partir de 1909. Dessa forma, em 1921, Athayde comprou da viúva de Barros, os direitos de venda e de autoria do poeta. E assim Athayde se estabeleceu em Recife, por cerca de trinta anos, tornando-se o maior editor de folhetos do Nordeste. Em homenagem a Barros, escreveu o folheto *A pranteada morte de Leandro Gomes de Barros*, que exalta a obra do poeta paraibano, e ressalta sua importância para a Literatura Popular no Brasil, conforme mostram as estrofes a seguir, destacados do texto “Leandro Gomes de Barros: um cronista popular”, de Severo (2009, p. 51):

Poeta como Leandro
Inda o Brasil não Criou
Por ser um dos escritores
Que mais livros registrou
Canções, não se sabe quantas
Foram seiscentas e tantas
As obras que ele publicou

No dia de sua morte
O céu mostrou-se azulado
No visual dos horizontes
Um círculo subdourado
Amostrava no poente
Que o poeta eminente
Já havia se transportado [...].

A temática das narrativas dos folhetos de Leandro Gomes de Barros nutre o imaginário popular a partir do contexto da época, caracterizado pelos acontecimentos políticos, religiosos e históricos, a exemplo das histórias acerca do cangaço, de Padre Cícero, da seca, da inflação, da corrupção, e tantos outros motivos decorrentes das experiências cotidianas vivenciadas pelos poetas populares, os quais expressam, em sua poesia, a realidade situada num contexto sociocultural em que eles encontram-se inseridos (SEVERO, 2009, p. 56).



Nessa perspectiva, é frequente encontrar nos folhetos de Leandro Gomes de Barros a presença de seres sobrenaturais, evidenciando a inserção de elementos do fantástico, do maravilhoso e do misticismo. Além desses elementos, as obras do referido autor exploraram romances com temáticas amorosas e tradicionais, entre outros. Essa diversidade temática possibilita ampliar a riqueza das histórias e contribui para a complexidade literária presente na produção de Barros e de outros poetas populares da época.

Outrossim, ao integrar à sua criação elementos fantásticos e romances tradicionais, as narrativas de Leandro Gomes de Barros transcendem a mera descrição dos eventos cotidianos, oferecendo ao leitor uma experiência literária enriquecedora. Assim sendo, a presença de seres sobrenaturais e a exploração de diversos temas literários evidenciam a habilidade do poeta em criar uma tapeçaria literária multifacetada que captura as nuances da vida no contexto sociocultural em que ele estava inserido.

Na esfera do imaginário cultural, a ida para o céu é uma temática recorrente em diversas culturas, e Leandro Gomes de Barros não hesitou em abordá-la em um de seus cordéis, como é o exemplo do cordel “Uma viagem ao céu”. De maneira incisiva, Leandro Gomes de Barros não poupa críticas em seu discurso, direcionando sua análise mordaz a diversos alvos, como o governo, a figura feminina, a sogra, o médico, o advogado e até mesmo o casamento. De forma que, a sua perspicácia crítica não deixa escapar nenhum aspecto que chama a atenção e impacte a população, tornando-se uma fonte constante de reflexão e crítica social.

Convém destacar que o simbolismo inerente à cosmografia mítica da ascensão ao céu está profundamente vinculado aos símbolos ascendentes, reforçando o arquétipo da jornada ao "self", o centro interior, ou a necessidade de explorar as riquezas do inconsciente, que se manifesta como um mundo encantado, para atingir a epifania de uma nova consciência. Desse modo, o fortalecimento do onírico é a combustão de devaneios que conduzem à liberdade. Nesse enfoque de Barros, verificamos que a temática transcende o simples tratamento da ideia da ida para o céu, incorporando elementos simbólicos que exploram aspectos mais profundos da psique humana e da experiência existencial.

Nesse contexto, onde a ascensão ao céu é recorrentemente explorada nas narrativas dos folhetos, o arquétipo da subida destaca uma fenomenologia que revela uma poderosa vontade



de ascensão. No cordel acima mencionado, o ingresso no céu é percebido pela presença de uma determinada bebida, a cachaça. Esse elemento é evidenciado no seguinte trecho:

Pus a mão sobre a cabeça
Fiquei pensando na vida
Quando do lado do céu
Chegou uma alma perdida
Perguntou: - Era o senhor
Que aí vendia bebida?

Eu disse que era eu mesmo
E a venda estava quebrada
Mas se queria um pouquinho
Ainda tinha guardada
Obra de uns dois garrafões
De aguardente imaculada.

Além disso, no cordel são destacadas passagens que simbolizam reflexões acerca da descida ao inferno, onde a figura feminina, personificada pela sogra, introduz a dialética entre o alto/ baixo, conforme evidenciado no trecho abaixo:

Eu lhe disse: - Minha sogra
Eu não posso a conduzir
Ela me disse: - Eu lhe mostro
Porque razão hei de ir
Se não for, apago o raio
Quero ver você seguir.
[...]
Aí a velha voltou
Rogando praga e uivando
Quando entrou no purgatório
Foi se mordendo e babando
Dizendo tudo de mim
Lançando fogo e falando.

De acordo com o imaginário coletivo, o inferno é um lugar temível, em que se encontram inquietações tenebrosas, manifestações das angústias que matam a própria alma. A descida, o retorno têm a semelhança do espelho onde tudo se transforma, gerando figuras simbólicas, ambíguas, em que a ordem e o tempo são irrealis. Assim, pode se dizer que a descida



apontada pela mulher (a sogra) é o prelúdio de um labirinto abstrato: uma encruzilhada de caminhos que se confundem e se perdem, como reflexo distorcido da realidade. Nessa configuração, essa encruzilhada converte-se em centro do mundo ou em reino dos encantados. Neste particular, o espaço, por ser um lugar de passagem onde as pessoas fazem o ritual de transformação, torna-se o lugar epifânico, cujo fascínio que seduz as atenções femininas (CHEVALIER, GHEERBRANT, 1991 *apud* MELLO, 2012, p. 271).

Acerca do céu, um reino encantado, configura-se um espaço de existência privilegiado, visto que é um lugar que ocupa o imaginário presente no inconsciente coletivo do povo que não escapa à imaginação do poeta que o recria. Assim, em sua perspicácia, este poeta menciona a viagem, descreve o percurso, mas não explicita de forma detalhada onde está situado este lugar celeste, próprio do imaginário popular, cujo encantamento é inerente à criação da obra de arte, que, por assim o ser, dispensa explicação. Neste sentido, ao poeta é permitido usar de astúcias e artefatos, seduzindo o leitor ao fascínio de uma viagem imaginária, encontrando no céu o subterfúgio para o devaneio poético, por ser convencionalmente associado ao belo, ao bom e à calma. Os excessos que levam à dúvida ou descrença na poesia, são artefatos competem à função da linguagem poética, e encetam o mistério que habita a obra, bem como o segredo do criador, em seu potencial absoluto, apto a criar imagens através da palavra.

A propósito da figura da sogra presente na obra, podemos conjecturar que ela representa uma atitude solitária feminina em busca de uma experiência em si mesma: a mulher sabe que, para acompanhar os movimentos diversos, tem que enfrentar os mecanismos diversos do social e alcançar uma visão da mudança histórica. Para isso, necessita de uma rede abrangente de integração entre movimentos, deslocando-se para além de si mesma, indo em busca das forças centrípetas; ou o inferno (MELLO, 2012, p. 217).

Por isso, justifica-se o afastamento das mulheres do espaço geográfico tradicional e sua entrada em uma representação espacial que a afasta e distância do controle comunitário que a cerceia, ocultando a epifania do sujeito social que lhe permita ser ator da sua própria história (TOURAINE, 1998, MELLO 2012, p. 218).



Esta mulher retratada no cordel confere a fecundidade histórica das mulheres por subsidiar elementos de reflexões e fatos da trajetória da mulher nordestina, especialmente da mulher paraibana. O cordel, ao retratar essa figura feminina, torna-se um veículo para explorar elementos e eventos que compõem a história das mulheres, oferecendo uma perspectiva valiosa sobre a experiência única e multifacetada das mulheres na região nordeste, com um enfoque mais específico na Paraíba.

Sobre a perspectiva do texto, ele é escrito para ser lido, assim deve ser percebido como um texto oral. A grafia de uma palavra pode ser transformada. A propósito disso, Idelette Muzart observa que modificações mais importantes podem levar a uma versão personalizada, a uma variante, como em qualquer narrativa oral; podemos atestar, dessa forma, uma semelhança entre os folhetos de cordel: *Uma Viagem ao Céu* e *O País de São Saruê*. Assim, a completa tradicionalização, como foi o caso do *Soldado jogador*, de Leandro Gomes de Barros, que chega a substituir o texto oral na memória coletiva, representa um caso extremo, e ao que parece, singular (SANTOS, 2006, p. 67), conforme vemos no excerto destacado a seguir:

O folheto propõe ao seu leitor compreender e rir de seu medo, e até de seu sofrimento. Ele opera plenamente a transfiguração do real dramático em uma realidade explicativa, justificativa, que não tenta apagar o real, mas incluí-lo em uma outra representação da realidade: a função poética por excelência (SANTOS, 2006, p. 75).

De acordo com Santos (2006), para rir à vontade e zombar de todos e de si mesmo, o poeta cria formidáveis histórias fictícias, ou ainda histórias de matutos que descobrem a cidade e a vida moderna, histórias de sogras ou traições possibilitando todo um repertório de anedotas maliciosas e debochadas. Nos folhetos que analisamos, percebemos uma atenuada identidade relacionada às tradições nordestinas e cristãs, no que diz respeito à crença na vida celestial.

Na viagem ao céu, o autor delineia um cenário social em que é possível visualizar a pretensão dos sujeitos envolvidos nessas narrativas de se verter condições dominadoras pela história. Essas escrituras sugerem não apenas marcas históricas, mas, sobretudo o trajeto antropológico do homem: seus afazeres, suas crenças, sua linguagem. Correspondem a valores



que não se limitam a fatos datados no tempo de uma cronologia racional, historiográfica (RODRIGUES, 2012, p. 277).

Nesse sentido, estudar a Literatura Popular do Nordeste do Brasil é importante para revigorar e disseminar a cultura resistente dessa região, mantendo viva sua memória e potencializando o pertencimento identitário de seu povo. Dessa maneira, por meio da Literatura Popular, uma profusão de histórias é transmitida oralmente não somente de pais para filhos, mas em uma cadeia de oralidade que ocorre no meio da vida comunitária, frequentemente em cordéis, e /ou outras formas de contar histórias populares. Daí o reconhecimento de Santos *et al* (2023, p. 240), ao afirmarem que:

Conceber o Nordeste como um celeiro artístico no cenário nacional, cujo (re)conhecimento ultrapassa suas fronteiras, é um fato incontestável, haja vista ser esta região um campo profícuo de criação e produção genuínas, não apenas no âmbito da arte popular, mas, também, de outras formas de expressão artística que consolidam a cultura brasileira. (SANTOS, et al, 2023, p.240)

Desse modo, é notória a percepção da cultura nordestina como fonte de riquezas que se disseminam por todo o território nacional, portando grandiosas contribuições sob diversos aspectos, especialmente no que diz respeito à arte e literatura, que é o ponto fomentador de nossa discussão.

Através da literatura de cordel, a exemplo do que observa nas representações das obras supramencionadas, torna-se flagrante a recorrência dos percalços da vida do retirante, que se empenhou em busca de uma melhor condição de vida, para si e sua família, haja vista as adversidades vivenciadas por eles onde quer que estejam.

Não obstante, essas "[...] adversidades enfrentadas pelo povo nordestino, encontramos [...] diversos artistas empenhados, de forma resistente, em seu ofício criador, contribuindo com vasta produção, resultante de sua observação, criatividade e conhecimento sobre o imaginário coletivo" (SANTOS *et al*, 2023, p. 241).

Nessa linha de raciocínio, percebemos também que, à medida que a cultura se sedimenta na realidade cotidiana, a memória individual vai se unificando e se tornando coletiva. Dessa maneira, Halbwachs (2003, p. 69), afirma que, "[...] se a memória coletiva tira sua força e sua



duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. [...] diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]”.

Trata-se de uma realidade experimentada no Projeto de Literatura Popular, que executamos, numa intensa escavação do acervo de memória coletiva, o qual instigou o público a participar dos debates nos encontros, inteirado das referências sugeridas pela Equipe Executora do Projeto, interagindo e compartilhando o que levava em sua bagagem.

A tradição oral desempenha um papel fundamental na literatura popular nordestina, pois é fonte rica de expressão cultural, transmissora de conhecimento e preservação da identidade regional. É um meio vital para a transmissão de mitos, lendas, contos e histórias que embalam a identidade e a cultura do povo nordestino. Essas narrativas muitas vezes abordam questões como a vida no sertão, a seca, as tradições locais, a luta pela sobrevivência e as relações sociais.

É através da oralidade que muito do que o nordestino tem de memória acerca de suas raízes ainda está, de certo modo preservada e pode ser lembrada ao ser transmitida oralmente, histórias que são preservadas ao longo do tempo, mas que em muitos casos ficam esquecidas por não serem ativadas, como era feito antigamente.

A literatura oral é frequentemente acessível a uma ampla quantidade de pessoas, independentemente do nível de escolaridade, isso possibilita que as histórias possam ser compartilhadas e apreciadas por indivíduos de diferentes camadas sociais, contribuindo para uma experiência cultural mais inclusiva e permite uma troca maior acerca daquilo que é aprendido no seio regional e familiar de cada um. Os contadores de histórias e os cantadores têm liberdade para explorar a riqueza da linguagem, incorporando dialetos locais, jogos de palavras e ritmos específicos que dão uma identidade especial à literatura nordestina, fazendo com que esse tipo de expressão cultural se destaque e prenda a atenção dos que têm contato com as obras.

É importante enfatizar que a literatura oral nordestina tem se mostrado como uma maneira de fazer com que a cultura popular não se perca, resista, diante de desafios socioeconômicos e políticos, as histórias transmitidas oralmente contêm elementos de resistência, resiliência e orgulho, contribuindo com a autonomia e a dignidade do povo nordestino. Portanto, a tradição oral é a expressão da cultura popular e ela existe



independentemente na sociedade como um organismo vivo, tendo sua própria dinâmica de difusão e interação, é uma contribuição vital para a preservação dessa memória coletiva que tanto significa para a cultura popular, permitindo que vá além da escrita e se insira na vida daqueles que são atingidos por essa manifestação de resistência, força e determinação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise crítica e reflexiva proporcionada pelo Projeto de Extensão, evidencia-se a importância desses instrumentos na exploração das complexas interações entre a Literatura Popular, a tradição oral e a realidade sertaneja. Entendemos, dessa maneira, que a integração entre as experiências dos participantes, a apreciação das obras e a fundamentação teórica se revelam como um caminho valioso para a construção de um entendimento mais aprofundado das dinâmicas culturais e sociais presentes na região.

Nesse sentido, ao facilitar o acesso do público-alvo à leitura das obras dessa estética, a ação extensionista não apenas propicia momentos de reflexão e aprendizado, mas, também, contribui de maneira significativa para a preservação e a promoção da potente tradição literária popular.

Ao realizar este trabalho e mergulhar naquilo que foi proposto no decorrer da realização do Projeto, foi possível entender a necessidade de preservação da identidade cultural nordestina e fazer com que ela se torne reconhecida e respeitada nessa sociedade que cada vez mais se perde de suas raízes e deixa de lado o que lhe formou, para abraçar, muitas vezes, aquilo que lhe oprime. Portanto, dada a relevante contribuição deste Projeto de Extensão para a formação continuada do público beneficiado, faz-se necessária sua continuação.

REFERÊNCIAS:

BARROS, Leandro Gomes. **Uma Viagem ao Céu (cordel)**. Ano 1932. Domínio Público. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5453 Acesso em: 09 dez 23.



HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução por Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

MELLO, Beliza Áurea de Arruda. Encantos avernais nas narrativas populares. In: MELLO, Beliza Áurea de Arruda; SILVEIRA, Claurênia Abreu de Andrade; ALDRIGUE, Ana Cristina de Souza. **No reino encantado das vozes**. João Pessoa: EdUFPB, 2012.

RODRIGUES, Linduarte Pereira. Vozes organizadoras do tempo final. In: MELLO, Beliza Áurea de Arruda; SILVEIRA, Claurênia Abreu de Andrade; ALDRIGUE, Ana Cristina de Souza. **No reino encantado das vozes**. João Pessoa: EdUFPB, 2012.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos. **Memória das Vozes**: Cantoria, romanceiro & cordel. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia, 2006.

SANTOS, Maria de Lourdes Dionizio. *et al.* Relato de experiência sobre saberes, vivências e memória coletiva no Nordeste brasileiro. In: SILVEIRA, Jader. (Org.). **Educação em barreiras**: tecnologias e inclusão. Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2023. Volume 1. Ebook. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14VcOELmVIESd68A1NR7VdRE5VLIGA7o/view?pli=1>. Acesso em: 29 out. 2023. p. 159-173.

SEVERO, Ione dos Santos. Leandro Gomes de Barros: um cronista popular. In: SEVERO, Ione; ROSA, Maria Nilda Barbosa; ROCHA, Vânia. (Orgs.). **Vertentes Literárias**. João Pessoa: Idéia, 2009.

ST: O SERTÃO NÃO FICAVA À MARGEM DA “HISTÓRIA”: ASPECTOS DE CULTURA, SOCIABILIDADE E POLÍTICA (SÉC. XIX - XX)

Coordenadoras:

Maria Larisse Elias da Silva (UFF)

Ana Elizabete Moreira de Farias (UFPB)

O objetivo deste ST é discutir temas que abordem aspectos relacionados à cultura, sociabilidade e política no sertão, entre os séculos XIX e XX. Este espaço de reflexão pretende reunir propostas que problematizem os diferentes meios de representar o sertão, levando em consideração as interconexões e redes relacionais construídas por sujeitos históricos envolvidos nos três segmentos supracitados. Interessa-nos esmiuçar os olhares em torno de como as culturas eram produzidas, como as sociabilidades sobreviviam no convívio social e como as práticas políticas eram constituídas. Entendemos que o sertão, longe de ser uma “representação” cristalizada por uma parcela de historiadores “clássicos”, era espaço de deslocamentos, de trabalho, de construção de sentimentos e de tormentas. Sendo assim, serão bem-vindos os trabalhos que abordem tais perspectivas e que reflitam sobre a ideia de que o sertão não ficava à margem do litoral.

A ARQUITETURA RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO: ASPECTOS CULTURAIS NO SÉCULO XX

Agatha Larissa da Silva Coelho

Arquiteta urbanista pela UNIFSM, pós-graduanda em docência do ensino superior pela UNIFSM- Centro

Universitário Santa Maria

Agathacoelho981@gmail.com

RESUMO: Este artigo resulta de estudos acerca da arquitetura rural do nordeste brasileiro, mais específico da cidade de Lavras da Mangabeira no interior do Ceará, na qual é marcada por sua história de grandes famílias locais responsáveis pelo seu desenvolvimento urbano, o que influenciou na arquitetura bem como toda a cultura local, e a vida sertaneja mais simples das zonas rurais que se opõe aos estilos mais luxuosos do centro da cidade. O objetivo é expor e analisar aspectos construtivos da cultura local e buscar em meio a esses estilos, técnicas construtivas e materiais, opções que possam ser utilizadas de forma contemporânea na atualidade a fim de gerar mais opções a população quanto a suas edificações. Este estudo é relevante por aprofundar o conhecimento histórico, e observar aplicações que mereçam ser mantidas ou postas em práticas novamente.

Palavras chave: Arquitetura rural; Nordeste; Arquitetura nordestina; Coronelismo.



1. Introdução

A história de um lugar em conjunto com sua paisagem revela erros e acerto que levaram uma comunidade ou um povo a tornarem o que são, e as particularidades de cada local são de fato a identidade que explica a realidade atual. Estudar os aspectos históricos e arquitetônicos do local podem levar a compreender para onde a sociedade está caminhando e se existem aspectos para serem continuamente replicados (BRANDÃO, 2012).

No estado do Ceará, mas específico na cidade de Lavras da Mangabeira, há uma população de pouco mais de 30mil habitantes (IBGE, 2022), que possui uma forte cultura, apegos históricos e religiosos típicos do nordeste brasileiro. Nos últimos anos observa-se o aumento da pobreza no estado cearense, o que atrasa o desenvolvimento social, e dificulta o acesso dos moradores de baixa renda aos benefícios que a arquitetura e o urbanismo podem trazer (PORTAL G1 CE, 2023; ROCHA 2021).

Frente a tal situação, esse trabalho tem por objetivos através do estudo de como as pessoas viviam e construíam seus lares em épocas difíceis de seca e falta de recursos, aprofundando-se também nos aspectos sociais e de desigualdade de sua história, buscar entender como formou-se a arquitetura local, observando as técnicas, saberes e meios que possam ou não ser empregados na atualidade, a fim de beneficiar as famílias atuais com boas práticas na construção civil.

Esse trabalho é relevante no meio acadêmico tanto no âmbito da história como da arquitetura e urbanismo, ao buscar trazer visibilidade histórica ao interior do nordeste brasileiro de forma a manter viva a história de um povo na busca por meios técnicos para não permitir que se perca as características primordiais dos mesmos.

2. Referencial teórico

2.1 História do Nordeste e sua influência na construção da paisagem arquitetônica

A arquitetura do nordeste brasileiro está totalmente ligada à sua história e cultura das tradições, a forma de construir algo carrega consigo uma narrativa, mas um estilo arquitetônico nem sempre surge no local onde domina sua paisagem, e para Bernardes, nesse caso a história inicia-se com a colonização brasileira (BERNARDES, 2007).



De forma simplista arquitetura é a arte de construir, e a construção por sua vez possui aspectos culturais que proporcionam o vislumbre da história de um povo, do que se protegiam, como se abrigavam, símbolos de suas crenças, a relação com a natureza entre inúmeros outros aspectos (ARAÚJO, 2008; MIGUEL, PEREIRA, 2009).

Antes do período da colonização (MENDONÇA, 2020) é certo que os povos nativos indígenas que habitavam as terras brasileiras possuíam seus modos de construir, com muita expressão, simbolismo e riquezas de conhecimento passados entre gerações (ARAÚJO; MIGUEL, 2008). Contudo essas configurações não predominaram na formação da paisagem nordestina como é observada até os dias atuais.

Quanto a colonização das terras que viriam a ser chamadas nordestinas se deu pelos povos europeus como portugueses, holandeses e franceses que buscavam dominar as terras para gerar lucro (ANDRADE, 1986), ao passo que iniciavam suas vidas adaptando o antigo estilo de vida com os aspectos do território brasileiro, dando início ao cenário local.

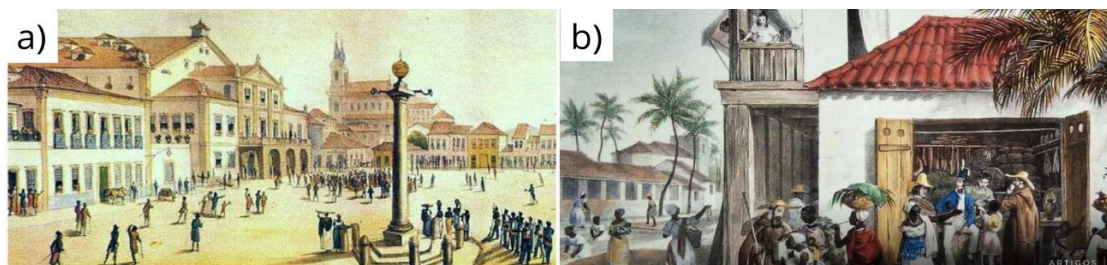
Para Smith (2012) os portugueses conseguiram trazer as características da vida europeia quase que fidedignamente através da construção da Bahia, que muito se parecia com Lisboa, com casas de “andares salientes” construídas nas colinas, além dos colonos trazerem a técnica de Pau-a-pique para construir casas com barro, que até os dias atuais podem ser remotamente encontrados no interior de zonas rurais.

Contudo mais tarde foram empregados materiais como pedras, tijolos, telha cerâmicas e cal, azulejos que eram empregados nas igrejas e as pedras talhadas usadas como acabamento nos cunhais das esquadrias e frontões como demonstra a figura 01. (SMITH, 2012). Uma característica observável das casas são as esquadrias que ligam diretamente à rua, sem a presença de um jardim ou espaço de separação entre ambos os espaços.

Com o passar dos anos, as construções simples de pau-a-pique deram espaço para uma paisagem de grandes edifícios, que traziam consigo uma adaptação do estilo arquitetônico europeu barroco que buscava a imponente produzindo um cenário muito ostentoso.



Figura 01: a) Edificações com emprego de pedras nos umbrais das portas e janelas. b) Casarões com telhados cerâmicos e pintura a cal.



Fonte: a) Debret (1768-1848), b) “Venda a Rezifê” Coleção Brasil Biblioteca pública de Nova York Rugendas, João Maurício, 1802-1858.

Esse período fora marcado principalmente pelas igrejas católicas, porém também pode ser encontrado em residências nobres, e edifícios públicos e chafarizes (Figura 02). Os ambientes bem como as fachadas eram repletas de detalhes, com esculturas, pinturas paredes bem trabalhadas por artistas da época (SMITH, 2012; GABE; GARMATZ; MASUTTI, 2016).

É importante ressaltar que as cidades que tinham maior poder comercial a exemplo de Salvador, construíam igrejas utilizando materiais como ouro e madeira talhada tal qual a igreja de São Francisco (Figura 02), entretanto as cidades com menos poder aquisitivo tinham construções mais simples com marfim e mármore, e painéis de azulejos principalmente nas cores azul e branco, sendo que essa última, marcou a arquitetura do nordeste perdurando até o século XX (SMITH, 2012; GABE; GARMATZ; MASUTTI, 2016).

Figura 02: a) Exemplo de chafariz barroco em são José. b) Igreja de São Francisco em Salvador. c) Interior da Igreja de São Francisco adornado com ouro.



Fonte: a) Pequena Tiradentes.com, 2015 b) Guia de Destinos.com, Monique Renne, 2022. c) Guia de destinos.com, Monique Renne, 2022.



A força do estilo barroco propriamente dito aos poucos foi perdida, tendo como seu fim o marco da mudança da capital brasileira para o Rio de Janeiro, onde deu lugar para uma busca maior pela modéstia, sem esbanjar riqueza, remetendo-se as características da clássica arquitetura grega, na intenção de alcançar uma maior delicadeza na estética (SMITH, 2012). No Nordeste a formação cultural e arquitetônica seguia as linhas que traçara e a mudança do regime colonial para o coronelismo daria continuidade a essa história.

No início da colonização brasileira, a costa nordestina foi uma das primeiras extensões de terra a ser exploradas, sendo ocupadas desde meados do século XIV, com a longa história de desenvolvimento da colônia, as famílias europeias, os povos indígenas e escravos afrodescendentes, o desenvolvimento agrícola e pecuário, e a forte autoridade religiosa, juntos moldaram a cultura do nordeste até a passagem do colonialismo para o coronelismo (FORTUNATO, 2020), que por sua vez gerou a tradição das famílias agora com poder político, que direcionaram o desenvolvimento da região (ANDRADE, 1986), influenciando também a construção da paisagem dos estados brasileiros que compõem a região nordeste.

O período do coronelismo teve seu fim nos anos de 1930, deixando um grande legado tradicionalista das famílias fazendeiras, que detinham poderes políticos sobre as famílias de seus proletariados, portanto havia uma grande distinção no estilo de vida entre os dois cenários, fortemente evidenciadas na arquitetura, que ambas se desenvolviam ao mesmo tempo, porém contando histórias diferentes (NEVES 2023; MACHADO, 2016). Apesar de alguns aspectos religiosos e culturais serem compartilhado pelas famílias independente da classe social.

Os casarões dos coronéis eram construídos com tijolos de adobe, feito com terra crua, palha, e água que eram cozidos ao sol, devido a resistência do material as paredes eram grossas para sustentar o peso da estrutura das grandes residências, madeira de cedro e telhado cerâmico, quanto a estética, as fachadas eram trabalhadas com motivos de desenhos mais limpos comparados ao período de colonização, remetendo também ao neoclassicismo com a busca por desenhos mais simples sem perder o detalhamento estético (SMITH, 2022; AUGUSTO, 2015).

Foi na década de 1930 também, que a região nordestina foi estabelecida como tal, de início o termo ficou conhecido quando os aspectos da seca e crises financeiras levaram muitas famílias a migrarem para o sul, iniciando também incentivos de obras públicas para resolver essas problemáticas, e o cangaço que ao gerar perigo e desordem resultou na união de governo



dos estados que se situam desde a Bahia até o Ceará para combater esses grupos (JÚNIOR, 2013). Nesse ponto da história o sertanejo já tinha sua figura ligada ao sofrimento, fome e miséria, e a imagem dos coronéis, famílias tradicionais e riquezas do sertão havia sido apagada aos olhos do país.

Para Júnior (2013), no que se trata ao aspecto social, os papéis hierárquicos do nordeste fora construído pelos supracitados senhores de terras os antigos coronéis de famílias com grande poder político, aquisitivo e social, o vaqueiro que exerce trabalhos pastoris, o matuto que se refere ao morador da zona rural longe da vida na cidade, jagunços, matadores e cangaceiros com atividades criminosas, beatos que se refere a liderança religiosa e os retirantes que eram homens de extrema pobreza que com sua família migrava no período da seca em busca de sobrevivência.

Dentre esses, pode-se classificar três tipo de construções que desenham a paisagem nordestina no século XX, os edifícios públicos e religiosos da cidade grande, os casarões das famílias ricas, e as simples moradias das famílias isoladas na zona rural.

2.2 Ceará, um estado nordestino

A exploração do território que formaria o estado do Ceará, se deu apenas a partir de 1604, isso ocorreu devido a fatores como a falta de conhecimento sobre as terras, e a resistência dos povos indígenas que lá abitavam, além questões de navegação dificultosas para acesso ao local (CHAVES, 2016). As terras então eram usadas apenas como rota de passagem para chegar em outros estados como o Maranhão.

De acordo com Pompeu; Tassigny (2004), foi através da pecuária que as terras foram colonizadas, formando-se fazendas de criação de bovinos que abriu um mercado para o desenvolvimento econômico que viriam a ser as primeiras cidades, os donos de terras comumente moravam na zona litorânea e as fazendas no interior ficavam por conta de um empregado responsável, além de ajudantes e alguns escravos, todos esses de vida simples, aos que possuíam casas, essas eram rústicas com pequeno espaço para plantio familiar.

A carne bovina charqueada, gerou muita economia para as fazendas, além de produção de solas, vaquetas e outros produtos do couro bovino, produzindo fortuna aos fazendeiros, formando sua figura social e política hierárquica e desenvolvendo as vilas formadas no interior, no qual foram investidas verbas em uma arquitetura que trazia traços europeus mas com a

simplicidade sertaneja, mesmo as igrejas que buscava se destacar entre as edificações, possuía traçado modesto em conformidade com o estilo de vida pastoril (CHAVES, 2016).

Os materiais locais eram empregados nas construções como as pedras, que retratava a simplicidade rural. Esses sistemas de construção rústico contavam com materiais locais como areia, terra crua, terra cozida, madeira e pedras, e as técnicas eram de pau-a-pique feito com terra e malha de madeira, taipa de pilão que usa a terra crua compactada, alvenaria de tijolo de terra cozida e a construção com pedras como demonstra a figura 03 (ARAÚJO, MIGUEL, 2008).

Entretanto, vale-se ressaltar que em alguns pontos estratégicos como Icó (Figura 03), Sobral e Aracati houve-se a preocupação com a estética, isso ocorreu devido a essas vilas serem passagem, que através do uso misto de técnicas e materiais a arquitetura foi trabalhada de forma mais imponente acarretando maior visibilidade a esses locais (CHAVES, 2016).

Figura 03: a) Casa de Pau-a-pique b) Casa de alvenaria com tijolo de adobe.
c) Teatro Ribeira dos Icós Icó - ce. d) Casa de Câmara e Cadeia Icó-ce.



Fonte: a) Arquiteta Débora Bonetto, 2018. b) Adriano Cesar Curado, 2012. C) e D): Bahia.ws, 2023.

Com o passar das décadas, em detrimento ao desenvolvimento econômico, social e político dos estados de sul e sudeste brasileiro, houve um desalento no fortalecimento do território nordestino, o enfraquecimento do cultivo de cana-de-açúcar, além de problemáticas com a seca que dificulta o plantio (BETETTE, 2022) e a desigualdade social discrepante entre



as poucas famílias detentoras de terras e dinheiro, e grande maioria dos sertanejos pobres contribuíram para o contraste da imagem do nordestino sofrido, e a ideia de atraso que foi difundida no país no século XX.

2.3 No Ceará, Lavras da Mangabeira, aspectos históricos e culturais que construíram a cidade

Segundo a Prefeitura Municipal (2023), a cidade de Lavras da mangabeira que se situa a 340km da capital fortaleza, na mesorregião do centro-sul cearense, encosta da bacia do Rio salgado, conta seu início histórico entre o final do século XVII e início do século XVIII, iniciou-se uma exploração das terras desconhecidas do interior do Ceará, pernambucanos, baianos e paraibanos adentravam o território em busca de mineração, em 1712 foi permitida a caça ao ouro no vale do Cariri, organizadas pelos governadores em vigência na época.

Ainda de acordo com a supracitada Prefeitura lavrense (2023), a contar dessa situação, com a propagação do relato que havia ouro na região, muitas famílias mineradoras migraram para circunvizinhança, adensando a população dos territórios. Entretanto em 1758 o garimpo fora suspenso, isso ocorreu porque a corte portuguesa não sendo atendida em sua exigência por impostos sobre o minério, voltou-se contra a atividade exploratória, dispersando o trabalho e direcionando os labutadores a agricultura e pecuária.

Até meados de 1730, a única sede municipal próxima as terras que viriam a ser o povoado de Lavras era o Icó, no qual há muito fazia parte da rota de baianos e pernambucanos pelo estado. Através da intensificação do comércio de carne bovina novas vilas formaram-se, e Lavras da Mangabeira conseguiu seu desmembramento do município icoense em 1818 (PONTES, 2009).

A etimologia do nome da cidade se dá pelo trabalho de lavar os minerais e o local onde havia o minério, mangabeira, nome dado a uma árvore (*Hancornia Speciosa* GOMES), que é abundante no Nordeste, sendo igualmente o nome de um dos cinco distritos da atual cidade Lavrense. Para mais, em meados a todos esses acontecimentos político-sociais, nasceu a cultura local, advinda da religião católica que deu origem a crença do milagre do santo São Vicente Ferrér, situação na qual fora encontrado uma imagem embaixo de uma arvore de Juazeiro



(Ziziphus joazeiro), no local o qual fora construída a igreja matriz posteriormente (VIEIRA, 1994, PREFEITURA, 2023).

O coronelismo que para Galvão (2018), está sempre ligado a violência, jogadas políticas e tirania, também fez parte da história da cidade lavrense, sendo sua principal personagem Fideralina Augusto Lima (1832 - 1919), que através de suas raízes familiares exerceu forte influência sobre a sociedade da época, sendo intitulada como A matriarca do Sertão, Fideralina se destacou pelo papel feminino na política sendo lembrada até os dias atuais, seja de forma positiva pelas suas conquistas políticas ou negativa pelas histórias contadas sobre violência, mas fato é que conhecida por “alcançar seus objetivos” a mesma conseguiu influenciar as decisões políticas do estado cearense (SÁ, 2016).

3. Resultados e discussões.

Através dos estudos apresentados anteriormente, foi feito um breve levantamento de edificações da cidade de Lavras da Mangabeira, a fim de elucidar os aspectos construtivos advindos do século XX observando-se características que possam ser replicadas atualmente.

Tratando-se do Centro da cidade, observa-se uma arquitetura imponente, em comparação a zona rural, trata-se das residências dos detentores de poder da cidade na época do coronelismo que sobrevivem contando a história da cidade até os dias atuais. Entre elas está a casa do clã Augusto, cujo pertencia a Matriarca Fideralina, símbolo da forte influência da família, localizada na rua Santos Dumont, neste casarão pode-se notar a presença de muitas aberturas de esquadrias com grandes janelas, um pequeno espaço a céu aberto antes da entrada da casa, e pé direito alto causado pela altura do telhado, onde muitas vezes era aproveitado na construção de sótãos ou depósitos nas residências (ARAÚJO; MIGUEL, 2008).

As residências das antigas famílias demonstram sempre grande preocupação com a ornamentação de suas fachadas, aspecto esse que se perdeu ao longo dos anos das construções atuais, o pé direito alto permite a ventilação nas edificações que são geminadas, isto é unidas as casas vizinhas (TERRA, 2020), e jardins na entrada das residências também são observados nessas construções.

Figura 04: A) Casa do clã Augusto. B) Antiga clínica médica da Família Ferrér. C) Casa sem identificação dos donos.



Fonte: a) Wikimapia, 2023 b) Arquivo pessoal, 2023, c) Arquivo pessoal, 2023.

Em contraponto a esse cenário, as casas das zonas rurais possuíam duas vertentes, as de tijolos de adobe com alpendres em torno da residência ou apenas nas fachadas frontais, outra técnica construtiva que gera sombra e ventilação internas nas casas (CARVALHO; LEITE; FERREIRA, 2021). Além disso nessas construções era comum o emprego do tronco de carnaúba (*Copernicia prunifera*), em linhas de sustentação da estrutura dos telhados, devido a abundância da planta na região.

O piso por sua vez originalmente era feito de ladrilhos de barro, mas com o passar dos anos foram substituídos por cimento queimado (DINIZ, 2008), que no final do século XX e início do século XXI tornou-se característico da região, esse material também possui vantagens pelo baixo custo, pela sensação térmica fria que causa ao ambiente, além da limpeza fácil por não haver acúmulo de sujeira.

As chamadas casas de Taipa, ou pau-a-pique feitas de barro e troncos finos de árvore que as famílias mais pobres possuíam.

Figura 05: A) Casa de Taipa no Distrito Lavrense de Mangabeira. B) Piso de cimento queimado em casa do distrito de Mangabeira. C) Linhas de Carnaúba em telhado da antiga clínica dos Ferrér.



Fonte: a) Nilberto Henrick Silva Barbosa, 2023. b) Arquivo pessoal, 2023. c) Arquivo pessoal, 2023.

4. Conclusão

Conclui-se que a história da arquitetura do séc. XX da cidade de Lavras da Mangabeira no Ceará, não apenas conta sobre um passado que resultou na paisagem das atuais, mas mostra uma arquitetura que perdurou gerações, e que alguns aspectos característicos podem ser replicados nos dias atuais, a exemplo do emprego dos troncos de carnaúbas como estrutura de telhados afim de diminuir o valor de obra, visto que a planta é abundante na região, a instalação de pisos em cimento queimado e ladrilhos de barro que quando bem empregados junto ao arquitetônico podem trazer um paralelo entre o contemporâneo e o antigo, sem perder o aspecto cultural.

Outro ponto a se destacar é o esmero em as fachadas, seja através de motivos decorativos, das esquadrias ou de jardins de entrada, esses detalhes além de culturais moldam a paisagem de um local permitindo que a arquitetura possa beneficiar de forma funcional e estética a cidade. Por fim, a preocupação com alturas, aberturas e alpendres que trazem maior ventilação para os ambientes internos e externos além de fazer parte da personalidade local geram qualidade ao espaço construído e devem ser adotados nos dias atuais.



Portanto, o estudo e análise da arquitetura do interior nordestino tem grande valia para acrescentar no estilo de vida atual, devendo ser cada vez mais aprofundado os conhecimentos de forma a garantir que as boas práticas da construção civil sejam replicadas nos dias atuais, buscando sempre qualidade de vida através dos erros e acertos da história local, sendo esse estudo relevante para a comunidade acadêmica e para as práticas profissionais dentro da arquitetura e urbanismo.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Manoel C. **A terra e o homem no Nordeste**. Editora Brasiliense. 1973. São Paulo.

AUGUSTO, Otávio. **Na era dos coronéis, muitas histórias aconteceram no interior do Maranhão**. **Correio Braziliense**. 2015. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/turismo/2015/07/23/interna_turismo,491654/na-era-dos-coroneis.shtml> Acesso em: 20 de setembro de 2023.

ARAÚJO, Fernanda S. G; MIGUEL, Jair D. **ARQUITETURA RURAL E CULTURA SERTANEJA NO RIO GRANDE DO NORTE**. 2008. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/3781>>. Acesso em : 11 de agosto de 2023.

BERNARDES, Denis M.. **NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL DO NORDESTE**. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/sqrVzP6vcvNqvzr4frCnKnC/>>. Acesso em: 11 agosto 2023.

BETETTE, Beatriz S. S. **Habitar o Sertão habitação e cultura sertaneja**. UFU. Uberlândia, 2022.

BRANDÃO, Carlos A. L. **Porque estudar história da arquitetura**. pós v.19 n.32. São Paulo, 2012.

CARVALHO, FRANCISCA M; LEITE, MARCELO R. O; FERREIRA, ANNA C. A. **Tipologia arquitetônica rural no sertão nordestino: uma análise sobre exemplares de residências rurais do município de Rafael Fernandes/Rn**. UNB. 2021. Disponível em: <<https://enanparq2020.s3.amazonaws.com/MT/22078.pdf>> Acesso em: 10 de outubro de 2023.

CHAVES, Luciane A. **História do Estado**. Editora INTA. Sobral, 2016.

DINIZ, Nathália M. M. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. FAU-USP. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-04032010-143402/publico/VelhasFazendas.pdf>> Acesso em: 20 de outubro de 2023.

FRANÇA, Lucélia M. **Visita ao casarão do coronel Felinto em Santana do Cariri-ce**. Portal de Comunicações do Cariri Oeste-Ceará Ubuntu Notícias. 2010. Disponível em <



<https://www.ubuntunoticiasce.com.br/2010/07/visita-ao-casarao-do-coronel-felinto-em.html>
>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

FORTUNATO, Maria L. **O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Campinas, São Paulo, 2000.

GABE, Larissa; GARMATZ, Jtenifer A.; MASUTTI, Mariela C. BARROCO: **O ESTILO QUE CONSAGROU A ARQUITETURA E A ARTE BRASILEIRAS**. Unicruz. Rio Grande do Sul. 2016.

GALVÃO, André L. M. **O coronelismo na literatura: Espaços de poder**. UFRB. Cruz das Almas, 2018.

IBGE. Cidades e estados: Lavras da Mangabeira. 2022. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/lavras-da-mangabeira.html>>. Acesso em 01 de dezembro de 2023.

JÚNIOR, Durval M. A. **Nordestino: A invenção do Falo**. Editora Intermeios. 2º Edição, São Paulo, 2013.

GOVERNO MUNICIPAL LAVRAS DA MANGABEIRA. **O município**. Lavras da Mangabeira.ce.gov. Disponível em: <
<https://www.lavrasdamangabeira.ce.gov.br/omunicipio.php>> Acesse em: 15 de setembro de 2023.

MACHADO, Raphael S. **A CULTURA POLÍTICA DO CORONELISMO E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ARAGUARI/MG - 1930/1945**. UFU. Págs. 123. Uberlândia, 2016.

MENDONÇA, Camila. **Ocupação e exploração de terras coloniais**. Educa Mais Brasil. 2020. Disponível em: <
<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/colonialismo>>
Acesso em 15 de setembro de 2023.

NEVES, Daniel. **Coronelismo**. História do mundo. 2023. Disponível em: <
<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/coronelismo-no-brasil.htm>>
Acesso em 15 de setembro de 2023.

PEREIRA, Renata B. **A definição de Arquitetura no Dictionnaire Historique de Quatremère de Quincy**. Editora: Revista Usp. Pág. 03 à 141. São Paulo. 2009.

POMPEU, Gina V. M.; TASSIGNY, Mônica M. **História de nossa gente**. INESP. Fortaleza, 2004.

PONTES, Lana M. V. **Formação do território e evolução político-administrativa do ceará: A questão dos limites municipais**. IPECE. Fortaleza, 2009.



PORTAL GI. Mesmo após queda em 2022, mais da metade da população do Ceará ainda está na linha da pobreza. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/05/24/mesmo-apos-queda-em-2022-mais-da-metade-da-populacao-do-ceara-ainda-esta-na-linha-da-pobreza.ghtml>>. Acesso em 24 de outubro de 2023.

ROCHA, Maisa S. **Arquitetura não é para pobre! MAISA DA SILVA ROCHA 2021 _ Ensino e prática popular, a experiência do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFS, o Trapiche.** UFS, págs. 89. Laranjeiras, 2021.

SÁ, Jussara F. G. **ENTRE A SAIA E O BACAMARTE: MEMÓRIAS DE FIDERALINA AUGUSTO LIMA (1832-1919).** UFCG. Cajazeiras, 2016.

SMITH, Robert. **Robert Smith e o Brasil - vol. 1 – Arquitetura e Urbanismo.** As artes na Bahia - I parte. Livraria Progresso Editora. 74p. Salvador. 1955.

TERRA, L. M. **Aspectos projetuais, construtivos e de desempenho de empreendimentos residenciais de casas geminadas.** UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.

VIEIRA, Neto R. D. **Cultura da Mangabeira.** EMBRAPA. Aracaju, 1994.

A SECA QUE ASSOLA, DEVASTA E TRANSFORMA O PANORAMA SOCIAL DO SERTÃO: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE ICÓ-CE DURANTE OS ANOS DE 1877 E 1879

Joelson Ramalho Rolim
Professor Efetivo da SME do Baixo/CE
joelsonramalho@hotmail.com.

RESUMO: A seca incorpora uma das pautas que canaliza o sertão aos grandes debates que norteiam o panorama político, econômico e social, especialmente no final do século XIX. O Ceará tornou-se um dos cenários específicos para às disputas de interesses das elites oligárquicas perante o despontar e surgimento das novas frentes de trabalho para garantir a sobrevivência dos flagelados e desvalidos pelos sertões. A cidade de Icó-CE tornou-se uma das localidades de maior destaque e relevância no comércio por ser entroncamento das estradas de boiadas dinamizando o acesso e circulação de mercadorias advinda da PB, RN e PE. Como também, integrava o Cariri cearense, o vale do Jaguaribe até Aracati e Fortaleza. Logo, entre 1887 e 1889, quais impactos a seca proporcionou ao cotidiano social de Icó? Quais beneficiamentos foram angariados para conter tamanha catástrofe?

Palavras-chave: Ceará; Icó; Progresso; Seca; Calamidade.

A seca é uma manifestação que abrange uma complexa dinâmica que está vinculada ao sertão nos âmbitos dos fatores climáticos aos parâmetros que regem os interesses políticos no



transcurso do tempo. Logo, a escassez, à penúria e a desolação provocados pela seca incorporam um sistema que alicerça notáveis condicionantes pelos sertões, entre eles: o sofrimento diante a fome e o abandono de populações perante às negligência dos poderosos. Como também, os contínuos fluxos migratórios, o processo de relação aos elementos naturais e às estratégias de integrar o trabalho no postulado da sobrevivência, dentre outros fatores.

O Ceará, nos anos finais do século XIX, foi palco de um enredo que elevaria sua importância política perante os olhares da capital do império no que tange: a aquisição de recursos financeiros para sanar e estancar os graves problemas oriundos das secas que assolavam o sertão. Como também, angariar obras de estruturação e infraestrutura para fortalecer cidades e núcleos populacionais, às forças políticas (aristocracias e latifundiários) da província consolidaram uma envergadura de relevância perante o propagandear o “discurso da seca” e os nefastos efeitos das secas pelos sertões. Logo, “(...) o discurso da seca e sua “indústria” passam a ser a “atividade” mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos Estados do Norte, diante da decadência de suas atividades econômicas principais: a produção de açúcar e algodão (...)” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 71-72). Assim, como o controle e a destinação dos canteiros de obras passariam pelo crivo desses interesses em notoriedade aos laços consolidados dos poderosos em detrimento das necessidades dos flagelados e desvalidos que viam sua sobrevivência ameaçada aos desígnios dos homens da esfera política. Porém, é importante perceber e desmistificar que o sertão (em sua totalidade) não seria uma propositura apenas de sofrimento e fome, aridez e chão rachado, dentre outros fatores. E sim, havia regiões que englobavam mananciais e rios, áreas de prosperidade agrícola e comércios consolidados, agricultura e pecuária sólida e ativa, dentre outros.

No entanto, no início do século XIX na província do Ceará, a cidade Fortaleza tardiamente atingiu uma eventual notoriedade urbana, política e econômica. Logo, “(...) A sede da Província chega ao início do século XIX como um aglomerado urbano de pouca expressão. Era, inclusive, suplantada pelas vilas cearenses de Aracati, Icó, Sobral e Crato” (GALVÃO, 2019, p. 26). Porém, a vila de Icó (localizada na região sul) tinha uma forte influência econômica para com os interesses da província, sendo um elo que estruturava as relações com os vizinhos estados do Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte no que tange ao fluxo das estradas de boiadas. Uma vila que consolidava novos vínculos para surgimento e expansão de



comércios e mercados, prospecção de trabalho e um renomado entroncamento financeiro. Assim como, era por essa vila que existia a ligação dentre o cariri cearense, Iguatu (antiga Telha) e Jaguaribe com às regiões litorâneas.

Diante um cenário expressivo de desenvolvimento e prosperidade, o presente estudo propôs analisar os fatores antagônicos, isso é, o período que corresponde aos anos 1877 a 1879, e compreender quais impactos a seca proporcionou ao cotidiano social de Icó? É válido salientar que esse estudo denota algumas prerrogativas fundamentais do sistema político em meio as projeções e gravidades do oriundas do fenômeno (ALBUQUERQUE JR, 2011) perante o contexto não somente local, mas regional. Logo, é importante compreender e avaliar os danos gerados pela seca, como: doenças, elevado índices de mortes e agravantes nas imediações de Icó. Bem como, discutir e apresentar quais beneficiamentos foram angariados pelos representantes da esfera política para conter tamanha catástrofe, como foi o surgimento das comissões de socorros públicos.

O artigo se propôs a analisar essas ocorrências locais/ regionais recorrendo de imediato aos livros e artigos acadêmicos. Como também aos sites especializados que acrescentem coerência e sustentação perante o levantamento historiográfico de relevância, tornando-se relevantes na elucidação e resolução de dados acerca do período histórico abordado na pesquisa. Haja vista que o objeto de estudo a seca e suas condicionantes, possibilitam atingirmos conexões no percurso metodológico e na produção científica. Portanto, esse estudo vai de encontro há um processo de revisão bibliográfica, contribuindo com à pesquisa historiográfica em projeções sequências ao objeto de estudo. Logo, é relevante estudar e compreender o fenômeno da seca no panorama da sobrevivência do sertanejo na perspectiva econômica em detrimento ao fator da escassez alimentar, das reivindicações sociais, das lutas e enfrentamentos dos esquecidos e vitimados diante os seus dilemas e conjunturas.

INTRODUÇÃO

O CONTEXTO DA SECA DE 1877 A 1879

Durante os anos de 1877 a 1879 propagou-se uma das mais agravantes secas na história dos sertões e eventualmente nas províncias do Norte brasileiro. Logo, esse fenômeno revelou um processo que passaria a ser um elo estruturante na projeção e expansão junto ao governo



central através do que passaria a ser conhecido como “discurso da seca”, isso é, “(...) A seca torna-se o tema central no discurso dos representantes políticos do Norte, que a instituem como o problema de suas províncias ou Estados. Todas as demais questões são interpretadas a partir da influência do meio e de sua "calamidade": a seca. (...)” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 71-72). Inclusive, condiciona fatores de caráter social, após o processo de resolução da Lei de terras de 1850, iria alavancar um dos maiores processos de migração para várias regiões do país. Assim, “(...) a presença dos flagelados, esfarrapados, famintos, sujos e doentes, foi organizado um sistema de migração com passagens subvencionadas pelo poder público. Os destinos ofertados para os trabalhadores foram São Paulo, Pará, Maranhão e Amazonas (...)” (SECRETO, 2020, p. 39).

Portanto, é importante ressaltar que o enraizamento e profusão forjada pelas entranhas, também, das decisões políticas, iriam desencadear um processo de migração que gerou um escoamento de sertanejos para vários territórios longínquos do seu habitat. Assim, “(...) A seca experimentada entre os anos de 1877 e 1879 transformou as estiagens ocorridas no Ceará em assunto de interesse nacional (...)” (CORTEZ, 2015, p. 39). Deste modo, a imprensa e os veículos de comunicação obtiveram relevante destaque ao elucidar as responsabilidades das elites rurais do Norte, em especial da província do Ceará, em angariar recursos e investimentos para dispor de soluções urgentes no que tange à fuga das vítimas da seca: os flagelados e despossuídos. Portanto, diria ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 83: “(...) A seca torna-se a partir daí o problema de todas as províncias e, depois, dos Estados do Norte”. Assim, percebemos que o fenômeno canaliza estruturas sólidas que norteariam os embates nas esferas sociais e políticas da província do Ceará até a capital do império.

“A seca de 1877-1879 obrigou a elite do Norte, em especial a do Ceará, a se reinventar, já que o discurso até então utilizado de um Ceará de grande potencial econômico e com um futuro promissor desde que aqui o governo central realizasse os investimentos necessários em obras tais como porto, ferrovias, etc (...). Agora, se faz necessário se municiar de um novo discurso para conseguir extrair do parlamento e do governo central os recursos para fazer frente as suas inúmeras e urgentes necessidades. É o “Discurso da Seca”. Assim poderíamos dizer que essa seca foi providencial para, por exemplo, a elite cearense. Veio inesperadamente, porém no momento certo enquanto fornecedora da “matéria-prima” de uma nova estratégia político-discursiva” (GALVÃO, 2019, p. 78)



A província do Ceará condicionou fortes evidências desses vínculos e práticas. É válido salientar não ser uma condição específica ao período exposto. Mas, essas práticas são circunstâncias que ao longo do tempo, ou seja, posteriores aos anos de 1877 a 1879 sempre foram instigadas. Portanto, o discurso da catástrofe ganhava nuances relevantes no despertar no propagandear às calamidades junto as elites do sul e agregar atenção e clemência junto ao governo central para sanar o sofrimento das vítimas das secas. Concomitante, aos efeitos desse enredo, é que foi possível angariar recursos e fundos financeiros (investimentos, negociações que atendessem aos interesses das elites oligárquicas pelos mais variados territórios do sertão), como: ferrovias, pontes, açudes, igreja, trecho de estradas, etc. Assim como, estruturação urbana através de construção de cemitérios, coletorias, calçamentos, prédios públicos, etc.

Contudo, entre as condições naturais e climáticas e o advento da intervenção humana através da esfera política, no que tange ao combate aos dramas sociais provocados pelas secas, os interesses contidos no poder canalizam um distanciamento das soluções necessárias. Ora, “o risco do clima (...) não é dado pela natureza, mas por ‘acordo negociado’, pois cada sociedade tem meios institucionais, sociais e técnicos para lidar com o risco. (...) As fomes [portanto] são crises sociais que representam as falhas de determinados sistemas econômicos e políticos” (WATTS. apud. CORTEZ, 2015, p. 324). Portanto,

A partir da seca de 1877 uma nova relação com a falta de chuvas se estabelece no seio das populações do semiárido. Desde então, os anos de estiagem – que de tempos em tempos ameaçam a economia sertaneja e a segurança alimentar dos pobres – são aqueles em que milhares de pessoas provenientes do campo procuram as cidades em busca de socorro. Seca passa então a ser sinônimo de multidões de retirantes que, premidas pela fome, percorrem as estradas na esperança de adquirirem meios para uma dura sobrevivência. As secas, no entanto, não apenas evidenciam os extremos da miséria; são também momentos em que os sertanejos, distanciados de seus modos de vida originários, vivenciam novas experiências. (NEVES. apud. CÂNDIDO, 2014, p. 19)

A seca condicionou um enorme fluxo de populações em busca pela sobrevivência de modo compulsório e constante. Porém, milhares de famílias sofriam e esperavam por melhorias oriundas de novas frentes de trabalho. Como também, de soluções que pudessem mantê-las em



seu habitat. O processo migratório deu-se em decorrência dos efeitos de um elemento que deve ser enaltecido: a Lei de terras de 1850. Ora, a expansão algodoeira, interrupção do processo de vinda dos escravos e o fator das propriedades privadas proporcionaram enormes saídas para regiões desenvolvidas, como algumas áreas cafeeiras nas províncias do Sul. Assim, “(...) O Ceará figurou como uma das províncias que mais exportou escravos nesse período, o que contribuiria com a extinção precoce do trabalho servil, ai decretada alguns anos antes que no restante do país” (MELLO. apud. CÂNDIDO, 2014, p. 73)

ICÓ: REFLEXOS DA PROSPERIDADE ECONÔMICA

Durante a passagem do século XVIII para o XIX, o Ceará tornou-se uma área de relevante destaque perante às pautas políticas oriundas dos grandes investimentos e eventuais obras que seriam disponibilizadas para conter e sanar o cenário de calamidade e penúria impostas pelas secas nas províncias do Norte. Logo, existiam vilas proeminentes como era o caso de Aracati, Sobral, Crato e principalmente o Icó. Haja vista, que anteriormente Fortaleza (enquanto capital da província do Ceará) “(...) era uma pequena Vila, sem expressão econômica, que detinha este posto apenas por ser o local mais adequado para a ligação entre o Ceará e as mais altas autoridades coloniais; era um ponto geográfico de importância basicamente administrativa.” (MACIEL, 2017, p. 18-19).

Em meio às disputas econômicas, prestígio e impulsionamento comercial entre a capital e Aracati travaram fortes embates que iriam de encontro à narrativa da seca. Logo, a forte relação com tributos, arrecadação e impostos de produtos manufaturados oriundos de Pernambuco e eventuais importações pelo mediterrâneo possibilitou que Fortaleza obtivesse um salto em seu processo de autonomia no início do século XIX. Contudo, “(...) Já naquela época se constata qual é o interesse do governo em construir uma estrada carroçável ligando Fortaleza ao rico município do Icó. (...), ao mesmo tempo, retirar da área de influência de Aracati toda região polarizada pela vila do Icó. (GALVÃO, 2019, p. 32-33). Haja, vista que a rivalidade entre os centros produtivos de Fortaleza e Aracati iriam desencadear vários contratempos e disputas diante essa busca por melhorias na propositura de obras e investimentos no combate à seca.



Contudo, a vila de Icó obteve notoriedade econômica, durante o século XVIII e em boa parte do século XIX. Logo, "Favorecido por sua posição privilegiada, o Icó teve precoce desenvolvimento e alcançou rápida hegemonia sobre outros povoados do interior." (STUART FILHO. apud. GALVÃO, 2019, p. 119). No entanto, a vila de Icó despontou com um vínculo de ligação entre o litoral e a região Sul: de Aracati (e sua acirrada disputa com Fortaleza) à estrada geral do Jaguaribe. Como também, a vila estava geograficamente privilegiada possibilitando acesso de mercadorias e circulação de pessoas ao entroncamento de outra grande base da economia de Icó, que viria ser chamada: às estradas de boiadas. Ora, "(...) Ela também tinha uma ligação com uma estrada secundária, que levava até a Estrada Nova das boiadas, e Crato, onde cruzava com a Estrada Oeiras (PI) – Piancó (PB). Das cidades do Icó e do Crato as mercadorias desciam do Aracati. (...)” (MACIEL, 2017, p. 90). As estradas de boiadas consolidaram e impulsionaram a economia no sul cearense.

Da Estrada Geral do Jaguaribe partiam outras estradas que acompanhando afluentes desse rio, cortavam o Ceará no sentido Leste-Oeste. Eram a Estrada das boiadas que vinda de Pernambuco passava por Icó, Iguatu, S. Mateus, Saboeiro, Arneirós e Tauá para alcançar as terras do médio Parnaíba; a Estrada nova das boiadas que ligava cidades do centro do Ceará (Quixeramobim, Boa Viagem e Sobral) com o Piauí; a Estrada Camocim-Ibiapaba, a Estrada Crato-Oeiras e a Estrada Crato-Piancó (...). Muito embora os braços do Rio Jaguaribe serem secos durante parte do ano, característica que deu ao rio o epíteto de 'maior rio seco do mundo', esses caminhos estavam relacionados ao transporte das boiadas para produção de charque ou a venda do gado em feiras. (CORTEZ, 2015, p. 50)

Portanto, pelos sertões do Sul da província do Ceará - a vila do Icó mantinha estreita aproximação com às regiões do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba. E internamente, era o eixo que enveredava economicamente entre tantas regiões, podemos destacar o cariri, Jaguaribe, Iguatu até o litoral de Fortaleza/ Aracati. Por isso, diante dessa supremacia a vila de Icó era o “empório do sertão”, diria (CORTEZ, 2015, p. 116). Porém, o deslocamento era algo passivo de melhoramentos, cuidados e zelo no que tange a proteção animal. Ora, viagens longas estariam passivo de cansaço e maus-tratos, podendo desvalorizar o animal comercialmente, os sobre pesos que eram transportados nos lombos, nas cangalhas e equipamentos/ instrumentos montados nas partes finas como o focinho e cabeça do animal.



Logo, ao que corresponde a um dos aspectos importantes da viagem “(...) Havia toda uma preparação do qual dependia a saúde do animal, o frete da carga e o tempo de viagem. Mal tratado, o animal poderia ficar inutilizado, atrasando ou impedindo a continuidade da marcha (...)” (CORTEZ, 2015, p. 58).

COMISSÕES DE SOCORROS PÚBLICOS – MECANISMO DO ESTADO PARA SANAR OS SEVEROS DANOS PROVOCADOS PELA SECA

Diante os cenários de desolação provocados pela seca, várias circunstâncias foram desempenhadas pelos representantes da política, fazendeiros, grandes latifundiários (constituídos de oligarcas rurais) para compreender e solucionar os eventuais prejuízos que milhares de pessoas e famílias enfrentariam como: a captação de alimentos para sobrevivência, deslocamentos e processo de imigração para regiões desenvolvidas e prósperas (distantes do sertão), como mencionei anteriormente. Assim, entre os favorecidos e os interesses particulares pela aquisição de obras e elevados investimentos pelo governo central proporcionaram o surgimento de uma nova ofensiva que seria fundamental para conter o drama em curso: as comissões de socorros públicos.

“(...) Daí a criação em meados de 1877 de diversas comissões de socorros públicos que o governo provincial organizou pelo litoral e vilas do sertão. Consoante a visão acerca do perigo representado pela miséria generalizada, as comissões de socorros deveriam promover meios eficientes de restaurar o controle sobre o comportamento dos retirantes, moralizando e ordenando os grupos sertanejos através do amparo estatal. Essas comissões haveriam de ser compostas por pessoas dotadas de certo poder, capazes de, com sua influência, providenciar recursos e serviços, mas principalmente impor o devido respeito aos retirantes. Seriam assim os comissários de socorros preferencialmente escolhidos entre os médicos, vereadores, proprietários de terras, padres e juizes das diferentes localidades (...)” CÂNDIDO, 2014, p. 148)

Diante essa ofensiva governamental é válido salientar que, mesmo trazendo um amparo evidente, formado por seletos cidadãos com envergadura e respaldo social, alguns membros do campo das ciências médicas e do direito, outras representantes da religião e das oligarquias rurais, etc. Contudo, essas comissões foram criadas para atender elites locais (edificando os



lastros oligárquicos), apesar que sua maior presença estaria vinculada e centralizada na capital do Estado, ou seja, Fortaleza. Assim, podendo aferir o reconhecimento, mapeamento, estatísticas e controle censitário dos retirantes e abrindo um panorama de proteção do Estado, que por sua vez “No contexto da grande seca de 1877-1879 no Nordeste do Brasil, (...) não dar donativos, embora coubesse ao Estado prestar socorro, mas recomendava fazê-lo por meio de uma remuneração em troca de trabalho (...)” (ANDRÉ REBOUÇAS. apud. SECRETO, 2020, p. 35). Haja vista, que proporcionar emprego aos desassistidos e desamparados iriam receber esse ordenado e eventualmente satisfazer suas eventuais necessidades no comércio.

Porém, ao tempo que havia circulação de renda se “(...) temia que os socorros gratuitos gerassem a perda dos hábitos de trabalho e jogassem o retirante na ociosidade, vagabundagem e mendicidade. (...)” (ANDRÉ REBOUÇAS. apud. SECRETO, 2020, p. 48). Logo, concomitante a essa perspectiva de novas frentes de trabalho surgiriam essas complexidades em meio às ofensivas de estrutura e infraestrutura (mencionadas anteriormente) por intermédio do governo central. Por isso, “(...) Como o Estado, especialmente a partir da seca de 1877, passava a exercer a função paternalista de principal provedor dos socorros aos flagelados: justo era o governo que reconhecesse seu papel de protetor do povo (...)” (CÂNDIDO, 2014, p. 300). Logo, é importante salientar que essa ação do governo iria gerar duas prerrogativas: de um lado a possibilidade de sanar a fome oriunda da formulação de frentes de emprego. E do outro lado o fator das elevadas jornadas de trabalho, sendo visto como algo cruel mediante a exposição ao sol impiedoso, por exemplo. Ora, “(...) empregando-se em trabalhos desgastantes nas obras públicas em execução na capital, como o transporte de pedras, a construção de pontes e estradas, a edificação de igrejas e escolas e o carregamento de mercadorias até os armazéns centrais das Comissões de Socorros (...)” (SOUZA, 2015, p. 16). Contudo, o ato de encorajamento e convencimento era atribuído aos comissários do socorro perante os sertanejos.

Diante o fluxo elevado de migrações nos grandes centros urbanos os agravantes sociais cresciam mediante aos complexos problemas estabelecidos nos espaços urbanos, ou seja, habitações precárias, infraestrutura paupérrima, proliferação de insalubridade perante os serviços básicos de higiene pessoal (distribuição de água, rede de esgoto, manuseio e proteção dos lixões), aumento de infecções por mosquitos transmissores de doenças, violência, prostituição, dentre outros. Portanto, é importante destacar que



“(…) A cidade foi seccionada em distritos, que eram grandes áreas onde se localizavam os chamados “abarracamentos”, conjunto de centenas de choupanas (ou barracas) precariamente construídas pelos próprios desvalidos durante as secas. Nos abarracamentos era feita a distribuição dos gêneros alimentícios como contrapartida pelo trabalho dos retirantes. Havia, em vários deles, escolas separadas para meninos e meninas, um conjunto de empregados com diferentes funções como inspetores, chefes de famílias, escrivães, chefes de turmas, chefes das olarias, enfermeiras, cozinheiros, lavanderia e serventes para as enfermarias. (SOUZA, 2015, p. 10)

Assim, é notório identificar cenários de vida complexos no que tange a organização dos espaços urbanos. É importante analisar que essas comissões de socorros (originárias das autoridades detentoras dos poderes políticos) também se destacavam pela multiplicidade de suas funções nos serviços disponíveis. Porém, o reflexo direto das migrações regionais acabava gerando desprezo aos flagelados, condicionavam perigos provenientes da violência policial, aproximação ao contexto da exploração sexual e fator do desemprego como determinante na adaptação e instalação aos novos centros.

“Por isso, essa estrutura assistencial atraiu grandes contingentes de famílias que se estabeleceram nos arredores de Fortaleza, distribuídas em 12 distritos, com uma média de 9.295 pessoas desvalidas, totalizando cerca de 111.540 indivíduos.¹⁸ Nos distritos funcionavam três tipos básicos de comissões. Havia a de Pronto Socorro encarregada de fornecer alimentos aos indigentes recém-chegados e distribuí-los pelos abarracamentos de acordo com os respectivos comissários. Havia uma Comissão de Emigração incumbida de alistar os desvalidos que quisessem emigrar para fora da província. Existia também uma Comissão Domiciliária para alistar as famílias que chegassem do sertão, e decidir sobre o socorro que devia ser distribuído semanalmente a cada uma delas. (SOUZA, 2015, p. 10).

Desvios de recursos provenientes do autoritarismo dos responsáveis pelo poder e destacamento colocavam em risco os elevados índices de dependentes, possibilitando retirar proveito dos investimentos feitos pelo império. Outro elemento de destaque é o processo de desarticulação dos socorros em muitos locais perante às primeiras chuvas – forçando os indigentes ao retorno brusco para o sertão. A proliferação de crianças e mulheres sobrevivendo do pedantismo pelas ruas da capital diante o aumento de comunidades periféricas.



“Além disso, a situação feminina nos abarracamentos era calamitosa, a mulher tornava-se alvo dos diversos indivíduos que transitavam nos seus arredores e dos próprios encarregados das comissões de socorros públicos. A prostituição e os defloramentos de meninas e mulheres ocorriam dentro dos próprios abarracamentos. A extrema pobreza, a iminência da morte e a ação inescrupulosa de alguns indivíduos tornavam a mulher e a criança vítimas potenciais dos abusos sexuais. (...)” (SOUZA, 2015. p. 33).

O cenário que a seca de 1877 a 1879 proporcionou a vila de Icó e áreas adjacentes condicionou reflexos de extrema calamidade. Podemos destacar que o governo central, através dos seus representantes oligárquicos, destinando recursos para a capital da província do Ceará iria desempenhar um papel de protetor diante o cenário desolador, “(...) A Presidência oficiou também a comissão de transporte de Icó para distribuir por aquele município e os do Pereiro, Telha, Lavras, S. Matheus, Saboeiro e Varzea-Alegre 500 saccas de farinha, 200 de arroz, 50 de feijão e 50 de milho. (...)” (Socorros públicos - in. Jornal O Cearense 08 de julho de 1877. Edição 00057 (3). p. 2). É válido ressaltar que por mais que as comissões de socorros públicos (que foram criadas para sanar os graves problemas oriundos das secas), proporcionou ao sertanejo retirante meios e frentes de trabalho para sobreviver, tais como: o planejamento e execução de perfuração de poços, a construção de estradas de ferro e de rodagem e o armazenamento de água dentre outras ações. Assim, “(...) Não devendo o governo ser indiferente aos sofrimentos de tantos infelizes, já remeti para ahi uma partida de gêneros alimentícios, e regularmente irei fazendo novas remessas, por intermédio da comissão de socorros da cidade de Icó (...)” (Dia 4. 1.^a secção – in. Jornal O mercantil - 18 de julho de 1877. Edição 00042 (2). p. 3).

OS EFEITOS DA SECA DE 1877 NA VILA DE ICÓ E ÁREAS ADJACENTES

De austero e pujante a vila de Icó passara, assim como várias regiões do sertão, passara por um complexo momento de transição oriundos dos graves e catastróficos efeitos causados pela grande seca de 1877 a 1879. Logo, podemos analisar no decorrer desse artigo essas transformações políticas, econômicas e os fortes efeitos nas bases estruturantes da sociedade no que tange aos movimentos migratórios, os processos de combate aos dramas pela sobrevivência com a instalação das comissões de socorros públicos pela província do Ceará.



“Continua a secca a produzir estragos. É doloroso ver grande número de pessoas famintas a esmolar a caridade publica. Algumas almas piedosas tem mandado matar gado para socorrer os infelizes. Si até o fim deste mez não aparecer o inverno tudo estará perdido. Hontem houve uma procissão de penitencia muito concorrida, sahindo o Senhor Bom Jesus do Bonfim a percorrer as ruas. A procissão sahiu ás 10 horas da noute e recolheu-se a meia noute. Hoje deu boa chuva, mas não creio ainda muito no inverso (...)” (Secca –in. O Cearense – 18 de março de 1877. Edição 00023 (3). p. 3)

Assim, percebemos constatar que a fé conduz um elo inquebrável que reverbera e estrutura o sertanejo que é a sua fé. Essa perspectiva está atrelada dos mistérios da natureza aos enigmas do tempo, da expectativa fincada nas experiências do senso comum aos sinais propostos pela natureza que revela esperança contra lamentações terrenas, do sentimento sagrado que transcende o tempo dos homens ao se fazer solucionar no imediatismo dos dramas expostos. E assim, enraíza no berço do sertanejo rituais que emergem espiritualidade perante respostas do divino no enredo das novenas e quermesses (em épocas de fartura proporcionados pelas quadras invernosas), procissões, rezas, oratórios e datas santificadas, promessas e penitências. É importante destacar o problema da escassez de alguns produtos dos elevados preços e o clima de insegurança instalado na cidade mediante perante os agravantes ocasionados pela fome, iriam ocarretar hostilidade e devaneios “(...) Dizendo que durante este anno temos tido quatro chuvas, que a farinha custa 48\$000 e alqueire (e quase não ha mais) que o milho está 32\$000, que o café não existe mais no mercado, que o gado regula de 9 a 20\$000, tenho lhe adiatado ligeiramente o quadro afflictivo do Icó (...)” (Secca – in. Jornal O Cearense – 18 de abril de 1877. Edição 00033 (2). p. 3). Portanto, e importante considerar que

“ (...) Vamos muito mal com relação a secca. Aqui já morrem diariamente de fome 5 a 6 pessoas! As ruas estão cheias de esqueletos, não há mais quem possa comer descansado, os meninos já advinham, quando se vae almoçar ou jantar, começam a gritar nas portas que estão a morrer de fome, e o que fasermos senão alguma couza? Hontem foram encontrados dous desgraçados que morreram de fome na estrada do Capim-pubo, distante daqui legua e meia; não eram conhecidos, julga-se serem retirantes do Cariry. Os gêneros do governo acabaram-se e os retirantes já tem atacado em caminho aos carreiros e apoderado-se da farinha que eles trasem. Agóra mesmo partiram algumas praças e algumas pessoas em socorro de um carreiro que foi atacado distante daqui 4 léguas, aquem já tomaram algumas secas e não se apoiaram de tudo porque o padre Theodufu estando no Bebedouro ajuntou gente para garantir o carreio até



que d'água fosse algum auxílio para garantir o carro.” (Horrores da fome – Jornal O Cearense – 22 de novembro de 1877. Edição 00098 (1). p. 3)

O panorama da seca acarreta sombrios clamores, tais como roubos de animais para sacrifício, saques em armazéns e cargas pelas estradas de rodagens, cadáveres humanos projetados em ambientes urbanos (com agravantes problemas de acomodação e instalação de pessoas, ambientes insalubres e desprovidos sem dignidade para proporcionar dignidade humana dos grandes aos medianos centros urbanos. Assim como, carcaças de animais pelas veredas do sertão. Pensar o futuro seria uma questão volátil e incerta, pois isso o deslocamento para cidades maiores tornou-se uma solução paliativa e inevitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi desenvolvido para contribuir na produção historiográfica e possibilitar novos debates acerca do fenômeno da seca na província do Ceará, especificamente na cidade de Icó durante o período de 1877 a 1879. Portanto, identificar nas relações de poderes e na formação das oligarquias na província do Ceará o aporte e fundamentos que revigoram no discurso das secas fatores que iriam diminuir e combater, grosso modo, os drásticos efeitos proporcionados nos eixos econômicos, políticos e sociais. Assim como, uma das prerrogativas estabelecidas (perante o reflexo dos detentores do poder) dinamizou frentes de trabalho, angariando obras e infraestrutura que seriam enraizadas mediante aos interesses desses oligarcas rurais e parlamentares por todo território da província, ou seja, essa estratégia do propagandear o discurso da seca permitiu o Ceará tivera os mais relevantes volumes de investimentos no Norte do país.

Em meio ao cenário das calamidades, vários fatores foram sendo acoplados ao propósito fundamental pela sobrevivência, tais como: os elevados fluxos de movimentações populacionais (migrações) internas (das localidades longínquas aos grandes centros do Ceará: ex.: Fortaleza e Aracati). Como também, para várias regiões do país, especificamente São Paulo, Pará, Maranhão e Amazonas. Porém, esse artigo propôs apresentar a cidade do Icó-CE em duas perspectivas: primeiramente na época próspera (vinculada ao espaço geográfico), ou seja, ser localizada em território que foi consideravelmente favorecido pelo deslocamento das grandes boiadas, por ser entroncamento das estradas que ligavam o Ceará como os Estados da



Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Permitindo assim, tornar-se um grande centro econômico que iria desenvolver e elevar sua condição e interesse na província.

E numa segunda conjuntura, apresentar o avesso a esse progresso, principalmente como a cidade de Icó (e cidades circunvizinhas, tais como: Pereiro, Iguatu (antiga Telha), Lavras da Mangabeira dentre outras localidades mencionados no texto) vivenciaram o drama da seca, ou seja, identificar os impactos foram gerados nesse espaço territorial. Assim como, os beneficiamentos oriundos a formação das comissões de socorros públicos pelo governo da província na condição de enfrentar e possibilitar meios para diminuir e sanar os drásticos efeitos de sofrimento, dor, fome e escassez condicionados pelo fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes / Durval Muniz de Albuquerque Júnior; prefácio de Margareth Rago. – 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

Galvão, Rubismar Marques. Ferrovias no Ceará: suas tramas políticas e seus impactos econômicos e culturais (1870-1930). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande: Campina Grande, 2019.

Cortez, Ana Isabel Ribeiro Parente. Memórias descarriladas: o trem na cidade do Crato / Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez; Kênia Sousa Rios (orientadora). 2008.

Reis, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. O espaço a serviço do tempo : a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará / Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis. – 2015.

Maciel, Gustavo. Negociantes, mercadores e caixeiros portugueses no Ceará no século XIX: a formação da comunidade mercantil lusitana de fortaleza e a provincialização do comércio cearense. 1799-1870



SECRETO, María Verónica. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar. 2020, p.33-51.

Cândido, Tyrone Apollo Pontes. Proletários das secas :arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919) / Tyrone Apollo Pontes Cândido. – 2014.

SOUZA, José Weyne Freitas. SECAS E SOCORROS PÚBLICOS NO CEARÁ DOENÇA, POBREZA E VIOLÊNCIA (1877-1932). *Projeto História*, São Paulo, n. 52, pp. 178-219, Jan.-Abr. 2015.

SC - Sessão Coordenada de Ensino

Coordenador:
João Kaio Miguel Arruda (UERN)

**ENSINAR HISTÓRIA NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: DISCUSSÕES
ACERCA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NUMA ESCOLA ESTADUAL DE
CAJAZEIRAS/PB**

Jefferson Fernandes de Aquino
ProfHistória/UERN / SEEPB
jeffersonczpb@gmail.com

RESUMO: Educar, numa perspectiva inclusiva, traz consigo desafios que são naturalmente marcados por um histórico de lutas e de conquistas por direitos. Neste sentido, olhar para uma escola inclusiva é enxergar, no futuro uma sociedade cada vez mais igualitária. A nossa pesquisa parte de uma inquietação, oriunda da nossa vivência em sala de aula, quando com contato com alunos surdos. Em suma, pauta-se no questionamento latente de “como trabalhar os conteúdos de História na educação básica para o público surdo e ouvinte?”. E, com vistas a responder a tal questionamento, o desenvolvimento, em sala de aula, de um produto – o *Diccionario* de Conceitos Históricos – reúne o trato dos saberes previstos no currículo de História para o Ensino Médio – especificamente a 3ª série – considerando, para além dos saberes prévios, dos saberes já assimilados, metodologias que visem a inclusão dos alunos com surdez. O presente estudo, portanto, fruto dos resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do ProHistória, em uma Escola pública na cidade de Cajazeiras/PB, tem por objetivo refletir no tocante ao ensino de História a alunos surdos e ouvintes numa perspectiva inclusiva. Consideramos, portanto, que as reflexões presentes neste estudo possibilitarão uma reflexão no tocante a educação de surdos e o ensino de História.

Palavras-Chave: Ensino de História; Educação de Surdos; Educação Inclusiva.

1 PRIMEIRAS PALAVRAS...

Este estudo, fruto de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do ProfHistória e no chão da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Dom Moisés Coêlho, em Cajazeiras, na Paraíba, visa refletir acerca do ensino de História a sujeitos surdos e ouvintes a partir do desenvolvimento de aulas inclusivas e bilíngues (Língua Portuguesa e Libras), pela



elaboração e aplicação do produto final da nossa pesquisa o qual denominamos de *Diciosinalário* de Conceitos Históricos.

Partindo da perspectiva de um trabalho colaborativo em sala de aula, nossa proposta foi de elaborar, a partir de uma análise dos conceitos inerentes aos conteúdos trabalhados, um dicionário e sinalário, portanto o nome que exprime a essência da nossa pesquisa – *Diciosinalário* de Conceitos Históricos. Essa abordagem, possibilitou um aprendizado não somente em História, mas em Libras, proporcionando aulas inclusivas na sala de aula regular.

A pesquisa é fruto de uma inquietação e reflete, ao mesmo tempo, a nossa prática docente na educação básica. Enquanto inquietação, a proposta é uma solução elaborada a fim de envolver todos os estudantes no processo de ensino-aprendizagem em História, visto que esta, pelos estigmas do tradicionalismo educacional, tende a ser vista como uma “matéria” decorativa, na qual basta saber as datas ou o que está nos livros, transcrevendo ali, na avaliação, o que outro escreveu, anulando totalmente a capacidade crítica do estudante.

Desta maneira, pensar num produto que envolva alunos surdos e alunos ouvintes, ao tempo que torná-los protagonistas de seu processo de aprendizagem é o grande desafio que trazemos nesta dissertação e é reflexo também da nossa prática docente, pois acreditamos que ser professor não é apenas carregar-se de livros e conteúdos, adentrar numa sala de aula e achar-se o centro do saber. O olhar o outro é, para o professor, essencial para uma educação mais humanizada.

2 PARA ENSINAR HISTÓRIA A SURDOS E OUVINTES, É PRECISO...

O título deste tópico ancora-se numa paráfrase que ousamos fazer mediante ao escrito *O que deve saber um professor de História?* da historiadora Flávia Caimi (2015) no qual ela afirma que “Para ensinar História a João, é preciso entender de ensinar, de História e de João” (CAIMI, 2015, p.111). Essa fala, que sempre nos impactou, sintetiza, aos olhos da pedagogia e da didática de História, os saberes que quaisquer docentes devem ter ao entrar numa sala de aula, sobretudo no que concerne o ensino inclusivo. No texto que segue, a autora vai apontar que, para se ensinar História é preciso, além de possuir os conhecimentos históricos, ter uma formação que pressuponha o ensino e a necessidade de superar visões reducionistas que sobrepõem o conhecimento histórico às práticas pedagógicas que são igualmente necessárias



no fazer docente. Com isso, permitimo-nos parafraseá-la, visto que, para ensinar História a João, um aluno surdo, é preciso entender de ensinar, de História, do universo da surdez, empatia e de João.

Para nós, pautados também na perspectiva inclusiva em salas regulares, é perceber o outro enquanto indivíduo e membro daquela coletividade que traz, toda a sua perspectiva e visão de mundo. Poderíamos, portanto, discorrer isso frente ao pensamento de Paulo Freire, contudo, pretendemos ir também de encontro com Cerri (2011; 2022) e outros que nos amparam teoricamente.

Cerri (2022), no que tange o seu pensamento da consciência histórica e o ensino de História, põe a sala de aula como um dos espaços de experiência. Para ele, a consciência histórica é algo inerente ao ser humano enquanto ser social, ou seja, a o estar humano no mundo. Segundo Cerri (2022), “Mobilizar a própria consciência histórica não é uma opção, mas uma necessidade de atribuição de significado a um fluxo sobre o qual não tenho controle” (CERRI, 2022, p. 99).

Na narrativa abaixo, a professora e intérprete da Libras, Jeanne Cristine, traz recortes relevantes para a compreensão duma aprendizagem significativa, sobretudo para os surdos. É perceptível, também, na sua fala, a relevância do trabalho colaborativo.

Eu vou pegar um tema fácil! Hoje a aula vai ser sobre... Deixa eu ver aqui... Vamos pegar a História! Hoje a aula vai ser sobre... Como é que os índios foram descobertos aqui, se eles já estavam aqui... Aí você começa a sua aula. Você prepara a sua aula oralizada. Cara! Eu entendo completamente bem! Tu não tem somente uma turma não, tu tem várias, várias turmas. Aí tu vai sentar e vai dizer, mas “pera aí!” nessa sala aqui existem estes alunos surdos. Então como é que eu faço? Quais são as principais palavras aqui da minha aula? “Índio!”. Aí eu vou e recorto um índio. Vai ter o que? Hum! Vai ter padre, vai ter cruz, nessa aula vai ter... E você ir recortando, pra na hora você montar um quadro demonstrativo, uma coisa que fique mais fácil [...] Então, esse vocabulário de sinalização que você quer fazer dentro da História, vai ser uma coisa maravilhosa. Imagina bem! Para isso que existe – e agente já participa há vários meses do – plano de aula, por exemplo, eu digo: “Jefferson, sua aula amanhã vai ser sobre o quê?” Aí você me diz: “Jeanne, amanhã eu vou falar sobre Capitanias Hereditárias”. Então, eu chego em casa, eu vou dar uma lida no conteúdo que você vai dar. Pode nem ser o mesmo seu, mas alguma coisa vai se bater. (A Intérprete da Libras)



O relato da nossa entrevistada, nos faz aludir a outro trecho de sua entrevista quando nos relata de uma atividade desenvolvida na Escola Especial Francisco de Assis quando da elaboração de um supermercado e que, por esta atividade conseguia não somente trabalhar a Matemática, mas também outras ciências. Quando ela destaca que “o aprendizado deles [os surdos] foi quântico”, compreendemos como significativo, ou seja, eles aprenderam os saberes inerentes aos conteúdos, como também aprenderam a Libras.

Ao trazermos essa fala, substanciamos a essência do *Diccionario* de Conceitos Históricos. Essa narrativa e a nossa intencionalidade com a pesquisa e o projeto em sala de aula, corrobora com o pensamento de Cerri (2011):

O aprendizado é, por sua vez, um ato de colocar saberes novos em relação aos saberes anteriores, já que viver implica alguma forma de aprendizado sobre alguma forma de história (no sentido de tempo significado); nesse sentido é um ato de criação de conhecimento, também. (CERRI, 2011, p.69)

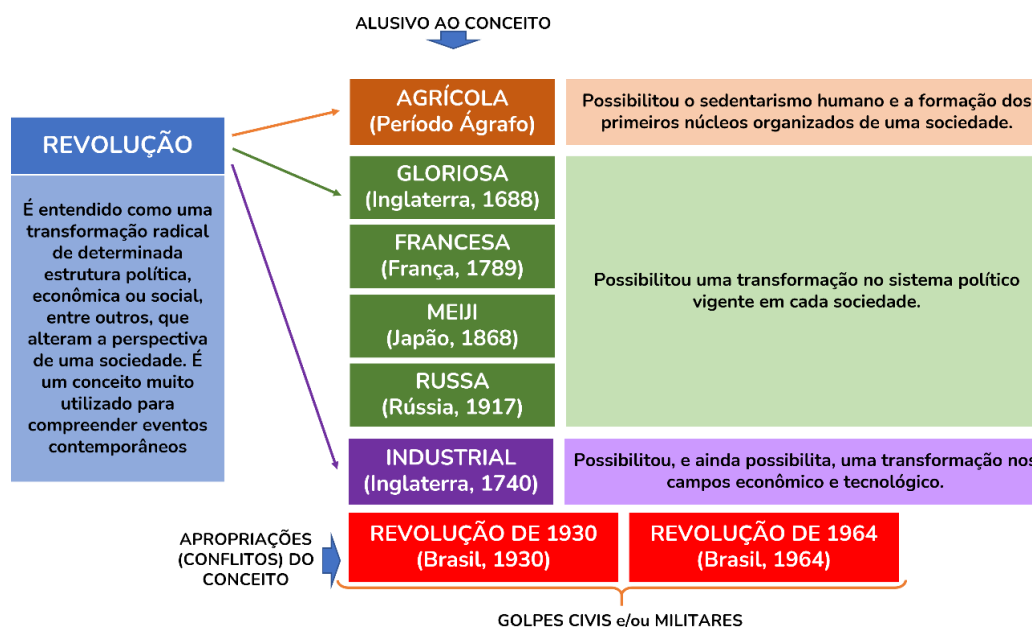
Estamos falando de um aprendizado significativo, o que vai de contra a perspectiva da memorização. O estudo da História na Educação Básica deve servir de espaço de construção e de fomento a uma consciência histórica. Não basta, portanto, saber o que foi a Guerra Fria, é preciso compreender o que ela desencadeou no mundo à época e o que ainda traz de efeitos, a saber, os efeitos que traz, no mundo capitalista, as percepções, até mesmo negativas para a burguesia industrial, das políticas socialista e comunista, por exemplo.

Por que o passado ditatorial de 1964-1985 ainda é latente nas discussões políticas no Brasil, sobretudo na última década? Porque é tão importante para o ser humano a descoberta do espaço? Porque o Brasil é um país marcado por um patriarcalismo e um racismo velado? Por que as pessoas que cometem racismo não são presas, pois são fichadas por injúria racial?

Todas essas perguntas devem ser problematizadas nas aulas de História, sobretudo no Ensino Médio. Neste sentido, a nossa proposta didática não traz somente a busca por conceitos, sinais e a criação de um produto que, por si só, justifica essa dissertação. Ela visa correlacionar passado aos termos e seus conceitos, compreender o porquê do conceito de Revolução, por exemplo, ter tido seu significado sido apropriado por outras condições históricas ao longo do tempo.

Se buscarmos pensar nesse viés, compreenderemos as mudanças e permanências ao longo do tempo, assim como os conflitos (políticos, sociais, étnicos, etc.) neles inseridos. Ao observarmos a Figura 1, abaixo, compreenderemos melhor o que pretendemos explicar.

Figura 1: O Conceito de Revolução e Apropriações Temporais Equivocadas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

As representações conceituais que evocamos na figura acima refletem sobre esse processo que outrora mencionamos. As mudanças, as permanências e, sobretudo as apropriações dos termos e seus respectivos conceitos estão associados ao próprio histórico do léxico. O conceito de Revolução é o mais clássico nesse processo, tendo em vista que, mudanças significativas nas estruturas políticas, sociais e econômicas, sobretudo, são muito mais comuns nos eventos pretéritos e dão, portanto, um ar de glória, de renome, o que facilita, ao nosso ver, as apropriações – conflituosas, que levam ao anacronismo e ao negacionismo, muitas vezes esses dois coexistentes – que culminam chamar o processo de golpe civil e militar no Brasil, em 1964, de Revolução. A denotação heroica de um ato inconstitucional alimentava, nos militares à época – e hoje também – de algo que colocaria a vergonha da traição à pátria em segundo plano.



No tocante a educação de surdos, é bem sabido que os materiais didáticos estão aquém de serem bilingues. São pensados e estruturados para um público ouvinte, daí a necessidade de utilizarmos outros recursos para garantir a acessibilidade aos estudantes surdos. De forma aligeirada pode se pensar: *o surdo só não ouve, mas sabe ler!* Sim! Mas se isso fosse o suficiente, estudos como o nosso e de outros professores e pesquisadores não seriam necessários. Por essa razão endossamos a formatação de um *Diccionario* de Conceitos Históricos para que, atendendo a uma necessidade real e considerando a particularidade da nossa região, a nossa perspectiva visa promover espaços de inclusão que, por si só serão possíveis quando conseguirmos enxergar e ouvir, cada uma a sua maneira, o outro.

Destarte, a relação de estudantes e professores com o livro didático deve ser permeada de significados. É claro que os livros trazem perspectivas, não por isso, eles são escolhidos pelos docentes para compor o seu planejamento.

Neste sentido, coadunamos com o pensamento de Silva (2014). Para ela:

essa complexidade que envolve o livro didático, principalmente o de História, pode implicar para alguns abolir o uso do livro didático nas aulas, mas [...] isso exige cuidado, pois é complicado conduzir o ensino dessa disciplina sem texto escrito. [...] [O] que deve ser visto é o uso desse recurso didático no cotidiano escolar [grifo nosso]. [...] A questão primordial que se coloca é que o “livro ideal (útil para todos) é uma utopia. Sempre haverá divergência sobre formatos, projetos pedagógicos, correntes historiográficas, personagens, fatos e abordagens, etc., que devam compor o manual escolar” (OLIVEIRA *et al*, 2017, p.55). [...] É importante, assim, avançar a nossa perspectiva sobre o que realmente se pensa sobre o livro didático: terá o livro didático ainda significância em meio a outros recursos que sabemos existir em muitas escolas públicas? [grifo nosso]. (SILVA, 2014, p.54-55)

O extrato, com observância as partes por nós destacadas, reflete na relevância do livro, não como único recurso, o seu uso é parte do planejamento docente. Não pode, o professor, historicizar os fatos apenas com o poder da narrativa. Ela é muito importante, mas de onde se tirou essa informação? Ora, se num universo acadêmico somos levados a buscar por pesquisadores que corroboram com o nosso pensamento, endossando, por sua vez, a nossa perspectiva, porque no âmbito escolar faríamos diferente? Destarte, o livro didático é esse aporte teórico que a autora ratifica ao problematizar a utilização deste recurso nas salas de aula.



Assim como o docente não é detentor do saber e nem tampouco representa essa “caixa de Pandora” capaz de direcionar os estudantes a um único pensamento, o livro também não o é. Ambos se completam. Ambos igualmente necessitam de complementação com outras fontes. Não podemos falar em aprendizagem histórica, aprendizagem significativa, por exemplo, sem compreendermos a função de cada recurso, de cada ação, de cada particularidade no universo das aulas de História.

3 O DICIOSINALÁRIO DE CONCEITOS HISTÓRICOS: entre o método, a aplicação e os resultados

Utilizamos, para coleta e análise dos dados a pesquisa-ação. Conforme preconiza David Tripp (2005), no tocante ao método, a ação e a investigação acontecem simultaneamente, visto que, como dissemos anteriormente, tal metodologia visa responder um questionamento, formulado pelo pesquisador que, por sua vez, implementa a resposta proposta (ação) para colher os dados necessários (investigação).

Portanto, os ciclos da nossa pesquisa demonstram o passo a passo que nos permite analisar os resultados ao longo da sua aplicação. Para tanto, é importante frisarmos que, o ciclo de aplicação do *Diciosinalário* de Conceitos Históricos difere do ciclo da metodologia da pesquisa. Com isso, ressaltamos que, para efeitos de análise dos dados coletados, o ciclo da pesquisa-ação caminhou para os estágios, sendo o primeiro ciclo, no âmbito do planejamento. Trazemos, para este momento, informações relevantes de como pensamos as aulas, ou seja, da coleta dos dados para fornecermos aos alunos como subsídio teórico para que eles pudessem, previamente e com autonomia, trazer para a aula os questionamentos, como também os termos e os conceitos que outrora vislumbramos no nosso planejamento, ao tempo que também a possibilidade de proposição de outros termos. Em sala, a metodologia empregada para a discussão desses dados resultou na formatação do *Diciosinalário* de Conceitos Históricos.

Tal discussão nos leva a compreender, no segundo ciclo, as discussões em sala, isso porque, precisamos de estabelecer um diálogo entre essas duas fontes a fim de extrair, ao máximo, os dados necessários para a interpretação científica da pesquisa que propomos. Para tal, utilizamos de um diário de bordo, que consta das anotações realizadas após e, algumas



vezes, durante as aulas, dialoga fluentemente com as discussões em sala e com a produção do produto final, a saber, o *Diciosinalário* de Conceitos Históricos.

O terceiro ciclo traz consigo o ponto de reflexão oriundo do processo investigativo da pesquisa. Assim como todo cientista, o historiador olha para as fontes a fim de estabelecer um diálogo, um elo que lhe permita compreender o passado, as relações sociais. No nosso caso, por se tratar de uma pesquisa no campo do Ensino de História, nos concede acesso irrestrito ao processo que finda no âmbito do ensino e da aprendizagem histórica. Com isso, ao nos debruçarmos sobre o diário de bordo e as falas dos estudantes em entrevista e pela roda de conversa, compreendemos a relevância de trabalhar a História por meio dos seus conceitos e de um trabalho voltado ao ensino a pessoas surdas.

O quarto ciclo, também no campo da investigação, remete-se a uma nova ação a ser planejada. No âmbito da metodologia da pesquisa-ação, esta é uma etapa de ponderar os erros ou exageros cometidos, pontos que precisam ser aprimorados numa ação posterior já devem constar no (re)planejamento da ação. No que tange a nossa pesquisa, como trabalhamos com um plano a cada ação, visto que, além dos conteúdos serem diferentes, o que por si só já trazem consigo abordagens, discussões e, sobretudo, fontes diferentes, isso nos permitiu (re)pensar novas estratégias para superar os pontos falhos. O que, para a realidade na qual a escola se encontra, foi deveras desafiador.

Cabe ressaltar que, neste momento de aplicação, coleta e análise dos dados, encontramos-nos com um desafio: no início do ano letivo, devido ao alto volume de chuvas que atingiram a cidade, parte da estrutura – uma área alpendrada, que servia de cobertura para os corredores da instituição – caiu, fato que provocou a interdição de parte do prédio e suspensão das aulas, migrando para o ensino remoto. Mediante esta situação, acomodado com outros professores conseguimos a liberação de uma sala no prédio do Tiro de Guerra do Exército Brasileiro e, tão logo após, a escola estabeleceu um sistema de rodízios que proporcionou as aulas presenciais.

Diante desta realidade e, tomando por base a sala de aula invertida, como principal metodologia ativa, ao tempo de buscamos trazer outras estratégias para que, em sala de aula, pudéssemos captar dos estudantes mais de sua visão de mundo, compreensão da realidade e, por conseguinte, sua associação com os fatos pretéritos – presentes no currículo.



No tocante ao planejamento, há três pontos que consideramos ao estabelecer as estratégias metodológicas a serem utilizadas em sala de aula: o primeiro é no que concerne a própria estruturação da sala de aula invertida como metodologia ativa.

Consideramos, para este primeiro ponto, dois fatores, o primeiro deles, o porquê da sua escolha, ou seja, por que optamos por trabalhar com a sala de aula invertida. E, neste sentido, vislumbramos uma otimização do tempo em sala de aula. Para Bergmann e Sams (2021, p.11), criadores desta metodologia, o seu conceito é simples e está atrelado, basicamente, ao fato de que, há uma inversão no tocante ao que é feito tradicionalmente em sala de aula, agora é executado em casa e o que, tradicionalmente, era feito em casa, passa a ser feito em sala de aula.

Neste sentido, a utilização de ferramentas digitais como vídeos extraídos do YouTube, textos e outros recursos que, seriam para discussão em sala, passam a ser instrumentos importantes para que, em casa, o estudante possa estudar e, no ambiente escolar, fomentar uma discussão no entorno do tema que será conduzido não somente pelo professor, mas por todos os estudantes.

O segundo ponto concerne na escolha dos vídeos a serem utilizados nas atividades prévias à sala de aula. Considerando o pensamento de Bergamann e Sams (2021):

Usar vídeos produzidos por outros professores, em vez de fazer os próprios vídeos, talvez seja a melhor opção para quem está começando a inverter a sala de aula. Talvez você queira fazer a inversão, mas não tenha tempo para produzir os próprios vídeos. [...] Com a explosão do YouTube e outros websites de compartilhamento de vídeos, a quantidade de vídeos disponíveis está crescendo [grifo nosso]. Muitos deles podem ser usados em uma sala de aula invertida. (p.32)

O extrato acima reflete bem sobre a utilização de recursos digitais, a saber, videoaulas quer seja de autoria do docente, quer seja de outros docentes. No destaque que fizemos, podemos elencar a pandemia da Covid-19 e a migração do ensino para o meio on-line, remoto, como uma forte contribuinte para o aumento de canais com conteúdo escolarizado por diversos professores e sistemas de ensino.

A escolha dos vídeos também respeitou ao cuidado do tempo. Aprendemos com o ensino remoto que, vídeos longos, desinteressa ao público estudantil e que a didática do docente é muito importante. Compreendemos que, para uma aula invertida, incoerente se cobrar o

mesmo tempo em casa do que ele dispõe na escola. Isto porque ambos ambientes têm a sua dinâmica própria e, por mais que o estudante tenha um autocontrole e saiba administrar seu tempo, há de se considerar que: longo tempo de frente a uma tela, sem um diálogo expresso como o que geralmente se estabelece nas aulas, além de desprender de uma gama de informações, cansa a mente e prejudica a assimilação dos saberes.

Neste sentido, intercalamos, entre os vídeos bilingues (Libras e Português) e os com legenda, mas desde que atendessem aos critérios estabelecidos no planejamento docente. A Figura 2, logo abaixo, mostra um dos vídeos que utilizamos em formato bilingue:

Figura 2: Videoaula sobre Primeira Guerra Mundial (formato bilingue)



Fonte: Canal Pre-vestibular CECIERJ, Youtube. Acesso em 16 mai 2023.

A intenção, ao trazermos recursos como o citado acima, é de perceber o planejamento das aulas de História considerando todos os sujeitos da turma e em lugar de ministrar uma aula tipicamente voltada para o público ouvinte com adaptações aos surdos, desta forma estaríamos incorrendo de um erro crasso que é o inverso do que propomos para a nossa pesquisa. Destarte, não é o *Diccionario* de Conceitos Históricos que é o agente promotor de inclusão, mas sim todo o conjunto que culminam nele.

Considerando que os recursos visuais, sobretudo aos estudantes surdos, são de suma importância, a adoção de vídeos que trouxessem consigo, prioritariamente, uma leitura em Libras ou, na sua ausência, a utilização de recursos que permitam assimilar os fatos históricos, é de suma importância para fomentarmos uma aprendizagem histórica.



Na figura abaixo temos um registro de uma das atividades remotas que realizamos. Nela consta um mapa mental, elaborado por nós, e trazia como tema a exploração das minas no período colonial.

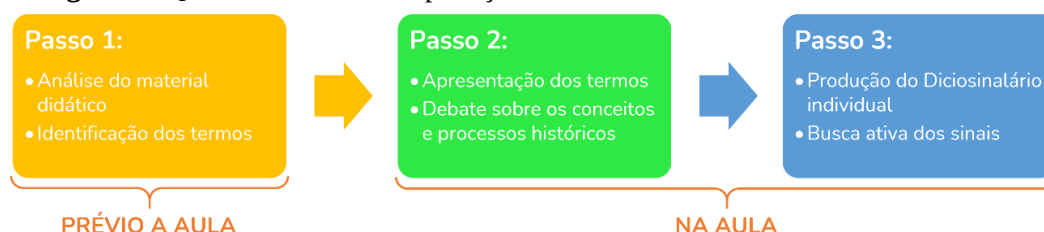
Figura 3: Aula remota ministrada pelo professor.



Fonte: Acervo do autor (2023)

A utilização desses recursos possibilitou conseguirmos uma discussão mais aprofundada dos processos históricos, ponderássemos os saberes históricos já assimilados em outro momento da vida estudantil, visão de mundo, e, a fim de termos mais proximidade nessa relação entre o conceito e o contexto histórico, visamos facilitar, inclusive, a própria busca ativa dos sinais, terceiro passo na execução do produto final – conforme demonstra o quadro abaixo (Figura 4).

Figura 4: Quadro – Passos da aplicação do *Diciosinalário* de Conceitos Históricos



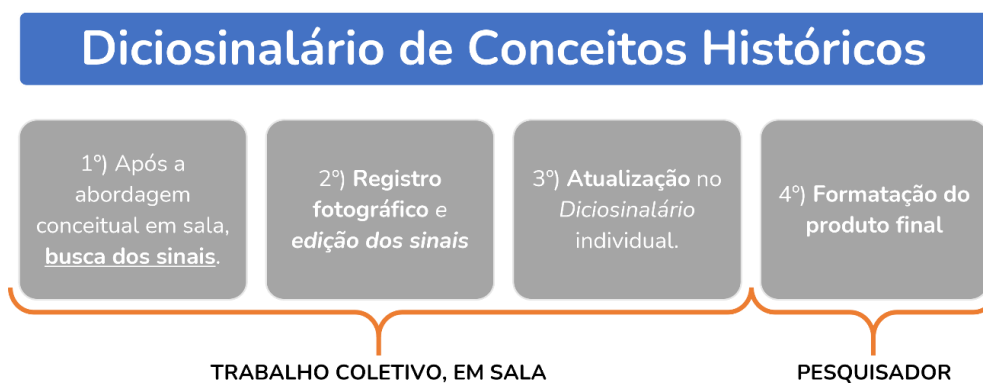
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No tocante ao envio do material prévio a aula, pelo grupo de Whatsapp, como demonstrado anteriormente, o uso de uma linguagem mais coloquial precede um diálogo mais próximo do corpo discente. Somado a isso e, pautados na realidade atual da instituição, a utilização de um questionamento norteador e uma atividade – que foge um pouco da proposta da sala de aula invertida, mas não impede que os procedimentos metodológicos surtam o mesmo

efeito – tende a ser um provocativo a novos questionamentos e fixação daquilo que fora assimilado. Para além disso, essa abordagem também se pauta na observação que tivemos da turma, percebemos que estão habituados ao ensino tradicional e à atividade mecânica, ou seja, implica dizer que necessitam da escrita e de um norte e, para obtermos o resultado desejado para a ação planejada, adequamos o método pensado por Bergmann e Sams (2021) a realidade da Escola Estadual Dom Moisés Coêlho, em Cajazeiras/PB.

Outro processo importante dentro da nossa pesquisa foi a busca pelos sinais e a produção do próprio *Diciosinalário* de Conceitos Históricos. Apesar de propormos, em nosso planejamento, que cada aluno tivesse o seu, reiteramos a necessidade de construirmos um produto que refletisse a identidade de cada um, portanto, um produto colaborativo, isto também respaldados na perspectiva de que este poderá servir de embasamento para estudantes surdos, ouvintes e docentes de História.

Figura 5: Passos da produção do *Diciosinalário* de Conceitos Históricos

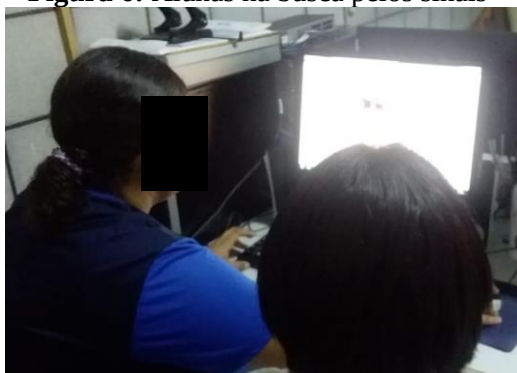


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Como se observa na figura acima, o primeiro passo para a concretização do produto final desta pesquisa, após termos passado por todos os estágios que até aqui mencionamos, é a busca dos sinais. Ancoramo-nos, sobretudo, no contexto para o ensino de História, no entanto, outros fatores devem ser considerados, visto que, há sinais que já existem, mesmo atendendo as regionalidades da Libras; há sinais que podem ser usados como sinônimos e, para isso, é pertinente termos posse dos conceitos trabalhados em sala. De nada adianta, por exemplo, buscar o sinal de Inconfidência, por exemplo, se não compreender o que é uma Inconfidência.

Esse processo só foi realizado, porque, acima de tudo, tivemos um trabalho colaborativo. Assim, o passo inicial foi realizar essa busca pelos sinais no YouTube. Assim fizemos para certificarmos da existência do sinal e não incorrerem no erro de criar outro, bem como para encontrarmos sinônimos, ressaltando que, todos eles, ligados ao conceito que outrora foi trabalhado. Para além disso, os próprios alunos surdos e intérprete da Libras auxiliaram em todo o processo como se ilustram na Figura 6, quando observamos esse processo de busca por duas alunas e, na Figura 7 que traz o momento de interação entre estudantes surdos e ouvintes neste processo.

Figura 6: Alunas na busca pelos sinais



Fonte: Da pesquisa

Figura 7: Diálogo entre estudantes surdos e ouvintes na busca pelos sinais



Fonte: Da pesquisa

Cabe ressaltar, como dissemos anteriormente, que este processo nos auxiliou buscar sinais já existentes, como, por exemplo, os de *voto*, *república*, *nação*, entre outros, bem como perceber as regionalidades. Para além disso, nos proporcionou ver sinônimos ou até mesmo junção de sinais que coadunavam com o conceito trabalhado em sala, como foi o caso de *missão civilizatória* que juntamos os sinais de *missão* e *civilização/civilizado*. Ou, na inexistência ou concordância, criamos o sinal. Por esta razão, o acompanhamento, como observamos na Figura 89, dos estudantes surdos neste processo.

As figuras, portanto, aludem ao trabalho colaborativo que buscamos desenvolver em sala de aula como premissa para uma ação inclusiva na turma. Destarte, como objetivamos construir um dicionário e sinalário dos conceitos que trabalhamos em sala de aula, as ações primaram pelo trabalho em equipe, pelo conhecimento – mesmo que básico – com a Libras e, sobretudo, pelo envolvimento de todos os estudantes. Por se tratar de um trabalho colaborativo,



observamos, na execução de cada atividade, uma interação maior entre os estudantes surdos e ouvintes.

É importante vermos a função dos conceitos e o seu impacto em cada temporalidade. Isso podemos evidenciar pelo próprio resultado desta pesquisa. Ao vermos, conceitos como *inconfidência*, *conjuração*, *neocolonialismo* e *metrópole*, este último associada a ideia de um centro dominador, de colonizador, e vamos à busca dos seus respectivos sinais e necessitamos adequar o seu sinônimo, percebemos dois pontos importantes: o primeiro deles é o **desuso histórico**, que é muito comum na própria dinâmica do tempo, considerando que alguns conceitos são inerentes a um dado contexto histórico, não se perpetuam, eles tendem a desaparecer ou se resumirem aos livros de História; o segundo deles é o que, segundo Koselleck (2020) reflete-se na **experiência humana no tempo histórico**, para ele,

a história dos conceitos não reflete e modo simples os interesses materiais ou políticos – ainda que também o faça. A história dos conceitos mostra, antes, que nela estão contidas performances linguísticas próprias que têm de ser entabuladas por todos os que buscam conhecer e influenciar o mundo a que pertencem. Os conceitos, portanto, têm também uma história própria, imanente à língua (KOSELLECK, 2020, p.64).

Este pensamento, que endossa o nosso olhar, em sala de aula, ao trabalharmos tais conceitos. Coaduna com a filosofia desta pesquisa, pois, ao analisarmos a relação conceitual com o processo de ensino e aprendizagem, percebemos que fica muito mais fácil – sobretudo para dialogarmos melhor no tocante aos sinais destes conceitos – quando se (re)conhece a relevância e o sentido históricos de cada palavra e expressão.

Nesta mesma linha de raciocínio trazida por Koselleck (2020), vemos que conceitos como *voto/votar* (Figura 8) e *constituição* (Figura 9), por exemplo, por estarem latentes na sociedade contemporânea, são mais fáceis de encontrarmos seus sinais e, sobretudo de os estudantes compreenderem o seu sentido histórico, pois ali está atrelado, também, a sua visão de mundo e experiências pessoais.



Figura 8: Aluno Surdo fazendo o sinal de “Voto/Votar”



Fonte: Do autor da pesquisa (2023)

Figura 9: Aluna Surda fazendo o sinal de “Constituição”



Fonte: Do autor da pesquisa (2023)

Considerando que a Libras é uma língua que se desenvolveu historicamente num passado próximo e o seu uso objetiva uma comunicação ampla dos surdos com o universo a sua volta, é notório que, sinais de conceitos que permaneceram no passado inexistam, o que nos conduz a buscar, como vimos afirmando, pelos seus sinônimos embasados nos seus respectivos significados.

Essa soma nos possibilitou, por exemplo, a olhar para aqueles conceitos que, como dissemos anteriormente, permaneceram ao passado em que foram originados e estabelecer um sinal coerente e de fácil compreensão/assimilação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos estimular ao longo de nossas aulas esse olhar crítico sobre o passado, quer seja por análises com fontes históricas, quer seja por questões mais sutis como, por exemplo, o uso de uma crase indicando “ao modo de” para indicar uma República a moda brasileira (*República à Brasileira*). Para Cerri (2011), a consciência histórica não é histórica somente porque se remete aos processos de nossa vida ou da sociedade na qual estamos inseridos ao longo do tempo, ela o é, pois é afetada, assim como todas as coisas históricas, pelas marcas do tempo (p.83). Essas marcas estão presentes, por exemplo, na nossa identidade cultural, nas relações impostas pela própria sociedade, mas, sobretudo, pelo nosso lugar de fala.



O presente trabalho, portanto, fruto de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de uma escola pública, com estudantes surdos e ouvintes, no alto sertão paraibano, sob contextos diversos, é, para além de um sinônimo de persistência no tocante a práticas inclusivas, uma forma de mostrar que é possível se mobilizar no tocante a perspectivas que envolvam todos os estudantes e quebrar as barreiras intransponíveis que a sociedade construiu ao longo da história. É reconhecimento, é autonomia aos estudantes e, sobretudo, é uma forma de evidenciar práticas que permitem um aprendizado significativo nos campos da linguagem e da historicidade.

Partindo da pergunta/problemática que norteou a nossa pesquisa, a resposta se remete a uma série de metodologias que, apesar de girarem em torno do *Diccionario* de Conceitos Históricos como produto e um dos recursos utilizados em sala para a promoção de um Ensino de História Bilingue e Inclusivo, permearam as nossas atividades na turma da 3ª série do Ensino Médio na Escola Estadual Dom Moisés Coêlho.

REFERÊNCIAS

- BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida:** uma metodologia ativa de aprendizagem. Afonso Celso da Cunha Serra (trad.). Rio de Janeiro: LTC, 2021.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica:** implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.
- CERRI, Luis Fernando. **Os Conceitos de Consciência Histórica e os Desafios da Didática da História.** Revista de História Regional, [S. l.], v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133>>. Acesso em: 17 set. 2022.
- KOSELLECK, Reinart. **História de Conceitos:** estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro, Contraponto, 2020.
- SILVA, Isaíde Bandeira da. **O Livro Didático de História no Cotidiano Escolar.** Curitiba: Appris, 2014.
-



ENVELHECER PARA A EDUCAÇÃO: O PROBLEMA DO IDADISMO NO ENSINO SUPERIOR

Luciana Abrantes Nobre
UFCG-CFP
luciana.abrantes@estudante.ufcg.edu.br

Manoel Alves Neto
UFCG-CFP
manoel.neto@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: O trabalho aqui presente, aborda o fenômeno do idadismo e a inclusão da terceira idade no ensino superior. O termo idadismo é a discriminação baseada na idade e pode manifestar-se de forma institucional, interpessoal e até mesmo contra si próprio. A cultura do narcisismo influencia a imagem negativa atribuída à velhice na sociedade contemporânea, com isso, a inclusão de pessoas mais velhas no ensino superior enfrenta barreiras socioeconômicas e culturais, como a falta de acesso à educação primária de qualidade e a valorização da juventude. Com aporte teórico de SILVA (1995); DO CARMO (2007); OLIVEIRA (2011) podemos notar que tem havido uma crescente conscientização sobre a importância de combater o etarismo e promover a inclusão dos idosos na educação. A superação dessas barreiras requer uma mudança de mentalidade e uma valorização do envelhecimento e das contribuições dos idosos.

Palavras-chaves: Ensino superior; Idadismo; Narcisismo; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas pontua que o envelhecimento populacional está prestes a se tornar uma das transformações sociais mais significativas do século XXI. A estimativa é que o número de idosos vá de 962 milhões em 2017 para 2,1 mil milhões em 2050 e 3,1 mil milhões em 2100. Três processos demográficos são colocados como impulsionadores do envelhecimento da população mundial: o declínio da fertilidade, a migração internacional e o aumento da longevidade. No Brasil, o IBGE coloca que no período de 2012 a 2021, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais saltou de 11, 3% para 14, 7% da população, e o número de pessoas abaixo de 30 anos caiu 5,4% no país.

No dia 14 de dezembro de 2020, a ONU declarou o período de 2021 a 2030 como a Década do Envelhecimento Saudável. Os dados que apontam o crescente envelhecimento da população mundial trazem a preocupação com o envelhecer, e entre as iniciativas da ONU está



a busca para mudar a forma de pensar, agir e sentir em relação a idade e ao envelhecimento. O que se nota é a falta de preparação do mundo para atender as necessidades e aos direitos das pessoas idosas, e por isso vê-se a urgência de pensar uma abordagem de toda a sociedade, na qual deve estar incluso aspectos como a saúde e a educação.

O presente artigo parte de uma inquietação surgida depois da repercussão do episódio de idadismo contra uma universitária de 44 anos, ingressante no curso de Biomedicina da Instituição Unisagrado, em Bauru (SP). De acordo com o portal de notícias G1, no dia de 10 de março de 2023, um vídeo viralizou na internet ao mostrar três colegas do curso de biomedicina, debochando da estudante pelo fato dela ter mais 40 anos. O episódio gerou grande repercussão, sendo discutido nacionalmente, e gerando questionamentos como: o que é o idadismo? A legislação nos protege contra esse tipo de discriminação? Por que mesmo diante de uma sociedade encaminhando-se para ser majoritariamente velha, episódios como esse ainda são tão comuns? Há uma idade certa para aprender?

O que se objetiva nesse trabalho é apresentar reflexões sobre a imagem estabelecida do velho na atualidade, sobre como esta influencia diretamente na discriminação em relação a idade, sobre como podemos identificar esse tipo de violência, e sobre sua presença no ensino superior. Além disso, busca-se refletir sobre a inclusão de pessoas mais velhas nas instituições de ensino superior, como promovê-la e quais são as barreiras a serem enfrentadas para tal.

SOBRE O IDADISMO

De acordo com o Relatório Mundial Sobre o Idadismo, elaborado pela OMS, pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas e pelo Fundo de População das Nações Unidas (2022), o idadismo é um fenômeno multifacetado definido como “estereótipo, preconceito e discriminação dirigida contra outros ou contra si mesmo com base na idade”. Sendo assim, o Idadismo envolve não somente o preconceito contra idosos, mas também contra adolescentes, adultos e crianças. Além do termo idadismo, outros termos como Ageismo e Etarismo são comumente utilizados para expressar a discriminação e o preconceito com base na idade. O termo origina-se na língua inglesa: *ageism*, foi cunhado em 1969 pelo gerontólogo americano



Robert Neil Butler. Ainda é um conceito que não existe em todos os idiomas, o que dificulta a conscientização sobre esse fenômeno.

Segundo o Relatório Mundial Sobre o Idadismo, esse preconceito tem três dimensões, três níveis de manifestação e duas formas de expressão. As dimensões do idadismo são os estereótipos, que consiste em como pensamos determinado grupo; o preconceito, que concerne em como nos sentimos sobre uma pessoa que pertence a determinado grupo; e a discriminação, que diz respeito a como agimos em relação as pessoas com base na idade que elas possuem.

O idadismo pode se manifestar de forma institucional a partir de “leis, regras, normas sociais, políticas e práticas institucionais que restringem injustamente as oportunidades e prejudicam sistematicamente indivíduos com base na idade” (OMS, 2022, p. 4); de forma interpessoal, ou seja, entre duas ou mais pessoas; e pode ser manifestado também contra si próprio.

Dependendo do nível de conscientização e percepção do indivíduo que está sendo idadista, o idadismo pode ser expressado de forma implícita ou explícita. Quando de forma implícita, o indivíduo não reconhece que está sendo idadista e atribui as ações, os sentimentos e pensamentos a outros fatores que não seja a idade, já quando expressado explicitamente, o indivíduo faz de forma consciente e intencional.

No que se refere a legislação, Maria Alice Nelli Machado aponta que o Estado brasileiro só passou a incorporar à agenda pública, questões referentes ao segmento dos idosos depois de muita luta e organização destes. Nelli considera o final dos anos 80 e início dos anos 90 como um marco na organização dos idosos, pois nesse espaço de tempo começa a surgir as Associações de Aposentados, que lutavam por direitos previdenciários, os Conselhos, Fóruns, movimentos e grupos de idosos, que envolviam todos os idosos do país voltados para questões referentes ao envelhecimento, direitos sociais e cidadania.

O sistema de proteção ao idoso começa na Constituição da República de 1988 com o Art. 203, que assegura a prestação de assistência social “a quem dela necessitar, independentemente de contribuição a seguridade social”, tendo entre os objetivos a proteção ao idoso, e a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal ao idoso que comprove não “prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”. Ademais, temos em 1994 a aprovação da Lei Nº 8.842, que cria a Política Nacional do Idoso (PNI), com o objetivo de



assegurar os direitos sociais do idoso. Por último, temos a Lei N.º 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, é nele que consta um instrumento legal para lidar com a discriminação contra o idoso, o Art. 96, situado no capítulo II do Estatuto, que trata dos crimes em espécie:

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena - reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1.º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2.º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente.

Recentemente no Brasil, foi observada uma conquista referente a luta contra a discriminação etária. De acordo com o Jornal Hoje da emissora Globo (2023), uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito definiu um novo símbolo para a vaga reservada para idosos em estacionamentos e deu um prazo de 5 anos para adoção do novo modelo. O bonequinho com a bengala e coluna inclinada dará lugar a uma pessoa com postura reta, com 60+ escrito ao lado.

FIGURA 1: Comparações entre a antiga e a nova placa de trânsito



FONTE: Lucas Frasson. <bit.ly/3NDIMX9>. 2022



Tal conquista lembra o Projeto de Lei do Senado (PLS) 126/2016 aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), cuja ementa diz “dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso” (Agência Senado, 2018). Essa troca do símbolo evita associar a imagem do idoso a imagem de uma pessoa frágil e debilitada, contribuindo para que se coloque em xeque essa concepção preconceituosa sobre o idoso.

Em relação ao idadismo contra a criança e ao adolescente, a legislação brasileira os protege por meio da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que “dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”, considerando criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos”, e adolescente “aquela entre doze e dezoito anos de idade”. O Artigo 5º do ECA coloca como direito e garantia fundamental da criança e do adolescente:

IV - Ser protegido contra qualquer tipo de discriminação, independentemente de classe, sexo, raça, etnia, renda, cultura, nível educacional, idade, religião, nacionalidade, procedência regional, regularidade migratória, deficiência ou qualquer outra condição sua, de seus pais ou de seus representantes legais;

O idadismo diz respeito, portanto, ao preconceito e discriminação em relação a idade, não sendo exclusivo aos idosos, podendo ocorrer também contra criança e adolescentes. Sendo assim, é importante colocar que todos devem ser protegidos de violências e ter seus direitos garantidos.

SOBRE A IMAGEM DA VELHICE NA ATUALIDADE E A CULTURA DO NARCISISMO

Ao escrever sobre a imagem da velhice na contemporaneidade, Vanessa Quevedo Horn aponta para uma sociedade cuja produção em massa e o mercado de consumo estão direcionados à imagem, influenciando a relação entre os sujeitos, ou seja, uma sociedade marcada pela cultura da imagem, na qual o sujeito para ser aceito deve ser jovem e bonito. Em nosso país, esse argumento é facilmente evidenciado pelo crescimento do consumo de produtos de cuidados com a pele, o famoso *skincare*, e cosméticos. De acordo com a pesquisa feita pela Foreo (2019), marca sueca de produtos de beleza, o Brasil mesmo registrando um dos salários



mais baixos do mundo, é o país que mais investe em produtos de *skincare* ao relacionar os gastos e o salário médio.

“É que narciso⁸⁹ acha feio o que não é espelho” já cantava o músico e escritor brasileiro Caetano Veloso. De acordo com o historiador Christopher Lasch (p.73-74), toda sociedade reproduz sua cultura no indivíduo, na forma de personalidade. Ao discutir sobre a cultura do narcisismo, Lasch aponta para a influência social da proliferação de imagens visuais e auditivas na chamada “sociedade dos espetáculos”, para ele as imagens fotográficas nos dão prova de nossa existência.

Um dos mais importantes usos narcisistas da câmera é a autovigilância que torna o senso de consciência dependente do consumo de imagens do eu. No entanto, a câmera promoveu a ideia de desenvolvimento que consiste em passar pelos estágios da vida no tempo certo, enfraquecendo a ideia antiga de desenvolvimento como educação moral. Os médicos “implantaram em seus clientes a noção de que a saúde depende da eterna vigilância e da detecção precoce de sintomas” (LASCH, 1983, p.74) reforçando o padrão de vigilância criado, no qual o indivíduo examina-se constantemente em busca de sinais de velhice, doenças e também de manchas e imperfeições que possam diminuir sua atração. Há, portanto, uma preocupação que relaciona o desenvolvimento do indivíduo à autovigilância de sua imagem, esta última necessária para firmar indicações de que está tudo correndo no tempo certo.

Segundo Danielle Pitanga (2006), a cultura do narcisismo é marcada pela celebração da aparência física, pelo culto da própria imagem, pelos imperativos da juventude que conduz os sujeitos à busca da felicidade na fruição da beleza. Essa cultura, que acaba por gerar a preocupação com o desenvolvimento ou a passagem do tempo e um mal-estar ante ao envelhecimento, está intimamente relacionada a imagem atribuída a velhice, de decrepitude, inutilidade e proximidade da morte.

A imagem atribuída ao idoso foi se modificando no decorrer da história. Na Antiguidade estava relacionada a autoridade, a experiência e sabedoria decorrente dela. Segundo Horn, na China Antiga, os velhos possuíam uma posição privilegiada, “Toda a casa devia obediência ao homem mais idoso” (2013, *apud* BEAUVOIR, 1990, p.112). Os idosos também tinham uma

⁸⁹ Referência ao mito de Narciso, no qual o poeta romano Ovídio conta a história de um jovem belo e vaidoso chamado Narciso que acabou se apaixonando pelo próprio reflexo.



posição de respeito na sociedade judaica, a longevidade era vista como uma recompensa da virtude.

Horn (2013) pontua que é na Idade Média que a imagem da velhice aparece mais associada a decadência do corpo, descrita como uma fase de apagamento do desejo, surgimento de doenças e reduções das capacidades fisiológicas. Aqui o velho perdia espaço por se tornar mais fraco e debilitado. Na Renascença, a imagem da velhice era vista com mais otimismo, buscando-se um modelo de velhice pautado na sobriedade, na vida regrada, e na possibilidade de uma “melhor velhice”.

Com a Revolução Industrial e o Racionalismo, Horn (2013) nos conta que se passou a ser feita a analogia do corpo a uma máquina que está sujeita a desgastes. A máquina com o passar do tempo se desgasta, enferruja e perde a rapidez. Essa analogia ainda hoje é usada pelas grandes empresas, cujos empresários buscam contratar pessoas mais jovens devido a rapidez. O modelo capitalista de produção mostra-se como um rolo compressor do indivíduo, na medida em que quando não lhe serve mais, é descartado.

Hannah Arendt argumenta que uma crise política constante da autoridade acompanhou o mundo moderno desde o início do século, e a autoridade desapareceu. O sintoma dessa crise se espalhou pelas áreas pré-políticas como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade era aceita como necessidade natural. Essa forma de autoridade que governava as relações entre crianças e adultos, mestres e alunos não é mais segura. O que perdemos foi uma autoridade específica diferente da “geral”. Arendt define-a como: “deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através do argumento”, ou seja, por exigir obediência, ela não deve ser confundida com uma forma de poder e violência, pois não é autoridade se a força e persuasão forem usadas. Essa autoridade se assenta na hierarquia, onde ambos (o que manda e o que obedece) tem seu lugar predeterminado.

A perda da autoridade está relacionada ao processo de solapamento da tradição. Segundo Arendt, a tradição e o passado não são a mesma coisa, mas a tradição seria o fio que nos guiou com segurança pelos domínios do passado. Sendo assim, sem a tradição, o passado também é posto em perigo, pois estamos ameaçados de esquecimento. O velho que antes ocupava posições privilegiadas tem sua autoridade colocada em cheque em uma sociedade de cultura narcisista e individualista.



VELHO DEMAIS PARA ISSO: A TERCEIRA IDADE NO ENSINO SUPERIOR

Vivemos em uma sociedade que ainda é marcada por preconceitos e discriminações, mesmo que muitos de nós acreditem que tenhamos superado esses problemas. Especificamente, o etarismo é uma forma de discriminação que se baseia na idade de uma pessoa e pode ser encontrado em diversas áreas, incluindo o ensino superior. Lucas Diaz (2023) apresenta que:

O termo “etarismo” é recente. Foi cunhado há cerca de 50 anos pelo médio gerontologista americano Robert N. Butler. O termo original, em inglês, é “ageism”. Por este motivo, não é raro encontrar em veículos de mídia ou artigos acadêmicos a palavra “ageísmo”, como uma tradução direta do inglês. No entanto, nos últimos anos o termo “etarismo” também passou a ser usado, se originando a partir da junção da palavra “etário” (latim, para idade) com o sufixo “ismo”. Há ainda o termo “idadismo”.

Muitas pessoas acreditam que, após uma certa idade, as oportunidades educacionais não estão mais disponíveis e que a educação é reservada apenas para os jovens. Essa crença cria barreiras injustas para as pessoas mais velhas que buscam aprimorar seus conhecimentos, crescer pessoalmente e profissionalmente, e contribuir para suas comunidades.

No Brasil, a questão do etarismo no ensino superior é ainda mais complicada devido a uma série de fatores socioeconômicos. A desigualdade econômica e educacional no país muitas vezes torna difícil para as pessoas mais velhas acessarem oportunidades educacionais, pois muitas vezes têm que trabalhar para sustentar suas famílias. Além disso, a cultura brasileira muitas vezes valoriza a juventude e a beleza, o que pode levar à discriminação contra as pessoas mais velhas em várias áreas, incluindo o ambiente acadêmico. Como diz Rita de Cássia da Silva Oliveira, “a tendência no Brasil é valorizar aquilo que é novo e desprezar o que é velho. A própria educação faz o velho se sentir um objeto fora de uso” (2007, p. 281). Esses fatores, juntamente com o estigma do envelhecimento, tornam difícil para os idosos terem voz e participação ativa na sociedade, incluindo no ensino superior.

Uma das principais barreiras para a inclusão de pessoas mais velhas no ensino superior é a falta de acesso à educação primária de qualidade. Muitos idosos não tiveram a oportunidade de frequentar a escola quando eram jovens, seja devido a fatores socioeconômicos ou culturais.



A falta de acesso à educação primária pode dificultar a participação de idosos em programas de ensino superior, pois muitos deles não têm as habilidades básicas necessárias para se engajarem com sucesso em um ambiente acadêmico, para se ter uma noção, segundo últimos dados do IBGE (2021), 11 milhões de brasileiros não tiveram seus primeiros estudos concluídos, e desse número, mais da metade é representado por idosos com mais de 60 anos. Outro dado relevante está ligado ao recolhido pelo PNAD (2019), a última realizada, a taxa de analfabetismo entre idosos da região Nordeste é de 37,20%, mostrando uma diferença gritante se comparada as regiões Sul e Sudeste que representam 10%, com isso podemos reafirmar uma constante desigualdade apresentada internamente no país, que gira primordialmente a fatores econômicos.

No entanto, nos últimos anos, tem havido uma crescente conscientização sobre a importância de combater o etarismo e promover a inclusão de pessoas mais velhas na sociedade e na educação. Algumas universidades brasileiras começaram a oferecer cursos e programas específicos para pessoas mais velhas, reconhecendo a contribuição valiosa que elas podem fazer para o ambiente acadêmico e para a sociedade em geral, correlacionado a isso pode-se apresentar o programa Universidade Aberta a terceira Idade (UATI), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que no ano de 2023 formou a primeira turma composta por alunos com mais de 60 anos de idade, segundo o próprio site da instituição de ensino, “o programa foi criado em 2020 com o objetivo de democratizar o ensino, inserindo os idosos nas universidades públicas e fortalecendo o compromisso institucional com a sociedade”.

Caminhando a passos curtos, a perspectiva para educação superior para a comunidade da terceira idade tem ganhado holofotes, porém a questão que devemos fazer é se esses espaços estão preparados para acolher tal comunidade, e não as excluir. Casos de discriminação acaba se tornando corriqueiros, a exemplo disso, o ocorrido na cidade de Bauru – SP em março de 2023, onde um grupo de jovens fizeram uso do etarismo para desdenhar de uma colega de curso. No vídeo, as estudantes do curso de biomedicina lançam contra a sua colega de sala frases como: “Gente, 40 anos não pode mais fazer faculdade. Eu tenho essa opinião” “não sabe o que é Google”.

O surgimento dessas situações, acaba por fomentar o recuo de proventos nas universidades, Carmo *et. al. apud.* Silva (2007, p. 6), destaca que:



Programas educacionais voltados para essa população precisarão ir além do social e cultural e conduzir a consciência de cidadania, despertando interesse no processo político de participação por perceber que os problemas do cotidiano podem ser resolvidos pelos canais sociais que a democracia torna acessível a todos.

Dessa forma, a união dessa parcela de alunos mais idosos não pode ficar ligado apenas a programas de inclusão, mas também ir além e apresentar propostas em que a academia proponha convivência entre todas as camadas que a instituição propõe, visto que a socialização entre os idosos e os estudantes mais jovens podem ajudar a criar uma conexão significativa com a academia. Outro ponto sustentador dessa ideia de inclusão está na necessidade de promover uma cultura de valorização do envelhecimento e das contribuições que os idosos podem oferecer à academia.

Todavia, o que se mostra gritante no que tange uma abertura da terceira idade ao ensino superior está ligado ao próprio mundo do trabalho, visto que vivemos em sua sociedade capitalista em que o seu poder de trabalho está ligado à sua força de exercê-la, vemos essa comunidade se distanciar. Silva (1995, p. 123) destaca que:

A pior desgraça para o idoso, é ser expulso de uma sociedade baseada no trabalho. Em outras palavras o indivíduo que não é mais solicitado para contribuir socialmente, sendo assim posto de lado, como um objeto gasto e sem qualquer serventia, é programado para se esquivar e folgar até o momento da chegada da morte, por isso, experimentam humilhante sensação de ócio e inutilidade

Essa visão destaca a importância do trabalho como um elemento fundamental na vida das pessoas e ressalta como a falta de envolvimento ativo na sociedade pode levar a sentimentos de ociosidade, inutilidade e até mesmo humilhação para os idosos. SILVA (1995) levanta uma questão relevante sobre a necessidade de repensar o valor e o papel dos idosos na sociedade. É importante reconhecer e valorizar a contribuição que os idosos podem fazer, não apenas em termos de trabalho remunerado, mas também em termos de experiência, sabedoria e capacidade de contribuir para o bem-estar da comunidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Como discutido anteriormente, a imagem da velhice nas sociedades tradicionais, como a China, era intrinsecamente associada à autoridade, onde os idosos desempenhavam papéis de transmissores de saberes e detentores de experiências valiosas. Sua posição era marcada por respeito e prestígio, ocupando posições privilegiadas na comunidade. No entanto, ao longo do tempo, observamos um processo de solapamento da tradição e o surgimento de uma cultura mais individualista, onde a figura do idoso passou de útil a considerada como símbolo de declínio e obsolescência. Este fenômeno reflete um temor na sociedade contemporânea, algo semelhante ao receio de Dorian Gray diante de seu retrato, especialmente em uma cultura caracterizada por traços narcísicos.

Para alguns idosos, a decisão de ingressar no ensino superior pode tornar-se desmotivadora não apenas devido aos fatores mencionados anteriormente, mas também por apresentar desvantagens significativas. Não é apenas uma questão de se adaptar ao ambiente acadêmico, sendo aceito e respeitado por suas competências, mas também de enfrentar o desafio adicional de se fazer reconhecer e valorizar no mercado de trabalho. Nesse contexto, é crucial reexaminar e redefinir o conceito de incapacidade associado à terceira idade, desmistificando a ideia de que os idosos atingiram seu limite. Em vez disso, é imperativo promover a inclusão, buscando garantir que essa faixa etária seja não apenas aceita, mas calorosamente acolhida pela academia.

Além disso, é essencial destacar que a sociedade como um todo se beneficia ao reconhecer e valorizar as contribuições dos idosos. A diversidade de experiências e perspectivas enriquece o ambiente acadêmico, promovendo uma troca intergeracional valiosa. Ao abraçar a inclusão, não apenas proporcionamos oportunidades educacionais aos idosos, mas também construímos uma sociedade mais justa e equitativa.

Portanto, diante desses desafios, é necessário um esforço coletivo para promover uma mudança de paradigma em relação à velhice. Isso envolve não apenas a transformação das atitudes sociais, mas também a implementação de políticas e práticas que incentivem e apoiem ativamente a participação dos idosos em diferentes esferas da vida, incluindo o ensino superior e o mercado de trabalho. Ao fazer isso, estamos construindo uma sociedade mais inclusiva, que reconhece o valor de cada indivíduo, independentemente da idade, e que colhe os benefícios da diversidade intergeracional.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA de Notícias. População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. **IBGE**. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20do%20pa%C3%92s,39%2C8%25%20no%20per%C3%ADodo..)

[2021#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20do%20pa%C3%92s,39%2C8%25%20no%20per%C3%ADodo..](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20do%20pa%C3%92s,39%2C8%25%20no%20per%C3%ADodo..)
Acesso em: 06 jul. 2023.

ANALFABETISMO e a pessoa idosa: a realidade do país. Sociedade Brasileira de Geriatria. 17 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://sbgg.org.br/analfabetismo-e-a-pessoa-idosa-a-realidade-do-pais/>>. Acessado em 18 de maio de 2023.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 09 de JUNHO de 2023.

DIAZ, Lucas. Etarismo, ageísmo, velhofobia: O que é o preconceito baseado na idade?. **Guia do Estudante**. Atualidade. 14 de março de 2023. Acessado em: 27 de abril de 2023. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/etarismo-ageismo-velhofobia-o-que-e-o-preconceito-baseado-na-idade/>>.

DO CARMO, P. C. C. S. ; MENEZES, A. M. D. ; BRAZ, V. C. M. ; LUZ, Z. M. D. N. D. **Idosos Universitário**: Uma inclusão possível numa sociedade contemporânea. p. 1 - 11. 2007. Belford Roxo – RJ.

G1 JORNAL HOJE. Conselho Nacional de Trânsito define novo símbolo para a vaga reservada para idosos em estacionamentos. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/10/21/conselho-nacional-de-transito-define-novo-simbolo-para-a-vaga-reservada-para-idosos-em-estacionamentos.ghtml>. Acesso em: 24 maio 2023.

MACHADO, Maria Alice Nelli. História da luta pelos direitos sociais dos idosos. **Ger-Ações**. Disponível em: <<https://www.geracoes.org.br/historia-da-luta-pelos-direitos-sociais-dos-idosos>>. Acessado em 20 de maio de 2023.

NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Divisão de População. **World Population Prospects 2019: Highlights** (Revisão 2019 das Perspectivas da População Mundial: Destaques). Nova Iorque, 2019. Disponível em: https://population.un.org/wpp2019/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf. Acesso em: 10 de Junho de 2023.



OLIVEIRA, Pricila Vieira de. **Educação na terceira idade**: Um novo desafio à prática docente. UFBA. Salvador - BA. 61f. 2011.

PESQUISA revela regiões que mais gastam com skincare no mundo. **CosmeticsOnline**. Espaço empresarial. 27 de agosto de 2019. Disponível em <<https://www.cosmeticsonline.com.br/noticias/detalhes-espaco-empresarial/5754/162>>. Acesso em 15 de maio de 2023.

SENADO FEDERAL. "Símbolo para identificação de idoso não pode ser pejorativo, prevê projeto aprovado na CDH". Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/25/simbolo-para-identificacao-de-idoso-nao-pode-ser-pejorativo-preve-projeto-aprovado-na-cdh>. Acesso em: 21 mai. 2023.

SENADO FEDERAL. Atividade legislativa: Projeto de Lei nº 125/262. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125262>. Acesso em: 22 maio 2023.

SILVA, Luís Ricardo da; CAMPEZZI, Heytor. "Deboche à universitária com mais de 40 anos gera revolta e solidariedade de colegas: 'Exemplo para nós'". In: **G1**. Bauru e Marília, 12 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2023/03/12/deboche-a-universitaria-com-mais-de-40-anos-gera-revolta-e-solidariedade-de-colegas-exemplo-para-nos.ghtml>. Acesso em: 06 jul. 2023.

SILVA, Ruy Machado da; BARQUEIRO, Marilene Barcellar. **A terceira idade e suas dimensões**. Salvador. BA.: [s.n.], 1995.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **O processo histórico do Estatuto do Idoso e a inserção pedagógica na Universidade Aberta**. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5036/art18_28.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.

INTEGRANDO A REALIDADE AO ENSINO: JORNAL GEOGRÁFICO E A COMPREENSÃO DO CLIMA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Maria Vitória Avelino Vieira
Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UFCG
vitoria.avelino@estudante.ufcg.edu.br
Isabela Araujo dos Santos
Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UFCG



ia0890810@gmail.com

Resumo: O presente trabalho aborda a utilização do jornal geográfico como ferramenta pedagógica para o ensino de clima e tempo, com ênfase no semiárido nordestino, destinado a alunos da educação básica no ensino médio. A pesquisa evidencia que a integração do jornal geográfico enriquece o aprendizado ao conectar os conceitos de clima e tempo à vivência dos estudantes na região semiárida. Por meio de reportagens, análises e imagens, os alunos podem compreender de maneira tangível os desafios climáticos enfrentados por suas comunidades. Essa abordagem não apenas contribui com o engajamento dos alunos, como também promove um aprendizado mais contextualizado, aumentando a conscientização sobre a importância de conhecer e compreender as dinâmicas do clima local fomentando a discussão, o pensamento crítico e a tomada de consciência sobre os desafios enfrentados na região.

Palavras-chave: Semiárido Nordeste; Clima; Jornal Geográfico; Ferramenta Pedagógica.

INTRODUÇÃO

Dentre os conteúdos amplamente trabalhados no componente curricular Geografia, o ensino sobre a temática Tempo e Clima se faz um dos assuntos mais fundamentais para formação educacional, favorecendo não só a aprendizagem de conteúdos teóricos, como também uma percepção significativa sobre sua própria realidade geográfica. Devido a grande pertinência do tema, surgiu a necessidade de se pensar em um recurso que tornasse o ensino de clima e tempo mais envolvente e relevante para os alunos do semiárido nordestino.

É através de tal inquietação que o presente trabalho surgiu, com a pretensão de explorar e refletir sobre as possibilidades de utilização do jornal como recurso didático em sala de aula, tal como reforçar a importância do jornal como uma ferramenta pedagógica eficaz, em especial para as aulas de Geografia.

A escolha desse enfoque baseia-se na constatação de que a integração do jornal geográfico pode enriquecer o processo de aprendizagem ao conectar os conceitos abstratos de clima e tempo à realidade vivida pelos estudantes na região semiárida. A pesquisa realizada evidencia como a análise de informações e imagens apresentadas no jornal proporcionou uma compreensão tangível dos desafios climáticos enfrentados pela população do próprio município de Cajazeiras-PB. Além disso, Faria (1996, p. 11) enfatiza que:

O jornal é uma fonte primária de informação, espelha muitos valores e se torna assim um instrumento importante para o leitor se situar e se inserir na vida social e profissional. Como apresenta um conjunto dos mais variados conteúdos preenchem plenamente seu papel de objeto de comunicação. Mas



não só, pois como os pontos de vista costumam ser diferente e mesmo conflitante, ele leva o aluno a conhecer diferentes posturas ideológicas frente a um fato, a tomar posições fundamentadas e a aprender a respeitar os diferentes pontos de vista, necessários ao pluralismo numa sociedade democrática. A leitura do jornal se for bem conduzida, ela prepara leitores experientes e críticos para desempenhar bem seu papel na sociedade. [...] Na formação geral do estudante, a leitura crítica do jornal aumenta sua cultura e desenvolve suas capacidades intelectuais.

Essa abordagem não apenas estimula o engajamento dos alunos, mas também promove um aprendizado mais contextualizado. Ao compreender os impactos climáticos por meio de experiências próximas, os estudantes são incentivados a refletir sobre a importância de conhecer e interpretar com melhor exatidão as dinâmicas climáticas locais. Nesse contexto, o jornal geográfico não se mostra apenas uma ferramenta pedagógica, mas sim um instrumento poderoso para fomentar a discussão acerca do conteúdo ministrado.

Ao se depararem com as particularidades do semiárido nordestino através do jornal geográfico, os discentes podem refletir de forma crítica a respeito da relevância de conhecer e compreender as características climáticas da própria região, assim como se conscientizar sobre os desafios enfrentados na região do Semiárido Nordeste.

Portanto, pensando na necessidade de destacar a relevância e eficácia dessa abordagem pedagógica específica, na qual enriquece o panorama educacional e contribui a preparação de estudantes mais conscientes e engajados, foi realizada a utilização de tal recurso pedagógico em uma escola estadual do município de Cajazeiras - PB, através de atividades desenvolvidas pelo Programa Residência Pedagógica (PRP) - Subprojeto Geografia, com o intuito de assegurar a presente discussão. Ao decorrer deste trabalho será discutido sobre a importância de se trabalhar o clima semiárido, bem como a incorporação do jornal enquanto recurso didático-pedagógico

CARACTERIZAÇÃO DO CLIMA SEMIÁRIDO E A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR ESSA TEMÁTICA

O termo “semiárido” nos mostra que no planeta existem diversos ambientes áridos, mas que possuem formas distintas, tendo como parâmetro alguns aspectos que podem servir como características da semiaridez, se tratando do Brasil, a região Nordeste é a que mais engloba as



características desses ambientes que são naturalmente secos e com particularidades em relação às chuvas.

O Nordeste brasileiro é a região que possui o semiárido em todos os seus estados, sendo considerado economicamente pobre. Para Carvalho (2012, p.2):

O semiárido brasileiro do século XXI ainda é demarcado pela forte exclusão social, mas, por outro lado, por um crescente posicionamento crítico e propositivo da sociedade civil. As lutas contra a pobreza, as injustiças sociais e as formas de ação e intervenção descontextualizadas por parte do Estado moldaram um papel pró-ativo desse segmento social que nas últimas décadas tem pressionado a democratização e o controle social dos programas de desenvolvimento.

Um dos indícios desse posicionamento são as propostas de convivência com o semiárido, se opondo ao combate a seca, pois para alguns estudiosos não se pode combater as variações climáticas, e sim aprender formas de adaptação.

O semiárido brasileiro é o maior do mundo no que diz respeito à extensão. Com uma área de aproximadamente 900.000 Km² o mesmo abrange diversos estados. Essa região possui por volta de 23 milhões de habitantes, que enfrentam as diversas adversidades desse tipo de clima. Apesar de ser conhecida como uma região que proporciona condições de vida difíceis, o semiárido nordestino possui entre outras regiões semiáridas os maiores índices de chuvas, necessitando de uma melhor distribuição, técnicas de armazenamento e adaptações, portanto estas informações necessitam serem trazidas para a sala de aula.

A necessidade de uma abordagem desse conteúdo em sala de aula, tem relação com o ambiente em que vivem os próprios alunos, trazer a abordagem climática dentro do contexto do ensino-aprendizagem, proporciona aos alunos conhecerem a região que habitam, além do mais a abordagem do semiárido não é vista de forma aprofundada em livros didáticos, cabendo ao professor buscar formas de trazer essa temática em suas aulas.

O USO DO JORNAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A Geografia tem como principal objetivo estudar o espaço da sociedade em que vivemos e como as pessoas interagem no espaço ao qual habitam. Para isso, essa ciência se apoia em



outras áreas do conhecimento como a história, a geologia, astronomia, etc. Estudar Geografia é aprender a desenvolver diversos conhecimentos entre eles o tempo e o clima, ou seja, esse conhecimento torna-se extenso e ilimitado.

Diante dessa gama de conhecimentos ensinar geografia numa sociedade em que se tem cada vez mais avanços tecnológicos e por conseguinte maior modernização dos meios de comunicação, traz a necessidade de inovações no processo de ensino e aprendizagem, especificamente nos recursos utilizados para facilitar o ensino da Geografia física.

Para assegurar o acompanhamento dos avanços da globalização sem comprometer o aprendizado do alunado, ao passo que se valorize a importância da Geografia física que frequentemente é taxada como uma área do conhecimento “chata com conteúdo decoreba”, o professor passa a procurar por recursos didático-pedagógicos com o intuito de inovar suas aulas e invalidar tal rotulagem, como dito por Pinheiro et.al. (2004, p. 104):

Para romper esse estigma, alguns professores buscam várias maneiras de renovar o ensino. Nas transformações por que passa a escola, com vista a reformulação dos métodos educacionais, os materiais didáticos são importantes no trabalho do professor. Eles se constituem em instrumentos que possibilitam planejar boas situações didáticas, buscando promover a ampliação dos conhecimentos dos alunos permitindo lhes desenvolver conceitos, problematizar questões e articular conteúdo. Para isso, o professor deverá criar situações concretas de aprendizagem.

Para isso, o professor pode utilizar de meios de comunicação como uma ferramenta pedagógica de ensino, visando o avanço de suas aulas. Diante disso o jornal impresso surge como uma ferramenta essencial nas aulas de geografia, pois o mesmo contém textos e imagens que podem ser trabalhadas de acordo com a realidade e a necessidade de cada aluno facilitando o ensino, assim como aponta Guimarães (2003, p.30):

A utilização de jornais e revistas nas aulas de Geografia é bastante comum por parte dos professores. [...] Isso ocorre porque, além desse tipo de material ser valorizado pelos docentes, tanto o acesso a ele como a maneira de trabalhar com ele em sala de aula são bem mais simples do que em relação à TV e vídeo. Para trabalhar com jornais e revistas os professores não precisam enfrentar as dificuldades de gravar o programa ou consegui-lo em locadoras de vídeo, em outras instituições ou ainda com terceiros. Além disso, não precisam passar pela desgastante tarefa de reservar a sala de projeção ou, como em muitas escolas, levar o equipamento para a sala de aula. (GUIMARÃES, 2003, p.30).



Trabalhar com o jornal como ferramenta em sala de aula e como forma de melhorar o ensino de clima e tempo, traz a oportunidade dos estudantes compreenderem o mundo ao seu redor e aplicarem esse conhecimento através da autonomia adquirida em sala de aula.

O ensino de Geografia quando se é introduzido novas ferramentas pedagógicas, proporciona aos alunos um maior interesse na disciplina, pois com essas abordagens feitas em sala de aula traz um novo significado para a disciplina.

COMO UTILIZAR O JORNAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Nos dias atuais muitos professores e educadores dialogam sobre o uso do jornal em sala de aula, desde o ensino fundamental até o médio, porém temos poucos textos que servem como um guia para as diversas atividades que podem ser desenvolvidas com o mesmo. Sabemos que os professores possuem o papel de formar cidadãos que possam transformar a sociedade em que vivem, mas se deparamos com alunos que a cada dia estão perdendo a vontade de ler.

Diante desse contexto, trazer o jornal para as aulas de geografia é proporcionar o alcance dos alunos a um material informativo, que lhes dão a oportunidade de ter o contato com notícias, refletir, discuti-las e levantar hipóteses.

Trabalhar um jornal em sala de aula, não é uma proposta nova, porém pouca se é utilizado no ensino básico as diversas formas de trabalhar com a mídia impressa, a exemplo de textos jornalísticos produzidos fora do ambiente escolar, que ao serem inseridos dentro da sala podem proporcionar reflexões sobre o espaço aos quais os alunos estão inseridos, através de notícias rápidas e atualizada que podem proporcionar uma maior comunicação entre o professor e aluno.

Em um primeiro momento os professores podem confeccionar um jornal adaptando os conteúdos que serão lecionados, ao formato de jornal, dessa forma os alunos poderão ter contato com uma síntese do conteúdo que precisa ser estudado.

Uma outra forma de se trabalhar esse recurso é a construção de um jornal pelos alunos fazendo com que os mesmos percebam a aprendizagem, sob uma ótica na qual sejam protagonistas na produção do próprio conhecimento, onde o professor deve orientá-los a produzir suas próprias notícias e informações a respeito de temáticas trabalhadas na disciplina



de geografia, fazendo com que estes alunos tomem posições diante de problemas, permitindo que saiam da rotina e busquem a capacidade de autonomia.

Outra maneira de se utilizar o jornal é tratando os textos jornalísticos como fontes de pesquisa. Esses materiais foram produzidos com determinados objetivos, utilizando diversas fontes que ao serem utilizadas sofreram diversas influências. O que nos leva a compreender que nenhum material pode ser utilizado como detentor de uma verdade absoluta. Além do mais, textos jornalísticos são apenas sínteses que necessitam de análise.

Por fim, a utilização de jornais atuais também podem ser utilizados como recurso didático, pois a partir de notícias atuais os alunos juntos ao professor podem relacionar as notícias com a geografia, sentindo assim um maior interesse na disciplina.

Independente da forma como o professor irá escolher trabalhar com o jornal, enfatizamos que é necessário que o mesmo busque estratégias e a forma de melhor se utilizar e trabalhar com esse recurso mediante as dificuldades e interesses de cada turma.

A partir das reflexões que são proporcionadas aos alunos, através de experiências e opiniões, temos como resultados não só a aprendizagem, mas também a comunicação, elemento essencial na sala de aula.

EXECUÇÃO E LIMITAÇÕES NO PROCESSO DE UTILIZAÇÃO DO JORNAL COMO RECURSO DIDÁTICO PEDAGÓGICO

Nos dias atuais, não podemos ignorar as transformações advindas das tecnologias e no que diz respeito a geografia, compreendemos que muitos conteúdos, em especificamente os conteúdos físicos como o clima, podem ser melhor compreendidos através de imagens.

A escolha do jornal geográfico como ferramenta pedagógica para melhor condução das aulas foi motivada por diversas considerações. Primeiramente, destacou-se a ausência do livro didático na turma a qual são desenvolvidas as atividades do PRP, o que gerou a necessidade de desenvolver materiais de apoio que suprissem essa lacuna. A produção do Geo Jornal, nesse sentido, representou uma resposta criativa e eficaz para atender às demandas educacionais específicas da turma.

Além disso, a escolha do jornal como meio de comunicação pedagógica foi pautada pela realidade contemporânea, na qual as tecnologias digitais e as redes sociais têm modificado a



forma como as informações são consumidas, onde perde-se até mesmo o caráter crítico das notícias que são compartilhadas atualmente. Nesse contexto, Augusto (2004), aponta que:

Em tempos de interatividade via telefone celular, internet, fazer com que as crianças se interessem pela leitura de jornais não é tarefa das mais fáceis, mas certamente é fundamental para formar leitores habituais e cidadãos bem informados. Trazendo textos com características distintas, fotografias e recursos gráficos, os jornais são uma fonte respeitada para pesquisa e para a obtenção de informações sobre o mundo atual. Além disso, eles se modernizaram e passaram por reestruturações gráficas e editoriais para proporcionar leituras mais agradável do seu conteúdo.

Pensando nisso, a habilidade de reter informações de forma sucinta e embasada torna-se crucial em um ambiente em que a atenção dos alunos pode ser fragmentada e a coleta de conteúdo acontece, muitas vezes, de maneira rápida. O jornal, por sua natureza concisa, e seus recursos fotográficos oferece uma alternativa eficiente para captar a atenção dos alunos, bem como, facilitar a compreensão de conceitos complexos.

Outro aspecto relevante é a promoção da valorização do jornal impresso, em um século em que o consumo de informações muitas vezes é dado por meio de dispositivos eletrônicos. Usar o jornal como ferramenta pedagógica não apenas enriquece a experiência de aprendizagem, mas também resgata a importância do jornal impresso na comunicação e na construção de conhecimento.

Ao pensar como seria desenvolvida essa utilização, em se tratando de um material que deveria ter também um caráter de texto base para suprir a falta do livro didático, chegou-se à conclusão de que no momento seria mais adequado desenvolver o próprio Geo Jornal, uma iniciativa que resultou na produção de 3 edições.

Na primeira edição (Imagem 1), o foco foi um panorama abrangente sobre o clima e as temperaturas médias em Cajazeiras (PB) ao longo do ano. Abordamos características específicas do clima semiárido, como altas temperaturas, chuvas escassas e mal distribuídas, além de destacar os longos períodos de estiagem.



Imagem 1: 1ª edição do Geo Jornal impressa.



Fonte: Acervo pessoal.

De acordo com Mussoi (2008, p. 6), “não há como negar a importância da imagem como linguagem visual principalmente a partir do desenvolvimento das tecnologias da era digital ocorrido no mundo globalizado nas últimas décadas”. Assim sendo a escolha de utilizar imagens do município, como o famoso coreto na praça de Nossa Senhora de Fátima e o pôr do sol na praça do Leblon, ambos localizados no próprio município supracitado, visou criar familiaridade e despertar o interesse dos alunos, conectando conceitos abstratos à sua realidade cotidiana.

Na segunda edição, foram explorados os desafios climáticos do semiárido brasileiro, abordando temas como as variações climáticas ao longo dos anos, mudanças climáticas, desertificação, escassez de água potável e a necessidade de gestão sustentável. Tal abordagem mais ampla visa não apenas informar os alunos, mas também provocar reflexões sobre questões ambientais e sociais relevantes, estimulando o pensamento crítico e a consciência sobre o contexto mais amplo em que estão inseridos.

A aplicação prática nas aulas envolve a distribuição dos exemplares do Geo Jornal aos alunos, seguida de discussão em sala de aula, análises de imagens e textos, e atividades práticas que permitiram uma compreensão mais aprofundada dos conceitos apresentados. A



interatividade e a contextualização fornecidas pelo jornal desenvolvem significativamente para o engajamento dos alunos e para a construção do conhecimento de maneira mais participativa e dinâmica.

Ambas as duas edições citadas foram elaboradas previamente pelas autoras do presente artigo. Na terceira edição optou-se por incluir a participação dos próprios alunos em sua elaboração, com o intuito de promover a participação ativa dos estudantes, bem como colocá-los no papel de protagonistas dentro do processo de ensino-aprendizagem.

A produção da 3ª edição tornou-se um momento de grande progresso ao promover aos estudantes a autonomia de pesquisadores, ao avançarem no processo de produção pensando num material embasado em fontes seguras. Essa abordagem além de promover a participação e autonomia, assim como trabalho em equipe fomentou o desenvolvimento de habilidades práticas, permitindo que os alunos expressassem suas ideias e contribuíssem para a construção coletiva do conhecimento.

Dada a limitação de tempo e recursos, a metodologia utilizada para orientar os alunos na elaboração do Geo Jornal foi adaptada para atender às condições específicas da Escola Lócus. Inicialmente, a proposta era realizar uma oficina na qual seria ensinado aos alunos como utilizar a plataforma *Canva* para desenvolver o próprio jornal digitalmente. No entanto, devido à escassez de tempo, bem como, o fato de os encontros de aulas presenciais ocorrerem a cada 15 dias e à falta de uma sala de informática adequada, inviabilizou a abordagem inicial.

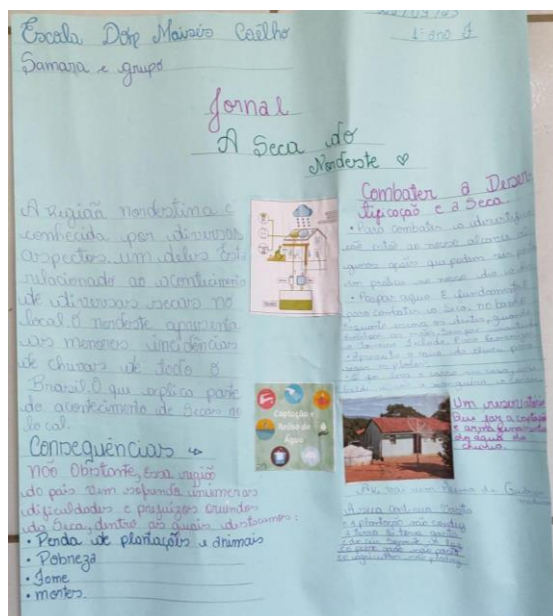
Diante dessas limitações, optou-se por uma abordagem manual, utilizando cartolina como suporte para a produção do jornal. Os alunos foram orientados a se basearem nas duas edições anteriores do Geo Jornal, replicando a estrutura e utilizando também as informações nelas contidas, além de realizarem pesquisas na internet sobre as temáticas escolhidas. A escolha da cartolina como meio físico de produção proporcionou maior facilidade e praticidade, considerando o contexto e a disponibilidade.

Os estudantes foram divididos em dois grupos, cada um responsável por focalizar um tema específico relacionado aos desafios climáticos no semiárido. O Grupo A optou por abordar a "Gestão Sustentável da Água", como podemos ver na imagem 2, destacando práticas de reutilização da água, e investimento em infra estruturas para captação e armazenamento de água da chuva. Enquanto isso, o Grupo B optou por explorar a "A Desertificação", como pode ser



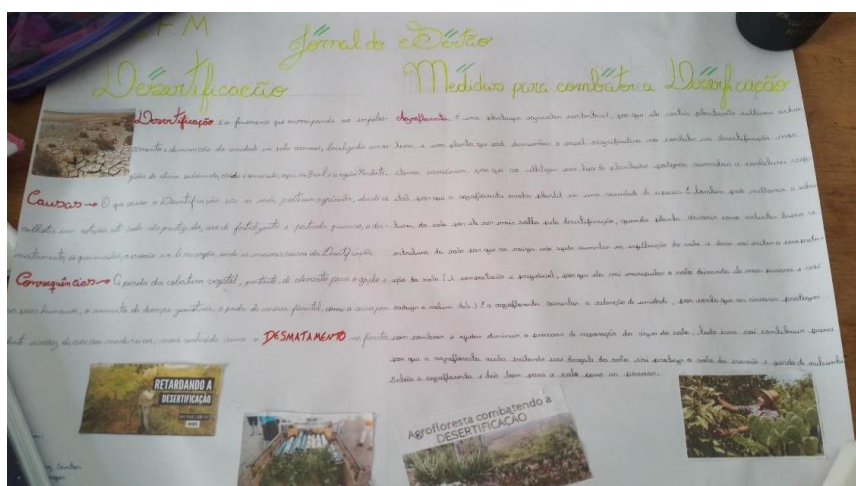
visto na imagem 3, optando por enfatizar a implementação de projetos de reflorestamento e conservação para combater o desmatamento e a desertificação.

Imagem 2: Resultado da produção para da 3ª edição do GEO Jornal, em setembro de 2023 (grupo A).



Fonte: Acervo pessoal

Imagem 3: Resultado da produção para a 3ª edição do GEO Jornal, em Setembro de 2023 (grupo B).



Fonte: Acervo pessoal.



Durante o processo de elaboração da 3ª edição do Geo Jornal, alguns desafios foram enfrentados, sendo o principal deles a falta de uma sala de informática necessária para realizar o workshop inicialmente planejado. Além disso, os encontros presenciais a cada 15 dias limitaram o tempo disponível para cumprir o conteúdo programático desejado.

Esses desafios, no entanto, proporcionaram aprendizados valiosos. A necessidade de se adaptar ante as limitações realçou a importância da metodologia da flexibilidade e da criatividade no ambiente educacional. A colaboração entre os alunos, a tomada de decisões conjuntas e a superação dos obstáculos fomentaram o desenvolvimento de habilidades práticas e a compreensão da importância da resolução de problemas em equipe.

Assim, apesar dos desafios encontrados, o processo participativo na elaboração do Geo Jornal revelou-se uma oportunidade de aprendizagem significativa, a capacidade de adaptação diante de situações adversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a participação ativa dos alunos na produção da terceira edição do Geo jornal além de enriquecer a narrativa educacional, também consolidou a importância do trabalho ativo dos próprios estudantes no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo assim para o desenvolvimento das habilidades práticas e teóricas, visto que Freire e Shor (1986, p. 154) salientam que:

Aulas centradas no professor, com alunos submetidos à recepção passiva de suas palavras, são comuns em nosso sistema de ensino. O professor cai numa voz sonora maçante para si mesmo e para os alunos e, de certa forma, incentiva a dispersão deles. Até mesmo os auxilia no papel de ouvintes desinteressados. Consideradas de abordagem tradicional de ensino, essas aulas, além de não serem adequadas aos objetivos da educação formal, bloqueando as habilidades reflexiva e investigativa, são formas institucionalizadas de aniquilamento de criatividade, motivação e autonomia dos alunos.

Considerando essa afirmativa percebe-se que a utilização do jornal proporcionou um ambiente educacional mais dinâmico e participativo viabilizando a autonomia dos educandos ao passo que descentralizou o professor como único detentor do conhecimento em sala de aula.

A utilização do Geo Jornal como ferramenta pedagógica na sala de aula revelou-se como um processo transformador e enriquecedor. A escolha desse recurso, diante das limitações de



tempo e recursos, não apenas supriu a ausência de um livro didático, mas também transcendeu as expectativas, gerando impactos significativos no processo de ensino-aprendizagem.

Ao orientar os alunos na construção da terceira edição do Geo Jornal, muito embora tenham surgido desafios logísticos, foi possível desenvolver uma dinâmica participativa que motivou os estudantes a serem construtores ativos do próprio conhecimento. Além do mais, através da utilização dessa abordagem pode-se confirmar que para além de observar passivamente as informações, os alunos acabam se envolvendo mais com a dinâmica em sala de aula quando se tornam agentes ativos na construção e divulgação do saber.

Também foi possível resgatar a relevância do jornal impresso, não apenas como meio de comunicação, mas como um instrumento educacional extremamente significativo. Em um mundo cada vez mais digitalizado, a experiência manual de elaborar um jornal trouxe consigo uma valorização do processo criativo e da materialidade do aprendizado.

Além de tudo, nota-se que o Geo Jornal não só supre as necessidades da sala de aula, como também superou as funções iniciais ao se converter em um estudo com aprendizado significativo e envolvente. O momento destinado para criar, discutir e refletir sobre as edições do jornal, enriqueceu o entendimento dos alunos sobre os desafios climáticos e propiciou o amadurecimento de habilidades indispensáveis para a cidadania e formação intelectual dos estudantes.

O Geo Jornal não só foi um recurso didático, para além disso, foi uma experiência educacional que ao ser utilizado na própria sala de aula, ultrapassou os limites da aula tradicional e monótona. Foi um recurso que além de contribuir com a compreensão do conteúdo ministrado, também auxiliou a tornar o ambiente de aprendizado mais ativo, crítico e significativo.

Essa ferramenta ativa, portanto, equivale não somente a páginas impressas, mas uma narrativa cheia de potencial criativo que possibilitou um estímulo para que os alunos se tornem cidadãos participativos, críticos e comprometidos a buscar enfrentar as adversidades do próprio cotidiano. A experiência evidenciou o potencial significativo do jornal em enriquecer os processos de ensino e aprendizagem, proporcionando benefícios tanto ao professor quanto ao educando na construção de seus conhecimentos.



É imprescindível, dialogar frequentemente sobre estratégias e novas possibilidades que envolvam a incorporação do jornal em sala de aula, com diferentes conteúdos da disciplina Geografia bem como demais componentes curriculares do Ensino Básico, para assim incentivar a utilização de práticas significativas que enriqueçam o processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, é preciso destacar que as discussões acerca da utilização do jornal enquanto ferramenta didático-pedagógica não devem se findar nas reflexões aqui realizadas, muito pelo contrário, verificou-se que o jornal é um recurso didático bastante versátil. Assim sendo há necessidade de explorar e aprimorar as suas diferentes possibilidades de aplicabilidade dentro do ambiente de ensino.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Agnes. **Jornal na sala de aula: leitura e assunto novo todo dia**. In: Revista Nova Escola. Publicado em Setembro de 2004 Disponível em : <<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/jornal-sala-aula-423555.shtml>> Acesso em: 23 de out. de 2023.

CARVALHO, L. D. Os saberes tecidos no contexto: a vertente educativa da convivência com o semiárido fundamentando novas práticas e metodologias pautadas na contextualização. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E CONTEMPORANEIDADE , 3. Salvador. **Anais...** Salvador, 2012.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. **Como usar o jornal na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1996.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. In: **Medo e Ousadia: O cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GUIMARÃES, Iara V. Ensino de geografia, professores e a relação escola/tv. In: **Boletim paulista de geografia**. Associação dos geógrafos brasileiros. N.79. São Paulo: AGB, 2003.



MUSSOI, A. B. **O Fascínio da Imagem Fotográfica Possibilitando Múltiplas Interpretações na Leitura do Espaço Geográfico.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/785-4.pdf>. Acesso em: 25 de out. de 2023.

PINHEIRO, E. A. et.al. O nordeste brasileiro nas músicas de Luiz Gonzaga. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.14, n. 23, 2º sem/2004, p. 103-111.

O CHAT GPT E O SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Taywany Gomes Alves
Graduada em História pela UFCG
taywany.gomes@estudante.ufcg.edu.br

Mariana Valença Félix
Graduada em História pela UFCG
mariana.valenca@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: Atualmente vivemos em um período em que a internet e os recursos tecnológicos estão cada vez mais presentes em todos os aspectos do dia a dia, seja por meio das redes sociais ou no campo das ferramentas de busca. No caso do ensino não é diferente, os artifícios tecnológicos surgem aos montes afetando o processo de aprendizagem e produção intelectual. Assim, o presente estudo desenvolve uma análise crítica acerca do uso do algoritmo intitulado Chat GPT, como ferramenta de estudo utilizada por jovens alunos de ensino médio e ingressantes de cursos superiores, a fim de entender como utilizam-se dessa plataforma e qual impacto isso tem nas produções de suas atividades e de seu conhecimento. A pesquisa utiliza-se de metodologia qualitativa e é realizada com estudantes da cidade de Cajazeiras - PB, contando ainda com base bibliográfica complementar.

Palavras-chave: Internet; Algoritmo; Ensino.

INTRODUÇÃO

A virada do século XX para o século XIX tornou-se marcante quando se fala do desenvolvimento de novas tecnologias, novas estratégias e formas de pensar o mundo. Tal fato também foi bastante impulsionado pelo fenômeno da globalização, que proporcionou a



interação e interligação mundial, facilitando o acesso e ampliação de relações e atividades sociais. Esse fenômeno “representa uma mudança significativa no alcance espacial da ação e da organização sociais, que passa para uma escala inter-regional ou intercontinental” (Held e McGrew, 2000, p.12). Neste sentido, o mundo tornou-se mais conectado e ligado, o sentido de ampliação se expandiu para a criação de novas tecnologias e formas de comunicação, o que colocou o mundo na chamada era da informação.

Atualmente o acesso à informação é bem mais fácil, há ferramentas de busca que facilitam esse processo, como o google, por exemplo. O que tem chamado atenção no momento atual tem sido o crescimento das chamadas inteligências artificiais.

As inteligências artificiais são uma forma de tecnologia avançada que tem a capacidade de funcionar de maneira que remete ao pensamento humano, unindo assim a praticidade e objetividade tecnológica com a criatividade e capacidade de resolução de problemas apresentada pelos humanos. Não é possível citar apenas um objetivo para a criação desse tipo de tecnologia, pois muitas são as variáveis e os tipos existentes, mas sabe-se que seu uso tende a modificar a forma como a sociedade se relaciona com as tecnologias, sendo esse um aspecto importante (Fia, 2023)

Com isto em mente, o presente artigo busca explorar, por meio de uma análise crítica de seu uso, a ferramenta baseada em inteligência artificial, conhecida como ChatGPT, tecnologia que vem ganhando muito espaço no cenário contemporâneo. A respeito dessa ferramenta, busca-se compreender especificamente seu uso no campo educacional, destacando os pontos positivos e negativos mediante o processo de ensino e aprendizagem de alunos do ensino médio e recém chegados a cursos superiores.

A problemática analisada volta-se para o uso desenfreado dessa ferramenta, que tende a prejudicar o processo de ensino e aprendizagem, haja vista que ao produzir com facilidade tudo que é solicitado, tem dificultado as etapas da aprendizagem, que envolvem reconhecimento, raciocínio e produção de pensamento crítico e de atividades. Assim, a análise crítica desenvolvida neste estudo estrutura-se em três tópicos principais, que buscam apresentar o que é o ChatGPT, como funciona o processo de ensino aprendizagem e sua importância, e como a IA tem sido usada como ferramenta de estudo.



O QUE É O CHATGPT?

Pensar uma definição para o ChatGPT torna-se uma tarefa difícil considerando as várias funções que esta plataforma apresenta. Há quem defina como um buscador de informações ou apenas um gerador de texto, mas seu funcionamento é bem mais complexo que isso. Para entender o que de fato é o chatgpt e como está sendo entendido no contexto desta pesquisa, é preciso conhecer os responsáveis por seu surgimento.

Os desenvolvedores responsáveis por essa tecnologia fazem parte da OpenAI, uma empresa de pesquisa em Inteligência Artificial, fundada pelo Elon Musk e outras figuras conhecidas no ramo tecnológico, no ano de 2015. Segundo informações do site desta instituição verifica-se que a OpenAI é uma empresa de pesquisa e implantação de IA, que tem como principal intuito ou missão "garantir que a inteligência artificial geral beneficie toda a humanidade"(OpenAI, 2023). Com esse objetivo, a empresa tem investido na produção de tecnologias artificiais que prometem melhorar e agilizar as atividades humanas, tal fato possibilitou o surgimento do ChatGPT, descrito por Vinícius Lopes da Silva (2023) como:

um modelo de linguagem treinado pela OpenAI, que foi projetado para responder a perguntas e realizar tarefas em texto natural. Ele é baseado em Deep Learning e foi treinado com milhões de exemplos de texto na internet, é capaz de entender o contexto e o significado das perguntas e fornecer respostas precisas e coerentes, imitando o comportamento humano ao conversar. (SILVA, 2023)

Dessa forma, percebe-se que o potencial presente nesta plataforma, que é formada por um algoritmo pré treinado, como o próprio nome destaca "Generative Pre-trained Transformer", ou seja, recebe previamente um treinamento por meio da adição de diversos dados da internet, processando-os e adaptando sua capacidade conforme vai se aprimorando. Assim, torna-se capaz de aprender de forma contínua, sustentando uma grande base de usuários ao mesmo tempo. E como funciona o acesso a essa plataforma e o uso de suas funções no que se refere aos usuários?

De maneira prática, há um processo até bem intuitivo para o uso do ChatGpt. Ao realizar a pesquisa e os testes com a plataforma verificou-se que a princípio, para fins de acesso a plataforma, o usuário deve fornecer seu login, que consiste em e-mail e senha. Posteriormente, é preciso fornecer uma entrada textual no campo específico, seja uma pergunta, um pedido,



uma dúvida específica ou qualquer solicitação, o algoritmo vai reconhecer a entrada e utilizar-se de seu conhecimento (neste caso treinamento) prévio para gerar a resposta ao que foi solicitado no campo de texto, fazendo isso da forma mais contextualizada, de maneira que se sua resposta se assemelha a uma comunicação humana.

É importante destacar que esta pesquisa foi realizada com base na versão 3.5 dessa plataforma que se encontra disponível gratuitamente na internet. Há ainda uma outra versão, mais avançada e melhorada considerada uma “versão premium” destinada somente para assinantes pagantes, esta por sua vez disponibiliza mais funções e possibilidades.

Dessa forma, considerando o nível interativo e funcional da versão analisada e ressaltando que ambas compõem esse campo de inteligências artificiais em desenvolvimento, é preciso apontar que o ChatGPT não possui compreensão profunda ou conhecimento em tempo real, as respostas fornecidas tendem a ter como base a última data de atualização do modelo, que até então data de janeiro de 2022. Com isso, é possível que nem todas as informações apresentem dados verídicos, atualizados ou precisos referentes ao solicitado.

Pensando neste aspecto de incerteza e imprecisão da plataforma que este artigo se volta para pensar seu uso no ambiente escolar, pois como será possível ver mais a frente, o uso de inteligências artificiais, de forma desenfreada ou não supervisionada, no campo de ensino impacta diretamente o processo de ensino-aprendizagem, as concepções e o pensamento crítico do estudante.

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Para compor a estruturação e entendimento desta pesquisa se faz necessário pensar o processo de ensino e aprendizagem, suas características e importância para a formação de um indivíduo. Dessa forma, temos que este é um processo desenvolvido sobre a premissa de ser um sistema de trocas de informações entre docentes e alunos, a fim de compreender o processo de ensino e como o professor vai impactar diretamente os alunos por meio de sua forma de ensinar. Tem como objetivo desse processo a formação do aluno, ou seja, como ele vai ser capacitado, quais as formas na qual a escola pode ajudar em seu processo de desenvolvimento, ressaltando aqui nesse artigo a necessidade de pôr em discussão como a falta de um ensino de forma crítica afeta as salas de aulas brasileiras.



Entende-se que a educação deve ser pensada e observada para ser desenvolvida a fim de observar as particularidades de cada indivíduo, não como um todo. Com isso é dada autonomia ao aluno, no qual nesse espaço ele vai entender o objeto será a essência do conhecimento produzido, assim, ele se torna capacitado a organizar informações, problematizar o que o conteúdo e discussão abordada, realizando um levantamento de hipóteses, aprendendo sobre o assunto e desenvolvendo um olhar e pensamento crítico.

Quando relacionado esses processos a sociedade atual, é evidente um excesso de informações a cada canto que o olhar passa, uma sociedade globalizada, conectada e incansável, vivemos a era da facilidade. A era das mídias, que deveria ser uma facilitadora de conhecimentos, se torna uma arma perigosa quando colocada frente ao desconhecimento, José Marcos de Oliveira Cruz em seu artigo *Processo De Ensino-Aprendizagem Na Sociedade Da Informação (2008)*, faz uma reflexão sobre essa temática:

A respeito do excesso de informação disponível na internet, Viera (1998), Dowbor (2000) e Demo (2000b) alertam-nos para o fato de as pessoas estarem absorvendo informações que, muitas vezes, têm credibilidade duvidosa. É importante destacar também a necessidade de se saber processar informação, mesmo porque ela, por si, não implica conhecimento, importa mais a capacidade reflexiva e crítica que o indivíduo é capaz de desenvolver ante o conteúdo que ela traz. (Cruz, p. 20, 2008).

Ocorre um alto fluxo conteudista e informacional que acaba dificultando a aprendizagem do aluno, pois o mesmo passa a ter acesso a incontáveis conteúdos quando em contrapartida encontra um déficit para processá-los e para digeri-los corretamente. Como consequência o discente encontra uma das principais dificuldades que é a de saber selecionar entre milhões de informações disponíveis, abrindo espaço para duas questões pautadas no tempo de assimilação e velocidade cognitiva. Já que para realizar todo esse trâmite, enquanto ser humano quando realizado determinadas atividades utilizamos capacidades específicas, a cognição realiza esse papel de assimilação.

O que é perceptível nessa estruturação é a paralisia da cognição, que fica presa a uma “exploração contínua de todas as informações que podem ser acessadas” (Cruz 2008), e que com isso não realiza a atividade de problematização e estranhamento que os textos e



informações acessadas poderiam e deveriam provocar. Deve-se desenvolver novas formas de aprendizagem e digerir o conhecimento, para que se evolua do movimento de decorar conteúdos e reprodução de informações para uma realidade na qual o professor vai ser colocado não só como mediador do aprendizado, e o aluno será autônomo em seu processo de aprendizagem.

A atividade de problematização é uma das mais relevantes na construção do saber, é a partir do desenvolvimento desta capacidade que o aluno se entende como sujeito ativo, histórico e membro de uma estrutura social na qual pode atuar, pensar e refletir. Porém, com o surgimento das várias tecnologias de inteligência artificial realizar esse exercício tem enfrentado obstáculos, como

O CHATGPT COMO FERRAMENTA DE ESTUDO

Como visto, o desenvolvimento das tecnologias tem se tornado o alicerce das sociedades contemporâneas, com o processo de ampliação e a disseminação do uso da internet, foram desenvolvidos grandes bancos de dados e utilizados para criar modelos de inteligência artificial complexa. Este é o caso de uma das problemáticas deste artigo, o ChatGPT, que como discutido é um programa que tem capacidade de gerar informações em forma de textos tal como uma pessoa que desenvolve sobre qualquer assunto.

Atualmente ele passou a ser utilizado como uma ferramenta de estudo muito popular entre os jovens, mas que não é usada como um aparelho de busca e sim como um aparelho de respostas, que é a forma mais comum no momento, pois vemos essa tecnologia surgir no período em que os jovens utilizam de tudo para facilitar ações do dia-a-dia. Diante disso, se apresentam alguns desafios e malefícios quando considerado a estruturação dos estudos, isso porque envolve não só à capacidade autônoma dos alunos no seu processo de aprendizagem, como até mesmo a coisas básicas como a criticidade, que é um quesito primordial nos indivíduos.

O autor Rafael C. V. Ferreira desenvolveu um artigo que problematiza essas questões intitulado *O surgimento do Chat GPT e a insegurança sobre o futuro dos trabalhos acadêmicos* (2023), onde argumenta que:



Os modelos de linguagem natural atualmente testados foram construídos para conversar e dissertar de forma coerente sobre determinados assuntos. É de se dizer que eles se mostraram extremamente capazes para essas tarefas. A narrativa convincente do ChatGPT e outras AI generativas é exatamente o oposto do que se espera da demonstração de resultados de uma pesquisa científica. A máquina, ao que se sabe, não tem senso crítico. (Ferreira, p.7, 2023)

Trazendo à tona o foco da discussão, que se volta novamente para os riscos da falta de um discernimento crítico, isso ocorre porque os alunos podem confiar totalmente nas respostas geradas pelo Chat sem questionar ou verificar a veracidade das informações. A falta desse discernimento crítico pode levar os mesmos à aceitação de informações incorretas. Além disso, como já citado, o seu uso frequente pode levar os alunos a um estado de dependência da tecnologia, isso porque eles têm acesso a todas as respostas que procuram com uma facilidade sem tamanho, resultando em uma perda de autonomia e habilidade de realizar pesquisas independentes. Entre vários outros problemas e malefícios encontrados conforme for realizada uma análise mais minuciosa.

Alguns desses problemas foram identificados de maneira mais evidente na construção desta pesquisa. Com a coleta de dados feita a partir de questionários respondidos por alunos do ensino médio e ingressantes do nível superior, foi possível notar a forma como a IA tem sido utilizada, como isso prejudica ou beneficia esse público específico e seu processo de aprendizagem. Os questionários foram aplicados de forma que não fosse necessária a identificação dos participantes, apenas confirmação de idade, gênero e escolaridade, para fins de seleção das informações.

Ao analisar tais dados, o foco esteve voltado para identificar se o participante da pesquisa utiliza do ChatGPT para realizar trabalhos acadêmicos, como usa e com que frequência, além de questioná-los sobre qual impacto acreditam que essa tecnologia trouxe para suas vidas escolares/acadêmicas. As respostas obtidas apresentaram algumas informações diferentes, mas que caminhavam para o mesmo resultado comum.

No que se refere ao uso ou não da plataforma, a maioria dos alunos apontou que utiliza ou já utilizou o GPT pelo menos uma vez para produzir trabalhos ou estudar conteúdos e provas. No tocante a frequência notou-se que os estudantes parecem gostar de utilizar o site sempre que possível na maioria das atividades, mas também há aqueles que fazem seu uso de maneira



pontual. Quanto a essas questões é possível perceber que há nos alunos uma necessidade de obter respostas e produções prontas, de facilitar o máximo possível o processo de resolução de atividades, de forma quase que imediata.

Isso evidencia um ponto prejudicial para a aprendizagem, pois o processo que demanda tempo e esforço para obter conhecimento, é interrompido e encurtado, dando foco somente ao resultado e não ao caminho de estudo e construção de análises que leva até ali. Neste sentido, é importante apontar que essa necessidade de resultados e imediatismo também tem sido influenciada pelo próprio sistema escolar e acadêmico, pois há toda uma estrutura com foco em notas e resultados numéricos, por vezes desconsiderando a criticidade, a capacidade reflexiva, artística e de expressão cultural que um aluno pode ter além de ter seus resultados acima da média.

Tal fato, se expressa também na pesquisa de dados realizada, pois quando questionados sobre como o chatgpt e as IA's impactaram na vida estudantil dos jovens, as respostas foram todas em sentido positivo, com falas que remetem a uma necessidade de aprovação apenas do sistema escolar. Dentre elas, destaca-se uma específica em que uma jovem do ensino médio declara que a vida escolar ficou mais fácil, pois realiza atividades de redação por meio do ChatGPT e até utiliza a IA para realizar provas e trabalhos.

Assim, é importante pensar também como as instituições se relacionam com essa prática desenfreada de utilizar da inteligência artificial como essa ferramenta que mais produz uma ideia de estudo que o conhecimento em si. Não é de responsabilidade de uma única instituição ou do professor fazer com o que os alunos não utilizem a plataforma, no contexto atual isso parece até impossível, mas é necessário que haja uma reflexão e uma proposição por parte das instituições de ensino, para que as ferramentas tecnológicas sejam inseridas no sistema escolar.

No tocante ao professor, é importante destacar que se encontra em sala de aula não só como mediador, mas também como figura que aprende com os alunos e com a própria experiência. Assim, considerando as palavras de Paulo Freire (1996, p.25) que diz "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" a ideia que se constrói é de que, no processo de aprendizagem, a relação do professor e do aluno são atravessadas pelo ambiente, pelas questões sociais e todas as questões externas da sociedade.



Neste sentido, é imprescindível que os professores tenham o aval e a possibilidade de inserir esses mecanismos tecnológicos em sala de aula, para que possam possibilitar a produção do conhecimento e auxiliar os alunos, para que o uso dessas tecnologias seja feito da melhor maneira possível, prezando pela ética e pelo saber. As instituições e a educação como um todo precisam se reconstruir todos os dias, para que assim as demandas de uma sociedade que avança em todos os quesitos e se torna cada vez mais tecnológica possam ser minimamente contempladas (Guimarães et.al, 2023)

Assim, pensando no ChatGPT, é claro que se utilizado de forma responsável, crítica e consciente, como a ferramenta pode funcionar de fato, com a realização de leituras, pesquisas e participação nas aulas, pode ter diversos benefícios e pode ser a ferramenta facilitadora não da reprodução ou das respostas, mas para a produção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas linhas finais deste trabalho considera-se alguns aspectos importantes relacionados ao objeto desta pesquisa e as questões que atravessam toda a problemática geral. É importante ressaltar que as análises e produções acadêmicas sobre as contribuições positivas e negativas no ensino relacionadas ao uso de inteligência artificial, mais especificamente ao ChatGPT, são tão novas quanto sua tecnologia e tendem a sofrer interferências de acordo com o avanço desta área tecnológica, não sendo esse um fator que impeça as análises e produções.

Dessa forma, a presente pesquisa buscou atender-se para o processo de ensino e aprendizagem, a construção do pensamento crítico e as produções de conhecimento na contemporaneidade. De maneira mais específica, teve o objetivo de compreender o uso do ChatGPT no campo da educação, atentando-se às questões positivas e negativas que pode oferecer aos estudantes. A metodologia utilizada para a pesquisa foi de caráter qualitativo, pois tinha como fim entender esse impacto na educação e, ao ser realizada a partir dos questionários anônimos, se mostrou bastante pertinente e eficiente para esta pesquisa.

O que foi possível perceber é que a plataforma GPT tornou tudo mais imediato e fácil, o que parece positivo do ponto de vista da necessidade de agilizar as produções, pois tende a aumentar a quantidade de atividades nas mais variadas áreas, mas negativo no que mais importa, a qualidade e conhecimento. É preciso refletir sobre essa era imediatista em que vivemos, em



que tudo precisa ser o mais rápido e prático possível. Nota-se que a sociedade, o ensino e o estudo têm se constituído de forma quase que mecânica, o que não condiz com o histórico e com a caminhada para a produção do conhecimento que se tem hoje.

Foram necessários anos de estudo e pesquisas para chegar à criação da tecnologia de IA, porém ao tornar-se uma facilitadora tão acessível para produções de atividades e reproduções de informações, acaba sendo aquilo que desincentiva as próximas gerações a estudar, pesquisar e pensar criticamente. É imprescindível lembrar que as tecnologias de inteligência artificial, embora muito práticas e rápidas, não conseguem desenvolver um pensamento crítico, apenas imitar tal característica humana. Assim, ao tornarem-se tão adeptos desse site de forma desenfreada e sem supervisão, os jovens tendem a não desenvolver suas capacidades e congelar o conhecimento.

Com isso, reforçamos como o papel das instituições de ensino é fundamental, pois é preciso incluir tais práticas de forma pedagógica nas salas de aula, pensando até mesmo uma reforma no próprio sistema de ensino, a fim de se adaptar a era da tecnologia, das informações e do imediatismo, para que o ensino de qualidade, e a capacidade crítico analítica dos jovens possa de fato desabrochar e se sustentar.

REFERÊNCIAS

Alves Guimarães, U., Aparecida Brandão, C., Apolinário Daitx, M., Frank Gomes de Arruda Dutra, A., & Robbi Bubula Lopes, V. (2023). AS MÍDIAS DIGITAIS NO CAMPO EDUCACIONAL: UM OLHAR PELAS APLICAÇÕES DO CHAT GPT NA EDUCAÇÃO. RECIMA21 - **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, 4(7), e473556. <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i7.3556>

CRUZ, José Marcos de Oliveira. **Processo de ensino-aprendizagem na sociedade da informação**, 2008, Sergipe. Irigaray, H. A. R., & Stocker, F. (2023). ChatGPT: um museu de grandes novidades. *Cadernos EBAPE.BR*, 21(1), e88776. <https://doi.org/10.1590/1679-395188776>

FERREIRA, R. C. V., Garcia, G. H. M. y Brasil, D. R. (2023) «O surgimento do Chat GPT e a insegurança sobre o futuro dos trabalhos acadêmicos», **Cadernos de Dereito Actual**, (21), pp. 130–143. Disponible en: <https://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/917> (Accedido: 4 octubre 2023).



FIA (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO) (org.). Inteligência Artificial: o que é, como funciona e exemplos. : o que é, como funciona e exemplos. 2023. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/inteligencia-artificial/#:~:text=Inteligência%20artificial%20é%20a%20capacidade,que%20lembra%20o%20pensamento%20humano>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Considerações em torno do ato crítico de estudar. In: **FREIRE, P.** Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 9-12.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de; FORSTER, Mari Margarete dos Santos. Paulo Freire na formação de educadores: contribuições para o desenvolvimento de práticas crítico-reflexivas. **Educar em Revista**, n. 61, p. 55-70, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47206>. Acesso em: 30 nov. 2023.

HELD, David, McGREW, Anthony. Prós e contras da globalização. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

OPENAI. About. Disponível em: <<https://openai.com/about>>.2023.Acesso em: 20 nov. 2023.

OPENAI. ChatGPT. Disponível em: <<https://chat.openai.com/>>.2023..Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, Vinicius Lopes da. Ética e responsabilidade na era da inteligência artificial: aprendizagem digital no chat GPT.2023. 27 p. Monografia (especialização) - Pós-graduação Lato Sensu em Mídia e Educação - Universidade Federal do Pampa/UAB - Universidade Aberta do Brasil, Campus São Borja, São Borja, 2023.

WERLE, F. O. C. (Org.) Avaliação em larga escala foco na escola. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Líber Livro, 2010.

O IMAGINÁRIO DO NORDESTE EM SALA DE AULA: COMO TRABALHAR A IDENTIDADE REGIONAL NA ESCOLA

Débora Lopes de Brito
Universidade Federal de Campina Grande
debora.lopes@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: O presente artigo pretende debater a importância e os desafios de ensinar a história do Nordeste do Brasil em sala de aula. Ele destaca como essa região muitas vezes é negligenciada nos currículos escolares em comparação com outras partes do país. O artigo resalta a necessidade de incluir a história do Nordeste no ensino de História, visando uma



compreensão mais completa e precisa do Brasil como um todo. Também pretendo discutir estratégias pedagógicas para abordar esse tópico de maneira eficaz. Isso inclui a incorporação de fontes históricas locais, como documentos, relatos e músicas, para enriquecer a narrativa histórica. Além disso, o artigo sugere a promoção do diálogo entre os alunos sobre a identidade regional, destacando como as histórias locais podem moldar a percepção deles sobre si mesmos e sobre o país.

Palavras-chave: Ensino de História; Nordeste; Metodologia.

INTRODUÇÃO

O imaginário nordestino é uma das formas mais fascinantes e enriquecedoras de explorar a identidade regional em sala de aula. Ao trabalhar a temática da identidade regional, estamos proporcionando aos estudantes a oportunidade de entender, apreciar e se conectar profundamente com a cultura vibrante e histórica do Nordeste. Essa região do Brasil é amplamente reconhecida por sua vasta riqueza cultural e histórica, que abrange desde as tradições ancestrais das comunidades indígenas até as influências das culturas africanas trazidas pelos escravos.

Toda essa diversidade cultural pode ser aproveitada como um recurso valioso para enriquecer o ambiente educacional das salas de aula. Quando trazemos o imaginário nordestino para esse espaço de aprendizado, estamos proporcionando aos estudantes a oportunidade de mergulhar em um universo vibrante de tradições, crenças e experiências que moldaram a identidade dessa região tão especial.

Ao explorar as narrativas e lendas populares do Nordeste, como a história de Lampião e Maria Bonita ou o folclore do Bumba-meu-boi, estamos não apenas expandindo os horizontes culturais dos alunos, mas também os incentivando a valorizar e respeitar sua própria cultura e a dos outros. Essas intrigantes e envolventes histórias revelam a notável capacidade de superação diante de adversidades, a inabalável determinação e a surpreendente criatividade que habita no âmago do povo nordestino.

Ao mergulharmos nessas narrativas inspiradoras, somos envolvidos por um sentimento de orgulho profundo e uma intensa admiração por essa riqueza cultural cativante, que molda e define a essência de nossa querida nação. Além disso, ao conduzirmos a fascinante geografia do Nordeste para dentro das salas de aula, estamos abrindo um novo mundo de descobertas para



os estudantes, oferecendo-lhes a oportunidade única de explorar e compreender a ampla diversidade dos exuberantes ecossistemas presentes nessa região vibrante.

Essa imersão completa e abrangente na cultura e natureza extraordinárias da região nordeste despertará nos alunos uma grande curiosidade e um profundo interesse pelo conhecimento além dos confinamentos da sala de aula. Essa oportunidade permitirá que eles tenham a chance e a possibilidade de desenvolver uma percepção abrangente e apreciativa das complexidades sociais, históricas e ambientais que dão forma a essa região única e fascinante. Com isso, nós, educadores, assumimos o papel de facilitadores do conhecimento, expandindo e enriquecendo o mundo das opções educacionais, contribuindo assim para a formação de cidadãos conscientes e engajados na preservação das tradições e nos desafios enfrentados pelo povo do Nordeste.

Desde as majestosas e imponentes paisagens da Amazônia, onde a natureza se revela em toda a sua grandiosidade, até as deslumbrantes e peculiares paisagens da caatinga, com sua beleza rústica e singular, e as praias de areia branca, que convidam à contemplação e ao descanso, cada ambiente traz consigo uma multiplicidade de valiosas lições sobre a importância crucial da conservação ambiental, a notável capacidade de adaptação dos seres vivos e a intrincada interdependência que governa os complexos ecossistemas. Compreender esses elementos é fundamental para a conscientização sobre a preservação da natureza e a busca por um mundo sustentável. Essas histórias fascinantes e conhecimentos preciosos estão intrinsecamente entrelaçados com a sabedoria ancestral que tem sido transmitida de geração em geração, proporcionando assim um olhar mais profundo e enriquecedor sobre nossa relação com o mundo natural, incitando-nos a valorizar e preservar essa conexão vital e valiosa. Que através desses ensinamentos, possamos não apenas compreender, mas também agir ativamente em prol da preservação desses tesouros ecológicos, visando um futuro sustentável não apenas para o Nordeste, mas para todo o nosso amado planeta.

Em suma, ao trazer as múltiplas facetas da cultura nordestina para o contexto educacional, estamos valorizando não apenas a diversidade cultural brasileira, mas também criando oportunidades para que os estudantes desenvolvam uma consciência mais ampla e empática do mundo ao seu redor. Ao mergulhar nesse universo de cores, sabores e histórias, eles estarão não apenas aprendendo sobre o Nordeste, mas também se conectando



emocionalmente com ele, tornando-se defensores ativos de sua preservação e enriquecendo suas próprias experiências de vida.

Por meio de contos folclóricos, danças típicas, música regional, artesanato tradicional e histórias locais, os estudantes são convidados a embarcar em uma jornada inesquecível de aprendizado. Eles são apresentados a personagens lendários como Lampião, Maria Bonita e o Sertão, personagens que povoam o imaginário nordestino e despertam o interesse por essa cultura rica em significado. Além disso, ao explorar o imaginário do Nordeste, os estudantes desenvolvem habilidades de pesquisa, análise crítica e empatia cultural.

Eles aprendem a valorizar e respeitar as diferentes perspectivas e tradições que moldam a identidade nordestina. Essas habilidades são essenciais para a formação de cidadãos conscientes e inclusivos, capazes de contribuir positivamente para uma sociedade diversificada e justa. Portanto, embora trazer o imaginário nordestino para dentro da sala de aula demande esforço e planejamento, os benefícios são inúmeros.

DESENVOLVIMENTO

Os estudantes têm a chance de mergulhar em uma cultura rica em cores, sabores, odores e narrativas, expandindo suas mentes e horizontes de maneiras que só o Nordeste é capaz. Essa abordagem enriquecedora não só contribui para a construção de uma identidade regional forte e saudável, mas também nutre a curiosidade e o amor pelo conhecimento, valores essenciais para o crescimento pessoal e acadêmico de cada estudante. Em suma, trazer o imaginário do Nordeste para dentro da sala de aula é uma estratégia pedagógica eficaz para promover a valorização da identidade regional, fortalecer a conexão dos estudantes com sua cultura e desenvolver habilidades socioemocionais.

Ao mergulhar nessa exploração profunda e envolvente, estamos nos dedicando a preparar os estudantes não apenas para serem cidadãos informados e conscientes, capazes de compreender a importância da sua própria herança cultural, mas também para cultivarem um orgulho genuíno por ela. Além disso, nosso objetivo é capacitar os estudantes a se transformarem em indivíduos capazes de promover mudanças positivas em suas comunidades. Pretendemos alcançar essa meta através da habilidade deles de aplicarem os conhecimentos adquiridos durante essa jornada de aprendizado. Uma maneira altamente eficiente de



concretizar esse propósito de forma prática é por meio da implementação de práticas e atividades que explorem a rica literatura nordestina no ambiente escolar.

Ao proporcionar aos estudantes o contato próximo com livros, contos, poesias e cordéis, estamos possibilitando que eles adentrem o universo literário tão peculiar e característico do Nordeste do nosso país. Dessa forma, eles terão a oportunidade de vivenciar e aprofundar seus conhecimentos sobre as características, temas e autores significativos dessa região tão especial do Brasil.

Expandindo essa ideia, a inclusão de um amplo conjunto de obras literárias que retratam a cultura nordestina nas atividades educacionais contribuirá significativamente para a valorização e preservação dessa rica herança cultural. Além de estimular o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, a exploração dessas obras permitirá uma imersão profunda na diversidade dos aspectos regionais e identitários do Nordeste brasileiro. Quando os estudantes se deparam com narrativas vívidas de romances ou poesias, eles são transportados para o cenário exuberante do sertão nordestino, sentindo a brisa suave do mar como se estivessem presentes nas histórias. Estas experiências literárias despertam a emoção e a compreensão dos alunos, aproximando-os das tragédias e alegrias retratadas nos cordéis nordestinos.

Explorar minuciosamente cada matiz e peculiaridade da tradição nordestina por meio dessas obras literárias proporciona uma oportunidade única e enriquecedora para os estudantes se conectarem com suas identidades culturais e mergulharem nas ricas paisagens do sertão nordestino. Ao se depararem com narrativas vívidas de romances ou poesias, os estudantes são imergidos, transportados para as vastidões deslumbrantes do sertão nordestino. Nesse cenário exuberante, cada palavra passa a ser vivenciada como se fosse uma realidade palpável, fazendo com que os alunos aprimorem sua capacidade de imaginar e sentir a brisa suave do mar que sopra em cada história. Através dessas experiências literárias profundas, eles adquirem uma compreensão mais profunda sobre as tragédias e alegrias retratadas nos cordéis nordestinos, aproximando-se das emoções e das nuances dessas manifestações artísticas.

Ao explorar minuciosamente cada matiz e peculiaridade da tradição nordestina presentes nesses romances e poesias, os estudantes têm a chance de se conectar com suas identidades culturais de uma maneira única e significativa. Eles podem vivenciar a riqueza e a diversidade da cultura nordestina por meio dessas obras literárias, mergulhando nas histórias



que desvelam as tradições, as crenças e a forma de vida do povo nordestino. Cada detalhe dessas narrativas é como um fio de linha que costura as memórias e as emoções dos alunos, permitindo que eles se sintam parte desse mosaico cultural. Através dessas experiências literárias, os estudantes podem expandir seus horizontes e ampliar sua compreensão do mundo que os rodeia. Eles são desafiados a refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelo povo nordestino, assim como suas alegrias e conquistas.

Além disso, ao se envolverem profundamente com essas histórias, os alunos podem desenvolver uma empatia mais ampla, capaz de abraçar a diversidade cultural e a pluralidade de experiências que existem em nosso país. Em suma, ao contemplarem as narrativas vívidas de romances e poesias, os estudantes abrem as portas para um universo de sensações, emoções e aprendizados. Eles são transportados para o sertão nordestino não apenas geograficamente, mas também em um nível emocional e espiritual. Essas experiências literárias proporcionam uma ponte entre as páginas dos livros e as próprias vidas dos alunos, permitindo que eles explorem, apreciem e celebrem as raízes culturais que moldam nossa identidade.

Essa experiência enriquecedora não apenas estimula o desenvolvimento cognitivo e a criatividade dos estudantes, mas também promove empatia e respeito pela diversidade cultural. Ao expandir o conhecimento dos alunos por meio dessa exploração literária, estaremos cultivando um amor duradouro pela leitura e pela literatura. Além disso, estaremos empoderando cada aluno, permitindo-lhes uma conexão mais profunda e significativa com sua própria identidade cultural e despertando neles um senso de orgulho e pertencimento à comunidade nordestina.

Assim, eles serão capazes de valorizar e levar adiante a herança e a rica história do Nordeste, além de se tornarem agentes de mudança positiva em suas comunidades. Portanto, a importância de trabalhar o imaginário do Nordeste em sala de aula por meio da literatura é fundamental para o crescimento intelectual e humano dos estudantes. Cada gênero literário traz consigo uma riqueza única de elementos e expressões, contribuindo para aguçar a imaginação e promover uma experiência enriquecedora. Além disso, essa abordagem literária possibilita que os alunos se identifiquem com as histórias narradas e se conectem de forma mais profunda com a região Nordeste, compreendendo sua história e suas tradições.



Essa conexão é fundamental para fortalecer a identidade cultural dos estudantes, bem como despertar seu interesse em conhecer mais sobre a diversidade presente no Brasil. Outra forma interessante de promover o imaginário do Nordeste é através da música, uma expressão artística que tem o poder de evocar sentimentos e memórias. Com batidas ritmadas do forró, melodias melancólicas do baião ou letras cheias de poesia do frevo, a música nordestina transporta os ouvintes para os cenários vibrantes e coloridos dessa região. Ela amplia os sentidos dos estudantes, ampliando sua percepção sobre a cultura e a identidade nordestina. Assim, seja por meio das palavras escritas dos livros ou pelos acordes envolventes da música, a literatura e a arte se unem para enriquecer a visão de mundo dos estudantes e permitir que eles mergulhem no universo do Nordeste brasileiro.

A região nordestina é conhecida por sua diversidade musical, que vai desde o forró ao baião, passando pelo frevo e pelo maracatu. Ao trabalhar esses diferentes ritmos em sala de aula, os estudantes têm a oportunidade de conhecer as características musicais do Nordeste de forma mais aprofundada e abrangente. Através do estudo e da prática desses ritmos, eles poderão explorar os diversos estilos musicais que surgiram nessa região tão rica em cultura e tradição. Ao escrever essa frase com mais palavras, podemos oferecer uma descrição mais detalhada e enriquecer seu significado. Ao aprender sobre os tradicionais instrumentos musicais típicos do Nordeste, como a zabumba, o triângulo e a sanfona, os estudantes terão a oportunidade de compreender plenamente o papel fundamental que esses instrumentos desempenham na produção da música nordestina. Isso permitirá que eles se conectem de forma mais profunda com a rica tradição musical dessa região.

Quando os estudantes são incentivados a produzir suas próprias composições, eles se tornam participantes ativos e se envolvem ainda mais com a cultura musical do Nordeste. Ao explorar e experimentar diferentes combinações de ritmos, instrumentos e melodias, os estudantes têm a chance de expressar sua criatividade de maneira única e contribuir de forma significativa para a diversidade musical da região. Essa abordagem incrível e inovadora busca conectar os estudantes às suas raízes musicais, permitindo que eles mergulhem profundamente na riqueza cultural de sua região e se conectem com suas origens de maneira autêntica e perspicaz. Ao experimentar e mesclar ritmos tradicionais com novos instrumentos e melodias contemporâneas, os alunos são capazes de criar uma fusão única de sons, adicionando uma



perspectiva fresca e emocionante ao já abundante patrimônio musical nordestino. Mais do que apenas explorar a dimensão musical, essa abordagem pedagógica valorosa também promove a conexão entre a escola e a comunidade local.

Através da colaboração mútua e constante, tanto a escola quanto a comunidade são fortalecidas e nutridas, criando vínculos sólidos e relações duradouras. A troca de conhecimentos e experiências entre ambas as partes enriquece o ambiente de aprendizado, permitindo que estudantes aprendam não apenas com seus professores, mas também com os talentos e sabedorias dos membros da comunidade. Essa interação contínua entre escola e comunidade não só incentiva a criatividade, mas também promove uma aprendizagem mutuamente benéfica e transformadora. Ao envolver-se nessa abordagem, os estudantes não só têm a oportunidade de se expressar musicalmente, mas também de se conectar com sua identidade cultural, honrar suas raízes e, ao mesmo tempo, abrir caminhos para novas possibilidades. É uma forma de incentivar a expressão artística autêntica, permitindo que cada estudante deixe sua marca única no panorama musical nordestino.

Além disso, ao se engajar nessa jornada musical, os estudantes têm a chance de criar um legado duradouro, preservando as tradições musicais de sua região e adicionando sua própria contribuição inovadora à herança cultural local. Em conclusão, essa abordagem que valoriza a exploração musical e a conexão com as raízes culturais dos estudantes é uma oportunidade valiosa e enriquecedora para todos os envolvidos. Ao mergulhar em diferentes ritmos, instrumentos e melodias, os estudantes não só desenvolvem suas habilidades musicais, mas também se conectam com sua identidade cultural e constroem relacionamentos mais fortes com a comunidade local. Essa abordagem inspiradora abre portas para o compartilhamento de conhecimento, a preservação de tradições e o estímulo contínuo à criatividade e inovação.

Essa estreita conexão entre a instituição educacional e as tradições musicais locais não somente gera benefícios significativos para os estudantes, mas também enriquece profundamente a cultura da comunidade, gerando uma atmosfera de valorização e preservação da identidade musical nordestina, tal qual um poderoso e generoso rio que fertiliza e nutre artisticamente todos os envolvidos, promovendo assim o crescimento e a prosperidade.

Desse modo, conclui-se que a promoção da produção musical autônoma pelos estudantes tem um papel crucial a desempenhar, não somente no desenvolvimento individual



dos jovens músicos, mas também na valorização e perpetuação dos tesouros musicais do Nordeste. Além disso, ao realizar visitas a museus, centros culturais e participar de festas tradicionais, os estudantes têm a oportunidade ímpar de vivenciarem de maneira vívida e autêntica as ricas e diversas manifestações culturais nordestinas, assimilando-as em suas experiências e complementando seu repertório de conhecimento e sensibilidade artística. Eles podem saborear pratos típicos da culinária nordestina, como a feijoada, o acarajé e a tapioca, e apreciar a diversidade de sabores e ingredientes que compõem essas deliciosas iguarias. Além disso, ao participar de festas tradicionais, como o São João, os estudantes terão a chance de experimentar a dança de quadrilha, uma dança típica do Nordeste que é realizada durante essas festividades. Eles também poderão observar as expressões de religiosidade presentes na cultura nordestina, que engloba rituais e festividades ligadas ao catolicismo e ao candomblé, por exemplo.

Com essa imersão na cultura nordestina, os estudantes estarão não apenas aprendendo sobre os ritmos musicais, mas também sobre o modo de vida, os valores e os costumes típicos dessa região. Essa conexão entre a escola e a comunidade local fortalece o senso de identidade e pertencimento dos estudantes, além de contribuir para a preservação e valorização da tradição musical do Nordeste. Essas experiências ajudam a fortalecer a identidade regional dos alunos, possibilitando que eles se reconheçam como parte de uma cultura rica e diversa.

Uma consideração adicional que pode ser feita é a importância de incluir de forma abrangente e aprofundada o estudo da história e geografia da região Nordeste nas aulas. Ao explorar minuciosamente os aspectos históricos e as características geográficas dessa região, os estudantes são capazes de obter uma compreensão mais rica e abrangente sobre a formação e desenvolvimento da mesma, bem como seus impactos na atualidade. A análise minuciosa desses conteúdos permite aos estudantes realizar uma reflexão crítica mais profunda sobre a existência das desigualdades sociais, econômicas e culturais tão presentes na região, proporcionando-lhes uma visão mais ampla e enriquecedora sobre a diversidade do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema importância que os alunos tenham a oportunidade de acessar informações detalhadas acerca dos eventos históricos e das transformações geográficas que ocorreram ao



longo do tempo na região Nordeste. Essas informações são fundamentais para que os estudantes possam compreender as bases e os fatores que influenciaram a realidade atual dessa localidade. Além disso, ao compreenderem e analisarem as conexões entre os eventos históricos e as características geográficas, os estudantes poderão estabelecer relações significativas e identificar padrões que também podem ser aplicados em outros contextos geográficos e históricos. Sendo assim, ao expandir o estudo da história e geografia do Nordeste, as aulas contribuem para o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva dos alunos em relação ao seu próprio país, além de incentivarem um senso de valorização e respeito pela diversidade cultural brasileira. É absolutamente essencial que os docentes estejam devidamente preparados e engajados em desenvolver o conhecimento sobre o imaginário cultural do Nordeste no ambiente escolar, uma vez que isso possibilitará enriquecer e aprimorar a experiência educacional dos estudantes. A garantia de uma formação continuada para os educadores, por meio de cursos, palestras e debates, desempenha um papel crucial nesse processo. Essa formação é extremamente necessária para que os professores possam utilizar de maneira eficiente todos os recursos e materiais disponíveis, além de promover uma abordagem inclusiva e respeitosa da rica e diversificada cultura nordestina.

Através desses programas de capacitação, os docentes têm a oportunidade de adquirir não somente novas habilidades, mas também um conhecimento aprofundado sobre a cultura nordestina. Esse conhecimento enriquece a formação dos professores, tornando-os plenamente preparados para oferecer aos estudantes uma educação de alta qualidade, alicerçada no entendimento e valorização da identidade cultural da região. Ao se aprofundarem nessa temática tão importante e relevante, os educadores têm a incrível capacidade e habilidade de utilizar uma ampla variedade de recursos pedagógicos e estratégias específicas que sejam meticulosamente direcionadas ao enriquecedor e diversificado contexto cultural nordestino.

Essa abordagem exaustivamente estudada e cuidadosamente planejada torna o processo de aprendizado dos alunos muito mais significativo, profundo, envolvente e profundamente impactante. Essa maneira de ensinar, baseada em estabelecer uma genuína e autêntica conexão com as realidades e experiências dos estudantes nordestinos, permite que suas mentes sejam tocadas e suas almas sejam nutridas. Além disso, a formação contínua dos professores, que constantemente buscam ampliar seu repertório de conhecimentos e aprimorar suas habilidades,



não somente enriquece a base de saberes dos educadores, mas também fortalece e solidifica seu compromisso inabalável com os valores fundamentais da igualdade e da inclusão que tanto prezamos e almejamos construir dentro do ambiente escolar.

Esse processo de constante atualização e aprendizado é fundamental para que os professores se tornem agentes transformadores, capazes de construir uma educação verdadeiramente inclusiva, onde todos os estudantes se sintam valorizados e representados. Assim, esses programas de capacitação cumprem um papel essencial na formação dos educadores do nordeste brasileiro, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Ao compreenderem a riqueza do imaginário do Nordeste, os professores têm a possibilidade de estimular valores como respeito, empatia e valorização da diversidade cultural, contribuindo, assim, para a formação integral dos estudantes. Portanto, é através da formação continuada, em conjunto com uma abordagem pedagógica sensível às características nordestinas, que os professores são capazes de proporcionar uma educação verdadeiramente enriquecedora, que valorize e respeite a cultura do Nordeste, fomentando assim a identidade e o orgulho dos estudantes em relação às suas raízes regionais.

Essa formação continuada permite que os educadores se mantenham atualizados em relação às melhores práticas pedagógicas, bem como às mudanças e inovações na área da educação. Dessa forma, eles podem utilizar estratégias de ensino mais eficazes, que se adaptem às necessidades e características dos alunos, promovendo assim um ambiente de aprendizado mais inclusivo e enriquecedor. Além disso, a formação contínua também proporciona aos educadores uma oportunidade de refletir sobre sua própria prática e buscar constantemente aprimoramento.

Os cursos, palestras e debates oferecem um espaço para que os professores possam trocar experiências, compartilhar ideias e discutir desafios e soluções em relação ao ensino da cultura nordestina. Em suma, a formação contínua dos educadores é indispensável para que eles possam fazer uso eficiente dos recursos disponíveis, promover uma abordagem inclusiva e respeitosa da cultura nordestina e, assim, proporcionar uma educação de qualidade aos estudantes. É através desse investimento no desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes que podemos garantir que a educação seja uma ferramenta transformadora e capaz de promover uma sociedade mais justa e igualitária. A formação contínua dos educadores é um



processo indispensável para garantir que eles estejam aptos a utilizar de maneira eficiente e eficaz os recursos e materiais disponíveis em sua prática educativa. Através de cursos, palestras e debates, os educadores têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades e conhecimentos, o que permite que eles se tornem profissionais mais preparados e atualizados diante das demandas do contexto educacional. Essa formação também desempenha um papel crucial na promoção de uma abordagem inclusiva e respeitosa da cultura nordestina. Ao compreender e valorizar as tradições, costumes e manifestações culturais presentes na região nordeste do Brasil, os educadores têm a capacidade de criar um ambiente de aprendizado que reconhece, respeita e valoriza a diversidade. Nesse sentido, a formação contínua dos educadores representa uma oportunidade valiosa para que eles possam aprofundar seu conhecimento sobre a cultura nordestina, explorando seus aspectos históricos, geográficos e socioculturais.

Ao utilizar estratégias pedagógicas que levem em consideração a literatura, a música e outros elementos culturais, os educadores podem envolver os alunos de forma mais ativa e significativa, estimulando a identificação dos estudantes com sua região de origem, bem como com a cultura brasileira como um todo. Portanto, podemos dizer que a formação contínua dos educadores, por meio de cursos, palestras e debates, é um fator essencial para promover uma educação mais inclusiva, contextualizada e enraizada na cultura nordestina. Essa abordagem não apenas fortalece a identidade regional dos estudantes, mas também contribui para uma formação mais integral, preparando os alunos para se tornarem cidadãos conscientes, críticos e participativos na sociedade. Essa valorização fortalece a autoestima e o sentimento de pertencimento dos estudantes, promovendo uma educação mais significativa e transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHARTIER, Roger. **Imaginário e Cultura Popular**. São Paulo: Global, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O Nordeste e Suas Identidades**. Recife: Edições Bagaço, 2003.



4. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. "**Imaginário e Identidade Cultural.**" In: Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 28, p. 38-47, 2008.

LIMA, Joana D'Arc de Souza. "**A Representação do Nordeste nos Livros Didáticos de História.**" In: Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 18, n. 54, p. 1023-1039, set./dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, DF: MEC, 2018.

O USO DA MEMÓRIA COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: A DITADURA MILITAR NO BRASIL EM QUESTÃO, RELAÇÃO ENSINO E APRENDIZAGEM NO COLÉGIO MASTERS GOLD EM CAJAZEIRAS-PB

Djalma Luiz do Nascimento Dantas
Mestrando do PROFHISTÓRIA-URCA
djalma.trezeano@gmail.com

Lindemberg Cavalcante Trigueiro
Graduando em História CFP-UFCG
lindemberg.cavalcante@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: O presente trabalho busca apresentar o processo de construção de saberes históricos vivenciados por meio da memória, agora reivindicada para construção deste artigo, tendo a memória como fonte histórica (LE GOFF, 2013) a ser utilizada como saberes na escola. Visa apresentar a relação entre aluno e professor durante o Ensino Médio no Colégio Masters Gold em Cajazeiras-PB, no período de 2019 a 2021. Como plano de fundo das discussões estão as reflexões de como a memória das vítimas da ditadura podem ser estudadas em contexto escolar, de modo a serem metodologicamente problematizadas com propósito de atingir a consciência histórica (CERRI, 2011) sobre o tema. Problematicando esses temas sensíveis acreditamos ser possível construir um ensino de história vultoso para uma cultura de respeito à vida e aos Direitos Humanos.

Palavras Chaves: Ensino de História; Memória; Ditadura; Direitos Humanos; Vida.

O presente artigo surge do reencontro do Prof. Djalma Luiz, com seu aluno do Ensino Médio e agora estudante de graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande no Centro de Formação de Professores - UFCG-CFP, Lindemberg



Trigueiro, ambos construíram no Masters Gold Colégio e Curso de Cajazeiras-PB período de 2019 a 2021 vínculos de aprendizagem e fraternidade, que foram além do espaço escolar.

Esta relação possibilitou o debate entre o professor e o estudante sobre a problemática do Ensino de História ao apresentar o período da Ditadura Militar no Brasil como conteúdo de conhecimento do Ensino Médio. No foco desta conversa, observaram que há uma omissão de debates acerca da problematização de temas sensíveis e violentos. A esse respeito, quando perceberam que durante os anos finais do Ensino Médio, pouco foi apresentado sobre os crimes ocorridos no período de governo militar, não se recordaram de terem debatido com grande veemência as torturas físicas e mentais, os desaparecimentos e assassinatos mal explicados pelo governo.

Ambos concordam que temas como esse devem ser melhor explanados e debatidos em sala de aula, principalmente nas aulas de história, e como saída para a introdução destes temas, o uso da memória se faz essencial, juntamente com os relatos das vítimas, de seus familiares e, também, daqueles que esperam resposta dos entes queridos, presos e desaparecidos.

Estes relatos deveriam e necessitam ocupar plano central nos debates e exposições nas aulas, a fim de combater o negacionismo e até mesmo o falso heroísmo dos militares, evidenciados na sociedade contemporânea em que vivenciamos a democracia, mas que parece desconhecer ou ignorar o poder opressor de regimes autoritários.

Obviamente, consolida-se nesse debate a clareza de que as relações de ensino e aprendizagem que vivenciaram e construíram nos anos finais do Ensino Médio, onde estiveram juntos compartilhando saberes e aprendizagens, foram importantes na formação desta concepção. Importante frisar, que o ambiente escolar no Masters Gold Colégio e Curso, permitiu e buscou preconizar em suas diretrizes educacionais a aplicação da “Pedagogia da Liberdade” permitindo assim a aplicação de uma “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito” (FREIRE, 1967).

Não sendo surpresa, que este reencontro, acendesse a problemática de como se trabalhar a ditadura e seus temas sensíveis na sala de aula, na ocasião de Lindemberg debruçar seu olhar de estudos na graduação para a Memória das vítimas do Regime Militar, tendo em vista que houve, durante anos, um forte influência do estado em querer silenciar



essas vozes.

A política estatal de virar as costas para o passado para preocupar-se só com o futuro, não trouxe nenhum tipo de alívio para aqueles setores da sociedade que foram vítimas da ditadura e em nada contribuiu para que as novas gerações conhecessem uma experiência histórica que marcou, na carne e na consciência, parte da geração dos pais e avôs. Se mais esquecimento significou menos verdade (PADROS, 2012, p. 65).

Logo, quando Lindemberg se deparou com as primeiras leituras sobre o tema, questionou-se e, em conversa com o professor Djalma Luiz, indagou: Por qual razão a Memória das vítimas da ditadura foram pouco trabalhadas e assim silenciadas durante nossas aulas de História do Ensino Médio? Ora, se tratando uma instituição particular de ensino que não impõe ideologias, dogmas religiosos ou censuras nas aulas, juntos passamos a refletir as causas deste distanciamento da memória das vítimas naquele período.

Como base nessa inquietação, se há uma condução do processo de ensino e aprendizagem pelas diretrizes governamentais, percebemos que o uso da Memória pode ser uma fonte para se fazer presente e ouvidas as vítimas e suas vozes, nas aulas de História quando se propõe a estudar a Ditadura Militar no Brasil.

O primeiro ponto de análise, para compreender o esquecimento e apresentar alternativas para torná-los visíveis, é o de compreender os currículos e suas grades curriculares como prisões impostas para o controle educacional, quase sempre amarrados ao livro didático como principal condutor do percurso educativo, afinal os livros também são imposições dos governos vigentes. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não se faz menção ao combate a regimes autoritários, de forma a suavizar a ditadura como nos apontou Walter Benjamim, onde apresenta a seguinte redação na competência 05: “Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos (BRASIL, 2017 p.558).

Ao tempo que nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's, permite-se ao professor, de forma subversiva, utilizar a memória como estratégia pra incluir em suas aulas de história as vítimas como figuras centrais do período de opressão que deve ser despido da



falsa moralidade, honestidade e patriotismo que escondem a parte obscura das suas ações de opressão em nome do poder. Os PCN's permitem que o docente em história traga para o contexto escolar o que a burocratização do Estado dificulta e impede, pois a memória das vítimas são luzes para se desvendar o passado, em tempos em que as futuras gerações precisam descobrir e, assim, impedir que se repitam.

Um compromisso fundamental da História encontra-se na sua relação com a Memória, livrando as novas gerações da “amnésia social” que compromete a constituição de suas identidades individuais e coletivas. O direito à memória faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas. A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido” (BRASIL, 1988, p. 26 – 27)

Para esta tarefa, foi possível também refletir que a memória das vítimas pouco aparece nos materiais didáticos, cabendo ao professor e aos alunos buscarem ser subversivos a ordem vigente. Para reafirmarmos a percepção de silenciamento durante as aulas vivenciadas no Ensino Médio, procuramos no livro didático utilizado na época, encontrar quais foram os subsídios por ele fornecidos para o ensino e aprendizagem dos saberes da Ditadura. O livro utilizado para estudos foi *História 3*, editora Saraiva (VAINFAS, et. e tal. 2021) que tem o capítulo 09 dedicado ao tema aqui discutido.

Logo no capítulo 13 os autores apresentam a imagem de uma escultura de um homem sendo torturado, abrindo os questionamentos sobre a violência empreendida pelo exército para quem indispôs-se ao regime, o tão simbólico e cruel *Pau de Arara*. “O monumento Tortura Nunca Mais está localizado na praça Padre Antônio Henrique Pereira, no centro de Recife, às margens do rio Capibaribe. Obra do arquiteto Demétrio Albuquerque, foi inaugurado em agosto de 1993” (VAINFAS, et. e tal. 2021, p. 219).



(Figura 1: Imagem retirada do livro História 3. Editora Saraiva. VAINFAS, et. e tal. 2021, p. 219)

Embora o livro traga imagens marcantes que permitem aos alunos visualizar, estas representações do passado, muitas vezes simbólicas como apresentado por Peter Burkert (2017) como ideais de valores sem a devida orientação, pode ser manuseada pelas forças de poder como propaganda visual, podendo ser usada para a manipulação das massas, o que representa, para o autor, é que a “imagem subversiva” tem seu impacto. Porém refletimos ser necessário à apresentação a memória que lhe atribui sentido, não de beleza escultural, mas da dor de quem conseguiu sobreviver às torturas impostas e que não tem sua narrativa presente no capítulo estudado.

Consoante ao pensamento de Jeane Gagnebin (2015), compreendemos que a falta de exposição das atrocidades, talvez pela falsa impressão de não cometimentos de crimes pelos agentes governamentais no período, a dita Lei da Anistia⁹⁰, contribuiu significativamente para a falsa compreensão da sociedade de que houve uma “Ditamole”, onde não há condenados não existem culpados, o que dificulta indicação dos mal feitos que ficam sempre na interpretação do subjetivo a ser lecionado pelo professor/historiador.

Ainda, segundo Gagnebin:

⁹⁰ Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.



(...)a ditadura brasileira, tantas vezes celebrada como ditadura suave (ver o jogo de palavras infame entre “ditadura” e “ditabranda”), porque não assassinou um número tão grande de vítimas como seus ilustres vizinhos, é uma ditadura que não é somente objeto de uma violenta coerção ao esquecimento, mas também é uma ditadura que se perpetua, que dura e contamina o presente. (2015. p.06)

O livro didático que foi utilizado, apresenta o período de forma amena, sem apontar o enfoque crucial das perseguições, prisões, exílios e todos os crimes que foram anistiados, assim como a lei o livro didático, segue olhando para a ditadura para ações políticas, desenvolvimentistas, econômicas e de infraestrutura, devolvendo ao povo, pacificamente, a democracia, colocando as forças armadas como fiadoras do processo de redemocratização.

Em 2021, durante a pandemia, os contatos aconteceram online em aulas virtuais, vivenciamos a história e sobrevivemos a pandemia de COVID-19, nada se compara às dores sofridas pelos violentados pelo Regime, mas o distanciamento favoreceu a perpetuação do esquecimento que se apresenta na memória das vítimas da Ditadura. Preocupados em sobreviver e se adaptar às realidades impostas, buscou-se cumprir os prazos e conteúdos estabelecidos como indispensáveis para o êxito dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Estabelecemos como fatores preponderantes para entrave, o desenvolvimento de atividades pedagógicas que utilizassem a memória das vítimas no contexto de aprendizagem escolar no período em questão.

Assim, pensar que as dificuldades enfrentadas por ambos, podem ter sido reverberadas por outros alunos, nas mais diversas escolas do país, coloca-os a refletir de como a falta da memória das vítimas da ditadura no ensino de história podem contribuir para a formação de um senso comum que deságua nos atos de 08 de janeiro de 2023, no qual grupos conservadores desprezaram os acontecimentos históricos passando a defender nas ruas o retorno do regime autoritário, parece que vivenciamos a amnésia Social (MOTTA, 2016).

Defendemos ser necessário o uso da Memória para:

A reconstrução da memória através de textos e não de oradores coloca mais claramente do que nos nossos exemplos anteriores o problema de saber em que medida a memória é determinada pelas linhas narrativas características de um dado gênero, (...) põe também em destaque a questão



de quem controla a comemoração em determinada sociedade, (...) Mas o papel do passado distante e alheio como ponto de referência histórico (e moral) é a questão que mais convém desenvolvermos aqui, pois tem vários paralelos imediatos. (FENTRESS, WICKHAM, 1992, p. 133).

Para consolidar esta reconstrução, defendemos que a Memória Social, apresentada na medida do possível nas aulas de História como fontes permanentes de denúncia, tendo sido o nosso país o único a não levar aos tribunais os torturadores de farda na América Latina, cabe aos professores, de forma subversiva, levar esses saberes para a sala de aula e de pronto para a sociedade, pois as violações que foram praticadas em torturas, assassinatos e desaparecimentos das pessoas que contrariaram o governo autoritário, merecem ser publicizadas para todo o mundo afim de explicar os reais acontecimentos que aqui houveram sem haver justificativa para anistia.

De alguma forma, é dever histórico não permitir o esquecimento dos heróis da pátria que se opuseram à forte opressão. Entendemos que é preciso revidar. As vítimas tiveram de conviver com as mais diversas representações de apagamento e aniquilação de quaisquer confirmações que evidenciassem a participação suja do Estado nessa calamidade que deixou marcas irreparáveis na sociedade, e esse trabalho deve ser iniciado nas salas de aula (Dantas, 2022).

As ruas, as famílias e as redes sociais, estão tomadas por imposições de ideologias extremistas conservadoras que tentam deslegitimar o papel do professor e da História utilizando destes espaços, buscando adquirir controle e manipulação dos sistemas sociais vigentes. Sendo de responsabilidade da escola, sobretudo do professor de História buscar reapresentar os valores democráticos conquistados com suor pelos opositores ao regime ditatorial, que marcou profundamente a vida dessas pessoas.

No decurso do tempo, ocorreram diversas institucionalizações de organizações que visam memorar vítimas em benefício de elucidar o doloroso passado sofrido por tais e não deixar aquela *mancha* cair no esquecimento para que se recorde a todo momento, pois “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”. (Bloch. 1949). Diante disso, é notória a proeminência da fundamentação de apontamentos que desvendem a história a partir do passado, para proporcionar ao menos uma contextualização base para as inúmeras discursões e debates atuais no meio historiográfico.



(...) mais importante que **a punição** – e mesmo que a reparação – continua a ser a palavra de justiça que estabelece publicamente as responsabilidades de cada um dos protagonistas e designa os lugares respectivos do agressor e da vítima numa relação de justa distância. (RICOEUR, p.481)

No intuito de impedir o esquecimento e rematar dados sobre as violações dos Direitos Humanos cometidas no período que compreende meados de 1946 a 1988, é instituída em 16 de maio de 2012, durante o Governo de Dilma Rousseff (2011-2016), a Comissão Nacional da Verdade. Segundo o relatório final da CNV, entregue à presidenta Dilma em dezembro de 2014, morreram ou desapareceram no Brasil, 434 pessoas durante a ditadura, os que sobreviveram relatam as dores que precisam ser levadas os ouvidos dos estudantes.

Para que não se esqueçam, assim relatou o que sofreu a professora Izabel Fávero:

E aí, no dia seguinte, nós fomos embarcados, eu numa ambulância, meu marido num caminhão do Exército, e eles deixaram entender que iam nos levar para Curitiba, a gente saiu e ninguém sabia o nosso destino. Mas eles trouxeram a gente para o Batalhão de Fronteira. O prazer deles era torturar um frente ao outro e dizer “olhe, sua vadia, ó ele está apanhando por culpa sua que você não quer colaborar”, entendeu? Ou o contrário, entende? Era um jogo de tortura psicológica, física, pra desestruturar mesmo, desestabilizar a gente. Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um carma, a gente, além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja. (Fonte: NONADA)

Outro relato marcante de Robeni Baptista da Costa, estudante:

69, eu fui presa na sala de aula. Eu estava fazendo uma prova de... não me lembro do nome da matéria, mas o professor chamado Espina. Eu estava fazendo, estava lá no meio da turma, de repente eu vi dois homens na sala, chamaram o professor e tal... terminei a prova e fiquei enrolando, enrolando... um colega saiu, chamado Milton. Milton saiu e me mostrou também para os homens, para os dois homens. “Estou presa!”. Chega uma hora não tinha mais ninguém, eu tinha que sair. Conversei com o professor: “Professor, eu vou ser presa, por favor, conte para alguém”. “Mas eu nem sei se você é minha aluna! Eu nem sei se você é minha aluna”. Aí, os homens lá, eu saí... algemada na hora. No dia seguinte de manhã, os caras atiraram para cima tudo o que eles tinham, para cima, para o ar. E aí, eles se abraçavam, gritavam... ih, aconteceu alguma coisa. No dia seguinte de



manhã os caras chegaram batendo na porta: “Pode pegar, pega tudo o que cada um tem, pode ir embora, estão liberados.” Sem processo, sem nada, nada, nada. Saí na banca, vi na banca, era Marighella...ele foi morto no dia 4, eu saí no dia 5 de novembro. (...) Nisso, em fevereiro de 71 eu fui presa de novo, e aí eu fui presa e a coisa veio...o tal do repique. De madrugada os caras chegaram me arrebatando, procurando armas. Não tínhamos armas porque nós não éramos do chamado grupo tático armado. Mas mesmo assim eu fui torturada, não no pau de arara, porque tem muita gente que fala que foi para o pau de arara. Eu vi um cara no pau de arara, que foi o Alcides Mamizuka, o meu companheiro.

Para além dos depoimentos marcantes, o uso de recursos digitais está disponível para estudantes e professores. Inúmeros documentários com relatos dessas vítimas que podem ser usados como fonte para evitar o esquecimento, são fontes da memória fecunda que permitem, durante o processo de aprendizagem, observar com os próprios olhos, e ao menos tentar sentir as dores dessas pessoas que lutaram por democracia. Mesmo não sendo estimulados pelos livros e currículos, pode-se se fazer presente, respeitando a complexidade dos temas sensíveis, estimular a reflexão e defesa da democracia.

A este serviço, apontamos os seguintes documentários, para inserção da memória como fonte da aprendizagem: História de três vítimas dos "porões da ditadura" e o Documentário "Memórias Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar" encontrados no Youtube. A seguir, link e QRCODE de acesso, para conhecer os relatos do período, narrados por quem vivenciou a história e nela foi sujeito da luta pela Democracia que conhecemos hoje.



(Figura 2: Imagem retirada do Youtube)



(Figura 3: Imagem retirada do Youtube)

<https://www.youtube.com/watch?v=YWtuhUsn5ao>



(Figura 4: Imagem retirada do Youtube)



(Figura 5: Imagem retirada do Youtube)

<https://www.youtube.com/watch?v=WyTwjZAH7SI&t=23s>

Como afirma o documentário “Memórias Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar” (projeto do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – Instituto de História/UFRJ), existe um campo de estudos voltado para a reflexão e produção bibliográfica, onde há um maior destaque acerca da contribuição da memória das vítimas para a averdicação dessa violência política.

Atualmente, muitos países buscam, pontualmente, responder às violências e repressões a partir, principalmente, da história oral, viabilizando o testemunho dessas tristes experiências para a verificação e comprovação desses eventos, lutando veementemente contra a abstração desses fatos. Essas comprovações são consideravelmente virtuosas para o debate em sala de aula, sobretudo durante as aulas de história, onde esse debate tem ainda mais valor agregado.

No mesmo documentário, entrevista-se Nair e José Guedes, ambos ex-presos políticos e exilados. Nair relata detalhes da vida durante a clandestinidade, dando enfoque às marcas físicas e mentais, bem como as angústias com as quais tem de conviver. Segundo o documentário, “Os depoimentos não devem ser a fonte exclusiva para o entendimento do processo histórico, mas são fundamentais para o entendimento das representações subjetivas de uma época [...]”.



Outro depoimento é de Rose Nogueira, integrante do Grupo Tortura Nunca Mais – SP. Rose menciona alguns momentos de abusos sexuais: “Esse abuso, essa coisa horrível da tortura, não dá pra imaginar, não dá... eu sei que foi comigo, mas foi com os outros também, e continua sendo, aí no Brasil”. Neste relato, Rose nos ajuda a compreender momentos sublimes ocorridos durante os aprisionamentos que viabilizam preencher lacunas deixadas pelo vazio do silêncio e atestar que a tortura não se fez presente tão somente de maneira física, mas também mental, provocando profundos e severos traços que jamais serão esquecidos ou vencidos na memória das vítimas.

Hoje, no Brasil, o debate público ressalta a preocupação com a existência do negacionismo, em que o esquecimento e a reparação são palcos para discursões atuais particulares, principalmente em razão da busca pela memória das vítimas através de relatos das próprias vítimas e/ou de familiares que almejam a punibilidade dos responsáveis, ganhando maior destaque e visibilidade no âmbito político.

O (des)cohecimento histórico é um dos principais causadores da perda identitária pelo sujeito que não busca representação memorialista, ou seja, no caso do negacionismo neste contexto, a identidade vai sendo fadada ao esquecimento na medida em que essa reprodução simbólica e ilustrativa está sendo colocada em segundo plano no Ensino de História, nas salas de aula, mas sobretudo, no papel individual do sujeito histórico, tendo que buscar o reconhecimento do passado e combater tal apagamento.

Conclui-se, portanto que, amparado de todo esse debate acerca do uso da Memória para o ensino de história, é incalculável a importância da inserção de temas sensíveis como a Ditadura Militar, bem como a memória das vítimas nas discussões em sala de aula; mas vai além disso, é necessário que os livros didáticos também sejam símbolos dessas representações de luta contra o negacionismo.

Diante desses debates entre o professor de história e o aluno, hoje, graduando em história, percebeu-se a carência de olhares empáticos e despertou, dentro desse questionamento, a fundamentação da memória no debate contextualizado na Ditadura Militar durante as discussões nas aulas de história nos anos finais do Ensino Médio.

Referências



WESCHLER, Lawrence, - Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores. TRad.: Tomás Bueno. **Projeto Brasil: nunca mais**, tomo III. Petrópolis, Editora Vozes, 1988

Norberto Bobbio. **Estado, governo, sociedade: fragmentos de um dicionário político**. Imprensa: São Paulo, Paz & Terra, 2017.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da História ou O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, pp.

Weichert, M. A. (2015). **o relatório da comissão nacional da verdade**.

CONQUISTAS E DESAFIOS. **Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 50. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/24040>

RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e memória. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 16, n. 17, p. 179-200, 2003.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JR, Rubens; VEDDA, Miguel. **Walter Benjamin: experiência histórica e imagens dialéticas**. SciELO-Editora UNESP, 2017.

VAINFAS, Ronaldo (et. al.). **História 3: Ensino Médio**. São Paulo: Saraiva, 2016.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. São Paulo: Unesp 2017.

Projeto Marcas da Memória UFRJ. Documentário “**Memórias Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar**”. YouTube. 2015. <https://www.youtube.com/watch?v=YWtuhUsn5ao>

SC - Sessão Coordenada de temática Livre
Coordenação:
Prof. Dr. Matheus Maria Beltrame (UFCG)
Prof. Dr. Leandro N. de Souza (Universidade Católica de Pernambuco)

“EU QUERIA CONHECER UMA BRUXA”: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO DO REGIMENTO AÉREO FEMININO RUSSO 588. (1942-1945)

Ysla Maria Farias

Universidade Federal de Campina Grande

ysla.maria@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: O presente artigo problematiza as vivências das mulheres russas do regimento 588 durante a Segunda Guerra Mundial compreendendo os sistemas de pensamento e construções históricas que dão suporte a relações de gênero presentes em sua narrativa. Teoricamente, pouso sobre as reflexões da História das relações de gênero, História Cultural e Memória cujas referências usadas foram; Joan Scott (1995), Rachel Soihet (1997), Marlene de Faveri (2002), Roger Chartier (1990), Maurice Halbwachs (1968), Michael Pollak (1989). Além disso, como fonte bibliográfica será o livro *as bruxas da noite a história não contada do regimento aéreo feminino russo durante a segunda guerra mundial* (2019), da jornalista e escritora, Ritanna Armeni se fará presente no trajeto e o documentário *Night Witches* (2013), produzido por Gunilla Bresky.

Palavras-Chave: Segunda Guerra Mundial; Gênero; Mulheres; Ritanna Armeni.

Introdução

O intuito de estudar o regimento 588 tem suas raízes tanto no diálogo de trazê-las como sujeitos munidos de historicidade e memória, quanto como protagonistas de um debate historiográfico que se encontra ainda pouco discutido e problematizado. Tanto se fala na marca que as mulheres deixam e deixaram na História, mas há alguns recortes que se encontram poucos discutidos e evidenciados, desse modo, é aqui que se encontra a justificativa de evidenciar o regimento 588, as memórias e subjetividades das mulheres deste regimento se tornam ausentes a partir dos poucos trabalhos acadêmicos.



Ademais, a partir do estudo e contato com as discussões da História das relações de gênero, História Cultural e Memória, permite-se um olhar mais instigante sobre a narrativa desse regimento, esse objeto de estudo faz parte de uma pesquisa ainda em andamento, a qual se debruça sobre a análise e compreensão das relações de gênero enfrentadas por essas mulheres, normas de gênero construídas historicamente, sobretudo, categoria moderna usada como mecanismo de poder e controle sobre indivíduos, corpos e identidades.

Nesse sentido, aqui será proposto uma explanação em termos mais teóricos e de impressões preliminares sobre as fontes. Dentre os objetivos estão problematizar a escrita de uma História única sobre a guerra, escrita do ponto de vista masculino; Analisar o contexto histórico em que o regimento 588 estava inserido e a representação da mulher no período de guerra; Compreender a representação do regimento feminino 588 para suas integrantes, a partir da literatura e do documentário.

Nesse sentido, é proposto compreender historicamente as representações sobre as mulheres e a guerra e as relações de gênero presentes na narrativa do regimento 588, a partir da historiografia e as fontes: o livro *As bruxas da noite a história não contada do regimento aéreo feminino russo durante a segunda guerra mundial* (2019) e o documentário *Night Witches* (Bruxas da Noite).

Sendo assim, é preciso, portanto, utilizar a fonte fílmica de forma que irá proporcionar maior diálogo com métodos, e abordagens. A fonte proporciona uma abordagem que se desloca além do método e de sua reprodução, ela pode ter diferentes faces de acordo com seus componentes. As fontes e abordagens utilizadas precisam estar em constante diálogo e reflexão. O movimento de construção da presente pesquisa se ancora na reflexão e deslocamento dos objetos, que serão utilizados de forma dinâmica percebendo os aspectos e suas individualidades, restrições e possibilidades de utilização.

Assim como o cinema, a literatura tem seu papel social e sua individualidade do ponto de vista metodológico. Tânia Regina e Carla Bassanezi em *O historiador e suas fontes* (2009), atesta para os aspectos que o historiador deve estar atento para a utilização da fonte literária: “será preciso, contudo, estar atento aos ambientes socioculturais do período analisado para se evitar o tratamento anacrônico da fonte” (2009, p.82).



O masculino e a escrita de uma História única sobre a guerra

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), é um acontecimento que faz parte de um processo transformador do século XX. Nesse âmbito, o conflito militar sangrento contou com dois protagonistas: os Aliados (Grã-bretanha, França, URSS, EUA) e o Eixo (Alemanha, Itália, Japão). Dentre suas causas estão, obviamente, a primeira guerra mundial que deixou muitas questões na Europa, como o revanchismo alemão, desenvolvido através do tratado de Versalhes (1919) assinado após a primeira guerra, colocando a Alemanha como a principal culpada desse conflito. Segundo, os EUA tiveram a Segunda Guerra como alternativa para sair da crise de 1929. Terceiro, houve a ascensão de regimes totalitários, o Nazismo e o Fascismo e por fim, a Revolução Russa (1917) e aí o socialismo era considerado um inimigo do Nazismo. Eric Hobsbawm aponta: “Era, de ambos os lados, uma guerra de religião, ou, em termos modernos, de ideologias. Foi também, e demonstravelmente, uma luta de vida ou morte para a maioria dos países envolvidos” (1995.p.40).

Dito isso, é importante destacar que existiu muitos conflitos em torno destas datas que marcam o início e o fim desse grande conflito, com a tensão em volta da Alemanha, Inglaterra e França em 1939 fizeram um acordo com a Alemanha chamado de acordo de Munique, esse acordo tinha como principal a condição de que a Alemanha apenas anexasse os sudetos da Tchecoslováquia. A Alemanha queria anexar essa área com a ideia de que os sudetos faziam parte do que Hitler chamava de “raça ariana”, etnia que os nazistas acreditavam ser uma etnia superior.

Ao longo dos desdobramentos, em 1939 temos o pacto Nazi-Soviético (Molotov-Ribbentrop), que seria um tratado de não agressão e a divisão do leste Europeu entre Alemanha e URSS, com o objetivo de evitar um conflito inicial, esse seria um tratado de paz momentânea entre os dois inimigos e também uma estratégia de guerra. Em 1941, a Alemanha invade a URSS, e desrespeita o pacto Nazi-Soviético. Em meados de 1945, os aliados conseguiram enfraquecer as forças do Eixo. A Alemanha se enfraquece mais ainda com a batalha de Stalingrado (1942-1943), a URSS resiste em seu território aos avanços dos alemães e depois parte para o contra-ataque, após a derrota da Alemanha nessa batalha a frente oriental começa a ter grandes avanços da URSS. Eric Hobsbawm em *Era dos extremos: o breve século XX* (1995) comenta sobre essa invasão:



A guerra foi revivida pela invasão da URSS por Hitler em 22 de junho de 1941, a data decisiva da Segunda Guerra Mundial; uma invasão tão insensata — pois comprometia a Alemanha numa guerra em duas frentes — que Stalin simplesmente não acreditava que Hitler pudesse contemplá-la. Mas para Hitler a conquista de um vasto império territorial oriental, rico em recursos e trabalho escravo, era o próximo passo lógico, e, como todos os outros especialistas militares, com exceção dos japoneses, ele subestimou espetacularmente a capacidade soviética de resistir (Hobsbawm, 1995, p.38).

É nesse amplo emaranhado histórico que as “Bruxas da Noite” se destacam, elas aviadoras soviéticas que serviram na Segunda Guerra Mundial, fazendo parte do 588 regimento de Bombardeiros Noturnos Da Força Aérea Soviética. Assim, inteiramente composto por mulheres, ganharam esse apelido pelos alemães justamente por suas habilidades de voo e bombardeios noturnos, e incríveis missões bem sucedidas. Esse enfático regimento foi criado em outubro de 1941, durante a invasão alemã da União Soviética, como figura central em sua trajetória tem a comandante Marina Raskova, que como pioneira na aviação soviética, impulsionou a criação de unidades privilegiadamente femininas contribuindo para o esforço de guerra, mulheres que de forma voluntária se colocaram a serviço do Estado Soviético, passando por períodos de formação e recrutamento.

Dessa forma, as bruxas da Noite pilotaram principalmente os bombardeiros leves como o Polikarpov Po-2, aeronave simples que se fez muito eficaz e habilidosa para missões noturnas de baixa altitude, sendo de difícil captação por radares inimigos e facilitando uma abordagem e ataque inesperado. Tal regimento participou ativamente em missões de reconhecimento e ataque, principalmente nas batalhas da Frente Oriental, enfrentando temperaturas super baixas, equipamentos quase que insuficientes e uma ameaça constante da defesa antiaérea alemã.

Assim, a unidade ganhou reconhecimento por tais habilidades em combate, cerca de 30 mulheres do regimento 588 foram condecoradas com títulos de Herói da União Soviética a mais alta distinção militar na USS; essas mulheres desempenharam um papel essencial no esforço de guerra na União Soviética, estando presente e resistindo contra a invasão alemã, lidando normas de gênero e ideologias políticas que desvalorizavam a face feminina da guerra.



As marcas dessas mulheres se fizeram na literatura e no cinema, proporcionando assim meios de reconstrução de sua narrativa, rompendo com o silenciamento e apagamento de sua história.

Mas por que é tão importante a atuação das mulheres soviéticas? historicamente as mulheres de forma geral, foram colocadas como secundárias em processos históricos e sua atuação nesses processos estava ou relacionada ao masculino ou direcionada ao privado, a casa, filhos, tomar conta do lar enquanto os homens iam para a guerra. Além disso, conflitos políticos como esse são rotineiramente contados a partir de um ponto de vista masculino de atuação e as mulheres resta apenas o papel de passividade.

Desse modo, muito se produziu sobre a atuação masculina nesses lugares, seus anseios, os problemas no front, suas aspirações políticas e seu desejo “patriótico” de ir a guerra e assim se fazer atuante na história, enquanto as mulheres faziam parte de uma guerra secundária e invisibilizada. No entanto, há o fato da participação das mulheres sim nesses períodos, principalmente entre os países aliados, e apesar de fazer um recrutamento enorme de mulheres, quem se destacou mais foi a União Soviética. Giovanna Bem Borges e Deborah Bem Borges ainda comentam: “A União Soviética foi o único país, dentre todos os que tiveram políticas de recrutamento feminino, a permitir oficialmente o alistamento de mulheres para posições combatentes” (2022, p.199).

Portanto, quando enfatiza-se uma temática tão importante, mostra não só essa visibilidade mascarada por uma história essencialmente masculina, como também trazemos as memórias que tem seu papel social e de humanização desse período e suas participantes. O livro *A guerra não tem rosto de mulher* (2016), expõem através de depoimentos de mulheres que estiveram presentes no front, o cotidiano e como se faz importante a memória feminina para entender e escrever uma História não contada da guerra, uma “guerra feminina” pouco explorada.

A memória feminina é tão importante e tem suas características únicas, escrevem uma História não contada, seus depoimentos carregam cargas de sensibilidade, dor, e sentimento. Assim expõe Svetlana Aleksievitch:

A memória feminina sobre a guerra, em termos de concentração de sentimentos e de dor, é a que tem mais “tempo de exposição”. Eu até diria que a guerra “feminina é mais terrível que a “masculina”. Os homens se escondem



atrás da história, do fatos, a guerra os encanta como ação e oposição de ideias, diferentes interesses, mas as mulheres são envolvidas pelos sentimentos. (Aleksiévitch, 2016, p.20)

O livro *O perigo de uma História única* (2009) da escritora Chimamanda Ngozi nos instiga a questionar Histórias únicas sobre culturas e sujeitos. Chimamanda narra sua experiência enquanto criança e jovem africana aborda como somos bombardeados de histórias únicas, cheias de preconceitos e representações pejorativas de culturas e pessoas, fazem-nos vendados diante de nossa ancestralidade e representatividade. Desse modo, ao longo da História, o corpo feminino se encontrou longe das histórias oficiais que escreveram sobre a guerra. Grandes homens, grandes atiradores, grandes defensores da pátria esses e outros termos estavam atrelados aos homens que se dedicaram a esse período, mas enquanto as mulheres?

Chimamanda Ngozi coloca que: “Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa” (2009, p.03). A partir disso, compreendemos como a figura masculina desde cedo na história foi contemplada como figura munida de poder, sempre presente nos espaços públicos, no meio político como atuante de uma sociedade e a mulher ao espaço privado, de atenção secundária.

A história feminina na guerra é muito contada a partir de seus testemunhos, tornando um campo permeado por silêncios e relativamente novo por não não estarem acostumadas a serem ouvidas. Assim, os homens se percebem como indivíduos permeados pelo poder de contar a guerra, acontecimento que o tem como principal contador. Svetlana Aleksiévitch aponta sobre esse lugar masculino:

Fui procurar uma mulher na fábrica de tratores de Minsk ela tinha sido franco atiradora. E famosa. Apareceu mais de uma vez em manchetes de jornal. As amigas dela me deram o número do telefone de sua casa em Moscou, mas era antigo. Sobrenome também, eu só tinha o de solteira. Fui à fábrica onde, como eu sabia, ela trabalhava, e no departamento pessoal escutei dos homens (do diretor da fábrica e do chefe do departamento): “Por acaso falta homem para isso? Para que você quer essas histórias de mulher? Fantasias de mulher...”. Os homens tinham medo que elas não contassem direito a guerra (Aleksiévitch, 2016, p.21).

Logo, na História dita oficial, as mulheres têm seus discursos negligenciados, ora por uma historiografia masculina como já vem sendo argumentado, ora pelo silenciamento de



suas memórias e testemunhos. Isso mostra cada vez mais a singularidade da memória e o movimento de lembrança dessas mulheres. Portanto, o conceito de Memória e seu valor enquanto fonte que pode nos levar para conhecer o regimento. A memória antes de pensar o seu valor histórico é importante pensar seu papel social, o qual assumiu diversas formas de expressão, de utilização e significados para as sociedades. Le Goff destaca: “Além disso, é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (2003, p.476).

A memória e a Historiografia se relacionam e cada uma tem sua forma de atuação e de diálogo com a outra, a Historiografia é um dos inúmeros lugares de memória, mas não se limita apenas a esse lugar, a mesma pertence a um lugar bem mais amplo do que simplesmente portadora de memórias. Barros frisa: “A Historiografia moderna vale-se da memória coletiva e das memórias individuais como um de seus recursos disponíveis para a produção do conhecimento historiográfico” (2009, p.38). Ademais, por mais que tenham uma relação de diálogo e interajam entre si, as duas não se confundem.

Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs em seu livro *A memória coletiva* (1968), coloca que a memória individual não é apenas um processo individual, mas também um movimento de influência da memória coletiva. Assim, sofrendo intervenções de grupos e refletindo a temporalidade no qual o indivíduo está inserido. Os indivíduos possuem a capacidade de acessar os modos de pensamento, representações de grupos os quais estavam inseridos. A lembrança se torna uma construção de um processo social, coletivo e afetivo. Halbwachs aponta essa influência entre a memória coletiva e individual e como uma pode ter fragmentos da outra. Halbwachs aponta:

A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (Halbwachs, 1968, p.54)

Maurice (1968), ainda coloca que a memória individual nunca está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente



necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Assim destaca: “Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade” (1968, p.54).

É imprescindível, sobretudo, na abordagem das memórias do regimento debruçar-se sobre o que Michael Pollak em *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), discorre sobre o “não-dito” e como existem os silêncios e zonas de sombras nas memórias permeadas por uma angústia de não encontrar uma escuta ou medo de ser punido por mal-entendido daquilo que foi dito. Michael Pollak expõe sobre a fronteira entre o dizível e o indizível:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p.8).

Pollak (1989), ainda aborda o caráter uniformizador, destruidor e opressor da memória coletiva nacional, o mesmo ainda coloca que não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisa, mas de analisar como os fatos sociais se tornaram coisas e que essa abordagem vai se interessar pelos atores e processos que fazem parte da formalização das memórias. Pollak destaca:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional (Pollak, 1989, p.4).

Desse modo, quando pensamos a História do regimento 588, trazemos aquilo que Halbwachs e Pollak pensaram enquanto memória e enquanto o “não dito”, porque temos o movimento de entrecruzamento entre a memória coletiva e a memória individual ao longo dos depoimentos presentes no livro *As bruxas da noite a história não contada do regimento aéreo feminino russo durante a segunda guerra mundial*, escrito pela jornalista e escritora Ritanna Armeni, no qual, entrevista Irina Rakobolskaya de 96 anos, ao decorrer da leitura e seus depoimentos emocionantes, Irina lembra de seu grupo num movimento de entrecruzamento de suas memórias com as das colegas que estavam nesse percurso. Ritanna Armeni escreve:



Enquanto vê as fotos, Irina fala de sentimentos positivos conta anedotas divertidas, e sua narração também tem o toque do bom humor e do otimismo. No entanto... no entanto, há algo que não coincide de maneira exata entre suas palavras e as imagens do grande fotógrafo. O tom desprovido de retórica, preciso, quase professoral, muitas vezes irônico da velha bruxa não oculta nenhuma das verdades que as fotos, ao contrário omitem: para as recrutas do regimento 588, o início não foi exaltante e heroico. Claro, elas eram jovens, exuberantes, quase sempre alegres e sorridentes; queriam ser fortes e corajosas, defender a pátria e tornar-se, em tudo e por tudo, iguais aos homens. Não foi fácil; muitas vezes foi triste, duro, doloroso e até humilhante (Armeni, 2019, p.123).

Assim, se faz visível o papel de uma mensagem de heroísmo e nacionalidade, é importante a forma como a mesma frisa o apagamento dos enlaces reais de uma guerra enfrentada pelo feminino de como as mulheres eram retratadas de maneira quase irreal, uma exuberância de nacionalidade, dever, ação e luta constante por um intuito quase que natural. Portanto, através das memórias da comandante pode-se ver esse “não dito”, de maneira que a mesma reconhece os artifícios que estão por trás das fotografias, e dos discursos que a sociedade soviética tinha interesse em manter sobre as combatentes.

Regimento 588: escrito e documentado

No livro *As bruxas da noite a história não contada do regimento aéreo feminino russo durante a segunda guerra mundial*, da jornalista e escritora Ritanna Armeni, no qual, entrevista Irina Rakobolskaya, nos mostra como foi a realidade no front e de que maneira lidam com a memória. Irina Rakobolskaya se depara com a seguinte situação durante os depoimentos:

Ao chegarmos à linha de frente, vimos o Exército Vermelho em fuga... Estavam fugindo. Quando Irina começa a contar sobre o verão de 1942, seu relato é brutal. Vladimir Aleksandrovitch, funcionário do Ministério da Defesa que nos apresentou à bruxa e que de vez em quando assiste aos nossos encontros, tem um sobressalto que nos causa espanto. Em geral, ele se comporta com Irina como um devoto faria com seu santo protetor. Ouve os relatos com um misto de adoração e gratidão, quase com deferência, sempre como se fosse a primeira vez. Nesse dia, por ocasião da festa das Forças Armadas, levou-lhe um belíssimo maço de tulipas brancas. O respeito quase idólatra do funcionário ministerial não é de surpreender: a velha senhora de óculos espessos e gorro engraçado que está sentada à nossa frente é um ícone, um dos poucos símbolos ainda vivos da Grande Guerra Patriótica, fundamento no qual se baseia a identidade da Rússia de Vladimir Putin. As últimas palavras da bruxa sobre o front sul da Grande Guerra Patriótica devem mesmo tê-lo atingido, pois o devoto funcionário não consegue esconder sua

contrariedade e intervém. -Não estávamos em fuga, Irina Rakobolskaya. Talvez a senhora esteja querendo dizer que, naquele momento, decidimos nos retirar. Irina o examina com olhar interrogativo e severo, como se olha um estudante que tem a ousadia de interromper uma aula. Não, Vladimir Aleksandrovitch-responde - Quis dizer exatamente o que disse no verão de 1942, nós fugimos: diante do inimigo, nossos soldados escaparam. O afetuoso funcionário nos lança um olhar de quem busca cumplicidade, afinal, a heroína, a professora de física, e acadêmica de indiscutível prestígio, a Nachthexa tem 96 anos, pode apresentar alguma falha de memória, não usa os verbos com seu significado exato, é preciso ser compreensivo. Claro, em 1942, as tropas soviéticas se retiraram, deram espaço ao inimigo, mas no âmbito de uma estratégia militar que previa, sem demora, o ataque e a vitória. Em suma, retrocedia para avançar mais, recuava um passo para avançar dois. Com gentileza, ainda tenta corrigi-la: - Irina Vyatcheslavovna, talvez esteja querendo dizer que, naquele momento, recuamos. A bruxa fica impaciente buja, faz um gesto com a mão como para apagar palavras inúteis e supérfluas, depois diz des tacando cada sílaba- Não, Vladimir Aleksandrovitch, nós fugimos, fugimos mesma. Os alemães avançavam, estavam perto do monte El brus, estavam para alcançar nossas reservas petrolíferas, e não conseguimos detê-los. Foi isso que encontramos na linha de frente em 1942. A Vladimir Aleksandrovitch só restou calar-se. A bruxa mostrou as garras e, com poucas frases, silenciou-o. Contará a história como ela própria a viu e viveu, e em seu relato não respeitará nenhuma liturgia; não levará em consideração nenhuma revisão oficial (Armeni, 2019, p. 135-137).

Diante de um momento crítico, Irina e outras mulheres de Moscou se candidataram a irem à linha de frente, enfrentando as adversidades que as cercavam. Dentre essas circunstâncias, as aviadoras receberam o nome de “Bruxas Da Noite”, por saberem muito bem driblar os nazistas e agir com absoluta discrição durante os ataques, sempre durante a noite. Esse livro tem sua importância para constar a atuação de um grupo de mulheres soviéticas que tiveram atuação ativa no período de guerra, mas a História única escrita por homens fez seu papel de acobertamento dessa história.

Assim, o regimento 588 é prova de que as mulheres estiveram sim presentes na guerra, e tiveram seus corpos e mentes presentes, mas por muito tempo não reconhecidos. Desse modo o uso da fonte literária, nos permite usufruir de maiores artifícios para a construção da pesquisa, é necessário atentar-se sobre a dinâmica do texto com a História e suas peculiaridades de escrita, e personalidade do autor.

O uso do livro *As bruxas da noite a história não contada do regimento aéreo feminino russo durante a segunda guerra mundial*, da jornalista Ritanna Armeni, reconstrói a



história do grupo de mulheres soviéticas, as aviadoras do 588º Regimento de Bombardeio Aéreo Noturno Soviético. Com um importante papel de liderança durante as batalhas contra o Terceiro Reich, elas prejudicam e muito a vida dos alemães durante a Segunda Guerra Mundial, aparecendo nos céus, carregadas de bombas.

Ademais, o documentário utilizado *Night Witches* (2013), produzido por Gunilla Bresky registra uma entrevista com Rufina Gasheva, Nadezhda Popova, Herói da Federação Russa Aleksandra Akimova, Irina Rakobolskaya, Irina Dryagina, Olga Yakovleva, Klavdiya Ryzhkova (Deryabina) e Raisa Mazdrina. Dessa forma, é interessante adentrarmos nos métodos para tentar compreender o cinema, tanto o ficcional quanto o documentário, e as ligações que ele possui com o meio que está inserido.

O documentário, munido de artifícios visuais e sonoros, retratam um pouco das cenas de guerra e dos bombardeiros desse período. É montado com trechos e os depoimentos dessas mulheres que colocam seus anseios, objetivos e satisfação, bem como suas renúncias ao irem para o front. Um trecho na primeira parte diz: “Eu era uma estudante, e eles irão nos transformar em químicas, físicas ou matemáticas, preciso deles. Agora temos que lutar para defender nosso país, nossa pátria, nós nascemos e crescemos nela” (Brensky, 2013).

Nesse sentido, é indispensável pensar a fonte cinematográfica como um objeto permeado por discursos, e se desprende da concepção errônea de estar longe do real, necessita de uma análise aprofundada, dando ênfase a dinâmica de aspectos subjetivos que esta sobrepostos no filme, indo além do que está sendo passado ou representado. O cinema tem cada vez mais constituído suas marcas na historiografia, sua linguagem própria e uma indústria também específica, ele também interfere na história contemporânea. Barros afirma:

A partir de uma fonte fílmica, e a partir da análise dos discursos e práticas cinematográficas relacionados aos diversos contextos contemporâneos, os historiadores podem apreender de uma nova perspectiva a própria história do século XX e da contemporaneidade. De igual maneira, como se verá oportunamente, os historiadores políticos e culturais podem examinar os diversos usos, recepções e apropriações dos discursos, práticas e obras cinematográficas (Barros, 2011, p.179).

A fonte fílmica, representa fala dos seu meio de produção e de sua recepção, hoje considerada umas das fontes primordiais para a historiografia, como forma de expressão



cultural, o cinema pode proporcionar representações de diferentes épocas e suas marcas nas imagens e reproduções de sistemas de pensamento, não apenas está determinada como expressão cultural mas também como forma de representação.

O cinema dialoga com a História e proporciona uma grande possibilidade de diálogo, discussão e interdisciplinaridade, a História se integra ao cinema e os dois fazem um processo de troca e reflexão de grande impacto. O cinema interfere na história, e com ela se entrelaça inevitavelmente. Dessa maneira, o historiador francês Marc Ferro, um dos responsáveis por trazer e incorporar o cinema ao fazer histórico, no livro *Cinema e História* (2010), esclarece que o cinema não deve ser observado apenas como arte, mas também como objeto permeado por significados. Assim coloca:

O filme, aqui, não está sendo considerado do ponto de vista semiológico. Também não se trata de estética ou de história do cinema. Ele está sendo observado não como obra de arte, mas sim como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele não vale somente aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza. A análise não incide necessariamente sobre a obra em sua totalidade: ela pode se apoiar sobre extratos, pesquisar “séries”, compor conjuntos. E a crítica também não se limita ao filme, ela se integra ao mundo que o rodeia e com o qual se comunica, necessariamente (Ferro, 2010, p.87).

Sendo assim, pensar as fontes cinematográficas de forma interdisciplinar, e seu diálogo com a sociedade, a dinâmica de fontes torna-se o tratamento e ancoragem da pesquisa mais firme, possibilita ir além de representações sociais também adentrar nas dicotomias que estão presentes nos gestos da fonte e nos seus sistemas de discursos, sua ancoragem diante destes. Barros discute:

É este nível superficial de análise que precisa ser ultrapassado pelo estudioso do cinema como objeto de significação cultural e política, seja este estudioso um historiador ou um pesquisador da comunicação. Para superar limites deste tipo, a metodologia para análise fílmica deve ser, acima de tudo, multidisciplinar e pluridiscursiva (Barros, 2011, p.194).

É indubitável, que o cinema é importantíssimo não apenas como elemento do social, mas também porque tem sua ligação com a historiografia e sua forma de atuação nela, direta ou



indiretamente. Ele é sempre permeado de marcas, gestos e o historiador tem o papel de analisar e historicizar essas marcas.

O historiador (a), ao utilizar a Literatura enquanto fonte, deve também observar como o autor do texto literário alia as regras de escritas, o estético e como é descrita a realidade social que se propõe escrever, dando atenção a sua intencionalidade no texto e marcas desse autor. Martins e Cainelli apontam:

A coerência de sentido do texto literário pode ajudar a orientar o olhar do historiador para muitas outras fontes e contribuir para que ele enxergue o que ainda não viu, de forma que a literatura possui, então, o efeito de multiplicar as possibilidades de leitura (Martins, Cainelli, 2015, p.3).

Para utilizar a fonte literária deve-se tomar os mesmos cuidados que toma ao lidar com todas as categorias de fontes, sendo necessário que se volte para ela de maneira adequada, entendendo que um livro é expressão tanto de um autor quanto de sua época e também de seus leitores, já que não se pode imaginar a Literatura sem levar em conta sua recepção. Desse modo, é necessário criar estratégias de diálogo entre as fontes, ou seja, os textos e o mundo ao qual está inserido. Tânia Regina e Carla Bassanezi ressaltam:

Isso leva aos modos de interação entre as várias dimensões culturais numa determinada sociedade (oral, letrada, popular, erudita, religiosa, científica, política, jurídica, ou de gênero, caso se queira), problema que tem sido abordado com muita pertinência pela historiografia contemporânea (Luca; Pinsky, 2009, p.82).

Logo, a literatura precisa estar inserida além do seu gênero literário, mas também no contexto ao qual ela remete, sua linguagem e o público a quem se destina, retrata ou será recepcionada, é preciso ainda estar atento a problemática a qual o historiador se debruça em seu trabalho. Luca e Pinsky colocam: “Mas a formulação do problema não nasce no vazio, ao contrário, emerge no horizonte cultural e intelectual em que vive o próprio pesquisador, o que também deve ser objeto de reflexão” (2009, p.81).

Considerações finais



É interessante pensar essas mulheres e analisar sua atuação porque vai de encontro com a historiografia já produzida, de forma que algumas produções não problematizam de forma crítica muitos lugares e situações que essas mulheres enfrentaram, também não frisa o período histórico e os mecanismos históricos e de poder que estavam por trás da ideologia Soviética.

Outro aspecto importante que vai permear a pesquisa é o estudo do conceito Gênero e a temporalidade que será abordada, como esse conceito pode ser percebido no espaço de amplas relações, e de que forma ele pode se transformar, se adaptar ou decorrer das relações desses indivíduos, tomados por questões de poder, por interesses ou também por estratégia de guerra.

O gênero pode ser percebido não apenas como relações entre homens e mulheres, pode ser entendido como mecanismos os quais esses indivíduos fazem usos para se colocarem diante de espaços, pessoas, e reforçar suas identidades. Será entendido, portanto, como conceito fluido, que pode ser atravessado pela temporalidade e pelos interesses que estão emergentes para os indivíduos no momento, sobretudo, interesses políticos. Assim frisa Scott: “O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder público tem sido concebido, legitimado e criticado” (1995, p.92).

Referências

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história. Tradução de Eri a Barbosa. Original disponível em: http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html. s/d. Tradução disponível em: <http://www.google.pt/url>, 2009.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Editora Companhia das Letras, 2016.

ARMENI, Ritanna. **As bruxas da noite**: a história não contada do Regimento Aéreo Feminino Russo Durante a Segunda Guerra Mundial. 1º edição. São Paulo: Seoman, 2019.

BARROS, José D.'Assunção. **Cinema e história-considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas**. Comunicação & Sociedade, v. 32, n. 55, p. 175-202, 2011.



BARROS, José D.'Assunção. História e memória—uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.

BORGES, Giovanna Bem; BORGES, Deborah Bem. A outra face da guerra: a militarização das mulheres soviéticas na Segunda Guerra Mundial. *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, v. 6, n. 11, p. 197-232, 2022.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Paz e Terra, 2010.

HALBWACHS, Maurice. La memoria colectiva y el tiempo. In: **El conocimiento de la memoria colectiva**. México: UAT, 1950. p. 103-137.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques et al. História e memória. 2003.

LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. O historiador e suas fontes. **São Paulo: Contexto**, 2009.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho; CAINELLI, Marlene Rosa. O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história. In: **Anais do VII Congresso Internacional de História, XXXV Encuentro de Geohistoria Regional e XX Semana de História**. 2015. p. 3889-3901.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

Vídeo

Night Witches. Gunilla Bresky. CaptainWillard1979.YouTube, 27 de Fev. de 2013. Disponível em: [Night Witches — Film by Gunilla Bresky part 01](#).

“SERTÃO SANGRENTO”: ANÁLISE DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE MASCULINIDADE, SERTÃO E VIOLÊNCIA NO LIVRO SANGUE, TERRA E PÓ (1983), DE JOSÉ DE ABRANTES GADELHA

Karine Nogueira dos Santos
Graduanda em História - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



karinendossantos@gmail.com

Yslan Wesllen Pereira da Silva
Graduando em História - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
yslanweslem87@gmail.com

RESUMO: No livro *Sangue, Terra e Pó* (1983), o advogado e escritor paraibano José de Abrantes Gadelha constrói uma narrativa memorialista que tem como personagem principal seu avô materno, o Coronel Manuel Gonçalves de Abrantes (1890-1973). A trama tem como cenário o alto sertão paraibano, um sertão marcado pela violência e pela *lei do mais forte*, onde os homens poderosos, como Manoel Gonçalves, deveriam estar sempre dispostos a agir violentamente para defender suas famílias, seus *chegados* e sua palavra. O objetivo deste trabalho é problematizar essa construção que busca associar uma suposta hostilidade do que conhecemos como sertão nordestino a comportamentos violentos, comportamentos estes que foram e ainda são tão comumente vinculados, e quase exigidos, dos homens sertanejos. Para o desenvolvimento dessa problemática, adotamos a metodologia da *análise do discurso* (Foucault, 2004) e mobilizamos as discussões sobre *masculinidades*, *sertão* e *violência* empreendidas por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999; 2013), Alômia Abrantes da Silva (2009) e Elder Patrick Maia Alves (2009).

Palavras-chave: Sertão; Masculinidades; Violência; José de Abrantes Gadelha.

INTRODUÇÃO

Não são poucas as produções artísticas, memorialísticas e, em alguns casos, até mesmo históricas em que os homens nordestinos - e mais especialmente os do Sertão nordestino - são associados a comportamentos violentos. O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em sua obra intitulada *A Invenção do Falo - uma história do gênero masculino (1920-19240)* (2013), expõe e problematiza uma série de discursos, produzidos pelos intelectuais da elite do que viria a se chamar Nordeste, que teriam constituído o tipo regional nordestino. Este tipo regional seria viril, corajoso, resistente e violento. Não poderia ser de outra forma, já que o meio e a cultura na qual estava inserido o condicionava a isso de forma determinante.

É com o objetivo de questionar, assim como outros(as) pesquisadores(as) têm feito, esse suposto determinismo geográfico, biológico e cultural a que os homens do Sertão nordestino estariam sujeitos, determinismo que explicaria e legitimaria as violências, inclusive as de gênero (Albuquerque Júnior, 2013), que desenvolvemos o presente trabalho. Nos debruçamos sobre o livro *Sangue, Terra e Pó* (1983), no qual o escritor memorialista e advogado paraibano José de Abrantes Gadelha apresenta, em forma de romance histórico, a biografia de seu avô materno, o Coronel Manoel Gonçalves de Abrantes (1890-1973).



No livro mencionado, o autor reforça os discursos que pretenderam/pretendem apresentar o homem sertanejo - no singular mesmo, visto que estes discursos desconsideram a multiplicidade, buscando um tipo ideal - como bruto, viril, resistente e violento; homem disposto a matar e morrer em defesa de sua honra e de seus protegidos. A figura que melhor representa esse tipo ideal de homem sertanejo nordestino na obra é o próprio Manoel Gonçalves, que é visto pelo neto como uma espécie de herói ou justiceiro, um homem leal e corajoso.

Nesta perspectiva, retomamos a reflexão do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior em torno das produções memorialísticas, biográficas ou autobiográficas, que se voltam para as vivências no Nordeste:

Esta literatura [que coloca o nordestino como forte, violento e temido] parece oferecer as imagens e enunciados com que muitos homens e mulheres da região vão, em suas memórias, desenhar a figura de seus pais ou mesmo a figura dos irmãos, maridos esposas ou a sua própria. A valentia, a coragem, o destemor, inclusive por parte das mulheres, a resistência até pelas armas, se necessário, a todas as afrontas, partissem elas de vizinhos, opositores políticos, representantes do governo e até membros da família, serão uma temática recorrente das memórias escritas por nordestinos. Parece não ter havido pais ou mães covardes, frágeis, medrosos nesta terra. (Albuquerque Júnior, 2013, p. 177).

Este trecho de Albuquerque Júnior (2013) define com exatidão a situação da obra aqui analisada, com uma única diferença: José de Abrantes Gadelha não atribui às mulheres sertanejas a valentia que atribui aos homens, a mulher de sua obra não é caracterizada como a “mulher-macho” sertaneja - forte, corajosa, quase temida -, as figuras femininas em sua narrativa, que se encontram em pequeno número, por sinal, são geralmente frágeis e precisam frequentemente de um homem que lhes defenda e salve.

Ao colocar as mulheres como seres vulneráveis que precisam de proteção, o autor pode reforçar e legitimar a ideia de que os homens devem ser agressivos, pois, em tese, seriam os homens dados à violência, aqueles que pegam em armas, que teriam capacidade de proteger essas mulheres (embora esses mesmos homens pudessem matá-las em defesa de sua honra), porque eles eram temidos. Mas, na trama de *Sangue, Terra e Pó* (1983), a existência de personagens que necessitam de proteção é também usada para construir uma aura de heroísmo para o Coronel Manoel Gonçalves de Abrantes.



É importante destacar que José de Abrantes Gadelha é entendido aqui como um *Guardião da Memória* (Gomes, 1996), o que significa que faz parte de suas intenções subjetivas e políticas organizar e difundir um discurso sobre sua família, com foco em seu avô materno, que corresponda à memória que deseja preservar e repassar ao longo do tempo. Embora o relato seja romanceado, os personagens que estão sendo retratados pelo autor realmente existiram e o principal deles foi alguém com quem teve uma relação afetiva.

Buscando nos atentar para essas nuances envolvidas na construção da obra, adotamos a *análise do discurso* (Foucault, 2004) como possibilidade metodológica. Pensamos na viabilidade de enunciação do discurso, na sua intenção e no poder que o próprio enunciado exerce. Para fundamentar a análise, mobilizamos as discussões sobre *masculinidades*, *sertão* e *violência* empreendidas por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999; 2013), Alômia Abrantes da Silva (2009) e Elder Patrick Maia Alves (2009).

O “SERTÃO SANGRENTO” DE JOSÉ DE ABRANTES GADELHA

Na capa da segunda edição do livro *Sangue, Terra e Pó*, publicada em 2018, observamos prenúncios de como o espaço no qual se desenvolve a trama é construído pelo autor: um líquido amarronzado, que parece simular uma mistura de sangue e pó, escorre sobre um chão de pedras, logo abaixo do título lemos as expressões “época - cangaço”, “local - o sertão sangrento”. O cangaço e a violência, destacados desde a capa do livro, são fenômenos que atravessam toda a narrativa. Na concepção do autor, seria a hostilidade do “sertão sangrento” que levaria homens justos a adotar a agressividade como tática de sobrevivência:

O sertanejo vive do trabalho, do labor cotidiano, do suor do rosto; é pacato e manso por índole, porém quando roubado em seus direitos de cidadão, transforma-se em verdadeira fera, sedenta de sangue, a fazer justiça com as próprias mãos na falta e ausência da justiça dos homens da lei. Uma vez criminoso, motivo bastante para viver homisiado, errante, escondido nos matos, embrenhando-se nas caatingas safando-se das volantes policiais. Agrupa-se a outros de origens diversas, fortalecendo sua pequenez, originando grupo para as defesas contra a polícia, passa assim a viver no cangaço. (Gadelha, 2018, p. 44).

A argumentação de José de Abrantes Gadelha, nesse aspecto, se assemelha às definições elaboradas pelo escritor Frederico Pernambucano de Mello, em *Guerreiros do Sol: violência e*



banditismo no Nordeste do Brasil (1985), a respeito do que chama tipos de cangaço. Segundo Pernambucano de Mello, os tipos de cangaço estariam relacionados às razões pelas quais os indivíduos haveriam adentrado nessa forma de banditismo. Importante destacar que Pernambucano de Mello recebia influências intelectuais de Gilberto Freyre, um dos principais idealizadores do Movimento Regionalista e Tradicionalista, que foi basilar para a constituição discursiva de um tipo ideal de homem nordestino.

De maneira resumida, os tipos de cangaço discutidos por Frederico Pernambucano de Mello são assim caracterizados: quando a intenção principal fosse obter bens materiais, seria um *cangaço como meio de vida*; se os indivíduos estivessem buscando vingança, o cangaço se caracterizaria como *cangaço de vingança*; por fim, o *cangaço refúgio* se referia às situações em que o sujeito houvesse, em geral, cometido um crime (que poderia ser em defesa de sua honra) e não tivesse como dar continuidade à sua vida em sociedade como antes, sendo “obrigado” a buscar refúgio no cangaço. Esta última hipótese ganha muita ênfase na escrita de José de Abrantes Gadelha.

Tanto em *Guerreiros do Sol* (1985) quanto em *Sangue, Terra e Pó* (1983) a ideia de que o espaço conduziria as decisões tomadas pelos sujeitos é afirmada com veemência, fosse pela escassez produzida pela seca, que os levava a adotar medidas ilícitas de sobrevivência, ou pela necessitada de defesa da família e da honra, defesa que legitimaria o ser homem no Sertão nordestino. O cenário, neste caso, é tão ativo quanto os personagens, atuando sobre suas ações e determinando seus destinos.

Em *Sangue, Terra e Pó* (1983) a hostilidade do Sertão é atribuída especialmente ao cangaço e aos embates políticos, que seriam característicos desse espaço. Teria sido para combater essas ameaças que o Coronel Manoel Gonçalves haveria adotado uma postura agressiva e se cercado de homens armados. Para defender a suposta postura heroica de seu avô, José de Abrantes Gadelha o coloca, ao longo da narrativa, diante de várias situações em que precisa enfrentar cangaceiros, policiais e até mesmo parentes para preservar sua vida e a de seus protegidos.

Em contradição ao posicionamento de embate contra o cangaço que o autor afirma que seria o do Coronel Manoel Gonçalves de Abrantes, o livro foi dedicado “Aos homens do Pau-Furado: Manoel Gonçalves de Abrantes, Francisco Pereira (Chico), Virgolino Ferreira



(Lampião)” (Gadelha, 2018, n.p.). O “pau-furado” é uma expressão usada para se referir a armas de fogo e na dedicatória do autor é o que gera proximidade entre as três figuras mencionadas, mostrando a complexidade do discurso que associa as masculinidades sertanejas à violência: mesmo em conflito, os “cabras-machos” sertanejos, “homens do pau-furado”, eram iguais nas armas e na violência.

É interessante observar que os três homens para os quais se dedicou o livro estiveram inseridos em fenômenos considerados essenciais aos repertórios de sentido criados para o Sertão nordestino: o coronelismo - representado por Manoel Gonçalves - e o cangaço - simbolizado por Chico Pereira e Lampião. De acordo com o sociólogo Elder Patrick Maia Alves, os estamentos sociais dos coronéis e dos vaqueiros, juntamente com os grupos de cangaceiros, se tornaram o ponto de partido de várias produções artístico-culturais que elaboraram um “monopólio de sentido” para o Sertão nordestino ligado à violência (Alves, 2009). Maia Alves define “monopólio de sentido” nos seguintes termos:

Significa que um *acervo multifacetado de imagens, narrativas, canções e textos* definiu uma unidade de significado que não se confunde com outras ou a elas não se justapõe. Trata-se de uma regionalidade de uma espacialidade com contornos inteiramente definidos que se projetou e se destacou dos demais sertões brasileiros e, de modo geral, do vasto mundo rural do país. (Alves, 2009, p. 212). [Grifos nossos]

O livro *Sangue, Terra e Pó* (1983), neste caso, compõe o “acervo” tanto através de textos quanto de imagens. Embora não tenha tecido muitos comentários em torno das fotos que selecionou para adicionar em seu livro, José de Abrantes Gadelha as distribuiu em partes estratégicas da obra, de forma a reafirmar visualmente o que estava escrevendo. As referências à violência como forma de exercer poder podem ser identificadas em imagens como as que destacamos abaixo:



Figura 1: Manoel Gonçalves de Abrantes (1923).



Figura 2: Fazenda Concórdia (1926).
Fonte: foto retirada do livro *Sangue, Terra e Pó*

Na imagem da esquerda (figura 1) vemos Manoel Gonçalves ainda jovem, usando terno e chapéu boater - peças de vestuário que demonstram, para a época, poder aquisitivo -, ele mantém uma postura altiva e segura uma chibata em suas mãos. Essa foto abre o primeiro capítulo do livro, no qual José de Abrantes Gadelha escreve sobre a adolescência e os anos iniciais da vida adulta de Manoel Gonçalves. Interessante observar que os elementos da foto buscam afirmar a ideia que se tem de um coronel: um homem que inspira, na mesma medida, respeito e medo, juiz e carrasco. Não é à toa que Elder Patrick Maia Alves aponta o estamento dos coronéis como um dos mais apropriados pelos registros sobre masculinidade sertaneja associada à violência.

Na segunda imagem (figura 2), que acompanha o capítulo “Novembro de 1926”, em que o escritor de *Sangue, Terra e Pó* (1983) procura enfatizar, mais uma vez, o caráter heroico que atribui ao seu avô, visualizamos a casa de Manoel Gonçalves, na Fazenda Concórdia, cercada por gado, cavalos e homens, alguns deles armados. Como homem temido e perseguido, Manoel Gonçalves precisaria estar sempre acompanhado de outros homens valentes e dispostos a fazer uso de violência para defendê-lo. Era o Coronel e “seus homens” que resguardariam a segurança dos mais vulneráveis: crianças, mulheres e homens que não eram adeptos das armas.

Essas fotos, acompanhadas pelo discurso laudatório com o qual José de Abrantes se refere ao seu avô, fortalecem a legitimidade concedida às noções de masculinidade sertaneja e violência como determinadamente associadas. O homem sertanejo corajoso, leal e respeitado



só poderia se manter nessas posições se as garantisse por intermédio da violência. Para validar esta argumentação, José de Abrantes Gadelha aponta casos de homens pacíficos e dignos que teriam sido atacados e ultrajados, fosse pelas forças policiais ou por cangaceiros.

No capítulo intitulado “Memorandum ao Exmo. Sr. Dr. Solon Lucena”, o autor de *Sangue, Terra e Pó* (1983) transcreve uma carta em que um Juiz de Direito - Archimedes Souto Maior, da cidade de Sousa (Paraíba), descreve ao então presidente da Paraíba, Sólton Lucena, o episódio de invasão de cangaceiros sofrido pela cidade em questão, no ano de 1924. No trecho abaixo o Juiz fala sobre o estado de vulnerabilidade no qual se encontrava:

Maior a minha surpresa por não contar com inimizades na localidade, nem de qualquer lugar estranho. Nessa emergência aflitiva, sem contar com *qualquer meio de resistência defensiva*, especialmente naquela hora matinal, com minha família tomada de pavor, aguardei na eminência desse transe, o momento fatal dessa hecatombe. (Gadelha, 2018, p. 61). [Grifos nossos]

Ao mesmo tempo em que tenta destacar a agressividade com a qual agiram os cangaceiros que invadiram a cidade de Sousa/PB, intensificando a coragem de seu avô ao enfrentar pessoas assim, José de Abrantes Gadelha também chama a atenção para o estado de vulnerabilidade no qual, em tese, se encontrariam os homens desarmados. Mesmo não nutrindo “inimizades”, estariam em risco os homens bons que não buscassem se defender através da violência, pois o meio exigia isso. A máxima parece ser esta: no Sertão Sangrento, dominado pelo cangaço e pelas intrigas políticas, a violência é o instrumento de manutenção da vida. Reinando a lei do mais forte, a violência, mais do que naturalizada, é exigida.

“OS HOMENS DO CORONEL”: SOCIEDADE CIVIL E A HEGEMONIA DO PODER SIMBÓLICO DE MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES EM “SANGUE, TERRA E PÓ”

Partindo dos conceitos que anteriormente foram apresentados neste texto, propomos abordar uma face, ou melhor, uma importante relação que existira entre a persona do Cel. Manoel Gonçalves de Abrantes e seus “jagunços”. O posicionamento ocupado aqui por muitos dos homens apreendidos aos serviços mantidos pelo mandonismo, que se fizeram intimamente presentes nas tramas das relações compostas de apreço causado e/ou imposto pelo poder



simbólico do Ser Coronel em tempos de muita apreciação da violência e da virilidade masculina.

Os segmentos que importam aqui foram analisados pelo pesquisador Elder Patrick Maia Alves, quando em seu texto ele pontua que:

[...], a violência se tornou prática recorrente, presente nas relações de trabalho, no espaço familiar, nas instituições políticas e na lida cotidiana com os animais, principalmente os rebanhos bovinos. *A violência era, portanto, constitutiva das relações afetivas, familiares e laborais, naturalizada como uma dimensão inteiramente “comum” e “aceitável”, principalmente entre os gêneros.* (Alves, 2009, p. 9). [Grifos nossos]

O processo que molda, segundo o autor evocado aqui, é exatamente o que podemos observar na narrativa que o neto, José de Abrantes Gadelha, faz das relações de seu avô (o Coronel Manoel Gonçalves) com seus familiares, “chegados” e, sobretudo, com seus trabalhadores, os chamados “mandados” ou “cabras”. No livro, onde o neto narra sua memória, esses homens se tornam pessoas próximas, carregando em seus ombros a extensão do símbolo de poder representativo do mandonismo local empreendido pela persona de Manoel Gonçalves, simbolismo e personificação esta que impelia respeito e temor a uma parcela da sociedade.

Longe de sermos deterministas na nossa análise, a proposta da discussão aqui empreendida é evidenciar que dentro dessa relação de poder esses homens não seriam apenas subordinados às amarras do poder do citado Manoel Gonçalves, pois, nas “empreitadas” que narra em seu livro de memórias, José de Abrantes Gadelha deixa afirmado que “os homens do Coronel” estariam em busca de prestígio tanto para si mesmos como para os de suas famílias ou “considerados”, uma fração de reconhecimento figurativo (Gadelha, 2018, p. 50).

O autor do livro e sua necessidade pessoal, deixa em sua escrita uma partícula de acontecimento que cita nomes desses homens e sua “bravura e coragem” (Gadelha, 2018, p. 41-60). Onde no ano de 1924, segundo o que pontua em sua narrativa, a cidade de Sousa estaria sendo sitiada por motivo de ataque de bandos de cangaceiros do famigerado Lampião e do cangaceiro Chico Pereira. Nesse trecho, o autor coloca que a quantidade de homens dispostos a seguir em defesa junto ao Coronel que os convoca e os instrui, seria exemplar para toda a sociedade daquela localidade.



José de Abrantes não deixa de mostrar na sua escrita a “qualidade dos homens” que se “dispuseram” aos mandos do seu avô, onde este estaria em virtude de “defender a cidade” na passagem relatada. Seu neto e escritor do livro aqui analisado, deixa narrado que em direção à fazenda do Cel. Manoel Gonçalves, os homens convocados por ele, seus “jagunços”, estariam se reunindo, se armando e preparando-se para a empreitada contra os invasores da localidade de Sousa. Em trecho de sua escrita, ele narra a atuação do seu avô dando ênfase tanto à qualidade de empreitada quanto à necessidade de ser viril para poder lidar com a situação que estava por se enfrentada:

– Vai chover muita bala! Não engano a ninguém... *Quem for comigo deve ser macho*, pronto para o que der e vier! Quem não quiser ir, fique enquanto é tempo! Falara Manoel Gonçalves da varanda da casa da fazenda, a instruir aos recém chegados o perigo a que estavam expostos, [...]. (Gadelha, 2018, p. 58). [grifos nossos]

E seguindo dessa maneira, costurando sua escrita à requisitada e bem aceita rigidez e virilidade na época que comumente colocou os homens do Coronel como destaque, assim como também em algumas partes que convém ao autor do livro compor uma identidade de “bravo” e “destemido” à persona do seu avô Cel. Manoel Gonçalves, o escritor promove novamente o que nos aponta o sociólogo Alves (2009, p. 225) quando disse que “ambos contribuem, direta e indiretamente, para a projeção, difusão e potencialização de um imaginário de masculinidade, honra pessoal e virilidade” no sertão que é definido nestes termos.

E, nesse sentido, o pesquisador ainda evidencia que “entre os grupos do cangaço e o estamento dos vaqueiros, em que predominava a violência e a virilidade, imperava um ideal de masculinidade concentrado na honra e na solução violenta dos desentendimentos” (Alves, 2009, p. 219), a propósito disto que a autoria do livro deixa essas características extremamente evidentes, não dando pausa em novamente reafirmar a estereotipada identidade de um “verdadeiro homem sertanejo”, como sendo “um forte”. É de extrema negação tal afirmação, mas por motivos pessoais e se mostrando emproado que o José de Abrantes define os homens do mando do Coronel, seu avô, assim também como o próprio Manoel.

A virtualização das invenções de um que ele considera ser um “típico sertanejo” que José de Abrantes Gadelha reverbera em sua escrita, fomenta de forma negativa, pela qual, em trabalhos precursores sobre o tema, já nos apontou Albuquerque Júnior (2013), pois



consideramos seus anseios pessoais, que estão circunscritos à sua maneira de relatar em seu livro, um posicionamento determinista. A propósito, ao analisarmos sua obra, percebemos que existe apreço pela forma como ele mesmo busca “representar” um gênero e seu ideal de masculinidade, onde em contraponto silencia ou não propõe visibilidade para os outros gêneros, deixando bem evidente sua maneira personalista que assim exerce com empenho na construção da figura de seu avô a personificação da virilidade também apreendida aos homens que trabalharam para este.

Figuras principais de sua escrita, o Cel. Manoel Gonçalves de Abrantes e “seus homens” são sem dúvidas o modelo de masculinidade que segundo o escritor do livro *Sangue, Terra e Pó* (1983), homenageia ou pelo menos tenta assim fazer. A persona de seu parente é remontada de maneira memorialista e simbolicamente, como assim já pontuamos neste texto.

Os simbolismos que se fazem presentes e que são utilizados para apresentar a “vida” do personagem principal, são de honrarias, gratidão e temor configurado em termos que se definem pelo autor como “respeito” e “bravura”, enquanto estes estão carregados de estereótipos identitários, onde os “Sertões e os sertanejos” são virtualizados por muitos determinismos culturais, sociais, econômico e político. No qual, o autor de *Sangue, Terra e Pó* (1983) promove através de seus anseios em sua narrativa, muita delimitação de identidade e afastamento da necessária visualização dos variados sentidos identitários como já nos apresentou Albuquerque Júnior (2013); Silva (2009) e Alves (2009), no qual se fizeram negligenciados, suprimidos, literalmente apagados no seu livro. Estas leituras teóricas, sociais e culturais nos fazem enxergar quais as características definidoras das identidades de gênero utilizadas e determinadas na escrita do José de Abrantes Gadelha.

Podemos afirmar que os sentidos que pulsam na escrita do livro aqui analisado, como a violência, virilidade e gênero, são entendidos e trabalhados de forma pejorativa e romantizada, sobretudo naturalizada, quando ainda são promovidas, tanto em uma literatura tida como regionalista romanceada, como de forma mais “renovada” em vias digitais, em séries e filmes que tematizam geograficamente e culturalmente os Sertões e os sertanejos como sendo determinados pela violência, que segundo esses escritos e mídias pontua como algo reinante em suas culturas, criando assim uma imagética de ser a verdadeira e única característica dos sertanejo, negando a pluralidade e diversidade humana.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apreço pela naturalização e normatização da violência e sua cristalização intimamente ligada a masculinidade como gênero principal impressa na narrativa do autor de *Sangue, Terra e Pó* (1983), traduz os sentidos simbólicos e a personificação de poder que consideramos antagônicos à multiplicidade de identidades que podem ser percebidas quando estamos falando da cultura sertaneja e diversidade de gênero. Os estereótipos comumente usados pelo autor para definir um tipo de masculinidade sertaneja é uma condição que o autor toma e torna como inerente ao modo de vida de povos do sertão, circunscritos em disputas locais, onde os espaços e os discursos de poder suprimem toda e qualquer fraqueza e covardia, pois a virilidade é o mote de uma defesa da honra personalista e, sobretudo, de uma estirpe de mandonismo local e seus sentidos simbólicos na produção de memórias.

Não houve preocupação com a pluralidade sertaneja nordestina, não encontramos proposições que finalizassem de forma não romantizada, pois o empenho do autor do livro que se dispôs a reverberar, de forma personalista, os estereótipos de masculinidade sertaneja, que, segundo sua escrita, se torna inerente à violência, esta utilizada como conceito que define os homens sertanejos, o mesmo também promove a reafirmação de preconceitos, discriminações de gênero e propostas de naturalização de um reverenciamento ao mote de apropriação simbólica e personalista do coronelismo.

Promove o mandonismo como algo positivo para as tratativas sociais, culturais, econômicas e políticas em uma sociedade determinada de forma propositiva aos discursos de poder que legitimam ações puramente individuais, pautadas em privilégios personificados a identidade masculina e sua suposta virilidade.

Ao analisar esses aspectos, buscamos desnaturalizar o caráter violento atribuído aos homens sertanejos em tantas produções artístico-culturais. Problematicar *Sangue, Terra e Pó* (1983) é também garantir que as memórias produzidas nesta obra, tão empenhadas em se confundir com a História Local da cidade paraibana de Lastro, não sejam cristalizadas enquanto único caminho para se pensar nosso passado e a composição de nossas identidades. A ideia é reafirmar, uma vez mais, que a realidade sertaneja é composta por variadas identidades de



gênero e que a forma de performar essas identidades não têm um padrão, embora ainda existam tentativas de impô-lo.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Erasmo Quintino. *Memórias de um Persistente*. 2011, [s.l.;s.n.].

ALVES, Elder Patrick Maia. Violência e Masculinidade: o sertão nordestino e a construção de um monopólio de sentido. LIMA, Carolaine de Araújo; BRITTO, Clovis Carvalho; MOREIRA, Jailma dos S. Pedreira (ORGs). *Outros Olhares sobre o Sertão Nordeste: gênero, masculinidades e subjetividades*. Salvador: EDUNEB, 2020.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 10º Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GADELHA, José de Abrantes. *Sangue, Terra e Pó*. João Pessoa, Paraíba: A União Editora, 2018.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

HUYSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/RJ: Editora Contraponto, 2014. pp. 155-176.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. Editora Brasiliense, 2º Ed, São Paulo, 1981.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 7 Ed, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Alômia Abrantes da. “Êta pau pereira!”: gênero, masculinidade e poder na Paraíba. LIMA, Carolaine de Araújo; BRITTO, Clovis Carvalho; MOREIRA, Jailma dos S. Pedreira (ORGs). *Outros Olhares sobre o Sertão Nordeste: gênero, masculinidades e subjetividades*. Salvador: EDUNEB, 2020.

Vídeos

Cangaçologia. Lampião e o ataque à cidade de Sousa. Entre outros assuntos. YouTube, 21 de nov. de 2020. Disponível em Lampião e o ataque à cidade de Sousa. Entre outros assuntos. Cangaçologia. Capitão Manoel Gonçalves de Abrantes. YouTube, 13 de mar. de 2021. Disponível em Capitão Manoel Gonçalves de Abrantes.

ANAUÊ: O INTEGRALISMO COMO A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DO FASCISMO

Jonas Alexandre Ferreira

Aluno de graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande
jonas.alexandre@estudante.ufcg.edu.br

Lucas de Lima Cesar

Aluno de graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande
lucas.lima@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: O presente trabalho expõe a ideia de que o integralismo foi um movimento de massas que se inscreveu como sendo a experiência fascista brasileira. A pesquisa foi construída embasada pela teoria do historiador Francisco Carlos Teixeira, o qual defende que os fascismos foram múltiplos e possuíram particularidades a depender da localidade em que se instauraram, e foi dividida de modo a compor um quadro geral sobre a discussão. Desse modo, apresentamos um debate historiográfico acerca da conceituação de fascismo, seguindo para uma apresentação do que foi o integralismo e sua estruturação, desde o lema do movimento ao papel desempenhado pela criança e a mulher integralista. Não esgotando a temática, este artigo se coloca como um trabalho introdutório para apresentar e propor bibliografias para quem possa interessar o assunto.

Palavras-chave: Fascismo; integralismo; revisão historiográfica.

1. INTRODUÇÃO

Dentro da História é comum que não haja homogeneidade entre os autores ao analisarem determinadas temáticas, e este é o caso do fascismo, que no século XX foi responsável por guerras e conflitos, e que até hoje divide opiniões acerca de sua conceituação entre os historiadores. Há aqueles que defendem que o fascismo somente ocorreu na Itália, pois foi fruto de um contexto político e social específico que jamais poderia ser replicado, e todas as outras experiências por mais que pudessem ter características semelhantes, não passavam de regimes autoritários;

Assim como existem autores que rejeitam a ideia de um movimento único, e assumem a premissa de fascismos, no plural, defendendo que estes foram múltiplos, com critérios específicos, e ao mesmo tempo universais, e que não configuram um momento acabado da



história, sendo necessário para sua análise, atentar-se para movimentos como por exemplo, o neofascismo.

A tese defendida neste trabalho, está alinhada a segunda vertente, pois busca apresentar o integralismo como sendo a versão brasileira do fascismo, entendendo-o como mais que uma forma de governo, uma ideologia. Levando em consideração a especificidade do Brasil e seu mosaico multicultural proveniente da sua formação enquanto estado nacional, podemos identificar inclusive a presença da fusão de palavras e termos indígenas ao movimento, como é o caso da sua saudação, Anauê, uma palavra derivada do tupi, que significa “você também”.

Esse e outros aspectos são explicados ao longo do artigo, que está dividido do seguinte modo: inicialmente uma contextualização histórica e conceitualização do termo fascismo, ancorada em diferentes autores; seguindo para uma apresentação do integralismo e suas principais características; e por último, a síntese da tese e sua finalização no tópico da conclusão; chegando finalmente às referências completas dos autores utilizados para embasar nossa análise.

2. DA ORIGEM DO TERMO FASCISMO

Assim como muitos conceitos históricos, as definições de fascismo derivam a depender do olhar do pesquisador que se lance a analisá-lo, no entanto neste trabalho adotaremos a posição de que este se caracteriza como um fenômeno ideológico e político ultranacionalista, que surgiu na Itália no conhecido “período entre guerras” como resposta às necessidades locais específicas do contexto caótico gerado pós primeira guerra mundial.

De acordo com Robert Owen Paxton que em seu livro intitulado *A anatomia do fascismo* faz uma apresentação analítica da formação e ramificações do fascismo, diz que este oficialmente foi fundado no ano de 1919, no dia 23 de março em Milão, em que recebeu inicialmente o nome *Fasci di Combattimento* pelo seu fundador e líder Benito Mussolini.

O termo fascismo deriva da palavra *fascio* que sugere unidade, pois refere-se a um agrupamento de varetas preso por um feixe, repassando a ideia de que uma pessoa sozinha não tinha força, mas um grupo coeso, era indestrutível. Ainda sobre a origem do termo, Paxton destaca que Mussolini não era o único a fazer uso da palavra em seu movimento e que já no ano de 1914 a esquerda se utilizava de tal simbolismo, porém adaptado às suas aspirações políticas e ideológicas.



Desse modo, levando em consideração o próprio sentido que a palavra confere, podemos avançar em nossa definição e classificá-la como um movimento de massas com forte caráter salvacionista. Pois dentro de um cenário de crises políticas, sociais, psicológicas, e econômicas geradas pelo confronto de alcance mundial que abalou fortemente os países europeus, a Itália via em Mussolini o salvador capaz de tirá-la dos apuros que entraram com o fim da primeira guerra mundial. Outros fatores relevantes para a criação e consolidação da ideologia fascista foram: o temor de uma possível expansão da revolução socialista, devido às crescentes greves operárias italianas; e a insatisfação com o não cumprimento das recompensas a ela oferecidas durante a guerra para trocar de lado.

Mussolini, um veterano de guerra que junto com outros ex-soldados que lutaram na primeira guerra mundial, alguns sindicalistas e uns intelectuais futuristas, deram vida na data acima citada a um movimento que posteriormente ganharia inúmeros seguidores dentro e fora da Europa, podendo citar os casos da Alemanha, Hungria, Brasil, Espanha, entre outros.

Paxton menciona em seu livro que durante algum tempo considerou-se na historiografia que o fascismo teria ocorrido apenas na Itália, devido às condições específicas que o germinaram, e que em outros contextos não se replicaram, fazendo com que mesmo outros governos autoritários surgindo, não fossem propriamente ditos fascistas.

Porém embora o cientista político e historiador aponte tal fator, discorda desse pensamento e nos diz que mesmo existindo outras ramificações do fascismo, como a exemplo, o nazismo, o integralismo, e o salazarismo, não devemos abandonar o termo genérico (fascismo), todavia, precisamos tomar cuidado ao utilizá-lo, entendendo-o como fenômeno histórico, político e social, possuidor de complexas características e múltiplas definições.

Nessa perspectiva recorremos a interpretação do professor de História Contemporânea da UFRJ, Francisco Carlos Teixeira da Silva, que defende a teoria de que os fascismos são múltiplos, com suas especificidades, mas também com um caráter universal. Pontuando ainda que a ausência de uma ou outra característica não é o bastante para descartar a possibilidade de um grupo ser ou não fascista, e que este fenômeno não se trata de um assunto acabado da história, sendo primordial para sua análise, estudar e compreender o neofascismo e seus desdobramentos.



Corroborando com tal definição o filósofo Douglas Antônio Fedel Zorzo explora o conceito de fascismo a partir de uma obra do Primo Levi, escritor judeu italiano que viveu de 1919 a 1987, que em seus trabalhos relata sobre sua experiência enquanto um sobrevivente da perseguição fascista. Ele foi prisioneiro no campo de concentração de Auschwitz-Birkenau e segundo Zorzo, define como fascista todo e qualquer governo que cerceia a igualdade de direitos entre os seres humanos. Para ele, esses regimes cruéis e autoritários fazem uso de dois principais mecanismos para se perpetuar, que são: a violência e a fraude, pois enquanto a primeira extingue os opositores, a segunda opera para legitimar suas ações como necessárias e louváveis.

Há também autores que classificam o fascismo como um/a desvio/doença moral da Europa, como é o caso de Benedetto Croce, citado tanto na obra de Paxton quanto no Dicionário de conceitos históricos referenciado no fim do presente trabalho. Para ele se trataria apenas de um parêntese na história da Itália, sendo de tal modo o resultado passageiro de um declínio moral inflado pelos problemas criados pela primeira guerra mundial, o pensador vai adiante com sua crítica e enfatiza que esta seria uma nova forma de mal governo, inaugurada por Mussolini, o regime dos asnos zurrantes, que este ironicamente denominou de “onagrocracia”.

Podemos dessa forma perceber que um momento da história com tamanho impacto a nível mundial, e marcado pela violência, não é homogeneamente definido, porém a fim de tentar compor um quadro geral sobre o tema, iremos apenas destacá-lo como um fenômeno político e ideológico extremista que possui como principais características: o autoritarismo; ultranacionalismo; corporativismo; antiliberalismo; ultraconservadorismo; o forte uso de propagandas; enfoque na militarização; uso da força; e o salvacionismo.

3. O FASCISMO À BRASILEIRA

Assumindo uma perspectiva de multiplicidade do fascismo, e compreendendo que suas experiências em diferentes países dependeram das condições internas e do próprio contexto político e social ao qual eles se encontravam, abordarei no presente ensaio embasando-me no referencial de apoio, a premissa de que o integralismo foi neste caso a versão brasileira do fenômeno fascismo.



Fundada oficialmente em 07 de outubro de 1932 a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi considerado segundo nos aponta Marcos Chor Maio em seu texto denominado de *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil*, a segunda maior célula fascista fora da Europa, e o primeiro partido brasileiro a ganhar dimensões nacionais, contando com uma forte participação popular.

O integralismo pode assim, ser caracterizado como um movimento de massas, ultranacionalista, antiliberal e anticomunista, que sob a liderança de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale disseminaram amplamente ideias conservadoras, que podiam ser observadas por exemplo, em seu lema: “Deus, Pátria e família”, tais discursos construíam uma visão peculiar do que era ser brasileiro, e de como deveria ser organizada a nação, e devido ao seu caráter de apelo popular introduzindo o homem comum no debate, conquistaram milhares de seguidores, sendo a estimativa de algo entre 500 e 800 mil aderentes do movimento, uma marca comum do fascismo.

Assim como os nazistas alemães, os integralistas possuíam símbolos identificadores próprios que os uniam enquanto grupo. Normalmente utilizavam uniformes com camisas verdes, calças para os homens e saia para as mulheres, o que remetiam em certa medida a vestimenta militar; desfilavam sempre de modo ordenado e enfileirados como faziam o exército, para mostrar a ideia de disciplina e patriotismo; sua saudação e o símbolo que compunha a bandeira integralista, estavam alinhados para externalizar o sentimento de união (tática para a incorporação de novos membros).

Anauê, dito em seguida do braço direito erguido remontavam a saudação da AIB, tratava-se de uma palavra indígena derivada do tupi antigo, que em tradução para o português poderia significar “igualmente” ou “você também”. O emprego de uma palavra de origem tupi é explicado pela ideologia defendida por Plínio Salgado, que rejeitava a ideia nazista de racismo, e concedia aos indígenas a ideia de guerreiros da terra (MAIO, 2003)

Já a bandeira do movimento era composta por um fundo totalmente azul com a letra sigma do alfabeto grego centralizada ao meio, esta remetia a soma, integração, que era a exata mensagem que o partido almejava difundir, Plínio Salgado defendia a tese de que a unidade era a negação da diferença e do conflito, sendo assim, somente uma sociedade coesa, sem divisões de grupos poderia prosperar, e esta era a fórmula para que o Brasil chegasse a se tornar a grande



potência que tinha tudo para ser (MAIO, 2003). Segue uma imagem retirada da internet a fim de ilustrar os pontos aqui abordados:

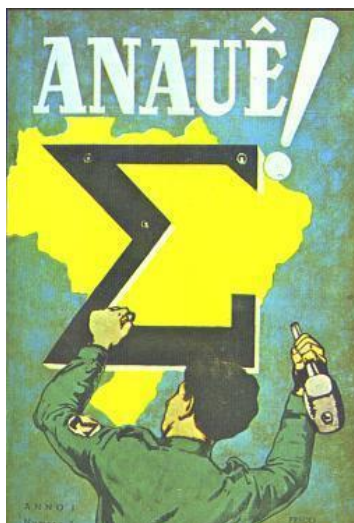


Imagem 01:

Dentre os muitos artifícios utilizados pelos “camisas verdes” (como eram conhecidos os integralistas) para impulsionar o alcance do movimento, estavam presentes as marchas extremamente coreografadas. Os desfiles eram eventos meticulosamente planejados, nos quais a estética, a ordem e a disciplina eram fundamentais. Eles não eram apenas projeções públicas de apoio ao movimento, mas também representavam uma expressão artística e ritualística que visava fortalecer a união entre os integralistas e inspirar um sentimento de identidade nacional.

A coreografia dos desfiles, muitas vezes influenciada por elementos militares e culturais, foi cuidadosamente planejada para transmitir a mensagem integralista de unidade, orientação e patriotismo. Os participantes, vestidos com uniformes distintivos, marcharam em sincronia, destacando a importância da disciplina e da ordem na construção de uma sociedade coesa.

Além disso, os desfiles proporcionaram uma oportunidade para uma mobilização massiva dos integralistas, permitindo que o movimento demonstrasse seu poder de influência e seu apoio popular. A presença de grandes multidões, aliada à grandiosidade dos eventos,



buscava criar uma atmosfera de fervor patriótico e fortalecer a identidade nacional proposta pelo integralismo.

Em suma, essas marchas coreografadas desempenharam um papel vital no integralismo, fornecidos como instrumentos para difundir os ideais do movimento, promover a coesão entre os seguidores e consolidar uma narrativa nacionalista. Através da estética, da disciplina e do simbolismo presentes nessas manifestações públicas, os integralistas buscavam deixar uma marca indelével na sociedade brasileira da época. Segue a imagem de uma das tantas marchas realizadas:



Imagem 02:

No contexto integralista, as crianças eram consideradas o futuro da pátria e, como tal, eram alvo de atenção especial por parte do movimento. Acreditava-se que moldar as crianças desde cedo de acordo com os princípios integralistas seria essencial para a formação de uma sociedade baseada na disciplina, na ordem e no respeito às tradições.

Seguindo os moldes nazistas de inserção de membros crianças, a educação integralista deveria começar desde muito cedo, já em casa, porém de fato a integração oficial na AIB se dava aos 04 anos em que ocupavam os cargos de infantes; dos 06 aos 09 passariam a ser denominados de curupiras (outra palavra indígena); entre 10 e 12 tornavam-se vanguardeiros e dos 13 aos 15, pioneiros (MAIO, 2003).



O movimento enfatizava a importância cultivar nos jovens valores como patriotismo, moralidade e devoção à pátria. As escolas integralistas foram concebidas como instituições que não apenas transmitiam conhecimentos científicos, mas também desempenhavam um papel ativo na formação do caráter dos estudantes.

Além disso, as atividades para crianças dentro do integralismo incluíam a participação em eventos, desfiles e rituais que destacavam a importância da coletividade, do trabalho em equipe e do comprometimento com os ideais do movimento. Uniformes, símbolos e saudações eram elementos comuns nesse processo de socialização integralista.

Assim, para o integralismo, investir na educação e formação das crianças era crucial para garantir a continuidade e a disseminação dos princípios integralistas na sociedade brasileira. A visão integralista via na juventude é uma força transformadora capaz de moldar o destino da nação, e, portanto, as crianças eram consideradas agentes ativos na construção do ideal integralista de uma sociedade coesa e nacionalista.

Quanto as mulheres, estas que constituíam aproximadamente 20% dos integrantes do grupo, tinham funções específicas como: zelar pelos seus lares; cuidar das suas famílias; e procriar e educar boas crianças patrióticas; assim como estar presente e ajudar seus maridos nas lutas do movimento. Desse modo, as mulheres eram vistas como uma peça fundamental na preservação dos valores culturais e morais da sociedade brasileira, pois o movimento enxergava a família como a célula básica da sociedade, e a mulher desempenhava um papel central nesse contexto, o de mãe e esposa. Sob o lema “Crer, obedecer e preservar”, as mulheres marcaram seus lugares dentro da militância do partido, e estiveram fortemente presentes nas marchas e manifestações realizadas.

Porém, para os integralistas, a participação da mulher na esfera pública era limitada, uma vez que defendiam a complementaridade entre os papéis masculino e feminino. A mulher era vista como guardiã dos valores domésticos, enquanto o homem desempenhava um papel mais ativo na esfera política e social. Essa visão, embora reflita a realidade social da época, pode ser considerada restritiva do ponto de vista da igualdade de gênero.

No entanto, é importante reconhecer que o Integralismo Brasileiro não era homogêneo em suas ideias, tendo diferentes interpretações e graus de adesão aos princípios estabelecidos por Plínio Salgado. Algumas mulheres integralistas, por exemplo, buscavam participar



ativamente no movimento, inclusive em atividades políticas, defendendo uma visão mais ampla do papel feminino na sociedade.

É importante chamar atenção para o fato de que os principais líderes da Ação Integralista Brasileira tinham posicionamentos ideológicos distintos, e que embora Plínio Salgado se apresentasse de maneira mais branda que Gustavo Barroso sobre alguns assuntos, como a exemplo do antissemitismo, ainda assim estava veementemente presente no discurso integralista, falas de ódio e incitação à violência contra os seus adversários, que ganhava nesse novo cenário o teor de inimigos.

Plínio Salgado, fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB), foi uma figura carismática que desfrutou de popularidade específica entre os seguidores do integralismo. Sua liderança foi marcada por um discurso mais conciliador e pragmático. Salgado buscava incorporar o movimento na vida política brasileira de maneira mais integrada, participando de eleições e buscando alianças com outros setores políticos. Sua visão de um Estado forte e autoritário, embora inspirada em ideais nacionalistas, estava homologada com a participação no jogo político institucional.

Enquanto Gustavo Barroso representava uma abordagem mais radical e purista do integralismo. Teve sua liderança fundamentada por uma postura menos flexível e mais intransigente em relação às negociações políticas convencionais. Barroso acreditava em uma transformação profunda da sociedade, incluindo a eliminação de influências estrangeiras e a imposição de uma visão cultural mais tradicionalista. Sua retórica muitas vezes adotava um tom mais radical, rejeitando compromissos que poderiam diluir os princípios integralistas.

Essas diferenças de abordagem entre Salgado e Barroso refletem a complexidade do integralismo como movimento político. Enquanto Salgado buscava um caminho mais moderado, modificando as estruturas existentes, Barroso adotava uma postura mais radical e revolucionária. Essas nuances de liderança dentro do integralismo ressaltam como os movimentos ideológicos podem conter facetas divergentes, cada uma refletindo interpretações distintas dos princípios fundamentais do movimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Levando-se em consideração os aspectos abordados ao longo do presente ensaio, é possível concluir que o integralismo pode sim ser caracterizado enquanto a experiência fascista brasileira, pois como nos sugere o autor já citado no trabalho, Francisco Carlos Teixeira da Silva, a ausência de um ou outro elemento presente no fascismo italiano, não desqualifica o regime fascista em outras localidades, pois estes obedecem a regras específicas do contexto nacional em que foi implantado.

E no caso do Brasil a imprevisibilidade no cenário político entre os anos 1930 e 1937 (período entre o golpe que colocou Getúlio Vargas no poder, e a implantação do Estado Novo), tornou o clima propício para o surgimento de movimentos plurais radicais. E é nesse contexto que o integralismo surge e ganha forças. Valendo ressaltar inclusive a simpatia do próprio presidente do momento, com o nazifascismo.

Além de que o integralismo é amplamente conceituado pelos autores (como é possível observar no tópico anterior) como um movimento de massas, ultranacionalista, antiliberal, anticomunista, conservador, e ultra militarista, marcas essas que são classificadores dos regimes fascistas (SILVA, 2000).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-61.

PAXTON, Robert Owen. **A anatomia do fascismo**. p. 13-98. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Os Fascismos". In: REIS FILHO, Daniel; ERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.) **O Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3v. V. 2, p. 109-164.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed., 2a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

THALHEIMER, August. **Sobre o Fascismo**. Revista Marxismo Militante Exterior nº 1, outubro de 1975.

ZORZO, Douglas Antônio Fedel. **O conceito de "Fascismo" em Primo Levi**. Controvérsia, São Leopoldo, v.16, n. 1, p.29-39, 2020.



FIGURA 01: **Imagem retirada da internet.** Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fbrasilescola.uol.com.br%2Fo-que-e%2Fhistoria%2Fo-que-e-integralismo.htm&psig=AOvVaw2E_zkTPjjdzaF49UNFF9f_&ust=1668979193325000&source=images&cd=vfe&ved=0CBAQjRxqFwoTCNjJzJ2Wu_sCFQAAAAAdAAAAABAD

FIGURA 02: **Imagem retirada da internet.** Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.infoescola.com%2Fhistoriadobrasil%2Fintegralismo%2F&psig=AOvVaw3BoOYU4jAbWjYM3BJJqWyG&ust=1668979313271000&source=images&cd=vfe&ved=0CBAQjRxqFwoTCOjw69GWu_sCFQAAAAAdAAAAABAD

DA INSATISFAÇÃO DOS DESEJOS À SOCIEDADE DO CONSUMO: UMA REFLEXÃO SÓCIO-FILOSÓFICA

Gabriel Andrade de Freitas
Aluno do Curso de Licenciatura em História (CFP- UFCG)
e-mail: gabrielalvesfre@gmail.com

Antunes Ferreira da Silva
Mestre em Filosofia (UFPB)
Professor de Filosofia (ETSC-CFP-UFCG)
e-mail: antunnes_ferreira@hotmail.com

RESUMO: O presente texto é uma pesquisa teórico-bibliográfica que trata da associação teórica, entre a insatisfação permanente dos desejos (segundo o pensamento do filósofo alemão Arthur Schopenhauer) e à saciação destes desejos, mais especificamente com a criação da sociedade de consumo (segundo o pensamento do sociólogo francês Jean Baudrillard). Por um lado, o voluntarismo schopenhaueriano expõe que a felicidade é algo puramente imaginário, jamais realizável por qualquer humano, uma vez que somos regidos pela Vontade (um ímpeto que constitui todos os seres do Universo) que cria, especificamente nos humanos, um desejo jamais saciável, uma vez que nos encontramos presos em um ciclo eterno de desejo-saciação-tédio. Por outro lado, após a Revolução Industrial, ao se estabelecer o modo de produção capitalista, se cria a necessidade de compra do que se é, através dele, produzido.

Palavras-chave: vontade; desejo; felicidade; consumo; cultura.

1 INTRODUÇÃO



A presente proposta de iniciação científica constitui-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica acerca de dois temas com bastante proximidade, mas cuja relação permanece ainda pouco estudada. Trata-se da associação, ao menos teórica entre a insatisfação permanente dos desejos (segundo o pensamento do filósofo alemão do fim do século XVIII Arthur Schopenhauer) e à saciação destes desejos, mais especificamente com a criação da sociedade de consumo (segundo o pensamento do sociólogo francês do século passado Jean Baudrillard). Objetivando explicitar as conexões existentes entre estes conceitos, esta pesquisa apoia-se nos escritos dos autores citados e de alguns comentaristas, a ser construído, pois, como um diálogo entre o filósofo e o sociólogo. Se, por um lado, o voluntarismo schopenhaueriano evidencia o caráter secundário da razão, ao expor que a felicidade plena é algo puramente imaginário, jamais realizável por qualquer humano, uma vez que somos regidos pela Vontade (um ímpeto que constitui todos os seres do Universo), tal ímpeto cria, a partir de sua racionalidade, especificamente no humanos, um desejo que jamais poderá ser saciado, pois nos encontramos presos em um ciclo eterno de desejo-saciação-tédio (ou seja, desejamos algo e sempre que obtemos o fruto do desejo, logo após, caímos no tédio que abre espaço para um novo desejo, e assim ao infinito). Por outro lado, após a Revolução Industrial, o modo de produção capitalista, ao se estabelecer, cria a necessidade de compra do que se é, através dele, produzido. Deste modo, nossa sociedade contemporânea se estabelece num consumismo exacerbado e bens, produtos e serviços, o que o sociólogo citado chama de sociedade de Sociedade de Consumo. Facilmente se contata um significativo aumento no surgimento/produção de bens, produtos e serviços, resultado de uma sociedade que cultua e admira o novo e acaba por favorecer esse surgimento, em uma velocidade altíssima, de novos objetos.

2 INSATISFAÇÃO DOS DESEJOS E A VONTADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE ARTHUR SCHOPENHAUER

2.1 Voluntarismo filosófico

O voluntarismo, como é vulgarmente descrito, pode ser entendido como o ato de se doar ao outro em prol de algo maior. Porém dentro da lógica filosófica, pode ser compreendido como “regido pela vontade”, essa por sua vez possui diferentes significados, variando de acordo com



a abordagem e perspectiva do autor em questão. Juntamente com ela o termo voluntarismo está passível a ressignificações.

O termo é geralmente utilizado em duas diferentes interpretações. A primeira, gnosiológica, desenvolvida por Henrique de Gand que, tendo vivido durante o século XIII, toma como base a sobreposição da vontade (entendida como emoção ou atos voluntários e intencionais do sujeito) sobre o intelecto ou a razão. A segunda interpretação, também chamada metafísica da Vontade, iniciada por Arthur Schopenhauer, tem em mente que a Vontade sobrepõe-se à razão. Porém vai mais adiante nesse raciocínio, compreendendo que a Vontade é a essência da realidade sendo una e ilimitada, apenas perceptível no tempo e espaço através de suas representações, nunca como coisa em si.

A concepção do termo “vontade”, como é popularmente descrita, remete-se primordialmente aos humanos e demais animais. Sendo comum ouvir frases que ressaltem a “vontade” como o querer desses seres; “Estou com muita vontade de comer batatas-fritas”; “O cachorro latiu durante toda a tarde, deve estar com vontade de passear”. Schopenhauer, por sua vez, compreende o querer dos membros do reino animal como apenas um dos muitos fenômenos da, denominada por ele, Vontade como coisa em si.

A Vontade, de acordo com Schopenhauer, consiste em um ímpeto desgovernado, o qual mesmo sendo uno e infinito, apresenta-se no tempo e espaço em diferentes fenômenos, também chamadas representações, esses por sua vez múltiplos e finitos, abrangido o meio inorgânico como o orgânico. Assim como está descrito por Bossert:

Meu corpo, como simples representação, é um objeto em tudo semelhante aos outros objetos que preenchem o espaço. Ora, eu constatei que meu corpo também pode ser conhecido de outra maneira, absolutamente diferente da intuição que eu designo pela palavra Vontade (2011, p. 175).

A teoria de Schopenhauer tinha como premissa a existência do em-si do mundo enquanto querer incessante, o qual denominou como Vontade. Não podendo ser percebida em sua totalidade, apenas enquanto objetivação, expressa no tempo e espaço em todos os seres e fenômenos, está passível a ser apreendida e significada por um sujeito, na relação sujeito e objeto denominada pelo filósofo de representação. Como afirma o filósofo:

Reconhecerá a mesma vontade como essência mais íntima não apenas dos fenômenos inteiramente semelhantes ao seu, ou seja, homens e animais, porém, a reflexão continuada o levará a reconhecer que também a força que vegeta e palpita na planta, sim, a força que forma o cristal, que gira a agulha magnética para o polo norte, [...] a própria gravidade que atua poderosamente em toda a matéria, [...] tudo isso é diferente apenas no fenômeno, mas conforme sua essência em si é para se reconhecer como aquilo conhecido imediatamente de maneira tão íntima e melhor que qualquer outra coisa e que, ali onde aparecer de modo mais nítido, chama-se Vontade (SCHOPENHAUER, 2005, p. 168).

O ser humano, mesmo pertencendo ao reino animal, possui uma capacidade cognitiva que transcende as dos demais seres. Tal capacidade ímpar lhe possibilita a produção e transmissão sólidas de conhecimento, características não presentes nos demais seres, as quais dão margem para que a espécie humana sobreponham sua vontade (enquanto espécie, mas não enquanto em-si do mundo) sobre as demais.

Da mesma forma que os fenômenos inorgânicos, membros pertencentes ao reino vegetal, além dos demais membros do animal, os humanos carregam consigo vontades correspondentes às suas possibilidades, sendo cada vez mais elaboradas e numerosas dependendo do grau da objetivação da Vontade. O humano, grau mais elevando de representação da Vontade, possuidor das mais numerosas carências, conseqüentemente os indivíduos que mais sofrem. Temática essa abordada na obra prima do filósofo:

O gênero humano, por dominar todas as demais espécies, vê a natureza como um instrumento de uso. Esse mesmo gênero humano, por dominar todas as demais espécies vê a natureza como um instrumento de uso. Esse mesmo gênero humano, porém... manifesta em si o próprio aquela luta, aquela auto discordância da Vontade da maneira mais clara e terrível quando o homem se torna o lobo do homem, *homo homini lúpus* (SCHOPENHAUER, 2005, p. 211-212, grifo do autor).

Assim como foi tratado anteriormente, a Vontade, de acordo com o pensamento de Schopenhauer, está expressa em todos os aspectos da realidade, dentre eles o que se sobressai é o humano, sendo esse o ser com maior capacidade de contemplação e domínio sobre as demais objetivações da Vontade.

Assim como os demais, o humano é guiado pela Vontade, o querer incessante, desde as atividades fisiológicas do corpo até suas paixões. Os indivíduos estariam presos em um ciclo infindável entre: querer, obter e entediar-se. Todos querem algo, esse querer traz consigo o sofrimento de não o ter, ao obter o alvo de seu desejo essa dor é substituída pela alegria, essa



momentânea e vazia. Logo abrindo espaço para o tédio, o sofrimento pela ausência da dor do querer.

Levando em consideração que o homem não busca apenas um algo, mas é guiado pelo querer incessante, sempre estará preso nesse ciclo. Como disse Schopenhauer:

Todo querer nasce de uma necessidade, portanto de uma carência, logo, de um sofrimento. A satisfação põe um fim ao sofrimento. A satisfação põe um fim ao sofrimento; todavia, contra cada desejo satisfeito permanecem pelo menos dez que não o são. Ademais, a nossa cobiça dura muito, as nossas exigências não conhecem limites; a satisfação, ao contrário, é breve e módica. Mesmo a satisfação final é apenas aparente: o desejo satisfeito logo dá lugar a um novo: aquele é um erro conhecido, este um erro ainda desconhecido (SCHOPENHAUER, 2005, p. 266).

2.2 A filosofia do sofrimento

Sendo esse ímpeto desgovernado, a Vontade não está sujeita às regras ou padrões, de forma que muitas vezes seus fenômenos, não percebendo que são em essência o mesmo, travam constantes embates uns com os outros, visando a preservação de sua existência como objetivação, em um mundo de conflitos e sofrimentos. Assim como descrito na obra *O Mundo como Vontade e representação*, Schopenhauer escreve:

Vontade como faminta. Sendo uma fome incessante e não havendo nada exterior a si, a Vontade teria de devorar incessantemente a si mesma; assim a Vontade possui uma auto discordância estrutural. [...]. Visto a Vontade é una, seu conflito interno só poderá aparecer através de seus fenômenos. Serão As forças naturais e os indivíduos, finitos e plurais, que entrarão em conflito na natureza: "...em toda parte da natureza vemos conflito, luta e alternância da vitória, e aí reconhecemos com distinção a discórdia essencial da Vontade consigo mesma...(SCHOPENHAUER, 2005, p. 211).

Tendo em mente que a vontade como coisa em si é um ímpeto incontrolável, de forma que suas representações herdariam tal característica, não possuindo um objeto de desejo mas sim deseja o todo. Estando sempre passível a tantos desejos quanto possíveis, mesmo saciando outros, conseqüentemente permanecendo infundavelmente a mercê da falsa satisfação e ao tédio. Abordagem confirmada por Schopenhauer no seguinte trecho:

Todo querer nasce de uma necessidade, portanto de uma carência, logo, de um sofrimento. A satisfação põe um fim ao sofrimento; todavia, contra cada desejo satisfeito permanecem pelo menos dez que não são. Ademais, a nossas exigências não conhecem limites; a satisfação, ao contrário, é breve módica. Mesmo a satisfação final



é apenas aparente: o desejo satisfeito logo dá lugar a um novo: aquele é um erro conhecido, este um ainda desconhecido... (SCHOPENHAUER, 2005, p. 266).

Essencialmente o passado e o futuro não existem, tendo em vista que são fatos prescritos ou meras possibilidades. De forma que no presente reside a realidade, constante busca pela satisfação, conseqüentemente também o sofrimento e tédio. Sendo os seres humanos, únicos fenômenos a perceber a passagem do tempo, potencialmente felizes no passado ou futuro.

Seja pela contemplação dos sofrimentos atuais, seguido pela nostalgia dos momentos pontuais de alívio já vivenciados, ou mesmo pelo vislumbre da possível satisfação proveniente de se alcançar determinado objetivo, os humanos encontram nessas situações um alívio momentâneo, os quais ao mesmo tempo evidencia o sofrimento vivenciado no agora. De forma que o ser humano nunca é realmente feliz, está sempre sonhando com as “glórias” passadas e mesclando-as com as possibilidades futuras. Mesmo quando atingido seus objetivos, logo é abatido pelo tédio o qual posteriormente é substituído por novas angústias:

3.2 A SOCIEDADE DE CONSUMO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE JEAN BAUDRILLARD

O termo consumo possui uma certa ambigüidade em sua etimologia, pois é derivado, por um lado, de *consumere* (que significa esgotar, usar tudo) e, por outro, de *consummation* (que significa construir, somar). Tal ambigüidade discrepante pode ser constatada historicamente. Durante a Grécia Antiga, período correspondente ao século XII a.C. até VI d.C., já se discutia os malefícios dos excessos, apego ao mundo material. Colocando em risco a integridade dos indivíduos enquanto sujeitos políticos, dedicados a prosperidade da *polis* ou seja ao coletivo, e agentes da contemplação, voltados a construção de conhecimento, características essas posta em risco pelo individualismo dos excessos.

A cultura, política e ideias da Grécia Antiga, principalmente da cidade de Atenas, reverberam até hoje na sociedade ocidental. Posteriormente na história, precisamente na realidade pré-moderna ocidental cristã, o consumo era tratado como um pecado, ainda possuindo conotação pejorativa. O Cristianismo, por sua vez, compreendia o trabalho juntamente com a entrega a fé como respostas para o individualismo do consumo, excessos da vida material. Dessa maneira, não apenas mantendo sentido negativo da materialidade,



buscando modificar o sentido original do termo trabalho, que derivado de *tripaluim* referia-se originalmente à tortura. Assim exaltando o esforço como algo louvável, atrelando esse a conduta ideal dos indivíduos.

A tradição cristã ainda é algo não apenas presente mas de extrema relevância para a cultura ocidental, dentre os ideais cristãos pode ser ressaltado o esforço. Não sendo raro ouvir expressões como: “tão trabalhador, triste que tenha morrido”; “trabalhava só para a família”; demonstrando que mesmo na morte de um indivíduo a dedicação para o trabalho, logo à prosperidade da coletividade, é ressaltada como uma qualidade ímpar.

Já dos séculos XVII a XVIII, período correspondente a Revolução Industrial, marcado pelo pensamento produtivista, pautado na coletividade das relações de trabalho, encavara o consumo como um mal necessário. Ainda encarado como algo negativo, porém fundamental para o escoamento dos frutos das relações produtivas.

Durante os séculos subsequentes o cenário acadêmico ocidental continuou sendo fortemente baseado na postura produtivista. Durkheim, sociólogo francês que viveu de meados do século XIX até iniciou do XX, por exemplo, compreendia o consumo como uma anomalia da sociedade, a qual, potencialmente, fragilizaria a coletividade proporcionada pelas relações de produção.

3.2.1 Consumo essencial e de supérfluos

A moralidade herdada do pensamento produtivista está presente na estrutura da sociedade ocidental pós-moderna. Também estando passível a apreensão através das relações entre indivíduos e objetos de consumo. O trabalho e consequentemente as interações por ele proporcionadas carregam consigo os ideais de empenho e precaução, logo do que seria considerado um membro produtivo da sociedade, o qual colabora para a manutenção das estruturas vigentes. Já o consumo continua sendo percebido como algo nocivo, sendo necessário o desenvolvimento de normas que o legitimem.

Podendo-se dividir os objetos de consumo em essenciais e supérfluos. Quando objeto x ou y rompe a barreira do necessário, infringindo as anteriormente citadas normas de legitimidade, consequentemente a moralidade do grupo social ao qual pertence, são considerados como dispensáveis, gerando culpa aos indivíduos que usufruem desses bens.



Visando justificar o injustificável, desenvolvem-se discursos voltados a legitimar o consumo de supérfluos: “comprei porque estava em promoção”; “nunca pensei que chegaria a esse preço, aproveitei e comprei”; “o meu anterior já estava bem gasto, precisei comprar um novo”; quando não se encontra meios de justificar, resta o “eu mereço” como última tentativa de legitimação.

O que esses e os demais argumentos indicam é a existência de um eixo compensatório no qual o trabalho, dedicação, senso de economia e oportunidade, entre outros valores moralmente legítimos, podem neutralizar a falta de legitimidade da compra supérflua (BARBOSA, 2006, p. 15).

Objetos de consumo essenciais, como sua denominação transmita, são fundamentais para o sujeito. Em um primeiro momento, pode-se atribuir a esse grupo de bens de consumo voltados a manutenção das funções fisiológicas dos indivíduos, consequentemente a preservação da espécie, podendo ser citadas: abrigo do tempo, roupas e alimentação. Tendo em vista que indivíduos se vestem, comem e moram de diferentes maneiras ao redor do mundo, existem fatores que determinam essas variações, sejam eles: políticos, culturais ou mesmo aspectos físicos da região.

Mesmo questões aparentemente comuns entre grupos de indivíduos possuem suas particularidades, variando de acordo com as relações construídas entre os membros de seu respectivo grupo social. Apenas as diferenciações já citadas, acarretaria em um amplo leque de possibilidades quanto ao que poderia ser considerado como essencial. Porém, o ser humano não limita suas necessidades à mera preservação da vida, consequentemente da espécie, busca pela identificação como membro legítimo da sociedade. Participação social, política e cultural, assim reafirmando a identificação do sujeito como membro da sociedade, fatores fundamentais para o indivíduo pós moderno. Ainda se tratando da participação, seja: política, social ou cultural, irá novamente variar de acordo com o grupo social em questão. Assim ampliado, o já vasto leque de objetos de consumo potencialmente essenciais.

3.2.2 Indivíduo enquanto consumidor e mercadoria

Durante a pós modernidade, principalmente com o firmamento da *internet*, ferramenta que facilita a coleta de dados considerados úteis para o mercado, os sujeitos vem sendo



classificados a partir de seu valor para a sociedade de consumo, tanto como: produtor, consumidor e mercadoria.

Quanto maior o poder de compra, juntamente com a utilização desse, tem um grupo ou ser, mais valioso é para o consumo. O cartão de crédito, por sua vez, é a perfeita constatação da afirmação anterior: possibilita que seu portador tenha possibilidade de consumir em estabelecimentos que aceitem essa ferramenta, não necessariamente tendo dinheiro para tal naquele momento. Livrando o consumidor da obrigação de quitação das dívidas, ao menos no momento da aquisição do produto ou serviço, as quais poderão ser realocadas para o final do mês ou meses subsequentes. A partir do uso recorrente do cartão, juntamente com a quitação das dívidas adquiridas pelo uso deste, o crédito que representa poderá ser ampliado, proporcionado que o utilizadores dessa ferramenta consumam cada vez mais.

O valor de um indivíduo para a sociedade não se limita à sua figura enquanto consumidor, mas também enquanto mercadoria. A partir do momento que o sujeito adentra efetivamente no mercado de trabalho, ingressa na sociedade enquanto profissional, não tendo sua finalidade, para o mercado, apenas com agente de consumo. Nesse sentido, os sujeitos são ao mesmo tempo produtores, independente da área de atuação, como mercadoria, em busca de provar seu valor para o mercado almejando ser consumidos, absorvidos pelo mercado.

As pessoas, físicas ou jurídicas, são responsáveis pela manutenção de seus respectivos valores de mercado. Indo desde procedimentos visando a preservação da aparência, seja de um indivíduo ou ambiente físico que represente a empresa, até cursos preparatórios, visando ampliar a o leque de funcionalidades enquanto profissional ou empresa. Tendo as informações discutidas anteriormente, pode-se enquadrar o próprio Estado como a mercê dessa estrutura, podendo-se comparar o investimento na educação aos cursos preparatórios e com as propagandas visando enaltecer os pontos positivos e mascarar as mazelas do país, como tentativa de embelezamento, tornando-se mais aprazível para investimentos externos. Tendo como constante a busca por destaque, consequente a manutenção desse na estrutura competitiva da sociedade contemporânea.

Assim como qualquer outra mercadoria, ao menos na perspectiva da sociedade de consumo, os indivíduos tem como objetivo serem apreendidos por compradores em potencial, nesse caso serem empregados por empresas privadas ou estatais. O valor dos profissionais está



diretamente relacionado a promessa de satisfação ao consumir, propaganda por traz do produto, valor que o potencial comprador, podendo também ser chamado empregador, está disposto a pagar, fator esse também ligado a promessa de satisfação.

Baumam identificava o empregado, sujeito enquanto produtor e mercadoria, ideal como sendo um trabalhador flexível, o popularmente chamado como “pau para todo obra”, conforme observa-se na citação a seguir:

O empregado ideal seria uma pessoa sem vínculos, compromissos ou ligações emocionais anteriores, e que evite estabelecê-los agora; uma pessoa pronta a assumir qualquer tarefa que lhe apareça e preparada para se reajustar e refocalizar de imediato suas próprias inclinações[...]; além de tudo, uma pessoa que deixará a empresa quando não for mais necessária, sem queixa nem processo (BAUMAN, 2008, p. 17-18).

3.2.3 Mercantilização das relações humanas

Os seres humanos vêm sendo constantemente mimados pela sociedade de consumo. Empresas, buscando simular um ambiente propício ao consumo, utilizou-se do advento da *internet* para tal. Através do uso de aparelhos como computadores e *smartphones*, compradores em potencial podem, mesmo estando em seus reconfortantes lares, ter acesso a um oceano de possibilidades para a utilização de seu dinheiro.

Produtos e serviços, antes inalcançáveis, agora acessíveis ao passo de um clique. Valores mais acessíveis, comodidade durante a compra e frete grátis são alguns dos fatores citados ao se justificar as compras *online*. Porém, mesmo sendo pouco citado, a insegurança por parte do consumidor constitui um dos principais fatores que incentivam essas compras.

Nunca vai acontecer de um inadvertido trejeito em meu rosto ou uma vacilante mas reveladora expressão de desejo deixar vaziar e trair para a pessoa do outro lado do diálogo um volume maior de meus pensamentos ou intenções mais íntimas do que eu estava preparado para divulgar (BAUMAN, 2008, p. 25).

Esses simulacros são utilizados em todas as vertentes do mercado, da comercialização de imóveis a relacionamentos. A ideia da mercantilização de relacionamentos pode parecer absurda, porém ao ater-se aos *sites* de encontro, essa afirmação tornando-se bastante concreta. Nesses espaços, os indivíduos, enquanto consumidores, estão livres do olhar do outro, protegidos pelas telas de seus aparelhos, livres para despir com seus olhares os indivíduos,



mercadorias, ali expostos, esses, por sua vez, reduzidos a satisfazer os desejos do consumidor. Convertendo os sujeitos em mercadorias ideias, as quais os seres humanos foram acostumados.

Os tipos de mercadorias com as quais foram treinados a se sociabilizar são para tocar, mas não têm mãos para tocar, são despidas para serem examinadas, mas não devolvem o olhar nem requerem que este seja devolvido, e assim se abstêm de se expor ao escrutínio do examinador, enquanto placidamente se expõem ao exame do cliente (BAUMAN, 2008, p. 23).

3.2.4 Prejuízos gerados pela sociedade de consumo

Inegavelmente, a sociedade de crescimento, também chamada de sociedade de consumo, é geradora de poluição das águas, do ar, como também da cultura. Podemos citar outras produções de prejuízos: produção de ruídos ensurdecedores; destruição de espaços visando a construção de equipamentos e estruturas. Visando a manutenção da estrutura vigente, são criadas instituições para remediar os danos gerados por ela própria.

A indústria de bebidas alcoólicas, por exemplo, gera diversas conturbações para a sociedade: dependência por parte dos indivíduos, prejudicando suas capacidades, potencialmente gerador de conflitos em uma das instituições, dita, como mais importantes para a sociedade, a família; responsável por acidentes automobilísticos, quando pouco influenciam para tal. Porém, mesmo tendo em mente as problemáticas citadas, além de outras, a vertente de mercado responsável pela produção, distribuição e propaganda desse produto não é barrada, quando muito é levemente regulamentada.

Gerando um ciclo infundável, no qual, visando a manutenção do lucro proporcionado pela comercialização dessa mercadoria, gerasse diversas problemáticas a serem, nunca resolvidas, remediadas, tendo em vista que não buscasse combater a problemática apenas seus sintomas. O discurso utilizado anteriormente não se vale apenas para o álcool, mas para inúmeras facetas da sociedade de crescimento automóveis, pesticidas, massificação da cultura, proporcionado um grande acúmulo de estresse para a humanidade e suas relações.

Necessita-se de mais tempo para se recriar e reciclar, recuperar e compensar o desgaste psicológico e nervoso, reciclar, para recuperar e compensar o desgaste psicológico e nervoso causado por múltiplos danos: trajeto domicílio/trabalho, superpopulação, agressões, *stress*, contínuos. Em última análise, o preço mais elevado



da sociedade de consumo é o sentimento de insegurança generalizada que ela engendra (BAUDRILLARD, 1995, p. 35).

Devido aos constantes prejuízos, a sociedade de crescimento se vê obrigada a implantação de políticas sociais, visando justificar os males que gera. Em um primeiro momento pode-se apontar as ações dos estados: educação, saúde e segurança. Porém existem empresas que participem de ações beneficentes, visando à melhoria e manutenção de suas imagens perante o público. Mesmos os malefícios são encarados como meios de impulsão e lucro para a sociedade de crescimento.

A baixa luminosidade da atmosfera em Paris em 30%, e, durante cinquenta anos, residual e inexistente aos olhos contabilistas. Mas se ela originar maior despesa de energia elétrica, de lâmpadas, de óculos, etc, então já existe e manifesta-se logo como aumento de produção de riqueza social. Todo ataque restrito ou seletivo ao princípio sagrado da produção e do crescimento provocaria o horror do sacrilégio (BAUDRILLARD, 1995, p. 36).

3.2.5 Desperdício

A partir de uma perspectiva moralista, o desperdício nunca foi visto como algo positivo. Sendo atrelado à ideia de excesso, apego ao material. Porém o termo desperdício pode ser compreendido como um meio de reafirmação de identidade, seja de um sujeito ou grupo. Transcendendo o consumir visando a manutenção da vida, sobreviver, mas sim a busca por reafirmar um estilo de vida, diferenciação entre indivíduos e grupos sociais.

Todas as sociedades desperdiçam, dilapidaram, gastaram e consumiram sempre além do estrito necessário, pela simples razão de que é no consumo do excedente e do supérfluo que, tanto o indivíduo como a sociedade, se sentem não só existir, mas viver (BAUDRILLARD, 1995, p. 38).

A lógica do desperdício não reside apenas na esfera do consumo, mas também na produtiva. Os produtos são concebidos visando o excesso, assim sempre gerando a manutenção dos preços e a procura por esses. Eletrônicos, por exemplo, são construídos e melhorados constantemente, de forma que satisfaça os desejos dos compradores e abram espaço para os novos serem desejados e consequentemente consumidos, mesmo os primeiros estando em plenas condições de uso.



3.2.6 A sociedade de consumo e a desigualdade

Independentemente da perspectiva, pode-se partir do consenso que a sociedade de crescimento, pautada na produção e consumo desenfreado, é geradora de desigualdades. Porém, a questão é se, mesmo a longo prazo, seja um caminho para a igualdade. Considerando que os males que afligem o meio sejam externos à estrutura, sejam meros incidentes, mesmo danosos sejam meras inconsistências, as quais a longo prazo serão expurgadas. A produção chegaria em tão ampla escala que a própria ideia de desigualdade não faria sentido.

Essa perspectiva, mesmo que calorosa, mostra-se frágil quando se sabe que atualmente a produção de alimentos excede o necessário para satisfazer a demanda mundial, mas mesmo tal excesso de produção não é suficiente para sanar problemas estruturais, sendo a fome uma lastimável preocupação em diversas regiões do mundo. Sendo mais palpável a segunda opção:

[...] o sistema só se aguenta por meio da produção da riqueza e da pobreza, de idêntico número de insatisfações e de satisfações, de prejuízos e de progressos. A sua única lógica é sobreviver e, neste sentido, a respectiva estratégia é manter a sociedade humana sobre falso e em perpétuo déficit. Sabe-se muito bem que o sistema tradicionalmente e de modo sistemático lançou mão da guerra para sobreviver [...] (BAUDRILLARD, 1995, p. 54).

O crescimento pode ser considerado como ferramenta de manutenção da estrutura social. Podendo, a desigualdade, ser comparada a um ciclo vicioso, fundamental para a preservação dos privilégios das camadas mais abastadas. Diferentemente de um trecho conturbado de uma estrada com um final miraculoso, muito semelhante a um labirinto sem saída.

O consumir, quando reduzido a mera relação utilitária entre os compradores em potencial e produtos, implica em desconsiderar a simbologia carregada pelos serviços e produtos. Nesse sentido pode-se abordar o consumo a partir de dois principais pontos: a) comunicação, segundo o qual o consumo consiste em códigos específicos, os quais transmitem mensagens para a sociedade em que está inserida e b) diferenciação, a qual pode ser entendida como a busca por identificação através do consumo, como o uso dos padrões de consumo dos indivíduos visando a manutenção da estrutura das classes sociais.



[...] nunca se consome o objeto em si (seu valor de uso) - os objetos de (no sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tomado como referência ideal quer demarcando-o do respectivo grupo por referência a um grupo de estatuto superior (BAUDRILLARD, 1995, p. 60).

A produção em massa e o escoamento dos bens de consumo manufaturados, juntamente com a prestação de serviços, possibilitou que membros de camadas menos favorecidas da comunidade tivessem acesso a esses itens. Fazendo-se necessário a existência de outros métodos para distinção entre os mais e menos abastados, visando assim a preservação do poder das camadas mais ricas. Nesse sentido a segregação não sumiu apenas foi deslocada. Espaço, tempo livre, ar puro, silêncio, conhecimento, devido ao atual cenário caótico das grandes metrópoles, tornaram-se artigos de luxo. O conhecimento sendo essencial para compreensão do valor social que os objetos de consumo, juntamente como a maneira de utilização, exprimem.

As relações utilitárias entre os seres humanos e objetos de consumo trazem consigo uma eminente saturação. Já a busca por diferenciação, aquisição de significados, é potencialmente insaciável. A estrutura social contemporânea é pautada na hipótese de um constate discrepância entre as necessidades de diferenciação e aumento da produtividade. Apagando-se a ideia que a produção nunca corresponderá as necessidades a serem atendidas, justificando a intensificação dos meios de produção e consumo, logo da sociedade de crescimento em si.

Almejando a prevalência da sociedade de crescimento, o sistema deve conduzir não apenas a produção mas o escoamento da mesma. Condicionamento de necessidades, através, principalmente da publicidade busca-se estabelecer padrões de consumo a serem aprendidos. Vede-se a ideia que consumir produtos manufaturados, logo padronizados, gera afloramento da identidade de sujeitos ou grupos sociais. A dita diferenciação, proposta pela sociedade de crescimento, consiste meramente em seguir códigos, sequência de símbolos. Onde antes imperava a inconsistência, agora reside a diferenciação, a qual mesmo possibilitando a definição de fronteiras entre grupos, tente a anular a inconstância presente na personalidade dos indivíduos.

As diferenças reais que marcavam as pessoas transformavam-nas em seres contraditórios. As diferenças personalizadas deixam de opor os indivíduos uns aos outros, hierarquizam-se todas numa escala indefinida e convergem para modelos [...]. De tal maneira que diferenciar-se consiste precisamente em adaptar determinado



modelo, em qualificar-se pela referência a um modelo abstrato, em renunciar assim a toda diferença real [...] (BAUDRILLARD, 1995, p. 88).

A dita liberdade dos indivíduos, tão difundida pelos meios de comunicação, reside nas opções de consumir, maneiras para deletar-se sobre os excessos do mundo material, sempre contribuindo como preservação da sociedade de crescimento. Não existindo margem para a possibilidade do não consumir. A sociedade cada vez mais reforça o egoísmo, entrega ao apego material, característica necessária ao consumidor, ao mesmo tempo que o repreende, por ser moralmente nocivo as relações de coletividade do trabalho. O humano encontra-se numa eterna contradição, sendo constantemente requerido como trabalhador e consumidor.

4 CONCLUSÃO

O presente texto buscou correlacionar duas temáticas, as quais mesmo não sendo frequentemente discutidas em conjunto, estão intimamente relacionadas. A constante insatisfação dos desejos, a partir da perspectiva do filósofo Arthur Schopenhauer, e a formação da sociedade de consumo, tendo como base os textos do sociólogo Jean Baudrillard. Visando discutir e compreender as ideais propostas pelos estudiosos citados, assim como suas relações, proporcionado pelo incentivo à pesquisa acerca das temáticas trabalhadas.

Schopenhauer compreendia a realidade enquanto Vontade, sendo esta a coisa em si do mundo. Ímpeto desgovernado e insaciável presente em todos os aspectos da realidade, apenas sendo percebido no tempo e espaço como fenômeno. Gerando constantemente conflitos pautados na busca pela imposição das vontades particulares umas sobre as outras.

A Vontade deixa os indivíduos à mercê de um infundável ciclo de sofrimento: 1- desejar, logo sofrer pela ausência do almejado; 2- alegria momentânea, gerando pela breve sensação de saciedade ao obter-se o objeto de desejo; 3- tédio, ausência do desejar tendência natural dos fenômenos. Uma vez que tal ciclo chega na última fase, ele está fadado ao recomeço. Isso é infundável. Dentre os mais variados graus de objetivação da Vontade, destaca-se o ser humano que, devido a sua capacidade cognitiva ímpar, permanece igualmente passível aos mais diversos desejos, conseqüentemente ao sofrimento.

Partindo de uma perspectiva menos crítica, a sociedade de consumo pode ser compreendida como essencialmente positiva. Entendendo a desigualdade socioeconômica



como mero fator externo, quando muito apenas danos momentâneos a serem posteriormente reparados pela própria estrutura socioeconômica. Jean Baudrillard buscou analisar e compreender a estrutura da sociedade pós-moderna, assim como as relações socioculturais e econômicas que a compõe. Abordando a sociedade de consumo como uma estrutura que sempre presa por seu desenvolvimento e manutenção. Tomando, até mesmo, os prejuízos gerados por ela como meio de impulsionar seu desenvolvimento. Partido dessa premissa, o sociólogo abordado analisa as relações humanas dentro dessa lógica voltada ao desenvolvimento econômico, mesmo que em detrimento ao humano.

Não é possível afirmar que a teoria de Arthur Schopenhauer, que faleceu cerca de sessenta anos antes do nascimento do sociólogo, tenha influenciado as ideias de Baudrillard. Devido à distância cronológica e geográfica, o filósofo alemão sequer vivenciou efetivamente a revolução industrial, elemento fundamental para o desenvolvimento do pensamento de Baudrillard. Entretanto, se não é possível afirmar tal influência, igualmente não é possível inferir que não haja nenhuma semelhança ao nível de base argumentativa entre o sofrimento causado pelo ciclo sem fim de desejos e o consumismo contemporâneo.

O consumismo, por sua vez, também essencial para os estudos do sociólogo e de seus comentadores, pode ser entendido como produto da vontade discutida pelo filósofo alemão. Sendo o consumo a ressignificação pós-moderna do ciclo de desejo abordado por Schopenhauer, o que torna tal estudo significativo em função de aproximar, ao menos nos vieses comparativo e expositivo, as proximidades existentes entre tais pensamentos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Livia. **Cultura consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Planète, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Suprema, 2008.
- BOSSERT, Adolphe. **Introdução a Schopenhauer**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Tradução Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.



DOS CENTROS AOS SUBÚRBIOS: PERSPECTIVAS MATERIAIS E SOCIAIS DO ESPAÇO URBANO DE CAJAZEIRAS-PB (1876-1903)

Ana Victória de Medeiros Oliveira
Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal da Paraíba
anavictoria.dma@gmail.com

RESUMO: Cajazeiras é uma cidade localizada no Alto Sertão do Estado da Paraíba e, assim como diversas outras espacialidades, possui sua trajetória intimamente ligada a um grupo de elite dominante. Em virtude desse ideal tradicional, diversos outros protagonistas e aspectos da região foram silenciados nas produções memorialísticas, e incorporadas por acadêmicos. A presente análise é fruto de um dos capítulos do Trabalho de Conclusão de Curso da autora, ao qual propõe uma revisão acerca de Cajazeira-PB, com o objetivo de discutir a sua constituição e suas tramas sociais entre os anos de 1876 e 1903, a partir do uso de fontes escritas, como os inventários post-mortem e Processos Crimes. Sob a ótica da História Local e Urbana, e com apoio de autores que discutem a temática, analisar-se-á Cajazeiras para além do plano discursivo material tradicional, destacando, a diversidade de sua composição social, atuante na formação da espacialidade do lugar.

Palavras-chave: cidade; espaço urbano; cajazeiras.

Cidade inventariada: a composição do mundo urbano e as relações sociais na cidade

Na formação econômico-social da Paraíba na Primeira República quase não há diferença entre o rural e o urbano, de maneira que nesse período as cidades do Estado têm seu crescimento ligado às atividades complementares da zona rural, a partir da comercialização de produtos agrícolas (Gurjão, 1994). O mundo urbano e rural em Cajazeiras também não era bem delimitado no período de análise, desde os seus primórdios as atividades envolvidas nesses dois âmbitos se confundem.

Quando a mesma localidade surge enquanto uma povoação, ela possuía características rurais, mas a partir do processo de urbanização, da criação de instituições que remetia a um desenvolvimento regional e a estruturação do local, como a Igreja, os estabelecimentos comerciais, a Casa de Coletoria, a Praça da Matriz, o Mercado Público, a Câmara e Cadeia, o Colégio, a feira e outras, passa a se ter a ideia de que ali estava a cidade, ali estava a sua zona urbana.

Dentro da pesquisa, esses conceitos foram utilizados para pensar os dois lugares. Portanto, compreendemos por urbano aqueles espaços localizados nas ruas dentro da cidade, ou seja,

onde observamos os imóveis residenciais, empresariais e demais atividades desenvolvidas nesse ambiente, e por rural, compreendemos toda unidade que se distanciava deste centro e se encontrava localizada nos sítios. Inclusive, a própria documentação analisada possibilita essa interpretação, pois à medida em que os bens são descritos, são associados às atividades desenvolvidas nos espaços.

Para reconstituir o que se compreende enquanto zona urbana, verificou-se 131 imóveis, dentro do recorte temporal estabelecido,⁹¹ de modo que possuíam tanto características residenciais quanto comerciais, e a nomeação das ruas estava associada muito àquilo que era desenvolvido nela, ou a alguma característica que descrevesse bem a região. A saber: Rua da Feira Velha, Rua do Mercado, Rua do Sangradouro, Rua do Comércio, Rua da Matriz, e Rua do Sol, são alguns exemplos de designações utilizadas para intitular os espaços que compunham a o que o professor Osmar Filho chama de “pequena urbe” (Silva Filho, 1999, p. 292), que em 1890 possuía cerca de 290 prédios, no espaço demonstrado o mapa abaixo.

Imagem 1: Zona urbana de Cajazeiras (1890)



Fonte: Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras e Livro Ruas de Cajazeiras. Elaborado pela autora (2022)⁹²

⁹¹ A escolha pelo ano de 1876 como início do recorte, deu-se ao fato de que neste ano Cajazeiras tornou-se cidade (Santana, 2022), já opção pelo ano de 1903 como fim do recorte, faz referência aos últimos processos catalogados no arquivo pesquisado.

⁹² O presente mapa foi criado através do livro “Ruas de Cajazeiras”, que foi escrito com base no imposto predial de 1890. A obra é de autoria de Deusdedit Leitão, um escritor e memorialista da cidade de Cajazeiras. Para mais informações sobre as ruas que compunham o espaço urbano, ver: OLIVEIRA, Ana Victória de Medeiros. **A cidade e o povo:** composição espacial e relações sociais em Cajazeiras (1872-1903). 2023. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2023.



Esse mapa foi elaborado com base nas informações obtidas por meio do cruzamento de dados e fontes. Nele, não houve preocupação em referenciar as residências, apenas os nomes das ruas atuais, e os pinos em cores variadas são referentes apenas aos logradouros existentes no período. Nos inventários há referência aos nomes das ruas antigas, e através do Livro Ruas de Cajazeiras, de autoria de Deusdedit Leitão, que explica a cidade através dos seus logradouros atuais e como se chamavam anteriormente, foi possível realizar tal empreitada.

A dita obra foi escrita com base no arrolamento das casas da cidade, realizado em 1890, para o pagamento do Imposto predial de 1891, que se tratava de uma taxa paga pelos imóveis construídos na zona urbana. No entanto, não se obteve acesso ao documento, pois não é sabido no meio acadêmico se o mesmo ainda existe e onde poderia estar. Por isso, o livro de Deusdedit Leitão foi utilizado como base para a observação da área existente durante o período estudado. As informações da obra foram organizadas com auxílio da plataforma *My Maps* do Google.

Nesse sentido, o trecho urbano que mais possui imóveis catalogados é a atual Rua Padre José Tomaz, ela envolvia tanto a chamada Rua do Comércio, quanto a Rua do Coração de Maria. Esta, abarcava uma área comercial de grande concentração de atividades, e talvez por esse motivo se destaque na documentação com maior predominância de prédios. Segundo Leitão (2005), esse era o trecho que envolvia o Mercado Público, o que interfere para que a artéria possuísse uma grande movimentação de pessoas e atividades, e consequentemente se tornasse uma área de significativo interesse daqueles que desejavam desenvolver atividades comerciais na cidade. O Almanak do Estado da Paraíba (1899) aponta ainda que existia uma casa de açougue edificada no mesmo sentido do Mercado Público, o que nos leva a crer que ambos os prédios estivessem localizados nessa rua.

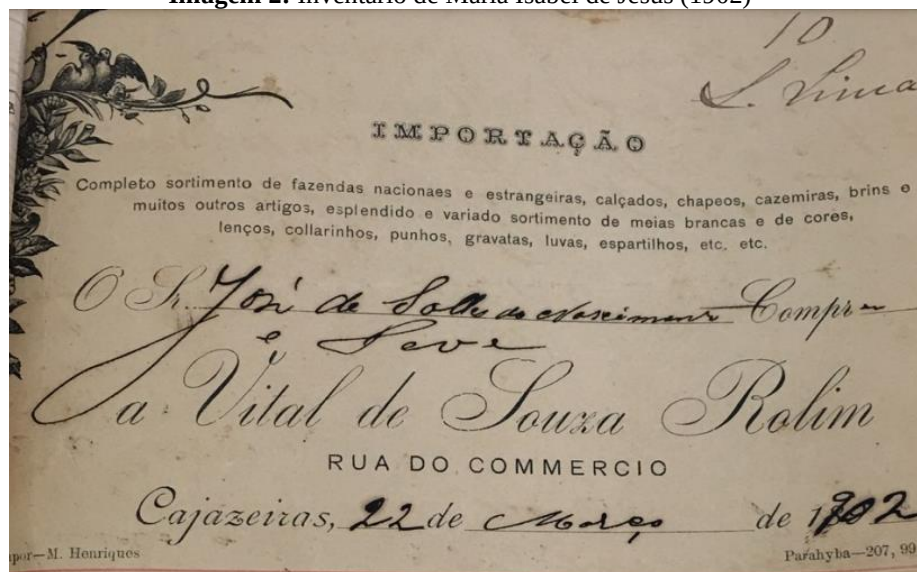
Isso posto, o indicativo para as atividades comerciais no trecho pode ser observado a partir de um imóvel inventariado em um auto processual, o qual contava com “com duas portas de frente e uma de fundo, dois compartimentos com prateleiras para exposição e depósito de fazendas, balcão, vitrine e mais acessórios de casa de comércio”.⁹³ Assim, as prateleiras, possivelmente serviam para a organização da mercadoria, as vitrines que deveriam expor os itens aos clientes, já o balcão e os acessórios reforçam essa característica comercial do imóvel.

⁹³ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.



Além desse exemplo, há outra descrição com características semelhantes ao imóvel citado, que é apresentada no mesmo processo. O bem contava com “com prateleiras, um caixão grande para depósito e mais acessórios de loja”, fazendo referência às atividades comerciais.⁹⁴ Uma outra questão que pode ser analisada em relação a essa rua, é que nela localizava-se um estabelecimento comercial de Vital de Sousa Rolim, um conhecido comerciante da cidade. Mediante uma espécie de recibo anexado em um processo de inventário, podemos notar também os itens vendidos nesse lugar, conforme consta na imagem adiante. Os comércios de fazendas eram lojas de tecidos e aviamentos, e no caso do citado, também havia a comercialização de outros itens, como os calçados, chapéus, meias, lenços, colarinhos, punhos, gravatas, luvas, espartilhos e outros itens. Estes produtos estavam associados aos modos de vestir da população, que em grande medida dizia respeito ao que Georg Simmel chamou de “a necessidade de distinção, a tendência à diferenciação, à variação, ao destaque.” (Simmel, 2008, p. 165). Logo, as dívidas possuídas pelas famílias, como a demonstrada na imagem acima, por vezes estavam associadas às compras feitas ao estabelecimento, e a essa possibilidade de vestir-se à moda.

Imagem 2: Inventário de Maria Isabel de Jesus (1902)⁹⁵



Fonte: Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras Dr. Ferreira Júnior.

⁹⁴ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.

⁹⁵ Inventário de Maria Isabel de Jesus, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1902.



Além de comerciante, Vital de Sousa Rolim também realizava empréstimos à juros, e mesmo que as informações citadas nos inventários sejam poucas sobre essas relações de crédito, Rita de Cássia Almico (2011) destaca que elas “nos levam a constatação da existência de um dinâmico mercado de crédito que contava, principalmente, com a participação dos indivíduos da cidade e região, e podia envolver tanto dinheiro, quanto mercadorias e serviços.” (Silva Almico, 2011, p. 474). Portanto, as dívidas poderiam ser fruto tanto dos empréstimos, quanto das compras de fazendas, e ao que se percebe, muitas pendências seriam sanadas com a realização do processo do inventário e a destinação de alguns bens para o pagamento delas. Mas na maioria das vezes não é possível saber a origem das mesmas.

Todavia, a Rua Padre Tomaz também envolvia a Rua do Coração de Maria, que dava acesso ao cemitério de mesmo nome desta rua. Sobre ela, há uma menção que se destaca das demais, pois não é comum que as fontes estudadas tragam informações detalhadas sobre os velórios e sepultamentos. Nestes autos, há a indicação que houve um sepultamento no cemitério da Capela do Coração de Maria, e o morto foi envolto em hábito preto e encomendado solenemente pelo vigário”.⁹⁶

Essa citação contida no processo, que faz referência aos ritos de passagem da vida para a morte, demonstra os signos religiosos presentes na sociedade estudada, que fundamentava a organização da cultura local e demonstra a preocupação do morto e de sua família com o fim do ciclo da vida. Nessa situação, a indumentária preta está representando a morte, e a recomendação do vigário é um cumprimento dos sacramentos da Igreja Católica no fim da vida.

Já a atual Avenida João Pessoa, conhecida na época como Rua do Sangradouro ou Rua Nova, é verificada a partir de edificações que lhe compunham, e também concentrava um significativo número de imóveis. Com base nos dados do Imposto Predial de 1890, Deusdedit Leitão (2005) informa que o trecho contava nesse ano com cerca de quarenta e nove casas, o que fazia dele a área de maior concentração de imóveis. Talvez por isso, os únicos sobrados verificados na documentação estejam localizados justamente na Rua Nova, aos quais estavam em construção em 1894.

⁹⁶ Petição por justificação de herança iniciado por Pedro Paes de Lavôr Barrêto, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1894.



A atual Rua Joaquim de Sousa, que era conhecida também como Rua da Feira, por abrigar a realização da feira semanal da cidade, passou a ser conhecida como Rua da Feira Velha a partir do momento em que esta atividade foi transferida para o Mercado Público, no fim do século XIX. A partir dos imóveis inventariados, nota-se que nela não há indicativo de atividades comerciais, e as suas menções estão associadas a edificações que denotam um uso residencial, como por exemplo: uma casa, com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas.⁹⁷ Segundo Deusdedit Leitão (2005) o logradouro em 1890 contava com 28 casas, não sendo citados imóveis comerciais.

A atual Rua Epifânio Sobreira, também conhecida no período como Rua do Sol, contava com 19 casas em 1890, e quase todas elas estavam localizadas no trecho comercial, (Leitão, 2005). Mas na documentação analisada não há nenhuma menção a objetos presentes nessas casas que nos remete a essas atividades. No entanto, como a localização analisada estava intimamente ligada às práticas comerciais de Cajazeiras é possível que os imóveis descritos também fossem usados para tal finalidade, como é o caso de uma casa, que por ter duas frentes em formato de “L” e cinco portas nelas, poderia ser uma localização oportuna para uma atividade comercial.⁹⁸

Além disso, a Rua Padre Rolim, que no período estudado era conhecida como Rua da Aurora, é mencionada também na documentação como Rua da Cadeia, possivelmente pelo fato de que esse logradouro contava com a Casa de Câmara e Cadeia, que era chamada dessa forma por abrigar ambas as coisas. Segundo o Almanak do Estado da Paraíba (1889, p. 372), a Casa de Câmara e Cadeia de Cajazeiras era um belo e vasto edifício, onde podiam ao mesmo tempo funcionar o júri e o conselho municipal. Nos autos há uma menção a essa instituição, à medida em que foi inventariado um bem descrito como “os alicerces do terreno junto a casa da camara”.⁹⁹ Esse logradouro, contou também com duas escolas, uma para o sexo masculino, sob a orientação do professor Crispim Coelho, e outra para o sexo feminino, sob a orientação da professora Vitória Bezerra.¹⁰⁰

⁹⁷ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.

⁹⁸ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.

⁹⁹ Inventário de Josefa Candida Beserra, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1876.

¹⁰⁰ É sabido que esta, em 22 de abril de 1898 presta juramento para ocupar o cargo de professora do ensino primário para o sexo feminino. Livro de Termos de Juramento, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1898.



Já a área que engloba a Praça Nossa Senhora de Fátima, a qual se localiza na atual Rua Higino Rolim, era delimitada pela Rua do Cruzeiro, no entanto a localidade foi descrita nos inventários como Rua da Matriz ou Pátio da Matriz. Esta área ganhou destaque ainda no século XIX, e segundo Deusdedit Leitão (2005) envolvia as famílias de maior representação local. Assim, é importante lembrar que por estar nos arredores da igreja, o lugar funcionava enquanto um espaço de sociabilidade, é em torno da praça que existem os encontros pós celebrações, bem como as festas e demais encontros. Este é, portanto, um lugar que se constitui a partir de vários movimentos, sejam eles culturais, sociais e políticos, marcados pelos vínculos criados nele.

A atual Coronel Guimarães, que era chamada de Rua da Boa Vista, possui na documentação características majoritariamente residenciais, mas entre elas um imóvel se destaca, sendo descrito como:

uma casa de tijollo, tendo também frente para a Rua do Coração de Maria, com duas portas e quatro janellas para a primeira rua e duas portas e quatro janellas para a segunda, trez sallas, cinco quartos, sotão com duas janellas e varanda, cozinha, muro, parte em preto e parte em branco, tendo mais em sua compreensão um quarto apropriado á loja, com frente para a rua do coração de Maria [sic].¹⁰¹

Então, conforme pode-se notar através do texto integral do documento, essa edificação se destaca das demais em virtude de ser própria tanto para um estabelecimento comercial, quanto residencial. Isso reforça a possibilidade de que as casas descritas pudessem ser utilizadas para ambas atividades.

E por fim, há a atual Rua Padre Manoel Mariano, que também se localizava na área comercial da cidade e nas proximidades do Mercado, era nomeada anteriormente de Rua Bela e de Rua do Coração de Jesus (Leitão, 2005), como consta nos processos verificados. Em geral, aqueles imóveis que estavam presentes nestas ruas aparentemente possuíam características residenciais, como se nota na descrição de “uma casa de tijolo, toda em preto, com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas”.¹⁰² Assim como esse último imóvel, diversos outros são descritos sendo em preto ou em branco, de modo que essa característica está associada à existência ou não do acabamento da edificação. (Santana, 2022; Figueiredo, 2022).

¹⁰¹ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884

¹⁰² Idem.



Não obstante, como pode-se perceber, a produção desse espaço urbano, que se encontra manifesto até mesmo através do nome das ruas, está associada a uma manutenção do destaque e protagonismo masculino. Esse lugar carrega nomes de homens da vida pública, sejam eles políticos, burocratas, escrivães, militares, comerciantes ou padres, de maneira que os mesmos, ao serem homenageados no espaço, são inseridos na memória coletiva como homens que influenciaram no progresso e desenvolvimento local.

Segundo Julia Garcia da Silva (2020), tal fato reforça o ideal de que as cidades, por serem produtos históricos da construção humana, refletem a estrutura da sociedade, por isso, é perceptível também no ambiente urbano, o impacto desses paradoxos associados ao gênero. Consequentemente, esse espaço deve ser enxergado enquanto um lugar político, produzido por signos discursivos e materiais, onde a memória mantida oficialmente está associada, sobretudo, aos interesses daqueles que detinham o poder regional.

Todavia, outra questão que chama atenção em relação a essa cidade, é que muitos dos imóveis são descritos como edificadas nas terras da Igreja Matriz. Dos 130 imóveis localizados, 77 possuem edificação situada em terras do Patrimônio da Padroeira. Isso está relacionado ao fato que na Colônia era comum que cada nova Vila tivesse uma jurisdição de uma légua em quadra,¹⁰³ logo, todas as terras concedidas dentro desse espaço eram da Câmara, a qual poderia cobrar foro. No caso de Cajazeiras, a Igreja deveria ser uma grande proprietária, e parte da cidade deve ter crescido com base em sua propriedade por meio do pagamento do foro. Isso se dá sobretudo em virtude da participação da Igreja Católica na ocupação dos espaços sertanejos, que aliada às outras instituições, esteve inserida na administração local. (Mello, 1983, p.40)

Além disso, por meio do Alamank do Estado da Paraíba (1899) sabe-se que em 1899 essa cidade era iluminada, — a fonte não nos diz de que modo, mas provavelmente não era por energia elétrica — contava em estabelecimentos de fazendas (tecido), secos e molhados (mercearia), farmácia, loja de barbeiro, alfaiataria, diversas tendas de ferreiro, marceneiro, sapateiro, carpinteiro, funileiro, pedreiros e louceiros de barro vermelho, além dos fornos — onde era preparada a cal branca para o consumo da cidade e dos municípios vizinhos — templos, cemitérios, casa de caridade e escolas. Portanto, nota-se que o comércio desenvolvido contava

¹⁰³ Aproximadamente de 6,6 km de comprimento por 6,6 km de largura. BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.



com um nicho bem consolidado, o que de certa maneira garantia tanto o acesso aos produtos, quanto a formulação de relações com as outras províncias, e o desenvolvimento econômico do local.

Deste modo, partindo do pressuposto que essas atividades e instituições, influenciam no crescimento do espaço urbano, e consequentemente na modificação desse corpo material, foi sendo gerado o que se compreende-se por urbanização. Sendo que este processo não significava apenas mero “aumento” das cidades, mas um movimento, que envolve característica de ordens econômicas, sociais, culturais e políticas. Ao qual com início da República, passou a ser não mais o adensamento populacional nas áreas urbanas, mas sim a modernização. (Silva, 2004)

Logo, a urbanização segundo Ligia Maria Silva, durante o recorte estudado:

passa a ser um processo mais complexo, trazendo para as cidades a necessidade da implantação de infra-estrutura urbana (serviços de iluminação pública, água, saneamento, vias e transporte coletivo), sistema educacional (de base acadêmica européia) e os meios de informação por onde as influências inovadoras penetram, como teatros, museus, bibliotecas, jornais, agremiações, partidos políticos e outros, diversificando a vida urbana, antes centrada nas atividades religiosas. (Silva, 2004, p. 35)

Por conseguinte, este progresso está envolto em questões associadas às reformas espaciais e urbanísticas propagadas nesse período. O mesmo processo envolve também atributos econômicos, sociais, e sobretudo culturais, visto que não é apenas o local que se transforma, os hábitos, práticas e mentalidades também sofrem alterações. Dessa forma, a urbanização pode ser descrita segundo uma metamorfose, que acontece para além do plano material, que fazia parte da vida cotidiana da cidade de que se fala, e era vivida intensamente por aqueles que a constituíam.

Entretanto, em meio a esses processos de modificação urbana e modernização, podemos notar o aparecimento de um outro espaço, o subúrbio. O conceito, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1832) significava arrabalde da cidade, ou seja, nas adjacências, ou vizinho a cidade. O mesmo lugar pode ser percebido em uma solicitação para a realização de um inventário, onde o juiz manda convocar uma residente no Sítio Capoeiras, e este é destacado como quase subúrbio desta cidade.¹⁰⁴ Nos estudos em relação ao urbano, como o desenvolvido

¹⁰⁴ Inventário de Alexandre Ferreira Lima, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1901



por Leonardo dos Santos (2011, p. 2), nota-se que “as imagens e noções que se referem ao subúrbio como um espaço de mistura, de indefinição de fronteiras entre os usos rurais e urbanos são verdadeiramente persistentes”. Nos autos analisados pode-se verificar que o subúrbio é apontado desta mesma forma.

Em um processo crime, em que uma mulher é morta pelo seu companheiro, a descrição que o inícia informa que a vítima foi assassinada na cidade. Uma das testemunhas diz que “o assassinato fora praticado no suburbio desta cidade”, já o juiz afirma que o acusado “ao pé desta cidade assassinou sua companheira”.¹⁰⁵ Assim, em um único caso, várias são as descrições de um mesmo ambiente, e isso se dá em virtude das diversas visões que os indivíduos tinham do local do crime. Desse modo, não se pode afirmar exatamente onde foi praticado o crime, mas podemos refletir sobre como os diversos grupos percebiam essa cidade e as zonas que lhe cercavam.

No mesmo auto, outro indivíduo chamado para depor diz ter ouvido dizer que “próximo a esta cidade umas trezentas braças mais ou menos, na entrada que segue desta cidade para o norte” a vítima tinha sido assassinada. Portanto, o que sugerimos é que esse local citado, tido como “subúrbio”, em seus sentidos geográficos, distanciava-se do centro a menos de 700 metros, do foco da vida urbana, ou seja, não estava totalmente desconectado dela. Tratava-se de um lugar indefinido, entre a zona rural e urbana, mas que possuía conexões ativas e com a cidade.

Leonardo dos Santos (2011) que analisa o conceito de subúrbio no Rio de Janeiro também no século XIX, considera que este ainda não era compreendido como um local de moradia popular no período, mas no caso da nossa documentação as menções a esse lugar, também o associam a crimes. Além do que já foi citado, um outro processo foi iniciado quando um “soldado do corpo de segurança compareceu na casa do subdelegado informando que tinha efetuado nos subúrbios desta dita cidade a prisão de Antonio Pedro da Silva que roubou no estabelecimento comercial do cidadão José Calheiro”.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Sumário de Culpa por crime efetuado contra Francisca de Tal, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1901.

¹⁰⁶ Sumário de culpa por crime efetivado contra José Calheiro, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1903.



Segundo o processo, um homem que permaneceu dentro do Mercado Público de Cajazeiras após o encerramento das atividades, onde pernitoitou, acabou por subtrair “uma lata contendo trinta e tantos mil réis” de um dos estabelecimentos do mercado. Portanto, além das compreensões dentro da História Urbana que percebem o subúrbio como um lugar de fronteiras indefinidas, também havia questões sociais que perpassavam pela sua constituição. Mas assim como nos inventários, em que existe a valorização do olhar dos avaliadores para a descrição dos bens, o que está sendo valorizado nos processos crimes é o olhar do Estado e daqueles que realizam o procedimento jurídico.

Desse modo, as questões sociais que atravessam a construção da imagem do subúrbio podem ser analisadas na documentação verificada. Consta em outro processo crime uma menção a João José, que era dono da casa de jogo localizada no subúrbio desta cidade.¹⁰⁷ Então, o subúrbio é um espaço cuja imagem vai sendo construída em Cajazeiras na transição do século XIX para o XX, como aquele que envolve atividades e pessoas que são em alguma medida rejeitadas pelos que dominam as instituições da cidade e a ordem. Então, o que prevalece na documentação é o olhar que tem o subúrbio como o lugar dos crimes e da baderna.

Por isso, vale ressaltar que enquanto um documento como o Almanak do Estado da Parahyba (1899), que funcionava como um informativo para a população das questões administrativas e burocráticas, descreve o espaço urbano da cidade estudada de uma forma bastante organizada, com ruas largas, com casas de boa aparência e construção, um lugar guiado pelo progresso econômico e comercial, os processos crimes nos mostram uma outra expressão dessas vivências na cidade. Sendo que estas questões estão para além da narrativa romântica sobre a urbe.

Por conseguinte, a cidade é constituída por questões que se fundamentam com o espaço urbano, e estão além de suas características físicas. Logo, a produção da cidade, é feita por todos os indivíduos, nos levando a crer, como aponta Sandra Pesavento, que:

A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe

¹⁰⁷ Sumário de culpa por briga ocorrida entre Pedro José da Silva e Pedro de Lavôr Paes Barreto, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1896.



como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam. (Pesavento, 2007, p. 16)

Dessa maneira, o espaço atual da cidade de Cajazeiras, possui nele a presença de diversas cidades, as suas ruas e seu traçado urbano conta as trajetórias de diversas metamorfoses vivenciadas por aqueles que a habitaram. É neste ambiente que se encontram refletidos inúmeros outros tempos, cidades que foram produzidas, organizadas, transformadas e vividas pelos seus cidadãos, que nela socializaram, trabalharam, compraram em seus estabelecimentos comerciais, foram à missa, viveram e morreram. Portanto, a cidade só pode ser compreendida em virtude da ação humana efetivada nela.

Fontes publicadas

ALMANAK administrativo, mercantil e industrial do estado da Parahyba. Paraíba: Imprensa Oficial, 1899. 23,5x15. <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/almanak-paraiba/820261>. Acesso em: 18 jan. 2023. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=820261>. Acesso em: 18 jan. 2023.

Fontes Manuscritas

Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras Dr. Ferreira Júnior

Inventário de Josefa Candida Beserra, 1876.

Inventário de Francisco Biserra de Sousa, 1884.

Petição por justificação de herança iniciado por Pedro Paes de Lavôr Barrêto, 1894.

Sumário de culpa por briga ocorrida entre Pedro José da Silva e Pedro de Lavôr Paes Barreto, 1896.

Inventário de Alexandre Ferreira Lima, 1901

Sumário de Culpa por crime efetuado contra Francisca de Tal, 1901.

Inventário de Maria Isabel de Jesus, 1902.

Sumário de culpa por crime efetuado contra José Calheiro, 1903.

Referências Bibliográficas



DA SILVA, Julia Garcia de Souza. A mulher na cidade - uma proposta metodológica para a análise do espaço urbano sob a perspectiva do movimento de mulheres na cidade de Salvador. **Revista Encantar**, v. 1, n. 1, p. 44-60, 26 fev. 2020.

FIGUEIREDO, Ayrle Alves de. **Cajazeiras e cultura material: entre o cabedal familiar e a fortuna de Francisco Bezerra de Sousa (1876-1900)**. 2022. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2022.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias**. Editora Universitária, Universidade Federal da Paraíba, 1994.

LEITÃO, Deusdedit. **Inventário do Tempo. Memórias**. João Pessoa: Empório dos Livros, 2000.

_____. **Ruas de Cajazeiras**. João Pessoa: Ideal, 2005.

_____. **Vida e obra do Padre Rolim**: Edição comemorativa aos 200 anos de nascimento do Padre Inácio de Sousa Rolim. Brasília: Senado Federal, 2000.

MELLO, Humberto. Instituições político-culturais da Paraíba Colonial. In: OCTÁVIO, José. **A Paraíba das origens a urbanização**. João Pessoa: Universitária, 1983. p. 35-42

OLIVEIRA, Ana Victória de Medeiros. **A cidade e o povo: composição espacial e relações sociais em Cajazeiras (1872-1903)**. 2023. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 11-23, 2007.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da língua brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>. Acesso em: 19 jan. 2023

SANTANA, Hava Mariana de Oliveira. **Da porta para dentro: o habitar sertanejo a partir dos inventários post-mortem (Cajazeiras, séc. XIX)**. 2022. 121f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2022.

SANTOS, Leonardo Soares dos. A constituição do subúrbio na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX: um passeio pela literatura. **Chão Urbano**, v. 1, p. 1-17, 2011.

SILVA ALMICO, Rita de Cássia da. Pedir e emprestar: o mercado do crédito em uma comunidade cafeeira. In: **Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira**



[Proceedings of the 14th Seminar on the Economy of Minas Gerais]. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **A viagem das formas: a aquisição do moderno**. 1999. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 1999.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. Características da urbanização na Paraíba. **Logepa**, João Pessoa, v. 3, n. 5, dez, 2004. p. 34-39.

SIMMEL, Georg. A moda. **IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte**. v. 1, n.1, abr./ ago., São Paulo: 2008, p. 163-187.

FOMES, SECAS E PESTES: MORTALIDADE E MORBIDADE NOS SERTÕES DO SERIDÓ POTIGUAR OITOCENTISTA

Gracineide Pereira dos Santos Oliveira
Estagiária de Pós-Doutorado - Programa de Pós-graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)
Bolsista CNPq/Fapern
gracineidepereira@yahoo.com.br

RESUMO: A presente comunicação faz parte da tese de doutorado “Perfil Demográfico de Paróquias do Seridó/ Rio Grande do Norte – Brasil (1840-1900)” e das investigações vinculadas ao Pós-doutorado, na Pós-graduação em Histórias do Sertões (CERES-UFRN). E tem por objetivo expor o comportamento da mortalidade e da morbidade das paróquias do Seridó (Sant’Anna-Caicó; Nossa Senhora da Guia-Acari e Nossa Senhora da Conceição-Jardim do Seridó), em períodos de crises (fomes e secas). As fontes utilizadas foram os registros paroquiais e os recenseamentos de 1872, 1890 e 1900. As informações foram analisadas à luz da estatística descritiva, dos métodos da Demografia Histórica e das referências bibliográficas sobre os Sertões do Seridó, possibilitando mostrar um perfil geral do comportamento e das características demográficas e sociais dessas paróquias.

Palavras-chave: Demografia Histórica; Registros Paroquiais; Mortalidade; Morbidade; Sertões.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados sobre o comportamento da mortalidade e da morbidade em períodos de crise, fomes e secas nos sertões do Seridó, na segunda metade do século XIX, sendo uma releitura destas temáticas investigadas na tese de doutorado “Perfil Demográfico de Paróquias do Seridó/ Rio Grande do Norte – Brasil (1840-



1900)”; associando com as discussões e pesquisas desenvolvidas no Pós-doutorado, na Pós-graduação em Histórias do Sertões (CERES-UFRN).

As fontes consultadas foram os registros de óbitos organizados na base de dados CBO, desenvolvida para a tese de doutorado e que além dos óbitos, também contém informações sobre os registros de batismos e casamentos das paróquias de Sant’Ana, Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora da Conceição; pertencentes as cidades de Caicó, Acari e Jardim do Seridó, respectivamente. Além destes, consultamos e utilizamos as informações populacionais presentes nos recenseamentos de 1872 e 1890, e no censo de 1900. Os resultados encontrados foram analisados à luz da estatística descritiva e dos métodos da Demografia Histórica para tratar dados paroquiais, nos quais não foi possível utilizar a reconstituição de famílias e de paróquias, permitindo traçar um perfil do comportamento da variável mortalidade e da sociedade nesse recorte temporal.

O artigo está dividido em quatro partes, incluindo esta introdução e as referências bibliográficas. Na segunda parte, contém uma exposição das fontes e dos métodos. No tópico seguinte expõem-se os resultados com gráficos e em seguida, as considerações finais. Por último, as referências bibliográficas que fundamentaram o presente artigo.

O CORPO DA PESQUISA: AS FONTES E OS MÉTODOS

No presente artigo, utilizamos a base de dados CBO e alguns dos resultados sobre a mortalidade e morbidade da tese de doutorado “Perfil demográfico de paróquias do Seridó/ Rio Grande do Norte – Brasil (1840-1900).

A fonte principal, foram os registros de enterros das paróquias que estão organizados na base de dados, constando as seguintes informações: Dia do óbito; Lugar; Raça; Sexo, Profissão; Causas do óbito; Estado civil; Condição; Idade; Profissão; Se recebeu sacramentos e a informação se fez testamento. Além desses campos mencionados acima, as fichas têm um espaço para as observações e outros registros que o pesquisador julgar relevante para a pesquisa presente ou para análises futuras.

Outra fonte importante para o estudo da mortalidade no Seridó, no contexto da impossibilidade da utilização das metodologias da Demografia histórica (Metodologia de Reconstituição de Famílias e de Reconstituição de Paróquias), são as estimativas indiretas a



partir dos dados disponíveis nos recenseamentos, no caso desta investigação, os de 1872 e de 1890, e o censo de 1900. Desse modo, empregamos os métodos indiretos com as estimativas e a metodologia agregativa através da estatística descritiva.

Após a exposição das fontes do presente artigo e das metodologias utilizadas, faremos a seguir a exposição dos resultados. Como é sabido pelos historiadores demógrafos, a mortalidade até hoje, apresenta muitos problemas para a sua investigação. E na contemporaneidade, contamos com órgãos que realizam a recenseamentos populacionais, enquanto, no passado, isso não ocorria. Sendo também verdade, que é uma variável extremamente importante para conhecermos a sociedade e suas fragilidades. Assim, buscamos maneiras alternativas de estudá-las quando não havia documentos para isso, e uma destas formas, são utilizando os registros de catolicidade, ou melhor os livros de enterros. É importante ressaltar que como não eram elaboradas para este fim, suas séries muitas vezes são incompletas. Além desse problema, também temos a má conservação dos registros, alguns livros estão com as páginas danificadas por líquidos, rasgadas, dificultando a leitura.

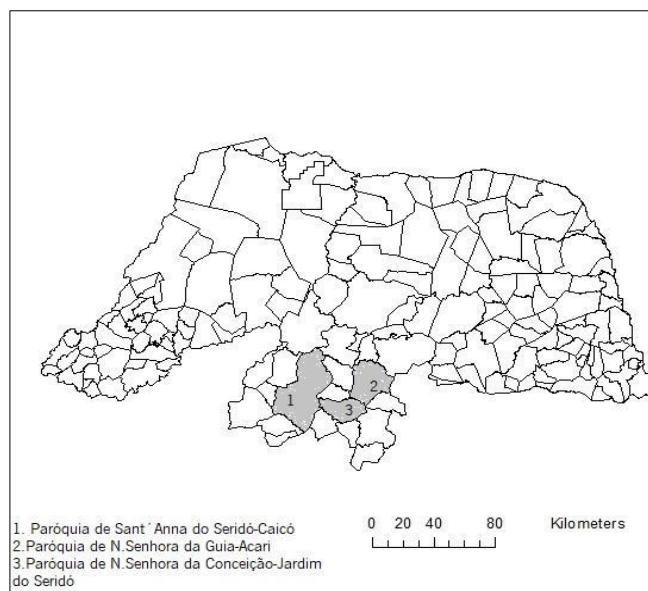
Mesmo assim, conseguimos unindo história e demografia fazer um estudo aproximativo sobre a mortalidade e morbidade nos sertões, sendo sobre isso que falaremos a seguir.

MORTALIDADE E MORBIDADE NOS SERTÕES

As três paróquias do Seridó, investigadas neste artigo, são Sant'Anna, Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora da Conceição, respectivamente, correspondentes, as cidades de Caicó, Acari e Jardim do Seridó, apresentadas a seguir, no mapa da Figura 1.

Para entender o perfil da mortalidade nessas paróquias seridoenses, faz-se necessário consultar, primeiramente, como se deu a distribuição do número anual de óbitos, lembrando que dada a natureza lacunar das fontes, ou seja, vários anos, com ausência de registros, estes resultados são parciais, dando indícios sobre os comportamentos dessa variável.

Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Norte, recortando as cidades de Caicó, Acari e Jardim do Seridó e suas respectivas paróquias



Fonte: Elaboração e edição da autora no programa ArcGis e Paint.

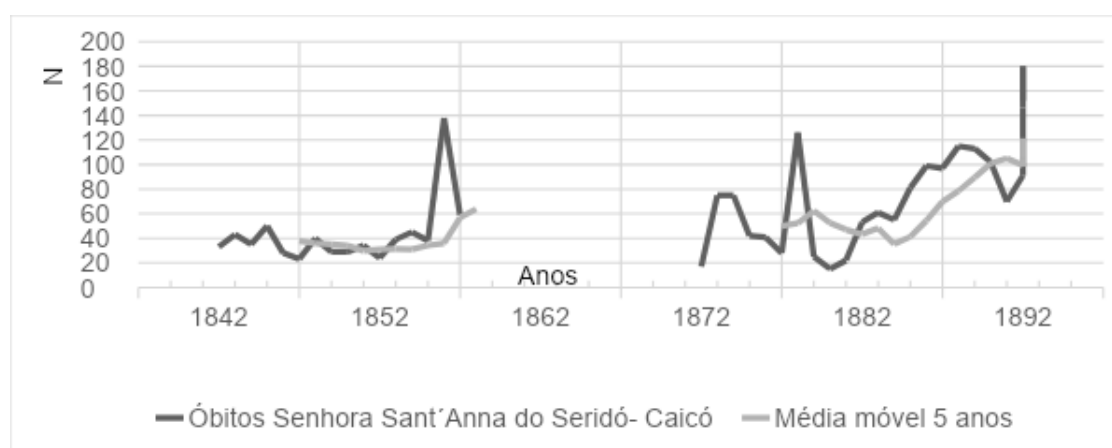
O movimento anual dos óbitos foi apresentado através dos volumes e de médias móveis. Verificamos no contexto geral das paróquias, um elevado volume de óbitos nos períodos de epidemias: cólera (na década de 1850) e varíola (na década de 1870), como também em longos períodos de secas (1876-1879; 1887-1889), agravada pelas fomes que apareciam nos registros ora nos momentos de secas, ora nos de fortes epidemias.

A partir dos registros consultados, percebe-se a epidemia da cólera chegou no ano de 1856 ao Seridó, dizimando pessoas de todas as idades, sendo chamada nos registros de óbitos como a “peste da cólera”. Segundo bibliografia, a referida doença, provavelmente adentrou o país, pelo Pará, trazida a bordo de um navio, vindo do Porto onde a doença se propagava (Franco, 2015).

A cólera deixou em números suas vítimas espalhadas pelas diversas regiões do Brasil. no Nordeste, na província de Pernambuco a cólera dizimou mais de um terço da população. Este quadro de epidemia ou crise de mortalidade mudava o cotidiano da população e das instituições que funcionavam nesses espaços (David, 1996, p. 130; Franco, 2015, p. 51).

Segundo Theophilo (1910, p. 5) “a varíola é companheira inseparável das secas”, foi disseminada no Brasil em surtos, sendo um dos mais graves em termos de custos de vidas humanas, o de 1878, já que principalmente as províncias do Nordeste apresentavam condições geográficas e climáticas para sua disseminação. Deste modo, ao analisar o movimento anual dos óbitos relacionamos com o calendário das epidemias e das secas presentes na região.

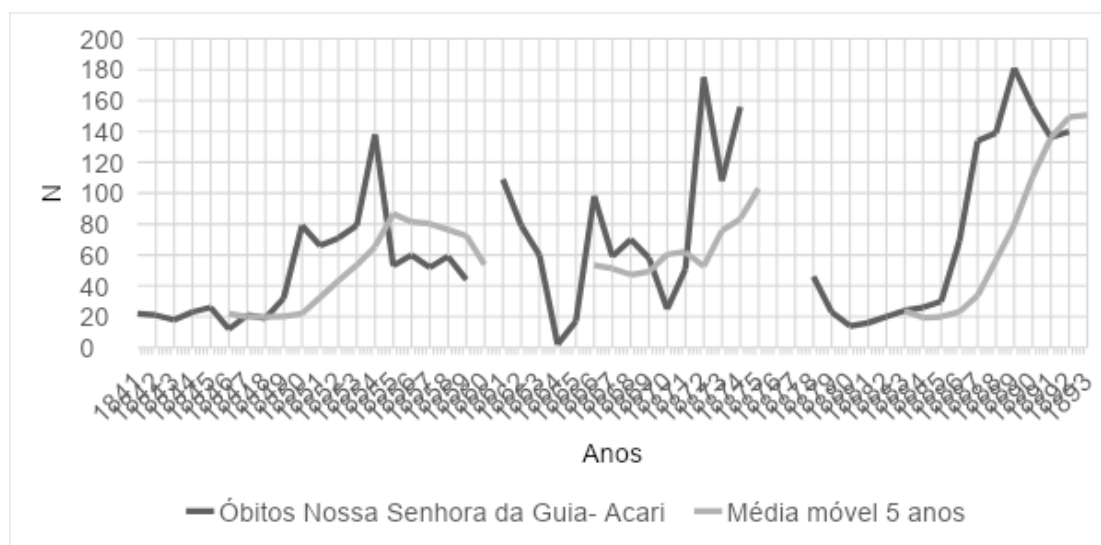
Gráfico 1 - Movimento anual de óbitos na paróquia de Sant’Anna do Seridó – Caicó (1842-1896), média móvel de 5 anos



Fonte: (Oliveira, 2020, p.93)

Em Sant’Anna do Seridó-Caicó (Gráfico 1), os maiores volumes de óbitos concentraram-se nos anos de 1856 (138), em 1878 (126) e 1895 (180). Verificando-se uma tendência para um forte aumento entre 1856 e 1858, justificados pelos casos de cólera. Os anos compreendidos entre 1859 e 1871 assinalam um período de ausência de registros. Enquanto, entre 1877 e 1878, notamos um aumento no volume de óbitos, associados com a seca que atingiu o sertão e a epidemia de varíola. Em resumo, verifica-se anos de sobremortalidade de carácter epidémico com ritmos de mortalidade ofensiva e neste caso, causado pela chegada ao país na década de 50 da cólera e mais precisamente nesta paróquia em 1856, como também no ano de 1878 em decorrência da varíola, contrastando com outros períodos de menor intensidade ou normal (Franco, 2015; Silva, 2003).

Gráfico 2 - Movimentos anual de óbitos na paróquia de N. Senhora da Guia – Acari (1841-1892), média móvel de 5 anos

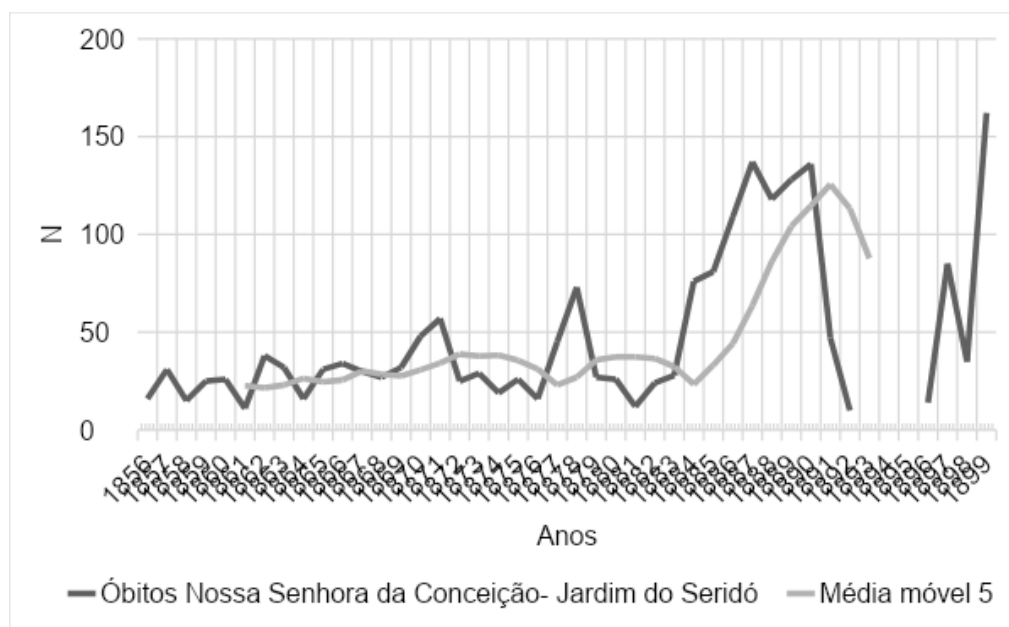


Fonte: (Oliveira, 2020, p.94).

Na paróquia de Nossa Senhora da Guia-Acari (Gráfico 2) registou os seus maiores volumes de mortes nos anos de 1854 (138), 1872 (175), e em 1889 (181). Constatamos que o número de óbitos foi relativamente baixo até 1850, a partir do ano 1851, o volume de óbitos e respectivas médias móveis tendem a assumir valores mais elevados, com um pico em 1854 (138), decrescendo até o período com falta de registo entre 1860 e 1861. Entre 1870 e 1875 observa-se um crescimento do volume de óbitos, com um pico no ano de 1872 (175), possivelmente relacionando com o aumento dos casos de varíola. A situação preocupava as autoridades, pois a principal arma de combate a doença, a vacina, era rejeitada pela população que “preferia morrer acometida pela doença, do que introduzir a peste no corpo”.

Nesta paróquia a varíola alastrou-se rapidamente, sendo necessário a interferência do governo com profissionais qualificados e medicamentos com o intuito de minimizar os efeitos da doença e reduzir a sua propagação (Mello Filho, 1874). Verifica-se uma nova fase ausência de registos até 1877 e no ano posterior uma retomada do volume com um considerável crescimento, registando um pico em 1889, mais um ano de escassez das chuvas e seca.

Gráfico 3 - Movimento anual de óbitos na paróquia de N. Senhora da Conceição -Jardim do Seridó (1856-1898), média móvel de 5 anos.



Fonte: (Oliveira, 2020, p.95).

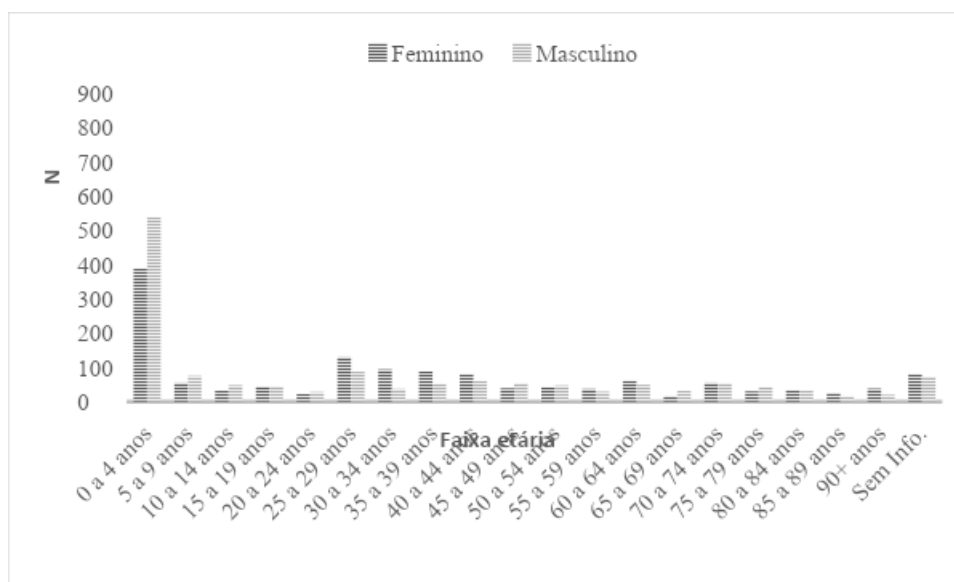
Em Nossa Senhora da Conceição-Jardim do Seridó (Gráfico 3), os picos nos volumes de óbitos foram os anos de 1871 (57), 1878 (73), 1887 (137) e 1899 (162). Observou-se que os registros de óbitos desta paróquia exibem uma quantidade muito reduzida para o período, demonstrando assim, uma significativa incidência de sub-registo de óbitos, com um pico no ano de 1878, possivelmente relacionado com a epidemia de varíola. Observou-se uma retomada e crescimento do volume de óbitos a partir de 1884 até 1887, seguindo-se de uma gradativa queda nos anos posteriores, possivelmente relacionada com a fome causada pela grande seca vivenciada pelo Nordeste no período de 1888-1889, classificada como moderada a forte. Entre 1893 e 1895 não se registou nenhum livro de enterros nesta paróquia.

Em 1870 e no final da década de 80, também temos um aumento na mortalidade para as três paróquias do Seridó, provavelmente resultado do longo período de seca, que ceifou a vida da população enfraquecidos pela falta de alimentação, com duas secas no período, além da forte epidemia de varíola (Azevedo, 1996; Dantas, 1980; Guerra & Guerra, 1904).

Outros indicadores importantes para estudar a mortalidade e morbidade são a idade e o sexo. Assim, no estudo realizado nas paróquias do Seridó foram estes os resultados que passamos a expor e discutir.

O primeiro a perceber a importância da idade na mortalidade foi Graunt (1977) na sua obra *“Observações Naturais e políticas [...] sobre Boletins de mortalidade”* para Londres. Nessa obra de constatações, mediu, estimou e forneceu uma avaliação da população, divulgando as regularidades e verificando, inclusive, a relação direta entre a mortalidade e a idade.

Gráfico 4 - Mortalidade por sexo e idade, Paróquia de Sant’Anna do Seridó-Caicó



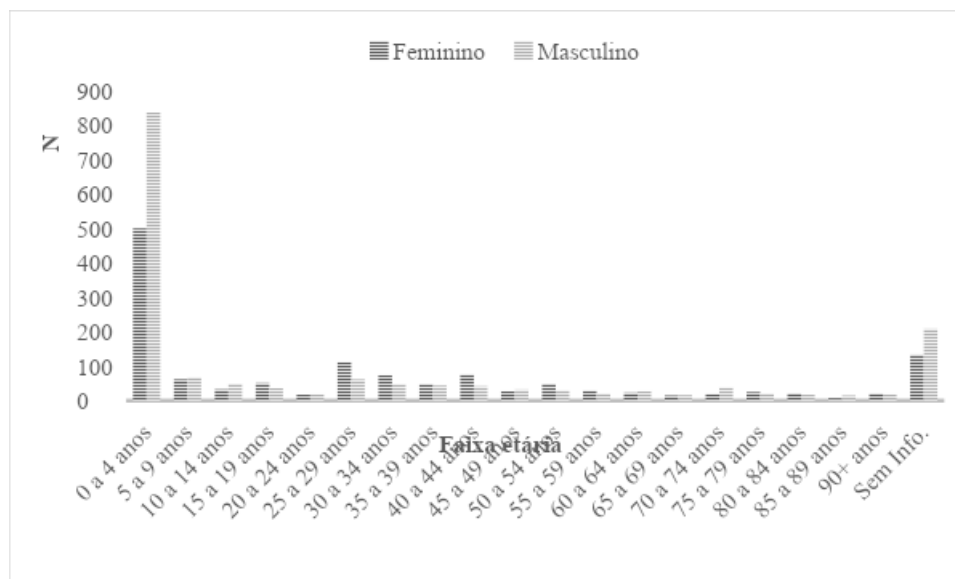
Fonte: Elaboração própria.

Ao analisarmos o volume de óbitos na paróquia de Sant’Anna do Seridó-Caicó (Gráfico 4), observamos que a maioria dos óbitos estão concentrados no primeiro grupo etário (dos 0 a 4 anos). Nos grupos iniciais há predominância dos óbitos masculinos até os 24 anos, corroborando com os estudos realizados na Europa Ocidental e no Brasil.

A partir dos 25 até os 44 anos há uma maior mortandade, exatamente no período reprodutivo. Notamos a superioridade do sexo feminino mais significativa na faixa dos 25 aos

29 anos. Provavelmente esta mortalidade feminina está relacionada com o parto ou por problemas dele decorrente.

Gráfico 5 - Mortalidade por sexo e idade, Paróquia de Nossa Senhora da Guia-Acari

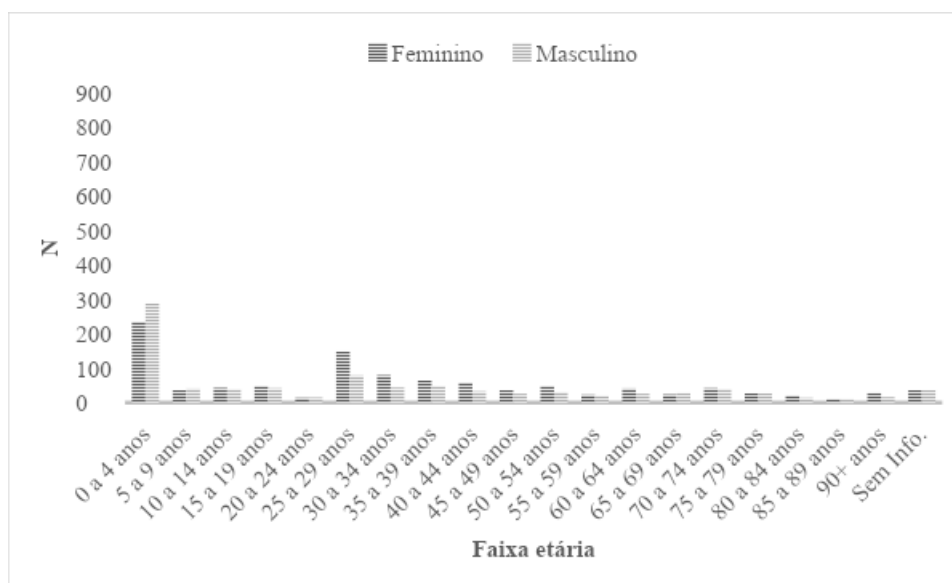


Fonte: Elaboração própria.

No caso da paróquia de Nossa Senhora da Guia-Acari, ao analisar o Gráfico 5, notamos a mesma tendência da paróquia anterior e algumas particularidades. A maior concentração dos óbitos no primeiro grupo de idades dos 0 aos 4 anos e do sexo masculino. Esta predominância do sexo masculino ao óbito é notada até a faixa dos 14 anos. Dos 15 aos 19 anos observa-se uma superioridade de óbitos femininos diferindo da paróquia de Sant'Anna do Seridó-Caicó. A mortalidade feminina mantém-se elevada até a faixa dos 44 anos, diferenciando-se mais uma vez, como ocorre na paróquia anterior, no grupo dos 25 aos 29 anos; idades férteis para as mulheres e nas quais elas estavam mais expostas ao risco de morrer por problemas na parturição ou a complicações, ou de má nutrição e falta de vitaminas durante a gestação e após.

Nos grupos etários posteriores, ora percebe-se uma pequena superioridade masculina, ora feminina, mas em termos absolutos os números não se distanciam muito, exibindo, no entanto, em termos gerais uma maior mortalidade igualitária entre os sexos nas idades a partir dos 50 anos e mais.

Gráfico 6 - Mortalidade por sexo e idade, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição-Jardim do Seridó



Fonte: Elaboração própria.

Na paróquia de Nossa Senhora da Conceição-Jardim do Seridó ao analisar o Gráfico 6, reparamos o maior volume de óbitos está concentrado na primeira faixa de idade. Nos grupos etários entre 0 e 24 anos verifica-se a superioridade dos óbitos de crianças do sexo masculino. A partir dos 25 até 54 anos há uma maior mortandade feminina, mais uma vez sublinhando o agregado dos 25 aos 29 anos. A partir dos 55 anos a diferença de óbitos entre os sexos torna-se insignificante.

De um modo geral, principalmente no primeiro grupo de idades os dados refletem uma tendência geral encontrada desde a Europa Ocidental até as grandes e pequenas paróquias brasileiras: “ A mortalidade infantil é quase sempre mais elevada para os meninos, o que assegura um certo nivelamento dos sexos” (Sauvy, 1979, p. 40).

Além do óbito por idade e sexo, os estudos das taxas brutas de mortalidade do Seridó mostram a qualidade dos dados, apontando elementos do desenvolvimento ou não da sociedade analisada. Nesse sentido, o sub-registro impossibilita análises mais profundas sobre este aspecto. Mesmo assim, é importante sua análise aproximada para termos indícios e entendermos também a morbidade, ou seja, quais as doenças que dizimavam estas populações.

Os pesquisadores Merrich & Graham (1981) mencionam taxas de mortalidade com valores abaixo do que se espera para a época de 32% demonstram o sub-registro, sendo este o

caso das paróquias do Seridó, explicando também os escassos estudos sobre esta variável e a necessidade de correções dos dados e utilização de outros métodos para se chegar aos resultados prováveis. Com efeito, consideramos as taxas de mortalidade estimadas para fins de comparação com outras realidades brasileiras.

Quadro 1 - Comparação das Taxa Brutas de mortalidade

Localidades	Período	TBM(‰)
Sant'Anna do Seridó-Caicó	1872	32,7
	1890	44,1
N. Senhora da Guia-Acari	1872	33,9
	1890	81,8
N. Senhora da Conceição- Jardim do Seridó	1872	30,9
	1890	68,1
Rio Grande do Norte	1801-1870	27,0
Rio de Janeiro	1838	65,0
	1840-1870	32,3
Brasil	1871-1890	29,5
	1891-1900	27,8

Fonte: Elaboração própria a partir das informações de Dias, 2016, p. 125; Marcílio, 2006, p. 208; Merrick & Graham, 1981, p. 58; Mortara, 1941, p. 276, 1970, pp. 16-18.

Apesar dos períodos diferirem, ao analisar as taxas brutas calculadas para as paróquias do Seridó com a província e Brasil (Quadro 1), observamos que os valores encontrados para Seridó são maiores do que os calculados para a província do Rio Grande do Norte (27,0), e para o Brasil (29,5 e 27,8). (Dias, 2016, p. 125; Merrick & Graham, 1981, p. 58; Mortara, 1970, p. 18). Com efeito, o resultado de 68,1‰ para o ano de 1890, se aproxima ao mencionado por Marcílio de 65,8‰ para a província do Rio de Janeiro (1838), quando esta vivenciava um surto de varíola. É importante enfatizar que enquanto o Brasil apresentava uma diminuição das taxas de mortalidade no Seridó, verificou-se um significativo aumento.

As taxas de mortalidades elevadas diminuem a esperança de vida dessa população, sendo por isso, que considerando as taxas de mortalidade estimadas e a população recenseada no Seridó em 1872 e 1890, calculou-se a esperança de vida ao nascimento em 31,5 e 14,2 anos, respetivamente, se aproximando da esperança de vida encontrada para Brasil, de 33,9 anos entre 1870-1890 (Oliveira, 2020, p. 103; Merrick & Graham, 1981, p. 63). Enquanto, os resultados



para o Brasil da esperança de vida foram constantes, no Seridó verifica-se um forte decréscimo populacional causado pelas sucessivas epidemias e longos períodos de secas.

Agora, depois de saber quais os anos de maior mortandade, os grupos etários e as taxas de mortalidade e esperança de vida, iremos nos mergulhar sobre as causas destes óbitos, ou seja, sobre a morbilidade. Desta forma, a partir das causas-sintomas informadas pelos párocos e organizadas na base de dados procedemos uma categorização inspirada na realizada na dissertação de mestrado para a paróquia de Sant'Anna do Seridó-Caicó, incluindo algumas adaptações, como as causas nutricionais (Santos, 2013). A partir do exposto, elaboramos seis categorias de causas-sintomas, a saber: “crônicas e degenerativas, externa, infecciosa - parasitária, mortalidade materna e nutricional”. Optamos por assim fazer, pois a partir destas categorias obtemos mais elementos para identificamos o estágio da transição epidemiológica.

Na Demografia, as causas de mortalidade relacionam-se com os estágios da teoria da transição epidemiológica. Esta teoria surgiu na década de 1990, a partir da iniciativa de Omran (2005) de encontrar medidas para controlar a fecundidade por meios de programas orientados para a saúde. Durante a transição epidemiológica, ocorre uma mudança ao longo dos anos nos padrões de mortalidade e doença, em que pandemias de infecção são gradualmente substituídas por doenças degenerativas e provocadas pelo homem. O autor define três estágios da transição epidemiológica, são eles: o estágio da Pestilência e Fome, neste a mortalidade é alta e oscilante, impedindo, assim, o crescimento populacional. Apresentando uma expectativa média de vida ao nascer baixa, em média entre 20 e 40 anos.

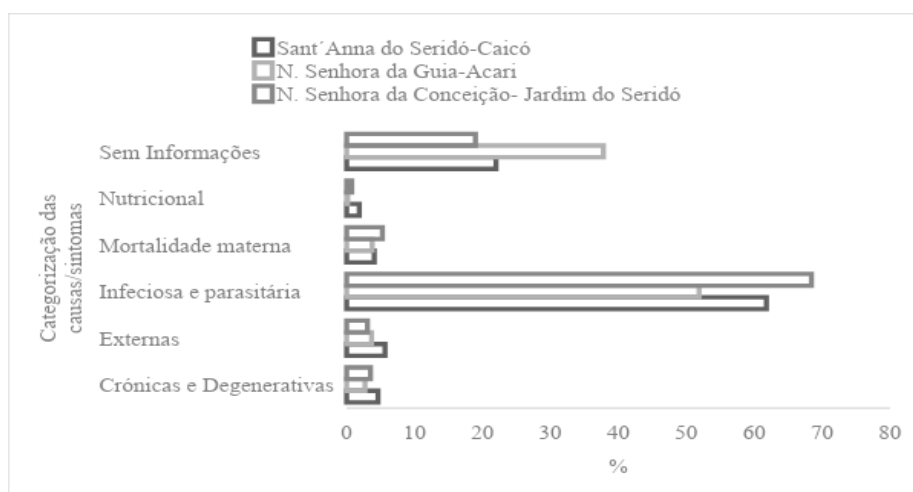
No estágio das pandemias em retrocesso, as taxas de mortalidade diminuem progressivamente; e a taxa de declínio acelera à medida que os picos epidêmicos se tornam menos frequentes ou mesmo desaparecem. A esperança média de vida ao nascer aumenta constantemente de 30 para cerca de 50 anos. O crescimento da população é equilibrado e começa a descrever uma curva exponencial. No estágio das doenças degenerativas e provocadas pelo homem, as taxas de mortalidade continuam a decrescer e, eventualmente, se aproximam da estabilidade em um nível relativamente baixo. A expectativa média de vida ao nascer aumenta gradualmente, por vezes, excedendo os 50 anos. É nesse estágio que as taxas de fecundidade se tornam um fator crucial no crescimento populacional.

Nesse contexto, verificamos no Gráfico 7 que, as paróquias do Seridó expõem percentuais mais elevados de causas/sintomas de mortes infecciosas ou parasitárias (entre 50% e 67%), com resultados pouco significativos para as demais categorias, características estas do primeiro estágio da Pestilência e Fome. Dialogando com outras características populacionais destas populações, como uma estrutura etária “jovem”, resultado de uma elevada mortalidade e uma baixa esperança de vida.

Evidentemente, percebemos também o percentual elevado da mortalidade materna (acima dos 3%) nas paróquias, mesmo acreditando que os resultados devem ser ainda maiores, dados os sub-registros encontrados.

Outra categoria importante, é a causa/sintoma de óbito nutricional, porque nestes registros os paroquianos morreram de “fome” denunciando uma das marcas da pobreza no contexto de intempéries climáticas, como a seca de 1878 e subdesenvolvimento econômico, pois não podemos esquecer que o Seridó das fazendas de gado ou dos algodoeiros pertencia a uma elite, enquanto a maioria da população vendia a sua força de trabalho, sobrevivendo em condições precárias de alimentação, higiene e saúde, criando um terreno propício para as doenças infecciosas e parasitárias se desenvolverem.

Gráfico 7 - Categorização das causas/sintomas de óbitos nas paróquias do Seridó (1840-1900)



Fonte: Adaptação a partir de Oliveira, 2020, p.104.



As tábuas de Mortalidade de Londres elaboradas por Graunt (1977), em meados do século XVII, mostram, por exemplo, que quase três quartos de todas as mortes foram atribuídas a doenças infecciosas, desnutrição e complicações na maternidade; doenças cardiovasculares e câncer foram responsáveis por menos de seis por cento. Um quadro parecido observado acima nas causas/sintomas dos óbitos das paróquias do Seridó, comportamento de sociedades pré-industriais e com características do primeiro estágio da Pestilência e Fome da transição epidemiológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo desenvolvido teve como objetivo apresentar os resultados sobre o comportamento da mortalidade e da morbidade em períodos de crise, com fomes, secas e pestes nos sertões do Seridó oitocentista.

Desse modo, foi exibido as fontes básicas dessa pesquisa, os registros de óbitos das paróquias de Sant'Anna, Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora da Conceição. Para o estudo foi necessária sua organização numa base de dados e foi a partir da consulta desses dados com os resultados da tese de doutorado que foi realizada essa análise sobre a mortalidade e morbidade.

Verificamos ao analisar picos de mortalidade nas três paróquias, coincidindo com os anos e secas, fomes (década de 70) e pestes (Varíola e cólera). Ao analisar as taxas brutas de mortalidade encontradas para as paróquias do Seridó, calculadas a partir dos registros de óbitos são baixas, entretanto quando calculadas a partir da utilização de técnicas indiretas da Demografia, as mesmas são elevadas, e mais ou menos dentro do esperado em sociedades pré-industriais, sendo este o caso, das paróquias estudadas. Estes resultados também mostraram a deficiência dos dados e a importância da demografia e seus métodos para corrigir as informações do passado, amenizando as consequências das lacunas temporais e da má conservação da documentação. Com as taxas brutas de mortalidade também podemos conhecer as esperanças de vida do Seridó de 31,5 (1872) e 14,2 (1890) aos, que sofreu uma queda na da esperança de vida, enquanto, o Brasil experimentou uma certa constância.

No que diz respeito as idades e sexo, percebemos uma mortalidade masculina maior nas primeiras faixas de idades nas paróquias de Sant'Anna e Nossa Senhora da Guia, diferindo um



pouco da de Nossa Senhora da Conceição que apresenta percentuais mais baixos em todas as faixas de idades, principalmente na primeira, dado que esta paróquia apresentou quase um decênio sem registros de óbitos de crianças. Uma situação pouco provável, numa sociedade cujas características principais seria a mortalidade infantil elevada. Verificando-se também uma mortalidade feminina principalmente na faixa etária reprodutiva, a partir dos 25 anos de idade e por complicações durante ou após o parto.

Quanto a morbidade, a maioria dos óbitos foram de causas infecciosas e parasitárias, sendo importante destacar a mortalidade materna e a nutricional, esta última, diretamente relacionada à fome que atingia estas populações em tempos normais, e se agravavam nas crises, sejam elas climáticas ou epidêmicas, apresentando características do primeiro estágio da Pestilência e Fome e das sociedades pré-industriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, A. de. **Cronologia do Rio Grande do Norte**: Cinco séculos de História. Nordeste Gráfica, 1996.
- DAVID, O. R. **O inimigo invisível**: epidemia na Bahia no século XIX. 1 ed. Bahia. EDUFBA, 1996.
- DIAS, D. J. C. **O comportamento da mortalidade no Rio Grande do Norte entre 1801 e 1870**. 2016. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Demografia, 2016.
- FRANCO, S. P. **O terrível mal do oriente**: a cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856). 1 ed. Espírito Santo. EDUFES, 2015.
- GRAUNT, J. **Observations naturelle et politiques sur les bulletins de mortalité**. France, INED, 1977.
- MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: Terra e População**: Estudo de Demografia Histórica e de História Social de Ubatuba. São Paulo. Edusp, 2006
- MERRICK, T. W., & GRAHAM, D. H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Zahar, 1981.



MELLO FILHO, J. C. B. de. Falla com que o exm. sr. dr. abriu a 1a sessão da vigesima legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 13 de julho de 1874.

MORTARA, G. **Estudos sobre a Utilização do Censo Demográfico para a Reconstituição das Estatísticas do Movimento Populacional do Brasil**. VI Sinopse da Dinâmica da População do Brasil nos Últimos Cem Anos. Revista Brasileira de Estatística, 2, 267–276, 1941.

MORTARA, G. **Contribuição para o Estudo de Demografia no Brasil**. Rio de Janeiro. Fundação IBGE, 1970.

OLIVEIRA, G. P. S. **PERFIL DEMOGRÁFICO DE PARÓQUIAS DO SERIDÓ/RIO GRANDE DO NORTE-BRASIL (1840-1900)**. 2020. Tese (doutorado). Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais – ICS, Braga, Portugal, 2020.

OMRAN, A. R. **The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change**. 1971. The Milbank Quarterly, 83(4), 731–757, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0009.2005.00398.x>

THEOPHILO, R. **Varíola e vacinação no Ceará (1906 a 1909)**. 1 ed. Rio de Janeiro. Instituto Oswaldo Cruz, 1910.

SANTOS, G. P. dos. **Afinal, Quantos Éramos?** Um Estudo da Mortalidade Pretérita na Freguesia da Gloriosa Sant'Anna. 2013. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Demografia, 2013.

SAUVY, A. **Malthus e os dois Marx**. 1 ed. Lisboa. Estúdios Cor, 1963.

SILVA, J. da L. O controle das endemias no Brasil e sua história. *Cienc. Cult.* [online]. 2003, vol.55, n.1, pp.44-47. ISSN 0009-6725.

JOGOS VORAZES: E AS PRÁTICAS DE CONTROLE NUMA SOCIEDADE DISTÓPICA

Teófilo de Oliveira Neto
Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: teofilo.oliveira@estudante.ufcg.edu.br



RESUMO: As grandes guerras do século XX marcaram o período e desencadearam transformações no mundo todo. Ao mesmo tempo que houveram movimentos influenciados pelo pensamento utópico radicalizando os eventos deste século, surge a distopia criticando o ideal utópico e mostrando as inquietações com o momento presente. Já no século XXI o gênero distópico volta a fazer sucesso, invade Hollywood e abraça o público jovem, sendo *Jogos Vorazes* de Suzanne Collins um dos grandes nomes dessa nova geração. Neste trabalho iremos analisar, discutir e compreender a sociedade distópica criada por Collins – utilizando-se dos conceitos de *Prática* de Michel Certeau (1998) e *Controvérsia* de Bruno Latour (2012) e Bruno Latour & Woolgar (1997) – partindo da discussão das guerras no século XX e suas transformações, das principais utopias e distopias deste período, e as influências e inspirações utilizadas por Collins para criar sua obra. As fontes utilizadas serão os filmes da saga de *Jogos Vorazes*, o livro *A Cantinga de Pássaros e Serpentes*, as obras de distopia do século XX, o autor Evanir Pavloski (2005) e historiadores como Eric Hobsbawm (1995) e René Rémond (2003).
Palavras-Chave: Século XX; Guerra; Utopia; Distopia; Jogos Vorazes.

INTRODUÇÃO

Segundo Silvia Liebel (2021, p. 21):

Em polos opostos, utopias e distopias congregam os temores sociais, mas, nesse sentido, o sentimento que as alimenta é muito diferente. Mais do que escapes, elas sinalizam um alerta: o que poderia ser, para o bem ou para mal.

Tanto o pensamento utópico quanto o distópico foram elementos presentes no século XX. O pensamento utópico é algo que acompanha o desenvolvimento da humanidade, inerentes aos anseios dos seres humanos, do desejo de mudança. Já a distopia surge através da literatura como uma crítica a como o pensamento utópico se materializa no século XX e continua fazendo sucesso até os dias de hoje através de obras como *Jogos Vorazes* de Suzanne Collins, atraindo principalmente o público adolescente.

Outrossim, é imprescindível discutir distopia sem discutir os acontecimentos do século XX, principalmente as guerras e as ideologias que influenciaram os Estados totalitários, temas fundamentais para a construção do gênero. Dessa forma, será discutido o século XX de uma forma geral, o conceito de utopia e distopia e, partindo dos conceitos de “prática” de Michel de Certeau e “controvérsia” de Bruno Latour, Collins construiu sua obra.

PANORAMA DO SÉCULO XX



O século XX foi indiscutivelmente marcado pelas grandes guerras que ocorreram em um período curto de tempo. Os conflitos envolvendo diversos países mudaram e moldaram o mundo completamente. De acordo com o historiador René Rémond (2003, p. 281):

É consensual pensar que este ciclo se iniciou com o conflito que eclodiu na Europa em Agosto de 1914: entre o século XIX e o século XX a linha de separação é, assim, marcada por aquilo a que se chamou a Grande Guerra, até que apareceu outra, em 1939, que a desclassificou e despojou do seu epíteto qualitativo, substituindo-o por um banal numeral ordinal.

Para Rémond (2003) o século XX se inicia de fato com a eclosão da 1ª Guerra Mundial em 1914, ao mesmo tempo que inaugura-se um novo ciclo na história da humanidade que durará até o fim da Guerra Fria, em 1989. Ou seja, para o historiador a história do século XX se resume entre os anos de 1914 e 1989. Da mesma forma, o historiador Eric Hobsbawm (1995) apresenta esta ideia ao utilizar-se do tempo “O breve século XX”.

A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos (HOBBSAWM, 1995. p. 30).

Ambos os historiadores apontam as guerras do século XX como fenômenos inéditos, próprias da experiência deste século. Para Rémond (2003) não as guerras que antecedem o século XX não se assemelham às deste período, principalmente porque eram “limitadas”. Eram limitadas no espaço geográfico onde ocorriam os conflitos, nos recursos econômicos empregados, nos recursos humanos e na destruição decorrente. Já as guerras que ocorrem entre o período entre 1914-1989– foram guerras ilimitadas, atingindo uma extensão geográfica muito maior, precisando de recursos inesgotáveis e, – principalmente a 1ª e 2ª Guerra Mundial – causaram uma destruição gigantesca, causando diversas crises e ocasionando um número imenso de mortes.



Já Hobsbawm (1995) utiliza-se dos termos “Guerra Total”, “Guerra de Massas” e “Guerra Impessoal” para explicar fenômenos próprios dos conflitos deste período. O primeiro termo diz respeito ao fato das guerras mobilizarem uma enorme quantidade de recursos humanos e materiais e destruição. O segundo, refere-se não somente a quantidade gigantesca de mortos e feridos causados pela guerra, mas a participação das massas em todo o processo que envolveu as guerras. E por último, diz respeito ao avanço tecnológico possibilitar uma maior facilidade e impessoalidade no ato de matar: com o apertar de um botão e de forma remota é possível destruir milhares de vidas. Em decorrência desses fenômenos “O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia a dia que não mais notamos” (Hobsbawm, 1995, p. 58)

Ainda em relação aos recursos materiais empregados nas guerras do século XX, este foi um dos aspectos que influenciou a economia e política mundial. Primeiramente, houveram diversas crises, como a de 1929, sendo consequências diretas desse processo. E segundo, os recursos utilizados foram em grande parte responsáveis pelo avanço tecnológico e material que transformaram o mundo. A Indústria Militar foi uma das que mais cresceu recebendo investimentos dos Estados e nações como os Estados Unidos e União Soviética lucraram bastante com o que Osvaldo Coggiola (2017) denomina de “economia de guerra” e Hobsbawm (1995) de “complexo industrial-militar”.

De toda forma, é indiscutível que entre as duas potências, os EUA foi a que mais se beneficiou da conjuntura existente no período de Guerra Fria. De acordo com Paulo Visentini (2000, p. 2005).

Neste sentido, a Guerra Fria representava *tanto um conflito quanto um sistema*. Finalmente, a permanente tensão permitia a hegemonia incontestada da formidável máquina militar americana em pleno tempo de paz. A Guerra Fria constituiu-se, assim, numa verdadeira Pax Americana.

Apesar de perspectivas diferentes, Coggiola (2017), Hobsbawm (1995) e Visentini (2000) apontam os EUA como a nação que mais se beneficia da conjuntura política e econômica da Guerra Fria. A economia mundial capitalista estabelecida é predominantemente



influenciada pelos interesses estadunidenses, cuja economia está fortalecida e, diferente das outras nações, não enfrenta as consequências diretas da guerra. Enquanto isso, a URSS precisa reestruturar sua economia e um confronto direto com os EUA de início não seria viável. Dessa forma, a narrativa do mundo bipolar à beira do colapso era algo que beneficiava principalmente os EUA, fomentando o que Visentini (2000) chama de *Pax Americana*.

De toda forma, a URSS ao se reestruturar, mesmo que não confronte os EUA diretamente, entra em uma corrida armamentista, científica e espacial que é suficiente para alimentar ainda mais o clima de uma possível catástrofe nuclear. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 224):

Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimistas, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas ("Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar").

Além disso, Hobsbawm (1995) aponta que o fim da Guerra Fria e da corrida armamentista encheu o mundo de armas gerando o “tráfico da morte”, desestruturou algumas nações – acentuando os conflitos e a violência em países periféricos – e abriu caminho para o terrorismo.

O ÚTOPICO E O DISTÓPICO NO SÉCULO XX

Outro aspecto marcante na história do século XX e das guerras deste período foi o embate ideológico e político entre as nações, partidos políticos e indivíduos. Este embate ideológico ao mesmo tempo que foi influenciado pelas guerras também as influenciou. As ideologias políticas que fomentaram os conflitos no século XX são o liberalismo, fascismo/nazismo e socialismo/comunismo e, todas elas, carregam em si um ideal utópico.

De acordo com Evanir Pavloski (2005, p. 17) “[...] a utopia é antes de tudo um posicionamento crítico diante da realidade, o qual pode ou não vir a traduzir-se em obra filosófica, sociológica ou literária.” Para o autor o pensamento utópico é inerente ao surgimento das primeiras sociedades é definido pelo anseio de mudança política e social dos indivíduos.



Ou seja, a partir das contradições existentes em cada sociedade e baseados em um modelo considerado ideal, no qual não exista adversidades, os indivíduos almejam a transformação política e social.

Foi o ideal utópico de mudança política e social que inspirou as ideologias do século XX. De acordo com o historiador Ricardo de Moura Faria em meados do século XIX o “ideal de igualdade” é o que inspira o pensamento utópico do capitalismo, socialismo e comunismo. De acordo com Faria (2013, p. 07):

Mas foi sobretudo após a implantação do capitalismo, com suas desigualdades sociais, que essas ideias reapareceram com mais força e os teóricos que as formularam tornaram-se conhecidos e exerceram considerável influência na sociedade. Na verdade, ainda exercem (Faria, 2013, p. 07).

Apesar de existir um ideal de igualdade, isto não significa a mesma coisa para todas essas ideologias. E é a partir das contradições do capitalismo que o socialismo e comunismo estruturam seu ideal utópico. Contudo, é o ideal capitalista através do liberalismo e seu ideal de progresso que se estabelece na conjuntura mundial do final do século XIX e início do século XX. Entretanto, a desestruturação do sistema e crise do liberalismo decorrente das consequências da 1ª Guerra Mundial desestruturou as instituições liberais e o próprio liberalismo não era mais visto com tanto entusiasmo, pois “[...] em todas as suas dimensões, revelava sua incapacidade de resolver os problemas que criara”. (Gonçalves, 2000, p. 169). Portanto, a crise do liberalismo e das instituições liberais, ainda segundo William da Silva Gonçalves (2000, p. 16), “[...] despertou ressentimentos e ativou a luta por poder” abrindo espaço ao surgimento e fortalecimento de novas ideologias, fascismo e nazismo, e do socialismo e comunismo.

Tanto o fascismo e nazismo quanto o socialismo e comunismo eram ideologias contrárias ao ideal liberal e ganharam força a partir das críticas a ele. Contudo, eram adversárias no embate político ideológico. Além disso, os Estados que implantaram essas ideologias mostraram-se totalitários. De acordo com Daniel Aarão Reis Filho (2000) a URSS, apesar do avanço econômico, perseguiu e explorou sua classe trabalhadora e foi uma sociedade opressora,



autoritária e hierarquizada com o poder centrado em Stalin. Já em relação aos movimentos fascistas, segundo Wolfgang Schieder (1972, p. 97, apud Silva, 2000, p. 118):

[...] que se reconhece como fascistas movimentos nacionalistas extremistas de estrutura hierárquica e autoritária e de ideologia antiliberal, antidemocrática e anti-socialista que fundaram ou intentaram fundar, após a Primeira Guerra Mundial, regimes estatais autoritários.

Esses Estados totalitários do século XX vão ser responsáveis pela 2ª Guerra Mundial, principalmente o avanço nazista na Europa liderado por Adolf Hitler. Dessa forma, tanto em relação à condução da guerra quanto ao modelo social e político construídos por esses Estados, foi alvo de críticas por escritores que popularizaram o gênero literário conhecido por distopia ou utopia negativa. Além do fato desses Estados terem se materializado de forma autoritária e opressora, na própria utopia há contradições, pois “[...] o paraíso de alguns não é necessariamente o paraíso para os outros.” (Pavloski, 2005, p. 34). Ainda de acordo com Pavloski (2005, p. 69):

[...] a utopia, por meio da utilização maciça de instrumentos de controle, transforma o corpo social num objeto a ser moldado segundo diretrizes particulares que envolvem a padronização dos comportamentos individuais e a universalização dos princípios que orientam o regime. Em outras palavras, os ideais que impulsionam o utopismo são sempre vistos como anseios de toda a humanidade, para a realização dos quais todos os indivíduos devem colaborar, espontaneamente ou não.

Dessa forma, por objetivarem a universalização de sua doutrina e generalização de seus padrões, as ideologias utópicas acabam extinguindo as liberdades individuais e as diferenças e, em consequência disso, tornando-se o que os escritores do século XX consideram como sociedade distópica, pois “[...] o conceito de distopia é fortalecido a partir da crítica a utopistas acusados de conceber um modelo de sociedade universal que generaliza os desejos e desconsidera as vontades humanas.” (Pavloski, 2005, p. 34)

A característica principalmente na crítica distópica é a extrapolação dos elementos presentes no pensamento utópico, nos Estados totalitários e nos acontecimentos do século XX. Sendo assim, a guerra era um elemento fundamental na literatura distópica, seguido de uma



sociedade autoritária e padronizada sob o controle de um Estado forte e opressor e um líder adorado. Além disso, há uma forte crítica ao uso das tecnologias e à natureza humana. Dentre as obras literárias mais famosas estão *Nós* de Evgêni Zamiátin, 1984 e *A Revolução dos Bichos* de George Orwell, *Admirável Mundo Novo* Aldous Huxley, *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury, *Laranja Mecânica* de Anthony Burgess e *O Senhor das Moscas* William Golding.

O GÊNERO DISTÓPICO NO SÉCULO XXI

No século XXI, o gênero distópico volta a fazer sucesso não só na literatura, como também no cinema. Além disso, o público jovem que tanto é alvo como engaja este tipo de produção. De acordo com o escritor da matéria no Goodreads, Patrick Brown:

Dystopian fiction is more popular than it has been in more than 50 years. Whether it's the result of political turmoil, global financial crises, or other anxieties, readers are craving books about ruthless governments and terrifying worlds.

O gênero da distopia adentrou o mundo juvenil através de histórias divididas em vários volumes e adaptadas no cinema na mesma quantidade de filmes. Essas obras fizeram sucesso nos cinemas na década de 2010 e os maiores destaques foram *Instrumentos Mortais*, *Maze Runner*, *Divergente* e *Jogos Vorazes*. Contudo, nenhuma dessas sagas conseguiu alcançar o mesmo sucesso de vendas de livros e bilheteria nos cinemas que *Jogos Vorazes*. Esta obra, escrita por Suzanne Collins, tem sua história dividida em quatro livros (*Jogos Vorazes*, *Em Chamas*, *A Esperança* e *A Cantiga dos Pássaros e das Serpentes*) e adaptado aos cinemas em cinco filmes, recebendo o mesmo nome que os livros, entretanto o terceiro foi dividido em dois filmes: *Jogos Vorazes: A Esperança parte I* e *Jogos Vorazes: A Esperança – O final*. Os livros venderam mais de 100 milhões de cópias, enquanto os filmes, até o momento com *A Cantiga dos Pássaros e as Serpentes*, arrecadaram mais de 3 bilhões de dólares.

A história escrita por Collins no que se passa na Nação de Panem – o que sobrou da América do Norte após guerras nucleares e catástrofes ambientais. Panem é dividido em 12 Distritos e a Capital é governado por um Estado totalitário liderado por Presidente Snow. A Cada Distrito é atribuído a responsabilidade de suprir a Capital com algum tipo específico de



recurso material: O Distrito 1 – Artigos de luxo; Distrito 2 – Alvenaria e Pacificadores; Distrito 3 – Tecnologia; Distrito 4 – Pesca; Distrito 5 – Energia; Distrito 6 – Transporte; Distrito 7 – Madeira; Distrito 8 – Tecido; Distrito 9 – Grãos; Distrito 10 – Pecuária; Distrito 11 – Agricultura; Distrito 12 – Mineração de Carvão.

Dessa forma, a Capital concentra e usufrui das riquezas produzidas nos Distritos cuja população vive na miséria e morre de fome. Contudo, a exploração e opressão dos Distritos não é a maior atrocidade dessa sociedade. Todo ano cada Distrito é obrigado a enviar à Capital dois adolescentes de 12 a 18 anos para lutarem em uma arena até a morte. O banho de sangue é televisionado em toda Panem e, além de servir de entretenimento para a Capital, é uma forma de punir os Distritos por uma rebelião iniciada pelo destruído Distrito 13, responsável pela produção de energia nuclear, e que levou a uma guerra em Panem.

Na 75ª edição dos Jogos Vorazes, a protagonista Katniss Everdeen, do Distrito 12, voluntaria-se como tributo no lugar de sua irmã Primrose Everdeen. O outro tributo do Distrito 12 é o jovem Peeta Melark. Durante sua participação nos jogos Katniss chama a atenção de toda Panem pela forma que desafia o Estado e a narrativa de apaixonados que ela e Peeta criam nos jogos. Enquanto os Distritos veem a postura de rebelde como um sinal de iniciar uma revolução, a Capital compra a narrativa de “apaixonados desafortunados do Distrito 12”.

O UNIVERSO DE COLLINS A PARTIR DA PRÁTICA E DA CONTROVÉRSIA

Da mesma forma que as distopias do século XX foram pensadas a partir da conjuntura da época, sendo a guerra um elemento importante, Suzanne Collins fez ao escrever *Jogos Vorazes*, além de se inspirar no legado deixado pelas obras desse período. Além disso, Collins utilizou elementos da Antiguidade Clássica e, principalmente, sua própria experiência de vida. Em uma entrevista para a Scholastic Entertainment a autora conta sobre o processo de criação de sua obra:

Você precisa de um governo implacável, todo-poderoso; você precisa de pessoas sendo forçadas a lutarem até a morte; e você precisa que isso seja um entretenimento popular. E todos esses três elementos estão combinados nos Jogos Vorazes. (Collins, 2008)



Contudo, os elementos principais em sua obra remetem-se diretamente a sua experiência de vida:

O momento em que eu concebi a ideia dessa história em particular eu falei sobre a base Clássica. Mas, aconteceu em uma noite, eu estava deitada em uma cama e estava muito cansada, e eu estava apenas trocando de canais na televisão. E eu estava passando, alternando imagens de reality shows onde havia esses jovens competindo por... um milhão de dólares, ou um solteirão, ou qualquer outra coisa. E então eu estava trocando de canais e estava vendo imagens da Guerra do Iraque, e essas duas coisas começaram a meio que se fundir de uma forma muito inquietante, e foi quando eu, realmente, eu acho, foi o momento em que eu tive a ideia da história de Katniss. (Collins, 2008)

Suzanne Collins cresceu em uma família de militares. Seu avô, tio e pai participaram de guerras. Dessa forma, este é um tema bastante importante em sua obra e que a autora vê a necessidade que seja discutido, principalmente entre os jovens. Esta opinião da autora dá-se pelo fato dela ter crescido nesse meio e ter percebido que as pessoas estão apáticas a dor do próximo e não entendem de fato as consequências da guerra. Além disso, Collins se formou em Teatro e Comunicações e fez mestrado em Escrita Dramática, como também trabalhou produzindo desenhos infantis para a TV estadunidense. Dessa forma, a questão midiática é uma questão bastante pessoal para a autora.

Michel de Certeau (1998, p. 180) explica o processo de produção humana a partir do conceito de “prática” que seria “uma maneira de fazer (falar, caminhar etc.). Para Certeau toda prática humana, seja material ou simbólica, surge a partir de sua interação com o meio que está inserido.

De um lado, a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais. De outro lado, e sobretudo, a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é o seu autor ou seu veículo. (Certeau, 1998, p. 38)

Além disso, outro conceito que explica a produção humana é “controvérsia” de Bruno Latour. Para Latour (2012, p. 46)



[...] mas então temos de permitir que as controvérsias se desdobrem inteiramente. Tentar harmonizar as duas posições seria absurdo porque as controvérsias não são um mero aborrecimento a evitar, e sim aquilo que permite ao social estabelecer-se e às várias ciências sociais contribuírem para sua construção.

Para Latour as controvérsias são importantes para a construção do conhecimento. Toda pesquisa surge da desordem, dos questionamentos, e o papel do pesquisador é ordenar os dados existentes e explicá-los sendo que, um dos papéis fundamentais, é o de confrontar o conhecimento já desenvolvido.

Dessa forma, a partir do conceito de “prática” e “controvérsia” podemos explicar o desenvolvimento das distopias. Elas foram construídas a partir das práticas dos autores na conjuntura em estavam inseridos, em sua própria experiência de vida, como também a partir das controvérsias com o meio e obras já existentes. Não somente o fenômeno de produção literária, mas o pensamento utópico e distópico pode ser explicado por esses conceitos. Eles são produtos das práticas cotidianas dos indivíduos como também a distopia surge como uma controvérsia à utopia.

Tratando-se de *Jogos Vorazes* em si, como elementos que afetaram diretamente a vida de Collins, a guerra e a alienação midiática são ferramentas fundamentais em sua obra para o Estado controlar os indivíduos. Primeiro que os jogos em si são uma perpetuação da guerra, uma forma de continuá-la sem um conflito direto com os Distrito ao mesmo tempo que coloca eles para lutarem entre si, de controla-los e explorá-los. A partir dessa perspectiva, Collins critica a natureza humana. Em *Jogos Vorazes A esperança – o final* (2015, 14 min) há o seguinte diálogo entre Katniss e um indivíduo do Distrito 2, apoiador da Capital:

- Me dê uma razão para não atirar em você.
- Não consigo. Acho que esse é o problema, não é? Explodimos sua mina. Vocês queimaram meu distrito até não sobrar nada. Temos todas as razões para querer matar um ao outro. Então se quiser me matar, atire. Faça Snow feliz. Estou cansada de matar seus escravos por ele.
- Não sou escravo dele.
- Eu sou. Foi por isso que matei Cato. E ele matou Thresh. E Thresh matou Clover. E assim por diante. E quem ganha com isso? Sempre Snow. Cansei de ser uma peça no jogo dele. Distrito 12, Distrito 2. Não temos razões para lutar. Exceto aquele que a Capital nos deu. Por que estão lutando contra os rebeldes? Vocês são vizinhos, vocês são uma família. Essas pessoas não são suas



inimigas. Todos nós temos um único inimigo. E ele é Snow. Ele corrompe tudo e todos. Joga os melhores de nós uns contra os outros. Parem de matar por ele! Esta noite, apontem suas armas para a Capital. Apontem suas armas para Snow.

Através dos confrontos internos de Katniss a autora faz reflexões sobre a natureza humana e a guerra em si. Fica claro que na percepção de Collins, na guerra não há certo nem errado, vitoriosos e perdedores pois os dois lados estão dispostos a matar e nos dois lados há perdes. A guerra é destruição, caos e mortes. Dessa forma, os jogos vorazes são uma forma de manter o estado de guerra e os Distritos uns contra os outros e controlados pela Capital sem perceber quem realmente é o inimigo dele.

Outro elemento importante para o controle dos Distritos e a perpetuação dos jogos é a mídia. Através dela o Estado controla a Capital, banalizando a morte dos indivíduos nos Distritos e tornando os jogos em um verdadeiro circo – daí vem o nome Panem, da política desenvolvido em Roma de pão e circo (Panem et circenses). Entretanto, a autora também mostra os meios de comunicação como uma ferramenta de libertação. Os revolucionários utilizam a mídia a seu favor para disseminar sua luta contra o Estado totalitário em todos os Distritos. Em dualidade em relação ao uso dos meios de comunicação se deve ao fato da autora utilizar sua influência e contato com a mídia como uma forma de discutir temas que considera importantes e urgentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As guerras do século XX foram fenômenos próprios desse período que moldaram o mundo até os dias de hoje. Após esses conflitos a experiência humana mudou em todos os aspectos. Dentro desse contexto, houveram os Estados totalitários influenciados por ideologias utópicas que cometeram atrocidades e serviram de base para o surgimento do gênero distópico.

O gênero distópico fez bastante sucesso durante o período de guerra, e após um hiato no final do século XX, nos últimos anos voltou com tudo tanto no universo da literatura quanto no cinematográfico atraindo, principalmente, o público adolescente. *Jogos Vorazes*, de Suzanne Collins, é o grande nome dessa geração de distopias e aborda, levando o público juvenil a aprender e discutir temas como guerra, totalitarismo e controle midiático.



Através dos conceitos de “prática” e “controvérsia” é possível compreender o processo de produção humana. Dessa forma, é perceptível que Collins não só se influenciou pelos acontecimentos do século XX, pelas obras distópicas desse período, mas também que os elementos específicos de sua própria experiência de vida foram fundamentais para a construção de sua obra.

REFERÊNCIAS

- 6 referências históricas em "Jogos Vorazes". **Superinteressante**, 19 out. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/coluna/turma-do-fundao/6-referenciashistoricas-em-jogos-vorazes>>. Acesso em: Nov de 2023.
- ARÃO FILHO, Daniel. **O Século XX – O tempo das crises**: Revoluções, fascismos e guerra. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro – RJ. 2000.
- AURTHUR, Kate. Como "Divergente" se transformou em um desastre. **BuzzFeed Brasil**, [Data de publicação indisponível]. Disponível em: <<https://buzzfeed.com.br/post/como-divergente-se-transformou-em-um-desastre>>. Acesso em: Nov de 2023.
- BORG, Érico. Os maiores fracassos de 2013 nos cinemas. **Omelete**, 26 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.omelete.com.br/filmes/os-maiores-fracassos-de-2013-nos-cinemas>>. Acesso em: Nov. 2023.
- BROWN, Patrick. The Dystopian Timeline to 'The Hunger Games' [Infographic]. **Goodreads**, 21 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.goodreads.com/blog/show/351-the-dystopian-timeline-to-the-hungergames-infographic>>. Acesso em: Nov. 2023.
- BURGESS, Anthony. **Laranja Mecânica**. 1ª Ed. Editora Aleph. São Paulo - SP. 2019.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano 1**: Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- COGGIOLA, Osvaldo. **A segunda guerra mundial - Conflito e violência**. Vol. 2. Nº 1. p. 92 - 122. 2017.
- COLLINS, Suzanne. **A Cantiga de Pássaros e Serpentes**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2020.
- 91
- D13JOGOSVORAZES. Título do vídeo. **YouTube**, 24 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aOIJfkCdvNQ&t=621s>>. Acesso em: Nov de 2023.
- FARIA, Ricardo de Moura. **Utopias do século XX**. Edição do autor. Belo Horizonte - MG.
- FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. **Da utopia à distopia**: Política e liberdade. **Revista Eutomia** Ano II – No 01. pp. 324-362. 2007.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo – SP. Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.



- HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. 1ª Edição. Ed. Biblioteca Azul. 2014. Rio de Janeiro - RJ.
- JOGOS Vorazes. (2012). Direção de Gary Ross. Produção de Nina Jacobson e Jon Kilik. Distribuição: Paris Filmes, 2012. 1 DVD (142 min).
- JOGOS Vorazes: Em Chamas (2013). Direção de Francis Lawrence. Produção de Nina Jacobson, Jon Kilik e Francis Lawrence. Distribuição: Paris Filmes, 2013. 1 DVD (146 min).
- 92
- JOGOS Vorazes: A Esperança - Parte 1 (2014). Direção de Francis Lawrence. Produção de Nina Jacobson, Jon Kilik e Francis Lawrence. Distribuição: Paris Filmes, 2014. 1 DVD (123 min).
- JOGOS Vorazes: A Esperança - Parte 2 (2015). Direção de Francis Lawrence. Produção de Nina Jacobson, Jon Kilik e Francis Lawrence. Distribuição: Paris Filmes, 2015. 1 DVD (137 min).
- JOGOS VORAZES: 10 anos — legado e futuro de uma distopia. O Povo, Fortaleza, 23 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/vidaearte/2022/03/23/jogos-vorazes-10-anos-legado-efuturo-de-uma-distopia.html>>. Acesso em: Nov. 2023.
- LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social**. Salvador BA: Ed. UFBA, 2012; Bauru SP: EDUSC, 2012.
- LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume dimará, 1997.
- LIEBEL, Silvia (Org.). **Das utopias modernas às distopias contemporâneas: Conceito, prática e representação**. 2. ed. Belo Horizonte – MG: Fino Traço Editora, 2021.
- MAZE RUNNER (franquia). **Wikipedia**, [Data de publicação indisponível]. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Maze_Runner_\(franquia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Maze_Runner_(franquia))>. Acesso em: julho de 2023.
- NOVO "Jogos Vorazes" dribla a crise e vende 500 mil cópias em uma semana. **Veja**, 28 de maio. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/novo-jogos93-vorazes-dribla-a-crise-e-vende-500-mil-copias-em-uma-semana/>>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- ORWELL, George. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ORWELL, George. **Revolução dos Bichos**. Tradução: Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PANEM. **Jogos Vorazes Wiki**, [Data de publicação indisponível]. Disponível em: <<https://jogosvorazes.fandom.com/wiki/Panem>>. Acesso em: jun. 2023.
- PAVLOSKI, Evanir. **1984 a distopia do indivíduo sob controle**. Curitiba – PR: UFPR, 2005.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Ed. UNESP. 2003.
- REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.
- RÉMOND, René. As consequências da guerra. In.: **Introdução à história do nosso**



tempo. Editora Gradica. Lisboa - PT. p. 372 - 383. 2003.

RÉMOND, René. **Introdução à história do nosso tempo**. Editora Gradica. Lisboa - PT. 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Fascismos. In: REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.) **O Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v. V. 2, p. 109-164

SUZANNE Collins, a criadora. **Distrito 13**, [Data de publicação indisponível].

Disponível em: <<https://www.distrito13.com.br/conteudo/autora/>>. Acesso em: nov. 2023.

94

SUZANNE Collins desvenda Jogos Vorazes, 2012. **YouTube**. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=aOIJfkCdvNQ&t=3s>>. Acesso em: nov. 2023.

VIGEVANI, Tulo. **Segunda guerra mundial**: O ambiente internacional que ameaça a paz gera a guerra e desencadeia o genocídio. p. 1 - 16. 1995.

VISENTINI, Paulo. A Guerra Fria. In: REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.2, p.195-226. **O Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V. 2, capítulo 6.

ZAMIÁTIN, Ievguêni. **Nós**. Editora Aleph. 2021. São Paulo - SP.

ZENHA, Celeste (Org.). **O Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v. V. 2, p. 109-164.

O AMANHÃ DO ONTEM – TEMPORALIDADE DISTÓPICA: UMA ANÁLISE DA OBRA *ADMIRÁVEL MUNDO NOVO* À LUZ DE CATEGORIAS DE FUTURO PASSADO

Êmika Vitória Tavares Coêlho

UFCG-Campus Cajazeiras

emika.vitoria@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: A presente pesquisa tem como propósito analisar as representações de futuro através do romance distópico *Admirável Mundo Novo* (1932), do escritor inglês Aldous Huxley, amparado nas categorias teórico-conceituais Koselleckianas presentes no livro “*Futuro passado – contribuições à semântica dos tempos históricos*” (1979) a fins de analisar o horizonte de expectativas que o levou no contexto do século XX a propor uma dita sociedade de estabilidade no romance. Assim, amparado a uma metodologia de abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica, foi possível observar como um autor de ficção captou e externalizou seu olhar para com o contexto a qual o permeava, fazendo uma crítica aos encaminhamentos da sociedade e apresentando suas percepções de futuro para a humanidade.

Palavras-chave: História e Literatura; Distopia; Horizonte de Expectativas; *Futuro Passado*.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os séculos XIX e XX foram marcados por mudanças significativas no mundo. A formação e fortalecimento de regimes totalitários - nazismo e fascismo -, florescimento e desenvolvimento tecnológico, avanços científicos, guerras mundiais, revoluções e movimentos artísticos, teóricos, urbanísticos, socioculturais, etc. marcaram intensas novidades, e, juntamente a isso, fervilhava a necessidade de expor e problematizar as implicações dessa série de fenômenos à sociedade. No que tange maneiras de externalizar, criticar, problematizar e trazer à tona questões que pairavam sobre a realidade cotidiana de uma época, pode-se ter a arte e literatura como plano de fundo.

Obras ficcionais apresentam um universo de possibilidades narrativas, cenários, personagens e contextos de forma livre, ou seja, sem necessariamente estar ligada a realidade, porém, em certas medidas algumas podem ser embasadas perante os próprios contextos das mudanças da época em que foram escritas, e que mesmo com o caráter de possibilidades elas podem ser analisadas pelas relações com as conjunturas históricas do momento. É nesse sentido que no século XX, em meio a Primeira e Segunda Guerra Mundial, começa a aflorar um novo gênero literário que vem a ser chamado de ficção científica. Atrelados a crises sociais e econômicas, totalitarismo, repressões e tantos outros problemas, muitos escritores foram responsáveis por esse alavancar do gênero ficcional e os rodearam com críticas, problematizações e sátiras, como é o caso de Aldous Huxley, George Orwell, Margaret Atwood, Anthony Burgess, Philip K. Dick, Isaac Asimov e inúmeros outros.

Inicialmente sendo publicado em formatos de revistas chamadas *pulps*, a ficção científica abordava conceitos imaginativos, como alienígenas, robôs, mundos fantásticos, viagens no tempo, dimensões paralelas, fantasmas e tantas outras propostas variando conforme a criatividade do autor. Distanciando um pouco destas temos as distopias, cujo o diálogo era amparado muito mais na realidade, permeada por passado, presente e hipóteses de futuro, de forma que: “A Distopia é, mais além, um confronto com a realidade impossível mostrada nas obras, mas que dialoga com períodos anteriormente já conhecidos e que se mostrariam absurdos se estivessem apenas no âmbito da literatura.” (Lima, 2022, p. 23).

O escritor inglês Aldous Leonard Huxley, nascido em 1894, foi responsável pela escrita de diversos livros, contos, roteiros e ensaios muito famosos e difundidos em torno dessa



perspectiva, recebendo premiações e honrarias por estes, como é o caso do romance *Admirável Mundo Novo*, o qual, em 1959, recebeu premiação da Academia Americana de Artes e Letras. Vindo de berço da elite intelectual inglesa, Huxley desenvolveu um pendor pela filosofia e espiritualidade, atraindo-se pela ciência e literatura. Durante alguns anos de sua vida residiu na Itália em um momento que se alavancava o fascismo de Mussolini, fator que influenciou sua escrita trazendo destaque em torno do Estado autoritário e das consequências à liberdade do indivíduo.

Em seu romance distópico, *Admirável Mundo Novo* (1932), apresenta uma realidade futura, mais precisamente “no ano 600 da Era Fordiana”, (aproximadamente os anos 2500) na qual a sociedade é produzida massivamente em laboratórios – por isso a analogia a Henry Ford - e destinados a espécies de castas, a qual cada indivíduo era condicionado a uma função social determinada para assim manter as engrenagens do sistema vigente, moldando o comportamento humano. Dessa maneira acreditavam conseguir manter a estabilidade social em um mundo que não haveria dor, tristeza, cansaço ou lamentações, levando todos a viverem “na mais perfeita ordem”, exceto quando uma ou outra cabeça foge da realidade programática, rompendo o condicionamento.

A escolha do livro justifica-se pela criticidade de Huxley em torno da descrença social do século XX perante o pretendido progresso que se acreditava ao longo do paradigma historiográfico positivista, visto que mesmo diante de avanços científicos estes estavam servindo aos propósitos de grupos dominantes, sendo representado por um Estado em prol da estabilidade social a partir de uma sociedade do controle. Perante isso, o autor nos apresenta um futuro aparentemente inimaginável ao período, mas que ao longo do tempo foi se fazendo muito mais presente do que esperado, nos levando a uma realidade que parece ser um tanto quanto semelhante à nossa e plenamente possível de comparações mesmo tratando-se de uma ficção.

Passado, presente e futuro são temporalidades que permeiam a vida humana constituindo o que chamamos de tempo. Voltando-se ao futuro, encontramos uma instancia de eternas possibilidades, na qual não há como prever qual dentre tantas pensadas se tornará presente na próxima realidade, porém, mesmo sendo parte da incerteza, ele é permeado pela expectativa em torno do porvir, de forma que como aponta Georges Minois “Predizer é próprio



do homem. É uma dimensão fundamental de sua existência” (Minois, 2016, p. 1). Assim sendo, é possível realizar a análise de quanto o futuro à época, que hoje é o nosso passado, se faz presente, e por tal será utilizado como base teórica a categoria “horizonte de expectativas”, do historiador Reinhart Koselleck.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nas décadas de 1960-1970 afloram debates em torno de possíveis relações entre História-Literatura. Teóricos como Paul Veyne, Lawrence Stone, Paul Ricoeur e Hayden White tornam-se referências nessa discussão (Torres, 2020). No Brasil esta questão ganha notoriedade na década de 1990, com historiadores como Sandra Pesavento (2004), Nicolau Sevcenko (1983), e Sidney Chalhoub (2003), permeando nos campos entre a história social e/ou cultural, visto que o diálogo história e literatura nos propicia entender sobre comportamentos, hábitos, mentalidades, sensibilidades, valores, ideias e o imaginário de uma sociedade: “[...] a relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real” (Pesavento, 2004, p.80, apud Martins, 2015).

A historiadora cultural brasileira Sandra Pesavento será referência fundamental para o uso de obras literárias na história. Em sua perspectiva:

História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música. (Pesavento, 2006).

É possível perceber que a literatura funciona como forma de conhecer e adentrar em outros mundos dos quais não se teve contato. Permite-se imaginar em diferentes cenários e personagens, tramas da história e contextos, por tal, parto da concepção de considerá-las como narrativa, mas defendendo a existência de diferenças entre ambas. Quanto a seu uso como fonte histórica, embasada na premissa de Pesavento, o historiador tem o mundo à sua disposição, por isso, para converter determinado objeto em fonte basta alocar um tema e uma pergunta para problematizar aquilo que se quer extrair desta. (Pesavento, 2006).



Como destacado anteriormente, a História e Literatura se diferem. Sidney Chalhoub se sobressai em seus estudos de obras literárias para elucidar historicamente as conjunturas da época estudada, como por exemplo sua abordagem com livro “*Machado de Assis Historiador*”, publicado em 2003, apresentando análises do Brasil no século XIX a partir de um olhar machadiano à luz da História Social. Nas palavras de Chalhoub durante a gravação de uma entrevista do Programa História, realizado pela Jornalista Mônica Teixeira, ele aponta que “Não existe literatura fora da História” (Chalhoub, 2015), assim sendo, a História não é Literatura, mas a Literatura é parte constituinte da História.

A literatura apresenta formas de acessar o imaginário de diferentes épocas sendo permeada por uma narração de possibilidades, não tendo a obrigação e necessidade de ser verídica quanto a fatos, datas e figuras envolvidas. Já a história deve ser movida pela busca de uma aproximação ao que de fato ocorreu outrora, fundamentando-se em métodos em compromisso com seu ofício, por tal:

Neste campo temos também um narrador – o historiador – que tem também tarefas narrativas a cumprir: ele reúne os dados, seleciona, estabelece conexões e cruzamentos entre eles, elabora uma trama, apresenta soluções para decifrar a intriga montada e se vale das estratégias de retórica para convencer o leitor, com vistas a oferecer uma versão o mais possível aproximada do real acontecido. (Pesavento, 2006).

No projeto que aqui se apresenta, o gênero literário analisado será um romance, com subgênero na ficção científica em um cenário distópico. Pela definição do dicionário online de português, configura-se como ficção científica a “narrativa inspirada pelo progresso da ciência e da tecnologia, e cujos lances, situados em geral no futuro, pretendem antecipar-se (e às vezes se antecipam) a novas descobertas científicas”. Quanto ao distópico, encara-se como um mundo com realidades diferentes da nossa, com formas de vida que parecem extremas e em cenários que causam certo impacto, seja por retratar uma vivência muito difícil para época ou por trazer as piores realidades que a humanidade pode chegar, podendo remeter a espécies de avisos para a sociedade.

Deste modo, mesmo que um livro de ficção não retrate personagens que existiram, o que se observa muitas vezes são livros que trazem situações que foram muito comuns à época em que o livro se passa, ou ainda personagens baseados em uma ou várias pessoas que de fato viveram. (Martins, 2015, p.3892)



Como aponta uma epígrafe que marca o início de um capítulo da obra *“História da vida privada no Brasil – Vol. 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio”*, do historiador Nicolau Sevcenko: "Se você pretende compreender a sua época, leia as obras de ficção produzidas nela. As pessoas quando estão vestidas em fantasias falam sem travas na língua." (Helps, 1969, apud Sevcenko, 1999, p.514).

No que concerne o foco em uma temporalidade que dialoga passado, presente e futuro, tem-se que o conceito de tempo e temporalidade é interpretado e representado de diferentes formas pois varia entre culturas, épocas e sociedades. O historiador alemão Reinhart Koselleck nos apresenta em sua obra *“Futuro passado – contribuições à semântica dos tempos históricos”* (1979), uma linha pensamento que aborda instancias de tempo a partir das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, permitindo uma das muitas compreensões dessa dita temporalidade, sendo o tempo, sobre essa perspectiva, uma criação histórica e por tal está sujeita a mudanças ao longo da história. A forma de sentir para com o tempo está intimamente ligada aos sujeitos e sua relação com a conjuntura política, econômica ou social de uma época, de forma que:

Cada uma das temporalidades – o passado, o presente e o futuro – pode imaginariamente se alterar, contrair ou se expandir conforme cada época ou sociedade, modificando-se também a maneira como são pensadas e sentidas as relações entre eles. (Barros, 2010. p.67)

O que nomeio como "temporalidade distópica" é pautada na perspectiva Koselleckiana de tempo histórico, então, bem como propôs Koselleck, considero o tempo "Não apenas como uma palavra sem conteúdo, mas também uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa" (2006, p.309), pois "todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas de pessoas que a viveram" (Koselleck, 2006, p.306)

Koselleck apontava que a humanidade começou a ter uma nova forma de lidar com o tempo na modernidade, considerando-a a partir de meados do século XVIII, pela mudança nas relações entre passado e futuro, marcada por eventos como a Revolução Francesa e a Revolução industrial. Como metodologia ele faz análise das alterações de conceitos como “história”, “revolução” e principalmente do conceito de “progresso”, a qual defende que este “[...] é o



primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa” (2006, p.320) para formular sua teoria de tempo histórico. Seguindo a tese apresentada em sua obra, o passado não era, na modernidade, mais necessário para se pensar o futuro, visto que não precisava se voltar ao passado para criar ou cogitar algo novo.

Dessa maneira, a tradição de história anteriormente aceita como “*magistra vitæ*” foi sendo rompida pelo desacreditar em uma escatologia, linearidade, replicabilidade de fatos, gerando uma sociedade com um novo olhar temporal e novos horizontes de expectativa. O tempo histórico então é marcado pela tensão entre passado e futuro, tensão pois em sua tese “Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência” (2006, p.310),

Assim sendo, se seguirá como premissa nesse projeto a categoria “horizonte de expectativas” de Koselleck, definido por este como:

[...] a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (Koselleck, 2006, p.310).

A qual entende-se por isso um mundo de eternas possibilidades, possibilidades estas que em minha hipótese estão relacionadas ao presente vivido daquele a qual expressa. Assim, desenvolverei como o futuro de algo escrito no passado consegue se fazer presente, e por isso também dialoga com o “espaço de experiência”, visto como:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou não precisam mais estar presentes o conhecimento (Koselleck, 2006, p.309).

Além dos conceitos relacionados a tempo e ficção entra outra das pretensões do projeto, que é o diálogo amparado da percepção de futuro do Huxley com a nossa realidade. Vistas a fazer um recorte mais definido sobre o que trabalhar, volta-se aqui a ligação entre o uso da droga soma, “droga da felicidade”, com o cansaço da nossa sociedade atual a partir da busca por produtividade.



Na engrenagem do sistema capitalista é como se os indivíduos fossem condicionados a fazer de uma forma e não pudessem fazer diferente, pois esse diferente implicaria em consequências a sua qualidade de vida, como o desemprego. Em *Admirável Mundo Novo* é dito que “Tal é a finalidade de todo o condicionamento: fazer as pessoas amarem o destino social de que não podem escapar.” (Huxley, 2014, p.36). Dessa maneira, entende-se que a população era condicionada a realizar determinadas atividades impostas, pregadas e repetidas durante o sono, para que tudo seguisse o que era considerado como a mais perfeita ordem e assim se mantivesse a dita estabilidade social, pensamento que se assemelha ao que temos na atualidade.

[...] com suas tentações e seus remorsos solitários; com todas as suas doenças e intermináveis dores que os isolavam; com suas incertezas e sua pobreza – eram forçados a sentir as coisas intensamente. E, sentindo-as intensamente (intensamente e, além disso, em solidão, no isolamento irremediavelmente individual), como poderiam ter estabilidade? (Huxley, 2014, p.63).

Com essa representação é possível notar como o autor de ficção conseguiu captar e abordar a imposição capitalista com seus desejos de assimilar os trabalhadores quase que como máquinas produtivas, inovadoras, ativas, felizes e eficientes. Quando não conseguem estão sujeitos a serem descartados. Nesse sentido, não há muito tempo para pensar ou fazer diferente, e por isso não se relaciona apenas as leis de mercado, mas também a mecanismos que controlam a sociedade, sendo os avanços tecnológicos um desses.

A pós-modernidade, definida e/ou criticada por estudiosos das ciências humanas como o filósofo François Lyotard e o sociólogo Zygmunt Bauman, corresponde a uma estrutura sócio-cultural marcada pelo advento da globalização, consumismo, capitalismo, individualismo, e permeada por uma série de mudanças nos âmbitos políticos, culturais, sociais e econômicos. Vinculada a sociedade pós-moderna alguns termos também se tornam comuns e facilmente pronunciáveis no vocabulário atual, como é o caso de “cansaço”, “burnout” e “exaustão”, marcando a vida do indivíduo, e como defesa se amparam na medicalização, que na obra é representado pela droga “soma”. Do latim “*exhaustus*”, o termo se relaciona ao ser que se encontra “Excessivamente cansado; que está esgotado e cheio de cansaço, de fadiga”.

Para o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, a enfermidade da nossa sociedade não é bacteriológica e por tal não pode ser tratada apenas com antibióticos e imunizantes, mas sim neuronal, pois se encontra adoecida em sensações, pensamentos e desmotivações. Han aponta



o excesso de positividade e a auto coação, a partir de uma cobrança de si sobre si mesmo em busca de maior produtividade, eficiência e desempenho, como fatores que nos levam a essa dita “sociedade do cansaço” no século XXI, que tem como prisma o sistema capitalista e os desenhos de uma pessoa multitarefas (Han, 2015). Segundo ele:

No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados. (Han, 2015, p. 24-25)

Assim, apresenta-se as categorias bases que serão destrinchadas na proposta e encaminhadas a monografia, bem como suas significações e qual vertente pretende-se aqui seguir. Ainda deverão ser acrescentados e aprofundados alguns teóricos, principalmente no que se refere ao diálogo com a nossa atualidade a partir da concepção pós-moderna.

COSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, vemos como um autor que viveu no século XX imaginou um futuro a partir do controle da sociedade através de uma espécie de elite intelectual que a instiga a buscar uma estabilidade e felicidade enquanto ignora sentimentos de individualidade, tristeza, doenças e até mesmo a própria liberdade. Outro dos pontos é o avanço científico desenfreado, que conseguiria até mesmo produzir e condicionar massivamente seres humanos em laboratórios.

Através de sua escrita Huxley consegue fazer uma crítica social a todas as mudanças aceleradas da sociedade, e como estas poderão nos levar a um mundo que controla a natureza do homem, o condiciona, retira suas individualidades, humanidades e seu pensamento crítico. Dessa forma ele leva o leitor a refletir sobre a crença cega de um mundo perfeito, ideal e totalmente feliz, quase que em uma sociedade hedonista.

Enquanto isso, a categoria de “horizonte de expectativas” de Koselleck nos faz compreender o quanto as características de um momento fazem e trazem e a sociedade formas de se reler e absorver o passado, bem como de se enxergar e predizer o futuro, sendo esta uma prática tanto individual quanto coletiva.

REFERÊNCIAS



BARROS, José. Rupturas entre o Presente e o Passado: Leituras sobre as Concepções de Tempo de Koselleck e Hannah Arendt. **Páginas de Filosofia**. 2. 2010. DOI: 10.15603/2175-7747/pf.v2n2p65-88.

UNIVESP. **História: História e Literatura** – Sydney Chalhoub. São Paulo: UNIVESP, 2015. 1 vídeo (30:52 min). Disponível em: <https://youtu.be/e5jnTFQg6as>. Acessado em 30/04/2023.

COSTA, Vidal A. A.. A PERTINÊNCIA DO IRREAL: RECONHECENDO FACES INEXPLORADAS NA FICÇÃO ESPECULATIVA. **Revista Letras**, [S.l.], v. 62, abr. 2004. ISSN 2236-0999. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/2906/2388>>. Acesso em: 06 mar. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rel.v62i0.2906>.

ECCARD, Ana Flávia Costa; MARAFON, Renata. Uma discussão sobre a sociedade do imediatismo a partir de Byung-Chul Han. **Ensaaios Filosóficos**, Rio de Janeiro. Volume XXIV-Dezembro/2021.

FACHIN, Patrícia. O discurso sobre estresse que esconde a emergência de produtividade. Entrevista especial com Bruna Bakker. **Instituto Humanitas Unisinos- IHU**, 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/604568-o-discurso-sobre-estresse-que-esconde-a-emergencia-de-produtividade-entrevista-especial-com-bruna-bakker>.. Acesso em: 30/01/2023.

GIAROLA, F. R. Experiências do tempo futuro através da ficção científica: análise das mudanças de percepção do porvir da Guerra Fria ao século XXI. **Revista de História**, [S. l.], n. 178, p. 1-31, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.145176. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/145176>. Acesso em: 4 mar. 2023.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**; Tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª edição ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. 1. ed. atual. Biblioteca Azul, 2014. ISBN 978-8525056009

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, G. M. **Entre o impossível distópico e o real histórico: um estudo literário-político de como a literatura combateu o totalitarismo ao longo dos anos**. Trabalho de Conclusão de Curso (GRADUAÇÃO) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Letras, Fortaleza, 2022.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho; CAINELLI, Marlene Rosa. O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história. In: **Anais do VII Congresso Internacional**



de História, XXXV Encontro de Geohistoria Regional e XX Semana de História. 2015. p. 3889-3901.

MINOIS, Georges. **História do futuro: dos profetas à prospectiva**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates**, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>.

PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 31–45, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220>. Acesso em: 4 jun. 2023.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 2 ed.

PETRONILHO, L. H. M. As reminiscências do futuro no passado: uma análise histórica de futuros hipotéticos em Distopias e Ficções Científicas clássicas do século XX. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 356–383, 2022. DOI: 10.35699/2316-770X.2021.33521. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/33521>. Acesso em: 4 mar. 2023.

SILVA, R. M. Ensaio sobre o livro “Admirável Mundo Novo” de Aldous Huxley: uma proposta crítica contemporânea. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 245–251, 2020. DOI: 10.17267/2317-3394rps.v9i2.2811. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/2811>. Acesso em: 01 jan. 2023.

SEIFFERT, A. S. Os robôs de Asimov e o futuro da humanidade. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 24, p. 374–393, 2018. DOI: 10.46752/anphlac.24.2018.2877. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2877>. Acesso em: 4 mar. 2023.

TORRE, M. M. C. História e literatura: reflexões teóricas. **História, histórias**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 95–114, 2020. DOI: 10.26512/rhh.v8i15.25683. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/25683>. Acesso em: 8 maio. 2023.

O CONSUMO DE DRAMAS SUL-COREANOS NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA

Jacqueline de Souza Magalhães
UFCG
Jac.souza.maga@gmail.com



Camila Penaforte da Silva
UFCG
Camypfsilva@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar o projeto de pesquisa de uma monografia de trabalho de conclusão de curso, da UFCG-CFP, do curso de História, cujo tema é: Hallyu: o consumo de dramas Sul-Coreanos no Brasil como uma alternativa de entretenimento durante a pandemia do coronavírus. Durante a pandemia da covid-19, muitas das nossas vivências tiveram que ser adaptadas, e uma das alternativas foi buscar alívio desse momento de incerteza nas tecnologias e diversas produções culturais, sendo que os dramas Sul-coreanos foram uma dessas alternativas buscada por Brasileiros. Neste artigo estará minha justificativa de escolha do tema, os principais objetivos da pesquisa, o referencial teórico e a metodologia a ser utilizada.

Palavras-chave: Coreia do Sul; Dramas; Pandemia.

INTRODUÇÃO

O Brasil, segundo o jornal O Povo, foi o terceiro país do mundo que mais viu dramas asiáticos, também conhecidos como doramas durante o período pandêmico, de acordo com pesquisa feita em 18 países pela Fundação Coreana para Intercâmbio Cultural Internacional, perdendo apenas para Malásia e Tailândia, o que demonstra o quanto esses Dramas tiveram influência no cotidiano e experiência da Covid-19 por parte dos Brasileiros, que segundo essa pesquisa é o país fora do eixo asiático que mais consumiu Doramas durante esse período. Os impactos desse alto consumo dessas produções no Brasil já tem alguns resultados, como por exemplo o surgimento do primeiro Drama em parceria Brasil e Coreia do Sul, sendo este um Drama da HBO chamado “Além do guarda-roupa”, com elenco de Brasileiros e Sul-Coreanos e produzido no Brasil. Com isso, a discussão desse tema se faz necessário no âmbito acadêmico, porém é perceptível a carência de debates históricos no ambiente acadêmico em geral e principalmente no nosso campus.

Mas afinal, o que são Doramas, Dramas e K-dramas? Doramas e Dramas é “um termo genérico que designa o formato televisivo que abrange as ficções seriadas produzidas pelas indústrias televisivas oriundas, principalmente, do Leste e Sudeste Asiático.” Esses termos não se referem ao gênero dessas produções, isto é, não é pelo fato de que são conhecidos como “Dramas” que somente gêneros dramáticos são produzidos na Ásia, pelo contrário, vários gêneros de Dramas ou Doramas são produzidos, como suspense, ação, terror, romance, comédia



romântica e etc. O termo designa o formato e não o gênero. Já a expressão K-drama denomina os Dramas que são produzidos na Coreia do Sul, ou seja, para deixar claro, Dorama é apenas um termo genérico para produções televisivas asiáticas e isso não quer dizer que todos os países tem semelhança em suas produções, pois cada um possui suas especificidades culturais, “Quando falamos a respeito dos dramas de televisão asiáticos, precisamos ter em mente que o estamos usando como um termo genérico. As distâncias culturais entre, digamos, China e Índia, ou Japão e Indonésia, ou Coreia e Tailândia são imensas”. (DISSANAYAKE, 2012, p. 192-193, apud Rosa, 2019, p.21). E quando se quer fazer uma maior distinção sobre de qual país produziu tal drama, antes da palavra Drama é posto a inicial que corresponde a cada país, ou seja, como falado anteriormente K-dramas são Sul-coreanos, C-dramas são Chineses, J-dramas japoneses, T-dramas ou Lakorns são Tailandeses e etc. A Coreia do Sul, localidade da temática que pretendo abordar, viu na indústria cultural, uma forma de vender seus produtos e ao mesmo tempo levar aspectos da sua cultura e cotidiano, inicialmente para os demais países asiáticos e logo depois expandindo para outros países fora desse eixo, como por exemplo, o ocidente e com isso ela faz o uso do “Soft Power”, ou poder brando, conceito criado por Joseph Nye, que faz com que os outros países tenham mais respeito com relação a ele, (Almeida e Nicolau, 2017). A Coreia do Sul utiliza com maestria o fazer diplomacia cultural através de suas produções, trazendo inclusive benefícios com países que são rivais de longa data, a exemplo do Japão e até mesmo da Coreia do Norte.

autores como Cho (2005) afirmam que inicialmente a cultura era vista pelo Estado sul-coreano apenas como uma nova forma de conquistar ganhos financeiros para o país, e não ainda como um elemento utilizado para disseminar uma determinada imagem positiva do país no exterior ou como meio de fortalecer a diplomacia sul-coreana no cenário internacional, passando a ter esse papel apenas a partir da metade da década de 2000. (SERNAGIOTO, 2021, p.7).

Toda essa expansão na exportação de dramas Sul-Coreanos e utilização de seus produtos culturais para fazer diplomacia com outros países e conseguir um respeito por parte destes, se deu através de investimentos por parte de poderes públicos e privados da Coreia do Sul, e através de um curioso fato em que o Conselho Consultivo Presidencial de Ciência e Tecnologia enviou para o presidente um texto com a importância de produtos culturais, como filmes e dramas para o país, percebido através do “sucesso do filme Jurassic Park, que sozinho arrecadou



cerca de 1.5 milhões, muito mais do que os carros da multinacional Hyundai conseguiriam”(Fonseca, 2019, p.17).

Como dito anteriormente, a busca por lucros e melhora no financeiro do país foi o que motivou o governo a investir nessas produções, mas que depois de um tempo o país percebeu que muito além de conquista material, a conquista diplomática se fez visível e possível, incluindo a criação de Centros Culturais Sul-Coreanos ao redor de vários países, “no Brasil, o centro foi fundado em 2013, na cidade de São Paulo a fim de estabelecer o desenvolvimento cultural entre o Brasil e a Coreia, introduzindo os brasileiros aos produtos culturais coreanos pertencentes ao movimento Hallyu”. (ALMEIDA, NICOLAU, 2017, p. 11) Diversos produtos culturais são exteriorizados, mas possui como principais: sua música, o K-pop e seus seriados televisivos, os dramas ou K-dramas. Exemplos dessa ascensão Sul-Coreana podem ser percebidos através de várias conquistas mundiais importantes em sua indústria cultural, a exemplo o K-drama “Round 6” que se tornou um dos seriados mais assistidos da Netflix no Brasil e no mundo. Além disso, há o filme coreano “parasita” que chegou a ganhar o Oscar. Há também o grupo de K-pop BTS que foi indicado ao Grammy, além de conseguir o 1º lugar na Billboard hot 100. Tudo isso demonstra a expansão cultural de um país periférico e que está rompendo barreiras e mostrando que é possível um país fora do eixo ocidental crescer exponencialmente e aos poucos chegar ao topo, desbancando inclusive países que detém a hegemonia cultural.

Os benefícios desse trabalho serão muitos, visto que esse tema é de uma área pouco explorada no nosso campus e no nosso país que é a área da História e Cultura Asiática. Muitas pessoas gostariam de ter seus gostos e identificação por essa cultura reconhecida e levada a sério sem nenhum estigma ou preconceito. Gostaria de contribuir como fonte bibliográfica para outros trabalhos que desejem explorar a área asiática em nosso Campus e Universidade.

JUSTIFICATIVA

A justificativa da escolha do tema se baseia no fato de que ao passar por problemas psicológicos e ser diagnosticada com alguns transtornos bastante difíceis de aceitar, eu encontrei nos doramas e no K-pop uma distração necessária para atravessar esse momento difícil juntamente com o tratamento psiquiátrico e psicológico. Ademais, vi que essa cultura



estava ocupando boa parte da minha vida, chegando a atrapalhar minha volta ao mundo acadêmico.

Sendo assim, os doramas foram cruciais para que eu atravessasse inicialmente o período de isolamento social, como também a superar os problemas psicológicos que surgiram com o momento pandêmico e com a dificuldade de encontrar uma temática de TCC ao passar quase três anos sem encontrar temas ou problemáticas compatíveis comigo.

Com isso surgiu a ideia de conciliar o amor a esse mundo cultural com a minha vida acadêmica, recebendo até mesmo a motivação que eu precisava para concluir o curso depois de tantos desafios. Portanto, diante disso, gostaria de entender se os K-dramas também tiveram um papel de importância para outros dorameiros (como são chamados quem assiste dramas asiáticos) no período de pandemia.

Pretendo também dar visibilidade a quem gosta dessa cultura, pois é comum o preconceito para com quem se identifica com ela. Gostaria que as pessoas não tivessem vergonha de falar acerca de seus gostos por medo do julgamento. Eu como uma pessoa que já se identificou tanto com produtos culturais americanos como com os asiáticos, percebo a diferença de tratamento principalmente com relação ao gosto musical. Muitas das vezes somos vistos como fanáticos, ou comumente pessoas tratam os asiáticos como sendo iguais por seu fenótipo característico e não entendem que se trata de povos de um mesmo continente, mas que possuem suas especificidades e diferenças culturais.

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é entender se os dramas sul-coreanos tiveram importância como fonte de entretenimento e refúgio durante o período de pandemia para os espectadores. Compreender os sentimentos evocados através dos dramas nesse momento, além das motivações para continuarem consumindo essa cultura e as práticas cotidianas dessas pessoas durante esse período de isolamento.

No primeiro capítulo serão discutidos no início, questões referentes a pandemia do coronavírus que é o recorte temporal da pesquisa, em que serão avaliados perfis de pessoas que começaram a assistir Doramas durante o período do recorte ou que começaram a assistir anteriormente a pandemia, mas que consequentemente consumiram esse conteúdo no período



proposto para se estudar a pesquisa. Serão discutidas questões como onde surgiu essa pandemia, a importância do isolamento social e da quarentena para que vidas fossem poupadas durante esse momento, além de questões sobre saúde mental e como distrações através do uso da internet foram necessárias para a superação desse difícil impasse, a exemplo das produções audiovisuais Sul-Coreanas, diversas são as consequências dessa situação no bem-estar dos indivíduos:

Além de um medo concreto da morte, a pandemia do COVID-19 tem implicações para outras esferas: organização familiar, fechamento de escolas, empresas e locais públicos, mudanças nas rotinas de trabalho, isolamento, levando a sentimentos de desamparo e abandono. Além disso, pode aumentar a insegurança devido às repercussões econômicas e sociais dessa tragédia em larga escala. (ORNELL, FELIPE et al. 2020, p.13).

Buscar maneiras de lidar com essa situação de isolamento e frequente medo foi necessário e uma delas foi buscar alívio na internet. Ademais, vão ser estudados temas e debates acerca das várias controvérsias que surgiram na pandemia, como também questões de negacionismo e uma pandemia que surge junto a da saúde, que é a pandemia de informações falsas, as chamadas Fake News. Nesse momento será utilizado o primeiro conceito proposto para o trabalho que é o conceito de controvérsias na História das Ciências de Bruno Latour. As controvérsias mais discutidas no trabalho serão o uso da Cloroquina e da Hidroxicloroquina como tratamento contra a Covid-19 mesmo após as autoridades de saúde indicarem que não teriam eficácia, além disso as controvérsias sobre a eficácia ou não das vacinas para contenção do vírus, tudo isso muitas vezes incitadas por autoridades estatais como o Presidente da República o que pode ter contribuído para o aumento de casos ao manter as pessoas desinformadas:

Para além das equivocadas políticas de saúde pública, como a imunidade de rebanho e a aposta em medicamentos sem evidência científica, esse resultado se deve à valorização exacerbada de curas milagrosas, de teorias conspiratórias, de notícias espetaculosas e da sedição contra vacinas, em detrimento de medidas sanitárias simples e comprovadamente eficazes, como o uso de máscaras, a higiene das mãos, a manutenção do distanciamento social e a aquisição de imunizantes em tempo hábil e oportuno. (FREIRE, 2021, p.4066)



Ainda no primeiro capítulo, serão abordados temas acerca do que são os Doramas e K-dramas, como também acerca da Onda Coreana ou Hallyu, a História televisa Sul-Coreana e de quando datou os primeiros Dramas Sul-Coreanos, além de que será abordado como o governo Sul-Coreano fez de sua indústria Cultural um projeto de governo para trazer recursos financeiros ao país com a exportação desses produtos primeiramente para os países asiáticos e depois a expansão mundial para países como o Brasil, por exemplo, “o plano de cinco anos, implementado pelo Ministério da Cultura e Esporte, injetou um total de 250 bilhões de won,” (FONSECA, 2019, p.18) Após isso, veremos como a Coreia do Sul fez de seus produtos culturais um modo de fazer diplomacia com os outros países e obter o respeito deles, “os dramas sul-coreanos começaram a mostrar sua força especialmente quando Winter Sonata (2002) conseguiu modificar o longamente conturbado relacionamento sócio-político entre Coreia do Sul e Japão, ao conquistar de forma avassaladora o público japonês.” (HANAKI, et al., 2007 apud. MADUREIRA, et al. 2014, p.7) Com isso o país conseguirá através de sua diplomacia cultural superar alguns obstáculos com países que guardam algum tipo de ressentimento como é o caso do Japão e da Coreia do Norte.

Já no segundo capítulo, vai-se falar dos modos de acesso a esses conteúdos no Brasil e das imagens culturais percebidas pelos entrevistados durante a pesquisa, percebe-se que anteriormente o acesso se dava exclusivamente através da internet, seja por canais oficiais de streaming, como nas plataformas Netflix e Rakuten Viki ou dos chamados fansubs, ou seja, que são feitos pelos próprios fãs e aqui entra o segundo conceito utilizado na pesquisa que é conceito de práticas de Michael de Certeau, onde veremos como os consumidores nessa situação se mostram como atores difusores dos conteúdos e não os consomem passivamente:

Apesar dos dramas coreanos serem populares no Brasil, como relata Service (2015), o acesso a elas no território brasileiro tem ocorrido em grande parte por meio da internet, sendo quase nula a sua transmissão através de redes de televisão tanto abertas, quanto fechadas. Dentro desta perspectiva, a web acabou ganhando grande importância quanto sua participação ao acesso de tais materiais, tanto por meio dos chamados fansubs, tanto também por meio dos serviços de streaming. (GUN, 2020, p.370)

Isso vem mudando aos poucos, pois recentemente o canal Rede TV começou a passar Doramas em sua programação, conhecido como Sessão Dorama e estreou no último dia 4 de



setembro o K-drama “Descendentes do Sol”. Logo depois serão analisadas as três imagens culturais que mais geraram choques culturais, que será posto em pergunta de múltipla escolha no formulário e escolhido os mais votados por os entrevistados. Para elucidar essas imagens, serão escolhido através do formulário três Doramas Sul-Coreanos mais votados pelos entrevistados para que sejam assistidos, analisados e comparadas e encontradas essas imagens culturais nos próprios doramas, se tornando também uma fonte além do formulário eletrônico e duas perguntas vão ser feitas para analisar os Doramas mais escolhidos, as perguntas são: qual o Drama ou Doramas que você acredita serem de sucesso e qual o seu K-drama preferido, com isso será feito uma contagem e os três Doramas mais citados nessas duas perguntas vão ser os contemplados para análise.

No terceiro capítulo será abordado primordialmente as respostas dos entrevistados ao formulário eletrônico do *Google Forms*, além de especificar a metodologia utilizada no trabalho e na análise dessas respostas. Além disso, será visto qual o perfil dessas pessoas, o local que elas vivem suas idades, gênero, o cotidiano desses indivíduos durante o período específico da pandemia, as motivações, ou seja, o que há nessas produções culturais que faz com que continuem assistindo, além do significado que esses K-dramas tiveram para eles durante o momento de pandemia e se os ajudou a atravessar esse momento como uma forma de entretenimento e superação do isolamento. No capítulo traremos novamente o conceito de práticas e consumo de Michel de Certeau.

FONTES E METODOLOGIA

As fontes analisadas será um formulário online respondido por espectadores de K-dramas para um melhor entendimento da relação dos consumidores com essa cultura. No quesito metodológico acredito que o método das entrevistas estruturadas de forma online seja o melhor caminho. “As entrevistas estruturadas são elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem se o cuidado de não fugir a elas.” (Boni e Quaresma, 2005). Ao todo foram 18 indivíduos que se interessaram em responder o formulário, a maioria são da região nordeste e dos estados do Ceará e da Paraíba, e todos os que responderam correspondem ao sexo feminino, demonstrando



que as mulheres tem maior interesse em consumir esse tipo de conteúdo. Ao todo foram feitas 22 perguntas de maneira aberta e sendo três delas de assinalar.

Foram feitas perguntas mais pessoais, como o nome, sendo que na monografia serão utilizados nomes fictícios e não será possível identificar as respostas com a pessoa que respondeu, além disso foi-se perguntado a idade, escolaridade, estado e município que vive e gênero. Também houve perguntas sobre a trajetória desses indivíduos no consumo de Dramas Sul-Coreanos, a exemplo de, há quanto tempo assiste K-dramas, como conheceu essas produções audiovisuais, se prefere essas produções a outros tipos de seriados e o motivo, também há perguntas sobre a influência que esses Dramas possuem na vida dessas pessoas, como, se possuem vontade de visitar a Coreia do Sul, ou compra e consumir algo que viram especificamente nos Dramas, se assiste Doramas de outros países orientais e quais países. Além de perguntar os modos de acesso mais frequentes desses conteúdos, sendo esta uma questão de assinalar, além de buscar saber se eles interagem ou falam de alguma forma dos Doramas nas redes sociais, seja acompanhando páginas específicas que falam de Doramas, ou participam de algum grupo privado nas redes sociais com pessoas que possuem esses mesmos gostos ou compartilham trechos de K-dramas em seus Stories.

Também houve uma pergunta de assinalar para entender quais imagens culturais da Coreia do Sul que mais causaram choques culturais em um primeiro momento para esses indivíduos, lembrando que nesse momento serão utilizados como fontes os três Doramas mais escolhidos pelos entrevistados, que de acordo com os cálculos foram os Dramas: Pousando no amor, Vincenzo e Goblin que vão ser assistidos e analisados para o segundo capítulo nos tópicos que vão tratar das imagens culturais e dos Dramas mais assistidos pelos entrevistados, além de trazer as Histórias que esses três Doramas vão contar. E por fim vão ter perguntas que tratarão do modo como ocorreu esse consumo no recorte temporal da pesquisa que é o período da pandemia, as perguntas são a rotina dos entrevistados durante o momento da quarentena, se estudavam, trabalhavam e em que momento do dia viam os K-dramas no estágio de isolamento social, além de questionar qual o significado que os Dramas Sul-Coreanos possuem para o indivíduo no período da pandemia.

REFERENCIAL TEÓRICO



Os autores utilizados no referencial teórico do trabalho serão Bruno Latour com o conceito de controvérsias e Michel de Certeau com a ideia de práticas e cotidiano. O primeiro conceito a ser discutido será o de controvérsias de Bruno Latour e este será alinhado inicialmente nas discussões acerca da pandemia do coronavírus, pois esta foi palco de grandes contrastes acerca de diversas situações lidadas durante esse período. Bruno Latour em seus livros estuda a História da Ciência de uma forma diferenciada, ele compreende os processos pelas quais são elaborados os fatos e não os fatos dados e prontos. O autor mostra que o fato em si não é uma caixa fechada que não deve ser questionada, mas explica que os processos que compõem o fato são esquecidos após este consagrar-se como fato consumado e intocável, “a expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai.” (LATOUR, 2000, P.14) Latour, pelo contrário, se dispõe a estudar que dentro dessa caixa a muito a ser visto se esta for aberta e que fazer ciência vai além do exato que vemos após a concretização do fato, até este ser consumado ele passa por diversas controvérsias, contrastes e palpites em que um será vangloriado e outro rechaçado. O autor se foca em ambos os lados, não só no vencedor. (Latour, 2000)

Latour demonstra que os fatos científicos também são imbuídos igualmente de redes e atores sociais para a construção do fato e não apenas do exato. (Latour, 2000) Assim como a ciência é perpassada por controvérsias, as pandemias que são uma parte dela também o são, e isso é observado desde pandemias anteriores e na de 2020 não foi diferente, algumas controvérsias foram levantadas e discutidas por diversos atores sociais como o governo, autoridades de saúde e a população em geral, sendo as mais visíveis e que causaram clamor: a utilização da cloroquina e hidroxiclороquina como aliadas ou não na melhora em pacientes acometidos pelo vírus e a eficácia ou não das vacinas para a diminuição das mortes e casos graves da covid-19. (SILVA,2022)

Latour defende que na ciência para defender a veracidade do fato, são aliados referências, autores e conceitos já consagrados, porém percebemos que essas questões na referida pandemia muitas vezes não tinham embasamento lógico ou científico e eram baseadas em puro achismo proferido por pessoas sem formação devida, como por exemplo, o presidente,



o que torna tudo mais grave, pois este é uma figura de muito poder, senão a maior no nosso país, que contrariou muitas medidas por órgãos renomados de saúde, como o uso de máscara e o isolamento social para diminuição dos casos de contaminação.

Além disso, os próprios dramas sul-coreanos trazem controvérsias ao se mostrarem de forma ambígua em suas produções no que se refere a traços culturais que são ligados ou a elementos tradicionais ou aos modernos. A Coreia do Sul consegue fazer com maestria esse sincretismo e demonstra essas duas características nos K-dramas, o que causa uma ligação entre questões orientais e ocidentais, o que veremos que é um dos fatores de possuírem tantos fãs nas duas partes do mundo.

Já Michel de Certeau trata das questões do conceito de práticas e do cotidiano, ele deixa claro que o consumidor ou o dominado não é um ser passivo que não possui vontades próprias e aceita todo o imposto pela classe dominante de cada setor, pelo contrário, o consumidor ele vai enxergar tudo o que lhe é repassado à sua maneira, e isso se tratando primordialmente de produções audiovisuais, na qual é o foco dessa pesquisa. Certeau vai conceituar esse ponto de tática, onde o dominado ou consumidor vai se utilizar de práticas que contrapõe o imposto, mas dentro do próprio tabuleiro em que se está “jogando”. (CERTEAU, 1994)

No que se refere à utilização desse conceito no tema proposto na pesquisa, é perceptível diversas situações que consumidores de dramas Sul-Coreanos se fazem presentes e inclusive essenciais para a difusão do consumo desses conteúdos no Brasil. Hoje com o advento da web é mais fácil o acesso e apesar da Netflix ter diversos doramas em seu catálogo, hoje grande parte da distribuição desses dramas no Brasil são plataformas e sites criados pelos próprios fãs e traduzidos por estes. (ANDRADE, 2021) Portanto, eles passam de serem identificados como seres passivos, que só consomem, sendo que inclusive quem apenas consome sem fazer parte de fansubs, também está produzindo significados e criando uma imagem da Coreia do Sul e da Ásia e no fim todos se tornam atores difusores com papel de grande importância dentro desse segmento, pois diante do que já foi respondido no formulário, mesmo quem não está incluído na distribuição, compartilha trechos de doramas em suas redes sociais, podem participar de grupos com outros dorameiros para compartilhar ideias e indicá-los, podem criar páginas ou segui-las com o intuito de divulgar partes das produções e assim despertar o interesse por assistir determinado dorama e etc. Tudo isso prova o ponto que Certeau aborda que os consumidores



também são seres ativos, que criam suas próprias significações e aqui eles vão além, pois tem um enorme papel na tradução, legendagem e distribuição.

Além disso, traremos à tona práticas cotidianas adotadas por os entrevistados e como estes conciliaram sua rotina com o fato de assistirem os K-dramas durante a pandemia. É suposto que de acordo com o questionário as rotinas se deram de forma completamente diferente para cada pessoa durante esse momento de isolamento, uns trabalhando fora ou em Home Office, outros estudando de forma online e alguns realmente sem nenhum afazer específico diariamente onde os doramas foram sua maior companhia durante a fase de isolamento social, sendo assim os K-dramas terão significados diferentes para cada um que os assistiu durante a pandemia, seja sua única companhia, ou um momento de lazer após um dia cheio de trabalhos e estudos, outros tiveram problemas com a saúde mental e essas produções o ajudaram e etc. Somente os entrevistados poderão afirmar com clareza a importância que estes tiveram nessa conjuntura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, vimos como se faz importante um debate no âmbito acadêmico sobre do tema “O consumo de dramas sul-coreanos no Brasil durante a pandemia”, levando em conta os dados de pesquisas que colocam o Brasil dentre os três países que mais consumiram produções cinematográficas de países asiáticos durante o período pandêmico que o mundo vivenciou entre os anos de 2020 à o ano atual de 2023. Com essa pesquisa passamos então a focar especificamente nos dramas Sul-Coreanos, onde percebemos como exportação de tais obras. por parte do seu país de origem, impactaram não somente no setor financeiro como no próprio jogo diplomático internacional, trazendo à tona a Coreia do Sul para junto de outras potencias mundiais.

O uso de um recorte temporal como a Pandemia do Covid-19, torna esse trabalho em um tema atual, mais próximo do nosso cotidiano atual e se pode entender como uma novidade na área dos estudos historiográficos, Sendo então um projeto que se propõem a compreender como se deu aumento no consumo de Doramas, e como os mesmos foram utilizados como refúgios durante este período específico da História Contemporânea, fazendo-se de fontes de



entretenimento que se mantiveram em alta mesmo com o fim do isolamento e volta a vida normal da população.

Ao se propor o pesquisador a entrevistar consumidores de tais obras, a fim de analisar suas respostas e responder com base no que foi respondido o que os atraíram para os Doramas e além de entender os sentimentos envolvidos na superação do isolamento por elas vivenciadas. Apresentar este artigo temos a intenção de observar a recepção de outros pesquisadores a o tema abordado, como também apresentar aos mesmos uma nova área a ser estudada mais a fundo, abrangendo ainda mais o leque de se fazer História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Naiane; NICOLAU, Marcos. O poder de atração dos K-dramas: o soft power e a hibridização no contexto do fenômeno global Hallyu. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 04 a 09/09/2017, Curitiba, **Anais [...]** Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0261-1.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2021.

ANDRADE, Nataly Teotônio. Fãs e a prática Fansubbing: uma análise dos Fansubs brasileiros de dramas de tv asiáticos. **UFC**. 2021.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC, janeiro-julho, 2005.** Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255603/mod_resource/content/0/Aprendendo_a_entrevistar.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2022.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer. (Tradução de Ephraim Ferreira Alves) Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FONSECA, Pollyana Fernandes da. A representação da cultura sul-coreana para o mundo por meio dos doramas. **UnB**. 2019

FREIRE, Neyson Pinheiro et al. A infodemia transcende a pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4065-4068, 2021.

GUN, Sok Cheng. A Prática de Lazer na Web a Partir do Consumo de K-Dramas. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 1, p. 360-393, 2020.

LATOUR, Bruno, WOLGAR, Steve. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos, (Tradução, Angela Ramalho Vianna), Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.



LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros cidade afora*. (Tradução, Jesus de Paula Assis) São Paulo, Editora UNESP, 2000.

MADUREIRA, Alessandra Vinco A. Calixto; MONTEIRO, Daniela de Souza Mazur Monteiro; URBANO, Krystal Cortez Luz. Fãs, mediação e cultura midiática: dramas asiáticos no Brasil. *Jornada Internacional GEMInIS. São Carlos-São Paulo-13 a*, v. 15, 2014.

MARQUES, Ana Flávia. Brasil é o 3º país do mundo que mais consumiu doramas na pandemia. O povo, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/vidaarte/2021/08/10/brasil-e-o-3-pais-do-mundo-que-mais-consumiu-doramas-na-pandemia.html/>. Acesso em: 26 de mai. de 2022.

ORNELL, FELIPE et al. Pandemia de medo e Covid-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. *Debates em Psiquiatria*, v. 10, n. 2, p. 12-16, 2020.

ROSA, Daniela Fernandes Costa da. *O que os K-Dramas querem?*. UFRGS . 2019.

SERNAGIOTO, Felipe Azevedo. *O fenômeno Hallyu: a cultura sul-coreana como instrumento de soft power no século XXI*. UNIFESP. 2022.

SILVA, Bárbara Fernandes. O USO DE HIDROXICLOROQUINA E CLOROQUINA PARA A PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CORONAVÍRUS: A CONTROVÉRSIA CIENTÍFICA QUE MARCOU A PRIMEIRA PANDEMIA DO SÉCULO XXI NO BRASIL. *Revista do EDICC-ISSN 2317-3815*, v. 8, n. 1, p. 220-234, 2022.

PANORAMA DA LITERATURA NARRATIVA NA HISTÓRIA NORTE-AMERICANA: DOS PRIMÓRDIOS AO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO

Karina Késia de Lima
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
delimakarinakesia@gmail.com

RESUMO: A partir da análise de obras que tratam a respeito da literatura surgida durante o período de colonização dos Estados Unidos da América até a literatura produzida durante o período revolucionário, este trabalho objetiva traçar o percurso histórico da narrativa norte-americana, analisando a importância da literatura oral e dos relatos escritos durante o século XVII. Ademais, será destacada a literatura puritana, assim como a literatura surgida na Era da



Razão, bem como o surgimento dos primeiros grandes escritores de ficção desse período. Em síntese, o presente trabalho baseia-se em referências como Bessa (2008), High (1986), McMichael (1986) e VanSpanckeren (1994) e apresenta um panorama de obras literárias que, além de ajudarem a construir a identidade cultural norte-americana, também foram responsáveis por significativas mudanças sociais e políticas.

Palavras-Chave: Literatura Americana; Literatura Narrativa; Era da Razão.

1 Introdução

A Literatura Norte-Americana conta atualmente com uma enorme variedade de obras, sendo de importante contribuição para a literatura universal é considerada uma das mais conceituadas do mundo. Entretanto, o cenário literário norte-americano nem sempre foi assim. Antes do assentamento de colônias britânicas nas terras conhecidas como Novo Mundo, a literatura da época era produzida pelos nativos indígenas e assumia um caráter exclusivamente oral, sendo composta por mitos, lendas e canções diversas (Bessa, 2008).

Após o início da colonização inglesa nas terras do Novo Mundo, tivemos o surgimento da primitiva Literatura de Exploração, que consistia em cartas, diários de bordo, livros de viagem, entre outros (High, 1986). Essas obras conduziam informações sobre as terras exploradas até o continente Europeu. Posteriormente, com o assentamento definitivo das colônias britânicas, se inicia a Literatura Colonial, que consiste em relatos da colonização, além de obras voltadas para gêneros religiosos e de não ficção (VanSpanckeren, 1994).

No século XVIII, o cenário político americano foi marcado pela Revolução contra a Grã-Bretanha, que findou a independência política do país. A literatura produzida nessa época, chamada de Literatura Revolucionária, foi insuflada pelas esperanças do surgimento de uma grande e renovada literatura, entretanto, exceto pelos trabalhos políticos, poucas obras se tornaram dignas de destaque. Os Estados Unidos só vieram a obter sua independência literária e cultural cerca de 50 anos depois, com o surgimento da primeira geração de grandes escritores norte-americanos (Bessa, 2008; VanSpanckeren, 1994).

Por conseguinte, o presente trabalho objetiva contribuir para a compreensão acerca da cultura, história e valores norte-americanos, bem como explorar as experiências e perspectivas de grupos diversos a fim de entender a formação de identidades individuais e coletivas do país. Também objetivamos construir um trabalho que permita a reflexão e compreensão crítica de questões sociais e políticas tratadas pelos autores ao longo da história norte-americana.



Dessa forma, a fim de investigar a origem e o percurso da literatura narrativa surgida em solo americano, bem como sua importância sócio-histórica na construção da identidade norte-americana e nas mudanças políticas e sociais trazidas pela revolução, justificamos a pesquisa como sendo a oferta de um breve panorama literário aos estudantes de graduação e todos aqueles interessados em literatura americana. Para atingir os objetivos pré-estabelecidos, tomamos como metodologia a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e apresentação de análise crítica.

Com base em trabalhos publicados por autores como Bessa (2008), High (1986), McMichael (1986), VanSpanckeren (1994), esse trabalho irá tratar da Literatura Pré-Colonial, da Literatura de Exploração, da Literatura Colonial e da Literatura Revolucionária. Ademais, destacamos o surgimento dos primeiros escritores de ficção estadunidenses, que contribuíram para a disseminação de obras literárias americanas pelo mundo.

Em suma, com este trabalho pretendemos contribuir para a compreensão da cultura e história dos Estados Unidos, proporcionando aos leitores a análise e reflexão crítica de textos literários, históricos e sociais que refletem as mudanças ocorridas ao longo dos anos nos EUA. Assim, os mesmos poderão desenvolver uma visão mais profunda das transformações sociais e políticas ocorridas, concebendo, dessa forma, um retrato cultural e sociopolítico do país feito primariamente através da Literatura.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Literatura Pré-Colonial

A Literatura Pré-Colonial, surgida nas terras hoje conhecidas como Estados Unidos foi desenvolvida pelas tribos indígenas nativas da América do Norte. Essas tribos iniciaram a produção literária norte-americana através da transmissão oral de contos, poemas, mitos e lendas. Segundo Bessa (2008), apesar de não haver registros escritos da literatura produzida durante esse período, sabemos que mais de 500 formas diferentes de linguagem indígena existiam nessa época em solo americano, o que resultou em uma literatura oral nativa extremamente diversa.



Ainda segundo Bessa (2008), no tocante às variações tribais existentes nesse período, as tribos mantinham sua própria religião, sendo que muitas adoravam deuses, plantas, animais ou outras divindades. Ademais, o sistema governamental variava entre teocracias, democracias e conselhos de idosos. Tamanhas variações culturais também se manifestaram na literatura oral produzida por esses povos, entretanto, alguns pontos em comum ainda podem ser identificados nessas produções. Com relação a essas semelhanças, podemos afirmar que em muitas histórias indígenas há a presença marcante da natureza como mãe espiritual e física.

Nesse sentido, Bessa (2008, p. 11) descreve: “A natureza é viva e imbuída de formas espirituais; os personagens principais podem ser animais ou plantas, frequentemente em forma de totens associados a uma tribo, grupo ou indivíduo”. A exemplo disso, temos a lenda do grupo nativo-americano Sioux, que trata a respeito da importância do milho, um alimento fundamental para os nativos norte-americanos.

Para Bessa (2008, p. 13) exemplos da literatura oral podem ser abundantemente encontrados na literatura indígena norte-americana, tais como: “poemas, cantos, mitos, contos de fadas, anedotas cômicas, encantamentos, adivinhações, provérbios, poemas épicos e lendas.” Além disso, VanSpanckeren (1994) reitera que a produção literária nativa também era permeada por relatos da vida dos antepassados indígenas e histórias da criação. Entre essas histórias, podemos destacar uma bastante popular: a história de uma tartaruga que tem o mundo moldado em seus cascos pelo criador Maheo. Foi esse o mito que deu origem ao nome indígena para a América, ‘Ilha da Tartaruga’.

Em síntese, Bessa (2008), considera que apesar da tradição oral indígena ter contribuído consideravelmente para a construção da literatura norte-americana, ela ainda é um tópico pouco percebido e explorado. Nos séculos seguintes, um novo gênero literário iria emergir nos Estados Unidos, quando o mesmo passava por mudanças significativas, como a expansão de seus territórios em razão da colonização.

A exploração de terras desconhecidas e o contato com culturas indígenas resultaram na criação de um conjunto de obras literárias que documentam essas explorações, não apenas geográficas, mas também culturais e sociais. Esse conjunto de obras engloba os primeiros escritos literários nos Estados Unidos, inseridos no período da Literatura Norte-Americana que ficou conhecido como Literatura de Exploração, que será amplamente discutido a seguir.



2.2 Literatura de Exploração

A respeito do surgimento dos primeiros escritos literários nos Estados Unidos, High (1986, p. 5, tradução nossa), postula que “Os primeiros escritores eram homens ingleses descrevendo a exploração e colonização inglesa do Novo Mundo (América)”. Com relação a essas tentativas de colonização, Bessa (2008) descreve que o início da colonização foi desastroso, com muitos colonos enfrentando a fome, ausência de leis e condições de sobrevivência precárias, principalmente no inverno.

Segundo VanSpanckeren (1994), entre os primeiros relatos dessa colonização, podemos mencionar o famoso *A Briefe and True Report of the New-Found Land of Virginia* (1588) do matemático inglês Thomas Harriot (1560-1621), que registra a formação da primeira colônia inglesa em 1585, na ilha de Roanoke, atual Carolina do Norte. O desaparecimento repentino de todos os colonos de Roanoke fundamenta lendas e especulações até os dias atuais. A obra em questão se tornou conhecida ao redor do mundo, sendo republicada por mais de 200 anos e traduzida para várias línguas.

Em 1607, a segunda colônia inglesa foi estabelecida no continente americano. Tendo sido a primeira colônia a se tornar permanente, foi batizada de Jamestown. High (1986) postula que a colonização de Jamestown é registrada pelos escritos do Capitão inglês John Smith (1580-1631), um de seus fundadores. Entre os relatos escritos por Smith, podemos mencionar *The General Historie of Virginia, New England, and the Summer Isles* (1624), que narra a história da famosa princesa indígena Pocahontas. Outras obras de John Smith como *True Relation of Virginia* (1608) e *Description of New England* (1616), também descrevem a colonização e serviram como propaganda para persuadir os leitores a se mudarem para o Novo Mundo.

De acordo com VanSpanckeren (1994), foi no século XVII que a segunda leva de colonos permanentes chegou ao Novo Mundo. Esses colonos levaram suas esposas, filhos, ferramentas e implementos agrícolas, dando continuidade à permanência inglesa na América. As obras literárias produzidas durante esse período ficaram conhecidas como Literatura Colonial. A seguir, veremos como se deu o surgimento e desenvolvimento dessa literatura, que refletia, principalmente, as crenças e ambições dos primeiros habitantes das colônias americanas.



2.3 Literatura Colonial

A literatura surgida durante o período de colonização inglesa na Nova Inglaterra é amplamente conhecida como Literatura Colonial. Entre os grupos de colonizadores que mais se destacaram dentro do cenário literário e intelectual do Novo Mundo estão os puritanos. De acordo com VanSpanckeren (1994), os membros desse grupo buscavam atingir elevados níveis de educação para entender e executar a vontade de Deus na terra que lhes foi prometida.

No que equivale a seus costumes, Bessa (2008), comenta que os puritanos desaprovavam qualquer ação que os afastasse de Deus. Muitas diversões seculares como danças e jogos de cartas eram associadas à vida imoral dos aristocratas e condenadas por esse grupo. No que se refere à escrita, VanSpanckeren (1994, p. 7) afirma que “As mentes puritanas dedicavam suas energias a gêneros piedosos e alheios à ficção: poesia, sermões, textos teológicos e relatos históricos”.

High (1986) destaca que entre as obras puritanas mais interessantes está *Of Plymouth Plantation* (1651), do inglês puritano William Bradford (1590-1657). A obra em questão narra as dificuldades das relações entre os puritanos e os indígenas, e descreve as atribulações enfrentadas por eles durante o primeiro inverno, ao mesmo tempo em que “é profundamente influenciada pela crença de que Deus comanda tudo que acontece” High (1986, p. 7, tradução nossa).

Outrossim, VanSpanckeren (1994) articula que outro importante escritor desse período foi o ministro norte-americano e puritano protestante Cotton Mather (1663-1729). Considerado por muitos como mestre dos intelectuais, Mather escreveu mais de 500 livros e panfletos sobre o Novo Mundo. Entre seus principais trabalhos, podemos destacar *Magnalia Christi Americana* (1702), que é apontada como sua obra mais ambiciosa e descreve a colonização da Nova Inglaterra. VanSpanckeren (1994, p. 12), aponta que “O enorme livro apresenta a missão divina dos Puritanos, na terra desconhecida de estabelecer o Reino dos Céus; sua estrutura é uma série de narrativas sobre a vida de ‘Santos’ americanos representativos”.

Bessa (2008) aponta que outro autor puritano a obter destaque durante o período colonial foi o pastor americano Jonathan Edwards (1703-1758). Defensor do calvinismo rigoroso, ele transmitia em seus escritos um senso de dever exacerbado e puritanismo severo. Entre suas



obras de maior destaque, podemos mencionar *Sinners in the Hands of an Angry God* (1741), um sermão impactante que levava congregações inteiras ao pranto histérico. Apesar de seus sermões terem contribuído significativamente para o período que ficou conhecido como Grande Despertamento, sua rigorosidade findou por afastar as pessoas do calvinismo por ele defendido. VanSpanckeren (1994, p. 13) afirma que “seus sermões dogmáticos e medievais não se adequavam à experiência próspera e relativamente pacífica dos colonos do século XVIII”.

VanSpanckeren (1994) também acrescenta que, enquanto os escritores da região norte concentravam suas energias na escrita religiosa, a produção literária nas colônias da região sul assumia características aristocráticas. A literatura sulista refletia os sistemas sociais que dominavam as plantações e, de acordo com Bessa (2008, p. 24) “Os primeiros imigrantes ingleses foram atraídos às colônias do sul devido às oportunidades econômicas, e não em busca de liberdade religiosa.” Em suma, VanSpanckeren (1994) ressalta que a literatura sulista foi estabelecida baseando-se em ideais de classes abastadas de fazendeiros partidários da escravidão.

Além disso, VanSpanckeren (1994) afirma que entre os autores que representam o estilo da elite colonial sulista podemos destacar o inglês William Byrd (1543-1623). Ele é conhecido por sua obra *History of the Dividing Line* (1729), um diário de viagem que apresenta um levantamento topográfico acerca da fronteira do território da Virgínia e Carolina do Norte. VanSpanckeren (1994, p. 14) ainda acrescenta: “Os escritos de Byrd constituem excelentes exemplos do grande interesse que os sulistas tinham pelo mundo material: a terra, os índios, as plantas, os animais e os colonos”.

Também foi durante o período colonial que surgiram importantes escritores negros, entre eles, Ouladah Equiano, o primeiro negro a escrever uma autobiografia, intitulada de *The Interesting Narrative of the Life of Ouladah Equiano, or Gustavus Vassa the African*. A esse respeito, Vanspanckeren (1994, p. 15) postula que essa obra é um exemplo pioneiro do gênero narrativa escravista, pois nela Equiano, além de descrever sua terra natal, também relata os horrores e crueldade da sua captura e escravização nas Antilhas, lamentando de forma comovente o tratamento “não-cristão” que recebeu nas mãos dos cristãos. Esse sentimento expressado por Olaudah Equiano seria compartilhado por muitos afro-americanos em obras literárias nos séculos seguintes.



Ainda durante o período colonial, uma combinação de fatores sociais, políticos e culturais acarretou mudanças no foco temático das obras literárias produzidas, o que influenciou na transição da Literatura Colonial para a chamada Literatura Revolucionária. As tensões existentes entre as colônias americanas e a Grã-Bretanha cresciam, gerando sentimento de descontentamento entre os colonos e a propagação de ideias iluministas, promovendo assim o surgimento de líderes intelectuais e políticos. Fazendo uso da literatura, os escritores desse período passaram a expressar suas preocupações e aspirações nos seus escritos literários, concebendo o conjunto de obras conhecido como Literatura Revolucionária, que será discutida no tópico a seguir.

2.4 Literatura Revolucionária

Durante o século XVIII, a América viveu a chamada Era da Razão. As ideias iluministas se alastraram pelo território americano, influenciando o cenário político e literário da época. A produção literária desse período foi intitulada de Literatura Revolucionária, tendo sido produzida por escritores e pensadores que acreditavam avidamente nos ideais iluministas de liberdade, justiça e igualdade. VanSpanckeren (1994) afirma que esses autores não mais toleravam dogmas religiosos e desigualdade, eles optaram pela busca da ciência, da razão e do progresso. High (1986, p. 15, tradução nossa) complementa que “a escrita mais memorável da América do século dezoito foi feita pelos Pais Fundadores, os homens que lideraram a Revolução de 1775-1783 e escreveram a Constituição de 1789”.

Entre os autores mais importantes desse período, podemos destacar Benjamin Franklin (1706-1790), que foi escritor, tipógrafo, editor, cientista, filantropo e diplomata, além da figura privada mais famosa e respeitada de sua época (VanSpanckeren, 1994). Em 1732, iniciou a publicação da revista *Franklin Poor Richard's Almanack* que o tornou bem-sucedido e conhecido em toda colônia. Franklin era conhecido pelos seus livros de autoajuda, encorajamento e conselhos, ademais, sua própria autobiografia é, em parte, um livro de conselhos escrito para seu filho. VanSpanckeren (1994, p. 18) acrescenta que “Mesmo próspero e famoso, Franklin nunca perdeu sua sensibilidade democrática e foi figura de proa na convenção de 1787, que redigiu a Constituição dos Estados Unidos”,



Nesse contexto, faz-se importante abordar a forma mais comum de literatura política na época da revolução, os panfletos políticos. Em vista disso, VanSpanckeren (1994) afirma que quem se destacou nesse quesito foi o político britânico Thomas Paine (1737-1809), considerado o maior escritor de panfletos da Revolução Americana. Em 1776, ele escreveu o panfleto mais importante da história americana, *Common Sense*. Sua escrita repleta de empolgação e linguagem clara vendeu mais de 100.000 exemplares nos primeiros meses e foi responsável por inflamar os espíritos americanos nesse período. Bessa (2008) acrescenta que tão importante para a Revolução quanto Paine, foi Thomas Jefferson (1743-1826), o 3º presidente dos Estados Unidos e principal autor da *Declaração de Independência* (1789), o documento mais importante da história política americana.

Segundo VanSpanckeren (1994), apesar do sentimento de grandeza despertado no povo americano pela revolução, a independência literária e cultural teve um caminho mais longo a ser percorrido e foi retardada por vários fatores. Bessa (2008, p. 29) complementa ao dizer que “a independência literária americana foi desacelerada por uma prolongada identificação com a Inglaterra, uma imitação excessiva dos modelos literários ingleses ou clássicos [...]”.

Não obstante, VanSpanckeren (1994) aponta que os autores tinham que enfrentar difíceis condições políticas e econômicas, como a falta de público, a péssima assistência editorial, publicidade medíocre e a pirataria. Esse conjunto de fatores resultou em um período de estagnação literária nos Estados Unidos, com as obras produzidas sendo duramente criticadas e pouco apreciadas pelo público, que dava preferência à já desenvolvida literatura inglesa. A esse respeito, VanSpanckeren (1994, p. 18) explica que:

O ponto alto da pirataria, 1815, corresponde ao ponto mais baixo na literatura americana. Mas a oferta abundante e barata de livros estrangeiros e clássicos pirateados durante os primeiros cinquenta anos da nação, teve o mérito de educar os americanos, inclusive os primeiros grandes escritores, que começaram a surgir por volta de 1825.

Todavia, VanSpanckeren (1994) comenta que, apesar da preocupante estagnação literária, surgiram alguns ficcionistas relevantes durante o período pós-revolucionário, tais como o estadunidense Charles Brockden Brown (1771-1810), conhecido por ser o primeiro escritor americano profissional. Vivendo na pobreza, ele escreveu em dois anos as obras



Wieland (1798), *Arthur Mervyn* (1799), *Ormond* (1799) e *Edgar Huntley* (1799). Recorrendo a cenários americanos, Brown desenvolveu o gênero gótico, caracterizado pelo suspense e profundidade psicológica extrema. VanSpanckeren (1994, p. 25) acrescenta que “Embora imperfeita, sua obra é sombriamente poderosa. Cada vez mais, é visto como predecessor de escritores românticos como Edgar Allan Poe, Herman Melville e Nathaniel Hawthorne”.

Bessa (2008) menciona que outro importante ficcionista americano foi James Fenimore Cooper (1789-1851), que descrevia em suas obras as mudanças nas terras ainda intocadas, além de tratar de outros temas como o mar e o confronto de pessoas de diferentes culturas. VanSpanckeren (1994) afirma que diferente de outros autores americanos, Cooper buscava inspiração para suas histórias na América, e em 1823, começou a escrever o romance *The Pioneers*. Cooper também escreveu mais cinco romances, que se conectam através da vida de seu renomado personagem Natty Bumppo. A pentalogia é chamada *The Leatherstocking Tales*.

Além disso, de acordo com Bessa (2008), o ficcionista e diplomata Washington Irving (1783-1859) também é digno de nota no que compete à ficção americana. Irving é conhecido por vários trabalhos, entre eles *A History of New York* (1809) e *The Sketch Book* (1819), obra que contém duas das histórias mais amadas da literatura americana: *Rip Van Winkle* e *The Legend of Sleepy Hollow*. Em suma, VanSpanckeren (1994, p. 21) conclui que:

Os primeiros escritores importantes de ficção amplamente reconhecidos hoje, Charles Brockden Brown, Washington Irving e James Fenimore Cooper, usavam personagens americanas, perspectivas históricas, temas envolvendo mudança e nostalgia. Escreveram em muitos gêneros de prosa, iniciaram novas formas e encontraram meios de ganhar a vida com a literatura. Com eles, a literatura americana começou a ser lida e apreciada nos Estados Unidos e o exterior.

Os autores mencionados acima desempenharam, sem dúvida, papéis de suma importância no que tange ao desenvolvimento da Literatura Norte-Americana, contribuindo para a emergência de uma tradição literária inédita nos Estados Unidos e ajudando a moldar a identidade literária do país. No tópico seguinte, iremos explorar a contribuição desses autores, assim como de outros previamente citados nesse trabalho e dos períodos perpassados por eles,



a fim de compreender como se deu a construção dos alicerces da Literatura Norte-Americana e a consolidação da mesma no cenário literário mundial.

3 A Consolidação da Literatura Norte-Americana: Uma Breve Análise

A partir da análise de trabalhos publicados por Bessa (2008), High (1986), McMichael (1986) e VanSpanckeren (1994), nos propomos a investigar as primeiras fases da literatura norte-americana até a chegada do período Revolucionário, que foi seguido por uma preocupante estagnação literária que evidenciava a dependência da literatura dos modelos clássicos ingleses. Esse período de estagnação na literatura só chegou ao fim com o surgimento dos primeiros ficcionistas, que, ao desenvolverem os cenários e estilos norte-americanos, traçaram o percurso para a primeira grande geração de escritores que ainda estava por vir.

Apesar de pouco explorada pelos pesquisadores norte-americanos, a literatura oral produzida pelos nativos indígenas é de suma importância para a construção da língua inglesa atual, que conta com inúmeras palavras originárias de tribos nativas. Além disso, essa produção literária oral também baseia vários mitos e lendas que fazem parte do folclore norte-americano. Vale mencionar também que a variedade de tribos e línguas exerceu na literatura pré-colonial grande influência, produzindo uma considerável diversidade literária através da adaptação de histórias.

Essas variações literárias se davam principalmente de uma região para outra, por exemplo, as histórias das tribos que viviam em regiões desérticas, como os Hopi, divergiam das histórias de tribos que habitavam a região dos lagos, ao norte, como os Ojibwa. As lendas dos caçadores nômades também eram muito diferentes das produzidas pelos agricultores, que se fixaram em determinada região. Em síntese, essas narrativas foram transmitidas durante séculos por contadores de histórias de diferentes tribos e, atualmente, vivem nas obras de muitos escritores indígenas americanos.

No que compete à Literatura de Exploração, podemos afirmar que essa foi de fundamental importância para a colonização das terras americanas, já que os relatos dos primeiros exploradores, muitos deles “enfeitados” com informações fantasiosas, incentivaram e persuadiam as pessoas a rumarem para o Novo Mundo. Os puritanos, por exemplo, estudaram o relato *Description of New England* (1616), do capitão John Smith, antes de decidirem se assentar na Nova Inglaterra, em 1620.



Através de seus relatos, John Smith retratava a América combinando duas imagens populares na Europa do século XVII: um paraíso glorioso e de fácil riqueza e uma terra que recompensaria aqueles que mostrassem empreendimento e trabalho duro. Portanto, podemos concluir que ao mesclar a ficção e a verdade, expondo as virtudes e benefícios do Novo Mundo, Smith criou uma propaganda que atraiu colonos ingleses durante séculos, além disso, ao escrever relatos sobre Virginia, ele elaborou a principal fonte de informações sobre a extinta língua indígena Powhatan.

A respeito da Literatura Colonial, destacamos a produção literária feita pelos puritanos, que imigraram para o Novo Mundo por motivos religiosos, objetivando criar uma sociedade onde pudessem professar livremente a sua fé. Um dos líderes puritanos, William Bradford, narra em seu diário *Of Plymouth Plantation*, o assentamento da primeira colônia puritana e o estabelecimento de relações entre colonos e indígenas, constituindo assim um importante registro histórico, que remonta ao século XVII, da colonização inglesa na América. Além disso, os escritos de Bradford influenciaram os escritores posteriores a ele, como Jonathan Edwards e Cotton Mather, que consultavam esses relatos como fonte de informação e inspiração para suas obras. Em relação às demais características da escrita puritana, salientamos o *Plain Style*, uma forma de comunicação clara e objetiva, adotada por eles a fim de facilitar a compreensão e o ensino da palavra de Deus. O *Plain Style* é, até os dias atuais, a forma mais comum de comunicação na língua inglesa.

Com o declínio do fervor religioso e a propagação de correntes filosóficas como o Iluminismo, o século XVIII tornou-se palco para a famosa Era da Razão. A disseminação de ideias iluministas insuflou a revolução Americana contra a Grã-Bretanha, e, durante essa luta pela liberdade, surgiu a Literatura Revolucionária. É pouco dizer que os escritos revolucionários foram importantes para a consolidação da independência americana, já que esses constituem uma das ferramentas mais eficientes na difusão de ideias em favor da revolução.

Nesse sentido, podemos destacar os panfletos políticos do escritor Thomas Paine, um propagandista que obteve sucesso escrevendo panfletos de forma lúcida e simples, usando humor, imagens, anedotas e metáforas efetivas. Outro importante autor durante esse período foi Thomas Jefferson, que refletia em suas obras as ideias de direitos naturais, empregando um discurso social e simples na *Declaração de Independência* escrita por ele. Além disso, a



relevância assumida por Benjamin Franklin nesse período é incontestável. Uma das personalidades mais conhecidas dos Estados Unidos, Franklin desempenhou importante papel na conquista da independência norte-americana e no contexto literário da época, com a criação da revista *Poor Richard's Almanack*, onde publicava desde ensaios políticos até ditados que são populares na cultura americana até os dias atuais.

A literatura surgida após o período revolucionário frustrou as expectativas do povo americano que ansiava pelo surgimento de uma literatura restaurada e independente dos padrões ingleses. Sabemos que os escritores que viviam no recém-formado Estados Unidos da América eram ingleses ou descendentes de ingleses, logo, não possuíam plena identificação com o sentimento de nacionalismo americano, produzindo obras que consistiam em imitação dos clássicos ingleses e que pouco exploravam os cenários americanos, ou seja, pouco relevantes para o processo de construção da nova literatura almejada. A falta de um sentimento de pertencimento aliada a péssimos direitos editoriais e a pirataria crescente resultou em um período de estagnação da literatura norte-americana, retardando o desenvolvimento literário do país.

Apesar disso, surgiram durante esse período alguns ficcionistas de extrema importância para a solidificação e desenvolvimento dessa literatura. Nomes como Washington Irving, James Fenimore Cooper e Charles Brockden Brown, buscaram inspiração para suas obras nas terras americanas, e, dessa forma, contribuíram para a formação de uma literatura que abrangia o nacional americano da época. Além disso, eles também criaram novas formas de escrita e são vistos atualmente como precursores de grandes escritores norte-americanos como Walt Whitman, Nathaniel Hawthorne e Edgar Allan Poe.

4 Considerações Finais

Por fim, ao vislumbrar brevemente os objetivos preestabelecidos neste trabalho, tais como a contribuição para a compreensão acerca da cultura, história e valores norte-americanos, a exploração de experiências e perspectivas de grupos diversos e a reflexão crítica de questões sociais e políticas tratadas na literatura no decorrer da história norte-americana, destacamos a importância das informações condensadas durante essa pesquisa, que servirão como base para



estudos literários, culturais e sociopolíticos norte-americanos, conquistando assim aos objetivos descritos acima.

Em síntese, podemos concluir que a Literatura Narrativa Norte-Americana atravessou muitas fases até finalmente alcançar sua independência e consolidação. Apesar de só ter sido reconhecida e apreciada a partir do século XVIII, os escritos literários desse país abrigam um riquíssimo arsenal de obras que remetem a todos os períodos históricos perpassados. Em conclusão, salientamos que todos os períodos tratados neste trabalho foram fundamentais para o desenvolvimento da história e da Literatura dos Estados Unidos, que alcança atualmente a posição de umas das mais conceituadas do mundo.

Referências

BESSA, Maria Cristina. **Panorama da Literatura Norte-Americana**: dos primórdios ao período contemporâneo. São Paulo: Alexa cultural, 2008, 11-37.

HIGH, Peter. B. **An Outline of American Literature**. Nova Iorque: Longman Inc, 1986, 5-27.

MCMICHAEL, George. **Anthology of American Literature**. Nova Iorque: Macmillian Publishing Company, 1986, 1-53.

VANSPACKEREN, Kathryn. **Perfil da Literatura Americana**. Tradução: Márcia Biato. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América: 1994 3-25.

PERSPECTIVAS PSICANALÍTICAS NO CONTO; “EVELINE”, DE JAMES JOYCE

Natália Bezerra Rodrigues Ferreira
(UFCEG)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar conto "Eveline" (1904) extraído do escritor Irlandês James Joyce (1882-1941), que trouxe às páginas a protagonista Eveline Hill, cuja vida é amplamente afetada pelos seus traumas de história pessoal, tornando-a "passiva como um animal indefeso", como afirma o autor. Desse modo, o presente artigo avalia a personagem Eveline a partir de um ponto de vista psicanalítico de acordo com o pensador Sigmund Freud, de acordo com Lima (2009), Cunha (2008), Silva (2010), dentre outros, investigando os motivos que a fizeram ter comportamentos e pensamentos complexos que afetaram as suas decisões. A análise se dá por meio das ideias de ego, superego e id, além da



teoria da personalidade, desenvolvida por Freud. O conto é curto e se desenvolve narrando a conflituosa vida de Eveline, além de seus pensamentos e suas decisões sobre seguir ou não o marinheiro Frank, a quem ela deposita sua paixão, o foco se dá pelo medo de seguir ou não suas vontades em uma busca por libertação da situação a que se encontrava. Este artigo pode ser útil para pesquisadores que desejam obter mais conhecimento sobre a literatura inglesa narrativa e o modo como a teoria psicanalítica influencia os aspectos dos personagens nos contos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise, Teoria da Personalidade, Literatura Irlandesa.

INTRODUÇÃO

James Augustine Aloysius Joyce (1882 – 1941) foi um romancista irlandês conhecido por seu uso experimental da linguagem e exploração de novos métodos literários em grandes obras de ficção como *Ulysses* (1922) e *Finnegans Wake* (1939). O modo como Joyce retratava a natureza humana de forma sutil, mas franca, juntamente com seu domínio da linguagem fizeram dele uma das principais figuras do modernismo literário e uma das maiores influências sobre os romancistas do século XX. ‘Eveline’ é um dos contos mais curtos que compõem a coleção *Dubliners* (1914), volume que não foi um sucesso comercial inicial (vendeu apenas 379 exemplares em seu primeiro ano de publicação, sendo que 120 deles foram comprados pelo próprio Joyce). Entretanto, é uma obra repleta de profundezas acerca dos conflitos da alma que permeiam a vivência humana.

Existem diversas perspectivas para analisar o conto, sendo estas a feminista, pós-colonial, psicanalítica, entre outras. Neste trabalho, faremos a análise na perspectiva psicanalítica e para isso devemos inicialmente entender sobre a psicanálise, que surgiu na década de 1960 e foi descoberta por Sigmund Freud. A ideia central da teoria psicanalítica lida com a existência de pensamentos, sonhos, memórias e sentimentos inconscientes que são propriedade da mente humana. Nesta teoria da personalidade, vários pensamentos, impulsos, memórias, conflitos não resolvidos e sentimentos são reservados na mente consciente e a maioria deles é considerada inaceitável ou desagradável, como ansiedade, conflito, medo ou dor. O inconsciente surge quando somos muito jovens através da repressão. Tudo dentro da mente consciente faz parte de nossa consciência que faz o processamento mental sobre o qual podemos pensar e falar de forma racional. A mente pré-consciente, também conhecida como mente subconsciente, consiste nas coisas das quais nem sempre estamos agradavelmente conscientes, mas podemos lembrá-las sempre que necessário.



Freud também falou sobre o modelo estrutural da personalidade. Aqui, ele explicou as três partes da personalidade de uma pessoa: Id, Ego e Superego. A psicanálise ou estudo psicanalítico fala sobre essas três partes da personalidade de alguém e o que leva uma pessoa a se comportar de uma determinada maneira.

Ao examinarmos a personagem de Eveline Hill descobriremos que existem inúmeras memórias desagradáveis e dores e medos conflitantes na mente de Eveline. Os leitores ficam sabendo das partes que estão na parte consciente de Eveline, que de alguma forma também dão a noção de que há mais do que escondido na parte inconsciente dela. Esta é a parte que a influência na maneira como ela pensa, age e se comporta. Também explica por que ela permanece tão frágil e passiva ao longo da história.

LITERATURA E PSICANÁLISE

De início, os textos literários através das teorias a respeito da psicanálise seguiam duas perspectivas, de início, Sigmund Freud possuía o intuito de desvendá-los, de acordo com Silva (2010, p.1). “Ele focalizava aí alguns aspectos tais como a condição estética, a origem do gênio, a diferença criadora, a função da arte em relação ao sujeito e a reconstrução fantasmática do autor. E nesses trabalhos, Freud costumava testar os limites da investigação psicanalítica.

De acordo com Martins (2002 p. 2) “A literatura e a psicanálise são campos que se conectam mutualmente nos seus possíveis e impossíveis.” Dessa forma, um se interliga ao outro, podendo ter uma ampla comunicação entre seus conhecimentos, enriquecendo a ambos na busca de uma maior compreensão.

A psicanálise pode ser compreendida como um “recurso de interpretação, revelação e desvendamento e origina-se de raízes semelhantes às da leitura ideológica”(MENESES,2004, p.15-16). Visto que, a psicanálise, tente a buscar muitas vezes o motivo pelo qual algum personagem tomou alguma decisão, afetando ou não o desfecho da história, e que em muitas vezes faz com que o leitor se interligue ou não com determinados comportamentos fictícios. Podendo também se ater ao pensamento crítico quanto ao analítico, o leitor tende a buscar ou identificar linhas que reforçam suas teorias defendidas em busca de um conhecimento de sentidos.



Diante disso, tanto a psicanálise como a literatura se configuraram em práticas cujo foco era a linguagem como material primário. A crítica psicanalítica busca ler e aprofundar a complexidade do texto literário, evidenciando suas implicações mais complexas e as multiplicidades e contradições. Por meio de estudos, tanto a psicanálise como a literatura possuem muitos aspectos em comum, para ressaltar essa afirmação, o autor Bellemin-Noel defende que:

Se o sentido excede o texto, existe falta de consciência em alguma parte. O fato literário só vive de receptor em si uma parte de inconsciência, ou de inconsciente. A tarefa que desde sempre a crítica literária se atribuiu consiste em revelar esta falta ou este excesso. Em suma, já que a literatura carrega nos seus flancos o não-consciente e já que a psicanálise traz uma teoria daquilo que escapa ao consciente, somos tentados a aproximá-las até confundi-las. O conjunto das obras literárias oferece um ponto de vista sobre a realidade do homem, sobre o meio onde ele existe tanto quanto sobre a maneira como ele capta ao mesmo tempo este meio e as relações que mantém com ele. Este conjunto é uma série de discursos e uma concepção do mundo: os textos e a cultura sem interrupção. A doutrina psicanalítica apresenta-se de maneira quase análoga: um aparelho de conceitos que reconstroem o psiquismo profundo, e modelos de decifração. Se o corpo dos textos e o instrumental teórico pertencem a ordens diferentes da realidade (um material contra os instrumentos de investigação), é preciso não perder de vista que a visão do mundo das belas-lettras e a marcação dos efeitos do inconsciente funcionam do mesmo modo: são duas espécies de interpretação, maneiras de ler, digamos *leituras*. Literatura e psicanálise 'leem' o homem na sua vivência quotidiana tanto quanto no seu destino histórico. Elas se assemelham mais profundamente por excluírem qualquer *metalinguagem*: não há diferença entre o discurso que se faz sobre elas e os discursos que as constituem. Sabe-se que nunca chegaremos a nos desligar verdadeiramente daquilo de que falamos, e, entretanto, fixamos como finalidade chegar a verdades *falando do homem que está falando* (BELLEMIN-NOËL, 1978, p.13).

Para ele, a psicanálise oferece instrumentos, princípios e meios capazes de auxiliar uma análise literária e descrever até mesmo manias ou gestos pertinentes em uma história, elementos como o desejo por exemplo são apresentados em diversos contextos, como o cultural ou social.



Por fim, cabe destacar que práticas tanto literárias quanto a psicanálise possui o desejo de descrever uma história focando não apenas como um sujeito isolado, mas sim, suas tradições, suas crenças, seus motivos, medos e aflições, e é por esse motivo que a análise sobre o id, ego e superego será realizado na obra literária de Eveline.

ASPECTOS DA TEORIA DA PERSONALIDADE.

Através de seus estudos em pacientes, Freud conseguiu desenvolver diversas teorias, muitas delas foram por meio de relatos dos sonhos, seus sintomas neurológicos e suas lembranças. Seguindo essa afirmação, Freud afirma que nossa personalidade se desenvolve por meio de três instâncias: id, ego e superego segundo Lima(2009, p.281) “Essa concepção estruturalista ficou cristalizada em “O ego e o id”, de 1923, e consiste em uma divisão da mente em três instâncias psíquicas: o id, o ego e o superego.” Essa teoria faz parte de sua segunda tópica, já que a primeira trabalha o consciente e o inconsciente.

De acordo com o pesquisador Cunha (2014, p. 1) “O id é a instância que contém os impulsos inatos, as inclinações mais elementares do indivíduo.” O id é composto por pulsões que são determinadas biologicamente além de determinantes de desejos e necessidades que não seguem as normas sociais estabelecidas, desse modo, o id não respeita convenções e seu foco se dá pela satisfação incondicional do organismo.

Por meio disso, o id é inato, já as outras duas personalidades são desenvolvidas ao decorrer da vida e das experiências humanas. O ego, que significa o “eu”, é o setor da personalidade que se dispõe a manter o contato com o ambiente em que o indivíduo se encontra. Como afirma Lima (2009, p.281) “O ego se desenvolve a partir da diferenciação das capacidades psíquicas em contato com a realidade exterior.” Ou seja, lida tanto com a própria mente, quanto pelo instinto interior quanto social.

Já o superego, também de acordo com Lima (2009, p.281) “O superego desenvolve-se a partir do ego, em um período que Freud designa como período de latência, situado entre a infância e o início da adolescência.” Ou seja, é a parte em que se deposita as normas e princípios morais do grupo social ao qual o indivíduo está inserido, como exemplo as leis que regem uma cidade e país. Nesse ponto, se encontra a cultura, ordens e vontades controladas em bem de uma vida tranquila, geralmente se apresenta de início através da família e posterior a isso, a sociedade.

Podemos analisar de forma breve o que ocorre entre essas três instâncias em Eveline da seguinte maneira: Energias determinantes ao desejo de ir embora em Eveline, se enquadra como uma ação originária do id. Ao ego se dá pela necessidade e pela busca que ela faz ao ser feliz, ou seja, é uma necessidade de fugir para perto de seu amor, visto que ela se dispõe ou não a ir, sempre acompanha as possíveis oportunidades do indivíduo. Já o superego, o desejo se limitam as regras da sociedade, como exemplo, o certo ou o errado em fugir e deixar o seu pai só, visto que o que a sociedade iria pensar sobre esse comportamento e se era certo ou não realizar a ação.

Grande parte dos conflitos em nossas ações, repercutem entre o superego e o id. Dito isso, é importante entender a vasta quantidade de desejos que possuímos ao longo da vida, mas que em sua maioria é impedida por meio do superego.

Dito isso, é importante compreender que somos seres repletos de desejos e necessidades que em muitos casos, não conhecemos por completo. Por isso, tudo que pensamos e queremos faz parte do que realmente somos e que em muitas vezes não nos damos conta pois permanece no nosso inconsciente, uma característica muito marcante no conto Eveline de James Joyce.

QUESTÕES DO EGO, SUPEREGO E ID EM “EVELINE”

Em um primeiro momento, a obra apresenta a protagonista sentada de frente a janela em seu quarto empoeirado. Olhando para a rua, ela se depara com uma cena que a faz lembrar uma parte feliz da sua infância onde estava acompanhada de sua família, uma lembrança que partilhava alegria entre ambos seus irmãos, pai e mãe e que após a morte de sua mãe, lembranças felizes foram ficando cada vez mais distantes.

Nessa primeira parte da obra, já aparece de forma curta o seu desejo de deixar seu lar, ou seja, o seu id se apresentando de forma tímida, como é descrito no final do segundo parágrafo. “Agora ela estava indo embora assim como os outros, deixando seu lar.” Um desejo que também é um amor. O fato é que Eveline havia combinado deixar sua casa para acompanhar um marinheiro e assim se libertar dos maus tratos de seu pai.

A parte do superego geralmente se dá por meio do pensamento se tal atitude é: certa ou errada. Ou seja, o juiz do ego por meio da moralidade. A primeira cena da obra

Ela havia consentido em ir embora, em deixar sua casa. Isso foi sábio? Ela tentou pesar cada lado da questão. Em sua casa, de qualquer maneira, ela tinha abrigo e comida; ela tinha aqueles a quem ela sabia toda a sua vida sobre ela. Claro que ela



teve que trabalhar muito, tanto em casa quanto nos negócios. O que diriam dela nas Lojas quando descobrissem que ela havia fugido fora com um companheiro? Digamos que ela fosse uma tola, talvez; e seu lugar seria preenchido por anúncio (JOYCE, 2012, p.1).

Em um momento ela se pergunta se a sua decisão de deixar sua casa seria sábia e quais as consequências poderiam ser desenvolvidas de acordo com sua ação, assim como afirma ser o superego agindo de forma inconsciente e de acordo com Lima (2009, p.289) “Freud vê na consciência moral, na auto-observação, na formação de ideais, funções do superego”. Classicamente, o superego constitui-se por interiorização das exigências e das interdições parentais.

Em Eveline, é possível ver o péssimo tratamento que o seu pai costumava dar dentro de casa após seus dois irmãos estarem distantes, pois um se encontrara morto e o outro vivia seu sonho de viver viajando em diversos países por conta da igreja. Também é notório sua independência, visto que ela dava todo seu dinheiro ao pai que costumava gastar com apostas e outras coisas desnecessárias. Os abusos sofridos pela moça podem ter gerado uma ação repentina de tentar fugir de casa sendo guiada por suas vontades, ou seja o id se deu por ponto de ação e foi alimentado pela realidade em que a moça se encontrava.

Com sua decisão de explorar o mundo juntamente com Frank, rapaz a quem ela acreditava ser gentil e de coração puro, planejou fugir em um barco noturno com o marinheiro e logo em seguida casar, decisão tomada por meio de desejo de se libertar, como vê no parágrafo abaixo:

Ela estava prestes a explorar outra vida com Frank. Frank era muito gentil, viril, de coração aberto. Ela iria embora com ele no barco noturno para ser sua esposa e viver com ele. ele em Buenos Ayres, onde ele tinha uma casa esperando por ela. Quão bem ela se lembrava a primeira vez que ela o viu; ele estava hospedado em uma casa na estrada principal onde ela costumava visitar. Parecia algumas semanas atrás (JOYCE, 2012, p. 2).

De acordo com o parágrafo acima, dá a entender que Eveline tomou uma decisão seguindo seus impulsos, visto que só conhecia o rapaz por poucas semanas, essa ação também se remete ao inconsciente, e que de acordo com Lima em seus estudos sobre Freud, o pensador afirmava que é o inconsciente que se projetam os desejos que muitas vezes a consciência



desconhece “o inconsciente estariam os elementos instintivos não acessíveis à consciência” (LIMA, 2009, p.280).

Após alguns encontros, poucos na verdade, a decisão de fugir foi se intensificando e começam a planejar, seus desejos de liberdade e felicidade longe de seu pai foi se intensificando cada dia mais e esse comportamento de tentar fugir e seguir seus impulsos, inicialmente passa pelo id e se intensifica pelo ego.

A ação de fugir de Eveline, partiu do impulso de fugir dos maus tratos de seu pai que além de maltratá-la, ainda dependia muito dela em tudo, cansada de receber um péssimo tratamento, agiu por impulso na tentativa de fugir, tomando como ponto de partida o extinto de liberdade em busca da felicidade. Por isso, é importante explicar de forma clara o que explica Freud sobre pulsões ou instintos. A pulsão consistiria numa espécie de energia psíquica que tende a levar o indivíduo à ação, para aliviar a tensão resultante do acúmulo de energia pulsional. Ou seja, para Eveline tomar a sua decisão impulsiva, ela recebeu cargas ao longo da vida de tensão de seu pai, em sua tentativa de se aliviar, sua decisão foi fugir:

Ela se levantou num súbito impulso de terror. Escapar! Ela deve escapar! Frank iria salvá-la. Ele lhe daria a vida, talvez o amor também. Mas ela queria viver. Porque deveria ela ser infeliz? Ela tinha direito à felicidade. Frank iria levá-la em seus braços, dobrar ela em seus braços. Ele a salvaria (JOYCE, 2012, p. 4).

Ao indagar sobre sua felicidade, vê-se uma confusão entre o ego e o id que de acordo com Cunha. “ . A Psicanálise mostra que há uma vasta gama de desejos que são impedidos de chegar ao nível do ego, isto é, desejos cuja existência o “eu” sequer toma ciência devido à censura das barreiras morais internalizadas pela pessoa.” (p. 2). Ao indagar-se digna de felicidade ou não, na intenção de fugir desenvolve um conflito interno com seu próprio “eu”:

Ela agarrou com as duas mãos a grade de ferro.
"Vir!"
Não! Não! Não! Era impossível. Suas mãos agarraram o ferro em frenesi. Em meio aos mares
ela deu um grito de angústia!
"Eveline! Evvy!"
Ele correu além da barreira e a chamou para segui-lo. Ele foi gritado para continuar mas ele ainda a chamava. Ela virou seu rosto branco para ele, passiva, como um animal indefeso.
Os olhos dela não lhe deram nenhum sinal de amor, despedida ou reconhecimento (JOYCE, 2012, p. 4).



Em uma última cena também aborda um impasse entre ir ou não realizado pela protagonista no qual ela entra em conflito entre o seu consciente e inconsciente, e passa a agir de acordo com o superego optando pela não partida. Visto que, como descrito por Lima, “O superego estabelece a censura dos impulsos que a sociedade e a cultura proíbem ao id, impedindo o indivíduo de satisfazer plenamente seus instintos e desejos. É o órgão psíquico da repressão, particularmente a repressão sexual.” Visto que em sua fase adulta, quando já foi desenvolvida pela atividade parental sobre a influência de amor e punições, reações que geram angústia, em sua fase mais avançada o superego passa a incluir proibições da sociedade, como é visto em Eveline após ela decidir fugir e se deparar com a cidade cheia de homens. Por isso, levada não somente pelo ego, mas também pelo superego, ela decide ficar pois fez uma breve análise das consequências que poderiam se originar se ela partisse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eveline estava cheia de dúvidas e medo em sua mente, o que resultou em sua passividade e incapacidade de tomar decisões. Pode-se ilustrar que Eveline sacrificou sua felicidade, esperanças e sonhos por seus deveres familiares. O leitor percebe que a vida de Eveline foi dolorosa desde que ela perdeu a mãe e também o irmão. Além disso, após a morte de sua mãe e irmão, ela sentiu toda a pressão da responsabilidade em seus ombros. Apesar do desejo que tinha em se ver livre, era passiva a quaisquer decisões que a levassem até a tão sonhada liberdade, visto que não somente estava acorrentada na situação atual, mas também as suas atitudes tinham origem em uma razão genuína: a promessa que fez à mãe de que cuidaria do pai. Da mesma forma, as pessoas ao seu redor não são do tipo que a apoiam – elas são a causa de seus fardos. Nesse ponto, ela permitiu que o superego se controlasse tanto que não conseguiu acompanhar seu id e ego. Cabe a nós refletirmos: a essa altura, o que seria de fato liberdade para Eveline?

REFERÊNCIAS

Atherton, James Stephen. "James Joyce". Encyclopedia Britannica, 29 Jan. 2023, <https://www.britannica.com/biography/James-Joyce>. Accessed 4 February 2023.



BELLEMIN-NOËL, Jean. **Psicanálise e literatura**. (Trad. Álvaro Lorencini). São Paulo: Cultrix, 1978.

BROW, Terrence. Introduction. In: JOYCE, James. “Eveline”. In: **Dubliners**. Penguin Books, 1992.

CUNHA, Marcus Vinícius da. **Psicanálise e Educação**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Univesp). 2008.

JOYCE, James. **Eveline**. In: **Dubliners**. London: Penguin Books, 1992. pp. 29-34.

LIMA, Andréa Pereira de. **O modelo estrutural de Freud e o cérebro: uma proposta de integração entre a psicanálise e a neurofisiologia**. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), União Educacional de Minas Gerais (Uni Minas). 2009

MARTINS, Maria Helena. A palavra, pedra de toque da literatura e da psicanálise. In: MASINA, Léa e CARDONI, Vera. (Orgs.) **Literatura comparada e psicanálise: interdisciplinaridade, interdiscursividade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2002. p. 156-62.

MENESES, Adélia Bezerra de. **Do poder da Palavra: ensaios de literatura e psicanálise**. São Paulo: Duas Cidades, 2004.